SUSANA SALUM RANGEL

**Educação Superior: O papel da União e a garantia de
qualidade do ensino**

**FACULDADE DE DIREITO DA USP
SÃO PAULO
2012**

SUSANA SALUM RANGEL

**Educação Superior: O papel da União e a garantia de
qualidade do ensino**

Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Doutor em Direito do Estado, sob orientação da Professora Dra. Nina Beatriz Stocco Ranieri.

**FACULDADE DE DIREITO DA USP
SÃO PAULO
2012**

Ao Professor Eurípedes Falcão Vieira, cujo incentivo, atenção e contribuição foram importantíssimos para a realização desta tese de doutorado.

AGRADECIMENTOS

À Professora Nina Beatriz Stocco Ranieri, que acreditou em meu trabalho e me proporcionou a experiência de realizar o programa de doutorado sob sua orientação;

À minha mãe, Susana Regina Salum Rangel, e ao Cid Santos Gesteira, mestres de ontem, hoje e sempre, pelo que significam em minha jornada de pesquisa na educação superior;

À minha irmã, Juliana Salum Rangel, e ao meu irmão, Guilherme Salum Rangel, por seu amor constante, pessoas a quem muito recorri nos momentos de angústia e com quem pude contar para superação das dificuldades encontradas nessa etapa de minha vida acadêmica;

Ao Luís Felipe Nunes Vieira e sua família, com quem convivi durante a temporada em São Paulo e que me proporcionaram momentos de carinho e descontração, tão caros para quem está longe de casa.

RESUMO

RANGEL, Susana Salum. **Educação Superior: O papel da União e a garantia de qualidade do ensino**. 2012. 414 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Partindo da concepção de que a avaliação desempenha um papel central na lógica de organização e funcionamento da educação superior, sendo referencial básico para as funções de regulação e supervisão desempenhadas pela União, a tese analisa a relação entre regulação, supervisão e avaliação, e seus efeitos para a garantia de qualidade do ensino, na perspectiva da função promocional do direito. A análise tem como foco o sistema federal de ensino, integrado pelas instituições de ensino mantidas pela União e pelas instituições criadas e mantidas pela iniciativa privada, abrangendo os mecanismos de avaliação no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), os indicadores de qualidade da educação superior e os mecanismos de regulação e supervisão da educação superior. Após apresentar as definições básicas, necessárias para a compreensão do direito à educação e analisar a educação superior a partir de elementos da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional, a tese retrata a passagem da política de controle da educação superior para a de avaliação da educação superior, desencadeada a partir de 1995, no contexto de reforma do Estado brasileiro. Analisa, em seguida, a relação entre avaliação, regulação e supervisão, a partir do Decreto nº 5.773/2006 e da Portaria Normativa nº 40/2007, e focaliza o SINAES a partir dos seus princípios, objetivos, métodos e instrumentos de avaliação, assim como, os indicadores de qualidade da educação superior no Brasil (Conceito Preliminar de Curso – CPC e Índice Geral de Cursos – IGC). Os efeitos da relação entre avaliação, regulação e supervisão, para fins de garantia de qualidade do ensino, são analisados com base nos resultados das avaliações do SINAES (avaliações das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação e exame nacional de desempenho dos estudantes – ENADE), do CPC, do IGC e da supervisão especial dos cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior. A articulação entre avaliação, regulação e supervisão, na legislação educacional brasileira, mostrou, ao longo desta tese, ser um instrumento necessário para a garantia de qualidade do ensino. Além do potencial teórico, há importantes contribuições empíricas para a garantia de qualidade do ensino no Brasil, embora a sua potencialidade seja diminuída pela metodologia aplicada. Na perspectiva da função promocional do direito, tem-se que a legislação educacional brasileira ao articular os resultados da avaliação com as funções de regulação e supervisão tem o mérito de estimular comportamentos socialmente desejados, por meio dos incentivos, e promover a melhoria da qualidade do ensino por meio de ações restritivas (penalidades previstas na legislação para resultados insatisfatórios). Em que pesem as limitações metodológicas, a articulação da avaliação, regulação e supervisão gerou impactos do ponto de vista da qualidade do ensino, ainda que não parta de um referencial fixo de qualidade estabelecido pelo Ministério da Educação, uma vez que exigiu, por parte das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação avaliados, ações com vistas a obtenção e/ou manutenção de resultados considerados de qualidade satisfatória.

Palavras-chave: Educação Superior; Qualidade; Avaliação; Regulação; Supervisão.

ABSTRACT

RANGEL, Susana Salum. **Higher Education: The role of government and education guarantee**. 2012. 414 f. Dissertation (Doctorate) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Based on the conception that assessment plays a central role in the logic of organization and functioning of higher education, and basic reference for the regulatory and supervisory functions performed by the Union, this dissertation examines the relationship of regulation, supervision and evaluation, and its effects for quality assurance of education in the perspective of the right promotional function. The analysis focuses on the federal system of education, integrated education institutions maintained by the Union and the private institutions, including assessment mechanisms within the National System of Higher Education Assessment (SINAES in Portuguese), higher education quality figures and the mechanisms of regulation and supervision of higher education. After presenting the basic definitions necessary for understanding the right to education and analyzing higher education from elements of the 1988 Federal Constitution and the infra constitutional legislation, this research portrays from political control on higher education to higher education assessment which start in 1995, during Brazilian state reform. Then, we analyze the relationship among assessment, regulation and supervision stated by 5.773/2006 Decree. and 40/2007 Normative ordinance, and focus SINAES from its principles, goals, methods and assessment tools, as well as indicators of higher education quality in Brazil (Course Preliminary Concept – CPC in Portuguese and General Course Index – IGC in Portuguese). The effects of the relationship in assessment, regulation and supervision, in order to guarantee education quality are analyzed based on SINAES results (reviews of higher education institutions and undergraduate courses and student performance national test of- ENADE in Portuguese) on CPC, IGC and on the special supervision of law, medicine, pedagogy and teacher training undergraduate courses. The link among assessment, regulation and supervision in the Brazilian educational legislation, showed throughout this research, they are necessary tools to ensure education quality. Besides the theoretical potential, there are important empirical contributions to ensure education quality in Brazil, although its potential is diminished by the applied methodology. In view of law promotional function, when Brazilian educational legislation links assessment results with the functions of regulation and supervision has the merit of encouraging socially desirable behavior through incentives, and promoting quality education improvement through restrictive actions (penalties under the law for unsatisfactory results). Notwithstanding the methodological limitations, the joint of assessment, regulation and supervision impacts has generated impacts from the point of view of quality of education, although not based on a fixed benchmark of quality established by the Ministry of Education, as required, by the institutions of higher education and evaluated undergraduate programs, actions aimed at obtaining and / or maintaining satisfactory quality results.

Key Words: Higher Education; Quality, Assessment; Regulation; Supervision.

RIASSUNTO

RANGEL, Susana Salum. **Istruzione Superiore: il ruolo del Governo Federale e la garanzia della qualità dell'istruzione.** 2012. 414 f. Tesi (Dottorato) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Partendo dall'idea che la valutazione svolga un ruolo centrale nella logica dell'organizzazione e del funzionamento dell'istruzione superiore, come punto di riferimento fondamentale per le funzioni di regolamentazione e supervisione svolte dal Governo Federale, questa tesi analizza il rapporto fra regolamentazione, supervisione e valutazione e i suoi effetti ai fini della garanzia della qualità dell'istruzione, secondo la prospettiva della funzione di promozione del diritto. L'analisi ha come oggetto il sistema federale dell'istruzione, composto dagli istituti mantenuti dal Governo Federale e dagli istituti creati e mantenuti dall'iniziativa privata, ivi compresi gli strumenti di valutazione del Sistema Nazionale di Valutazione dell'Istruzione Superiore (SINAES), gli indicatori di qualità dell'istruzione superiore e gli strumenti di regolamentazione e supervisione dell'istruzione superiore. Dopo aver presentato le definizioni fondamentali, necessarie ai fini della comprensione del diritto all'istruzione e dopo aver analizzato l'istruzione superiore in base agli elementi della Costituzione Federale del 1988 e della legislazione infracostituzionale, questa tesi tratta del passaggio dalla politica di controllo dell'istruzione superiore a quella di valutazione dell'istruzione superiore, iniziata a partire dal 1995, nel contesto della riforma dello Stato brasiliano. In seguito, analizza il rapporto fra valutazione, regolamentazione e supervisione in base al Decreto n° 7.773/2006 e all'Istruzione Normativa n° 40/2007, e focalizza l'attenzione sul SINAES, considerandone i principi, gli obiettivi e gli strumenti di valutazione, come pure gli indicatori di qualità dell'istruzione superiore in Brasile (Concetto Preliminare di Corso – CPC e Indice Generale dei Corsi – IGC). Gli effetti del rapporto fra valutazione, regolamentazione e supervisione, ai fini della garanzia della qualità dell'istruzione, sono analizzati in base ai risultati delle valutazioni del SINAES (valutazione di istituti di istruzione superiore e di corsi di laurea e esame nazionale del livello di istruzione degli allievi – ENADE), del CPC, del IGC e della supervisione speciale dei corsi di laurea in giurisprudenza, medicina, pedagogia e magistrale superiore. Il legame fra valutazione, regolamentazione e supervisione, nella legislazione educativa brasiliana, si è dimostrato, durante lo svolgimento di questa tesi, uno strumento necessario ai fini della garanzia della qualità dell'istruzione in Brasile, sebbene la sua potenzialità sia diminuita dalla metodologia utilizzata. Sotto la prospettiva della funzione di promozione del diritto, si osserva che la legislazione educativa brasiliana, per il fatto di collegare i risultati della valutazione alle funzioni di regolamentazione e di supervisione, ha il merito di stimolare comportamenti socialmente auspicati, mediante incentivi, e di favorire il miglioramento della qualità dell'istruzione mediante azioni restrittive (sanzioni previste dalla legge per risultati insoddisfacenti). Nonostante le limitazioni metodologiche, il legame fra valutazione, regolamentazione e supervisione ha avuto importanti ripercussioni dal punto di vista della qualità dell'istruzione, anche in mancanza di un parametro fisso di qualità stabilito dal Ministero della Pubblica Istruzione, dato che questo legame ha imposto agli istituti d'istruzione superiore e ai corsi di laurea valutati iniziative destinate al raggiungimento e/o conservazione di risultati considerati di qualità soddisfacente.

Parole chiave: Istruzione Superiore; Qualità; Valutazione; Regolamentazione; Supervisione.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Comparativo entre o texto do Decreto nº 2.207/1997 e o do Decreto nº 2.306/1997	122
QUADRO 2 – Distribuição dos Conceitos ENADE (2004 a 2008)	203
QUADRO 3 – Distribuição dos Conceitos ENADE (a partir de 2009)	203
QUADRO 4 – Notas Padronizadas e Pesos no CPC 2007	207
QUADRO 5 – Distribuição dos Conceitos CPC 2007	207
QUADRO 6 – Notas Padronizadas e Pesos no CPC 2008 e 2009	208
QUADRO 7 – Distribuição dos Conceitos CPC 2008 e 2009	208
QUADRO 8 – Indicadores das Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional Externa	222
QUADRO 9 – Distribuição dos Conceitos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa	225
QUADRO 10 – Pesos das Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional Externa	225
QUADRO 11 – Requisitos Legais e Normativos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa	226
QUADRO 12 – Indicadores das Dimensões nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação	229
QUADRO 13 – Distribuição dos Conceitos nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação	237
QUADRO 14 – Pesos das Dimensões nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação	238
QUADRO 15 – Requisitos Legais e Normativos nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação	239
QUADRO 16 – Matriz de Análise e Decisão para a Supervisão Especial dos Cursos de Graduação em Direito	287

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2004, por Dependência Administrativa	248
TABELA 2 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2007, por Dependência Administrativa	249
TABELA 3 – Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2004 e 2007	249
TABELA 4 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2004 e 2007	250
TABELA 5 – Movimentação Específica dos Conceitos no ENADE 2004 e 2007	250
TABELA 6 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2005, por Dependência Administrativa	251
TABELA 7 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2008, por Dependência Administrativa	252
TABELA 8 – Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2005 e 2008	253
TABELA 9 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2005 e 2008	253
TABELA 10 – Movimentação Específica dos Conceitos no ENADE 2005 e 2008	253
TABELA 11 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2006, por Dependência Administrativa	255
TABELA 12 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2009, por Dependência Administrativa	255
TABELA 13 – Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2006 e 2009	256
TABELA 14 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2006 e 2009	256
TABELA 15 – Movimentação Específica dos Conceitos no ENADE 2006 e 2009	257
TABELA 16 – Distribuição dos Conceitos no CPC 2007, por Dependência Administrativa	267
TABELA 17 – Distribuição dos Conceitos no CPC 2008, por Dependência Administrativa	268
TABELA 18 – Distribuição dos Conceitos no CPC 2009, por Dependência Administrativa	268
TABELA 19 – Distribuição dos Conceitos no IGC 2007, por Dependência Administrativa	275

TABELA 20 – Distribuição dos Conceitos no IGC 2008, por Dependência Administrativa	276
TABELA 21 – Distribuição dos Conceitos no IGC 2009, por Dependência Administrativa	277
TABELA 22 – Movimentação Geral dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009	277
TABELA 23 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009	278
TABELA 24 – Movimentação Específica dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009	279

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Movimentação Geral dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009	278
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ABEDi	Associação Brasileira de Ensino do Direito
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
BASis	Banco de Avaliadores do SINAES
CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQi	Custo Aluno Qualidade Inicial
CC	Conceito de Curso
CEB/CNE	Câmara de Educação Básica
CES/CNE	Câmara de Educação Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CI	Conceito de Instituição
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CP/CNE	Conselho Pleno
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CST	Curso Superior de Tecnologia
CTAA	Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC	Exame Nacional de Cursos
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GERES	Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior
GTRU	Grupo de Trabalho da Reforma Universitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IES	Instituição(ões) de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAIUB	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
ProUni	Programa Universidade para Todos
RE	Recurso Extraordinário
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDIAE	Secretaria de Avaliação e Informação Educacional
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SESu	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TSD	Termo de Saneamento de Deficiências
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. DIREITO À EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	11
1.1. Afirmação e Evolução dos Direitos Fundamentais	11
1.2. Função Promocional do Direito	17
1.3. Direito à Educação como Direito Fundamental	19
1.4. Direito à Educação como Direito Social	22
1.5. Conteúdo do Direito à Educação	25
1.6. Garantia do Padrão de Qualidade	35
2. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	43
2.1. Educação Superior na Constituição Federal de 1988	43
2.2. Educação Superior na Legislação Infraconstitucional	48
2.2.1. <i>Lei nº 9.131/1995</i>	49
2.2.2. <i>Lei nº 9.394/1996</i>	51
2.2.2.1. Competências da União	52
2.2.2.2. Organização e Funcionamento da Educação Superior	54
2.2.2.2.1. Finalidade da Educação Superior	54
2.2.2.2.2. Modalidades de Cursos e Programas	55
2.2.2.2.3. Instituições de Ensino Superior	56
2.2.2.2.4. Mecanismos de Atuação da União	59
2.2.2.2.5. Autonomia Universitária	64
2.2.2.2.6. Acesso à Educação Superior	65
2.2.3. <i>Lei nº 10.172/2001</i>	68
3. ATUAÇÃO DA UNIÃO: DA POLÍTICA DE CONTROLE À POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	74
3.1. Política de Controle da Educação Superior	74
3.2. Período de Transição e Sinalização de Novos Rumos para a Educação Superior	97
3.3. Política de Avaliação da Educação Superior	108
4. A RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO	127
4.1. Regulação da Educação Superior	127
4.1.1. <i>Atos Autorizativos de Funcionamento de Instituição de Ensino Superior</i>	131
4.1.1.1. Credenciamento	131
4.1.1.2. Recredenciamento	139
4.1.1.3. Modificações nos Atos Autorizativos de Funcionamento de Instituição de	

Ensino Superior	145
4.1.2. <i>Atos Autorizativos de Funcionamento de Oferta de Cursos de Graduação</i>	149
4.1.2.1. Autorização	149
4.1.2.2. Reconhecimento	155
4.1.2.3. Renovação de Reconhecimento	162
4.1.2.4. Modificações nos Atos Autorizativos de Funcionamento de Oferta de Cursos de Graduação	168
4.2. Supervisão da Educação Superior	170
4.2.1. <i>Supervisão Ordinária</i>	172
4.2.2. <i>Supervisão Especial</i>	176
4.3. Avaliação da Educação Superior	177
4.3.1. <i>Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior</i>	177
4.3.1.1. Avaliação das Instituições de Ensino Superior	181
4.3.1.2. Avaliação dos Cursos de Graduação	191
4.3.1.3. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)	197
4.3.2. <i>Indicadores de Qualidade da Educação Superior no Brasil</i>	205
4.3.2.1. Conceito Preliminar de Curso (CPC)	205
4.3.2.2. Índice Geral de Cursos (IGC)	209
5. OS EFEITOS DA RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO PARA A GARANTIA DE QUALIDADE DO ENSINO	214
5.1. Análise das Avaliações do SINAES, do CPC e do IGC	214
5.1.1. <i>Análise das Avaliação In Loco</i>	214
5.1.1.1. Avaliação <i>In Loco</i> das Instituições de Ensino Superior	214
5.1.1.2. Avaliação <i>In Loco</i> dos Cursos de Graduação	227
5.1.1.3. Considerações sobre a Avaliação <i>In Loco</i>	240
5.1.2. <i>Análise do ENADE (2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)</i>	242
5.1.2.1. ENADE Divulgado	245
5.1.2.2. Análise dos Resultados	248
5.1.2.3. Considerações sobre o ENADE	258
5.1.3. <i>Análise do CPC (2007, 2008 e 2009)</i>	261
5.1.3.1. CPC Divulgado	262
5.1.3.2. Análise dos Resultados	267
5.1.3.3. Considerações sobre o CPC	269

5.1.4. <i>Análise do IGC (2007, 2008 e 2009)</i>	271
5.1.4.1. IGC Divulgado	273
5.1.4.2. Análise dos Resultados	275
5.1.4.3. Considerações sobre o IGC	281
5.2. Análise da Supervisão Especial dos Cursos de Graduação	284
5.2.1. <i>Direito</i>	284
5.2.2. <i>Medicina</i>	289
5.2.3. <i>Pedagogia e Normal Superior</i>	294
5.2.4. <i>Considerações sobre a Supervisão Especial dos Cursos de Graduação</i>	296
CONCLUSÃO	299
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	306
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	313
ANEXO A – Instrumento de Avaliação para Credenciamento de Instituição de Educação Superior (Faculdade)	327
ANEXO B – Instrumento de Credenciamento Institucional para Oferta da Modalidade de Educação a Distância	335
ANEXO C – Instrumento de Avaliação Institucional Externa	347
ANEXO D – Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância)	355
ANEXO E – Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância)	376
ANEXO F – Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina	395

INTRODUÇÃO

O direito à educação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, é um direito fundamental social¹. Seu conteúdo é desenvolvido no Título VIII – Da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que, no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, dedica uma seção inteira a tratar da educação (Seção I – Da Educação)².

Como direito fundamental, o direito à educação vincula-se à dignidade da pessoa humana e à cidadania, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (artigo 1º da Constituição Federal de 1988). Além disso, o direito à educação apresenta-se como um dos instrumentos necessários para a realização dos objetivos da República Federativa do Brasil (artigo 3º da Constituição Federal de 1988).

Como direito social, o direito à educação é associado à busca do ideal de igualdade que caracteriza os direitos sociais, abarcando um sentido de igualdade material que se concretiza por intermédio da atuação positiva do Estado dirigida à garantia de acesso a bens econômicos, sociais e culturais.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 declara que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O artigo 1º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dispõe que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Assim, embora a educação, em sentido amplo, englobe os diversos processos formativos desenvolvidos nas variadas formas de interação social, a LDB reduziu o seu objeto, disciplinando apenas a educação escolar, como objeto do direito à educação.

¹ Os direitos sociais, entre os quais o direito à educação, possuem capítulo próprio (Capítulo II – Dos Direitos Sociais) na Constituição Federal de 1988, que integra o Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, reconhecendo de forma inequívoca o *status* de autênticos direitos fundamentais.

² De acordo com Cássio Cavalcante Andrade (2010), a leitura constitucional dos direitos sociais prossegue, principalmente, com a compreensão dos dispositivos sediados no Título VIII – Da Ordem Social. Assim, “embora, topograficamente distantes, tal circunstância não significa que os temas sejam impertinentes. Ao contrário, os direitos sociais são conteúdo da ordem social, âmbito este onde encontraremos sua explicitação e desenvolvimento. Por essa razão, o artigo 6º emprega a locução na forma da Constituição, assim remetendo a exploração dos direitos sociais para o Título alusivo à Ordem Social”. (ANDRADE, 2010, p. 75)

Nesse sentido, de acordo com o artigo 1º, §1º, da LDB, a educação escolar é aquela desenvolvida, predominantemente, por meio do ensino³, em instituições próprias, ou seja, em instituições de ensino, públicas ou privadas.

Na LDB, os processos formativos de ensino consistem nas ações destinadas a alcançar as finalidades da educação escolar que, segundo o artigo 21 da LDB, está dividida em dois níveis: educação básica e educação superior.

A educação escolar possui natureza pública⁴ em função dos benefícios que produz para a sociedade; e a educação superior, enquanto um dos níveis da educação escolar, não escapa à essa realidade. Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 41-42),

[...] a natureza pública da educação superior revela-se em face dos benefícios que produz, tais como disseminação do conhecimento superior, formação de pessoal habilitado às ocupações sociais mais complexas, formação de grupos dirigentes, geração de conhecimentos que contribuem para o crescimento da produtividade e da competição do País, etc.

No mesmo sentido, o Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, conhecido como “Relatório Jacques Delors”, destaca a importância da educação superior para a sociedade, sendo esta um dos motores do desenvolvimento econômico e social, e “[...] o instrumento principal de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade”. (DELORS, 2003, p. 140)

A Constituição Federal de 1988, de acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 24),

Ao definir o dever do Estado com a educação (artigo 205) e o seu compromisso com o desenvolvimento nacional e com a construção de uma sociedade justa e solidária (artigo 3º), individualiza a educação superior como bem jurídico, dado o seu papel fundamental na formação de recursos humanos nas áreas da ciência, pesquisa e tecnologia (artigo 218, §3º), e no desenvolvimento do País.

³ Os termos “educação” e “ensino” não se confundem. O “ensino” constitui a principal forma de se realizar a “educação”, entendida esta como a educação escolar. A LDB confirma a distinção dos termos ao estabelecer em seu artigo 1º que a educação escolar é aquela desenvolvida, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

⁴ De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 37-38), a construção da noção de natureza pública da educação ocorreu na Europa Ocidental, a partir do século XVI, “concomitante à afirmação da ideia de nação e em benefício de sua organização, uma vez que podia garantir a qualidade dos quadros burocráticos do poder constituído, contribuir para o planejamento e construção do espaço social, além de atender à exigência generalizada de participação do indivíduo na sociedade”. Dessa forma, “consagra-se [...] a educação formal, da mais rudimentar à superior, como instrumento de ação política e de interesse do Estado, independente de vir a ser considerada direito individual e social e um bem si mesma”. Ademais, segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 38-39), “também em face da teoria liberal fundamentava-se a natureza pública da educação, contrariando os pressupostos do Estado Mínimo. Ainda que se impusesse a rígida separação entre a sociedade e o Estado a favor da livre iniciativa, a delimitação público/privado, no campo educacional, não se fez tão estrita. Isto seja porque no ideário liberal a concepção de liberdade implicava a tomada de decisões autônomas pelos cidadãos, ou porque as demandas do crescimento econômico, apresentadas pela sociedade que se industrializava, exigiam a instrução dos trabalhadores e sua crescente capacitação intelectual”.

Para garantir esse direito, a Constituição Federal de 1988, ao lado do dever do Estado, como prestador direto da atividade educacional,

[...] franqueia a atividade à iniciativa privada, dentro dos limites fixados na lei [...] e encarrega o Estado de assegurar padrão de qualidade, bem como acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (artigo 208, V) [...]. (RANIERI, 2000, p. 24)

De fato, o artigo 209 da Constituição Federal de 1988 estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as condições de “cumprimento das normas gerais da educação nacional” (inciso I) e de “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (inciso II). A livre iniciativa também é garantida pelo artigo 206, inciso III da Constituição Federal de 1988, que estabelece a coexistência de instituições públicas e privadas como um dos princípios do ensino.

Ademais, o artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, prevê, como um dos princípios do ensino, a garantia de padrão de qualidade, encarregando o Estado, seja na prestação direta ou indireta, por meio da iniciativa privada, de assegurar a qualidade do ensino.

O artigo 208, inciso V, da Constituição Federal de 1988, por sua vez, determina que o dever do Estado com a educação superior será efetivado mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Dessa forma, com o objetivo de garantir o acesso e assegurar padrão de qualidade, a segunda metade da década de 1990 é marcada por um importante movimento na educação superior brasileira, responsável por uma reestruturação significativa dos mecanismos que historicamente caracterizavam a relação do Estado com a educação superior.

Acompanhando o processo geral de reforma do Estado, desencadeado a partir de 1995, e destinado a reestruturar o aparelho estatal em sua dinâmica interna e relações com a sociedade e o mercado, no campo da educação superior a redefinição do papel do Estado promoveu a substituição dos controles burocráticos, que até então caracterizavam a relação do Estado com a educação superior, por uma nova cultura gerencial, que incorporou a política de avaliação como elemento estratégico da gestão pública. (CASTRO, 1997)

A estratégia utilizada foi a criação de um sistema de avaliação periódica, com a convicção de que a atuação do Estado na educação superior deveria estar associada a um processo permanente de avaliação.

Assim, a avaliação, no âmbito da graduação, introduzida oficialmente no Brasil a partir de 1995⁵, adquiriu um significado original, desempenhando papel central na lógica de organização e funcionamento da educação superior brasileira.

A LDB confirmou essa estratégia ao determinar no seu artigo 46 que a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de ensino superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

No tocante ao sistema federal de ensino, previsto no artigo 16 da LDB, o artigo 9º da LDB atribuiu à União, representada pelo Ministério da Educação (MEC), a competência para “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino [...] superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (inciso VI), “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino” (inciso VIII), “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (inciso IX).

A avaliação foi regulamentada inicialmente pelo Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, e, posteriormente, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), integrado por três componentes principais: a avaliação das instituições de ensino superior, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação, realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Em 2006, tendo em vista o disposto no artigo 9º, incisos VI, VIII e IX, no artigo 46 da LDB, e na Lei nº 10.861/2004, foi publicado o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, dispondo sobre o exercício das funções de regulação⁶, supervisão⁷ e avaliação de

⁵ A Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, introduziu o marco inicial das principais medidas para a educação superior desencadeadas a partir da segunda metade da década de 1990. Entre outras medidas, a Lei nº 9.131/1995 estabeleceu que o Ministério da Educação realizaria avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão (artigo 3º). Além disso, determinou que os resultados das avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior seriam utilizados pelo Ministério da Educação para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente as que visam à elevação da qualificação do corpo docente (artigo 4º).

⁶ A regulação, nos termos do artigo 1º, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, “será realizada por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de educação superior e de cursos de graduação [...]”.

instituições de ensino superior e cursos de graduação no âmbito do sistema federal de ensino. O artigo 1º, §3º do Decreto nº 5.773/2006, estabeleceu que a avaliação realizada pelo SINAES constitui referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

Em 2007, foi publicada a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, com redação alterada em 29 de dezembro de 2010⁸, que disciplina questões relacionadas ao exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior e cursos de graduação no âmbito do sistema federal de ensino.

Tendo como base, particularmente, os resultados do ENADE, em 2008, foram criados dois indicadores de qualidade voltados ao exercício da função de regulação da educação superior. São eles: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008, e o Índice Geral de Cursos (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008.

Frente a essas considerações, que delineiam a problemática desta tese, definiu-se como questão central de pesquisa estabelecer os efeitos da relação entre avaliação, regulação e supervisão para a garantia de qualidade do ensino superior no sistema federal de ensino.

O objetivo geral desta tese é, portanto, apresentar uma análise jurídica da relação entre avaliação, regulação e supervisão e seus efeitos para a garantia de qualidade do ensino superior no sistema federal de ensino.

Constituem objetivos específicos desta tese: a) contextualizar historicamente a atuação da União na educação superior, resgatando as principais referências legislativas e normativas para esse nível da educação escolar, em termos de organização e funcionamento; b) delimitar os objetivos e as características da atuação da União na educação superior, analisando as funções de regulação e supervisão da educação superior a partir do Decreto nº 5.773/2006 e da Portaria Normativa nº 40/2007; c) analisar os princípios, objetivos, métodos e instrumentos do SINAES, em consonância com a Lei nº 10.861/2004, e os indicadores de qualidade da educação superior no Brasil (CPC e IGC); d) analisar a relação estratégica da avaliação na lógica de regulação e supervisão da

⁷ A supervisão, nos termos do artigo 1º, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, “será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável”.

⁸ A Portaria Normativa nº 40/2007, com redação alterada em 29 de dezembro de 2010, “institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores, e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (BASis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições”.

educação superior, de forma a delinear seus efeitos para a garantia de qualidade do ensino superior no sistema federal de ensino.

Partindo da concepção de que a avaliação desempenha um papel central na lógica de organização e funcionamento da educação superior, sendo referencial básico para as funções de regulação e supervisão, esta tese analisa a relação entre regulação, supervisão e avaliação e seus efeitos para a garantia de qualidade do ensino superior, na perspectiva da função promocional do direito.

Segundo Norberto Bobbio (2007, p. XII), a função promocional do direito consiste na

[...] ação que o direito desenvolve pelo instrumento das “sanções positivas”, isto é, por mecanismos genericamente compreendidos pelo nome de “incentivos”, os quais visam não a impedir atos socialmente indesejáveis, fim precípua das penas, multas, indenizações, reparações, restituições, ressarcimentos, etc., mas sim, a “promover” a realização de atos socialmente desejáveis.

Tércio Sampaio Ferraz Júnior (1997), ao analisar os estudos de Norberto Bobbio, explica que a função promocional do direito consiste na produção de normas de organização com as quais o Estado regula as próprias atividades fiscalizadora e produtora, conferindo às sanções um aspecto positivo.

A análise tem como foco o sistema federal de ensino, previsto no artigo 16 da LDB, sendo integrado pelas instituições de ensino mantidas pela União e pelas instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, abrangendo os mecanismos de avaliação no âmbito do SINAES⁹, os indicadores de qualidade da educação superior, assim como os mecanismos de regulação e supervisão da educação superior.

A escolha do tema da tese justifica-se pela importância desse nível da educação escolar no contexto brasileiro, dados os benefícios que produz para a sociedade.

Apesar de ser objeto de pesquisa em outras áreas do conhecimento, a partir de perspectivas históricas, sociológicas, filosóficas e pedagógicas, na área do Direito a literatura especializada sobre o tema ainda é bastante restrita, carecendo de maior sistematização.

Recentemente, na área do Direito, verificam-se trabalhos sobre o direito à educação¹⁰, avançando em termos de sistematização do seu conteúdo. Contudo, esses

⁹ Dessa forma, esta tese não aborda a avaliação da educação superior no âmbito dos sistemas estaduais de ensino e a avaliação dos cursos e programas de pós-graduação.

¹⁰ Nesse sentido, entre outros, ANDRADE, Cássio Cavalcante. **Direito Educacional**: interpretação do direito constitucional à educação. Belo Horizonte: Fórum, 2010; MALISKA, Marcos Augusto. **O Direito à Educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001; MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito Educacional e Educação no Século XXI**. Brasília: UNESCO, 1997; SIFUENTES, Mônica. **Direito**

concentram-se, em grande medida, sobre a educação básica, deixando à margem a questão da educação superior. Mesmo os autores¹¹ que se dedicam ao estudo da educação superior não apresentam uma análise sistematizada a respeito da garantia de qualidade do ensino por via da articulação entre avaliação, regulação e supervisão.

Dessa forma, esta tese pretende contribuir para a superação da lacuna existente em relação a este tema na área do Direito, aportando uma reflexão jurídica sobre o papel da União no que diz respeito à educação superior e seus efeitos para a garantia de sua qualidade do ensino.

A preocupação com a qualidade é um tema recente, que vem se desenvolvendo, no âmbito da educação superior, desde a década de 1980 e que sinaliza uma preocupação adicional como objeto de investigação do direito à educação, na medida em que este não se restringe ao acesso, abrangendo igualmente a garantia de qualidade do ensino que é oferecido.

A questão ganha maior dimensão quando se verifica que na educação superior coexistem instituições de ensino públicas e privadas, sendo estas últimas responsáveis pela maior cobertura do sistema federal de ensino, em termos de número de vagas¹².

Assim, a tese oferece contribuição original à ciência jurídica brasileira ao propiciar uma reflexão sobre um tema ainda não explorado na área do Direito, cuja importância está retratada. Ajuda a compreender, sob o ponto de vista do Direito, o papel da União em relação à educação superior e favorece uma análise mais profunda da relação entre avaliação, regulação e supervisão, e seus efeitos para a garantia de qualidade no sistema federal de ensino.

Fundamental à Educação: a aplicabilidade dos dispositivos constitucionais. Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2009; SOUSA, Eliane Ferreira. **Direito à Educação:** requisito para o desenvolvimento do País. São Paulo: Saraiva, 2010.

¹¹ GOMES, Magno Federeci. **Direito Educacional Superior:** evolução histórica, legislação, procedimentos administrativos e função normativa. Curitiba: Juruá, 2009; RANIERI, Nina Beatriz Stocco. **Educação Superior, Estado e Direito:** na Lei de Diretrizes e Bases. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000; entre outros.

¹² Conforme dados do Censo da Educação Superior 2008 (INEP, 2009), foi registrada a participação de 2.252 IES no País. Do total, 90% são instituições de ensino privadas e 10% são instituições de ensino públicas. Ademais, o Censo da Educação Superior 2008 registrou o funcionamento de 24.719 cursos de graduação em todo o Brasil, sendo que 17.947 são oferecidos em instituições de ensino privadas e 6.772 em instituições de ensino públicas. O número total de vagas ofertadas por processos seletivos na graduação presencial foi de 2.985.137 em todo o Brasil, sendo que 2.641.099 são oferecidas em instituições de ensino privadas e 344.038 em instituições de ensino públicas. Os Censos da Educação Superior 2009 e 2010 não registram mais o número de cursos de graduação e vagas por dependência, mas os números apresentados confirmam a maior cobertura do sistema federal de ensino pelas instituições de ensino privadas: o Censo da Educação Superior 2009 (INEP, 2010) registrou a participação de 2.314 IES, sendo 2.069 (89,4%) instituições de ensino privadas e 245 (10,6%) instituições de ensino públicas; o Censo da Educação Superior 2010 (INEP, 2012) registrou a participação de 2.378 IES, sendo 2.100 (88,3%) instituições de ensino superior privadas e 278 (11,7%) instituições de ensino públicas.

Pesquisas bibliográficas e documentais foram realizadas para o desenvolvimento desta tese. A metodologia empregada na pesquisa bibliográfica é fundamentalmente analítico-descritiva e analítico-crítica, sob os aspectos histórico-evolutivo e contextual-atual, de forma a analisar as informações contidas nas fontes bibliográficas. Constitui fonte bibliográfica desta tese a literatura especializada sobre o objeto de estudo, tanto na área do Direito como na da Educação.

A metodologia empregada na pesquisa documental a partir de referências legislativas e normativas, incluindo textos constitucionais, é fundamentalmente analítico-descritiva e analítico-crítica, de forma a analisar as informações nela contidas. As fontes documentais desta tese compreendem tanto referências legislativas e normativas relacionadas à educação superior, incluindo os textos constitucionais brasileiros desde o período imperial, até a Constituição Federal de 1988, e documentos oficiais referentes à educação superior, como os resultados das avaliações empreendidas no âmbito do SINAES (avaliação das instituições de ensino superior, avaliação dos cursos de graduação e ENADE), do CPC e do IGC, e da supervisão especial nos cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior¹³.

Na pesquisa documental, a partir dos resultados das avaliações do SINAES, do CPC, do IGC, e da supervisão especial nos cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior, a metodologia empregada é analítica quantitativa e qualitativa. Em um primeiro momento, foram aplicados métodos quantitativos para apuração dos dados levantados, para, num segundo momento, proceder-se ao exame qualitativo das relações existentes.

Para a análise da avaliação das instituições de ensino superior e da avaliação dos cursos de graduação, componentes do SINAES, foram considerados os instrumentos de avaliação aplicados pelas Comissões Externas de Avaliação Institucional e pelas Comissões Externas de Avaliação de Cursos, respectivamente. Para a análise dos resultados do ENADE, componente do SINAES, foram considerados os resultados atribuídos aos cursos de graduação no período de 2004 a 2009, compreendendo a primeira edição e a última, com resultados divulgados para consulta pública. Para a análise dos resultados do CPC e do IGC, indicadores de qualidade da educação superior, foram

¹³ A implantação das ações de supervisão especial ocorreu a partir da publicação do Decreto nº 5.773/2006. Em uma perspectiva experimental, foram incluídos apenas os cursos de direito, medicina, pedagogia e normal superior. As razões que levaram à escolha desses cursos não foram justificadas pelo Ministério da Educação em ato oficial. Somente em 2011, com os resultados dos cursos avaliados no ENADE 2010, verifica-se uma ação mais incisiva do Ministério da Educação, que submete a supervisão especial todos os cursos de graduação com CPC insatisfatório avaliados no ENADE 2010.

considerados os resultados atribuídos aos cursos de graduação e às instituições de ensino superior, respectivamente. Para a análise da supervisão especial nos cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior, foram considerados os encaminhamentos e os resultados apresentados pelos cursos de graduação abrangidos.

A tese está dividida em cinco capítulos, organizados da seguinte forma.

No primeiro capítulo, intitulado “Direito à Educação na Constituição Federal de 1988”, é analisada a natureza jurídica do direito à educação como um direito fundamental social, tal como previsto na Constituição Federal de 1988. Além disso, o primeiro capítulo apresenta algumas considerações sobre o conteúdo do direito à educação, seguindo as disposições da Seção I – Da Educação, do Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, do Título VIII, referente à Ordem Social, da Constituição Federal de 1988. O primeiro capítulo aporta, portanto, as definições básicas necessárias para a compreensão do direito à educação.

No segundo capítulo, intitulado “Educação Superior no Ordenamento Jurídico Brasileiro”, é analisada a educação superior a partir de elementos da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional para a compreensão jurídica desse nível da educação escolar. Além disso, o capítulo introduz a temática das competências da União em relação à educação superior e à garantia de qualidade.

O terceiro capítulo, intitulado “Atuação da União: Da Política de Controle à Política de Avaliação da Educação Superior”, é destinado à contextualização histórica da atuação da União na educação superior. Nesse capítulo são discutidas as principais referências legislativas e normativas da educação superior desde sua implantação no Brasil até a reforma do Estado brasileiro, desencadeada a partir de 1995.

O quarto capítulo, “A Relação entre Avaliação, Regulação e Supervisão”, analisa, em especial, o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior e cursos de graduação no âmbito do sistema federal de ensino, assim como a Portaria Normativa nº 40/2007, que disciplina questões relacionadas. Além disso, nesse capítulo é analisado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior a partir dos princípios, objetivos, métodos e instrumentos de avaliação utilizados, e os indicadores de qualidade da educação superior no Brasil (CPC e IGC).

O quinto capítulo, “Os Efeitos da Relação entre Avaliação, Regulação e Supervisão para a Garantia de Qualidade do Ensino”, é destinado à apresentação dos resultados das avaliações do SINAES, do CPC e do IGC, assim como da supervisão

especial dos cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior, com o objetivo de analisar os efeitos da relação entre avaliação, regulação e supervisão para a garantia de qualidade do ensino no sistema federal de ensino. Com bases nos dados apresentados são discutidas as possibilidades e os limites dessa relação para a qualidade da educação superior, aportando elementos para o delineamento de um sistema de avaliação mais eficaz em termos de garantia de qualidade.

Por fim, são apresentadas as conclusões às quais foi possível se chegar.

1. DIREITO À EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

1.1. Afirmação e Evolução dos Direitos Fundamentais

O estudo do direito à educação se insere no contexto dos direitos fundamentais, que surgem no início do século XVIII, com a constitucionalização dos denominados direitos naturais do homem, direitos esses considerados inerentes ao ser humano, e evolui acompanhando o processo de transformação da sociedade, ampliando o conteúdo e o perfil dos direitos fundamentais.

A afirmação dos direitos fundamentais nos ordenamentos constitucionais está ligada à formação do Estado Moderno no século XVIII. Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a), o Estado Moderno é marcado pela inovação que trouxe ao modo de limitar o poder, resultante de lei, e pelo rompimento com a milenar concepção organicista da sociedade, prevalecente da Antiguidade Clássica à Idade Média, promovendo a inversão na relação entre governantes e governados, a ponto de tornar o súdito um cidadão.

Com base na teoria individualista da sociedade¹⁴, se radica a preeminência do indivíduo, e de seus direitos, sobre o Estado, sendo o fim de toda associação política a conservação dos direitos naturais do homem¹⁵.

Segundo Norberto Bobbio (1992, p. 3), “passou-se da prioridade dos deveres dos súditos à prioridade dos direitos do cidadão, emergindo um modo diferente de encarar a relação política, não mais predominantemente do ângulo do soberano, e sim daquele cidadão”. A relação política entre governantes e governados passa a equacionar-se pela atribuição prioritária de deveres para os governantes e, inversamente, pelo reconhecimento de direitos considerados inerentes ao ser humano.

Jorge Miranda (2000, p. 12) salienta que

Os fins do Estado, a organização do Estado, o exercício do poder, a limitação do poder são função do modo de encarar a pessoa, a sua liberdade, as suas necessidades; assim, como as aspirações e pretensões individuais, institucionais ou colectivas reconhecidas, os direitos e deveres da pessoa, a sua posição perante a sociedade e o Estado são função do sentido que ele confere à sua autoridade, das normas que a regulam, dos meios de que dispõe.

¹⁴ De acordo com Norberto Bobbio (1992, p. 49-65), a teoria individualista da sociedade significa que o indivíduo singular, que tem valor em si mesmo, vem em primeiro lugar, e, em segundo lugar, vem o Estado, e não vice-versa, já que o Estado é feito pelo indivíduo e este não é feito pelo Estado. A teoria individualista da sociedade se contrapõe à teoria organicista da sociedade, a qual defende a sociedade como um todo, acima de tudo.

¹⁵ Conforme expresso no artigo 2º da Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, “o fim de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis ao homem”.

De forma solene e formal, os direitos fundamentais se consagram com a Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789¹⁶, da qual emerge a ideia de se estabelecer por escrito um rol de direitos em favor dos indivíduos, direitos esses anteriores e superiores ao próprio Estado, e que, portanto, devem ser respeitados e garantidos pelo Poder Público.

De acordo com Monica Herman Salem Caggiano (2002, p. 100), a Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789,

[...] reproduz o marco primordial da exigência de, por via de documentos escritos e solenemente proclamados, proceder-se ao reconhecimento dos direitos individuais, direitos universais, inalienáveis, imprescritíveis, invioláveis, irrenunciáveis; direitos que implicam em limites à ação do Estado, identificando, em prol do indivíduo, uma esfera de liberdade impenetrável.

Em seu artigo 16¹⁷, a Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, condiciona a proteção dos direitos inerentes ao ser humano à própria existência da Constituição, atuando como fundamento de legitimidade da ordem jurídica e balizador da atuação do Estado.

Desde a sua afirmação, os direitos fundamentais passaram por diversas transformações, acompanhando a própria transformação da sociedade. Neste contexto, marcado por uma autêntica mutação histórica experimentada pelos direitos fundamentais, costuma-se falar na existência de três dimensões¹⁸ de direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais de primeira dimensão (direitos civis e políticos¹⁹) são

¹⁶ Embora a Declaração do Estado de Virgínia, de 1776, seja anterior à Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2010b, p. 85) leciona que é a última marco de referência da consagração dos direitos fundamentais, explicando que “proclamada no impulso inicial da Revolução Francesa, não foi ela a primeira das Declarações, mas nenhuma a ela se compara em vários pontos capitais. Um, o ter servido de modelo e símbolo do reconhecimento dos direitos do homem. Outro, por exprimir claramente a ideia de direitos fundamentais e sua significação política e jurídica. Ademais, nenhuma outra a ela se compara no seu universalismo; enuncia direitos do ser humano como tal, direitos derivados da natureza humana – direitos naturais. Enfim, nenhuma teve e tem a influência da Declaração Francesa. Esta, sem dúvida, a razão principal para encarecer-lhe a significação”.

¹⁷ “Toda sociedade na qual não está assegurada a garantia dos direitos nem determinada a separação dos poderes não tem Constituição”.

¹⁸ Na esfera terminológica, em concordância com Ingo Wolfgang Sarlet (2006), considera-se que o termo “dimensão” é mais adequado para caracterizar a mutação histórica dos direitos fundamentais, pois o reconhecimento progressivo de novos direitos fundamentais tem o caráter de um processo cumulativo, de complementariedade, e não de alternância, de tal sorte que o uso do termo “gerações”, pode ensejar a falsa impressão de substituição gradativa de uma “geração” por outra. Jorge Miranda (2000) também destaca que o termo “gerações” de direito afigura-se enganador por sugerir uma sucessão de categorias de direitos, umas substituindo-se às outras, quando, ao contrário, o que se verifica na evolução dos direitos fundamentais é um enriquecimento crescente em resposta às novas exigências das pessoas e das sociedades. De acordo com ele (2000, p. 24), não “[...] se trata de um mero somatório, mas de uma interpretação mútua, com a consequente necessidade de harmonia e concordância prática. Os direitos vindos de certa época recebem o influxo dos novos direitos, tal como estes não podem deixar de ser entendidos em conjugação com os anteriormente consagrados”.

¹⁹ Os direitos fundamentais de primeira dimensão correspondem aos direitos civis e políticos, também

produto peculiar do pensamento liberal-burguês do século XVIII²⁰, de marcado cunho individualista, tendo como documento símbolo a Declaração Francesa de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Seu fundamento se encontra na liberdade.

Esses direitos, segundo José Carlos Vieira de Andrade (1998), que triunfaram nos fins do século XVIII com as revoluções liberais, aparecem, fundamentalmente, como liberdades, esferas de autonomia dos indivíduos em face do poder do Estado, a quem se exige que se abstenha, quanto possível, de se intrometer na vida social.

Os direitos fundamentais de primeira dimensão surgem e afirmam-se como direitos dos indivíduos frente ao Estado, ou melhor, como direitos de defesa, demarcando uma zona de não-intervenção do Estado e uma esfera de autonomia individual em face do seu poder. São, por esse motivo, apresentados como direitos de cunho negativo, uma vez dirigidos a uma abstenção por parte do Estado.

Dessa forma, os direitos fundamentais de primeira dimensão são direitos destinados a assegurar a liberdade dos indivíduos contra ingerências do Estado. É nesse sentido que se considera serem direitos de defesa e, portanto, direitos a ações negativas do Estado.

Os direitos de defesa objetivam a limitação do poder estatal. Asseguram ao indivíduo uma esfera de liberdade e lhes outorga um direito subjetivo que permite a este evitar interferências indevidas no âmbito de proteção do direito fundamental ou mesmo eliminar agressões que esteja sofrendo em sua esfera de autonomia individual.

Os direitos fundamentais de primeira dimensão traduzem uma competência negativa do Estado, um não-fazer em face do *status* do indivíduo. São caracterizados pelo estabelecimento, relativamente ao Estado, de um dever de abstenção. Assim, como Mônica Sifuentes (2009) explica, são direitos asseguradores de uma esfera de ação pessoal própria, inibidora da ação estatal, de forma que o Estado os satisfazem por um não atuar.

Os direitos fundamentais de segunda dimensão (direitos econômicos, sociais e culturais) surgem no curso do século XIX e consagram-se nos ordenamentos constitucionais na segunda década do século XX, com a Constituição de Weimar de 1919²¹.

conhecidos como direitos de liberdade, típicos do Estado Liberal.

²⁰ De acordo com Ingo Wolfgang Sarlet (2006, p. 56), “os direitos fundamentais da primeira dimensão encontram suas raízes especialmente na doutrina iluminista e jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII (nomes como Hobbes, Locke, Rousseau e Kant), segundo a qual a finalidade precípua do Estado consiste na realização da liberdade do indivíduo, bem como nas revoluções políticas do final do século XVIII, que marcaram o início da positivação das reivindicações burguesas nas primeiras Constituições escritas do mundo ocidental”.

²¹ Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2010b, p. 87-88) explica que a questão do documento histórico que simboliza a consagração dos direitos fundamentais de segunda dimensão é controversa, pois “para uns, o

Seu fundamento se encontra na igualdade.

Tais direitos nascem do confronto entre o pensamento liberal e as ideias socialistas no século XIX, emergindo um novo modelo de Estado, identificado como Estado Social, que teve início no século XX. São direitos que exigem do Estado um comportamento ativo na realização da justiça social.

Segundo José Carlos Vieira de Andrade (1998), os direitos fundamentais de segunda dimensão, designados por ele como direitos a prestações, representam exigências de comportamentos positivos por parte do Estado.

Os direitos fundamentais de segunda dimensão não são direitos em si contra o Estado, mas sim direitos através do Estado. Seu cumprimento é realizado pela ação do Estado, que, por meio de leis e de atos da Administração, deve definir e executar, conforme as circunstâncias, políticas que facultem e garantam o gozo efetivo dos bens constitucionalmente protegidos.

José Carlos Vieira de Andrade (1998) explica que o critério de conteúdo dos direitos fundamentais de segunda dimensão deixa de ser a vontade do indivíduo, uma vez que o seu conteúdo concreto depende dos recursos sociais existentes e é determinado por opções políticas, por vezes conjunturais, na sua afetação. Enquanto direitos a prestações, os direitos fundamentais de segunda dimensão estão especialmente condicionados pela sua disponibilidade pelos Poderes Públicos, pela riqueza social a distribuir e pelas decisões coletivas de distribuição.

A nota distintiva dos direitos fundamentais de segunda dimensão em relação aos direitos de primeira dimensão, portanto, reside em uma conduta positiva por parte do Estado. Não se trata mais de liberdade do indivíduo e perante o Estado, e sim de liberdade por intermédio do Estado. Os direitos fundamentais de segunda dimensão caracterizam-se por outorgarem ao indivíduo direitos a prestações estatais, revelando uma transição das liberdades formais abstratas para as liberdades materiais concretas.

símbolo é a Constituição mexicana de 1917. Esta, sem dúvida bastante avançada, tem todo um Título, o VI, em que minuciosamente trata dos direitos do trabalhador e da previdência social (art. 123 e s.). Entretanto, não enuncia propriamente os direitos sociais, direito ao trabalho, à educação, à saúde etc. [...] Para outros, é a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, editada na Rússia, em janeiro de 1918. Não tem esta, objetivamente falando, nada a ver com o reconhecimento dos direitos sociais, aos quais não se refere nem de longe. [...] Para os internacionalistas, o Tratado de Versalhes, de 28 de junho de 1919, que pôs termo à guerra entre os Aliados e a Alemanha. Este, na Parte XIII, institui a Organização Internacional do Trabalho e consagra direitos do trabalhador que serão obrigatórios para todos os Estados signatários. Para muitos, a Constituição alemã de 11 de agosto de 1919. Neste documento, em cuja elaboração preponderaram os socialistas reformistas e os adeptos do cristianismo social, não só são atendidas as obrigações decorrentes do Tratado de Versalhes como avultam prescrições concernentes à ordem econômica e social. [...] Sua repercussão foi imensa – e este é o argumento decisivo”.

Os direitos fundamentais de segunda dimensão traduzem uma competência positiva do Estado, um fazer em face do *status* do indivíduo, de forma a garantir condições materiais dignas para esse.

Os direitos fundamentais de terceira dimensão (direitos de solidariedade) surgem na segunda metade do século XX como resultado de novas reivindicações fundamentais do ser humano, geradas, dentre outros fatores, pelo impacto tecnológico, pelo estado crônico de beligerância, bem como pelo processo de descolonização do segundo pós-guerra. (SARLET, 2006) Seu fundamento se encontra na fraternidade.

Os direitos fundamentais de terceira dimensão caracterizam-se pelo fato de se desprenderem, em princípio, da figura homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos. Caracterizam-se, conseqüentemente, como direitos de titularidade difusa, tendo como destinatário precípua o gênero humano, em face de sua implicação universal ou, no mínimo, transindividual, e por exigirem esforços e responsabilidades em escala até mesmo mundial para sua efetivação.

No que tange à positivação dos direitos fundamentais de terceira dimensão, ressalvadas algumas exceções, a maior parte destes direitos não encontrou seu reconhecimento nos ordenamentos constitucionais, estando, por outro lado, em fase de consagração no direito internacional.

Além da tradicional tríade de dimensões de direitos fundamentais, novas dimensões vem sendo acrescentadas, destacando-se os direitos fundamentais de quarta dimensão, desenvolvida por Paulo Bonavides (2006), na qual se inclui o direito à informação, à democracia direta e ao pluralismo.

As transformações dos direitos fundamentais no seu percurso de evolução histórica dificultam definir-lhe um conceito sintético e preciso. Contudo, Jorge Miranda (2000, p. 7) apresenta uma definição bem ampla dos direitos fundamentais, capaz de englobar suas diferentes dimensões. Nesse sentido, aduz que:

Por direitos fundamentais entendemos os direitos ou as posições jurídicas activas das pessoas enquanto tais, individual ou institucionalmente consideradas, assentes na Constituição, seja na Constituição formal, seja na Constituição material – donde, *direitos fundamentais em sentido formal e direitos fundamentais em sentido material*. (grifos do autor)

Para José Afonso da Silva (2010), os direitos fundamentais constituem direitos requeridos e construídos socialmente, decorrentes da compreensão da dignidade humana em determinado momento histórico, e que, nestes termos, foram reconhecidos no âmbito do direito positivo.

As transformações dos direitos fundamentais no seu percurso de evolução histórica levaram ao reconhecimento de que estes podem, em princípio, ser considerados tanto na sua condição de direitos subjetivos quanto como elementos objetivos fundamentais da ação positiva dos Poderes Públicos. São decisões valorativas de natureza jurídico-objetiva, com eficácia em todo o ordenamento jurídico, que fornecem diretrizes para os órgãos legislativos, judiciários e executivos.

Nesse sentido, reconhece-se que as normas consagradoras de direitos fundamentais podem ser subjetivas ou objetivas, o que levaria a uma dimensão subjetiva e a uma dimensão objetiva dos direitos fundamentais. J. J. Gomes Canotilho (2003) explica que a norma consagradora de direito fundamental é subjetiva, ou seja, garante um direito subjetivo quando o titular do direito tem, face ao seu destinatário, o direito a um determinado ato, e este último tem o dever de, perante o primeiro, praticar esse ato. De acordo com o autor, a norma consagradora de direito fundamental é objetiva, ou seja, vincula um sujeito em termos objetivos quando fundamenta deveres que não estão em relação com qualquer titular concreto, criando, assim, um dever objetivo do Estado, mas sem garantir um direito subjetivo.

Cabe registrar que a norma objetiva consagradora de direito fundamental, apesar de não apresentar a estrutura relacional típica dos direitos subjetivos, permite a atribuição de efeitos jurídicos. “Tais normas, no mínimo, produzem efeitos hermenêuticos, condicionando a interpretação e integração do ordenamento, vincula[ndo] o legislador futuro e servi[ndo] de parâmetro para a não recepção de preceitos legais anteriores, assim como para a decretação da inconstitucionalidade de normas supervenientes que com elas conflitam”. (SARMENTO, 2002, p. 66-67) Dessa forma, um dos desdobramentos da força jurídica objetiva dos direitos fundamentais é o que se denomina de “eficácia irradiante”, significando, conforme Ingo Wolfgang Sarlet (2006), que os direitos fundamentais, na condição de direito objetivo, fornecem impulsos e diretrizes para a aplicação e interpretação das normas infraconstitucionais.

Quando se fala em dimensão subjetiva e dimensão objetiva das normas consagradoras de direitos fundamentais pretende-se salientar a existência de princípios e regras consagradoras de direitos subjetivos fundamentais (dimensão subjetiva), ou seja, o significado ou relevância da norma consagradora de um direito fundamental para o indivíduo, para os seus interesses, para a sua situação de vida, para a sua liberdade; e a existência de princípios e regras meramente objetivos (dimensão objetiva), ou seja, o

significado ou relevância da norma consagradora de um direito fundamental para a coletividade, para o interesse público, para a vida comunitária. (CANOTILHO, 2003)

1.2. Função Promocional do Direito

As transformações dos direitos fundamentais no seu percurso de evolução histórica levaram ao reconhecimento de novos direitos. Em especial, destaca-se o reconhecimento dos direitos fundamentais de segunda dimensão, que, com a emergência do Estado Social, passaram a exigir um comportamento ativo por parte do Estado, na realização da justiça social.

De acordo com Norberto Bobbio (2007), o Estado Social permeou tão profundamente a sociedade a ponto de transformar o próprio direito enquanto regulador daquela mesma sociedade. Sua função repressiva dos comportamentos indesejados se uniu, em medida crescente, a uma função promocional que se manifesta nos incentivos com os quais o Estado induz aos comportamentos desejados.

O Estado já não se limita a exercer um controle social, mas intervém cada vez mais na gestão da sociedade e, em particular, da economia, com um poder de endereçar condutas por meio de incentivos. O Estado já não se limita a punir os comportamentos indesejados ao recorrer a uma sanção negativa, mas tende a obter os comportamentos desejados graças a uma sanção positiva. Dessa forma, uma explícita dimensão de direção social, preocupada com a função de promover comportamentos por meio de estímulos e desestímulos, é agregada à clássica dimensão de controle social exercido pelo direito nas sociedades, voltado para a função protetora ou repressora de interesses. (BOBBIO, 2007)

A imagem do direito com função protetivo-repressiva, segundo Norberto Bobbio (2007), está associada à concepção do Estado. E, nesse sentido, a imanente relação do direito com a concepção de Estado fica mais clara se utilizada a distinção entre normas de conduta (dirigidas aos cidadãos) e normas de organização (dirigidas aos funcionários)²², sendo que

[...] enquanto o Estado liberal clássico projetava-se em um ordenamento jurídico composto predominantemente por normas de conduta (a saber, normas primárias), o Estado [Social] projeta-se em um ordenamento jurídico composto predominantemente por normas de organização (a saber, normas secundárias). (BOBBIO, 2007, p. 11)

²² Norberto Bobbio (2007, p. 111) explicita melhor essas significações ao dizer que “a função das normas de conduta é tornar possível a convivência dos indivíduos ou grupos que perseguem, cada qual, fins individuais, ao passo que a função das normas de organização é tornar possível a cooperação de indivíduos ou grupos que perseguem, cada qual, segundo seu próprio papel específico, um fim comum”.

São organicamente fluídas do Estado Liberal as normas de conduta, porque “estabelecem as condições para obter o máximo de ‘independência’ dos indivíduos que convivem entre si”. (BOBBIO, 2007, p. 121) Por sua vez, são imanentes ao Estado Social as normas de organização, na medida em que, “mediante um trabalho de convergência (forçada) de ações sociais, estabelecem condições para proporcionar o mínimo de dependência necessário a indivíduos que cooperam entre si”. (BOBBIO, 2007, p. 121)

Com o advento do Estado Social, a prevalência e o aumento das normas de organização, há também um crescimento contínuo das sanções positivas, e, com isso, surge ao lado da imagem tradicional do direito, como ordenamento protetor-repressivo, a imagem do ordenamento jurídico como ordenamento com função promocional.

Nesse sentido, Norberto Bobbio (2007, p. 13) destaca que “nas constituições liberais clássicas, a principal função do Estado parece ser a de tutelar (ou garantir). Nas constituições pós-liberais, ao lado da função de tutela ou garantia, aparece, cada vez com maior frequência, a função de promover”.

Segundo Norberto Bobbio (2007, p. XII), a função promocional do direito consiste na

[...] ação que o direito desenvolve pelo instrumento das “sanções positivas”, isto é, por mecanismos genericamente compreendidos pelo nome de “incentivos”, os quais visam não a impedir atos socialmente indesejáveis, fim precípua das penas, multas, indenizações, reparações, restituições, ressarcimentos etc., mas, sim, a “promover” a realização de atos socialmente desejáveis.

Ao contrário da sanção negativa, que consiste tanto na atribuição de uma desvantagem quanto na privação de uma vantagem, a sanção positiva consiste tanto na atribuição de uma vantagem quanto na privação de uma desvantagem.

À luz da função promocional do direito, o controle sobre o comportamento dos membros da sociedade é exercido por meio de um conjunto de expedientes que atuam em recompensa à ação desejada ou de modo a tornar mais fácil tal ação. O direito passa de um instrumento de controle social, pelo uso dos meios coercitivos e repressivos, para um controle social do tipo persuasivo, cuja eficácia é confiada ao condicionamento psicológico.

O uso das técnicas de desencorajamento, típicas do ordenamento protetor-repressivo, pressupõe o propósito de manter as coisas como estão, pois a mudança não é querida ou permitida, sob pena de sofrer consequências negativas. Logo, as técnicas do desencorajamento têm uma função conservadora. Assim, o direito na sua concepção tradicional (repressivo-protetivo), que destina preferencial atenção para regular

comportamentos indesejados, tem por predomínio a função da conservação social, dado o imanente interesse em manter os comportamentos conforme à obrigação (quer se trate de obrigação positiva ou negativa). (BOBBIO, 2007)

As técnicas de encorajamento, típicas do ordenamento com função promocional, por sua vez, visam à transformação, já que a mudança é desejada ou permitida, sendo para tanto induzida por premiação, favorecimento ou facilitação. Aqui o direito se reveste de sua concepção promocional ao dedicar atenção preferencial à regulação de comportamentos desejados, como indutores da mudança social.

Nesse sentido, Norberto Bobbio (2007, p. 79) esclarece que sob a ideia de função promocional estão inseridos tanto o exercício de controle social quanto de mudança social, pois a finalidade de “um ordenamento jurídico não é somente controlar os comportamentos dos indivíduos, o que pode ser obtido por meio da técnica das sanções negativas, mas também direcionar os comportamentos para certos objetivos preestabelecidos”.

A este propósito, Norberto Bobbio (2007, p. 100) reporta que o Estado contemporâneo, em sua tarefa notadamente de controlar e dirigir o desenvolvimento econômico e social, realiza, por meio do direito, “uma função de estimular, de provimento, de provocação da conduta dos indivíduos e dos grupos, que é a exata antítese da função apenas protetora ou apenas repressora”.

1.3. Direito à Educação como Direito Fundamental

No Brasil, é somente na Constituição Federal de 1988 que o direito à educação obteve reconhecimento formal de sua fundamentalidade²³. Nela, os direitos sociais, entre os quais o direito à educação, possuem capítulo próprio (Capítulo II – Dos Direitos Sociais), que integra o Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, reconhecendo de forma inequívoca o *status* de autênticos direitos fundamentais. Entretanto, a fundamentalidade do direito à educação não deriva apenas do aspecto formal. O direito à educação é direito fundamental também pelo aspecto de sua fundamentalidade material.

Sob o aspecto material, a fundamentalidade do direito à educação é vinculada aos fundamentos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 1º da Constituição Federal de 1988, e aos objetivos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988.

²³ Os direitos sociais, embora inseridos no ordenamento constitucional brasileiro desde a Constituição de 1934, não integravam o título referente à declaração de direitos.

No artigo 1º da Constituição Federal estão previstas como fundamentos da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana (inciso III) e a cidadania (inciso II). Nesse sentido, a educação constitui uma necessidade para a efetiva aplicação desses fundamentos, pois a dignidade da pessoa humana exige a implementação do acesso à educação para sua concretização, e somente por meio dela pode-se construir cidadania em seu pleno sentido.

A fundamentalidade do direito à educação vincula-se à dignidade humana e à cidadania²⁴, dado o seu caráter emancipatório, voltado ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, e o seu caráter instrumental para o exercício dos demais direitos fundamentais.

De acordo com Cássio Cavalcante Andrade (2010, p. 53),

A educação deve ser tomada como elemento essencial à vida, disso defluindo que o direito à vida deve implicar o acesso à educação. Vida, aqui, tomamos no sentido mais abrangente possível, para significar não apenas a sobrevivência, a manutenção do físico e a preservação da correspondente integridade. É preciso que tomemos o direito à vida não sob um prisma estático, mas dinâmico e social, uma vida digna em condições de sanidade física, psíquica e moral adequadas à dignidade da pessoa, ao livre desenvolvimento da personalidade.

O autor (2010, p. 54) também salienta que os direitos de liberdades concretizam-se com o direito à educação, como fator de conhecimento próprio e da realidade que cerca a condição humana, uma vez que “quanto mais educado e mais consciente, mais livre e menos conduzido será o homem, sobretudo em se considerando sua condição de ser social”.

Mônica Sifuentes (2009, p. 58) aponta que

O homem só alcançará o pleno exercício dos seus direitos se for livre e capaz de escolher o melhor caminho para si, para os outros e para a comunidade. A educação projeta-se, portanto, do âmbito dos direitos sociais, passando a integrar o núcleo essencial dos direitos que conduzem à liberdade e à cidadania. Desse modo, a exemplo de outros direitos, que podem ser classificados em mais de uma dimensão, a educação, além de direito social, pode ser corretamente inserida entre os direitos fundamentais de primeira dimensão, entrelaçada ao direito à vida e à liberdade.

No mesmo sentido, Lélis Maximino Lellis (2010, p. 189-190), ao tratar da fundamentalidade do direito à educação, destaca que esta não deriva apenas de sua inclusão no artigo 6º, que integra o Título II, referente aos Direitos e Garantias Fundamentais, da Constituição Federal, mas, também, porque “faz-se necessário à configuração do conceito de pessoa humana, que possui as dimensões individual e social,

²⁴ Segundo Dalmo de Abreu Dallari (1998, p. 14), “a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

privada e pública” e porque “é imprescindível, enquanto instrumento, à consecução dos direitos fundamentais finalísticos, tais como aqueles protetores da vida e da liberdade (art. 5º, da CF)”.

Assim, o direito à educação ocupa, segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a, p. 291),

[...] lugar central no conjunto dos direitos fundamentais, considerados esses em sua fundamentalidade substancial [...], correspondente à sua importância na salvaguarda da dignidade humana: é indispensável ao desenvolvimento da pessoa e ao exercício dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, levando à consolidação da cidadania como o direito de ter direitos [...].

O direito à educação representa uma alternativa à subalternidade, ou seja, à alienação correspondente ao pleno desenvolvimento individual e comunitário do homem, que impede que a pessoa se aproprie dos aspectos qualitativos do mundo, refletidos nos bens da educação, da arte e da cultura. (LUÑO, 1998)

Dessa forma, o direito à educação vincula-se também aos objetivos da República Federativa do Brasil, previstos no artigo 3º da Constituição Federal. A efetivação do direito à educação apresenta-se como um dos instrumentos necessários para a realização dos objetivos da República Federativa do Brasil de construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, incisos I a IV, da Constituição Federal).

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), o princípio informador do dever do Estado, no tocante ao direito à educação, decorre do princípio dito “fundamental”, de observância absoluta, expresso teleologicamente no artigo 3º da Constituição Federal, que traça os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Isto porque, conforme assinala Tércio Sampaio Ferraz Júnior (1990, p. 88), “do ângulo da hermenêutica constitucional, [...] tais princípios não admitem interpretação restritiva, desdobrando-se numa série de direitos, garantias e deveres que deles decorrem”, entre eles o direito à educação.

Dotado de fundamentalidade formal e material, o direito à educação reveste-se dos atributos inerentes aos direitos fundamentais: imprescritibilidade²⁵, inalienabilidade²⁶,

²⁵ De acordo com José Afonso da Silva (2010, p. 181), “o exercício de boa parte dos direitos fundamentais ocorre só no fato de existirem reconhecidos na ordem jurídica. Em relação a eles não se verificam requisitos que importem em sua prescrição. Vale dizer, nunca deixam de ser exigíveis. Pois a prescrição é um instituto jurídico que somente atinge, coarctando, a exigibilidade dos direitos de caráter patrimonial, não a exigibilidade de direitos personalíssimos, ainda que não individualistas, como é o caso. Se são sempre

irrenunciabilidade²⁷ e efetividade.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a, p. 392):

Em sua dimensão subjetiva, o direito à educação é densificado sob o ângulo dos titulares de posições jurídicas individuais ou coletivas perante o Estado e entre si; em sua dimensão objetiva, a densidade da proteção se revela sob o ângulo das garantias e dos deveres. A distinção entre as duas dimensões do direito à educação, isto é, entre os interesses próprios dos titulares e a estrutura que produz efeitos jurídicos, tem importantes consequências práticas no que diz respeito ao grau de vinculação do Poder Público e às relações entre os seus diversos titulares.

Dessa forma, a autora (2009a) aponta que não se pode negar a relevância conferida à normativa constitucional do direito à educação, destacada não só pela dimensão subjetiva do direito quanto pela sua dimensão objetiva, isto é, pelas garantias e deveres do Estado.

1.4. Direito à Educação como Direito Social

O direito à educação, inserido no conjunto de direitos fundamentais, é um direito social, ou seja, é um direito fundamental social, que se caracteriza por outorgar ao indivíduo direito a prestações estatais. Nesse sentido, o artigo 6º da Constituição Federal estabelece que o direito à educação constitui um dos direitos sociais assegurados.

A concepção dos direitos sociais está ligada à busca do ideal de igualdade que caracteriza tais direitos, abarcando um sentido de igualdade material que se concretiza por intermédio da atuação positiva do Estado, dirigida à garantia de acesso a bens econômicos, sociais e culturais.

José Afonso da Silva (2010, p. 286-287) afirma que os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais,

[...] são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais. São, portanto, direitos que se ligam ao direito de igualdade. Valem como pressupostos do gozo dos direitos individuais na medida em que criam condições materiais mais propícias ao auferimento da igualdade real, o que, por sua vez, proporciona condição mais compatível com o exercício efetivo da

exercíveis e exercidos, não há intercorrência temporal de não exercício que fundamente a perda da exigibilidade pela prescrição”.

²⁶ De acordo com José Afonso da Silva (2010, p. 181), a inalienabilidade significa que “são direitos intransferíveis, inegociáveis, porque não são de conteúdo econômico-patrimonial. Se a ordem constitucional os confere a todos, deles não se pode desfazer, porque são indisponíveis”.

²⁷ De acordo com José Afonso da Silva (2010, p. 181), a irrenunciabilidade significa que “não se renunciam direitos fundamentais. Alguns deles podem até não ser exercidos, pode-se deixar de exercê-los, mas não se admite sejam renunciados”.

liberdade.

De acordo com Cássio Cavalcante Andrade (2010, p. 76), os direitos sociais constituem “formas de tutela pessoal e prestam-se a disciplinar situações subjetivas pessoais ou grupais de caráter concreto, tendo por importância funcional realizar a igualdade na sociedade ou a minoração das desigualdades sociais, mediante o desempenho, pelo Estado, de um papel prestacional”.

A caracterização dos direitos sociais conduz, necessariamente, à problemática da normatividade de tais direitos na Constituição Federal.

Segundo Ingo Wolfgang Sarlet (2006), pelo fato de os direitos sociais terem por objeto prestações estatais é que se aponta para sua dimensão economicamente relevante. Isto ocorre porque a efetiva realização das prestações estatais não é possível sem que se despenda algum recurso, dependendo, em última análise, da conjuntura econômica.

A limitação dos recursos do Estado pode constituir, neste contexto, limite fático à efetivação dos direitos sociais, na medida em que eles dependem da real existência de meios para que seja prestado o que a norma impõe. Ao lado da real existência de meios, Ingo Wolfgang Sarlet (2006, p. 301) destaca a questão do “poder de dispor, sem o qual de nada lhe adiantam os recursos existentes”.

Assim, em função destes dois aspectos é que se passou a sustentar a colocação dos direitos sociais sob o que se denominou de reserva do possível, “que, compreendida em sentido amplo, abrange tanto a possibilidade quanto o poder de disposição por parte do destinatário da norma”. (SARLET, 2006, p. 301)

Dessa forma, o conteúdo das prestações estatais dificilmente pode ser estabelecido e definido de forma geral e abstrata no texto constitucional. Por esta razão, os direitos sociais tendem a ser positivados de forma vaga e aberta no texto constitucional, necessitando, muitas vezes, de interposição legislativa.

É por essa razão que a efetivação dos direitos sociais depende em grande medida das políticas públicas, definidas por Maria Paula Dallari Bucci (2006, p. 241) como “programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. As políticas públicas envolvem, necessariamente, um processo de escolha dos mecanismos para a satisfação dos direitos sociais. Segundo Maria Paula Dallari Bucci (1996), o fundamento mediato e fonte de justificação das políticas públicas é o Estado

Social de Direito²⁸, marcado pela obrigação de implementar os direitos que exigem uma prestação positiva do Poder Público.

Paulo Bonavides (2006, p. 564-565), ao analisar a questão da normatividade dos direitos sociais, explica que estes

[...] passaram primeiro por um ciclo de baixa normatividade ou tiveram eficácia duvidosa, em virtude de sua própria natureza de direitos que exigem do Estado determinadas prestações materiais nem sempre resgatáveis por exiguidade, carência ou limitação essencial de meios e recursos.

De juridicidade questionada nesta fase, foram eles remetidos à chamada esfera programática, em virtude de não conterem para sua concretização aquelas garantias habitualmente ministradas pelos instrumentos processuais de proteção aos direitos de liberdade. Atravessaram, a seguir, uma crise de observância e execução, cujo fim parece estar perto, desde que recentes Constituições, inclusive a do Brasil, formularam o preceito da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais.

De tal sorte que os direitos fundamentais da segunda geração tendem a tornar-se tão justiciáveis quanto os da primeira; pelo menos esta é a regra que já não poderá ser descumprida ou ter sua eficácia recusada com aquela facilidade de argumentação arrimada no caráter programático da norma.

Com efeito, até então, em quase todos os sistemas jurídicos, prevalecia a noção de que apenas os direitos de liberdade eram de aplicabilidade imediata, ao passo que os direitos sociais tinham aplicabilidade mediata, por via do legislador.

Cássio Cavalcante Andrade (2010, p. 82) explica que as mutações verificadas no quadro da normatividade dos direitos sociais devem-se, em grande parte,

[...] à postura desafiadora da doutrina e da jurisprudência, que, a seu modo, trataram de conceber, para as normas constitucionais programáticas, inteligência investigativa com intuito de lhes imprimir a maior efetividade possível, refutando, assim, postura mais passiva, que se limitava a encerrar que aquelas normas apenas ostentavam efeitos negativos [...]. À teorização da reserva do possível voltou-se uma atitude mais incisiva e desejosa de levar à última fronteira a busca do razoavelmente possível.

De fato, a estratégia de inserção dos direitos sociais no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988, tem o condão de fazer incidir sobre esses direitos a regra da aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, definida no artigo 5º, §1º, da Constituição Federal. Este é o entendimento de José Afonso da Silva (2010), que, ao tratar da eficácia dos direitos fundamentais, sustenta que o disposto no artigo 5º, §1º, da Constituição Federal, atinge todos os direitos fundamentais, inclusive os direitos sociais.

Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p. 32) destaca que os direitos sociais, independentemente de sua forma de positivação no ordenamento constitucional,

²⁸ O Estado Social de Direito, na visão de Maria Paula Dallari Bucci (2006, p. 247), “absorve algumas das figuras criadas com o Estado de Bem-Estar, dando a elas um novo sentido, agora não mais de intervenção sobre a atividade privada, mas de diretriz geral, tanto para as ações de indivíduos e organizações como do próprio Estado”.

[...] por menor que seja sua densidade normativa ao nível da Constituição, sempre estarão aptos a gerar um mínimo de efeitos jurídicos, já que não há mais praticamente quem sustente que existam normas constitucionais (ainda mais quando definidoras de direitos fundamentais) destituídas de eficácia e, portanto, de aplicabilidade.

Segundo Andreas Joachim Krell (1999, p. 240),

As normas constitucionais programáticas sobre direitos sociais [...] definem metas e finalidades as quais o legislador ordinário deve elevar a um nível adequado de concretização. Essas “normas-programa” prescrevem a realização, por parte do Estado, de determinados fins e tarefas, no entanto, elas não representam meras recomendações ou preceitos morais com eficácia ético-política meramente diretiva, mas constituem direito diretamente aplicável.

Dessa forma, as normas constitucionais definidoras do direito à educação são imperativas e têm força jurídica vinculante para o Poder Público, pouco importando o grau de eficácia, pois todas constituem padrões jurídicos de controle judicial e fator de interpretação normativa, com aplicabilidade imediata por força do artigo 5º, §1º, da Constituição Federal de 1988. (RANIERI, 2009a) Tais normas manifestam a “eficácia irradiante” em relação ao legislador ordinário, pelo qual não só se assegura a não diminuição do grau de realização do direito como também a proibição do arbítrio, haja vista que a liberdade de conformação do legislador não é total.

Os bens protegidos pelo direito à educação têm justiciabilidade imediata²⁹, fato este reforçado pelo reconhecimento doutrinário de que qualquer tipo de ação pode ser empregada para provocar o Judiciário a exercer o controle e eventual intervenção em políticas públicas determinadas pela Constituição Federal de 1988, como é o caso da efetivação do direito à educação pelo Estado. (RANIERI, 2009a)

1.5. Conteúdo do Direito à Educação

Inserido no Título II– Dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal de 1988, o direito à educação é assegurado no artigo 6º, como um direito fundamental social.

O conteúdo do direito à educação é desenvolvido no Título VIII, referente à Ordem Social, que no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto dedica uma

²⁹ De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a, p. 339), “as dificuldades de efetivação do direito à educação[...] como problema do direito positivo não derivam da força jurídica de suas normas definidoras, mas de sua eficácia e aplicabilidade como normas que dependem de complementos, quer porque dependem de reserva econômica possível, quer porque impõem uma proibição de omissão que nem sempre leva aos resultados esperados [...], por razões de discricionariedade estatal. Nesse sentido, a previsão de aplicabilidade imediata das normas de direitos fundamentais, prevista no artigo 5º, §1º, da Constituição Federal, não opera os efeitos desejados pelo legislador constituinte”.

seção inteira a tratar da educação (Seção I – Da Educação)³⁰.

O objetivo aqui não é apresentar uma análise detalhada dos artigos 205 a 214 que integram a Seção I – Da Educação, nem mesmo os seus desdobramentos no direito educacional, integrado pela LDB e por outras referências legislativas e normativas, o que fugiria à delimitação da tese proposta. Pretende-se apenas elucidar o delineamento do conteúdo do direito à educação na Constituição Federal, com algumas referências necessárias, mas não exaustiva dos seus desdobramentos no direito educacional³¹, a fim de que se possa compreender o regime jurídico que informa o direito à educação.

Como é próprio dos direitos fundamentais sociais, o direito à educação se desdobra em diversos direitos e faculdades, de conteúdo específico e autônomo, a partir dos quais é possível distinguir, nesse conjunto, entre o direito à educação e os direitos na educação. De forma sintética, Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a) explica que o direito à educação pode ser considerado como o gênero do qual os direitos na educação são desdobramentos.

No caso brasileiro, o direito à educação como gênero

[...] é, fundamentalmente, um direito a prestações positivas materiais, de custo social. Ou seja, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; o ensino fundamental na língua materna das diversas comunidades indígenas; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências; oferta de ensino noturno; atendimento ao educando no ensino fundamental, dentre outros previstos na legislação brasileira. São essencialmente direitos de promoção e proteção, realizados mediante ações positivas. (RANIERI, 2009a, p. 290)

Os direitos na educação, ou seja, os desdobramentos,

[...] têm a função primária de defesa das liberdades no campo da educação, tais como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a gestão democrática do ensino público; o ensino religioso facultativo; a autonomia universitária etc. São direitos de natureza instrumental ou adjetiva, que se realizam por intermédio de abstenções, e submetidos ao regime das liberdades e garantias, de eficácia plena e aplicabilidade imediata. (RANIERI, 2009a, p. 290-291)

O artigo 205 da Constituição Federal declara que a educação é “direito de todos e

³⁰ A respeito do prosseguimento da leitura constitucional dos direitos sociais com a compreensão dos dispositivos sediados no Título VIII – Da Ordem Social vide nota de rodapé 2.

³¹ Os artigos 205 a 214, que integram a Seção I – Da Educação, não esgotam a compreensão do regime jurídico do direito à educação, mas concentram grande parte de seus caracteres elementares. Para Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a), o direito à educação, no conjunto dos direitos sociais, encontra-se conformado por um regime jurídico singular que se caracteriza por intensa determinação de conteúdo e densidade de proteção. A autora (2009a) destaca que o regime jurídico do direito à educação se extrai direta e principalmente do texto constitucional, podendo ser complementado por normas de Direito Administrativo, diversamente do que ocorre em relação aos direitos sociais, cujo regime jurídico se extrai principalmente do Direito Administrativo.

dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim, o artigo 205 reconhece, explicitamente, a educação como direito de todos, consagrando a universalidade³² do direito à educação. Além de estabelecer a educação como um direito de todos, o artigo 205 da Constituição Federal explicita que os titulares do dever contraposto ao direito são o Estado, a família e a sociedade.

Dessa forma, o artigo 205, ao definir genericamente o direito à educação, configura o papel primordial do Estado, conjuntamente com a família e a sociedade, no tocante à sua concretização. No artigo 205, portanto, encontra-se clara a obrigatoriedade de atuação do Estado, que deverá não somente fornecer a educação, como estabelecer políticas públicas que visem à concretização do direito à educação.

O substantivo “educação”, tal como empregado no artigo 205, indica, conforme Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a, p. 284-285), “a ação de educar em sua mais ampla acepção, seja ela familiar, seja escolar, privada ou pública, formal ou informal, nas mais diversas áreas”, visando aos fins especificados, quais sejam, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Essa indicação é ainda confirmada pelo artigo 1º da LDB ao estabelecer que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Assim, em conformidade com a autora citada (2009a, p. 285), a educação poderia ser conceituada como “direito que abrange os diversos processos formativos necessários ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Não obstante a educação, em sentido amplo, englobe os diversos processos formativos desenvolvidos nas variadas formas de interação social, a LDB reduziu o seu objeto, disciplinando apenas a educação escolar. Nesse sentido, de acordo com o artigo 1º, §1º, da LDB, a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino³³,

³² De acordo com Clarice Seixas Duarte (2007), não obstante o reconhecimento expresso da universalidade do direito à educação, a sua implementação demanda a escolha de alvos prioritários, ou seja, grupos de pessoas que se encontram em uma mesma posição de carência ou vulnerabilidade. “Isso porque o objetivo dos direitos sociais é corrigir desigualdades próprias das sociedades de classe, aproximando grupos ou categorias marginalizadas”.

³³ A respeito da distinção entre os termos “educação” e “ensino” vide nota de rodapé 3.

em instituições próprias, ou seja, em instituições de ensino, públicas ou privadas, consoante definição apresentada no artigo 19³⁴ da LDB.

É o que leciona Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a, p. 285) ao afirmar que,

Os processos formativos, se ministrados por instituições escolares, constituem o “ensino”, que se especifica de acordo com o seu nível ou modalidade, e a natureza jurídica pública ou privada do mantenedor. No texto constitucional, o ensino como processo formativo escolar é, em consequência, espécie do gênero “educação”.

Na legislação educacional brasileira, os processos formativos de ensino consistem nas ações destinadas a alcançar as finalidades da educação escolar que, segundo o artigo 21 da LDB, está dividida em dois níveis: educação básica³⁵ e educação superior³⁶.

O artigo 206 da Constituição Federal estabeleceu os princípios³⁷ de regência do ensino, consagrando que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”:

³⁴ O artigo 19 da LDB estabelece que as instituições de ensino classificam-se nas seguintes categorias administrativas: “I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”.

³⁵ A educação básica compreende as seguintes modalidades de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. De acordo com o artigo 22 da LDB, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A educação básica pode ser oferecida de diferentes maneiras a diversos titulares: pela educação básica regular, para as crianças e adolescentes em idade apropriada, ou pela educação de jovens e adultos, para aqueles (jovens e adultos) que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria; ou por via da educação especial, para educandos portadores de necessidades especiais, sejam crianças, jovens ou adultos.

³⁶ A educação superior, conforme dispõe o artigo 44 da LDB, abrange os seguintes cursos e programas: “I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”. De acordo com o artigo 43 da LDB, a educação superior tem por finalidade: “I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

³⁷ Sem a pretensão de discutir as concepções e a complexidade que envolvem doutrinariamente a ideia de “princípio” no âmbito do direito constitucional, admite-se a perspectiva de que “os princípios são normas imediatamente finalísticas. Eles estabelecem um fim a ser atingido [...]. A instituição do fim é o ponto de

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Ressaltam-se, entre os princípios previstos no artigo 206, a questão da gratuidade (inciso IV) que alcança todos os níveis da educação escolar, quando oferecida diretamente pelo Estado, ou seja, em instituições públicas.

O artigo 206, inciso III, ao mencionar a “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, permite o oferecimento do ensino não só pelo Poder Público, mas também pela iniciativa privada. Esta possibilidade, como será visto, confere ao Estado uma dupla perspectiva no tocante ao seu dever com a educação: oferecer diretamente as atividades de ensino e desempenhar uma atuação controladora, para garantia das finalidades de desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Atuação esta que é reforçada pela “garantia de padrão de qualidade”, expressa no artigo 206, inciso VII.

A instrumentalização do dever do Estado no tocante ao direito à educação é prevista no artigo 208 da Constituição Federal, regulando a atuação estatal direta no campo da educação, ou seja, especifica que parte do direito “de todos”, amplamente proclamado no artigo 205 como dever do Estado, da família e da sociedade, deve necessariamente ser assegurado pelo Estado, através de políticas públicas específicas nos diferentes entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Assim, o artigo 208 da Constituição Federal apresenta notável avanço no sentido de estabelecer as garantias do Estado para a concretização do direito à educação. Nesse sentido, determina que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de”:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,

partida de procura por meios. Os meios podem ser definidos como condições (objetos, situações) que causam a promoção gradual do conteúdo do fim”. (ÁVILA, 2008, p. 79)

preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º. Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Pelo disposto no artigo 208 da Constituição Federal, a educação básica, que nos termos do artigo 21, inciso I, da LDB, compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, é obrigatória e gratuita, na faixa etária “dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (artigo 208, inciso I).

A atual redação do artigo 208, inciso I, foi dada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia o dever constitucional do Estado em relação à educação e modifica a faixa de escolarização obrigatória. Em sua redação anterior, dada pela Emenda Constitucional nº 14/1996, o nível de ensino obrigatório e gratuito era apenas o ensino fundamental, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Assim, é importante perceber que há uma mudança no enfoque da obrigatoriedade, antes relacionada ao ensino fundamental na idade própria (a partir dos seis anos). Pela atual redação, a obrigatoriedade passa a não mais se vincular a uma etapa de ensino específica, mas a uma faixa etária da infância e a toda a adolescência. Ou seja, o que se estipula é que toda criança a partir dos quatro anos deve obrigatoriamente ser matriculada na pré-escola, permanecendo até o ingresso no ensino fundamental aos seis anos. A partir daí, deve obrigatoriamente permanecer na escola até os dezessete anos.

Por essa razão, o artigo 208, inciso II, prevê a “progressiva universalização do ensino médio gratuito”, uma vez que, em decorrência do disposto no artigo 208, inciso I, a obrigatoriedade pode ou não se estender ao ensino médio, a depender do percurso do estudante no ensino fundamental. Contudo, o ensino médio, enquanto parte da educação básica, tem sua proteção jurídica ampliada pelo artigo 208, inciso I, seja quando cursado na faixa etária obrigatória ou não.

No caso da educação básica, observe-se que o dever do Estado com este nível do ensino não se esgota no fornecimento da educação escolar, mas inclui, igualmente, o

“atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (artigo 208, inciso VII), reforçando, assim, o princípio de igualdade de condições para permanência na escola (artigo 206, inciso I).

Manifesta-se com significativa importância o disposto no artigo 208, §1º, uma vez que caracteriza o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, importando, nos termos do artigo 208, §2º, o seu não oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular em responsabilidade da autoridade competente.

Em relação à educação superior, o artigo 208 somente trata da questão do acesso (inciso V), deduzindo-se, portanto, uma significativa diferenciação de tratamento em relação à educação básica. Ao contrário da educação básica, que é obrigatória e gratuita, a educação superior não é, pois o acesso a este nível da educação escolar depende da capacidade de cada um.

No que diz respeito ao dever do Estado, o artigo 211 da Constituição Federal estabelece ainda os encargos educacionais atribuídos a cada um dos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Vejamos.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º. A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§2º. Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§3º. Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§4º. Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§5º. A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.

No esquema do artigo 211, compete aos Municípios atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Aos Estados e ao Distrito Federal compete atuar no ensino fundamental e médio. À União compete atuar de forma redistributiva e supletivamente para garantir a equalização de oportunidades educacionais e o padrão mínimo de qualidade de ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e Municípios, em todos os níveis de ensino.

O artigo 211 da Constituição Federal, entretanto, não indica nenhum nível de ensino para atuação prioritária da União, como faz para os Estados, o Distrito Federal e os

Municípios. Dessa forma, reforça sua função redistributiva e supletiva em todos os níveis de ensino. De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009b, p. 43),

Considerando-se o amplo escopo desta atribuição (todos os níveis de ensino), fica claro que à União compete oferecer o ensino superior à ausência do seu oferecimento pelas demais esferas de governos. Como estas devem se ocupar prioritariamente da educação básica, a competência da União, em relação ao ensino superior, é residual.

Para sustentar os encargos educacionais, o artigo 212 da Constituição Federal garantiu os recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino, por meio da vinculação de receita tributária dos entes federados. Assim, discriminou os percentuais da receita de impostos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Vejamos.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º. A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º. Para efeito do cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º. A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§4º. Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º. A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§6º. As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

No campo do financiamento da educação obrigatória, Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009b) explica que além da previsão do artigo 167, inciso IV, que permite a vinculação da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, instituiu-se um sistema de distribuição de recursos públicos, baseado no número de matrículas em educação básica, nas redes estaduais, municipais e do Distrito Federal. Essa distribuição foi assegurada inicialmente pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), posteriormente aplicado para incluir a educação infantil e o ensino médio, conforme o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB) (artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda

Constitucional nº 54, de 19 de dezembro de 2006).

Ainda que a Constituição Federal seja explícita ao vincular a educação como dever do Estado, deve-se registrar que o Estado não assume apenas a prestação direta do ensino, o que ocorre por meio da criação de instituições públicas. Nos termos do artigo 209 da Constituição Federal de 1988, o ensino é livre à iniciativa privada, prevalecendo, assim, a atuação controladora do Estado, uma vez que adotado um sistema híbrido de oferecimento do ensino, com participações públicas e privadas (artigo 206, inciso III).

De fato, a Constituição Federal estabelece que o ensino não é privativo do Estado, sendo livre à iniciativa privada, nos termos do artigo 209, desde que atendidas as condições de “cumprimento das normas gerais da educação nacional” (inciso I) e de “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (inciso II), reforçando, nestes termos, a garantia de padrão de qualidade do ensino (artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal).

Por não ser atividade privativa do Estado, o ensino tanto pode ser prestado diretamente pelo Estado, com a participação da sociedade, como pela iniciativa privada, “sem prejuízo da colaboração entre ambos mediante técnicas de fomento ou parcerias”. (RANIERI, 2000, p. 129)

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 130), “em qualquer situação prevalece a atuação controladora do Estado para garantia das finalidades de desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim, de acordo com a autora (2000, p. 79),

Na tarefa educacional, devem ser consideradas as esferas pública e privada numa relação complementar e não dicotômica e excludente [...]. Aparentemente, a tendência de transformação das técnicas jurídicas aponta para um novo modelo de atuação do Estado, baseado no controle e no contrato, uma vez que requer a participação e a colaboração da sociedade por meio de parcerias. A intervenção mediante controle é favorecida na Lei nº 9.394, de 20/12/96.

É importante considerar que a liberdade prevista no artigo 209 da Constituição Federal não é entendida nos mesmos termos da livre iniciativa em relação a qualquer outra atividade econômica, tendo em vista o caráter específico da educação. O condicionamento da atividade às normas gerais de educação nacional e à autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público instrumentaliza-o para que este exerça sua função primordial em relação à educação, seja prestando-a diretamente, seja controlando a sua prestação pela iniciativa privada.

No artigo 7º da LDB especificam-se os mesmos limites, adicionando-se, no inciso III, a capacidade de autofinanciamento.

Art. 7º. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I – cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;
II – autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;
III – capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

A necessidade de capacidade de autofinanciamento da iniciativa privada encontra-se implícita no artigo 213 da Constituição Federal, que trata da destinação dos recursos públicos.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.
§1º. Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.
§2º. As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Pela redação do artigo 213 da Constituição Federal, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo, caso atendidas as condições fixadas, ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Por fim, é importante ainda mencionar a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, conforme dispõe o artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), o conteúdo de diretrizes e bases da educação nacional remete às ideias de fundamento, organização e condições de exequibilidade. Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 108) explica que, na área da educação, o vocábulo “diretriz”

[...] diz respeito às metas de promoção do indivíduo como pessoa, cidadão e trabalhador, volta-se por extensão ao atendimento do artigo 3º da Constituição Federal, cuja execução requer condições de exequibilidade (órgãos, autoridades, meios de concretização), que constituem, por sua vez, a “base” a que se refere a Constituição Federal.

Na “base” da educação nacional estão muitas das garantias do direito à educação já indicadas pela Constituição Federal, que, [...], atuam na qualidade de princípios, tais como a coexistência de três sistemas de ensino [...]; a igualdade

de condições para o acesso e permanência na escola; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais [...]; a oferta de ensino noturno regular [...] etc.

Também constitui “base” a indicação da preeminência do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação como órgãos definidores das políticas públicas para os diversos graus de ensino [...].

“Diretrizes e bases” designam, portanto, fundamentos (razão justificativa); organização; condições de exequibilidade. Logo, quando se fala em diretrizes e bases, fala-se em estrutura, em arcabouço da educação nacional.

Dessa forma, a lei de diretrizes e bases da educação nacional, prevista no artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, representa o eixo jurídico de fundamentação, organização e exequibilidade do ensino no País. Além de conferir unidade ao sistema nacional de educação brasileira, reflete, por via de consequência, as principais políticas públicas traçadas para a concretização do direito à educação.

Acresce-se a isso o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que dirige ao legislador infraconstitucional o dever de estabelecer o plano nacional de educação. Vejamos.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – formação para o trabalho;

V – promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Com duração decenal, o estabelecimento do plano nacional de educação traduz as diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação do direito à educação.

1.6. Garantia de Padrão de Qualidade no Ensino

Estendendo-se a definição apresentada por Nina Beatriz Stocco Ranieri (2009a) para os direitos na educação (os desdobramentos), vê-se que estes possuem uma concepção instrumental de efetivação do direito à educação (gênero) expressa por meio de garantias e não apenas de abstenções. Nessa seara se inclui a garantia de padrão de qualidade do ensino, expressa no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal.

O status constitucional dado à garantia de padrão de qualidade na oferta da educação é exclusividade da Constituição Federal de 1988, não encontrando antecedentes

na história constitucional brasileira. Sem a pretensão de discutir as concepções e a complexidade que envolvem doutrinariamente a ideia de “princípio” no âmbito do direito constitucional, admite-se a perspectiva de que “os princípios são normas imediatamente finalísticas. Eles estabelecem um fim a ser atingido [...]. A instituição do fim é o ponto de partida de procura por meios. Os meios podem ser definidos como condições (objetos, situações) que causam a promoção gradual do conteúdo do fim”. (ÁVILA, 2008, p. 79)

Apesar de o texto constitucional não definir clara e objetivamente o que viria a ser qualidade no ensino, tem-se que o interesse juridicamente protegido não se limita ao acesso e permanência na escola. Ao contrário, amplia-se para garantir que o ensino oferecido e recebido atenda a um padrão mínimo de qualidade.

De fato, a história recente da educação nacional revela que as demandas colocadas para a efetivação do direito à educação (gênero) modificaram-se conforme as contradições percebidas. Nesse sentido, a universalização do acesso à rede de ensino constitui somente um primeiro momento da tarefa do Estado (e, em algum grau, da família) de efetivar o direito à educação.

Romualdo Portela de Oliveira (2007, p. 666) atribui “importância significativa à universalização do acesso ao ensino fundamental, posto que esta faz com que ‘as contradições mudem de lugar’, passando a concentrar-se na expansão das etapas posteriores a este e na qualidade da educação básica, notadamente do ensino fundamental”.

Conforme ele assinala (2007), nas últimas três décadas – período em que o ensino fundamental praticamente se universalizou, direção para a qual também caminha o ensino médio –, as contradições na demanda por educação transferiram-se progressivamente no processo educativo, à medida que o problema imediatamente anterior era resolvido.

O primeiro objetivo teria sido o aumento da rede física para atender à demanda por mais vagas no ensino obrigatório. Aparentemente resolvida essa questão³⁸, apresentou-se a necessidade de redução dos índices de evasão escolar para que os alunos tivessem condições de concluir o ensino obrigatório. Segundo Romualdo Portela de Oliveira e Gilda Cardoso de Araújo (2005, p. 10), “a partir da comparação entre a entrada e saída de alunos do sistema de ensino, era medida a qualidade da escola. Se a saída se mostrasse muito pequena em relação à entrada, a escola ou o sistema como um todo teria baixa qualidade”.

A questão do fluxo diz respeito às preocupações que envolvem a permanência e

³⁸ É certo que a falta de vagas continua sendo um problema sério no País, principalmente na etapa da educação infantil, na modalidade creche, mas parece que cada vez mais o direito à educação vai se ampliando para abarcar preocupações que vão além da mera obtenção de matrícula para incluir o padrão de qualidade das vagas oferecidas.

evolução do aluno na escola e se ele recebe a educação no tempo previsto, sem abandonar os estudos antes do término do processo educativo. Assim, o enfoque se detém em métodos para correção de desvios na progressão do aluno no sistema, como a repetência e a evasão escolar.

Considerando que a questão do fluxo esteja minorada (embora não de todo solucionada, assim como o acesso a vagas também não está de todo resolvido), e que, em tese, a maioria permanece e progride na escola até o fim da etapa obrigatória, as demandas passaram a gravitar em torno da garantia de padrão de qualidade. Romualdo Portela de Oliveira (2007) menciona um indicador de qualidade que vem sendo introduzido no Brasil e busca medir a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Trata-se dos resultados obtidos por meio de avaliações cognitivas dos alunos com testes padronizados em larga escala.

Nesse sentido, Romualdo Portela de Oliveira (1996, p. 61), destaca que “a questão da qualidade, ou temática da qualidade, substitui a temática mais tradicional da igualdade e da igualdade de oportunidades, e nessa perspectiva ela funda um novo centro para a elaboração de políticas educacionais”.

Contudo, a efetivação da garantia de padrão de qualidade depende de uma definição de qual seria o dever do Estado relativamente a tal obrigação. Observe-se que o texto constitucional apenas determinou que no ensino seja garantido o padrão de qualidade, sem definir clara e objetivamente o que viria a ser qualidade dentro do contexto da educação escolar. E isso, na prática, traz enormes desafios, especialmente pela dificuldade em se definir o que seja “qualidade”, uma vez que não há um consenso doutrinário a esse respeito.

Não obstante tal fato, muitos elementos poderiam ser oferecidos a uma definição jurídica, não pedagógica, de qualidade no ensino, como estrutura física, currículo, material de ensino, recursos de aprendizado, qualificação do corpo docente etc. No entanto, pensando nesses elementos como prestações oferecidas pelo Estado na forma de intervenções diretas no sistema, deve-se ter em mente a necessidade de equilíbrio, apontada por Jan De Groof (1998, p. 2). Equilíbrio, segundo ele, “entre liberdade e, dessa forma, responsabilidade das administrações das escolas, universidades e outras instituições de educação superior, de um lado, e o papel diretivo do governo, de outro”.

De acordo com Jan De Groof (1988), a qualidade, tomada como algo a que o aluno tem direito, refere-se à intervenção do Estado. O dever do Estado em relação a essa dimensão do direito à educação avalia-se (e se efetiva) no que toca à qualidade de sua

intervenção no processo educacional. Nesse sentido, o autor (1988) afirma que a qualidade da intervenção estatal é melhor avaliada em função dos esforços que faz para promover a qualidade nas instituições de ensino. Ou seja, o dever do Estado em relação à qualidade avalia-se do ponto de vista de sua obrigação de garantir um processo educacional confiável e livre de defeitos.

Assim, do ponto de vista jurídico, a estrutura lógica utilizada para tratar da eficácia da qualidade é diversa daquela empregada para resolução das contradições de quantidade relacionadas ao direito à educação. A eficácia da qualidade requer uma ótica própria, uma conceituação dinâmica, que se altera no tempo e no espaço, vinculando-se às demandas e exigências sociais de um dado processo.

José Afonso da Silva (2006, p. 789), ao comentar o artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal, procura identificar com objetividade o que comporia a ideia de padrão de qualidade:

O padrão de qualidade do ensino depende de fatores intrínsecos e de fatores extrínsecos. Os primeiros estão vinculados à organização dos estabelecimentos escolares, que hão de estar aparelhados com o instrumental adequado a cada tipo de habilitação que oferecem, desde o preparo da criança para as sucessivas etapas do ensino até sua formação profissional – o que envolve a boa formação dos profissionais do ensino em cada uma dessas etapas, mas também requer a permanente atenção dos poderes públicos para com as condições materiais das escolas, tais como as tecnologias modernas de ensino, como a informatização dos estabelecimentos de ensino. Os segundos significam oferecer condições econômicas adequadas às famílias para que seus filhos tenham condições de auferir um bom aprendizado, porque o padrão de qualidade do ensino só se afere no rendimento escolar dos estudantes, e isso não depende apenas da boa qualidade dos professores, mas também, e principalmente, da predisposição do alunado para o aprendizado – o que, na mais das vezes, depende de uma boa alimentação e da posse de material escolar apropriado.

Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra da Silva Martins (2000, p. 535) também descrevem as condições em que a qualidade seria observada, destacando que:

O inciso VII do art. 206 da Constituição assegura a garantia do padrão de qualidade de ensino. Esta deve ser obtida por várias formas, entre elas a contratação e manutenção de professores qualificados nas escolas, boas instalações das instituições de ensino, laboratórios modernos, computadores, bibliotecas e material didático de boa qualidade e acessível a todos.

Traçar o campo conceitual relativo à “qualidade” é uma difícil tarefa, tendo em vista a inexistência de um consenso do real significado dessa palavra, particularmente em termos doutrinários, haja vista que em termos normativos não há uma definição clara e objetiva do que viria a ser “qualidade” dentro do contexto da educação escolar.

Cabe destacar que a LDB estabelece em seu artigo 4º, inciso IX, que “o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] IX –

padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Dessa forma, especifica a necessidade de se definirem os insumos necessários para o alcance de padrões mínimos de qualidade no ensino.

Ademais, o artigo 74 da LDB estabelece que “a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade”. Custo esse que, nos termos do parágrafo único do mesmo artigo, será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Embora o artigo 4º, inciso IX, da LDB incida sobre a educação básica e a educação superior, vem avançando apenas no campo da primeira a questão da definição dos insumos necessários para a obtenção de padrões mínimos de qualidade no ensino.

Nesse sentido, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE) o Parecer CNE/CEB nº 08/2010, aprovado em 05 de maio de 2010, e que desde então aguarda homologação do Ministro da Educação, apresentou um projeto de resolução que estabelece normas para aplicação do artigo 4º, inciso IX, da LDB, que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a educação pública.

O Parecer CNE/CEB nº 08/2010 propõe a construção de uma matriz de padrões mínimos de qualidade para a educação básica pública no Brasil e os insumos a ela associados, tendo como referência o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), conforme estudos desenvolvidos pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 08/2010, para a construção de uma educação de qualidade na educação básica será necessário que os sistemas de ensino, em regime de colaboração, promovam a valorização dos profissionais da educação³⁹, a

³⁹ A valorização dos profissionais da educação é estabelecida no projeto de resolução como um desafio a ser vencido, que exige valorizar a remuneração, instituir planos de carreira, promover formação inicial e continuada e propiciar adequadas condições de trabalho. É determinado que a remuneração dos professores deve ser compatível com a de outros profissionais com igual nível de formação a partir do piso salarial profissional nacional do magistério público. Além disso, é determinado que medidas de valorização do magistério devem ser tomadas para tornar a carreira docente mais atraente para os egressos do ensino médio. Também é estabelecido o dever de implementar jornada de 40 horas semanais para os profissionais da educação, em tempo integral em uma mesma escola, com demais condições adequadas de trabalho e infraestrutura.

ampliação do financiamento da educação⁴⁰ e uma melhor organização da gestão da educação⁴¹.

O Parecer CNE/CEB nº 08/2010 identifica ainda a necessidade de que seja oferecida, para adoção, uma matriz básica de padrões mínimos de qualidade para a educação básica pública no Brasil, assim como os insumos a eles associados, para garantir a comparabilidade nos resultados de suas ações. Nesse sentido, o Parecer CNE/CEB nº 08/2010 identificou o CAQi como referência para a construção da matriz de padrões mínimos de qualidade para a educação básica pública no Brasil.

O valor do CAQi foi calculado com base nos insumos essenciais ao desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem que levem gradualmente a uma educação de qualidade⁴². De acordo com o artigo 8º do projeto de resolução, no contexto do CAQi, os padrões mínimos podem ser definidos como aqueles que levam em conta, entre outros parâmetros:

- I – professores e pessoal de apoio técnico e administrativo que assegurem o bom funcionamento da escola, com remuneração adequada;
- II – creches e escolas que possuam condições de infraestrutura e de equipamentos adequados;
- III – definição de relação adequada entre número de alunos por turma e por professor, e número de salas e de alunos.

Assim, o projeto de resolução apresenta em seu anexo uma tabela de referência para decisões dos órgãos do Poder Público, com estimativa do número de alunos, classes, total de professores, número de salas de aula, alunos por classe, jornada diária do aluno e

⁴⁰ De acordo com o projeto de resolução, o atendimento aos compromissos constitucionais da equidade e da qualidade da educação básica pública, com oferta obrigatória ampliada para todos, dos 4 (quatro) aos 17 anos de idade, exige a definição de percentual do investimento público direto em educação por estudante/ano na educação básica em relação ao PIB per capita, por fase, etapa e modalidade. Assim, para os insumos necessários ao funcionamento de creche ou escola, de acordo com os padrões mínimos do CAQi, resultam diferentes percentuais do PIB per capita estimado por aluno.

⁴¹ A respeito da gestão da educação, o projeto de resolução estabelece que a atuação profissional dos gestores da educação básica é pré-requisito chave para a gestão democrática das escolas e dos sistemas, como importante fator para promoção da qualidade. Dessa forma, os sistemas de ensino da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios devem estabelecer diretrizes e metas, em regime de colaboração, visando à qualidade do ensino público, mediante planos articulados de ação, como instrumentos de modernização da gestão escolar.

⁴² No caso da educação básica, é tomada como educação de qualidade aquela aferida para um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) igual a 6, média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos Países desenvolvidos. O IDEB foi criado pelo INEP em 2007 com o objetivo de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB – para as unidades da federação e para o País – e a Prova Brasil para os Municípios. Trata-se de uma ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica. O PDE estabelece, como meta, que em 2022 o IDEB do Brasil seja 6,0.

jornada semanal do professor por fase e etapa da educação básica e da modalidade escola de educação do campo⁴³.

Nos demais anexos são apresentadas as características mínimas para a construção, incluindo equipamentos e insumos necessários ao funcionamento de creche⁴⁴, pré-escola⁴⁵, escola de ensino fundamental (5 anos iniciais)⁴⁶, escola de ensino fundamental (4 anos finais)⁴⁷, escola de ensino médio⁴⁸, escola de educação do campo de ensino fundamental (5 anos iniciais)⁴⁹, escola de educação do campo de ensino fundamental (4 anos finais)⁵⁰, tomando como referência o estudo do CAQi.

No cálculo do CAQi, para cada etapa da educação básica foram separados os custos de implantação (aquisição de terreno, construção do prédio, compra de equipamentos e material permanente) daqueles associados com os de manutenção e de atualização, necessários para assegurar as condições de oferta educacional de qualidade ao longo do tempo. Os primeiros custos, os de implantação, são realizados de uma única vez. Seria o que poderíamos chamar do “ano zero” do CAQi; os outros dois devem acontecer ano após ano. Assim, após a implantação, os insumos necessários para o funcionamento, manutenção e atualização de creche ou escola têm como referência o custo total estimado por aluno, expresso em percentual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita: creche: 39,0%; pré-escola: 15,1%; ensino fundamental (anos iniciais): 14,4%; ensino fundamental (anos finais): 14,1%; ensino médio: 14,5%; ensino fundamental – escola de educação do campo (anos iniciais): 23,8%; ensino fundamental – escola de educação do campo (anos finais): 18,2%.

O projeto de resolução estabelece que para se chegar à educação de qualidade é essencial que os sistemas de ensino da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios

⁴³ De acordo com o projeto de resolução, pode ser utilizada referência similar para a construção das respectivas matrizes de padrões mínimos de qualidade para outras modalidades da educação básica, dependendo de sua natureza e de normas específicas.

⁴⁴ Tem como referência unidade com área de 915 m², para 120 crianças (13 crianças por turma), 20 professores com jornada de 30 horas semanais (24 horas dedicadas às crianças e as 6 restantes para planejamento, formação e avaliação).

⁴⁵ Tem como referência unidade com área de 705 m², para 240 crianças (20 crianças por turma) e 12 professores com jornada de 40 horas semanais.

⁴⁶ Tem como referência uma unidade com área de 1.150 m², para 480 alunos (24 alunos por turma) e 20 professores com jornada de 40 horas semanais.

⁴⁷ Tem como referência uma unidade com área de 1.650 m², para 600 alunos (30 alunos por turma) e 20 professores com jornada de 40 horas semanais.

⁴⁸ Tem como referência uma unidade com área de 2.080 m², para 900 alunos (30 alunos por turma) e 30 professores com jornada de 40 horas semanais.

⁴⁹ Tem como referência uma unidade com área de 365 m², para 60 alunos (15 alunos por turma) e 4 professores com jornada de 40 horas semanais.

⁵⁰ Tem como referência uma unidade com área de 560 m², para 100 alunos (25 alunos por turma) e 4 professores com jornada de 40 horas semanais.

adotem como política pública a referência dos padrões mínimos do CAQi, estabelecendo diretrizes e metas mediante planos de ação orgânicos e articulados em regime de colaboração, como instrumentos de melhoria e modernização da gestão educacional. Tal política deve ser implantada até 2016, ano em que se deve completar a implementação da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 anos de idade, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 59/2009. Para sua efetivação, torna-se necessário que os governos, nas suas esferas de responsabilidade, assegurem os insumos previstos no CAQi para todas as escolas públicas de educação básica, prevendo-os nos respectivos planos de educação, planos plurianuais e leis orçamentárias, com garantia de controle social de sua execução.

Para a educação superior, embora incidente o disposto no artigo 4º, inciso IX, da LDB, ainda não houve proposta, por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE), dos padrões mínimos de qualidade. No entanto, a sistemática adotada pelo Parecer CNE/CEB nº 08/2010 poderia ser aproveitada se adaptada, desde que observadas a natureza e as normas específicas da educação superior. No caso desta, o estudo embasador dos padrões mínimos de qualidade, além de considerar a finalidade da educação superior, que é distinta da educação básica, deve observar as exigências para cada tipo de organização e suas prerrogativas acadêmicas (faculdades, centros universitários ou universidades).

Considerando o exposto, para fins de introduzir a temática das competências da União em relação à educação superior e à garantia de qualidade do ensino, torna-se necessário analisar a educação superior a partir de elementos da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional, o que é feito no capítulo seguinte desta tese.

2. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

2.1. Educação Superior na Constituição Federal de 1988

Basicamente, por meio de uma abordagem indireta, a educação superior é tratada em quatro artigos (207; 208, inciso V; 213, §2º; 218, §3º) da Constituição Federal de 1988, que não revelam, de *per si*, a complexidade das relações que delas se originam. (RANIERI, 2000)

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 72), “à exceção do artigo 207, de caráter instrumental, as demais previsões têm conteúdo programático e apenas tangenciam os temas do dever do Estado, do acesso, da oferta e do financiamento” da educação superior.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 72) explica que a abordagem da educação superior na Constituição Federal

[...] não significa, nem induz, qualquer descomprometimento do Poder Público, mesmo à ausência de previsão expressa, uma vez que o delineamento do regime jurídico da educação superior deverá valer-se dos princípios e regras constitucionais aplicáveis à educação, em especial da regra estabelecida no artigo 205, da Constituição Federal.

Ademais, observa que, em relação à educação superior, enquanto objeto do direito à educação, o princípio informador do dever do Estado decorre do princípio dito “fundamental”, de observância absoluta, expresso teleologicamente no artigo 3º da Constituição Federal, que traça os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Isto porque, conforme assinala Tércio Sampaio Ferraz Júnior (1990, p. 88), “do ângulo da hermenêutica constitucional, [...] tais princípios não admitem interpretação restritiva, desdobrando-se numa série de direitos, garantias e deveres que deles decorrem”, entre eles o direito à educação, no qual se especifica a educação superior.

Assim, a educação superior constitui um direito a ser promovido e protegido pelo Estado. De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 24), a Constituição Federal, ao definir o dever do Estado com a educação no artigo 205 e o seu compromisso com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, expressos no artigo 3º, “individualiza a educação superior como um bem jurídico, dado o seu papel fundamental na formação de recursos humanos nas áreas da ciência, pesquisa e tecnologia (artigo 218, §3º), e no desenvolvimento do País”.

Para garantir esse direito, a Constituição Federal, ao lado do dever do Estado,

como prestador direto da atividade educacional,

[...] franqueia a atividade à iniciativa privada, dentro dos limites fixados na lei [...] e encarrega o Estado de assegurar padrão de qualidade, bem como acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (artigo 208, V) [...]. (RANIERI, 2000, p. 24)

De fato, o artigo 209 da Constituição Federal estabelece que o ensino⁵¹ é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as condições de “cumprimento das normas gerais da educação nacional” (inciso I) e de “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (inciso II). A livre iniciativa também é garantida pelo artigo 206, inciso III, da Constituição Federal, que estabelece a coexistência de instituições públicas e privadas como um dos princípios do ensino. Ademais, o artigo 206, inciso VII, da Constituição prevê como um dos princípios do ensino a garantia de padrão de qualidade, encarregando o Estado, seja na prestação direta ou indireta, por meio da iniciativa privada, de assegurar a qualidade do ensino. O artigo 208, inciso V, por sua vez, determina que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Considerando o conteúdo do direito à educação, que informa a educação superior, observadas suas particularidades, passa-se a analisar os artigos constitucionais que tratam da educação superior.

No Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, que integra o Título VIII – Da Ordem Social, verificam-se três dispositivos, quais sejam: artigo 207, artigo 208, inciso V, artigo 213, §2º.

O artigo 207 da Constituição Federal assegura às universidades a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, estabelecendo que estas obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º. É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§2º. O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

De acordo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 220),

A autonomia universitária consiste em poder derivado funcional, circunscrito ao que é próprio à entidade que o detém e limitado pelo ordenamento geral em que se insere, sem o qual, ou fora do qual, não existiria.

Próprio da universidade, pública ou privada, é a produção, o desenvolvimento e

⁵¹ A respeito da distinção entre os termos “educação” e “ensino” vide nota de rodapé 3.

a transmissão de conhecimentos, a partir da reflexão sobre a sociedade em que se insere. Esta é a sua finalidade social, fator determinante da autonomia que lhe é concedida pelo artigo 207, da Constituição Federal, e que se justifica e se legitima em face dos objetivos fundamentais da República, discriminados no artigo 3º da Constituição Federal, dentre eles, em especial, a construção de uma sociedade livre e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades sociais e regionais.

A autonomia [...] consiste em poder de autonormação exercitável dentro de determinados limites, sendo que as suas dimensões, em relação às universidades públicas e privadas, variam apenas em razão do regime jurídico a que se submetem.

E isso porque a atuação autônoma de ambas sempre se dará em face do Estado. Com efeito, o Estado é quem lhes outorga a autonomia, quem autoriza e avalia o seu funcionamento (CF, artigo 209, II); credencia as instituições; avalia e reconhece os cursos oferecidos (CF, artigo 206, VII; [...]).

A ideia atrelada à autonomia universitária é garantir que as universidades possam exercer sua finalidade social, ou seja, produzir, desenvolver e transmitir o conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a construção de uma sociedade livre e solidária, para o desenvolvimento nacional e para a redução das desigualdades sociais e regionais.

A definição de autonomia, assim, vincula-se à possibilidade de direção própria, exercida dentro dos limites constitucionais (didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial), sem que se confunda com as noções de soberania ou independência, uma vez que ela é operacional.

No artigo 208, inciso V, é elencado como garantia do dever do Estado com a educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Deve-se observar que, diversamente do que ocorre em relação à educação básica, que é “obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, a educação superior é condicionada à capacidade de cada um.

A garantia de acesso à educação superior, tal como disciplinada na Constituição, segue orientação encontrada nos documentos internacionais, dos quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948⁵², e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966⁵³. Ou seja, cabe ao Estado garantir que

⁵² “Art. 26. 1. Toda pessoa tem direito à educação. [...] o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito”.

⁵³ “Art. 13. [...] 2. Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito: [...]. c) A educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito”.

o acesso à educação superior esteja aberto a todos em plena igualdade. Contudo, o exercício do direito está condicionado ao mérito, à capacidade individual de cada um.

Dessa forma, as vagas devem ser oferecidas, presente o mérito dos candidatos, a toda a sociedade, viabilizando-se a participação igualitária na disputa. Entretanto, a chegada aos níveis mais elevados do ensino está vinculada ao fenômeno da capacidade de cada qual, conforme dispõe o artigo 208, inciso V, da Constituição Federal.

Essa é razão porque Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (2006) afirma que o direito de acesso consiste numa das densificações do direito à educação, de acesso ao ensino. Conforme Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (2006, p. 106),

[...] não há que se confundir o objecto amplíssimo do direito à educação com o seu acesso. É como se pudéssemos resumir o estudo do Direito à Saúde, ao paciente ter direito ao acesso a um hospital; o Direito à Moradia, ao direito do cidadão a ter acesso a uma residência etc. O direito de acesso ao ensino corresponde a uma das facetas do direito à educação, que engloba, além de direitos sociais, também os direitos individuais, as liberdades e as garantias atreladas à sua satisfação.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000) explica que a atribuição de direitos fundamentais envolve a correspondente atribuição de capacidade para o seu exercício, sob pena de não haver efetivo gozo desses direitos. E isso porque os direitos fundamentais são conferidos em função de determinadas qualidades pré-fixadas pela Constituição Federal de 1988 – no caso da educação superior, o mérito, a capacidade individual. Assim, para todos que atendem a este requisito, o Estado deve garantir o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística”.

De acordo com a autora, (2000, p. 241) “a garantia de acesso (entrada, ingresso) condicionada ao mérito, supõe seleção e, por via de consequência, classificação diante de um número finito de vagas”. Dessa forma, na sua visão (2000, p. 241), “a exigência de equidade se impõe nesta situação ligada ao princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]. Garanti-las é o dever do Estado”.

Observe-se que a exigência de igualdade é decorrência lógica do artigo 206, inciso I, da Constituição, que estabelece, entre os princípios de regência do ensino, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Assim, Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000) alerta que a atribuição formal do direito de acesso não significa a possibilidade de exercê-lo em igualdade de condições. De acordo com ela (2000), a dicotomia existente entre igualdade formal e igualdade material revela que os direitos são os mesmos para todos, mas que nem todos se acham em

condições de exercê-los. Necessário se faz, portanto, criar condições para que se alcance uma igualdade real de acesso para todos aqueles que busquem a educação superior.

Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (2006, p. 109), assinala que a discussão em torno do direito subjetivo de acesso à educação superior é menosprezada pela doutrina, face ao contraste de proteção à educação obrigatória, “não obstante não haver hierarquia entre os níveis de acesso de ensino, uma vez que o direito à educação deve ser assegurado como um todo único”.

O artigo 213, §2º, estabelece que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público”.

Pela redação do artigo 213 da Constituição, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo, caso atendidas as condições fixadas, dirigir-se às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas. A previsão do artigo 213, §2º, constitui uma exceção, na medida em que permite a destinação de recursos públicos para o desenvolvimento das atividades universitárias de pesquisa e extensão.

De acordo com Marcos Augusto Maliska (2001), a previsão de recursos públicos destinados à pesquisa e à extensão não está vinculada ao fato de as escolas serem comunitárias, confessionais ou filantrópicas, uma vez o artigo 213, §2º tem como objetivo o incentivo à pesquisa e à extensão, independentemente de qual entidade as esteja desenvolvendo.

No Capítulo IV – Da Ciência e Tecnologia, que também integra o Título VIII, referente à Ordem Social, verifica-se o artigo 218, §3º. Conforme disposto aqui, “o Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho”.

O referido artigo, embora não inserido no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, traduz a responsabilidade do Estado face à formação educacional de nível superior, ainda que esta não seja obrigatória nos termos do artigo 208 da Constituição.

Disso resulta que, apesar do tratamento diferenciado da educação superior em relação à educação básica, o Estado tem o dever de promover e garantir a primeira, seja pelo oferecimento do ensino prestado diretamente pelo Estado em instituições públicas, seja pela iniciativa privada.

2.2. Educação Superior na Legislação Infraconstitucional

Além das disposições constitucionais que tratam, ainda que por meio de abordagem indireta, da educação superior, as normas básicas que conformam este nível da educação escolar estão atualmente contidas na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004⁵⁴, além do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006⁵⁵ e diversas resoluções, portarias e deliberações emanadas dos órgãos executivos do sistema federal de ensino. O regime jurídico que delas decorre permite identificar as ideias centrais que norteiam o oferecimento da educação superior.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 251-252), o regime jurídico da educação superior

[...] subsume-se ao Direito Administrativo e, por via de consequência, ao Direito Público. Das características específicas que o particularizam resulta uma disciplina normativa peculiar, que se delinea em função da natureza pública da educação superior e da supremacia do interesse público sobre o particular e que alcança as instituições de ensino públicas e privadas, bem como os particulares envolvidos na atividade educacional.

Desse tratamento decorrem as seguintes consequências de ordem prática, conforme apontado por Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 252):

- a) na esfera pública, a especificidade dos princípios constitucionais que informam o desenvolvimento das atividades educacionais permite tratamento jurídico menos rígido das formas e processos (exemplo marcante é o da autonomia das universidades públicas);
- b) da mesma forma, no plano individual, o regime legal pode ser flexibilizado, na medida em que o permitam os valores educacionais: a letra da lei cede ao interesse público, em situações nas quais o processo de aprendizagem se complete, em benefício do aluno, ainda que ao arrepio da forma legal;
- c) diversamente, na esfera privada, a natureza pública da atividade educacional determina a derrogação parcial de prerrogativas inerentes ao regime privatístico por normas de Direito Público, dada a prevalência da finalidade pública sobre o interesse particular (como ocorre em relação às instituições privadas de ensino superior, submetidas que estão às normas gerais de educação).

Dessa forma, a legislação educacional, no tocante à educação superior, é desenvolvida e baseada nessas premissas, assegurando a atuação controladora do Estado em matéria educacional, a derrogação do regime privado pelos princípios orientadores da atividade educacional e a possibilidade de ser conferido tratamento jurídico menos rígido às formas e aos processos legais, em benefício da garantia individual da educação.

⁵⁴ A Lei nº 10.861/2004 será objeto de estudo no Capítulo 4 desta tese.

⁵⁵ O Decreto nº 5.773/2006 será objeto de estudo no Capítulo 4 desta tese.

O que se extrai da análise da legislação infraconstitucional a respeito da educação superior é que para garantir esse direito, o Estado, ao lado de promover a oferta diretamente por meio de instituições públicas, incentiva a oferta pela iniciativa privada, a fim de atender às demandas de acesso à educação superior. Com isso, fortalece-se a atuação controladora do Estado com o intuito de garantir o desenvolvimento das finalidades da educação enquanto direito fundamental social.

Para fins de viabilizar a atuação controladora do Estado, a legislação infraconstitucional estabelece um amplo esquema de competências a cargo dos órgãos executivos federais, que visam controlar a oferta da educação superior. Ademais, a legislação infraconstitucional confere ênfase aos processos de avaliação para melhoria da qualidade de ensino, e como recurso para a regulação e supervisão da educação superior.

2.2.1. Lei nº 9.131/1995

Em virtude da edição da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, deu-se início à paulatina ampliação do poder regulamentar federal para controle das atividades de ensino, estimulada com a posterior edição da Lei nº 9.394/1996 (LDB).

Além de alterações na redação de alguns artigos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 9.131/1995 introduziu a realização de avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, compreendendo o Exame Nacional de Cursos (ENC), atualmente revogado pela Lei nº 10.861/2004.

O artigo 1º da Lei nº 9.131/1995 determinou a alteração dos artigos 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 4.024/1961. Ao fazê-lo, derogou a antiga LDB em matéria fundamental, isto é, diretriz, para aumentar as atribuições do Ministério da Educação. Substituiu o Conselho Federal de Educação (CFE) pelo CNE e declinou as competências deste último. Neste ponto, a Lei nº 9.131/1995 teve natureza formal e basilar de instituir diretrizes e bases da educação nacional, antes mesmo da LDB, que viria a ser aprovada em 1996 e que recepcionaria a referida lei ordinária.

A Lei nº 9.131/1995, em seu artigo 1º, deu nova redação aos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.024/1961. Dessa forma, foi conferido ao Ministério da Educação o exercício das atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento das leis que o regem (artigo 6º, *caput*).

No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação contaria com a

colaboração do Conselho Nacional de Educação e suas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior (artigo 6º, §1º).

De acordo com o artigo 7º, o Conselho Nacional de Educação tem atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional.

O artigo 7º, §1º, determinou que ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

- a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;
- b) manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino;
- c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;
- d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto;
- e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal;
- f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino;
- g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

Além disso, o artigo 1º da Lei nº 9.131/1995 deu nova redação ao artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, promovendo a redefinição das competências do Conselho Nacional de Educação e suas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, de forma a articular-se ao novo modelo de atuação estatal.

Especificamente quanto à educação superior, o artigo 9º, §2º, determinou que são atribuições da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) :

- a) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior;
- b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;
- c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;
- d) deliberar sobre os relatórios encaminhados pelo Ministério da Educação e do Desporto sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias;
- e) deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o credenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto;
- f) deliberar sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de educação superior que fazem parte do sistema federal de ensino;

- g) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na avaliação dos cursos;
- h) analisar questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior;
- i) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto nos assuntos relativos à educação superior.

A Lei nº 9.131/1995 estabeleceu que o Ministério da Educação realizaria avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão (artigo 3º, *caput*).

O diploma definiu que os procedimentos a serem adotados para as avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior incluiriam, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação (artigo 3º, §1º).

Os resultados das avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior seriam utilizados pelo Ministério da Educação para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente as que visavam à elevação da qualificação do corpo docente (artigo 4º).

Além disso, os resultados seriam divulgados, anualmente, pelo Ministério da Educação, inclusive o do Exame Nacional de Cursos, sendo informado, neste caso, o desempenho de cada curso, sem identificar nominalmente os alunos avaliados (artigo 3º, §2º).

2.2.2. Lei nº 9.394/1996

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 142), “a edição da Lei nº 9.394/96 assinala, efetivamente, um marco inovador e modernizador em termos de organização, oferecimento e controle das atividades públicas e privadas na área da educação”.

Segundo ela (2000, p. 142), a nova LDB avança

[...] em direção a um novo modo de intervenção do Estado, concentra na União substantivos poderes de formulação, execução e avaliação da política nacional de educação, estendendo-se desde o rendimento escolar do ensino fundamental, médio e superior aos cursos das instituições de ensino superior e aos estabelecimentos de seu sistema de ensino, sem prejuízo do comando do

processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior.

A regulamentação de tantos atributos, definindo formas de atuação, órgãos e procedimentos, vem sendo feita por diversas resoluções, portarias e deliberações emanadas dos órgãos executivos do sistema federal de ensino.

2.2.2.1. Competências da União

As competências da União encontram-se delimitadas no artigo 8º, §1º, e no artigo 9º da LDB, reforçando o disposto nas normas constitucionais que tratam das competências da União em matéria educacional.

De acordo com o artigo 8º, §1º, da LDB, “caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. Trata-se de uma reprodução das competências constitucionais da União em matéria de organização da educação no País, dispostas no artigo 22, inciso XXIV, e no artigo 211, §1º, da Constituição Federal.

O artigo 9º da LDB estabelece que “a União incumbir-se-á de”:

- I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
 - II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
 - [...]
 - V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
 - VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
 - VII – baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
 - VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
 - IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- §1º. Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.
- §2º. Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.
- §3º. As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Cabe frisar que nos termos do artigo 6º da Lei nº 4.025/1961 (antiga LDB), com redação dada pela Lei nº 9.131/1995, foi conferido ao Ministério da Educação o exercício das atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e

avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento das leis que o regem.

No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação é auxiliado pelo Conselho Nacional de Educação (artigo 9º, §1º, da LDB), com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º da Lei nº 4.025/61, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995).

O artigo 9º, §2º, da LDB, prevê o acesso da União a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais, de modo a subsidiar a coordenação da política nacional de educação e a articulação dos níveis e sistemas de ensino. Tais dados e informações estão a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), criado pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, que é um órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação, transformado em autarquia federal.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.448/1997, o INEP tem como finalidades:

- I – organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- II – planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- III – apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- IV – desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- V – subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- VI – coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- VII – definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- VIII – promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior;
- IX – articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral.

O artigo 9º, §3º, da LDB, permite a delegação das competências da União aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de ensino superior, com a finalidade de “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”, conforme previsto no artigo 9º, inciso IX.

2.2.2.2. Organização e Funcionamento da Educação Superior

A educação superior é tratada especificamente no Capítulo IV – Da Educação Superior, do Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, da LDB, sem prejuízo de outros artigos esparsos no texto legal. Nesse capítulo, a LDB traça as principais normas referentes à estrutura e à funcionalidade da educação superior no Brasil.

Os artigos dedicados à educação superior na LDB privilegiam, em particular, os temas relacionados à oferta da educação superior e reforçam a atuação do Estado, por intermédio da União, na figura do Ministério da Educação, para garantia das finalidades de desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

2.2.2.2.1. Finalidade da Educação Superior

De acordo com o artigo 43 da LDB, “a educação superior tem por finalidade”:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 169) salienta que o escopo da finalidade da educação superior é amplo. Abrange “o ensino, a pesquisa, a criação artística e a extensão; o processo de desenvolvimento da pessoa humana, enfim, em seus mais elevados níveis”.

2.2.2.2.2. Modalidades de Cursos e Programas

Em seguida, o artigo 44 da LDB especifica os cursos e programas oferecidos na educação superior, bem como as formas de sua efetivação com vistas à finalidade expressa no artigo 43 da LDB.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 169-170):

As formas também são amplas. A LDB não se preocupa com minúcias, ao contrário, consoante o princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas que a preside (artigo 3º, III; e artigo 206, III, da Constituição Federal), procura incentivar, por meio da liberdade de estruturas e processos, o oferecimento de cursos adequados a enfrentar os desafios das novas demandas sociais para o ensino superior, cujo traço de distinção reside no grau de abrangência e de especialização de cada modalidade.

Conforme dispõe o artigo 44 da LDB, “a educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas”:

- I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;
- II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
- III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
- IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

É de se observar ainda que a Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, alterou alguns dispositivos da Lei nº 9.394/1996 para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Dessa forma, incluiu-se a educação profissional e tecnológica no elenco dos objetivos da educação nacional, integrando-se aos diferentes níveis (educação básica e educação superior) e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Assim, de acordo com o artigo 39, §2º, inciso III, integram as formas de efetivação da educação superior os cursos de educação profissional tecnológica de graduação (cursos superiores de tecnologia).

Ademais, buscando ainda incentivar a oferta de cursos adequados a enfrentar os desafios das novas demandas sociais para a educação superior, o artigo 80 da LDB permite que os cursos e programas de educação superior sejam oferecidos na modalidade a

distância⁵⁶:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

É importante observar que a validade dos cursos sequenciais, de graduação, de pós-graduação e dos cursos de educação profissional tecnológica de graduação, oferecidos presencialmente ou na modalidade a distância, decorre das normas baixadas pelo Poder Público.

Os cursos de extensão (artigo 43, inciso IV, da LDB), por sua vez, como a própria norma enuncia, ficam submetidos a critérios discricionários das instituições de ensino no tocante as suas regras de estrutura e funcionamento. Trata-se de cursos livres que não conferem qualquer certificação válida em termos de formação superior. São cursos destinados a atender às demandas de educação continuada de pessoas, com ou sem formação superior, que não integram o corpo discente das instituições em seus cursos regulares (sequenciais, graduação, pós-graduação, educação profissional tecnológica de graduação, oferecidos presencialmente ou na modalidade a distância).

2.2.2.2.3. Instituições de Ensino Superior

De acordo com o artigo 45 da LDB, “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, reforçando, assim, o disposto no artigo 206, inciso III, da Constituição.

O artigo 19 da LDB estabelece que as instituições de ensino classificam-se nas

⁵⁶ O artigo 80 da LDB foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 5.622/2005, “caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

seguintes categorias administrativas:

- I – públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II – privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Para as instituições públicas, conforme leciona Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 184),

[...] não foram indicadas formas baseadas nas estruturas da administração pública indireta, previstas no artigo 37, XIX, da CF, ao contrário do que fazia a Lei nº 5.540, no artigo 4º (medida inócua, aliás, porque não haveria, no sistema jurídico, outras possibilidades para sua constituição).

Para as instituições privadas, o artigo 20 da LDB estabelece que estas se enquadram nas seguintes categorias:

- I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV – filantrópicas, na forma da lei.

Segue-se, aliás, o disposto no artigo 213 da Constituição, que menciona as categorias de instituições privadas para o fim de destinação de recursos públicos (escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas), acrescentando as denominadas “instituições particulares em sentido estrito”.

Na esfera pública, a criação de instituições de ensino é feita mediante lei de iniciativa do Poder Legislativo. É o que decorre do do artigo 37, inciso XIX, e artigo 48, inciso XI, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

[...]

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

[...]

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

[...]

De acordo com o artigo 54 da LDB, “as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal”. Dessa forma, a LDB reconhece e afirma a posição especial da universidade pública no quadro da administração indireta.

Em relação ao seu financiamento, o artigo 55 da LDB estabelece que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”. Destaca-se que a oferta da educação superior pela via pública caracteriza-se pela gratuidade, conforme previsto no artigo 206, inciso IV, da Constituição.

Na esfera privada, a criação de instituições de ensino superior depende de ato administrativo autorizativo, denominado, na terminologia da legislação educacional, de “credenciamento”, conforme se depreende do artigo 46 da LDB e do Decreto nº 5.773/2006.

Embora a LDB ofereça elementos para a caracterização das instituições de ensino, públicas ou privadas, o diploma deixa de fazê-lo em relação aos variados graus de abrangência ou especialização. Contudo, na visão de Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 206), o reconhecimento de que as instituições de ensino apresentam variados graus de abrangência e especialização, “parece estar diretamente ligado à associação ou dissociação entre ensino e pesquisa. É o que se infere da letra da lei, a partir dos elementos relacionados no artigo 52 para conceituar universidades”. Assim, “sendo a única discriminação de conteúdo organizacional constante da lei, é razoável concluir que os parâmetros do artigo 52 apontam o maior grau de abrangência e especialização possível no sistema, associando o ensino à pesquisa e à extensão, nos moldes do artigo 207 da Constituição Federal”. Quanto aos demais, a LDB é silente neste aspecto.

Observe-se que o artigo 52 da LDB define universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por”:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Assim, pode-se inferir que quanto aos variados graus de abrangência e especialização, a escala parte, nos termos da LDB, de uma distinção entre instituições universitárias e instituições não-universitárias.

2.2.2.2.4. Mecanismos de Atuação da União

O artigo 46 da LDB estabelece que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”.

Ademais, o artigo 46, §1º, especifica consequências jurídicas decorrentes de resultados insatisfatórios no processo regular de avaliação. Nesse sentido, estabelece a necessidade de determinação de um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas no processo regular de avaliação, e que após a expiração desse prazo, deve haver reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.

O artigo 46, §2º, por sua vez, estabelece a responsabilidade do Poder Público, no caso de instituição pública, para a superação das deficiências identificadas no processo regular de avaliação. Nesse sentido, estabelece que, no caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Portanto, o artigo 46 reforça a atuação controladora do Estado em relação à oferta da educação superior. O artigo 46 sujeita a oferta da educação superior a mecanismos de controle estatal, decorrentes de atos limitados no tempo e que devem ser renovados periodicamente após processo regular de avaliação pelo Poder Público. Assim, condiciona a oferta, seja pública ou privada, a uma avaliação constante com foco na garantia de qualidade do ensino, cujo resultado, se negativo, pode resultar em medidas como desativação de cursos e habilitações, intervenção na instituição, suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou descredenciamento.

O artigo 46 encontra seu fundamento no artigo 206, inciso VII, da Constituição, que estabelece entre os princípios do ensino a “garantia de padrão de qualidade”. Na esfera privada, este fundamento é ainda reforçado pelo disposto no artigo 209 da mesma Constituição.

O desdobramento do artigo 46 é verificado no Decreto nº 5.773/2006, que dispõe

sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de ensino superior e cursos de graduação no sistema federal de ensino.

De acordo com o artigo 10 do Decreto nº 5.773/2006, “o funcionamento de instituição de educação superior e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Poder Público”, que fixa “os limites da atuação dos agentes públicos e privados em matéria de educação superior” (artigo 10, §2º).

O artigo 10, §1º, especifica que “são modalidades de atos autorizativos os atos administrativos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como suas respectivas modificações”.

De acordo com o mesmo artigo e parágrafo, “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004”.

Nos termos do artigo 10, §7º, “os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte”, sendo que nos termos do artigo 10, §8º, “o protocolo do pedido de recredenciamento de instituição de educação superior, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso superior prorroga a validade do ato autorizativo pelo prazo máximo de um ano”.

O artigo 11 estabelece que “o funcionamento de instituição de educação superior ou a oferta de curso superior sem o devido ato autorizativo configura irregularidade administrativa, [...], sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal”.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 176),

A autorização e o reconhecimento de cursos de ensino superior são atos administrativos unilaterais, vinculados, [...] que garantem, respectivamente, a possibilidade de funcionamento inicial do curso e a expedição de diplomas válidos em todo o território nacional. Ambos conferem “qualificações” por prazo determinado, com a finalidade de garantir padrão de qualidade ao ensino, conforme exige o artigo 206, VII, da Constituição Federal.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000) explica que são atos vinculados porque uma vez atendidos os requisitos estabelecidos pela lei, verificados mediante processo regular de avaliação, o Poder Executivo está obrigado a autorizar e reconhecer cursos.

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 176),

A autorização tem natureza constitutiva, uma vez que atribui à pessoa jurídica uma qualidade que até então não possuía, ainda que apresentasse os requisitos necessários para recebê-la. O reconhecimento, diversamente, tem natureza declaratória, posto exprimir a declaração de algo já existente.

Assim, obtida a autorização para o funcional inicial do curso, exige-se, posteriormente, o reconhecimento desse mesmo curso, a fim de que possam ser expedidos diplomas válidos em todo o território nacional (artigo 48 da LDB). Reconhecido o curso, o mesmo sujeita-se as posteriores renovações do seu reconhecimento, a fim de que possa continuar expedindo diplomas válidos em todo o território nacional.

Conforme dispõe o artigo 27 do Decreto nº 5.773/2006, “a oferta de cursos superiores em faculdade ou instituição equiparada, nos termos deste Decreto, depende de autorização do Ministério da Educação”⁵⁷.

De acordo com o artigo 34 do Decreto nº 5.773/2006, “o reconhecimento de curso é condição necessária, juntamente com o registro, para a validade nacional dos respectivos diplomas”, devendo a instituição protocolizar o pedido de reconhecimento de curso, “no período entre metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo” (artigo 35)⁵⁸.

O pedido de renovação de reconhecimento deve ser protocolizado pela instituição “ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído, no prazo previsto no §7º do art. 10” (artigo 41).

Está é a sistemática adotada para a oferta de cursos sequenciais (artigo 44, inciso I, da LDB), de graduação (artigo 44, inciso II, da LDB), de cursos de educação profissional tecnológica de graduação (artigo 39, §2º, inciso III, da LDB) e de cursos e programas de educação superior sejam oferecidos na modalidade a distância (artigo 80).

A competência para a expedição dos atos referentes a esses cursos é do Secretário de Educação competente, nos termos do Decreto nº 5.773/2006. Vejamos.

Art. 5º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao Ministério da Educação, por intermédio de suas Secretarias, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior, em suas respectivas áreas de atuação.

§1º. No âmbito do Ministério da Educação, além do Ministro de Estado da

⁵⁷ Exceção: “Art. 28. As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, observado o disposto nos §§2º e 3º deste artigo, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento, no prazo de sessenta dias. §1º. Aplica-se o disposto no *caput* a novas turmas, cursos congêneres e toda alteração que importe aumento no número de estudantes da instituição ou modificação das condições constantes do ato de credenciamento. §2º. A criação de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deverá ser submetida, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde, previamente à autorização pelo Ministério da Educação”.

⁵⁸ “Art. 38. O deferimento do pedido de reconhecimento terá como referencial básico os processos de avaliação do SINAES. Art. 39. O resultado insatisfatório da avaliação do SINAES enseja a celebração de protocolo de compromisso, na forma do arts. 60 e 61. Parágrafo único. Expirado o prazo do protocolo de compromisso sem o cumprimento satisfatório das metas nele estabelecidas, será instaurado processo administrativo de cassação de autorização de funcionamento na forma do art. 63, inciso II”.

Educação, desempenharão as funções regidas por este Decreto a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância, na execução de suas respectivas competências.

§2º. À Secretaria de Educação Superior compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, promovendo as diligências necessárias;

[...]

§3º. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, promovendo as diligências necessárias;

[...]

§4º. À Secretaria de Educação a Distância compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância, promovendo as diligências necessárias;

[...]

Em relação aos cursos de pós-graduação, há que distinguir os cursos de pós-graduação *stricto sensu* dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Os primeiros, compreendendo os programas de mestrado e doutorado, são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação, conforme se extrai da Resolução CNE/CES nº 01, de 03 de abril de 2001, que estabelece normas para o funcionamento de cursos pós-graduação. Vejamos.

Art. 1º. [...]

§1º. A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* são concedidos por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

§2º. A autorização de curso de pós-graduação *stricto sensu* aplica-se tão-somente ao projeto aprovado pelo CNE, fundamentado em relatório da CAPES.

§3º. O reconhecimento e a renovação do reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* dependem da aprovação do CNE, fundamentada no relatório de avaliação da CAPES.

§4º. As instituições de ensino superior que, nos termos da legislação em vigor, gozem de autonomia para a criação de cursos de pós-graduação devem formalizar os pedidos de reconhecimento dos novos cursos por elas criados até, no máximo, 60 (sessenta) dias após ato formal de criação por seus conselhos superiores⁵⁹.

§5º. É condição indispensável para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de curso de pós-graduação *stricto sensu* a comprovação da prévia existência de grupo de pesquisa consolidado na mesma área de conhecimento do curso.

§6º. Os pedidos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso de pós-graduação *stricto sensu* devem ser apresentados

⁵⁹ Redação dada pela Resolução CNE/CES nº 24, de 18 de dezembro de 2002.

à CAPES, respeitando-se as normas e procedimentos de avaliação estabelecidos por essa agência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, por sua vez, nos termos da Resolução CNE/CES nº 01/2007, quando oferecidos por instituições de ensino superior devidamente credenciadas, independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

Os cursos de extensão, por sua própria natureza, são cursos livres, e não se sujeitam ao disposto no artigo 46 da LDB. Sua estruturação e funcionamento são de responsabilidade da própria instituição que os oferece.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), o credenciamento e o recredenciamento constituem atos administrativos unilaterais, vinculados, de natureza constitutiva. Garantem, respectivamente, a possibilidade de funcionamento inicial da instituição de ensino e sua permanência no sistema de ensino.

De acordo com o artigo 13 do Decreto nº 5.773/2006, “o início do funcionamento de instituição de educação superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação”.

O pedido de recredenciamento deverá ser protocolizado pela instituição “ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído, no prazo previsto no §7º do art. 10”, conforme dispõe o artigo 20 do Decreto nº 5.773/2006.

Os atos de credenciamento e recredenciamento são de competência do Conselho Nacional de Educação, cuja deliberação deve ser homologada pelo Ministro da Educação, conforme dispõe o Decreto nº 5.773/2006. Nesse sentido,

Art. 4º. Ao Ministro de Estado da Educação, como autoridade máxima da educação superior no sistema federal de ensino, compete, no que respeita às funções disciplinadas por este Decreto:

I – homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior;

[...]

Art. 6º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao CNE:

[...]

II – deliberar, com base no parecer da Secretaria competente, observado o disposto no art. 4º, inciso I, sobre pedidos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e específico para a oferta de cursos de educação superior a distância;

[...]

A respeito dos resultados insatisfatórios detectados no processo regular de avaliação, o Decreto nº 5.773/2006 estabelece os procedimentos decorrentes, confirmando a vinculação entre a avaliação e os atos autorizativos no campo da educação superior.

2.2.2.2.5. Autonomia Universitária

A autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, foi delineada com maior precisão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que apresenta, no artigo 53 e no artigo 54, §1º, uma indicação não exaustiva das prerrogativas inerentes às universidades.

A esse respeito, o artigo 53 da LDB estabelece que “no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições”:

- I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
 - II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
 - III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
 - IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
 - V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
 - VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;
 - VII – firmar contratos, acordos e convênios;
 - VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
 - IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
 - X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.
- Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:
- I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
 - II – ampliação e diminuição de vagas;
 - III – elaboração da programação dos cursos;
 - IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;
 - V – contratação e dispensa de professores;
 - VI – planos de carreira docente.

Da mesma forma, o artigo 54, §1º, da LDB apresenta um elenco particularizado de ações autônomas para as universidades públicas, que acresce aquelas do artigo 53. Vejamos.

- §1º. No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:
- I – propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
 - II – elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
 - III – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo

respectivo Poder mantenedor;
IV – elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
V – adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
VI – realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
VII – efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

De acordo com o artigo 54 da LDB, “as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal”.

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 217), “ambos são elencos exemplificativos, dada a posição da LDB no sistema jurídico em relação ao artigo 207 e aos demais princípios constitucionais que informam a matéria”.

Além disso, cabe destacar que o artigo 54, §2º, da LDB confere a possibilidade de as atribuições de autonomia universitária serem estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

O artigo 54, §2º, da LDB adquire notória importância na atualidade, na medida em que se consolida o SINAES, instituído nos termos da Lei nº 10.861/2004, como instrumento de qualificação da educação superior no Brasil, acenando com a possibilidade de atribuição de autonomia universitária para instituições de ensino que, embora credenciadas em categoria institucional distinta de universidade, demonstrem elevado desempenho nas avaliações conduzidas pelo Poder Público.

Com isso, o legislador vaticina que instituições que comprovem a alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa detenham as prerrogativas de autonomia universitária ainda que não reúnam todas as características associadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, que são próprias das instituições universitárias.

2.2.2.2.6. Acesso à Educação Superior

A garantia de igualdade de condições no acesso à educação superior se expressa no artigo 44, parágrafo único, da LDB, por meio da liberdade conferida às instituições de ensino de regulamentação do processo seletivo para acesso a cursos superiores. Liberdade que não é absoluta, mas sujeita à observância de igualdade nos critérios de seleção. Vejamos.

Art. 44. [...]

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do *caput* deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Educação, por meio do Parecer CNE/CP nº 98, de 6 de julho de 1999, interpretando o ordenamento jurídico vigente, fixou entendimento de que a igualdade de oportunidades, equidade, conclusão do ensino médio ou equivalente. e processo seletivo de capacidades são, pois, os pontos determinantes e que, portanto, devem ser atendidos por todo e qualquer processo seletivo, mesmo aqueles desenvolvidos por instituições que detêm autonomia universitária. Vejamos.

[...] é indispensável encontrar formas que garantam a todos os candidatos interessados, [...], igualdade de oportunidades de acesso, o que obriga que o processo seletivo, qualquer que seja, assegure equidade de tratamento na avaliação realizada sobre a capacidade de cada um para cursar com proveito o curso superior pretendido, ainda mais se considerado o art. 5º, inciso I da Constituição Federal [...].

Igualmente indispensável é o atendimento à exigência da conclusão do ensino médio ou equivalente como condição necessária para ingresso na instituição de ensino superior, como, aliás, já estabelecia a legislação anterior.

O mesmo entendimento deve ser dado a outra determinação legal, qual seja a de que a escolha de alunos por uma instituição para admissão a seus cursos seja feita por meio de processo seletivo que envolva algum tipo de classificação. Quanto à essência, este processo seletivo, além de permitir a demonstração da capacidade de cada um e a livre concorrência, deverá assegurar aos que concorram às vagas oferecidas que a classificação dos alunos estabeleça igualdade de critérios de julgamento e das coisas que se comparam. Quanto ao conteúdo, faz-se mister que o mecanismo adotado avalie não apenas a capacidade dos alunos para entrar, mas também a de cursar e prosseguir em sua formação continuada ao longo da vida, de modo compatível com as exigências do mundo moderno em contínua transformação.

Por outro lado, é preciso reconhecer que somente se pode cogitar de uma igualdade nos processos seletivos se os candidatos dispuserem de condições que lhes permitam competir em igualdade, o que, a princípio, somente seria possível mediante a redução das desigualdades que afetam os níveis de ensino anteriores.

Nesse sentido, Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000) afirma que é inequívoca a constatação de que a falta de igualdade de condições para acesso à educação superior decorre antes de condicionantes socioeconômicos relativos ao contexto de origem dos candidatos e das iniquidades dos níveis anteriores de educação que dos processos de seleção, sejam estes organizados sob a forma de concursos vestibulares ou não. Dessa forma, não há outro caminho para a redução das desigualdades na área educacional senão o da melhoria do ensino fundamental e médio.

Ainda que as bases para a consecução dessa tarefa estejam delineadas na Constituição (artigo 208, incisos I e II, artigo 206, inciso VII, que estabelece a garantia de padrão de qualidade), a realidade educacional brasileira apresenta quadros muito díspares em relação à educação obrigatória, o que gera uma situação de significativa desigualdade no que se refere ao acesso à educação superior, especialmente de alunos egressos da rede pública de ensino.

Com o objetivo de diminuir alguns dos aspectos negativos da desigualdade educacional que afeta aos setores com maiores carências, visualizam-se, no cenário brasileiro, duas propostas que almejam garantir o acesso à educação superior a grupos menos favorecidos. Este é o caso do Programa Universidade para Todos (ProUni)⁶⁰ e do sistema de cotas raciais estabelecido por algumas universidades federais. Destaque-se que as duas propostas são alvos de questionamento judicial, estando, atualmente, sob a análise do Supremo Tribunal Federal⁶¹.

Em ambos os casos, tanto no ProUni como no sistema de cotas raciais, as medidas têm o condão de proporcionar acesso à educação superior a parcela da população alvo das desigualdades relacionadas. No caso do ProUni, trata-se da parcela da população que não dispõe de recursos econômicos para custear seus estudos em instituições privadas e não logra êxito nos processos seletivos em instituições públicas. E, no caso do sistema de cotas raciais, de grupos em situações historicamente desvantajosas.

No entanto, considera-se que as duas propostas atingem apenas uma parte do problema educacional, na medida em que podem ser caracterizados como um paliativo, dado que não operam em favor da melhoria da educação básica. Ao contrário, ao colocarem em um segundo plano o problema da educação básica, buscam, por meio da facilitação, garantir oportunidades de acesso a grupos menos favorecidos.

Deve-se lembrar que a garantia de acesso à educação superior pressupõe a igualdade entre todos, de forma a assegurar que tenham condições de competir em

⁶⁰ O ProUni, instituído pela Medida Provisória nº 213, 10/09/2004, convertida na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. As bolsas são dirigidas aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. Além disso, o ProUni reserva bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos, desde que enquadrados nos demais critérios de seleção do programa. O percentual de bolsas destinadas aos cotistas é igual àquele de cidadãos pretos, pardos e indígenas, em cada Estado, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁶¹ O ProUni é questionado nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) 3330, 3314 e 3379. O sistema de cotas é questionado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186-2 e no Recurso Extraordinário (RE) 597285.

igualdade, o que, a princípio, somente seria possível mediante a redução das desigualdades que afetam os níveis de ensino anteriores.

Assim, tanto o ProUni como o sistema de cotas raciais pouco contribuem para o equacionamento do problema da desigualdade educacional, cujas raízes se encontram nas condições de acesso, qualidade e permanência do ensino fundamental e médio. As duas propostas conferem tratamento inadequado à questão da garantia de acesso à educação superior, pois aportam uma falsa ideia de democratização do acesso à educação superior.

2.2.3. Lei nº 10.172/2001

Em cumprimento ao disposto no artigo 214 da Constituição, após dez anos de sua vigência, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), conforme a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de dez anos.

Considerando as limitações dos recursos financeiros – e que a capacidade de oferecer uma educação comparável, na extensão e qualidade, a dos Países desenvolvidos, precisa ser construída constante e progressivamente –, o PNE estabelece prioridades, segundo o dever constitucional do Estado em relação à educação e às necessidades sociais. Assim, afirma-se a garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de sete a quatorze anos, bem como do ingresso e permanência destas na escola até a conclusão desse ensino. Ademais, entre as prioridades está a garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. Em seguida, assegura-se a ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino (a educação infantil, o ensino médio e a educação superior). O PNE estabelece ainda, entre as prioridades, a valorização dos profissionais da educação e o desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino. Contempla, também, o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

De acordo com o texto do PNE, este tem como objetivos “a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública, e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais. O PNE obedece, ainda, aos princípios da participação dos

profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Em relação à educação superior, ao estabelecer as diretrizes para esse campo educacional, o PNE parte do pressuposto de que,

Nenhum País pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo.

A importância que neste plano se deve dar às Instituições de Ensino Superior (IES), mormente à universidade e aos centros de pesquisa, erige-se sobre a constatação de que a produção de conhecimento, hoje mais do que nunca e assim tende a ser cada vez mais, é a base do desenvolvimento científico e tecnológico e que este é que está criando o dinamismo das sociedades atuais.

As IES têm muito a fazer, no conjunto dos esforços nacionais, para colocar o País à altura das exigências e desafios do Séc. XXI, encontrando a solução para os problemas atuais em todos os campos da vida e da atividade humana e abrindo um horizonte para um futuro melhor para a sociedade brasileira, reduzindo as desigualdades. A oferta de educação básica de qualidade para todos está grandemente nas mãos dessas instituições, na medida em que a elas compete primordialmente a formação dos profissionais do magistério; a formação dos quadros profissionais, científicos e culturais de nível superior, a produção de pesquisa e inovação, a busca de solução para os problemas atuais são funções que destacam a universidade no objetivo de projetar a sociedade brasileira num futuro melhor.

Dessa forma, o PNE fixa como diretrizes para a educação superior promover a diversificação das instituições de ensino superior, assim como expandir o acesso e a qualidade desse nível de ensino.

Em relação à diversificação das instituições de ensino superior, o objetivo é atender às suas diferentes demandas e funções, tendo como núcleo estratégico as universidades, cujo desempenho é garantido pela autonomia universitária. Almeja-se, na diversificação, uma renovação do ensino universitário para que este possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um polo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano do País. Nesse sentido, o PNE especifica que:

O sistema de educação superior deve contar com um conjunto diversificado de instituições que atendam a diferentes demandas e funções. Seu núcleo estratégico há de ser composto pelas universidades, que exercem as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão. Esse núcleo estratégico tem como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional. Por esse motivo, estas instituições devem ter estreita articulação com as instituições de ciência e tecnologia – como aliás está indicado na LDB (art. 86). No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da

reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos.

A diretriz básica para o bom desempenho desse segmento é a autonomia universitária, exercida nas dimensões previstas na Carta Magna: didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

[...]

Para promover a renovação do ensino universitário brasileiro, é preciso, também, reformular o rígido sistema atual de controles burocráticos. A efetiva autonomia das universidades, a ampliação da margem de liberdade das instituições não-universitárias e a permanente avaliação dos currículos constituem medidas tão necessárias quanto urgentes, para que a educação superior possa enfrentar as rápidas transformações por que passa a sociedade brasileira e constituir um polo formulador de caminhos para o desenvolvimento humano em nosso País.

Deve-se ressaltar, também, que as instituições não vocacionadas para a pesquisa, mas que praticam ensino de qualidade e, eventualmente, extensão, têm um importante papel a cumprir no sistema de educação superior e sua expansão, devendo exercer inclusive prerrogativas da autonomia. É o caso dos centros universitários.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. Esta providência implicará a melhoria do indicador referente ao número de docentes por alunos.

Em relação à expansão do acesso à educação superior, o objetivo é ampliar a quantidade de vagas oferecidas, seja nas instituições públicas, seja nas instituições privadas, em razão do aumento acelerado no número de egressos do ensino médio e em cumprimento ao dever do Estado para com este nível, que, nos termos da Constituição, se especifica mediante a garantia de “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (artigo 208, inciso V).

O planejamento da expansão da educação superior, nos termos do PNE, deve ser realizado em articulação com o setor privado, já que “oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos sistemas de ensino”. Por outro lado, a expansão de vagas em universidades públicas não poder ser descartada, sobretudo em vista da necessidade de alunos carentes. Nesse sentido, o PNE especifica que:

A Constituição Federal preceitua que o dever do Estado com a educação efetiva-se mediante a garantia de, entre outros, acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

A pressão pelo aumento de vagas na educação superior, que decorre do aumento acelerado do número de egressos da educação média, já está acontecendo e tenderá a crescer. Deve-se planejar a expansão com qualidade, evitando-se o fácil caminho da massificação. É importante a contribuição do setor privado, que já oferece a maior parte das vagas na educação superior e tem um relevante papel a cumprir, desde que respeitados os parâmetros de qualidade estabelecidos pelos

sistemas de ensino.

Há necessidade da expansão das universidades públicas para atender à demanda crescente dos alunos, sobretudo os carentes, bem como ao desenvolvimento da pesquisa necessária ao País, que depende dessas instituições, uma vez que realizam mais de 90% da pesquisa e da pós-graduação nacionais – em sintonia com o papel constitucional a elas reservado.

Deve-se assegurar, portanto, que o setor público neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total.

[...]

Historicamente, o desenho federativo brasileiro reservou à União o papel de atuar na educação superior. Esta é sua função precípua e que deve atrair a maior parcela dos recursos de sua receita vinculada. É importante garantir um financiamento estável às universidades públicas, a partir de uma matriz que considere suas funções constitucionais.

Ressalte-se que à educação superior está reservado, também, o papel de fundamentar e divulgar os conhecimentos ministrados nos outros níveis de ensino, assim como preparar seus professores. Assim, não só por parte da universidade, mas também das outras instituições de educação superior deve haver não só uma estreita articulação entre este nível de ensino e os demais como também um compromisso com o conjunto do sistema educacional brasileiro.

Em relação à garantia de qualidade do ensino superior, o objetivo é assegurar que a expansão, assim como a oferta, dirijam-se para o caminho da massificação. Nesse sentido, o PNE especifica que:

É igualmente indispensável melhorar a qualidade do ensino oferecido, para o que constitui instrumento adequado a institucionalização de um amplo sistema de avaliação associada à ampliação dos programas de pós-graduação, cujo objetivo é qualificar os docentes que atuam na educação superior.

Consideradas essas diretrizes básicas para a educação superior, o PNE estabelece os seguintes objetivos e metas⁶² a serem alcançados:

1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.**
2. (VETADO)
3. Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.*
4. Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.**
5. Assegurar efetiva autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira para as universidades públicas.**
6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.*
7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, de extensão e no caso das universidades, também de pesquisa.*
8. Estender, com base no sistema de avaliação, diferentes prerrogativas de autonomia às instituições não-universitárias públicas e privadas.*

⁶² *Metas que dependem da iniciativa da União. / ** Metas que exigem a colaboração da União com outros setores governamentais e não-governamentais.

9. Estabelecer sistema de credenciamento periódico das instituições e reconhecimento periódicos dos cursos superiores, apoiado no sistema nacional de avaliação.**
10. Diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral.**
11. Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.*
12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais.
13. Diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino.**
14. A partir de padrões mínimos fixados pelo Poder Público, exigir melhoria progressiva da infraestrutura de laboratórios, equipamentos e bibliotecas, como condição para o credenciamento das instituições de educação superior e renovação do reconhecimento de cursos.*
15. Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades, dobrando, em dez anos, o número de pesquisadores qualificados.**
16. Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5%.**
17. Promover levantamentos periódicos do êxodo de pesquisadores brasileiros formados, para outros Países, investigar suas causas, desenvolver ações imediatas no sentido de impedir que o êxodo continue e planejar estratégias de atração desses pesquisadores, bem como de talentos provenientes de outros Países.**
18. Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa.**
19. Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.**
20. Implantar planos de capacitação dos servidores técnico-administrativos das instituições públicas de educação superior, sendo de competência da IES definir a forma de utilização dos recursos previstos para esta finalidade.**
21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.
22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e da extensão.
23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações

extensionistas.

Em relação ao financiamento e gestão da educação superior, o PNE estabelece os seguintes objetivos e metas⁶³ a serem alcançados:

24. (VETADO)

25. Estabelecer um sistema de financiamento para o setor público, que considere, na distribuição de recursos para cada instituição, além da pesquisa, o número de alunos atendidos, resguardada a qualidade dessa oferta.**

26. (VETADO)

27. Oferecer apoio e incentivo governamental para as instituições comunitárias sem fins lucrativos, preferencialmente aquelas situadas em localidades não atendidas pelo Poder Público, levando em consideração a avaliação do custo e a qualidade do ensino oferecido.

28. Estimular, com recursos públicos federais e estaduais, as instituições de educação superior a constituírem programas especiais de titulação e capacitação de docentes, desenvolvendo e consolidando a pós-graduação no País.**

29. (VETADO)

30. Utilizar parte dos recursos destinados à ciência e tecnologia, para consolidar o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa.**

31. Incluir, nas informações coletadas anualmente através do questionário anexo ao Exame Nacional de Cursos, questões relevantes para a formulação de políticas de gênero, tais como trancamento de matrícula ou abandono temporário dos cursos superiores motivados por gravidez e/ou exercício de funções domésticas relacionadas à guarda e educação dos filhos.*

32. Estimular a inclusão de representantes da sociedade civil organizada nos Conselhos Universitários.**

33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.**

34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico.**

35. Observar, no que diz respeito à educação superior, as metas estabelecidas nos capítulos referentes à educação a distância, formação de professores, educação indígena, educação especial e educação de jovens e adultos.

⁶³ *Metas que dependem da iniciativa da União. / ** Metas que exigem a colaboração da União com outros setores governamentais e não-governamentais.

3. ATUAÇÃO DA UNIÃO: DA POLÍTICA DE CONTROLE À POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

3.1. Política de Controle da Educação Superior

Durante o período colonial não foram criadas universidades nem outras instituições de ensino superior no Brasil. Segundo Carlos Guilherme Mota (2006), a coroa portuguesa temia que a introdução de escolas superiores na colônia brasileira pudesse enfraquecer os laços de submissão e dependência da elite letrada em relação ao poder central.

A política da coroa portuguesa, conforme explica Eunice Ribeiro Durham (2005), sempre foi a de impedir a formação de quadros intelectuais nas colônias, para concentrar na metrópole a formação de nível superior. Mesmo a iniciativa dos jesuítas, de estabelecer um seminário que pudesse formar um clero brasileiro, foi destruída, assim como boa parte do pouco ensino organizado que havia então na colônia⁶⁴.

A educação superior, no Brasil, somente teve início em 1808, quando a coroa portuguesa, ameaçada pela invasão napoleônica, se transferiu para o Brasil, sendo então criadas as primeiras escolas superiores⁶⁵.

Durante o Império, a Constituição de 1824 estabeleceu entre os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros⁶⁶ a garantia de instrução⁶⁷ primária e gratuita a todos os

⁶⁴ Do século XVI ao século XVIII registrou-se a existência de instituições que ofereciam instrução filosófica e teológica de nível superior, como foi o caso dos colégios jesuítas da Bahia (fundado em 1553) e, posteriormente, em Recife, Olinda, Piratininga, São Luís do Maranhão, Belém do Pará e Mariana, dentre outros. Essas iniciativas foram interrompidas com a expulsão da Companhia de Jesus, efetuada pelo Marquês de Pombal, no final do século XVIII. (RANIERI, 2000)

⁶⁵ Em 1808 foram criadas três escolas: a Escola de Cirurgia e Anatomia, em Salvador (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia), a Escola de Anatomia e Cirurgia, no Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a Academia da Guarda Marinha, também no Rio de Janeiro. Dois anos mais tarde, em 1810, foi fundada a Academia Real Militar, que se transformou em Escola Central e depois em Escola Politécnica (atual Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em 1814 foi criado o curso de Agricultura e, em 1816, a Real Academia de Pintura e Escultura. (CUNHA, 1986) Em 1827 foram criadas duas Faculdades de Direito, uma em São Paulo e outra em Olinda. (SCHWARTZMAN, 2006)

⁶⁶ O artigo 6º da Constituição de 1824 considerava cidadãos brasileiros: “a) os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação; b) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em País estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império; c) os filhos de pai brasileiro, que estivesse em País estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil; d) todos os nascidos em Portugal, e suas possessões, que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas Províncias onde habitavam, aderiram a esta, expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência; e) os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião”.

⁶⁷ De acordo com Aurélio Wander Bastos (2000), o texto constitucional imperial e, posteriormente, o republicano, não fazem qualquer referência ao direito à educação, que, só veio a adquirir forma

cidadãos (artigo 179, inciso XXXII) e a garantia de colégios e universidades, onde seriam ensinados os elementos das ciências, letras e artes (artigo 179, inciso XXXIII).

Para viabilizar essas garantias constitucionais, o Ato Adicional de 1834, que, entre outras providências, instituiu as Assembleias Legislativas Provinciais, estabeleceu-lhes a competência para discutir e deliberar “sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral” (artigo 10, §2º). Assim ficou consignado que as províncias responderiam pela instrução primária e secundária e que o poder central teria a seu cargo a instrução de nível superior.

Dessa forma, em relação à educação superior, segundo Eunice Ribeiro Durham (2005), esse período foi caracterizado pela criação de escolas superiores de iniciativa exclusiva do poder central, tendo como objetivo formar alguns profissionais necessários ao aparelho do Estado e às necessidades da elite local, como advogados, engenheiros e médicos.

A educação superior, conforme explica Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000, p. 37), seguia o modelo de formação para profissões liberais em escolas superiores, de iniciativa exclusiva do poder central, e visava assegurar um diploma profissional,

[...] que dava direito a ocupar posições privilegiadas no restrito mercado de trabalho e a garantir prestígio social. A criação de instituições de ensino superior no Brasil tinha por finalidade formar quadros profissionais para a administração dos negócios do Estado e para a descoberta de novas riquezas.

O modelo de formação profissional tinha como base o pragmatismo que havia orientado o projeto de modernização em Portugal no final do século XVIII, cuja expressão mais significativa no campo educacional foi a reforma da Universidade de Coimbra empreendida pelo Marquês de Pombal⁶⁸ (TEIXEIRA, 1969), e o modelo de inspiração

constitucional a partir de 1934. Aurélio Wander Bastos (2000, p. 186) explica que “em nível educacional, a garantia dos direitos individuais era formulada apenas como direito à instrução, ao mesmo tempo que este era a garantia daqueles. Instrução e educação, até 1934, tinham uma dimensão conotativa juridicamente diferente, embora não se possa afirmar que divergente. O segundo se reduzia ao primeiro, e este o classificava como garantia dos direitos individuais. Na evolução dos textos constitucionais brasileiros, a educação sempre pretendeu muito mais do que a instrução, e esta sempre se reduziu, ou se definiu, como um princípio suplementar que viabilizava o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade. O direito à educação, enquanto princípio constitucional, tem uma dimensão mais ampla que o direito à instrução, que é uma de suas faces, ou de seus propósitos mensuráveis, viável de se implementar institucionalmente. Nas constituições brasileiras modernas, o direito à educação não é, apenas, uma das garantias e direitos individuais, mas um direito socialmente difuso, imprescindível à eficácia dos direitos individuais”.

⁶⁸ A reforma da Universidade de Coimbra, promovida pelo Marquês de Pombal, ministro do rei D. João, entre 1750 e 1777, tinha por objetivo libertar o ensino dos entraves do conservadorismo e restauração católica, tidos como responsáveis pelo atraso de Portugal em relação ao desenvolvimento industrial e

napoleônica⁶⁹.

Assim, a educação superior no Brasil era eminentemente pública e privativa do poder central, garantindo-se a esse o monopólio da outorga de títulos acadêmicos de validade nacional e dos privilégios profissionais⁷⁰. Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2005, p. 5), com isto visava-se “[...] à formação de uma ideologia de unidade nacional, capaz de justificar a continuidade dos sistemas social, econômico e político existentes no Império, nos moldes da universidade napoleônica”.

É importante observar que, desde 1808, quando foram criadas as primeiras escolas superiores no Brasil, a admissão dos alunos estava condicionada à aprovação nos chamados “exames preparatórios”, prestados no estabelecimento de ensino. Em 1837 foi criada a escola de ensino secundário do Império, o Colégio D. Pedro II, sediado no Município da corte, pelo Decreto Imperial de 2 de dezembro de 1837. No ano seguinte, em 1938, primeiro ano de funcionamento do Colégio D. Pedro II, e conforme dispunha o Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838, ficou estabelecido que os alunos que fossem aprovados em todas as matérias, de cada ano, do Colégio D. Pedro II, receberiam o diploma de bacharel em letras que lhes daria o direito de ingressar nas escolas superiores do Império sem a prestação dos “exames preparatórios”.

Entretanto, conforme explica Aurélio Wander Bastos (2000), a dificuldade do poder central em oferecer ensino superior foi a razão principal para a promulgação do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, conhecido como “Reforma Leôncio de Carvalho” ou “Reforma do Ensino Livre”, que permitiu a criação de uma rede privada de educação superior.

O Decreto nº 7.247/1879 estabelecia em seu artigo 1º ser completamente livre o

científico dos demais Países europeus. O ensino em Coimbra, depois da Reforma, passou a subdividir-se em ciências teológicas (Faculdades de Leis) e ciências naturais e filosóficas (Faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia). À escola de Filosofia caberia formar agrônomos, botânicos, naturalistas, mineralistas e metalurgistas. As ciências naturais, assim identificadas, deveriam ser o cerne da universidade. (SAMPAIO, 2000)

⁶⁹ O modelo de universidade napoleônica, universidade nacionalizada, integrada ao serviço público e subordinada ao Poder Público, em benefício da estabilidade política do Estado, foi adotado por diversos Países de tradição administrativa francesa, inclusive o Brasil. Em linhas gerais, este modelo apresenta os seguintes traços: uniformidade do desenvolvimento material; fragmentação do conjunto em escolas estanques, que não se congregam no ideal do progresso científico; imobilismo; orientação primordialmente credencialista, que alimenta sonhos de ascensão social. (RANIERI, 2000)

⁷⁰ Segundo Luis Antônio Cunha (1986, p. 93-94), “a razão da manutenção do ensino superior na esfera pública, neste período, consistiu na defesa do monopólio de concessão de privilégios profissionais, expresso pelo poder de conferir diplomas juridicamente válidos, poder este que garantia os interesses, a remuneração e o prestígio de certos grupos corporativos, compostos por indivíduos oriundos das classes dominantes ou por elas cooptados. Sendo o ensino superior um instrumento para distribuir privilégios, deveria estar restrito a poucos; se se aumentasse o número de diplomas, a diminuição de sua raridade provocaria a perda de seu valor intrínseco, com prejuízo para aqueles mesmos grupos”.

ensino primário e o secundário no Município da corte e o superior em todo o Império, “salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene”. Entre outras medidas, o Decreto nº 7.247/1879 possibilitou, por meio do artigo 21, a criação de cursos por associações de particulares para ensinarem as matérias que constituíam o programa dos cursos oficiais de ensino superior, permitindo sua regularização após sete anos consecutivos de funcionamento, desde que comprovassem “que pelo menos 40 alunos seus obtiveram o grau acadêmico do curso oficial correspondente” (artigo 21, §1º). Essas associações receberiam o título de “Faculdades Livres”, sendo-lhes resguardados todos os privilégios e garantias atribuídas às escolas oficiais, inclusive o de conferir graus acadêmicos aos seus alunos (artigo 21, §2º).

De acordo com Aurélio Wander Bastos (2000, p. 77), a implantação do ensino livre no Brasil era menos onerosa e apresentava melhores condições de expansão e atendimento às demandas educacionais do País. Dessa forma, “[...] resolveu um problema de base no ensino brasileiro: a incapacidade do Império para oferecer ensino oficial superior nas províncias⁷¹, inclusive na corte [...]”. (BASTOS, 2000, p. 149) Nesse sentido, segundo Aurélio Wander Bastos (2000, p. 147), “o ensino livre, ou seja, a condição burocrática da liberdade de ensino, foi a alternativa educacional possível ao ensino centralizado e oficial oferecido pelo Estado Imperial”, lançando as bases do ensino privado no Brasil.

A proclamação da República, em 1889, e a subsequente promulgação da Constituição de 1891, com a adoção do modelo federativo, favoreceu a descentralização da oferta da educação superior e permitiu “[...] o aparecimento de novas instituições, tanto pelas demais instâncias do Poder Público⁷² [...] como pela iniciativa privada [...]”. (DURHAM, 2005, p. 201). Contudo, a Constituição de 1891 atribuiu competência privativa ao Congresso Nacional para “legislar sobre [...] o ensino superior e os demais serviços que na capital forem reservados para o Governo da União” (artigo 34, inciso XXX). Assim, com a instauração da República, segundo Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000), o Estado perdeu o monopólio do ensino superior, mas não deixou de exercer o seu controle.

Em 1890 foram ampliadas as condições de acesso às escolares superiores, mediante a extensão do privilégio de matrícula automática concedida aos egressos dos

⁷¹ A interiorização da população levou as províncias a exigirem escolas, não apenas primárias, mas também escolas superiores. (BASTOS, 2000)

⁷² O artigo 35, inciso III da Constituição de 1891, estabelecia que incumbia ao Congresso Nacional, mas não privativamente, “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados”.

colégios estaduais públicos (Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890⁷³, que aprovou o “Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal”. Em 1901, a extensão do privilégio de matrícula automática foi também concedida aos egressos dos colégios privados equiparados (Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901⁷⁴, que aprovou o “Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”).

Desde então, e até 1910, observou-se notável crescimento de escolas particulares, fenômeno correlato da facilitação de ingresso, que provocaram, em médio prazo, a expansão desordenada do ensino superior privado, com diferentes níveis qualitativos. (RANIERI, 2005)

Assim, em 1911, visando à contenção de matrículas e à melhoria do ensino, o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, conhecido como “Reforma Rivadávia Corrêa”, aprovou a “Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República”.

Em síntese, o Decreto nº 8.659/1911 instituiu os “exames de ingresso”⁷⁵ para cursos de nível superior, extinguindo o privilégio de matrícula automática concedida aos egressos do Colégio D. Pedro II, dos colégios estaduais públicos e dos colégios privados equiparados; suprimiu os privilégios das escolas superiores criadas pela União, que passaram a ser “corporações autônomas”⁷⁶, sendo-lhes concedida autonomia didática, administrativa e financeira⁷⁷; aboliram-se os diplomas, que cederiam lugar para os

⁷³ De acordo com o artigo 38 do Decreto nº 981/1890, “a aprovação no exame de madureza do Ginásio Nacional dará direito à matrícula em qualquer dos cursos superiores de caráter federal na República; ao candidato que nele obtiver pelo menos dois terços de notas – plenamente –, será conferido o título de Bacharel em ciências e letras. O artigo 38, parágrafo único, estabeleceu que “quando qualquer dos Estados da República houver organizado estabelecimentos de ensino secundário integral, segundo o plano do Ginásio Nacional, darão os seus exames de madureza os mesmos direitos a esta matrícula nos cursos superiores”.

⁷⁴ De acordo com o artigo 117 do Decreto nº 3.890/1901, “ninguém será admitido à matrícula sem que exiba título de bacharel em ciências e letras ou certificado dos estudos secundários exigidos pelos regulamentos especiais. O artigo 117, parágrafo único, estabeleceu que “os exames de preparatórios prestados em Países estrangeiros poderão, a juízo do Governo e ouvida a congregação, ser aceitos para a matrícula”.

⁷⁵ De acordo com o artigo 65 do Decreto nº 8.659/1911, “para concessão da matrícula, o candidato passará por exame que habilite a um juízo de conjunto sobre o seu desenvolvimento intelectual e capacidade para empreender eficazmente o estudo das matérias que constituem o ensino da faculdade”.

⁷⁶ De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 8.659/1911, “a instrução superior e a fundamental, difundidas pelos institutos criados pela união, não gozarão de privilégio de qualquer espécie”.

⁷⁷ De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 8.659/1911, “os institutos até agora subordinados ao Ministério do Interior serão, de ora em diante, considerados corporações autônomas, tanto do ponto de vista didático como administrativo. Nos termos do artigo 3º do Decreto nº 8.659/1911, “aos estatutos federais de ensino superior e fundamental é atribuída, como às corporações de *mão morta*, personalidade jurídica, para receberem doações, legados e outros bens e administrarem seus patrimônios, não podendo, contudo, sem autorização do governo, aliená-los”. Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2005, p. 6), “[...] em linhas gerais, a autonomia didática expressava-se pela prerrogativa de organização dos currículos dos cursos; a autonomia administrativa, pela gerência dos respectivos patrimônios e pela eleição do diretor; e a autonomia financeira limitava-se à cobrança de diversas taxas e à gestão dos recursos assim auferidos, estes obrigatoriamente vinculados ao custeio do ensino. Para os institutos que, dispondo de recursos próprios,

certificados⁷⁸; e criou o Conselho Superior de Ensino⁷⁹, que substituiria a função fiscal do Estado, devendo estabelecer as ligações necessárias e imprescindíveis no regime de transição que iria da oficialização completa do ensino, vigente à época, à sua total independência futura, entre a União e os estabelecimentos de ensino.

Aurélio Wander Bastos (2000, p. 168), analisando a “Reforma Rivadavia Corrêa” sob o ponto de vista de seu impacto sobre o controle do Estado no campo da educação superior, assinala que seu espírito,

[...] se não era subtrair da União o controle direto sobre os institutos de ensino, como até agora vinha sendo feito pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, era transferir o seu controle para o Conselho Superior de Ensino, o que não significa, propriamente, uma opção contra a oficialização do ensino e pelo ensino particular, mas uma opção pela sua manutenção, caracterizando-se uma visível preocupação em retirá-lo do controle do Ministério [...].

Ao Conselho, em princípio, caberia dissociar a política da justiça e os negócios interiores da política educacional. Esta é a verdade no que se refere à educação superior: somente com a Lei Rivadavia e a consequente criação do Conselho Superior de Ensino é que se delinearão e se delimitaram as possibilidades desse traçar uma política global para a educação no Brasil.

A ineficácia do Decreto nº 8.659/1911 como instrumento de contenção de matrículas e de melhoria do ensino levou a nova reforma, empreendida pelo Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, conhecido como “Reforma Carlos Maximiliano”, que almejava corrigir as distorções geradas pelo Decreto nº 8.659/1911.

Da análise do Decreto nº 11.530/1915 depreende-se que as escolas superiores se subordinam o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo-lhes concedida autonomia didática e administrativa⁸⁰; que o registro dos diplomas retorna novamente como

prescindissem de subvenção oficial, a lei previa a isenção de “toda e qualquer dependência ou fiscalização oficial, mediata ou imediata”.

⁷⁸ De acordo com o artigo 124 do Decreto nº 8.659/1911, “o estudante que terminar as provas escolares receberá, mediante o pagamento da taxa respectiva, o certificado que lhe competir, de acordo com os regulamentos especiais”.

⁷⁹ De acordo o artigo 13 do Decreto nº 8.659/1911, competia ao Conselho Superior de Ensino: “a) autorizar as despesas extraordinárias, não previstas no orçamento atual; b) tomar conhecimento e julgar em grau de recurso as resoluções das Congregações ou dos diretores; c) providenciar acerca dos fatos e ocorrências levados ao seu conhecimento por intermédio das diretorias; d) suspender um ou mais cursos, desde que o exigirem a ordem e a disciplina; e) impor as penas disciplinares de sua competência, enumeradas no capítulo desta lei, concernente ao assumpto; f) informar ao Governo sobre a conveniência da criação, transformação ou supressão de cadeiras; g) representar ao Governo sobre a conveniência da demissão do presidente, quando este se mostrar incompatível com o exercício de suas funções. Em tal caso, o seu substituto ocupará a presidência do Conselho, até que o Governo resolva o incidente; h) responder a todas as consultas e prestar todas as informações pedidas pelo Ministério do Interior; i) determinar a inspeção sanitária do docente que lhe pareça estar inválido para o serviço; j) promover a reforma e melhoramentos necessários ao ensino, submetendo-os à aprovação do Governo, desde que exijam aumento de despesa; k) resolver, finalmente, com plena autonomia, todas as questões de interesse para os institutos de ensino, nos casos não previstos pela presente lei”.

⁸⁰ Nesse sentido, o artigo 1º do Decreto nº 11.530/1915 estabeleceu que “o Governo Federal continuará a manter os seis institutos de instrução secundária e superior subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios

exigência, devendo as escolas superiores particulares submeterem-se a equiparação⁸¹; e que o Conselho Superior de Ensino⁸² foi reduzido a órgão consultivo do governo e auxiliar

Interiores, dando-lhes autonomia didática e administrativa de acordo com as disposições deste decreto”. Conforme o artigo 2º, “o patrimônio de cada instituto será administrado pelo respectivo diretor, de acordo com o orçamento elaborado pela Congregação, aprovado pelo Conselho Superior do Ensino e homologado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores”, sendo que “todas as verbas terão aplicação ao fim a que são destinadas” (artigo 3º). Nos termos do artigo 4º, “aos institutos federais de ensino superior ou secundário é atribuída personalidade jurídica para receberem doações e legados, adquirirem bens e celebrarem contratos” e “não poderão comprometer a sua renda presente ou futura nem alienar bens sem a permissão do Ministro da Justiça e Negócios Interiores” (artigo 4º, parágrafo único).

⁸¹ Nos termos do artigo 11 do Decreto nº 11.530/1915, as escolas superiores particulares, denominadas de “academias” que pretendessem que os diplomas por elas conferidos fossem registrados nas repartições federais para produzirem os fins previstos nas leis vigentes, deveriam requerer ao Conselho Superior do Ensino o depósito da quota de fiscalização na Delegacia Fiscal do Estado em que funcionavam. O requerimento poderia ser indeferido de imediato pelo Conselho Superior do Ensino, caso houvesse informações seguras de falta de idoneidade dos diretores ou professores do instituto (artigo 12). Se deferido o requerimento, o Conselho Superior do Ensino deveria propor ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores o nome de um brasileiro familiarizado com as questões do ensino, o qual seria nomeado em comissão para inspecionar a academia (artigo 13). O inspetor não poderia ser pessoa ligada por afinidade de qualquer natureza aos diretores ou professores da academia, e, quando possível, deveria ter residência em Estado distinto do que funcionar o instituto (artigo 16). De acordo com o artigo 14, o inspetor deveria inquirir, por todos os meios ao seu alcance, inclusive o exame de toda a escrita do instituto, para constar: “a) se este funciona regularmente há mais de cinco anos; b) se há moralidade nas distribuições de notas de exames; c) se os professores mantêm cursos particulares frequentados pelos alunos da academia; d) se as matérias constantes dos programas são suficientes para os cursos de Engenharia, Direito, Medicina ou Farmácia; e) se, pelo menos, três quartas partes do programa de cada matéria são efetivamente explicadas pelo respectivo professor; f) se há exame vestibular e se é este rigoroso; g) se a academia possui os laboratórios indispensáveis e se estes são utilizados convenientemente; h) se o corpo docente é escolhido pelo processo de concurso de provas estabelecido na presente lei; i) se as rendas da academia são suficientes para o custeio de um ensino integral, das matérias do curso, ministrado por professores suficientemente remunerados; j) se a quota de fiscalização é depositada na época legal”. De posse dessas informações, o inspetor, nos termos do artigo 15, deveria apresentar um relatório circunstanciado sobre o que houvesse visto e coligido a respeito do instituto e, na falta de qualquer dos requisitos enumerados no artigo 14, concluiria por aconselhar que não fosse concedida a pretendida equiparação às academias mantidas pelo governo federal. A inspeção era considerada concluída com o julgamento do relatório circunstanciado pelo Conselho Superior de Ensino (artigo 17), que poderia solicitar informações suplementares, quando necessário para o julgamento (artigo 18). Julgada digna de equiparação de uma academia às federais, esta era outorgada pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que deveria dar ciência da sua resolução ao presidente do Supremo Tribunal Federal, à Diretoria de Saúde Pública e ao Ministério da Viação, para os fins de direito (artigo 20). Quando o relatório do inspetor condenasse um instituto, era então cassada a equiparação já concedida, não podendo ser de novo requerida dentro de seis anos (artigo 22). O artigo 26 vedou a equiparação de academia que funcionava em cidade de menos de cem mil habitantes, salvo se esta fosse capital de Estado de mais de um milhão de habitantes e o instituto fosse fortemente subvencionado pelo governo regional. Ademais, o artigo 26 vedou a equiparação de mais de duas academias de direito, engenharia ou medicina em cada Estado ou no Distrito Federal; e, onde houvesse uma oficial, só uma particular poderia ser a ela equiparada.

⁸² O Decreto nº 11.530/1915 transformou o Conselho Superior de Ensino em órgão consultivo do governo e auxiliar imediato para a fiscalização dos institutos oficiais e dos equiparados a estes (artigo 28). De acordo com o artigo 30, competia ao Conselho Superior do Ensino: “a) indicar os inspetores para os institutos que requererem equiparação aos oficiais; b) exigir novos esclarecimentos desses inspetores e dar parecer sobre o relatório por eles apresentado; c) dar parecer ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores sobre as despesas autorizadas pelas Congregações e não previstas no orçamento atual; d) tomar conhecimento, em grau de recurso, das resoluções dos diretores e das Congregações, salvo quando estas deliberarem pelo voto da maioria absoluta dos membros respectivos e sobre assumpto que se não relacione com o aumento de despesas, nem com os casos previstos pelo art. 70, letra f; e) providenciar acerca das ocorrências e dos factos levados ao seu conhecimento por intermédio dos diretores de institutos oficiais ou equiparados; f) suspender um ou mais cursos, desde que as Congregações o proponham e a ordem ou a disciplina o exijam; g) propor ao Governo o fechamento temporário de um instituto por motivos de indisciplina ou de calamidade pública, ou a mudança da respectiva sede, ouvida neste ultimo caso a Congregação, convocada especialmente pelo

imediatamente para a fiscalização das escolas oficiais e das equiparadas a estas.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2005) explica que as prerrogativas garantidas pela “Reforma Rivadávia Corrêa” permanecem apenas a supressão do privilégio de matrícula automática concedida aos egressos do Colégio D. Pedro II, dos colégios estaduais públicos e dos colégios privados equiparados, e a exigência de “exame de ingresso”, doravante denominado “exame vestibular”, sendo exigido em complementação o certificado de aprovação no ensino secundário⁸³.

Como a “Reforma Carlos Maximiliano” não surtiu os efeitos desejados, dez anos mais tarde, em 1925, o Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, conhecido como “Reforma Rocha Vaz”, introduziu novas alterações na organização e funcionamento do ensino superior.

Dentre as medidas empreendidas pelo Decreto nº 16.782-A/1925 estavam a instituição de um exame vestibular mais discriminatório e classificatório, com um número de vagas fixas por curso e turma, conforme determinação de cada diretor de escola superior, o qual deveria ser aprovado pelo Conselho Superior de Ensino. Ademais, criou mais um órgão de fiscalização, qual seja, o Departamento Nacional do Ensino⁸⁴, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e que teria a cargo os assuntos que se referiam ao ensino, assim como “o estudo e a aplicação dos meios tendentes à difusão e ao progresso das ciências, letras e artes no País” (artigo 2º). O Conselho Superior de Ensino foi mantido, passando a denominar-se Conselho Nacional de Ensino, com amplas competências de controle de ensino nas áreas administrativa e didática. (RANIERI, 2005)

De acordo com Otaíza de Oliveira Romanelli (2005, p. 43), a República, “contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas”. Este fato,

diretor; h) informar o Governo sobre a conveniência da criação, supressão ou transformação de cadeiras, e aprovar a seriação das matérias dos cursos proposta pelas Congregações; i) promover a reforma e os melhoramentos necessários ao ensino; j) decidir o recurso interposto pelos professores contra atos do diretor; k) examinar o regimento interno de cada instituto e exigir que seja modificado somente nos pontos em que se achar em desacordo com as disposições legislativas vigentes; l) resolver todas as dúvidas que possam ser suscitadas na interpretação e aplicação das leis referentes ao ensino”.

⁸³ Na sistemática até então vigente não era necessária a apresentação do certificado de aprovação no ensino secundário, bastando a aprovação no “exame de ingresso”. Assim, para expedir o certificado de conclusão, os cursos de ensino secundário passaram a ser obrigados a realizar um exame final, o qual instituições de ensino fixadas em cidades com menos de cem mil habitantes não podiam realizar.

⁸⁴ De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 16.782-A/1925, o Departamento Nacional do Ensino “terá a seu cargo os assuntos que se refiram ao ensino, nos termos deste regulamento, assim como o estudo e a aplicação dos meios tendentes à difusão e ao progresso das ciências, letras e artes no País”.

na visão de Otaíza de Oliveira Romanelli (2005), pode ser explicado pelos fatores atuantes na organização e evolução do ensino, quais sejam o sistema econômico, a herança cultural, a demanda social de educação e o sistema de poder que permaneceram no período que antecedeu a década de 1920. Nesse sentido, Otaíza de Oliveira Romanelli (2005, p. 45-46) esclarece que

Uma vez que a economia⁸⁵ não fazia exigências à escola em termos de demanda econômica de recursos humanos; que a herança cultural havia sido criada a partir da importação de modelos de pensamento provenientes da Europa; que a estratificação social, predominantemente dual na época colonial, havia destinado à escola apenas parte da aristocracia ociosa; que essa demanda social de educação, mesmo quando englobou no seu perfil os estratos médios urbanos, procurou sempre na escola uma forma de adquirir ou manter *status*, alimentando, além disso, um preconceito contra o trabalho que não fosse intelectual e uma vez, enfim, que todos esses aspectos se integravam, é possível afirmar-se que a educação escolar existente [...] correspondia às exatas necessidades da sociedade como um todo. A função social da escola era, então, a de fornecer os elementos que iriam preencher os quadros da política, da administração pública e formar a “inteligência” do regime.

Otaíza de Oliveira Romanelli (2005, p. 45) segue explicando que foi

[...] somente quando essa estrutura começou a dar sinais de rupturas que a situação educacional principiou a tomar rumos diferentes. De um lado, no campo das ideias, as coisas começaram a mudar com movimentos culturais e pedagógicos em favor de reformas mais profundas; de outro, no campo das aspirações sociais, as mudanças vieram com o aumento da demanda escolar impulsionada pelo ritmo mais acelerado do processo de urbanização ocasionado pelo impulso dado à industrialização após a I Guerra e acentuado depois de 1930.

De fato, a partir da década de 1920, inicia-se um grande movimento de modernização do País. Nesse sentido, segundo Eunice Ribeiro Durham (2005, p. 202),

Ao lado da urbanização e de transformações econômicas que decorreram da industrialização, houve uma verdadeira renovação cultural. Esse movimento modernizador atingiu também a educação, e uma plêiade de educadores propôs, e em parte realizou, profundas reformas em todos os níveis de ensino. O ensino primário público, universal e gratuito, foi sua grande bandeira. Foi este mesmo grupo, associado a um grupo de cientistas, que propôs a modernização do ensino superior. O que se propunha era bem mais que a simples criação de uma universidade: era a ampla reforma de todo o ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional. O sistema seria necessariamente público e não confessional.

Assim, de acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 46), “impulsionado pelo debate educacional promovido nos anos 1920 [...] e da crescente urbanização do País,

⁸⁵ Para Otaíza de Oliveira Romanelli (2005, p. 55) “[...] enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais”. A educação escolar, nesse período, carecia de função importante a desempenhar junto à economia, ou seja, não era considerada como fator necessário.

e pelo movimento geral de organização econômica promovido por Getúlio Vargas⁸⁶, o tratamento da educação vem a se firmar, constitucional e institucionalmente, na década de 1930 como uma questão nacional.

É então, em 1930, por meio do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública⁸⁷, que teria “a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar” (artigo 2º).

No ano seguinte, em 1931, foram sancionados vários decretos reorganizando a educação superior no País. Esses decretos, conhecidos como “Reforma Francisco Campos”⁸⁸, tiveram o mérito de, pela primeira vez, definir uma estrutura orgânica para a educação superior em todo o território nacional. Segundo Otaíza de Oliveira Romanelli (2005), era o início de uma ação mais objetiva do Estado em relação à educação superior.

Por meio do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, o Conselho Nacional de Ensino passou a denominar-se Conselho Nacional de Educação, sendo destinado a “colaborar com o Ministro da Educação e Saúde Pública nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da Nação” (artigo 2º). Nos termos do artigo 4º, o Conselho Nacional de Educação não teria atribuições de ordem administrativa, mas opinaria, em última instância, sobre assuntos técnicos e didáticos e emitiria parecer sobre questões administrativas correlatas, atendidos os dispositivos dos estatutos das universidades e dos regulamentos dos institutos singulares de ensino superior⁸⁹.

⁸⁶ Conforme consta de pronunciamento do então Presidente da República Getúlio Vargas, “a educação deverá ter, por sua organização e por seus propósitos, um profundo cunho social que interesse à organização econômica do País, condição de manutenção e fortalecimento da própria unidade política e moral da nação. [...] No período em que nos encontramos, a cultura intelectual sem objetivo claro e definido deve ser considerada luxo acessível a poucos indivíduos e de escassos proveitos à coletividade”. (LOURENÇO FILHO, 1998, p. 63)

⁸⁷ Doravante, independente do período a que se faça referência, será utilizada a denominação “Ministério da Educação”, e consequentemente “Ministro da Educação”, para identificar as diversas denominações assumidas por esse órgão no decorrer da história, a saber: Ministério da Educação e Saúde Pública (1930-1953), Ministério da Educação e Cultura (1953-1985), Ministério da Educação (1985-1992), Ministério da Educação e do Desporto (1992-1999), e Ministério da Educação (a partir de 1999). Permanecem apenas as denominações originais quando se tratar de reprodução de texto de ato legislativo ou normativo.

⁸⁸ No campo da educação superior, a “Reforma Francisco Campos” estava consubstanciada em três decretos: Decreto nº 19.850/1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851/1931, que tratava da organização das universidades brasileiras; e Decreto nº 19.852/1931, que tratava da organização da Universidade do Rio de Janeiro.

⁸⁹ O artigo 5º estabeleceu que como atribuições fundamentais do Conselho Nacional de Educação: “a) colaborar com o Ministro na orientação e direção superior de ensino; b) promover e estipular iniciativas em benefício da cultura nacional, e animar atividades privadas, que se proponham a colaborar com o Estado em quaisquer domínios da educação; c) sugerir providências tendentes a ampliar os recursos financeiros, concedidos pela União, pelos Estados ou pelos Municípios à organização e ao desenvolvimento do ensino,

O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que tratava da organização das universidades brasileiras, dispunha que o ensino superior no Brasil obedeceria, de preferência, ao sistema universitário⁹⁰, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades era instituída pelo mesmo, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do Decreto nº 19.851/1931.

Como explica Eunice Ribeiro Durham (2005), o Decreto nº 19.851/1931 definiu a universidade como formato legal ao qual deveriam obedecer todas as instituições que viessem a ser criadas no Brasil. Entretanto, apesar de estabelecer a universidade como forma preferencial para a oferta do ensino superior, não eliminou os institutos isolados. Também foi mantida a liberdade da iniciativa privada para a constituição de estabelecimentos próprios, que, juntamente com as universidades estaduais, ficaram sob fiscalização do governo federal.

O Decreto nº 19.851/1931 previa a regulamentação de toda a educação superior, tanto pública como privada, pelo governo federal. Além disso, a legislação era extremamente detalhista e dispunha sobre questões como indicação de professores, currículos e programas, duração dos cursos, sistema disciplinar, cobranças de taxas e pagamento de mensalidades pelos estudantes. (DURHAM, 2005)

Dessa forma, segundo Eunice Ribeiro Durham (2005), a “Reforma Francisco Campos” ensejou uma retomada da tendência centralista do período monárquico, não mais em termos de monopólio da criação e manutenção das instituições de ensino superior, mas de controle burocrático pela normatização e fiscalização de todo o sistema de ensino.

em todos os seus ramos; d) estudar e emitir parecer sobre assuntos de ordem administrativa e didática, referentes a qualquer instituto de ensino, que devem ser resolvidos pelo Ministro; e) facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contato entre os institutos técnicos-científicos e o ambiente social; f) firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior, atendendo, acima de tudo, os interesses da civilização e da cultura do País”.

⁹⁰ De acordo com o artigo 6º do Decreto nº 19.851/1931, as universidades brasileiras poderiam ser criadas e mantidas pela União, pelos Estados ou, sob a forma de fundações ou de associações, por particulares, constituindo universidades federais estaduais e livres. O artigo 12 dispunha que universidades estaduais ou livres poderiam ser equiparadas às universidades federais para os efeitos da concessão de títulos, dignidades e outros privilégios universitários, mediante inspeção prévia pelo Departamento Nacional do Ensino e ouvido o Conselho Nacional de Educação. Cabia ao Ministro da Educação fixar em instruções especiais e processo de inspeção prévia, e quais os elementos mínimos de ordem material e financeira necessários a equipariam (artigo 12, parágrafo único). O artigo 13 sujeitava as universidades estaduais e livres equiparadas à fiscalização do governo federal, por intermédio do Departamento Nacional do Ensino, que verificaria a fiel observância de todos os preceitos legais e estatutários que regiam a organização e o funcionamento da universidade e dos institutos que a compusessem, solidários e estritamente responsáveis pela eficiência do ensino neles ministrado. A equiparação das universidades estaduais ou livres poderia ser suspensa enquanto não fossem sanadas graves irregularidades porventura verificadas no seu funcionamento, e seria cassada por decreto do governo federal desde que, mediante prévio inquérito e ouvido o Conselho Nacional de Educação, ficasse comprovado que não mais preenchessem os seus fins (artigo 12, parágrafo único).

Ainda em 1931, o Decreto nº 20.179, de 6 de julho de 1931, estabeleceu normas sobre a equiparação dos institutos de ensino superior mantidos pelos governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos de ensino superior livres (mantidos pela iniciativa privada), para os efeitos de validade dos diplomas por eles expedidos.

A Constituição de 1934, influenciada pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”⁹¹ (ROMANELLI, 2005), representa um marco na afirmação do caráter nacional da educação.

A educação, na Constituição de 1934, foi considerada um direito de todos e deveria ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, “cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana” (artigo 149).

O artigo 5º, inciso XIV, da Constituição de 1934, atribuiu à União competência privativa para “traçar as diretrizes da educação nacional”. Ademais, de acordo com o artigo 150 da Constituição de 1934, competia à União:

- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;
- b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;
- c) organizar e manter, nos Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos;
- d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário;
- e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.

⁹¹ Em 1932 é lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, considerado marco histórico na educação brasileira, que assinala, efetivamente, a tomada de consciência de seu caráter nacional. Segundo Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Freitas (2003, p. 93-94), o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, “[...] define um amplo programa educacional, estabelecendo entre seus princípios gerais a educação como ‘um serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais’. Concebe uma escola comum para ambos os sexos, ‘única para todos, leiga, sendo a educação primária (7 a 12 anos) gratuita e obrigatória’ devendo o ensino ‘tender progressivamente à obrigatoriedade até 18 anos e a gratuidade em todos os graus’. A escola secundária é compreendida como “escola para o povo”, coerente com a perspectiva de que o sistema educacional deve ser ‘reconstruído em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais’ possibilitando a ‘seleção dos melhores’. Para viabilizar um sistema voltado para um amplo atendimento da população, são definidos mecanismos para o financiamento da educação através da criação ‘de um fundo especial ou escolar, que constituído de patrimônios, impostos e rendas próprias, seja administrado e aplicado exclusivamente no desenvolvimento da obra educacional, pelos próprios órgãos do ensino, incumbidos da sua direção’”. De acordo com Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Freitas (2003), o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” pode ser entendido como uma síntese de ideias que vão marcar o campo educacional, particularmente no que se refere à concepção do papel do Estado na oferta da educação escolar. De fato, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” teve grande repercussão, influenciando os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1934.

Parágrafo único. O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
- e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.

O artigo 151 da Constituição de 1934 estabeleceu a competência para os Estados e o Distrito Federal organizarem e manterem sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitadas as diretrizes estabelecidas pela União.

A planificação da educação em nível nacional tornou-se um imperativo a cargo do Conselho Nacional de Educação, conforme dispunha o artigo 152 da Constituição de 1934. Dessa forma, competia precipuamente ao Conselho Nacional de Educação elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo e sugerir ao governo as medidas que julgasse necessárias para a melhor solução dos problemas educativos bem como a distribuição adequada dos fundos especiais.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 47), “[...] foi pela atribuição constitucional de competência à União para traçar, privativamente, as diretrizes da educação nacional, e pela divisão de encargos na área da educação, que se firmou o caráter nacional desta atividade enquanto obra comum dos entes federados”.

Da Constituição de 1934 à Constituição de 1937 não houve nenhuma alteração na estrutura normativa a respeito da organização e funcionamento do ensino superior.

Na Constituição de 1937, a educação deixa de ser afirmada como um direito de todos. O artigo 128 da Constituição de 1937 estabelecia que o ensino era livre “à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares”, sendo dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento do ensino, favorecendo ou fundando instituições de ensino. Observe-se que, nos termos do artigo 129 da Constituição de 1937, “à infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares”, seria “dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e

tendências vocacionais”⁹². O dever do Estado em relação à educação foi “colocado em segundo plano na medida em que lhe é atribuída uma função compensatória [...]”. (VIEIRA; FREITAS, 2003, p. 97) Assim, a educação pública foi “concebida como aquela destinada aos que não puderem arcar com os custos do ensino privado”. (VIEIRA; FREITAS, 2003, p. 97)

A Constituição de 1937 ampliou a competência da União para não apenas “traçar as diretrizes da educação nacional”, como estabelecia a Constituição de 1934, mas para legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional”⁹³, acentuando-se o grau de intervenção federal. Na visão de Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), não se tratava mais de planificar, mas de legislar exaustivamente, mediante um rigoroso detalhismo normativo favorecido pela rigidez do sistema único, no intuito de viabilizar uma estratégia educacional voltada à alfabetização, ao fortalecimento da União, à imposição da educação patriótica e à organização da vida universitária.

Nesse sentido, em 1937, por meio da Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, foi criada a Universidade do Brasil, por transformação da Universidade do Rio de Janeiro⁹⁴, como modelo padrão de ensino superior no País, a partir do qual seriam fixados os requisitos que os estabelecimentos de ensino superior estaduais, municipais e particulares deveriam satisfazer para que pudessem funcionar. A Universidade do Brasil não manteve por muito tempo seu papel de modelo, passando a ser, tão somente, uma entre outras de uma ampla rede de universidades. No entanto, a noção de que todas as instituições deveriam obedecer ao mesmo formato, a ser fiscalizado e controlado pelo governo federal, permaneceu. (SCHWARTZMAN, 1988)

Com a Constituição de 1946, a educação é novamente afirmada como direito de todos⁹⁵ e seria “dada no lar e na escola”, devendo “inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (artigo 166). O artigo 167 da Constituição de 1946 dispunha que “o ensino dos diferentes ramos” seria ministrado pelos Poderes Públicos e

⁹² Ademais, o artigo 130 da Constituição de 1937 estabeleceu que o ensino primário seria obrigatório e gratuito, contudo, a gratuidade não excluía “o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados”, dessa forma, por ocasião da matrícula seria “exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar”.

⁹³ Nos termos do artigo 16, inciso XXIV, da Constituição de 1937, competia privativamente à União o poder de legislar sobre “diretrizes de educação nacional”, introduzindo-se a noção de unidade do sistema nacional que viria a ser mantida nos textos constitucionais posteriores. (RANIERI, 2000)

⁹⁴ Em 1920, pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, reunindo a Escola Politécnica e a Escola de Anatomia e Cirurgia do Rio de Janeiro.

⁹⁵ A educação é consagrada na Constituição de 1934 como um direito de todos. No entanto, na Constituição de 1937 esse dispositivo é suprimido. A Constituição de 1937 ao fazer significativa concessão à iniciativa privada, quanto à liberdade de ensino (artigos 128 e 129), praticamente isentava os Poderes Públicos do dever de proporcionar e garantir a educação.

era “livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem”.

A Constituição de 1946 manteve na União a competência para legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional”(artigo 5º, inciso XV, alínea “d”), sem exclusão da legislação estadual supletiva ou complementar (artigo 6º), retomando a divisão de encargos⁹⁶ prevista na Constituição de 1934. (RANIERI, 2000)

Em 1961, após quinze anos de tramitação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, foi aprovada e publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961).

O artigo 1º da Lei nº 4.024/1961 firmou que a educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, teria por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

A Lei nº 4.024/1961 reafirmou que a educação era direito de todos e seria “dada no lar e na escola”, reproduzindo em seu artigo 2º o disposto no artigo 166 da Constituição de 1946.

Ademais, o artigo 3º, em observância ao artigo 167 da Constituição de 1946, estabelecia que o direito à educação seria assegurado “pela obrigação do Poder Público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor”, acrescentando que o direito à educação também seria assegurado “pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos”. Em reforço ao disposto no artigo 3º, o artigo 4º assegurava a todos, na forma da lei, o direito de transmitir seus conhecimentos. Nos termos do artigo 5º, foram “assegurados

⁹⁶ De acordo com o artigo 170 da Constituição de 1946, “a União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios. Parágrafo único. O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais”. O artigo 171 da Constituição de 1946 dispunha que “os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. Parágrafo único. Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional”.

aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados [...] o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados”, não havendo, de acordo com o artigo 19, distinção de direitos entre os estudos realizados em estabelecimentos oficiais e os realizados em estabelecimentos particulares reconhecidos.

De acordo com os artigos 6º e 7º, o Ministério da Educação exerceria as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, cabendo-lhe velar pela observância das leis do ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação, que assim passa a denominar-se Conselho Nacional de Educação, .

De acordo com o artigo 9º, ao Conselho Federal de Educação⁹⁷, além de outras atribuições conferidas por lei, competia:

- a) decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior, federais e particulares;
 - b) decidir sobre o reconhecimento das universidades, mediante a aprovação dos seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior, depois de um prazo de funcionamento regular de, no mínimo, dois anos;
 - c) pronunciar-se sobre os relatórios anuais dos institutos referidos nas alíneas anteriores;
 - d) opinar sobre a incorporação de escolas ao sistema federal de ensino, após verificação da existência de recursos orçamentários;
 - e) indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio (artigo 35, §1º) e estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, conforme o disposto no artigo 70;
 - f) vetado
 - g) promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, em quaisquer estabelecimentos de ensino, sempre que julgar conveniente, tendo em vista o fiel cumprimento desta lei;
 - h) elaborar seu regimento a ser aprovado pelo Presidente da República;
 - i) conhecer dos recursos interpostos pelos candidatos ao magistério federal e decidir sobre eles;
 - j) sugerir medidas para organização e funcionamento do sistema federal de ensino;
 - l) promover e divulgar estudos sobre os sistemas estaduais de ensino;
 - m) adotar ou propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino;
 - n) estimular a assistência social escolar;
 - o) emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educativa que lhe sejam submetidos pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação e Cultura;
 - p) manter intercâmbio com os conselhos estaduais de educação;
 - q) analisar anualmente as estatísticas do ensino e os dados complementares.
- §1º. Dependem de homologação do Ministro da Educação e Cultura os atos compreendidos nas letras a, b, d, e, f, h e i.
- §2º. A autorização e a fiscalização dos estabelecimentos estaduais isolados de ensino superior caberão aos conselhos estaduais de educação na forma da lei estadual respectiva.

⁹⁷ O Conselho Federal de Educação seria dividido em câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes ao ensino primário, médio e superior, e se reuniria em sessão plena para decidir sobre matéria de caráter geral (artigo 8º, §4º, da Lei nº 4.024/1961).

Observe-se que, de acordo com o artigo 9º, alínea “e”, coube ao Conselho Federal da Educação estabelecer a duração e o currículo mínimo dos cursos de ensino superior, para fins de obtenção de diploma⁹⁸ capaz de assegurar privilégios para o exercício de profissão liberal (artigo 70⁹⁹). De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), com essa competência nasceu a burocrática prática da conferência do atendimento desses requisitos, para fim de “registro de diploma”, até hoje mantida no sistema nacional, não obstante a posterior supressão dos currículos mínimos.

Conforme o artigo 13, a União organizaria o ensino público dos Territórios e estenderia a ação federal supletiva a todo o País, nos estritos limites das deficiências locais. De acordo com o artigo 14, competia à União reconhecer e inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino superior.

O artigo 66 fixava que “o ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário”. E, nos termos do artigo 67, que seria ministrado em estabelecimentos, agrupados ou não em universidades, com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional.

De acordo com o artigo 79, as universidades seriam criadas pela reunião, sob administração comum, de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior, podendo ser dispensado, a critério do Conselho Federal da Educação, o mencionado requisito, na criação de universidades rurais e outras de objetivo especializado.

De acordo com o artigo 81, as universidades seriam constituídas sob a forma de autarquias, fundações ou associações, sendo a inscrição do ato constitutivo no registro civil das pessoas jurídicas precedida de autorização por decreto do governo federal ou estadual. Os estabelecimentos de ensino superior isolados, conforme o artigo 85, seriam constituídos sob a forma de autarquias, de fundações, ou associações.

Foi assegurada às universidades autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, a ser exercida na forma de seus estatutos (artigo 80). Entretanto, nos termos do artigo 84, o Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderia

⁹⁸ Nos termos do artigo 68 da Lei nº 4.024/1961, os diplomas expedidos pelas universidades ou pelos estabelecimentos isolados de ensino superior oficiais ou reconhecidos seriam válidos em todo o território nacional. Contudo, de acordo com o artigo 68, parágrafo único, “os diplomas que conferem privilégio para o exercício de profissões liberais ou para a admissão a cargos públicos, ficam sujeitos a registro no Ministério da Educação e Cultura, podendo a lei exigir a prestação de exames e provas de estágio perante os órgãos de fiscalização e disciplina das profissões respectivas”.

⁹⁹ De acordo com o artigo 70, “o currículo mínimo e a duração dos cursos que habilitem à obtenção de diploma capaz de assegurar privilégios para o exercício da profissão liberal serão fixados pelo Conselho Federal de Educação”.

suspender, por tempo determinado, a autonomia de qualquer universidade, oficial ou particular, por motivo de infringência da Lei nº 4.024/1961 ou dos próprios estatutos, chamando a si as atribuições do Conselho Universitário e nomeando um reitor *pro tempore*.

Com a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1/1969, a educação continuou sendo afirmada como um direito de todos. O artigo 168 da Constituição de 1967 estabeleceu que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”. Tal redação foi alterada pela Emenda Constitucional nº 1/1969, que dispunha, em seu artigo 176, que “a educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola”¹⁰⁰.

Tanto na Constituição de 1967 como na Emenda Constitucional nº 1/1969 foi afirmado que o ensino seria “ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos, assim como que, respeitadas as disposições legais”, o ensino era “livre à iniciativa particular”, a qual mereceria “o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo”.

A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1/1969 mantiveram a competência da União para legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional”, sem prejuízo da competência supletiva dos Estados para legislar, respeitada a lei federal¹⁰¹.

A partir da Constituição de 1967, foi implantada a reforma administrativa pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e, na sequência, a reforma do ensino superior pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou novas normas de organização e funcionamento do ensino superior. Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), a reforma do ensino superior foi promovida em estrita analogia com os objetivos que haviam presidido a reforma administrativa: racionalização de serviços e modernização do aparato estatal de ensino superior.

¹⁰⁰ A Emenda Constitucional nº 1/1969 introduziu no sistema constitucional brasileiro a previsão da educação como dever do Estado. Conforme Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 50), o artigo 176 assegurava, expressamente, “a natureza pública da educação, bem como o interesse nacional que revestia a função. Deles resultaram dois desdobramentos básicos (um de ordem material, outro de ordem formal): o Estado deveria aparelhar-se para fornecer a todos educação; a interpretação de todas as normas relativas à educação e ao ensino seria informada pela natureza pública da prestação”.

¹⁰¹ De acordo com o artigo 8º, inciso XVII, alínea “q”, da Constituição de 1967 (e da Emenda Constitucional nº 1/1969), competia à União legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional”. Nos termos do artigo 8º, §2º, a competência da União não excluía a dos Estados para legislar supletivamente sobre as matérias do inciso XVII, alínea “q”, respeitada a lei federal.

Para empreender a análise que sustentaria a reforma do ensino superior, o governo federal constitui o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) encarregado de, no prazo de sessenta dias, “estudar a Reforma da Universidade Brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País”. (ROMANELLI, 2005, p. 222)

De acordo com Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Freitas (2003), a reforma do ensino superior do ponto vista técnico procurava atender a uma exigência de racionalização – tanto no sentido de conter a expansão desordenada da educação superior quanto de prover os meios para que as instituições pudessem vir a oferecer mais e melhor ensino. Do ponto de vista político, constituía resposta a uma pressão por acesso à educação superior, demanda claramente colocada no seio da sociedade, de modo específico entre suas camadas médias¹⁰².

Cabe destacar que, no relatório final do GTRU, no que se refere à expansão da educação superior, a proposição deste foi de que tal processo deveria obedecer “a uma política de expansão integral do ensino, sem se descuidar das prioridades que deveriam ser estabelecidas, principalmente quanto à educação de 1º e 2º graus”. (ROMANELLI, 2005, p. 224) Quanto à educação superior especificamente, o relatório final do GTRU sugeriu que fossem estabelecidas metas mínimas que considerassem ao mesmo tempo o crescimento da demanda e as condições do mercado de trabalho. (ROMANELLI, 2005)

Assim, antes mesmo de aprovada a Lei nº 5.540/1968, o governo federal estabeleceu critérios mais racionais para a expansão da educação superior. Dessa forma, pelo Decreto nº 63.341, de 1º de outubro de 1968, que estabeleceu critérios para a expansão do ensino superior, determinou que tal movimento fosse evitado para as profissões já suficientemente atendidas e que unidades de ensino destinadas à formação de pessoal para essas áreas pudessem ser transformadas em escolas voltadas para as carreiras nas quais houvesse *déficit* de profissionais.

O projeto encaminhado pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária deu origem à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que introduziu várias mudanças na organização e funcionamento do ensino superior no Brasil. Esta legislação foi posteriormente acrescida pelas disposições complementares do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.

¹⁰² Segundo Otaíza de Oliveira Romanelli (2005), o crescimento da demanda efetiva de educação nesse período resultou da conjugação de dois fatores: a) implantação da indústria de base, acelerada, sobretudo na segunda metade da década de 1950, que criou uma quantidade e uma variedade de novos empregos; b) deterioração dos mecanismos tradicionais de ascensão da classe média.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 5.540/1968, o ensino superior teria por “objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário”.

Nos termos do artigo 2º, o ensino superior, indissociável da pesquisa, seria ministrado em universidades¹⁰³ e, excepcionalmente, em estabelecimentos de ensino superior isolados, organizados como instituições de direito público ou privado, sendo resguardado às universidades a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que seria exercida na forma da lei e dos seus estatutos (artigo 3º da Lei nº 5.540/1968). Assim, a Lei nº 5.540/1968 consagrou a indissociabilidade do ensino e da pesquisa e o seu oferecimento preferencial por universidades, admitindo, como exceção, a oferta por estabelecimentos isolados.

De acordo com o artigo 4º, as universidades e os estabelecimentos de ensino superior isolados, quando oficiais, deveriam constituir-se como autarquias de regime especial ou fundações de direito público e, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações. O artigo 7º dispunha que as universidades seriam organizadas diretamente ou mediante a reunião de estabelecimentos já reconhecidos, sendo, no primeiro caso, sujeitas à autorização e reconhecimento e, no segundo, apenas ao reconhecimento.

Quanto aos estabelecimentos de ensino superior isolados, o artigo 8º determinava sempre que possível incorporarem-se a universidades ou congregarem-se com estabelecimentos isolados da mesma localidade ou de localidades próximas, para constituição, neste último caso, de federações de escolas, regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permitisse adotar critérios comuns de organização e funcionamento.

De acordo com o artigo 10, o Ministério da Educação, mediante proposta do Conselho Federal de Educação, fixaria os distritos geoeducacionais para aglutinação, em universidades ou federação de escolas, dos estabelecimentos isolados de ensino superior existentes no País, sendo livre a associação de instituições oficiais ou particulares de ensino superior na mesma entidade de nível universitário ou federação (artigo 10,

¹⁰³ De acordo com o artigo 11 da Lei nº 5.540/1968, as universidades se organizariam com as seguintes características: “a) unidade de patrimônio e administração; b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas; c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa”.

parágrafo único).

Nos termos do artigo 26, foi mantida a competência do Conselho Federal de Educação para fixar o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional, para fins de obtenção de diplomas válidos, considerados estes como “capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo respectivo currículo, com validade em todo o território nacional” (artigo 27)¹⁰⁴.

O artigo 47 estabeleceu que a autorização ou o reconhecimento de universidade ou estabelecimento de ensino superior isolado seria tornado efetivo por decreto do Poder Executivo Federal, após prévio parecer favorável do Conselho de Educação competente.

O Conselho Federal de Educação, após inquérito administrativo, poderia suspender o funcionamento de qualquer estabelecimento de ensino superior isolado ou a autonomia de qualquer universidade por motivo de infringência da legislação do ensino ou de preceito estatutário ou regimental, designando-se diretor ou reitor *pró tempore* (artigo 48). Nos termos do artigo 49, as universidades e os estabelecimentos isolados reconhecidos ficavam sujeitos à verificação periódica pelo Conselho de Educação competente, observado o disposto no artigo 48.

O artigo 46 atribuiu ao Conselho Federal de Educação competência para interpretar, na jurisdição administrativa, as disposições da Lei nº 5.540/1968 e das demais leis que fixem diretrizes e bases da educação nacional, ressalvada a competência dos sistemas estaduais de ensino, definida na Lei nº 4.024/1961.

O Decreto-Lei nº 464/1969, por sua vez, determinou que a Lei nº 5.540/1968 seria executada com as disposições complementares estabelecidas em seu texto. O Decreto-Lei nº 464/1969 revogou os artigos 66 a 87, 117 e 118, da Lei nº 4.024/1961, bem como as disposições em contrário a ele próprio.

Dessa forma, o artigo 2º estabeleceu que seria negada autorização para funcionamento de universidade instituída diretamente ou estabelecimento de ensino

¹⁰⁴ De acordo com o artigo 27, “os diplomas expedidos por universidade federal ou estadual nas condições do artigo 15 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, correspondentes a cursos reconhecidos pelo Conselho Federal de Educação, bem como os de cursos credenciados de pós-graduação serão registrados na própria universidade, importando em capacitação para o exercício profissional na área abrangida pelo respectivo currículo, com validade em todo o território nacional. §1º. O Ministério da Educação e Cultura designará as universidades federais que deverão proceder ao registro de diplomas correspondentes aos cursos referidos neste artigo, expedidos por universidades particulares ou por estabelecimentos isolados de ensino superior, importando o registro em idênticos direitos. §2º. Nas unidades da Federação em que haja universidade estadual, nas condições referidas neste artigo, os diplomas correspondentes aos mesmos cursos, expedidos por estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pelo Estado, serão registrados nessa Universidade”.

superior isolado quando, embora satisfeitos os requisitos mínimos prefixados, a sua criação não correspondesse às exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional. Nos termos do artigo 2º, §1º, esta disposição não se aplicaria aos casos em que a iniciativa apresentasse um alto padrão, capaz de contribuir, efetivamente, para o aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa nos setores abrangidos.

O artigo 2º, §2º, fixou que o reconhecimento das universidades e dos estabelecimentos de ensino superior isolados deveria ser renovado periodicamente, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Federal de Educação.

De acordo com o artigo 2º, “o registro de diplomas em universidades oficiais far-se-á por delegação do Ministério da Educação e Cultura, na forma do que dispõe o artigo 102 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961”. Ademais, reforçou, no artigo 2º, parágrafo único, que “os diplomas correspondentes a cursos criados de conformidade com o artigo 18 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, estarão sujeitos a registro e terão validade nos termos do artigo 27 da mesma lei”.

O artigo 14 estabeleceu a necessidade de homologação pelo Ministro da Educação dos pronunciamentos do Conselho Federal de Educação previstos na Lei nº 5.540/1968, e no próprio Decreto-Lei¹⁰⁵.

O período que segue a reforma do ensino superior é caracterizado por uma significativa expansão¹⁰⁶ nesse nível do ensino, em face do aumento da demanda por acesso à educação superior¹⁰⁷.

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 51), no início da década de 1970¹⁰⁸, no campo do ensino superior, vigorava “uma política voltada para a expansão da

¹⁰⁵ Ademais, o Ministro da Educação poderia devolver, para reexame, qualquer parecer ou decisão de Conselho Federal de Educação que devesse ser por ele homologado. Na hipótese do artigo 48 da Lei nº 5.540/1968, a homologação do parecer do Conselho, em que se propusesse a suspensão da autonomia de universidade ou do funcionamento de estabelecimento de ensino superior isolado, seria seguida da designação de Reitor ou Diretor *pro tempore*, pelo Ministro da Educação. Sem prejuízo do disposto no artigo 48 da Lei nº 5.540/1968, a supervisão ministerial do sistema federal de ensino superior seria exercida nos termos e casos legalmente previstos.

¹⁰⁶ Conforme Simon Schwartzman (1988), em 1960, menos de 2% das pessoas entre vinte e vinte e quatro anos no Brasil estavam matriculadas no ensino superior; em 1970 este número havia aumentado para 5,2%, e em 1975 já alcançava a 11%.

¹⁰⁷ Para compreender o aumento da demanda pela educação superior é preciso levar em consideração o fato de que o regime militar logrou promover, na década de 1970, um grande desenvolvimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”, que beneficiou diretamente a classe média, expandindo-a e enriquecendo-a, o que alimentou a demanda por educação superior. (DURHAM, 2005) Assim, segundo Eunice Ribeiro Durham (2005), o aumento da demanda por educação superior estava associado ao crescimento das camadas médias e às novas oportunidades de trabalho no setor mais moderno da economia e da tecnoburocracia estatal.

¹⁰⁸ Observe-se que em 1968, o Decreto-Lei nº 405, de 31 de dezembro daquele ano, que proveu sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior para 1969, estabeleceu que “o número de

oferta de vagas através da criação de estabelecimentos privados, secundada por medidas de aprimoramento da qualidade do ensino nas instituições públicas”.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 52) comenta que,

A estratégia empregada foi a da ampliação de vagas sem os ônus de investimentos públicos substanciais, o que implicava reforçar e aprimorar o setor público sem crescimento quantitativo significativo, e privilegiar a função complementar do ensino privado superior. Pelo credenciamento tratava-se de legitimar, por critérios pouco rígidos, o reconhecimento desses cursos e instituições privadas, que se multiplicavam em ritmo acelerado.

Com efeito, segundo Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000, p. 122),

[...] no período compreendido entre a reforma de 1968 até meados dos anos 1980, a infinidade de normas e decretos que, com regular periodicidade, visavam sinalizar o ritmo desejável de crescimento do sistema (número de vagas, abertura de cursos, critérios para autorização e reconhecimento de estabelecimentos de ensino, entre outros), independentemente da forma que este estava assumindo [...].

Eunice Ribeiro Durham (2005, p. 215-216) explica que,

Para atender à demanda que se instaurara, o setor público precisaria criar não apenas outros tipos de cursos, mas outros tipos de instituição. [...] Como isso não ocorreu no Brasil, persistiu uma demanda que o ensino público foi incapaz de absorver. O setor privado foi capaz de fazê-lo porque se concentrou na oferta de cursos de baixo custo e no estabelecimento de exigências acadêmicas menores, tanto para o ingresso como para o prosseguimento dos estudos até a graduação. A pesquisa não era um interesse ou um objetivo, mesmo porque não era uma atividade lucrativa e não poderia ser mantida com o pagamento de mensalidades. Apesar da criação de novas universidades particulares, em torno de 20 instituições em 1975, a expansão de fato se deu por meio da proliferação de escolas isoladas, concentradas na oferta de cursos de baixo custo e menores exigências acadêmicas.

vagas fixado em editais de concursos vestibulares para ingresso em cursos de ensino superior poderá ser aumentado mediante simples publicação em diário oficial ou jornal de grande circulação local, independentemente de qualquer prazo, se assim decidirem os órgãos deliberativos das respectivas unidades, tendo em vista as condições do estabelecimento e a completa utilização de sua capacidade” (artigo 1º). O Decreto-Lei nº 405/1968 previu ainda que o governo federal proporcionaria auxílio financeiro aos estabelecimentos de ensino superior, compreendidos nas áreas de saúde, de tecnologia e de formação de professores de ensino médio, que dele carecessem para aumentar o número de vagas no primeiro ano de seus cursos, desde que comprovada uma demanda pelo curso superior à oferta de vagas. Em 1969, o Decreto-Lei nº 574, de 8 de maio daquele ano, determinou que as instituições de ensino superior não poderiam reduzir, em qualquer ano letivo, o número de matrículas considerado na primeira série de seus cursos, no ano letivo anterior (artigo 1º). Somente em casos excepcionais, devidamente justificados, a redução poderia ser autorizada pelo Conselho Federal de Educação, antes do início do ano letivo (artigo 1º, parágrafo único). A Lei nº 5.850, de 7 de dezembro de 1972, deu nova redação ao artigo 1º do Decreto-Lei nº 574/1969, passando a vigorar da seguinte forma: “Art. 1º. É vedada às instituições de ensino superior a redução das vagas iniciais, cujo preenchimento dependa de concurso vestibular. §1º. As mencionadas instituições poderão redistribuir essas vagas por áreas e cursos, independentemente de autorização do Conselho Federal de Educação, desde que o número total permaneça o mesmo e sejam respeitadas as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura. §2º. Em casos excepcionais, devidamente justificados, a redução de vagas iniciais poderá ser autorizada pelo Conselho Federal de Educação, antes da realização dos concursos vestibulares. §3º. As vagas abertas em decorrência de empates na classificação do concurso vestibular não serão computadas no período seguinte para os efeitos do artigo”. A Lei nº 7.165, de 14 de dezembro de 1983, revogou o Decreto-Lei nº 574/1969 e a Lei nº 5.850/1972, dispondo sobre a fixação e alteração do número de vagas nos cursos superiores de graduação.

O ritmo de expansão da educação superior começou a sofrer um processo de desaceleração a partir dos anos 1980, com uma política de contenção desencadeada pelo governo federal. (CAVALCANTE, 2000)

Assim, o Decreto nº 86.000, de 13 de maio de 1981, suspendeu até 31 de dezembro de 1982 a criação de novos cursos de graduação nas universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior federais (artigo 1º). Nos termos do artigo 2º, até 31 de dezembro de 1982, não seria concedida a autorização do Poder Executivo Federal de que trata o artigo 47 da Lei nº 5.540/1968. O artigo 4º também estabeleceu que a partir da sua entrada em vigor e até 31 de dezembro de 1982, ficaria suspensa a apreciação ou o recebimento, pelo Conselho Federal de Educação, de quaisquer pedidos de autorização de cursos de graduação e de funcionamento de universidades ou de estabelecimentos isolados de ensino superior.

Contudo, o Decreto nº 86.000/1981 não chegou a vigorar até o prazo previsto para sua expiração. Em 7 de dezembro de 1982 foi publicado o Decreto nº 87.911, que regulamentou o artigo 47 da Lei nº 5.540/1968 e revogou o Decreto nº 86.000/1981, liberando a criação de cursos e estabelecimentos de ensino superior.

3.2. Período de Transição e Sinalização de Novos Rumos para a Educação Superior

É em meados da década de 1980 que começam a surgir questionamentos a respeito dos problemas derivados da expansão da educação superior¹⁰⁹.

Neste período surgem iniciativas que buscavam repensar a política até então vigente de controle da educação superior e seus efeitos para esse nível do ensino, dos quais se destacam o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU) e os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior e pelo

¹⁰⁹ A expansão do ensino superior verificada até o final da década de 1970 foi marcada por um crescimento desordenado, sem nenhuma subordinação a regras de qualidade nem avaliações de desempenho das instituições de ensino e dos cursos de nível superior. O sistema de ensino estava organizado em torno de mecanismos e instrumentos de controle burocrático e cartorial. Não apresentava flexibilidade em face da estrutura, organização e desempenho das instituições de ensino e dos cursos de nível superior. Nesse período, segundo Paulo Renato Souza (2005, p. 27), “[...] explorava-se a demanda e multiplicavam-se escolas isoladas e faculdades com pouca qualidade. O governo não se preocupava em instituir mecanismos de supervisão, acompanhamento e controle. As autorizações para criação de faculdades e para o funcionamento de cursos eram atos meramente burocráticos e cartoriais, reduzidos à apresentação de papéis e carimbos e verificações *in loco* apenas antes do funcionamento da instituição, quanto tudo não passava de promessas e boas intenções”. De acordo, ainda, com Paulo Renato Souza (2005), o sistema consolidado nesse período não tinha respaldo em nenhuma avaliação objetiva de qualidade, inexistindo, da mesma forma, mecanismos de revisão em face do desempenho posterior das instituições de ensino superior, uma vez que os atos de acreditação eram permanentes.

Grupo Executivo para Reformulação da Educação Superior (GERES).

O PARU foi desenvolvido em junho de 1983, por iniciativa do Conselho Federal de Educação. (BARREYRO; ROTHEN, 2008) O PARU tinha como objetivo conhecer as condições reais nas quais se realizavam as atividades de produção e disseminação do conhecimento do sistema de educação superior. Para isso, considerava necessário diagnosticar a situação desse momento, de forma a “avaliar o sistema de educação superior, em seu conjunto, nele incluídas as universidades e instituições isoladas, públicas e privadas”. (GRUPO GESTOR DA PESQUISA, 1983, p. 84) O PARU pretendia realizar “investigação sistemática da realidade”, por meio de estudos, pesquisas e debates, tanto da implementação das propostas da reforma universitária de 1968 quanto das particularidades institucionais e regionais. (GRUPO GESTOR DA PESQUISA, 1983)

Para tanto, segundo Gladys Beatriz Barreyro e José Carlos Rothen (2008), o grupo gestor do PARU considerou as instituições de ensino superior como unidade de análise e destacou o papel da avaliação. Gladys Beatriz Barreyro e José Carlos Rothen (2008) destacam:

A avaliação, nesse Programa, foi entendida como uma forma de conhecimento sobre a realidade, como uma metodologia de pesquisa que permitiria não só obter os dados, mas também permitia fazer “uma reflexão sobre a prática”. Assim, o PARU, com a finalidade de realizar uma pesquisa de avaliação sistêmica, recorreu à “avaliação institucional” e considerou a “avaliação interna” como procedimento privilegiado. Para isso, propôs a participação da comunidade na realização de auto-avaliação. Nesse sentido, o PARU foi o precursor das experiências de avaliação posteriores no País (PAIUB, SINAES-CEA), inaugurando a concepção de avaliação formativa e emancipatória, [...]. Outra das heranças deixadas pelo Programa foi a sua preocupação com a avaliação dos resultados da Gestão das Instituições de Educação Superior. No contexto do PARU, a ênfase nos processos de gestão não significou a desvalorização dos procedimentos acadêmicos, mas a incorporação dessa dimensão na análise institucional.

O PARU vigorou até 1984, e não chegou a apresentar seus resultados, pois “foi desativado um ano depois de começado, devido a disputas internas ao próprio Ministério da Educação, em torno de quem deveria fazer a avaliação da Reforma Universitária”. (CUNHA, 1997, p. 23)

Em 1985 foi instituída a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior (Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985), “destinada a oferecer subsídios à formulação de uma nova política para a educação superior brasileira” (artigo 1º). Os trabalhos destinavam-se a repensar a educação superior em face dos problemas que foram evidenciados pela expansão ocorrida após a reforma de 1968 e oferecer subsídios à formulação de uma política que atendesse “às exigências do desenvolvimento do País e aos

anseios democráticos de seu povo”. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985)

É interessante observar que a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, segundo relata Eunice Ribeiro Durham (2005), foi influenciada pelo debate internacional que sinalizava a mudança do papel do Estado em relação à educação superior: de executor para regulador, avaliador e supervisor. Dessa forma, foram introduzidos os temas de autonomia e avaliação. Eunice Ribeiro Durham (2005, p. 228) explica que

[...] autonomia correspondia à descentralização da responsabilidade administrativa e devia estar necessariamente associada ao controle pelo Poder Público através de mecanismos de avaliação; os recursos alocados às universidades deveriam estar associados a critérios de desempenho das instituições no cumprimento de suas funções e pesquisa.

Após seis meses de trabalho, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior apresentou um relatório final, intitulado “Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira”¹¹⁰.

No relatório final, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, após analisar a crise do ensino superior, apresentou os sete princípios que deveriam nortear a nova política para a educação superior, quais sejam: “responsabilidade do Poder Público”, “adequação à realidade do País”, “diversidade e pluralidade”, “autonomia e democracia interna”, “democratização do acesso”, “valorização do desempenho”, “eliminação dos aspectos corporativos e cartoriais”.

Em relação à “responsabilidade do Poder Público”, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior afirmava que caberia ao governo assegurar a manutenção e a expansão do ensino público em todos os níveis, inclusive o superior, dada a essencialidade das atividades desenvolvidas por este para a sociedade moderna. Por outro lado, considerando que, no Brasil, a maior parte dos alunos de nível superior estava matriculada em estabelecimentos privados, e que a qualidade do ensino privado era extremamente variável, assim como a do ensino público,

A responsabilidade do Poder Público não significa que o setor privado deva ser estatizado, mas a) que o Estado não pode contar com a iniciativa privada para

¹¹⁰ O relatório final estava dividido em quatro partes. A primeira, “Por uma nova política para a educação superior brasileira”, apresentava de forma sistemática os pontos de vista que prevaleceram na Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. A segunda parte continha uma lista de recomendações oriundas de diferentes grupos de trabalho e votadas pela Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. A terceira era constituída por algumas declarações de voto em separado. A quarta e última parte trazia uma proposta de medidas de emergência relativas, principalmente, à situação salarial dos professores e aos orçamentos das universidades. (SCHWARTZMAN, 1988)

financiar os setores mais significativos da pesquisa universitária e do ensino superior, devendo, ao contrário, aumentar progressivamente sua contribuição; b) que cabe ao Estado garantir a liberdade do ensino em todos seus aspectos, e apoiar financeiramente as iniciativas educacionais de origem privada ou comunitária de inegável interesse público e relevância social; c) que cabe ainda ao Estado contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino superior em todos os seus aspectos e modalidades institucionais. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985)

Em relação à “adequação à realidade do País”, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior afirmava que o ensino superior deveria voltar-se duplamente para o País: primeiro, ao formar pessoas com capacitação básica nas grandes áreas de conhecimento e capazes de se adaptar às solicitações do mercado de trabalho; segundo, com a criação de mecanismos efetivos de transferência de conhecimentos oriundo da pesquisa desenvolvida no meio acadêmico para fora da universidade.

Em relação à “diversidade e pluralidade”, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior afirmava que a opção da reforma de 1968 por organizar o ensino superior no País na forma de universidades teria sido equivocada. Na visão da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, reconhecer a diversidade e a pluralidade do ensino não significava aceitar o ensino de má qualidade, a pesquisa inidônea e a desorganização institucional, mas sim

[...] aceitar e entender que as instituições de ensino superior podem ter objetivos, vocações e especializações distintas, e cada qual primar naquilo que faz; afirmar que os mesmos objetivos maiores – a formação acadêmica, a capacitação para o trabalho, o desenvolvimento da pesquisa, o trabalho de extensão - podem ser realizados de muitas formas distintas; e assegurar a cada instituição de ensino a plena liberdade para adotar os formatos organizacionais e institucionais que lhe pareçam mais adequados. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985)

Em relação à “autonomia e democracia interna”, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior afirmava que a “autonomia universitária significa liberdade para que as universidades decidam internamente sobre as pesquisas que realizam, os currículos de seus cursos, seus sistemas administrativos e organizacionais e a gestão de seus recursos”. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985) Tal autonomia – prosseguiam – deveria ser exercida em todas as unidades que compunham a universidade, contando, inclusive com a participação de segmentos da comunidade acadêmica. Por outro lado, na visão da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, ela “não pode ser entendida, naturalmente, como um cheque em branco que a sociedade passa a seu sistema universitário e a seus diversos segmentos; ao contrário, supõe uma contrapartida bem definida em termos de desempenho.

Não pode haver autonomia sem essa contrapartida de responsabilidade”. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985)

Em relação à “democratização do acesso”, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior afirmava que esta dependeria, basicamente, da melhoria e do estabelecimento de condições mais equitativas de acesso ao ensino de primeiro e segundo graus a fim de que seus alunos pudessem ingressar no ensino superior. Além disso, a democratização do acesso ao ensino superior exigia a criação de modalidades alternativas de ensino para atender aos diferentes públicos que nele ingressavam. Na visão da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, “seria um grave equívoco buscar a democratização do ensino superior pela via do aumento indiscriminado de vagas, da redução ainda maior dos requisitos acadêmicos e da criação de sucedâneos de pior qualidade aos currículos mais exigentes”. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985)

Em relação à “valorização do desempenho”, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior afirmava que os controles formais até então exercidos sobre as instituições de ensino superior deveriam ser substituídos por mecanismos alternativos, que pudessem efetivamente incidir sobre o conteúdo e o mérito do trabalho realizado por essas.

Em relação à “eliminação dos aspectos corporativos e cartoriais”, a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior afirmava que o sistema corporativista implantado no Brasil resultara na expansão aparentemente infinita de profissões regulamentadas e de seus respectivos conselhos profissionais, moldados segundo currículos mínimos legalmente estabelecidos, o que se mostrava extremamente problemático. Vejamos.

Este sistema, cuja intenção é garantir os direitos dos profissionais formados e zelar pelo seu bom desempenho, mostra-se hoje extremamente problemático. Primeiro: ele resulta na valorização excessiva dos aspectos formais da Educação – o cumprimento dos currículos mínimos, a outorga do diploma –, em detrimento de seus aspectos substantivos. A atividade educacional, por isto, reduz-se frequentemente ao cumprimento de uma série de rituais e formalidades de conteúdo esvaziado – daí seu lado “cartorial” e burocrático na má aceção do termo. Segundo: ele impõe restrições à liberdade de trabalho, que podem atender a interesses de determinados grupos profissionais, mas são injustas e prejudiciais em uma perspectiva social mais ampla. Terceiro: ele limita severamente a liberdade de os estabelecimentos de ensino superior experimentarem novos currículos e formatos educacionais, na medida em que tais estabelecimentos estão obrigados a currículos legalmente fixados que, muitas vezes, de mínimos passam a plenos pelas pressões das corporações profissionais; e também na medida em que os alunos tendem a desvalorizar os cursos que não conduzam a profissões reconhecidas. Quarto: ele não garante a qualidade técnica e científica daquelas poucas profissões em que a regulamentação legal possa ser de fato

necessária. Quinto: ele cria uma aspiração crescentemente irrealista aos privilégios que seriam proporcionados pela posse de diplomas universitários, o que resulta em forte pressão por lugares no ensino superior e se traduz, finalmente, em índices alarmantes de desistências, mudanças de carreira e abandono de títulos profissionais adquiridos. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985)

Segundo Simon Schwartzman (1988), relator da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, o sentido principal das recomendações da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior pode ser resumido em dois pontos principais: “diferenciação institucional” e “autonomia efetiva com responsabilidade e avaliação”.

A primeira, “diferenciação institucional”, implicava a aceitação da pluralidade de objetivos, formatos e arranjos institucionais, e, dessa forma, o abandono da “suposição da reforma de 1968 de que o ensino superior brasileiro evoluiria no sentido do modelo da universidade de pesquisa”. (SCHWARTZMAN, 1988, p. 15)

A segunda recomendação, “autonomia efetiva com responsabilidade e avaliação”, segundo Simon Schwartzman (1988, p. 15),

[...] propunha que o ensino superior brasileiro deveria assumir responsabilidades cada vez maiores na gestão de seus recursos e no estabelecimento de suas políticas de pessoal, ensino, pesquisa e administração financeira; mas que esta autonomia deveria vir acompanhada de um sistema cada vez mais aperfeiçoado e competente de avaliação interpares e acompanhamento. Em outras palavras, deveria haver uma passagem da tradição de controles formais *a priori*, e pela via burocrática, a um sistema de avaliação substantiva *a posteriori* e conduzido pela própria comunidade universitária. Esta avaliação não deveria se limitar ao desempenho acadêmico, mas, para instituições operando com recursos públicos, deveria tratar também da efetividade na utilização destes recursos. Para as instituições isoladas ou pequenas, sem *status* universitário, a Comissão sugeriu que eles ficassem sob a supervisão acadêmica de universidades vizinhas, ou de conselhos de acreditação e supervisão a serem estabelecidos para este fim.

A respeito da avaliação é interesse reproduzir o texto da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior sobre “a necessidade da avaliação: a ausência de padrões”, expresso em seu relatório final, que sintetiza a sua visão:

Um dos problemas mais graves do ensino superior brasileiro nos dias de hoje é que lhe faltam parâmetros. O ensino é bom? Tem melhorado ou piorado? É melhor nas instituições públicas ou nas privadas? Em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais ou Rio Grande do Sul? Nas áreas técnicas, humanas ou biológicas? Mais ainda, é melhor ou pior de que ponto de vista? Da preparação dos alunos para o mercado de trabalho? Da formação de profissionais polivalentes? Da formação humanística e crítica? E qual as relações que existem entre estas dimensões? Será que um ensino mais profissionalizante é necessariamente menos polivalente ou crítico do que o de tipo geral? E finalmente: de que depende a qualidade, seja qual for a sua definição: da formação pedagógica dos professores? Da pesquisa que a instituição realiza? Da formação prévia e origem social dos alunos? Da existência de equipamentos, sala de aulas, bibliotecas, computadores? Dos currículos mínimos? Da bibliografia utilizada?

Quase todos os que se interessam pelo ensino superior têm opiniões sobre estes assuntos: estas opiniões, no entanto, variam, e não há como distinguir o que é verdadeiro do que é simples resultado de preconceitos ou generalizações apressadas.

A ausência de parâmetros afeta o ensino superior sob muitos pontos de vista. Para o governo, ela não permite que se tenha uma política racional de alocação de recursos públicos que fortaleça as melhores instituições e induza as demais ao aperfeiçoamento. Para professores e administradores educacionais, ela impede que saibam exatamente como melhorar suas instituições, quais os falsos caminhos, quais as soluções mais promissoras. Para o candidato à universidade e sua família, a escolha de uma escola superior e de uma profissão é como uma loteria: os alunos decidem suas carreiras baseados em fragmentos de informação, o que explica, em parte, a grande frustração e um certo ceticismo que acabam permeando o sistema universitário do País.

Existe hoje, no Brasil, uma crescente consciência sobre a necessidade de se desenvolverem sistemas de avaliação do ensino superior. Esta necessidade é sentida pela administração federal para a distribuição racional de seus recursos; pelas universidades públicas, que necessitam conhecer a si próprias e confrontar com dados objetivos as críticas que frequentemente recebem; pelas IES privadas, que necessitam evidenciar a qualidade de seu desempenho e sua eficiência no uso de recursos; pelos estudantes e suas famílias, que não podem mais contar com resultados positivos de seus investimentos em educação superior, se mal direcionados. (COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1985)

A Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior propunha uma reformulação das funções do Conselho Federal de Educação, transferindo suas atribuições casuísticas para o Ministério da Educação e as universidades. O Conselho Federal de Educação deveria assumir a responsabilidade pela avaliação, tornando-se uma “agência de avaliação”.

Concluído o trabalho da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, o Ministério da Educação criou o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES)¹¹¹, “tanto para sistematizar os subsídios espontaneamente oferecidos pelo MEC sobre as questões suscitadas no relatório [da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior], como para convocar a comunidade ao debate e preparar as medidas administrativas e legais de reformas necessárias” no ensino superior. (GERES, 1986, p. 2) O objetivo era, em síntese, elaborar e detalhar os projetos de lei que iriam implementar as recomendações da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. (DURHAM, 2005)

O resultado do trabalho do GERES foi apresentado em um relatório final que constava de um texto, dois anexos e dois anteprojetos de lei¹¹².

¹¹¹ A Portaria nº 100, de 6 de fevereiro de 1986, criou o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior, e a Portaria nº 170, de 3 de março de 1986, o instalou.

¹¹² No texto expõem-se as conclusões do GERES, sempre fazendo a comparação entre as suas ideias e as defendidas pela Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior. No primeiro anexo, encontra-se uma lista de execução das “medidas pertinentes” recomendadas pela Comissão Nacional de Reformulação da

Ao retomar as recomendações da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, o GERES propunha a flexibilização do sistema de educação superior, tanto nos seus objetivos (formação profissional e/ou pesquisa) como na sua estrutura organizacional, abandonando a ideia presente na reforma de 1968 de que o modelo único seria a universidade. (GERES, 1986)

No tocante à autonomia e avaliação, o GERES propunha o aumento da autonomia universitária e o controle social a partir de um sistema de avaliação de desempenho. Nesse sentido, é elucidativo o texto do GERES em seu relatório final:

Uma vez admitida a autonomia didático-científica em razão de sua competência, uma instituição deve poder gerir autonomamente seus recursos humanos e financeiros de forma a tornar viável sua prática acadêmica. Os mecanismos de auto-regulação que tal sistema requer são automáticos em instituições cujas receitas advêm do sucesso do produto que oferecem. No caso das instituições de educação superior públicas, os recursos são oriundos do contribuinte e possuem flexibilidade não regulada pelo desempenho da instituição. E, por conseguinte, inevitável o controle social da aplicação dos recursos públicos como dever inalienável do Estado.

Até agora, apesar de a legislação se referir a um controle finalístico das instituições, na prática controlam-se burocraticamente os meios (orçamentos, rubricas, número de docentes etc.) sem nunca avaliar o desempenho da instituição em sua multifuncionalidade. Na medida em que se propõe um aumento da autonomia na gestão universitária, o controle terá que assumir formas outras que o simples controle dos meios. O GERES, em consonância com o Relatório da Comissão Nacional e várias das contribuições a ele encaminhadas pelas Sociedades Científicas e Profissionais, propõe que o controle social seja feito a partir de um sistema de avaliação de desempenho.

Dos anseios de autonomia hoje manifestos graças à transição democrática, surgem tendências múltiplas no debate que se trava sobre a universidade alinhada, cujas atividades são meios para atingir certos objetivos políticos para a sociedade e cujos paradigmas são ditados não pelo compromisso político-ideológico com as forças populares. A outra restaura o projeto modernizante de uma universidade do conhecimento, baseada em paradigmas de desempenho acadêmico e científico, protegida das flutuações de interesses imediatistas, sem inviabilizar contudo sua interação com as legítimas necessidades da sociedade.

É a partir dos paradigmas dessa universidade do conhecimento que se organizará o sistema de avaliação, o qual deverá ter confiabilidade e legitimidade junto à sociedade, especialmente à comunidade acadêmica. (GERES, 1986, p. 8-9)

Especificamente sobre o processo de avaliação, a sugestão do GERES foi de que este deveria contemplar duas vertentes básicas: a da avaliação do desempenho institucional e da avaliação da qualidade dos cursos oferecidos. A avaliação, segundo o GERES (1986, p. 9),

[...] cumpre papel importante não apenas do ponto de vista do controle social da utilização de recursos, mas também no processo de formulação de políticas e de estabelecimento de normas para o sistema educacional. O sucesso dos procedimentos de avaliação que serão desde logo complementados será elemento

Educação Superior. No segundo anexo há uma lista das entidades e pessoas que ofereceram sugestões ao GERES. O primeiro anteprojeto é de reformulação das Universidades Federais, e o segundo de reformulação da composição e das funções do Conselho Federal de Educação. (BARREYRO; ROTHEN, 2008)

fundamental para o bom desempenho do Conselho Federal de Educação no seu novo papel, assim como dos órgãos executivos do Ministério na execução das normas emanadas daquele colegiado.

O Conselho Federal de Educação, segundo o GERES e em concordância com a Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior, não deveria ocupar-se de atividades casuísticas. Contudo, para o GERES, o Conselho Federal de Educação não poderia tornar-se uma “agência de avaliação”. Essa posição foi justificada, primeiro, porque haveria, na estrutura do sistema educacional, a necessidade de um órgão colegiado com poder deliberativo que mantivesse a unidade do sistema e criasse normas para os órgãos federais; segundo, porque esse órgão colegiado não teria como realizar uma atividade sistemática como os processos de avaliação exigiriam. Para o GERES, a avaliação deveria ser realizada pela Secretaria da Educação Superior, no âmbito do Ministério da Educação, e seus resultados serviriam de subsídios para o Conselho Federal de Educação em suas decisões.

As propostas do GERES, apresentadas em meados de 1986, não prosperaram. O trabalho acabou sendo arquivado e o grupo, desativado. Entretanto, segundo Eunice Ribeiro Durham (2005), a questão posta continuou presente no debate público, inspirando novas propostas de reforma.

Destaque-se que o Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, suspendeu a criação de novos cursos de graduação em todo o território nacional, impediu o aumento de vagas dos cursos já existentes e a criação de novas universidades, seja por autorização, seja por via de reconhecimento, até 31 de dezembro de 1987. A suspensão foi justificada, nos termos do Decreto nº 93.594/1986, pela “necessidade de promover o ordenamento da expansão do ensino superior no País; a preocupação, manifestada pelo Conselho Federal de Educação, no sentido de avaliar essa expansão, com o objetivo de compatibilizar a oferta e a demanda com a realidade nacional; e o permanente interesse do Conselho Federal de Educação, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e das diversas categorias profissionais quanto a assegurar um padrão de qualificação acadêmica condizente com o exercício de toda e qualquer atividade de nível superior”. A vigência do Decreto nº 93.594/1986 foi prorrogada por três vezes: a primeira pelo Decreto nº 95.003, de 5 de outubro de 1987, que a estendeu até 31 de dezembro de 1988; a segunda pelo Decreto nº 97.223, de 14 de dezembro de 1988, que a estendeu até 30 de junho de 1989; e a terceira pelo Decreto nº 97.881, de 26 de junho de 1989, que a estendeu até 15 de novembro de 1989.

Nesse ínterim foi promulgada uma nova Carta Constitucional, a Constituição Federal de 1988, em que a educação é afirmada como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (artigo 205).

O artigo 206 da Constituição Federal estabeleceu os princípios de regência do ensino, consagrando, em particular, que “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios”: “[...] coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (inciso III); “garantia de padrão de qualidade” (inciso VII)¹¹³.

Nos termos do artigo 209 da Constituição, o ensino é livre à iniciativa privada, prevalecendo, assim, a atuação controladora do Estado, uma vez que adotado um sistema híbrido de oferecimento do ensino, com participações públicas e privadas (artigo 206, inciso III). De fato, a Constituição estabelece que o ensino não é privativo do Estado, sendo livre à iniciativa privada, nos termos do artigo 209, desde que atendidas as condições de “cumprimento das normas gerais da educação nacional” (inciso I) e de “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (inciso II), reforçando, nestes termos, a garantia de padrão de qualidade do ensino (artigo 206, inciso VII).

Por não ser atividade privativa do Estado, o ensino tanto pode ser prestado diretamente pelo Estado, com a participação da sociedade, como pela iniciativa privada, “sem prejuízo da colaboração entre ambos mediante técnicas de fomento ou parcerias”. (RANIERI, 2000, p. 129) Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 130), “em qualquer situação prevalece a atuação controladora do Estado para garantia das finalidades de desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. É importante considerar que a liberdade prevista no artigo 209 não é entendida, neste caso, como a que é concedida a outra atividade econômica qualquer, tendo em vista o caráter específico da educação. O condicionamento da atividade às normas gerais de educação nacional e à autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público instrumentaliza-o para que ele exerça sua função primordial em relação à educação, seja prestando-a diretamente, seja controlando a sua prestação pela iniciativa privada.

¹¹³ O artigo 206, inciso III, ao mencionar a “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, permite o oferecimento do ensino não só pelo Poder Público, mas também pela iniciativa privada. Esta possibilidade, como será visto a seguir, confere ao Estado uma dupla perspectiva no tocante ao seu dever para com a educação: oferecer diretamente as atividades de ensino e desempenhar uma atuação controladora para garantia das finalidades de desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Atuação esta que é reforçada pela “garantia de padrão de qualidade”, expressa no artigo 206, inciso VII.

Nos termos do artigo 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, coube à União a competência privativa para legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional”. Acresce-se a isso o disposto no artigo 214 da Constituição, que dirige ao legislador infraconstitucional o dever de estabelecer o plano nacional de educação.

Promulgada a Constituição de 1988, no ano seguinte foram publicados três decretos, com base no disposto 47 da Lei nº 5.540/1968 (com redação dada pelo Decreto-Lei nº 842/1969¹¹⁴), que passaram a estabelecer os procedimentos para a criação de novos cursos. São eles: Decreto nº 98.377, de 8 de novembro de 1989, que dispunha sobre a criação de novos cursos superiores na área da saúde; Decreto nº 98.391, de 13 de novembro de 1989, que tratava da criação ou reconhecimento de novos cursos jurídicos em nível de graduação; e Decreto nº 98.404, de 16 de novembro de 1989, que disciplinava a criação de novos cursos na área de ciências exatas e tecnologia. Em 1991 vieram à luz três decretos que estabeleciam novas regras para as autorizações de curso: Decreto nº 49, de 5 de março de 1991, que alterou o Decreto nº 87.911/1982, que regulamentava o artigo 47 da Lei nº 5.540/1968; Decreto nº 105, de 25 de abril de 1991, que revogou o Decreto nº 87.911/1982 e o Decreto nº 49/1991, e regulamentou o artigo 47 da Lei nº 5.540/1968; Decreto nº 359, de 9 de dezembro de 1991, que revogou o Decreto nº 105/1991 e regulamentou o artigo 47 da Lei nº 5.540/1968. Esses instrumentos legais, contudo, ainda não sinalizam qualquer mudança na política de controle da educação superior.

Somente em 1993, o Ministério da Educação retoma a discussão sobre a avaliação. Neste ano, pela Portaria nº 130, de 14 de julho de 1993, o Ministério da Educação criou a Comissão Nacional de Avaliação, com o objetivo de “estabelecer diretrizes e viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras” (artigo 1º).

De julho a outubro de 1993, a Comissão Nacional de Avaliação elaborou uma proposta de avaliação institucional, tendo por inspiração um documento encaminhado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que deu origem ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

A construção do PAIUB, com ampla participação das universidades, tinha por

¹¹⁴ “Art. 1º. É alterado o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘A autorização para funcionamento e reconhecimento da Universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior será tornada efetiva, em qualquer caso, por decreto ao Poder Executivo Federal, após prévio parecer favorável do Conselho de Educação competente. Parágrafo único. A competência a que se refere este artigo inclui o disposto nas alíneas a e b e §2º, do artigo 9º, nos artigos 14 e 15 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961”.

objetivo o aperfeiçoamento e a transformação qualitativa das universidades. O programa englobava a avaliação do ensino, produção acadêmica, extensão e gestão. Ele pretendia ser um instrumento de fortalecimento da autonomia e consolidação das universidades.

A proposta metodológica do PAIUB estava estruturada em torno de dois grandes momentos: a avaliação interna e a avaliação externa. O primeiro funcionava como uma etapa de preparação para o segundo. O PAIUB, além de um conjunto privilegiado de indicadores quantitativos, combinava análise qualitativa e quantitativa, com ênfase na abordagem qualitativa. Valorizava a participação e a negociação através da discussão dos resultados com toda a comunidade acadêmica para reflexão sobre o projeto acadêmico e sociopolítico da instituição.

3.3. Política de Avaliação da Educação Superior

No Brasil, com o objetivo de garantir o acesso e assegurar padrão de qualidade, a segunda metade da década de 1990 é marcada por um importante movimento na educação superior brasileira, responsável por uma reestruturação significativa dos mecanismos que historicamente caracterizavam a relação do Estado com a educação superior.

Acompanhando o processo geral de reforma do Estado¹¹⁵ desencadeado a partir de 1995 para reestruturar o aparelho estatal em sua dinâmica interna e suas relações com a sociedade e o mercado, a redefinição do papel do Estado promoveu, no campo da educação superior, a substituição dos controles burocráticos por uma nova cultura gerencial que incorporou a política de avaliação como elemento estratégico da gestão pública. (CASTRO, 1997)

A estratégia utilizada foi a criação de um sistema de avaliação periódicas, com a convicção de que a atuação do Estado na educação superior deveria estar associada a um processo permanente de avaliação¹¹⁶.

¹¹⁵ A partir de 1995, a Secretaria da Administração Federal deu origem ao Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), iniciando-se as discussões em torno da reforma do Estado.

¹¹⁶ De acordo com Maria Amélia Sabbag Zainko (2008), o modelo avaliativo proposto no PAIUB não se mostrou adequado em subsidiar o Ministério da Educação com os alicerces necessários para desempenhar suas funções em relação ao sistema federal de ensino. Era demandada uma prática avaliativa que apresentasse “[...] mais afinidade com os pressupostos de redução do papel do Estado no provimento do ensino superior, e que lhe possibilitasse, contudo, manter o controle último do sistema”. (ZAINKO, 2008, p. 19) A diversidade do sistema federal de ensino, com seu grande número de universidades e instituições privadas e com um complexo conjunto de universidades e instituições públicas, dificultou a manutenção de um processo unitário de avaliação, nos moldes do PAIUB. Soma-se a isso a dimensão do sistema de ensino superior. Tendo em vista a diversidade, a complexidade e o tamanho do sistema, muitos eram os interesses representados, resultando, assim, em variados formatos avaliativos que foram sendo introduzidos para

Paulo Renato Souza (2005, p. 176), então Ministro da Educação, destaca que “era preciso garantir que a expansão necessária não viesse a ocorrer em detrimento da qualidade. Mais ainda, era preciso assegurar a redução da desigualdade na qualidade das instituições”. O desafio, portanto, era garantir maior grau de homogeneidade e ao mesmo tempo permitir a rápida expansão para atender as necessidades de desenvolvimento do País.

O instrumento inicial utilizado para lidar com a heterogeneidade na qualidade das instituições de ensino superior no País foi a própria avaliação e a difusão de seus resultados para o conhecimento de toda a sociedade. Supunha-se que a existência de elementos objetivos de avaliação, amplamente divulgados na sociedade, exerceria enorme pressão social sobre as piores instituições. (SOUZA, 2005) Posteriormente, a estratégia foi criar vinculações objetivas entre a avaliação e os processos de credenciamento de instituições de ensino, de autorização e reconhecimento de cursos de graduação e suas renovações periódicas, eliminando o “caráter burocrático e cartorial”¹¹⁷, que até então vigorava. A avaliação produziria, portanto, os resultados que iriam constituir os insumos para o credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos e suas renovações periódicas¹¹⁸.

Assim, a avaliação, no âmbito da graduação, introduzida oficialmente no Brasil a partir de 1995, adquiriu um significado original, desempenhando papel central na lógica de organização e funcionamento da educação superior brasileira.

A Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, introduziu o marco inicial das principais medidas desencadeadas para a educação superior a partir da segunda metade da década de 1990.

Além de alterações na redação de alguns artigos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 9.131/1995 introduziu o Exame Nacional de Cursos, atualmente revogado pela Lei nº 10.861/2004.

O artigo 1º da Lei nº 9.131/1995 determinou a alteração dos artigos 6º, 7º, 8º e 9º da Lei nº 4.024/1961, derogando a LDB de 1961 em matéria fundamental, isto é, diretriz, para aumentar as atribuições do Ministério da Educação, substituindo o Conselho Federal

compor o sistema de avaliação que veio a se estabelecer a partir da segunda metade da década de 1990.

¹¹⁷ Eunice Ribeiro Durham (2005) ressalta que o reconhecimento de cursos pelo Poder Público sempre foi, no Brasil, uma exigência que incluiu também as universidades para a legalidade dos diplomas. O procedimento, quando bem aplicado, garantia condições mínimas de funcionamento para os cursos novos, mas não assegurava que essas condições não se deteriorassem.

¹¹⁸ Nesse sentido, a LDB introduziu a limitação do prazo dos atos de autorização, reconhecimento e credenciamento, exigindo sua renovação periodicamente após processo regular de avaliação. Dessa forma, vinculou tais atos aos resultados das avaliações.

de Educação¹¹⁹ pelo Conselho Nacional de Educação e declinando as competências deste último órgão. Neste ponto, a Lei nº 9.131/1995 teve natureza formal e basilar de diretrizes e bases da educação nacional, antes mesmo da nova LDB que viria a ser aprovada em 1996, que acabou por recepcionar a referida lei ordinária.

A Lei nº 9.131/1995 em seu artigo 1º deu nova redação aos artigos 6º, 7º e 8º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Dessa forma, foi conferido ao Ministério da Educação o exercício das atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem (artigo 6º, *caput*).

No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação contaria com a colaboração do Conselho Nacional de Educação e suas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior (artigo 6º, §1º).

De acordo com o artigo 7º, o Conselho Nacional de Educação teria atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional.

O artigo 7º, §1º, determinou que ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete:

- a) subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação;
- b) manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino;
- c) assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades;

¹¹⁹ De acordo com o artigo 5º da Lei nº 9.131/1995, foram revogadas todas as atribuições e competências do Conselho Federal de Educação previstas em lei. O artigo 6º estabeleceu que o Ministério da Educação exercerá as atribuições e competências do Conselho Nacional de Educação, até a instalação deste. Segundo o artigo 7º, “são convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.126, de 26 de setembro de 1995, e os processos em andamento no Conselho Federal de Educação, quando de sua extinção, serão decididos a partir da instalação do Conselho Nacional de Educação, desde que requerido pela parte interessada, no prazo de trinta dias, a contar da vigência desta Lei”. Assim, posteriormente, o Decreto nº 1.734, de 7 de dezembro de 1995, tendo em vista o disposto no artigo 6º da Lei nº 9.131/1995, regulamentou o artigo 7º da Lei nº 9.131/1995, estabelecendo em seu artigo 1º que “os processos em andamento no Conselho Federal de Educação em 19 de outubro de 1994, que tiveram sua tramitação suspensa por força dos Decretos nºs 1.303, de 8 de novembro de 1994, e 1.334, de 8 de dezembro de 1994, terão sua análise retomada pelo Conselho Nacional de Educação, a partir de instalação, desde que requeridos pela parte interessada, conforme disposto no art. 7º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Parágrafo único. Ficam ressalvados os processos cuja tramitação teve prosseguimento nos termos do art. 15 do Decreto nº 1.303, de 1994, na redação dada pelo Decreto nº 1.334, de 1994, que continuarão sendo apreciados pela Comissão Especial de que trata o Decreto de 16 de fevereiro de 1995, para deliberação do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, até a instalação do Conselho Nacional de Educação”.

- d) emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto;
- e) manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal;
- f) analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino;
- g) elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

Além disso, o artigo 1º da Lei nº 9.131/1995 deu nova redação ao artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, promovendo a redefinição das competências do Conselho Nacional de Educação e suas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, de forma a articular-se ao novo modelo de atuação estatal.

Especificamente quanto à educação superior, o artigo 9º, §2º, determinou que são atribuições da Câmara de Educação Superior:

- a) analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação da educação superior¹²⁰;
- b) oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação;
- c) deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação;
- d) deliberar sobre os relatórios encaminhados pelo Ministério da Educação e do Desporto sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias¹²¹;
- e) deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o credenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto;
- f) deliberar sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de educação superior que fazem parte do sistema federal de ensino;
- g) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na avaliação dos cursos;
- h) analisar questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior;
- i) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto nos assuntos relativos à educação superior.

A Lei nº 9.131/1995 estabeleceu que o Ministério da Educação realizaria avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão (artigo 3º, *caput*).

A Lei nº 9.131/1995 estabeleceu que os procedimentos a serem adotados para as

¹²⁰ Atualmente revogado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES.

¹²¹ Atualmente essa atribuição do Conselho Nacional de Educação é de competência do Ministério da Educação, nos termos do Decreto nº 5.773/2006. A modificação da competência por via de decreto é questionável juridicamente. Contudo, ela vem sendo aplicada sem qualquer restrição.

avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior incluiriam, necessariamente, a realização, a cada ano, de exames nacionais com base nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, previamente divulgados e destinados a aferir os conhecimentos e competências adquiridos pelos alunos em fase de conclusão dos cursos de graduação (artigo 3º, §1º).

Os resultados das avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior seriam utilizados pelo Ministério da Educação para orientar suas ações no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, principalmente as que visavam à elevação da qualificação do corpo docente (artigo 4º).

Além disso, os resultados seriam divulgados, anualmente, pelo Ministério da Educação, inclusive o do Exame Nacional de Cursos, sendo informado, neste caso, o desempenho de cada curso, sem identificar nominalmente os alunos avaliados (artigo 3º, §2º).

Posteriormente, o Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, que regulamentou a Lei nº 9.131/1995, estabeleceu os marcos do que viria a ser o sistema de avaliação do ensino superior no Brasil. Em particular, consolidou a metodologia do Exame Nacional de Cursos, prevista na Lei nº 9.131/1995 e estabeleceu um segundo instrumento de avaliação dos cursos de graduação: a Avaliação das Condições de Oferta. Além disso, estabeleceu diferentes procedimentos essenciais para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.

Com a finalidade de disciplinar o processo de avaliação das instituições de ensino e dos cursos de nível superior, o artigo 1º do Decreto nº 2.026/1996 definiu quatro procedimentos essenciais. São eles: a) análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidade da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino; b) avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão; c) avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos; d) avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área do conhecimento.

Os quatro procedimentos estabelecidos eram complementares, porém independentes, podendo ser conduzidos em momentos diferentes e fazer uso de métodos e técnicas apropriados a cada um. Os seus resultados seriam consolidados e compatibilizados pela Secretaria de Educação Superior (SESu).

Cada um dos procedimentos foi objeto de tratamento específico no texto do Decreto nº 2.026/1996.

Os indicadores de desempenho global levantados pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (SEDIAE), envolviam a medição de aspectos quantitativos referentes ao ensino superior, englobando: taxas de escolarização bruta e líquida; taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso; taxas de evasão e de produtividade; tempo médio para conclusão dos cursos; índices de qualificação do corpo docente; relação média alunos por docente; tamanho médio das turmas; participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação; despesas públicas por aluno no ensino superior público; despesa por aluno em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) por habitante nos sistemas público e privado; proporção da despesa pública com a remuneração de professores (artigo 3º).

A avaliação individual das instituições de ensino superior¹²², conduzida por comissão externa à instituição, especialmente designada pela SESu, consideraria os aspectos referentes: administração geral; administração acadêmica; integração social; produção científica, cultural e tecnológica (artigo 4º).

Nos termos do artigo 4º, a administração geral envolvia a avaliação da efetividade do funcionamento dos órgãos colegiados; das relações entre a entidade mantenedora e a instituição de ensino; da eficiência das atividades-meio em relação aos objetivos finalísticos. A administração acadêmica envolvia a avaliação da adequação dos currículos dos cursos de graduação e da gestão da sua execução; da adequação do controle do atendimento às exigências regimentais de execução do currículo; da adequação dos critérios e procedimentos de avaliação do rendimento escolar. A integração social envolvia a avaliação do grau de inserção da instituição na comunidade, local e regional, por meio dos programas de extensão e de prestação de serviços. A produção científica, cultural e tecnológica envolvia a avaliação da produtividade em relação à disponibilidade de docentes qualificados, considerando o seu regime de trabalho na instituição.

A comissão externa deveria levar em consideração ainda a auto-avaliação realizada pela própria instituição, as avaliações dos cursos realizados pelas Comissões de Especialistas em Ensino da SESu, os resultados do Exame Nacional de Cursos, a avaliação da pós-graduação conduzida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

¹²² A avaliação institucional, realizada no âmbito do PAIUB, deveria ser reformulada para adequar-se ao sistema de avaliação previsto no Decreto nº 2.026/1996, passando a responder pela avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior.

de Nível Superior (CAPES) e a análise dos indicadores de desempenho global realizada pela SEDIAE.

A avaliação do ensino de graduação seria realizada pela análise das condições de oferta das diferentes instituições de ensino efetuada pelas Comissões de Especialistas em Ensino e levaria em consideração os resultados do Exame Nacional de Cursos (artigo 5º)¹²³.

A avaliação dos cursos de graduação conduzida pelas Comissões de Especialistas em Ensino, designadas pela SESu, seria precedida de análise abrangente da situação da respectiva área de atuação acadêmica ou profissional, quanto ao domínio do estado da arte na área, levando em consideração o contexto internacional, e o comportamento do mercado de trabalho nacional.

A análise das condições de oferta pelas instituições de ensino consideraria: a) a organização didático-pedagógica; b) a adequação das instalações físicas em geral; c) a adequação das instalações especiais, tais como laboratórios, oficinas e outros ambientes indispensáveis à execução do currículo; d) a qualificação do corpo docente; e) as bibliotecas com atenção para o acervo bibliográfico, inclusive livros e periódicos, regime de funcionamento, modernização dos serviços e adequação ambiental (artigo 6º).

No que se refere ao Exame Nacional de Cursos, enquanto procedimento para avaliação do ensino graduação, a metodologia estava estabelecida na Lei nº 9.131/1995, e, desta forma, não foi reproduzida no texto do Decreto nº 2.026/1996.

Paralelamente à introdução das medidas apontadas na Lei nº 9.131/1995, foram adotadas providências no sentido de adequar o texto do projeto da nova LDB em tramitação no Congresso Nacional, de forma que em dezembro de 1996 foi aprovada e publicada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 142), “a edição da Lei nº 9.394/96 assinala, efetivamente, um marco inovador e modernizador em termos de organização, oferecimento e controle das atividades públicas e privadas na área da educação”.

¹²³ O INEP, a partir de 1996, realizou anualmente o Exame Nacional de Cursos, abrangendo, a cada realização, novas áreas de cursos. No período em que foi aplicado (1996/2003), foram, ao total, 26 cursos avaliados. O Exame Nacional de Curso se realizava anualmente, destinando-se a todos os concluintes dos cursos de graduação que foram incorporados ao processo a cada ano. A Avaliação das Condições de Oferta, conduzida inicialmente pela SESu, teve início em 1997 e compreendeu a avaliação, por especialistas em cada uma das áreas abrangidas, dos cursos submetidos ao Exame Nacional de Cursos, por meio de visitas de verificação aos locais de funcionamento. A Avaliação das Condições de Oferta se realizava a cada quatro anos e focalizava as dimensões organização didático-pedagógica, corpo docente e instalações dos cursos submetidos ao Exame Nacional de Cursos.

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 142), a nova LDB avança

[...] em direção a um novo modo de intervenção do Estado, concentra na União substantivos poderes de formulação, execução e avaliação da política nacional de educação, estendendo-se desde o rendimento escolar do ensino fundamental, médio e superior, aos cursos das instituições de ensino superior e aos estabelecimentos de seu sistema de ensino, sem prejuízo do comando do processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior.

As competências da União encontram-se delimitadas no artigo 8º, §1º, e no artigo 9º da LDB, reforçando o disposto nas normas constitucionais que tratam das competências da União em matéria educacional.

De acordo com o artigo 8º, §1º, da LDB, “caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. Trata-se de uma reprodução das competências constitucionais da União em matéria de organização da educação no País, dispostas no artigo 22, inciso XXIV, e no artigo 211, §1º, da Constituição Federal de 1988.

O artigo 9º da LDB estabelece que “a União incumbir-se-á de”:

- I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
 - II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
 - [...]
 - V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
 - VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;
 - VII – baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;
 - VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;
 - IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
- §1º. Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.
- §2º. Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.
- §3º. As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Cabe frisar que nos termos do artigo 6º da Lei nº 4.025/61 (LDB de 1961), com redação dada pela Lei nº 9.131/1995, foi conferido ao Ministério da Educação o exercício das atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e velar pelo cumprimento das leis que o regem.

No desempenho de suas funções, o Ministério da Educação é auxiliado pelo Conselho Nacional de Educação (artigo 9º, §1º, da LDB), com atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º, da Lei nº 4.025/61, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995).

O artigo 9º, §2º, da LDB, prevê o acesso da União a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais, de modo a subsidiar a coordenação da política nacional de educação e a articulação dos níveis e sistemas de ensino. Tais dados e informações estão a cargo do INEP¹²⁴, criado pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, que é um órgão integrante da estrutura do Ministério da Educação, transformado em autarquia federal.

O artigo 9º, §3º, da LDB, permite a delegação das competências da União aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de ensino superior, com a finalidade de se “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”, conforme previsto no artigo 9º, inciso IX.

A educação superior é tratada especificamente no Capítulo IV – Da Educação Superior, do Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, da LDB, sem prejuízo de outros artigos esparsos no texto legal. Nesse capítulo, a LDB traça as principais normas referentes à estrutura e à funcionalidade da educação superior no Brasil.

De acordo com o artigo 43, da LDB, “a educação superior tem por finalidade”:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

¹²⁴ De acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.448/1997, o INEP tem como finalidades: “I – organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais; II – planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País; III – apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional; IV – desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais; V – subsidiar a formulação de políticas na área de educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior; VI – coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente; VII – definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior; VIII – promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior; IX – articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral”.

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 169) salienta que o escopo da educação superior é amplo, abrangendo “o ensino, a pesquisa, a criação artística e a extensão; o processo de desenvolvimento da pessoa humana, enfim, em seus mais elevados níveis”.

Dos artigos que integram o Capítulo IV – Da Educação Superior da LDB, segundo Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000, p. 140),

[...] quatro trazem alterações significativas na regulamentação do ensino superior em geral e do privado em especial. Dois são de caráter geral: normatizam o modo de organização do sistema e sua subordinação ao órgão central competente. Os outros dois referem-se, especificamente, à organização universitária, regulamentando suas atribuições no âmbito da autonomia que lhe foi conferida por princípio constitucional.

Em relação à normatização do modo de organização do sistema e sua subordinação ao órgão central competente, Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000) destaca o artigo 45 e o artigo 46, da LDB.

De acordo com o artigo 45, da LDB, “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”.

Para Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000, p. 140),

O art. 45 da LDB de 1996 traz uma alteração fundamental em relação ao estabelecido na Lei nº 5.540 de 1968. A redação do novo texto exclui o termo “excepcionalmente” ao referir-se ao ensino superior oferecido em instituições não universitárias, completando que as instituições compreendem “variados graus de abrangência ou especialização” (art. 45). Isso significa, no plano formal, que as instituições isoladas deixam de ser um desvio no sistema de ensino superior até então disciplinado preferencialmente como constituído por universidades e “excepcionalmente” por estabelecimentos isolados.

O artigo 45 da LDB, ao estabelecer que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, rompe com o modelo até então vigente de organização preferencial da oferta do ensino superior por universidade.

O artigo 46, da LDB, estabelece que “a autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”.

Ademais, o artigo 46, §1º, especifica consequências jurídicas decorrentes de resultados insatisfatórios no processo regular de avaliação:

§1º. Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em credenciamento.

O artigo 46, §2º, por sua vez, estabelece a responsabilidade do Poder Público, no caso de instituição pública, para a superação das deficiências identificadas no processo regular de avaliação: “§2º. No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências”.

Segundo Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000, p. 140),

Outra mudança importante introduzida é a limitação do prazo de autorização e reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições. Ou seja, a renovação da autorização e do reconhecimento de cursos e o credenciamento das instituições ficam na dependência dos processos periódicos de avaliação. Caso a instituição não logre, em um prazo estipulado, sanar as deficiências identificadas pela avaliação, ela fica sujeita ou à intervenção, tendo as prerrogativas da autonomia temporariamente suspensas (no caso das universidades), ou ao credenciamento.

Eunice Ribeiro Durham (2005), analisando o impacto do artigo 46 em relação à política de controle da educação superior, ressalta que o reconhecimento de cursos pelo Poder Público sempre foi, no Brasil, uma exigência para a legalidade dos diplomas, a qual inclui também as universidades. O procedimento, quando bem aplicado, garantia condições mínimas de funcionamento para os cursos novos, mas não assegurava que essas condições não se deteriorassem. Com a exigência de renovação periódica dos atos, prevista no artigo 46, “[...] tornou-se possível estabelecer uma pressão continuada sobre as instituições, no sentido de que uma qualidade mínima fosse mantida”. (DURHAM, 2005, p. 230).

Portanto, o artigo 46 reforça a atuação do Estado em relação à oferta da educação superior. O artigo 46 sujeita a oferta da educação superior a mecanismos de atuação estatal, decorrentes de atos limitados no tempo e que devem ser renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação pelo Poder Público. Assim, condiciona a oferta, seja pública ou privada, a uma avaliação constante com foco na garantia de um padrão de qualidade, cujo resultado, se negativo, pode resultar em medidas como desativação de cursos e

habilitações, intervenção na instituição, suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou descredenciamento.

O artigo 46 encontra seu fundamento no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece entre os princípios do ensino a “garantia de padrão de qualidade”. Na esfera privada, este fundamento é ainda reforçado pelo disposto no artigo 209 da Constituição Federal de 1988.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 176),

A autorização e o reconhecimento de cursos de ensino superior são atos administrativos unilaterais, vinculados, [...] que garantem, respectivamente, a possibilidade de funcionamento inicial do curso e a expedição de diplomas válidos em todo o território nacional. Ambos conferem “qualificações” por prazo determinado, com a finalidade de garantir padrão de qualidade ao ensino, conforme exige o artigo 206, VII, da Constituição Federal.

Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000) explica que são atos vinculados porque uma vez atendidos os requisitos estabelecidos pela lei, verificados mediante processo regular de avaliação, Poder Executivo estará obrigado a autorizar e reconhecer cursos.

Segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 176),

A autorização tem natureza constitutiva, uma vez que atribui à pessoa jurídica uma qualidade que até então não possuía, ainda que apresentasse os requisitos necessários para recebê-la. O reconhecimento, diversamente, tem natureza declaratória, posto exprimir a declaração de algo já existente.

Assim, obtida a autorização para o funcionamento inicial do curso, exige-se, posteriormente, o reconhecimento desse mesmo curso, a fim de que possam ser expedidos diplomas válidos em todo o território nacional (artigo 48 da LDB). Reconhecido o curso, o mesmo condiciona-se a posteriores renovações do seu reconhecimento, a fim de que possa continuar expedindo diplomas válidos em todo o território nacional.

De acordo com Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), o credenciamento e o recredenciamento constituem atos administrativos unilaterais, vinculados, de natureza constitutiva. Garantem, respectivamente, a possibilidade de funcionamento inicial da instituição de ensino e sua permanência no sistema de ensino.

Em relação à organização universitária, o artigo 52 e o artigo 53, da LDB, definem o que vem a ser a instituição universitária, regulamentando suas atribuições e prerrogativas de autonomia.

O artigo 52 da LDB define universidades como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por”:

- I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
 - II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;
 - III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
- Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber.

Segundo Helena Maria Sant’Ana Sampaio (2000, p. 141),

Segundo a lei, universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (art. 52). Essa definição de universidade altera substancialmente o entendimento de universidade nas legislações anteriores. Em primeiro lugar, não alude à universidade de campo do conhecimento, mas fala em pluridisciplinaridade. Na prática, isso significa que podem vir a existir universidades especializadas, que não ofereçam cursos nas três áreas tradicionais do conhecimento. Em segundo lugar, suprime o termo “indissociado” do tripé ensino/pesquisa/extensão, que desde a Reforma de 1968 orientava, pelo menos retoricamente, o modelo de universidade no País. A consequência da supressão do termo foi um alargamento do entendimento das funções da universidade. Cabe à universidade formar quadros profissionais, quadros de pesquisa e extensão. A respeito do tripé ensino/pesquisa/extensão e, especificamente, em relação ao ensino associado à pesquisa, pairava, e ainda paira, confusão muito grande. As palavras “associada” ou “indissociada” conduziam, e ainda conduzem, a entendimentos mais restritos ou mais amplos do que seja a pesquisa. Na LDB, a universidade caracteriza-se pela institucionalização da produção intelectual (estudo sistemático de temas e problemas relevantes do ponto de vista tanto científico e cultural, quanto regional e nacional). Para que a pesquisa se institucionalize, a instituição deve contar com um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e com um terço dos professores contratados em regime de tempo integral. Foi dessa explicitação da exigência de produção intelectual que se fortaleceu, na LDB, a indissociabilidade ensino/pesquisa no sentido restrito da produção intelectual.

A autonomia universitária prevista no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 foi delineada com maior precisão na LDB que apresenta no artigo 53 uma indicação, não exaustiva, das prerrogativas que são inerentes às universidades.

Em 1997, o Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, regulamentou, para o sistema federal de ensino, as disposições contidas nos artigos 19, 20, 45, 46 e §1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394/1996, revogando o Decreto nº 1.303/1994, o Decreto nº 1.334/1994, e o Decreto nº 1.472/1995.

O Decreto nº 2.207/1997 reiterou os termos do artigo 46 da LDB, estabelecendo que os atos de credenciamento têm prazos limitados, sendo renovados periodicamente após processo regular de avaliação. Nesse sentido, o artigo 8º estabeleceu:

Art. 8º. O credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, organizadas sob qualquer das formas previstas no art. 4º deste Decreto, será concedido por tempo limitado, e renovado periodicamente após processo regular de avaliação.

§1º. Identificadas eventuais deficiências ou irregularidades, quando da avaliação para a renovação periódica do credenciamento ou decorrentes de inquérito administrativo, e esgotado um prazo para saneamento, haverá reavaliação que poderá resultar em suspensão temporária de atribuições da autonomia, em desativação de cursos e habilitações, ou em descredenciamento com ou sem a reclassificação da instituição nos termos do art. 4º deste Decreto.

§2º. Os procedimentos e as condições para a avaliação, para o credenciamento e para o credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§3º. Do ato de credenciamento ou credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, constará a localização da sede e, se for o caso, dos *campi* fora da sede.

Contudo, em relação à autorização e ao reconhecimento dos cursos, o Decreto nº 2.207/1997 não mencionou a periodicidade desses atos, o que somente foi verificado com o Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997.

Considerando que, de acordo com o Decreto nº 2.207/1997, os procedimentos e as condições para o credenciamento e credenciamento das instituições de ensino superior (artigo 8º, §2º), assim como para autorização de reconhecimento de cursos de graduação e suas respectivas habilitações (artigo 9º), seriam estabelecidos em ato do Ministro da Educação foi publicado um conjunto de portarias ministeriais com o objetivo de traçar tais parâmetros¹²⁵.

O artigo 7º do Decreto nº 2.207/1997 estabeleceu que “no exercício de sua função de supervisão do Sistema Federal de Ensino, o Ministério da Educação e do Desporto poderá determinar a intervenção, com a designação de dirigente pró-tempore, nas instituições de ensino superior, em decorrência de irregularidades verificadas ou em inquéritos administrativos instaurados”.

Decorridos alguns meses, o Decreto nº 2.207/1997 foi revogado pelo Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997.

No Quadro 1 é apresentada uma comparação entre o texto do Decreto nº 2.207/1997 e do Decreto nº 2.306/1997, no tocante a estes aspectos.

¹²⁵ Portaria MEC nº 637, de 13 de maio de 1997, dispõe sobre o credenciamento de universidades; Portaria MEC nº 639, de 13 de maio de 1997, dispõe sobre o credenciamento de centros universitários; Portaria MEC nº 640, de 13 de maio de 1997, dispõe sobre o credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores; Portaria MEC nº 641, de 13 de maio de 1997, dispõe sobre a autorização de cursos em faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores em funcionamento; Portaria MEC nº 752, de 2 de julho de 1997, dispõe sobre a autorização de cursos fora de sede em universidades (revogou a Portaria MEC nº 638, de 13 de maio de 1997); Portaria MEC nº 877, de 30 de julho de 1997, estabelece os procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível superior e sua renovação.

QUADRO 1 – Comparativo entre o texto do Decreto nº 2.207/1997 e o do Decreto nº 2.306/1997.

DECRETO Nº 2.207/1997	DECRETO Nº 2.306/1997
Art. 8º. O credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, organizadas sob qualquer das formas previstas no art. 4º deste Decreto, será concedido por tempo limitado, e renovado periodicamente após processo regular de avaliação.	Art. 14. <u>A autorização e o reconhecimento de cursos e respectivas habilitações</u> e credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, organizadas sob quaisquer das formas previstas neste Decreto, serão concedidos por tempo limitado, e renovados periodicamente após processo regular de avaliação.
§1º. Identificadas eventuais deficiências ou irregularidades, quando da <u>avaliação para a renovação</u> periódica do credenciamento ou decorrentes de <u>inquérito administrativo</u> , e esgotado um prazo para saneamento, haverá reavaliação que poderá resultar em suspensão temporária de atribuições da autonomia, em desativação de cursos e habilitações, ou em <u>descredenciamento com ou sem a reclassificação da instituição nos termos do art. 4º deste Decreto.</u>	§1º. Identificadas eventuais deficiências ou irregularidades, quando da <u>avaliação periódica dos cursos e das instituições de educação superior do Sistema Federal de decorrentes de processo administrativo disciplinar concluído</u> e esgotado o prazo para saneamento, haverá reavaliação que poderá resultar em suspensão temporária de atribuições de autonomia em desativação de cursos e habilitação, em <u>descredenciamento ou em intervenção na instituição, na forma do §1º do art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996.</u>
§2º. Os procedimentos e as condições para a avaliação, para o credenciamento e para o <u>recredenciamento</u> das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação e do Desporto.	§2º. Os procedimentos e as condições para a <u>avaliação e reavaliação</u> , para o credenciamento, <u>descredenciamento</u> e <u>recredenciamento</u> das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, <u>atendidas as disposições do Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996.</u>
§3º. Do ato de credenciamento ou <u>recredenciamento</u> das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, constará a localização da sede e, se for o caso, dos <i>campi</i> fora da sede.	§3º. Do ato de credenciamento ou <u>recredenciamento</u> das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, constará o <u>respectivo prazo de validade</u> , a localização da sede e, se for o caso, dos <i>campi</i> fora da sede.
Art. 9º. Os procedimentos e as condições para a <u>autorização e o reconhecimento de cursos de graduação e suas respectivas habilitações ministrados por instituições integrantes do Sistema Federal de Ensino</u> serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação e do Desporto.	Art. 15. Os procedimentos e as condições <u>de avaliação para autorização e reconhecimento de cursos de graduação e suas respectivas habilitações</u> , ministrados por instituições integrantes do Sistema Federal de Ensino, serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

Nota: As expressões sublinhadas representam as modificações no teor do dispositivo, seja pela introdução de uma palavra implícita na redação anterior seja pela real modificação de sentido.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e §1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 1997. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011. BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e §1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 1997. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

A redação do artigo 7º do Decreto nº 2.207/1997, correspondente ao artigo 13¹²⁶ do Decreto nº 2.306/1997, que trata do exercício da função de supervisão, apenas foi

¹²⁶ “Art. 13. No exercício de sua função de supervisão do Sistema Federal de Ensino, o Ministério da Educação e do Desporto poderá determinar, a intervenção, com designação de dirigente pro-tempore, nas instituições de ensino superior, em decorrência de irregularidades constatadas em inquérito administrativo devidamente concluído”.

alterada em sua parte final, restando estabelecido que a intervenção somente poderia ser determinada em decorrência de irregularidades constatadas em inquérito administrativo devidamente concluído.

Destaque-se que embora o Decreto nº 2.207/1997 tenha sido revogado pelo Decreto nº 2.306/1997, as portarias ministeriais editadas sob a vigência do primeiro continuaram sendo aplicadas pelo Ministério da Educação.

Em cumprimento ao disposto no artigo 214 da Constituição Federal de 1988, após dez anos de vigência da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, conforme a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, com duração de dez anos.

De acordo com o texto do PNE, este tem como objetivos: “a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

No campo da educação superior, o PNE confirmou a estratégia de avaliação periódica, como condição para a expansão quantitativa e qualitativa da educação superior. Dessa forma, o PNE fixa como diretrizes para a educação superior promover a diversificação das instituições de ensino superior, assim como expandir o acesso à educação superior, garantindo-se a qualidade desse nível de ensino.

Em 2001, o Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispôs sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, revogou o Decreto nº 2.206/1996 e o Decreto nº 2.306/1997, alterando parcialmente a estrutura delineada nesses decretos.

Em relação à avaliação, o Decreto nº 3.860/2001, em seu Capítulo IV – Da Avaliação estabeleceu o seguinte:

Art. 16. Para fins de cumprimento dos arts. 9º e 46 da Lei nº 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a avaliação de cursos, programas e instituições de ensino superior.

§1º. Para assegurar processo nacional de avaliação de cursos e instituições de ensino superior, o Ministério da Educação manterá cooperação com os sistemas estaduais de educação.

§2º. Para assegurar o disposto no §3º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996, o Ministério da Educação coordenará a cooperação e integração prevista com os sistemas de ensino estaduais.

Art. 17. A avaliação de cursos e instituições de ensino superior será organizada e executada pelo INEP, compreendendo as seguintes ações:

I – avaliação dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de educação superior, por região e Unidade da Federação, segundo as áreas do conhecimento e a classificação das instituições de ensino superior, definidos no Sistema de Avaliação e Informação Educacional do INEP;

II – avaliação institucional do desempenho individual das instituições de ensino superior, considerando, pelo menos, os seguintes itens:

- a) grau de autonomia assegurado pela entidade mantenedora;
- b) plano de desenvolvimento institucional;
- c) independência acadêmica dos órgãos colegiados da instituição;
- d) capacidade de acesso a redes de comunicação e sistemas de informação;
- e) estrutura curricular adotada e sua adequação com as diretrizes curriculares nacionais de cursos de graduação;
- f) critérios e procedimentos adotados na avaliação do rendimento escolar;
- g) programas e ações de integração social;
- h) produção científica, tecnológica e cultural;
- i) condições de trabalho e qualificação docente;
- j) a auto-avaliação realizada pela instituição e as providências adotadas para saneamento de deficiências identificadas; e
- l) os resultados de avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação; e

III – avaliação dos cursos superiores, mediante a análise dos resultados do Exame Nacional de Cursos e das condições de oferta de cursos superiores.

§1º. A análise das condições de oferta de cursos superiores referida no inciso III será efetuada nos locais de seu funcionamento, por comissões de especialistas devidamente designadas, e considerará:

I – organização didático-pedagógica;

II – corpo docente, considerando principalmente a titulação, a experiência profissional, a estrutura da carreira, a jornada de trabalho e as condições de trabalho;

III – adequação das instalações físicas gerais e específicas, tais como laboratórios e outros ambientes e equipamentos integrados ao desenvolvimento do curso; e

IV – bibliotecas, com atenção especial para o acervo especializado, inclusive o eletrônico, para as condições de acesso às redes de comunicação e para os sistemas de informação, regime de funcionamento e modernização dos meios de atendimento.

§2º. As avaliações realizadas pelo INEP subsidiarão os processos de credenciamento de instituições de ensino superior e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

O artigo 19 reforçou que “a autorização para funcionamento e o reconhecimento de cursos superiores, bem assim o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior [...], terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação”.

Ademais, o artigo 34 estabeleceu que o Ministério da Educação, após a aprovação pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os critérios e procedimentos para:

I – o credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior referidas no inciso III do art. 7º;

II – a autorização prévia de funcionamento de cursos superiores em instituições não universitárias;

III – o reconhecimento de cursos superiores, ressalvados os que dependem de deliberação individual da Câmara referida no *caput*;

IV – a elaboração de regimentos por parte de instituições de ensino superior não universitária.

Esses critérios e procedimentos, nos termos do artigo 34, §1º, deveriam levar em consideração, obrigatoriamente, os resultados da avaliação do Exame Nacional de Cursos e das demais avaliações realizadas pelo INEP.

O artigo 35 reforçou o disposto no artigo 46 da Lei nº 9.394/1996, estabelecendo que “identificadas deficiências ou irregularidades mediante ações de supervisão ou de avaliação e reavaliação de cursos ou instituições de ensino superior, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996, ou o descumprimento do disposto no termo de compromisso mencionado no art. 25¹²⁷ deste Decreto, o Poder Executivo determinará, em ato próprio, conforme o caso”:

- I – a suspensão do reconhecimento de cursos superiores;
 - II – a desativação de cursos superiores;
 - III – a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários;
 - IV – a intervenção na instituição de ensino superior; e
 - V – o credenciamento de instituições de ensino superior.
- §1º. O baixo desempenho em mais de uma avaliação no Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP poderá caracterizar as deficiências de que trata o *caput*.
- §2º. O ato de intervenção referido no *caput* especificará sua amplitude, prazo e condições de execução, e será acompanhado de designação de dirigente pro tempore.
- Art. 36. O Ministério da Educação, ouvida a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabelecerá os procedimentos para:
- I – suspensão do reconhecimento de cursos superiores;
 - II – a desativação de cursos superiores;
 - III – a suspensão temporária de prerrogativas de autonomia de universidades e centros universitários, observado o disposto no *caput* do art. 35;
 - IV – a intervenção em instituição de ensino superior; e
 - V – o credenciamento de instituições de ensino superior .
- §1º. Os cursos de graduação que tenham obtido, reiteradamente, desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações

¹²⁷ De acordo com o artigo 25, “o credenciamento e o credenciamento de instituições de ensino superior, cumpridas todas as exigências legais, ficam condicionados a formalização de termo de compromisso entre a entidade mantenedora e o Ministério da Educação. Parágrafo único. Integrarão o termo de compromisso de que trata o *caput*, os seguintes documentos: I – plano de implantação e desenvolvimento de seus cursos superiores, de forma a assegurar o atendimento aos critérios e padrões de qualidade para o corpo docente, infraestrutura geral e específica e organização didático-pedagógica, bem como a descrição dos projetos pedagógicos a serem implantados até sua plena integralização, considerando as diretrizes nacionais de currículo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e homologadas pelo Ministro de Estado da Educação; II – critérios e procedimentos editados pelo Ministério da Educação, reguladores da organização, supervisão e avaliação do ensino superior; III – descrição e cronograma do processo de expansão da instituição a ser credenciada, em relação ao aumento de vagas, abertura de cursos superiores, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, abertura de cursos fora de sede; IV – valor dos encargos financeiros assumidos pelos alunos e as normas de reajuste aplicáveis durante o desenvolvimento dos cursos; V – projeto de qualificação da instituição, contendo, pelo menos, a descrição dos procedimentos de auto-avaliação institucional, bem como os de atendimento aos alunos, incluindo orientação administrativa, pedagógica e profissional, acesso aos laboratórios e bibliotecas e formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos; e VI – minuta de contrato de prestação de serviços educacionais a ser firmado entre a instituição e seus alunos, visando garantir o atendimento dos padrões de qualidade definidos pelo Ministério da Educação e a regularidade da oferta de ensino superior de qualidade”.

realizadas INEP terão seu reconhecimento suspenso mediante ato do Poder Executivo.

§2º. As instituições de ensino superior de que trata o *caput* terão prazo de um ano para solicitar novo reconhecimento, sendo vedada a abertura de processo seletivo de ingresso de novos alunos até que o curso obtenha novo reconhecimento.

§3º. Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior sem que a instituição tenha solicitado novo reconhecimento, ou caso o processo de novo reconhecimento identifique a manutenção das deficiências e irregularidades constatadas, o curso será desativado.

§4º. As instituições de ensino superior credenciadas como centros universitários e universidades e que possuam desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP terão suspensas as prerrogativas de autonomia, mediante ato do Poder Executivo¹²⁸.

§5º. As instituições de que trata o §4º serão submetidas, nos termos do art. 34, a imediato processo de credenciamento.

Art. 37. No caso de desativação de cursos superiores e de credenciamento de instituições, caberá à entidade mantenedora resguardar os direitos dos alunos, dos docentes e do pessoal técnico administrativo.

Parágrafo único. São assegurados aos alunos de cursos desativados ou com o reconhecimento suspenso:

I – a convalidação de estudos até o final do período em que estiverem matriculados para efeito de transferência; e

II – o registro do diploma no caso daqueles que tenham concluído o curso ou estejam matriculados no último período letivo, desde que comprovado o aproveitamento escolar

Art. 38. Será sustada a tramitação de solicitações de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior, e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, quando a proponente estiver submetida a processo de averiguação de deficiências ou irregularidades.

Posteriormente, a Resolução CNE/CES nº 10, de 11 de março de 2002, dispôs sobre o credenciamento, transferência de mantença, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do sistema de ensino federal, revogando as portarias ministeriais editadas com base no Decreto nº 2.207/1997 e que permaneceram sendo aplicadas na vigência do Decreto nº 2.306/1997.

¹²⁸ “§4º. As instituições de ensino superior credenciadas como centros universitários, Centros Federais de Educação Tecnológica e universidades e que possuam desempenho insuficiente na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP terão suspensas as prerrogativas de autonomia, mediante ato do Poder Executivo. (Redação dada pelo Decreto nº 5.225, de 2004)”.

4. A RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO

4.1. Regulação da Educação Superior

A regulação da educação superior tem como fundamento o disposto no artigo 9º, inciso IX, da LDB, que prevê que a União incumbir-se-á de “autorizar, reconhecer, credenciar [...] os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”. Ademais, a regulação da educação superior é amparada constitucionalmente pelo disposto no artigo 209 e no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal de 1988.

O exercício da função de regulação da educação superior no sistema federal de ensino está regulamentado no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, sendo também disciplinado na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, com redação alterada em 29 de dezembro de 2010.

O termo “regulação” da educação superior, no contexto do sistema federal de ensino, apresentado no Decreto nº 5.773/2006, é definido como a função destinada a expedir os atos administrativos autorizativos para o funcionamento de instituições de ensino superior e de cursos superiores, sendo associado ao exercício do poder de polícia pelo Estado. Nesse sentido, o artigo 1º, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, define que a regulação é realizada por meio de atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de ensino superior e de cursos superiores.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2002) explica que o artigo 209 da Constituição Federal de 1988 deixa claro que o ensino não é serviço exclusivo do Estado, ao determinar que ele “é livre à iniciativa privada”, ficando, no entanto, sujeito às normas gerais da educação nacional e à autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público, o que equivale a dizer que, quando ministrado pelo particular, fica submetido ao poder de polícia do Estado.

O poder de polícia, segundo Odete Medauar (1999, p. 364), “é a atividade da Administração que impõe limites ao exercício de direitos e liberdades”, em favor do interesse público, direitos e liberdades individuais ou coletivos. De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello (2002), pelo poder de polícia, o Estado condiciona, limita, o exercício da liberdade e da propriedade dos administrados, a fim de compatibilizá-las com

o bem-estar social, constituindo-se em um conjunto de intervenção do Estado que tende a impor à livre ação dos particulares a disciplina exigida pela vida em sociedade¹²⁹.

O artigo 10 do Decreto nº 5.773/2006 especifica que o funcionamento de instituição de ensino superior e a oferta de cursos superiores dependem de ato autorizativo do Poder Público¹³⁰.

De acordo com o artigo 10, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, são modalidades de atos autorizativos, em relação ao funcionamento de instituição de ensino superior, os atos administrativos de credenciamento¹³¹ e recredenciamento de instituições de ensino superior, assim como suas respectivas modificações. Em relação à oferta de cursos superiores são modalidades de atos autorizativos, os atos administrativos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, assim como suas respectivas modificações.

Os atos autorizativos fixam os limites da atuação dos agentes públicos e privados em matéria de educação superior, conforme estabelece o artigo 10, §2º, do Decreto nº 5.773/2006. Dessa forma, qualquer alteração¹³² na forma de atuação dos agentes da educação superior após a expedição do ato autorizativo, depende de modificação do ato autorizativo originário, que se processará na forma de pedido de aditamento ao ato originário.

Além disso, os atos autorizativos são temporalmente limitados, sujeitando-se à renovação periódica, após processo regular de avaliação. É o que dispõe o artigo 10, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, que estabelece que os atos administrativos autorizativos do

¹²⁹ Celso Antônio Bandeira de Mello explica que, em sentido amplo, o poder de polícia é definido como a atividade estatal, abrangendo tanto atos do Legislativo como do Executivo, de condicionar a liberdade e a propriedade ajustando-as aos interesses coletivos. Em sentido mais restrito, a expressão poder de polícia relaciona-se unicamente com as intervenções, quer gerais e abstratas, como os regulamentos, quer concretas e específicas (tais as autorizações, as licenças, as injunções), do Poder Executivo destinadas a alcançar o mesmo fim de prevenir e obstar ao desenvolvimento de atividades particulares contrastantes com os interesses sociais.

¹³⁰ O artigo 209 da Constituição Federal de 1988 estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as seguintes condições: cumprimento das normas gerais de educação; autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. Tal dispositivo constitucional é reproduzido no artigo 9º, do Decreto nº 5.773/2006, que firma que “a educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

¹³¹ O ato de credenciamento comporta o credenciamento de faculdades, centros universitários ou universidades, sendo que esses dois últimos somente podem ocorrer a partir de instituição já credenciada. Além disso, o ato de credenciamento comporta em suas variações, o credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, que também ocorre a partir de instituição já credenciada.

¹³² O artigo 10, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, estabelece que constituem alteração na forma de atuação dos agentes da educação superior, modificações relativas à mantenedora, à abrangência geográfica das atividades, habilitações, vagas, endereço de oferta dos cursos ou qualquer outro elemento relevante para o exercício das funções educacionais.

funcionamento de instituições de ensino superior e de cursos superiores terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

Dessa forma, a regulação da educação superior no sistema federal de ensino tem relação imediata com a avaliação, sendo esta exigência da própria LDB, que no artigo 46 da LDB prevê a periodicidade do prazo dos atos administrativos autorizativos do funcionamento de instituições de ensino superior e de cursos superiores, devendo estes serem renovados, após processo regular de avaliação.

Observe-se que o artigo 1º, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, estabelece que a avaliação constitui referencial básico para os processos de regulação da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

Nos termos do artigo 58 do Decreto nº 5.773/2006, a avaliação é realizada no âmbito do SINAES¹³³, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Como referencial básico para a regulação de instituições e cursos, a avaliação no âmbito do SINAES, segundo o artigo 59, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, resulta na atribuição de conceitos, conforme uma escala de cinco níveis.

Ademais, nos termos do artigo 10, §10, do Decreto nº 5.773/2006, “os pedidos de ato autorizativo serão decididos tendo por base o relatório de avaliação e o conjunto de elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria em sua atividade instrutória”.

A obtenção de conceitos insatisfatórios na avaliação, conforme estabelece o artigo 60 do Decreto nº 5.773/2006, que reproduz o artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, enseja nos processos de credenciamento de instituições de ensino superior, assim como nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a celebração de protocolo de compromisso com a instituição de ensino superior, para fins de saneamento das deficiências identificadas na avaliação. Nesses casos, é suspenso o fluxo regulatório até a realização de nova avaliação que ateste o cumprimento das exigências contidas no protocolo de compromisso, segundo dispõe o artigo 61, §1º, do Decreto nº 5.773/2006.

Em se tratando de processos de credenciamento de instituições de ensino superior ou autorização de cursos superiores, a obtenção de conceitos insatisfatórios na avaliação resulta no indeferimento do pedido, uma vez que não foram atendidas as exigências

¹³³ O artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.861/2004, estabelece que os resultados da avaliação constituem referencial básico dos processos de regulação da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de ensino superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos superiores.

qualitativas e quantitativas para o funcionamento de instituição de ensino superior ou a oferta de curso superior.

Em relação aos prazos dos atos autorizativos, o artigo 10, §6º, do Decreto nº 5.773/2006, especifica que os prazos contam-se da publicação do ato autorizativo, sendo, nos termos do artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773/2006, válidos até o ciclo avaliativo¹³⁴ seguinte.

A única exceção a regra geral de validade dos prazos dos atos autorizativos diz respeito aos atos administrativos de autorização, que não se sujeitam ao ciclo avaliativo, mas sim ao disposto no artigo 35 do Decreto nº 5.773/2006. Dessa forma, expedido o ato administrativo de autorização de curso, a instituição de ensino superior deve protocolar pedido de reconhecimento do curso no período entre a metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo. Observe-se que, a contar da publicação do ato autorizativo, a instituição tem prazo de doze meses, para iniciar o funcionamento do curso, sob pena de caducidade¹³⁵ (artigo 68 do Decreto nº 5.773/2006), sendo considerado início de funcionamento do curso a oferta efetiva de aulas (artigo 68, §2º, do Decreto nº 5.773/2006).

Segundo o artigo 11 do Decreto nº 5.773/2006, o funcionamento de instituição de ensino superior ou a oferta de curso superior sem o devido ato autorizativo configura irregularidade administrativa, sem prejuízo dos efeitos da legislação civil e penal. Assim, na ausência de qualquer dos atos autorizativos exigidos, o artigo 11, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, veda a admissão de novos estudantes, aplicando-se as medidas punitivas e reparatórias cabíveis. Além disso, segundo o artigo 11, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, a instituição que oferecer curso antes da devida autorização, quando exigida, terá sobrestados os processos de autorização e credenciamento em curso pelo prazo de dois anos. Como consequência da situação irregular, o Ministério da Educação, nos termos do artigo 11, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, pode determinar, motivadamente, como medida cautelar, a suspensão preventiva da admissão de novos alunos em cursos e instituições irregulares, visando evitar prejuízo a novos alunos. Nesta hipótese, ou seja, da aplicação de

¹³⁴ De acordo com o artigo 33 da Portaria Normativa nº 40/2007, “o ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento”.

¹³⁵ A caducidade do ato autorizativo importa, nos termos do artigo 68, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, na impossibilidade da instituição apresentar nova solicitação relativa ao mesmo pedido antes de decorridos dois anos contados do ato que encerrou o processo. Essa mesma impossibilidade afeta os processos de credenciamento de instituição de ensino superior, inclusive de *campus* fora de sede, e de autorização de curso superior, na hipótese de decisão final desfavorável da autoridade competente.

medida cautelar, cabe recurso administrativo ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de trinta dias, sem efeito suspensivo, conforme estabelece o artigo 11, §4º, do Decreto nº 5.773/2006.

4.1. Atos Autorizativos de Funcionamento de Instituição de Ensino Superior

4.1.1.1. Credenciamento

O ato de credenciamento, segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), constitui ato administrativo unilateral, vinculado, de natureza constitutiva, na medida em que possibilita o funcionamento inicial da instituição de ensino superior. Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000) explica que é ato vinculado porque uma vez atendidos os requisitos estabelecidos pela lei, verificados mediante processo regular de avaliação, o Poder Executivo está obrigado a credenciar a instituição.

Nesse sentido, o artigo 13 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que “o início do funcionamento de instituição de ensino superior é condicionado à edição prévia de ato de credenciamento pelo Ministério da Educação”¹³⁶.

De acordo com o artigo 12 do Decreto nº 5.773/2006, as instituições de ensino superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, podem ser credenciadas como faculdades, centros universitários ou universidades¹³⁷.

¹³⁶ No caso de instituições de ensino superior públicas, a sua criação é feita mediante lei de iniciativa do Poder Legislativo. É o que decorre do artigo 48, inciso XI, e do artigo 37, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988. Todavia, tais instituições sujeitam ao recredenciamento e ao reconhecimento de cursos pelo Ministério da Educação.

¹³⁷ De acordo com o artigo 45 da LDB, “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. Na visão de Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 206), o reconhecimento de que as instituições de ensino apresentam variados graus de abrangência e especialização, “parece estar diretamente ligado à associação ou dissociação entre ensino e pesquisa. É o que se infere da letra da lei, a partir dos elementos relacionados no artigo 52 para conceituar universidades”. Assim, “sendo a única discriminação de conteúdo organizacional constante da lei, é razoável concluir que os parâmetros do artigo 52 apontam o maior grau de abrangência e especialização possível no sistema, associando o ensino à pesquisa e à extensão, nos moldes do artigo 207 da Constituição Federal. Quanto à escala ou à medida dos demais graus, a lei é silente”. Dessa forma, a criação de formas de organização institucional, em especial a dos centros universitários, por decreto, que tem sua origem no Decreto nº 2.306/1997, mas também confirmado no Decreto nº 5.773/2006, encontra-se direção contrária ao espírito da lei, violando o princípio da legalidade e da separação dos poderes, assim como o artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, que limita o poder regulamentar do Executivo, por via de decreto ou de regulamento, à fiel execução da lei. Nesse sentido, Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000, p. 208-209) explica que “na Lei nº 9.394/96 não há, certamente, elementos ao reconhecimento das composturas básicas dos ‘diversos graus de abrangência ou especialização’”. A só leitura da lei, em especial dos artigos 16, 19, 20 e 45, evidencia que nenhuma regra de competência foi estipulada, nem se dispôs sobre os critérios reguladores de classificação acadêmica. Há apenas um vago delineamento, estabelecido a partir do artigo 52 [...]. Não obstante, para o sistema federal o [...] Decreto nº 2.306/97 definiu os graus de abrangência e especialização

Pela sistemática estabelecida no Decreto nº 5.773/2006, em seu primeiro credenciamento, a instituição de ensino superior é originalmente credenciada como faculdade (artigo 13, §1º). O credenciamento como centro universitário ou universidade depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade (artigo 13, §2º)¹³⁸.

O ato de credenciamento tem duração limitada, devendo ser renovado periodicamente, após processo regular de avaliação. O artigo 13, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, determina que “o primeiro credenciamento terá prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para universidades¹³⁹”.

O credenciamento, enquanto modalidade de ato autorizativo, comporta além do credenciamento de faculdades, centros universitários ou universidades, o credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância por instituições de ensino superior já credenciadas¹⁴⁰, sejam elas públicas ou privadas¹⁴¹. Isto porque, nos termos do artigo 80, §1º, da LDB, “a educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União”.

A tramitação do processo de credenciamento encontra-se disciplinada no artigo 14 do Decreto nº 5.773/2006, sendo constituída pelo protocolo do pedido junto à Secretaria competente, análise documental pela Secretaria competente, avaliação *in loco* pelo INEP, parecer da Secretaria competente, deliberação pelo Conselho Nacional de Educação e homologação da decisão do CNE pelo Ministro da Educação.

das instituições por meio de classificação que leva em conta a organização acadêmica, [...]. Assim, mostra-se insuficiente invocar a competência genérica da União, de organização do sistema federal de ensino, previsto no artigo 9º, II, da LDB, para fundamentar a discriminação promovida pelo Decreto nº 2.306/97, na medida em que o decreto não se limita a ‘organizar’ as instituições do sistema federal, na acepção correta do termo. O que ocorre, na verdade, é a criação de formas de organização institucional por decreto, sem prévio comando legal que assim dispusesse, e, o que é pior, em direção contrária ao espírito da lei”.

¹³⁸ Na hipótese de indeferimento do pedido de credenciamento como centro universitário ou universidade, não impede o credenciamento subsidiário como faculdade ou centro universitário, respectivamente, desde que cumpridos os requisitos previstos em lei (artigo 13, §3º do Decreto nº 5.773/2006).

¹³⁹ Um aspecto a ser destacado refere-se à validade do ato de credenciamento de universidades. Segundo o artigo 13, §4º do Decreto nº 5.773/2006, o primeiro credenciamento de instituições de ensino superior terá prazo máximo de cinco anos, para universidades. Assim, a validade do ato de credenciamento de universidades seria de cinco anos. Contudo, pela regra do artigo 10, §7º do Decreto nº 5.773/2006, o credenciamento de universidades é válido apenas até o ciclo avaliativo seguinte, que é trienal. Ou seja, se observada a regra do artigo 10, §7º do Decreto nº 5.773/2006, a validade do ato de credenciamento de universidades, não seria de cinco anos, conforme dispõe o artigo 13, §4º do Decreto nº 5.773/2006, mas sim de três anos.

¹⁴⁰ De acordo com o artigo 44 da Portaria Normativa nº 40/2007, o credenciamento de instituições para oferta de educação na modalidade a distância deverá ser requerido por instituições de ensino superior já credenciadas.

¹⁴¹ De acordo com o artigo 9º do Decreto nº 5.622/2005, “o ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas”.

As competências dos órgãos federais de educação superior, que integram o sistema federal de ensino¹⁴², para credenciamento e credenciamento de faculdades, centros universitários e universidades, assim como para o credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, encontram-se estabelecidas no Decreto nº 5.773/2006, nos seguintes termos:

Art. 4º. Ao Ministro de Estado da Educação, como autoridade máxima da educação superior no sistema federal de ensino, compete, no que respeita às funções disciplinadas por este Decreto:

I – homologar deliberações do CNE em pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior;

[...]

Art. 5º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao Ministério da Educação, por intermédio de suas Secretarias, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior, em suas respectivas áreas de atuação.

§1º. No âmbito do Ministério da Educação, além do Ministro de Estado da Educação, desempenharão as funções regidas por este Decreto a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância, na execução de suas respectivas competências.

§2º. À Secretaria de Educação Superior compete especialmente:

I – instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior, promovendo as diligências necessárias;

[...]

§3º. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete especialmente:

I – instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior tecnológica, promovendo as diligências necessárias;

[...]

§4º. À Secretaria de Educação a Distância compete especialmente:

I – instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições específico para oferta de educação superior a distância, promovendo as diligências necessárias;

[...]

Art. 6º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao CNE:

[...]

II – deliberar, com base no parecer da Secretaria competente, observado o disposto no art. 4º, inciso I, sobre pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e específico para a oferta de cursos de educação superior a distância;

[...]

VII – aplicar as penalidades previstas no Capítulo IV¹⁴³ deste Decreto;

VIII – julgar recursos, nas hipóteses previstas neste Decreto;

[...]

Art. 7º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao INEP:

I – realizar visitas para avaliação *in loco* nos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior [...];

[...]

¹⁴² De acordo com o artigo 16 da LDB, o sistema federal de ensino compreende as instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; e os órgãos federais de educação. No mesmo sentido, o artigo 2º do Decreto nº 5.773/2006 dispõe que “o sistema federal de ensino superior compreende as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior”.

¹⁴³ O Capítulo IV, do Decreto nº 5.773/2006, trata da avaliação.

Para o protocolo do pedido de credenciamento como faculdade junto à Secretaria competente, a instituição tem que apresentar os documentos da mantenedora e da instituição de ensino superior.

Da mantenedora, em conformidade com o artigo 15, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, são exigidos os seguintes documentos:

- a) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
- c) comprovante de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando for o caso;
- d) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- e) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- f) demonstração de patrimônio para manter a instituição;
- g) para as entidades sem fins lucrativos, demonstração de aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição mantida; não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes e, em caso de encerramento de suas atividades, destinação de seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente; e
- h) para as entidades com fins lucrativos, apresentação de demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes;

Da instituição de ensino superior, em conformidade com o artigo 15, inciso II, do Decreto nº 5.773/2006, são exigidos os seguintes documentos:

- a) comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*, prevista na Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004;
- b) plano de desenvolvimento institucional;
- c) regimento ou estatuto; e
- d) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um.

O plano de desenvolvimento institucional, previsto no artigo 15, inciso II, alínea “b”, do Decreto nº 5.773/2006, deve conter, nos termos do artigo 16 do mesmo decreto, pelos menos, os seguintes elementos:

- I – missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- II – projeto pedagógico da instituição;
- III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;
- IV – organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

V – perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

VI – organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos;

VII – infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

VIII – oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;

IX – oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X – demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

De acordo com o artigo 67 do Decreto nº 5.773/2006, o processo de credenciamento de faculdade tramita em conjunto com o processo de autorização de pelo menos um curso superior. Assim, segundo o artigo 8º, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o pedido de credenciamento de faculdade deve ser acompanhado do pedido de autorização de pelo menos um curso e de no máximo cinco cursos. Dessa forma, objetiva-se que ao credenciar a instituição de ensino superior, esta já possa iniciar a oferta de pelo menos um curso superior.

Para o protocolo do pedido de credenciamento como centro universitário ou universidade junto à Secretaria competente, a instituição de ensino superior tem que apresentar, além dos documentos da mantenedora e da instituição de ensino superior já mencionados, os seus atos autorizativos em vigor (artigo 8º, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007). Nesse caso, não é exigido que o pedido de credenciamento seja acompanhado do pedido de autorização de pelo menos um curso e de no máximo cinco cursos. Ou seja, não se aplica a regra do artigo 8º, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007.

Para o protocolo do pedido de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, o artigo 26, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, estabelece que a instituição tem que apresentar o comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*, prevista na Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, e os documentos referidos na regulamentação específica (Decreto nº 5.622/2005¹⁴⁴). O artigo 46 da Portaria Normativa nº 40/2007 especifica que o pedido de credenciamento para educação a distância (EAD) tem que ser instruído de forma a comprovar a existência de estrutura física e tecnológica e recursos humanos adequados e suficientes à oferta da educação superior a distância, conforme os requisitos fixados pelo Decreto nº 5.622/2005 e os referenciais de qualidade próprios, com os seguintes documentos:

- I – ato autorizativo de credenciamento para educação superior presencial;
- II – comprovante eletrônico de pagamento da taxa de avaliação, gerado pelo sistema, considerando a sede e os polos de apoio presencial, exceto para instituições de educação superior públicas;
- III – formulário eletrônico de PDI, no qual deverão ser informados os polos de apoio presencial, acompanhados dos elementos necessários à comprovação da existência de estrutura física, tecnológica e de recursos humanos adequados e suficientes à oferta de cursos na modalidade a distância, conforme os requisitos fixados pelo Decreto nº 5.622, de 2005, e os referenciais de qualidade próprios.

De acordo com o artigo 44, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o processo de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância tramita em conjunto com o processo de autorização de pelo menos um curso superior na modalidade a distância. Assim, segundo o artigo 12, §1º, do Decreto nº 5.622/2005, o pedido de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância deve ser acompanhado do pedido de autorização de pelo menos um curso nessa modalidade.

¹⁴⁴ O artigo 12 do Decreto nº 5.622/2005 prevê que o pedido de credenciamento da instituição deverá ser formalizado junto ao órgão responsável, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos: “I – habilitação jurídica, regularidade fiscal e capacidade econômico-financeira, conforme dispõe a legislação em vigor; II – histórico de funcionamento da instituição de ensino, quando for o caso; [...] IV – plano de desenvolvimento institucional, para as instituições de educação superior, que contemple a oferta de cursos e programas a distância; V – estatuto da universidade ou centro universitário, ou regimento da instituição isolada de educação superior; VI – projeto pedagógico para os cursos e programas que serão ofertados na modalidade a distância; VII – garantia de corpo técnico e administrativo qualificado; VIII – apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, preferencialmente, com formação para o trabalho com educação a distância; X – apresentar, quando for o caso, os termos de convênios e de acordos de cooperação celebrados entre instituições brasileiras e suas co-sinatárias estrangeiras, para oferta de cursos ou programas a distância; X – descrição detalhada dos serviços de suporte e infraestrutura adequados à realização do projeto pedagógico, relativamente a: a) instalações físicas e infraestrutura tecnológica de suporte e atendimento remoto aos estudantes e professores; b) laboratórios científicos, quando for o caso; c) polo de apoio presencial é a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância; d) bibliotecas adequadas, inclusive com acervo eletrônico remoto e acesso por meio de redes de comunicação e sistemas de informação, com regime de funcionamento e atendimento adequados aos estudantes de educação a distância”.

De acordo com o artigo 17 do Decreto nº 5.773/2006, a Secretaria competente¹⁴⁵, recebe os documentos protocolados e dá impulso ao processo, iniciando-se a fase de análise documental. Nessa fase, a Secretaria competente, de ofício, realiza a análise dos documentos sob os aspectos da regularidade formal (artigo 17, §1º, do Decreto nº 5.773/2006), podendo realizar as diligências¹⁴⁶ necessárias à completa instrução do processo, visando subsidiar a deliberação final das autoridades competentes (artigo 17, §3º, do Decreto nº 5.773/2006). Conforme o artigo 11 da Portaria Normativa nº 40/2007, a fase de análise documental é considerada concluída com o despacho saneador do Secretário competente, que aprecia a instrução, no seu conjunto, e determina a correção das irregularidades sanáveis, se couber, ou o arquivamento¹⁴⁷ do processo, quando a insuficiência de elementos de instrução impedir o seu prosseguimento.

Encerrada a fase de análise documental, com o despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório do Secretário competente, o processo segue ao INEP, para realização da avaliação *in loco* na instituição (artigo 17, §2º, do Decreto nº 5.773/2006).

Nos termos do artigo 13-A da Portaria Normativa nº 40/2007, a atividade de avaliação, sob responsabilidade do INEP, para fins de instrução do processo de credenciamento, tem início a partir do despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório do Secretário competente, e se conclui com a inserção do relatório de avaliação, após a apreciação pela Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), nas hipóteses de impugnação¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Observe-se que embora o artigo 4º, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, estabeleça a competência da Secretaria de Educação a Distância para “instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições específico para oferta de educação superior a distância, promovendo as diligências necessárias”, o artigo 26, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, dispõe que o processo de credenciamento e recredenciamento para oferta de educação na modalidade a distância “será instruído pela Secretaria de Educação Superior ou pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme o caso, com a colaboração da Secretaria de Educação a Distância”. Posteriormente, o artigo 8º, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007, fixou que cabe à SEED apenas a apreciação dos requisitos próprios para oferta da modalidade de educação.

¹⁴⁶ De acordo com o artigo 10 da Portaria Normativa nº 40/2007, após o protocolo, os documentos são submetidos a análise. Conforme o artigo 10, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, caso os documentos sejam omissos ou insuficientes à apreciação conclusiva, o órgão pode determinar ao requerente a realização de diligência, a qual se presta unicamente a esclarecer ou sanar o aspecto apontado. A diligência deve ser atendida no prazo de trinta dias, sob pena de arquivamento do processo (artigo 10, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007). O atendimento à diligência restabelece imediatamente o fluxo do processo (artigo 10, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007). O não atendimento da diligência, no prazo, ocasiona o arquivamento do processo (artigo 10, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

¹⁴⁷ Nos termos do artigo 12 da Portaria Normativa nº 40/2007, do despacho de arquivamento cabe recurso ao Secretário no prazo de dez dias, sendo a sua decisão irrecorrível.

¹⁴⁸ Após a inserção do relatório de avaliação, o INEP notifica a instituição e simultaneamente a Secretaria competente (artigo 16, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007), que têm prazo comum de sessenta dias para impugnar o resultado da avaliação (artigo 16, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007). Havendo impugnação, é aberto prazo comum de vinte dias para contrarrazões da Secretaria competente ou da instituição, conforme

Encerrada a fase de avaliação *in loco* pelo INEP, o processo é remetido para o Secretário competente, que então emite parecer, tendo como base o relatório de avaliação *in loco* do INEP e o conjunto de elementos de instrução que compõem o processo (artigo 17, §4º, do Decreto nº 5.773/2006). Nessa fase é possível ainda realizar diligências¹⁴⁹ para a complementação de informação ou esclarecimento de ponto específico, sendo vedada a reabertura da fase de avaliação.

Observe-se que, no caso de credenciamento de faculdade ou no caso de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, o parecer do Secretário competente inclui a apreciação dos pedidos de autorização dos cursos apresentados juntamente com o credenciamento.

Com o parecer da Secretaria competente, o CNE, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 5.773/2006, delibera, em ato único, motivadamente, sobre a conformidade do estatuto ou do regimento da instituição com a legislação aplicável, a regularidade da instrução processual, realizada documentalmente e na avaliação *in loco*, e o mérito do pedido¹⁵⁰. Da decisão do CNE cabe recurso administrativo, no interesse da instituição, que é julgado pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CP/CNE).

A decisão final do Conselho Nacional de Educação é remetida ao Ministro da Educação para homologação¹⁵¹ (artigo 19 do Decreto nº 5.773/2006), seguindo-se assim,

o caso (artigo 16, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007). De acordo com o artigo 17 da Portaria Normativa nº 40/2007, se houver impugnação pela instituição ou pela Secretaria competente, o processo é submetido à CTAA, que aprecia conjuntamente as manifestações da instituição e da Secretaria competente, e decidirá, motivadamente, por uma dentre as seguintes formas: “I – manutenção do parecer da Comissão de Avaliação; II – reforma do parecer da Comissão de Avaliação, com alteração do conceito, para mais ou para menos, conforme se acolham os argumentos da instituição ou da Secretaria competente; III – anulação do relatório e parecer, com base em falhas na avaliação, determinando a realização de nova visita, na forma do art. 15”. É importante observar que nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a CTAA não efetua, em nenhuma hipótese, diligências nem verificação *in loco*. Além disso, de acordo com o artigo 17, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a decisão da CTAA é irrecorrível, na esfera administrativa, e encerra a fase da avaliação.

¹⁴⁹ Nesse sentido, o artigo 18, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, estabelece que caso a Secretaria competente “considere necessária a complementação de informação ou esclarecimento de ponto específico, poderá baixar o processo em diligência, observado o art. 10, §§2º a 6º, vedada a reabertura da fase de avaliação”.

¹⁵⁰ Observe-se que, nos termos do artigo 10, §10, do Decreto nº 5.773/2006, “os pedidos de ato autorizativo serão decididos tendo por base o relatório de avaliação e o conjunto de elementos de instrução apresentados pelas entidades interessadas no processo ou solicitados pela Secretaria em sua atividade instrutória”.

¹⁵¹ A deliberação da Câmara de Educação Superior ou do Conselho Pleno do CNE, nos termos do artigo 25 da Portaria Normativa nº 40/2007, é encaminhada ao Gabinete do Ministro da Educação, para homologação, que pode solicitar nota técnica à Secretaria competente e parecer jurídico à Consultoria Jurídica, a fim de instruir a homologação (artigo 25, §1º) e/ou devolver o processo ao CNE para reexame, motivadamente (artigo 25, §2º), que deve reexaminar a matéria (artigo 25, §3º). De acordo com o artigo 25, §4º, o processo retorna ao Gabinete, a fim de que o Ministro da Educação homologue o parecer e, se for o caso, expeça o ato autorizativo, que é encaminhado ao Diário Oficial da União, para publicação. De acordo com o artigo 25, §5º, expedido o ato autorizativo ou denegado, motivadamente e de forma definitiva, o pedido, e informada no sistema a data de publicação no Diário Oficial da União, encerra-se o processo na esfera administrativa.

se for o caso, a expedição do ato autorizativo, que é encaminhado ao Diário Oficial da União, para publicação.

De acordo com o artigo 19 da Portaria Normativa nº 40/2007, após a expedição do ato autorizativo a instituição deve manter, no mínimo, as condições informadas ao Ministério da Educação e verificadas por ocasião da avaliação *in loco* do INEP. Assim, qualquer alteração relevante nos pressupostos de expedição do ato autorizativo deve ser processada na forma de pedido de aditamento, sendo que a sua inobservância caracteriza irregularidade, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.773/2006.

4.1.1.2. Recredenciamento

De acordo com o artigo 20 do Decreto nº 5.773/2006, o protocolo do pedido de recredenciamento deve ser feito pela instituição de ensino superior ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído. Isto porque, segundo o artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773/2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Assim, ao final de cada ciclo avaliativo as instituições de ensino superior devem apresentar pedido de recredenciamento, para fins de renovação do ato autorizativo, após processo regular de avaliação. De acordo com o artigo 33, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, “o retardamento do pedido de recredenciamento [...] caracteriza irregularidade administrativa, nos termos do art. 11 do Decreto nº 5.773, de 2006, sendo vedada a admissão de novos estudantes até o saneamento da irregularidade”.

Entretanto, em se tratando de instituições que já tenham obtido o recredenciamento, pelo menos uma vez, o artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que em cada ciclo avaliativo, por deliberação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), homologada pelo Ministro da Educação, pode ser prorrogada a validade dos atos de recredenciamento de instituição, desde que observados os seguintes requisitos, cumulativamente: “ I – indicador satisfatório¹⁵²; no caso [...] de instituição, os IGCs dos três anos que integram o ciclo; II – ato autorizativo válido; III – inexistência de medida de supervisão em vigor”.

¹⁵² De acordo com o artigo 33-A, §2º da Portaria Normativa nº 40/2007, “os indicadores de qualidade serão expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória e, no caso de instituições também serão apresentados em escala contínua”.

Dessa forma, estão sujeitas ao credenciamento obrigatório, as instituições que ainda não foram credenciadas, pelo menos uma vez, e todas as instituições de ensino superior que, ao final do ciclo avaliativo do SINAES, não apresentem, cumulativamente, os requisitos mencionados nos incisos do artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007.

Por outro lado, independentemente da observância dos requisitos cumulativos definidos nos incisos do artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007, o artigo 35-A, §1º, da mesma portaria normativa, estabelece que a CONAES pode, ouvido o INEP, definir critérios de seleção de grupos de instituições para submeterem-se a renovação do ato autorizativo naquele ciclo, hipótese em que o credenciamento é obrigatório também para as instituições de ensino superior que se enquadrem nos critérios definidos pela CONAES, apesar de reunirem, cumulativamente, os requisitos dos incisos do artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007.

Em se tratando de instituições de ensino superior que ainda não tenham sido credenciadas, pelo menos uma vez, que não tenham IGC calculado no ciclo avaliativo do SINAES, ou que não tenham ato autorizativo válido, ou que estejam sob medida de supervisão em vigor, ou ainda aquelas que se enquadrem nos critérios de seleção definidos pela CONAES para fins de credenciamento obrigatório, essas devem protocolar o pedido de credenciamento em observância a regra do artigo 20 do Decreto nº 5.773/2006, ou seja, ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES. É exigido para a instrução do processo de credenciamento a apresentação dos documentos da mantenedora, conforme referidos no artigo 15, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, e, em relação à instituição de ensino superior, a atualização do plano de desenvolvimento institucional, do regimento ou estatuto e das informações relativas ao corpo dirigente, com destaque para as alterações ocorridas após o credenciamento, conforme dispõe o artigo 21 do Decreto nº 5.773/2006.

Em se tratando de instituições de ensino superior que tenham IGC insatisfatório em qualquer dos anos do ciclo avaliativo do SINAES, a regra para protocolo do pedido de credenciamento encontra-se definida no artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007. Tais instituições têm antecipado o prazo para protocolo, que deve ocorrer até trinta dias da publicação do IGC, instruído com os seguintes documentos:

- I – plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva d[a] [...] instituição, em prazo não superior a um ano, aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004;
- II – comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*, ressalvadas as hipóteses legais de isenção.

§1º. Não recolhida a taxa de avaliação *in loco* ou não preenchido o formulário eletrônico de avaliação no prazo regulamentar, o [...] CI reproduzirá o valor do [...] IGC insatisfatório [...], adotando-se o procedimento descrito no art. 34, §9º. §2º. Realizada avaliação *in loco*, será expedido o [...] CI, informado à instituição por meio do sistema eletrônico, com a possibilidade de impugnação, na forma do art. 16.

Ao protocolar o pedido de credenciamento, em qualquer dessas hipóteses, a tramitação do processo segue, no que couber, as disposições processuais referentes ao processo de credenciamento, conforme estabelece o artigo 20, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006. Assim, a tramitação do processo de credenciamento é constituída pelas seguintes fases: protocolo do pedido junto à Secretaria competente, análise documental pela Secretaria competente, avaliação *in loco* pelo INEP, parecer da Secretaria competente, deliberação pelo CNE e homologação da decisão do CNE pelo Ministro da Educação.

Conforme o artigo 22 do Decreto nº 5.773/2006, o deferimento do pedido de credenciamento é condicionado à demonstração do funcionamento regular da instituição e terá como referencial básico os processos de avaliação do SINAES.

A Secretaria competente considera, para fins regulatórios, o último relatório de avaliação disponível¹⁵³ no SINAES, podendo, caso considere necessário, solicitar ao INEP a realização de nova avaliação *in loco* (artigo 22, §1º e §2º, do Decreto nº 5.773/2006). Observe-se, que no caso, de credenciamento por força do disposto no artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007, ou seja, quando a instituição tenha IGC insatisfatório em qualquer dos anos do ciclo avaliativo do SINAES, a avaliação *in loco* deve ocorrer, obrigatoriamente, no curso do processo.

O resultado da avaliação *in loco* do INEP para fins de credenciamento é expresso por meio de um conceito de avaliação, denominado de Conceito de Instituição (CI), consideradas as dimensões analisadas na avaliação institucional externa (artigo 33-C da Portaria Normativa nº 40/2007). De acordo com o artigo 33-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, os conceitos de avaliação são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Do resultado da avaliação *in loco* do INEP, no âmbito da tramitação do processo de credenciamento, surgem duas possibilidades: uma, se a instituição obtém resultado satisfatório; e, outra, se a instituição obtém resultado insatisfatório.

¹⁵³ De acordo com o artigo 75 do Decreto nº 5.773/2006, “as avaliações de instituições e cursos de graduação já em funcionamento, para fins de credenciamento, [...], serão escalonadas em portaria ministerial, com base em proposta da CONAES, ouvidas as Secretarias e o INEP”. Assim, é possível que ao iniciar o processo de credenciamento, a instituição já tenha sido avaliada dentro do ciclo avaliativo.

Se a instituição obtiver resultado satisfatório, ou seja, CI igual ou superior a três, o processo segue para elaboração de parecer pelo Secretário competente, e então é remetido à deliberação do Conselho Nacional de Educação, cuja decisão tem que ser homologada pelo Ministro da Educação.

Se a instituição obtiver resultado insatisfatório, ou seja, CI inferior a três, o processo segue para a celebração de protocolo de compromisso (artigo 23 do Decreto nº 5.773/2006), sendo suspenso o fluxo do processo regulatório em tramitação (artigo 61, §1º, do Decreto nº 5.773/2006), até nova avaliação *in loco*.

Conforme dispõe o artigo 23 do Decreto nº 5.773/2006, a obtenção de resultado insatisfatório da avaliação do SINAES enseja a celebração de protocolo de compromisso, na forma dos artigos 60¹⁵⁴ e 61 do Decreto nº 5.773/2006. No mesmo sentido, o artigo 36 da Portaria Normativa nº 40/2007 especifica que “na hipótese de [...] CI insatisfatório, exaurido o recurso cabível¹⁵⁵, em até 30 (trinta) dias da notificação deverá ser apresentado à Secretaria competente protocolo de compromisso, aprovado pela CPA da instituição, cuja execução deverá ter início imediatamente¹⁵⁶”.

O artigo 61 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que o protocolo de compromisso deve conter:

- I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição com vistas à superação das dificuldades detectadas;
- III – a indicação expressa de metas a serem cumpridas e, quando couber, a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV – o prazo máximo para seu cumprimento; e
- V – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Nos termos do artigo 61, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, a celebração de protocolo de compromisso suspende o fluxo do processo regulatório, até a realização da avaliação que ateste o cumprimento das exigências contidas no protocolo. Ademais, conforme o artigo 61, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, “na vigência de protocolo de compromisso,

¹⁵⁴ De acordo com o artigo 60 do Decreto nº 5.773/2006, “a obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação, nos processos de credenciamento de instituições, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação enseja a celebração de protocolo de compromisso com a instituição de educação superior”.

¹⁵⁵ A respeito dos recursos e procedimentos vide nota de rodapé 148.

¹⁵⁶ Segundo o artigo 36, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a Secretaria competente pode se manifestar sobre o protocolo de compromisso e validar seu prazo e condições ou determinar alterações, considerando o relatório da avaliação *in loco* do INEP ou outros elementos de instrução relevantes. Caso a Secretaria competente não se manifeste, são presumida aceitas as condições fixadas no protocolo de compromisso, conforme dispõe o artigo 36, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007.

poderá ser aplicada a medida¹⁵⁷ prevista no art. 11, §3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos”.

Esgotado o prazo do protocolo de compromisso, a instituição de ensino superior, nos termos do artigo 62 do Decreto nº 5.773/2006, é submetida a nova avaliação *in loco* pelo INEP, para verificar o cumprimento das metas estipuladas, com vistas à alteração ou à manutenção do CI. Assim, o artigo 37 da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que “ao final do prazo do protocolo de compromisso, deverá ser requerida reavaliação¹⁵⁸, acompanhada de relatório de cumprimento do protocolo de compromisso até o momento, ainda que parcial, aprovado pela CPA da instituição e do recolhimento da taxa respectiva”.

Na nova avaliação *in loco*, conforme dispõe o artigo 37, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, é adotado o mesmo instrumento aplicável à avaliação da instituição, sendo atribuído CI reavaliado, destacando os pontos constantes no protocolo de compromisso e na avaliação precedente, sem se limitar a eles, considerando a atividade educacional globalmente.

Do resultado da nova avaliação *in loco* do INEP surgem duas possibilidades: uma, se a instituição obtém a alteração do resultado insatisfatório, com a atribuição de CI igual ou superior a três; e, outra, se a instituição mantém o resultado insatisfatório.

Se a instituição obtiver a alteração do resultado insatisfatório, com a atribuição de CI igual ou superior a três, é reestabelecido o fluxo do processo regulatório suspenso (artigo 43 da Portaria Normativa nº 40/2007), e então o processo segue para elaboração de parecer pelo Secretário competente, e em seguida é remetido à deliberação do Conselho Nacional de Educação, cuja decisão tem que ser homologada pelo Ministro da Educação.

Se a instituição obtiver a manutenção do resultado insatisfatório, ou seja, CI inferior a três, exaurido o recurso cabível¹⁵⁹, o Secretário competente instaura processo administrativo para aplicação de penalidade, que no caso, é a cassação da autorização de funcionamento da instituição de ensino superior, continuando suspenso o fluxo do

¹⁵⁷ Nessa hipótese, de acordo com o artigo 11, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, reproduzido no artigo 36, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007, cabe recurso, sem efeito suspensivo, à CES/CNE, em instância única e irrecorrível, no prazo de trinta dias. Nos termos do artigo 36, §7º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o recurso é recebido pela Secretaria competente, que, em vista das razões apresentadas, pode reconsiderar a decisão, no todo ou em parte.

¹⁵⁸ Se a instituição de ensino superior, nos termos do artigo 37, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, não requerer a nova avaliação, ao final do prazo do protocolo de compromisso, considera-se mantido o conceito insatisfatório, retomando-se o andamento do processo, com a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

¹⁵⁹ A respeito dos recursos e procedimentos vide nota de rodapé 148.

processo regulatório até o encerramento do processo administrativo (artigo 23, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006).

Da instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade, a instituição de ensino superior, segundo o artigo 63, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, é notificada para, no prazo de dez dias, apresentar defesa, tratando das matérias de fato e de direito pertinentes.

Recebida a defesa, nos termos do artigo 63, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, reproduzido no artigo 40 da Portaria Normativa nº 40/2007, o Secretário competente aprecia o conjunto dos elementos do processo e o remete ao CNE para deliberação, com parecer recomendando a aplicação da penalidade cabível ou o seu arquivamento, se considerada satisfatória a defesa.

Se a defesa da instituição não for considerada satisfatória, diante do resultado insatisfatório ou de deficiências que persistam, de acordo com o artigo 40, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o Secretário competente emite parecer pelo descredenciamento da instituição, encaminhando o processo à decisão do CNE. Contudo, conforme o artigo 40, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, em se tratando de limitações de menor gravidade, no caso de centro universitário, o Secretário competente pode opinar pelo credenciamento como faculdade, e no caso de universidade, como centro universitário ou faculdade.

O CNE, ao receber o parecer do Secretário componente, decide sobre o processo administrativo. Com isso, surgem duas possibilidades. A primeira é aquela em que o CNE decide pelo arquivamento do processo administrativo. Nesta hipótese, em conformidade com o artigo 63, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, é retomado o fluxo do processo regulatório e o CNE decide sobre o processo de credenciamento, cuja decisão final tem que ser homologada pelo Ministro da Educação.

A segunda é aquela em que o CNE decide pela aplicação da penalidade. Nesta hipótese, a decisão final do CNE tem que ser homologada pelo Ministro da Educação, e segue, nos termos do artigo 42 da Portaria Normativa nº 40/2007, para a expedição de uma portaria específica pelo Ministro da Educação.

Observe-se que, segundo o artigo 65 do Decreto nº 5.773/2006, à decisão de cassação da autorização de funcionamento da instituição de ensino superior aplica-se o disposto no artigo 57 do Decreto nº 5.773/2006. Dessa forma, a decisão de descredenciamento da instituição implica a cessação imediata do funcionamento da instituição, vedada a admissão de novos estudantes. Com isso, os estudantes matriculados na instituição são transferidos para outra instituição de ensino superior, tendo assegurado o

aproveitamento dos estudos realizados. Na impossibilidade de transferência, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do curso, exclusivamente para fins de expedição de diploma.

Da decisão do CNE cabe, segundo o artigo 63, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, recurso administrativo, na forma de seu regimento interno.

4.1.1.3. Modificações nos Atos Autorizativos de Funcionamento de Instituição de Ensino Superior

Nos termos do artigo 10, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, “qualquer modificação na forma de atuação dos agentes da educação superior após a expedição do ato autorizativo, relativa à mantenedora, à abrangência geográfica das atividades, habilitações, vagas, endereço de oferta dos cursos ou qualquer outro elemento relevante para o exercício das funções educacionais depende de modificação do ato autorizativo originário, que se processará na forma de pedido de aditamento”.

De acordo com o artigo 56 da Portaria Normativa nº 40/2007, o aditamento é processado como incidente dentro de uma etapa da existência legal da instituição. Assim, segundo seu §1º, qualquer ampliação da abrangência original do ato autorizativo, resguardada a autonomia universitária, condiciona-se à comprovação da qualidade da prestação educacional oferecida pela instituição em relação às atividades já autorizadas. Ademais, nos termos do §2º do mesmo artigo, as alterações relevantes dos pressupostos que serviram de base à expedição do ato autorizativo, aptas a produzir impactos significativos sobre os estudantes e a comunidade acadêmica, dependem de aditamento, na forma do artigo 57 da mesma portaria normativa.

A Portaria Normativa especifica, em seu artigo 57, que devem tramitar como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento os seguintes pedidos:

- I – transferência de mantença;
- II – criação de *campus* fora de sede;
- III – alteração da abrangência geográfica, com credenciamento ou descredenciamento voluntário de polo de EAD;
- IV – unificação de mantidas ou alteração de denominação de mantida;
- V – alteração relevante de PDI;
- VI – alteração relevante de Estatuto ou Regimento;
- VII – descredenciamento voluntário de instituição, acompanhado da extinção de todos os seus cursos;
- VIII – alteração de categoria administrativa.

De acordo com o artigo 56, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o pedido de aditamento é decidido pela autoridade que tiver expedido o ato cujo aditamento se requer, observados os procedimentos pertinentes ao processo originário, com as alterações decorrentes do aditamento.

As hipóteses dos incisos I, IV, V, VI, VII e VIII, nos termos do artigo 57, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, são processadas mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação *in loco* apontada pela Secretaria competente após a apreciação dos documentos. As hipóteses dos incisos II e III, segundo do artigo 57, §2º, dependem de avaliação *in loco* e pagamento da taxa respectiva.

Em qualquer dessas hipóteses, de acordo com o artigo 57, §4º, o pedido de aditamento, após análise documental, realização das diligências pertinentes e avaliação *in loco*, quando couber, é apreciado pela Secretaria competente, que elabora parecer e minuta da portaria de ato autorizativo com a alteração dos dados objeto do aditamento, encaminhando o processo ao CNE, para deliberação.

Em relação à transferência de manutenção, o artigo 58 estabelece que tal procedimento é instruído com os elementos referidos no artigo 15, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, do adquirente da manutenção, acrescido do instrumento de aquisição, transferência de quotas, alteração do controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. De acordo com o artigo 58, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, as alterações do controle societário da mantenedora são processadas na mesma forma.

Observe-se que o Decreto nº 5.773/2006 também determina em seu artigo 25 que a alteração da manutenção de qualquer instituição de ensino superior deve ser submetida ao Ministério da Educação e que o novo mantenedor tem que apresentar os documentos referidos no artigo 15, inciso I, além do instrumento jurídico que dá base à transferência de manutenção. Ademais, o artigo 25, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, veda a transferência de cursos ou programas entre mantenedoras, e nos termos do artigo 25, §4º, não admite a transferência de manutenção em favor de postulante que, diretamente ou por qualquer entidade mantida, tenha recebido penalidades em matéria de educação superior perante o sistema federal de ensino, nos últimos cinco anos.

No curso da análise documental, a Secretaria competente pode baixar o processo em diligência, solicitando documentos complementares que se façam necessários para comprovar a condição de continuidade da prestação do serviço educacional pelo adquirente (artigo 58, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007). O artigo 25, §5º, do Decreto nº

5.773/2006, também estabelece que, no exercício da atividade instrutória, a Secretaria pode solicitar a apresentação de documentos que informem sobre as condições econômicas da entidade que cede a manutenção, tais como certidões de regularidade fiscal e outros, visando obter informações circunstanciadas sobre as condições de autofinanciamento da instituição, no intuito de preservar a atividade educacional e o interesse dos estudantes.

Em relação ao credenciamento de *campus* fora de sede, o artigo 59 da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que este é instruído com os seguintes documentos:

- I – alteração do PDI, relativa à ampliação da área de abrangência, com indicação dos cursos previstos para o novo *campus*;
 - II – pedido de autorização de pelo menos um curso no novo *campus*;
 - III – comprovante de recolhimento da taxa de avaliação, na forma do art. 8º, I.
- §1º. A oferta de curso fora de sede em unidade credenciada sem regime de autonomia depende de autorização específica.
- §2º. O reconhecimento de curso não autorizado oferecido em *campus* fora de sede condiciona-se à demonstração da regularidade do regime de autonomia, nos termos do art. 72 do Decreto nº 5.773, de 2006.
- §3º. O curso oferecido por centro universitário em unidade fora de sede credenciada ou autorizada antes da edição do Decreto nº 3.860, de 2001, depende de autorização específica, em cada caso.

Observe-se que o artigo 24 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que as universidades podem pedir credenciamento de *campus* fora de sede, em Município diverso da abrangência geográfica do ato de credenciamento em vigor, desde que no mesmo Estado. Assim, embora o *campus* fora de sede passe a integrar o conjunto da universidade, ele não goza de prerrogativas de autonomia (artigo 24, §1º). Nesse sentido, o artigo 24, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, especifica que é vedada a oferta de curso em *campus* fora da sede sem o prévio credenciamento deste e autorização específica do curso.

Embora, em princípio, a limitação da autonomia das universidades pelo Decreto nº 5.773/2006 possa indicar uma violação do artigo 207 da Constituição Federal, vemos que, pelo disposto no artigo 53, inciso I, da LDB, no exercício de sua autonomia é assegurado às universidades “criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino”. Portanto, nesse sentido, o Decreto nº 5.773/2006 apenas estabelece os procedimentos necessários para que as universidades possam vir a oferecer cursos superiores em unidade diferente de sua sede.

Em relação à alteração da abrangência geográfica, com credenciamento ou descredenciamento voluntário de polo de EAD, o artigo 60 da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que “a instituição poderá requerer a ampliação da abrangência de

atuação, por meio do aumento do número de polos de apoio presencial, na forma de aditamento ao ato de credenciamento para EAD”.

O pedido, nos termos do artigo 60, §1º e §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007, que somente pode ser efetuado após o reconhecimento do primeiro curso a distância da instituição, é instruído com documentos que comprovem a existência de estrutura física e recursos humanos necessários e adequados ao funcionamento dos polos, observados os referenciais de qualidade, além do comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*.

Em relação à alteração relevante de PDI e à alteração relevante de estatuto ou regimento, o artigo 57, §5º da Portaria Normativa nº 40/2007, estabelece que “a alteração do PDI para inclusão de cursos, bem como as hipóteses arroladas nos incisos do *caput*, são sempre relevantes. A relevância das demais alterações no PDI, Estatuto ou Regimento ficará a critério da instituição, que optará, com base nesse entendimento, por submeter a alteração ao MEC na forma de aditamento ou no momento da renovação do ato autorizativo em vigor”.

Em relação ao credenciamento voluntário de instituição, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, o artigo 57, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que “o credenciamento voluntário de instituição somente poderá ocorrer após a emissão de todos os diplomas e certificados, bem como da organização do acervo acadêmico”.

Conforme estabelece o artigo 56, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007, as alterações de menor relevância dispensam pedido de aditamento, devendo ser informadas imediatamente ao público, de modo a preservar os interesses dos estudantes e da comunidade universitária, e apresentadas ao Ministério da Educação, na forma de atualização, posteriormente integrando o conjunto de informações da instituição a serem apresentadas por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor. Dessa forma, de acordo com o artigo 56-A, as alterações de menor relevância são processadas mediante simples atualização, a qualquer tempo, dispensando pedido de aditamento, e são apreciadas com o conjunto das informações pertinentes ao curso ou instituição por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor.

O artigo 56-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, especifica que podem ser processadas como atualizações, entre outras, as seguintes situações:

I – remanejamento de vagas já autorizadas entre turnos de um mesmo curso presencial ou a criação de turno, nas mesmas condições;

- II – aumento de vagas em cursos oferecidos por instituições com autonomia, com IGC e CI satisfatórios, comprovando-se aprovação pelo órgão competente da instituição em campo próprio do sistema;
- III – alteração da situação do curso de “em funcionamento” para “em extinção” ou “extinto”¹⁶⁰;
- IV – inserção de novos endereços de instituições, com autonomia dentro do mesmo Município, com exceção da criação de novos polos de apoio presencial, sujeita a credenciamento, nos termos do art. 57, III.

Observe-se que a limitação imposta pelo artigo 56-A, §1º, inciso II, à autonomia das instituições que as detêm, em função de IGC ou CI insatisfatórios, somente pode ocorrer se a instituição tiver penalidade aplicada de suspensão temporária das prerrogativas de autonomia. Caso contrário, qualquer instituição com autonomia pode proceder ao aumento de vagas em seus cursos superiores na forma de atualização, independentemente de aditamento ao ato autorizativo.

4.1.2. Atos Autorizativos de Funcionamento de Oferta de Cursos de Graduação

4.1.2.1. Autorização

O ato de autorização, segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), constitui ato administrativo unilateral, vinculado, de natureza constitutiva, na medida em que possibilita o funcionamento inicial do curso superior. A autora (2000) explica que é ato vinculado porque, uma vez atendidos os requisitos estabelecidos pela lei, verificados mediante processo regular de avaliação, o Poder Executivo está obrigado a autorizar o curso.

De acordo com o artigo 27 do Decreto nº 5.773/2006, a oferta de cursos superiores em faculdade depende de autorização do Ministério da Educação. Os centros universitários e as universidades, nos limites de sua autonomia, independem de autorização para funcionamento de cursos superiores, devendo informar à Secretaria competente os cursos abertos no prazo de sessenta dias¹⁶¹. Nos termos do artigo 28, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, os centros universitários e as universidades devem informar ainda à Secretaria competente a abertura de novas turmas, cursos congêneres e toda alteração que importe

¹⁶⁰ Nos termos do artigo 56-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a alteração da situação do curso de “em extinção” para “extinto” só pode ocorrer no caso de cursos reconhecidos.

¹⁶¹ Observe-se que o artigo 31, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, estabelece prazo diverso daquele previsto no artigo 27 do Decreto nº 5.773/2006 para a informação dos cursos abertos por centros universitários e universidades. Segundo o artigo 31, §1º, “os cursos oferecidos por instituições autônomas, não sujeitos a autorização, serão informados no Cadastro e-MEC, no prazo de até 30 (trinta) dias da aprovação pelo Conselho Superior competente da instituição, [...]”.

aumento no número de estudantes da instituição ou modificação das condições constantes do ato de credenciamento.

Entretanto, o artigo 28, §2º, do mesmo decreto, estabelece que a autonomia dos centros universitários e das universidades para a criação de cursos superiores não se aplica aos cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, os quais devem ser submetidos, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ou do Conselho Nacional de Saúde (CNS), previamente à autorização pelo Ministério da Educação. Ademais, as universidades não possuem autonomia para a criação de cursos superiores em *campi* fora da sede. Nesse sentido, o artigo 24, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, especifica que é vedada a oferta de curso em *campus* fora da sede sem o prévio credenciamento deste fora de sede e autorização específica do curso.

Dessa forma, sujeitam-se ao ato administrativo de autorização todos os cursos superiores que venham a ser oferecidos por faculdades; os cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia que venham a ser oferecidos por centros universitários e universidades e todos os cursos superiores que venham a ser oferecidos por universidades em *campus* fora de sede.

A tramitação do processo de autorização encontra-se disciplinada no artigo 29 do Decreto nº 5.773/2006, sendo constituída de protocolo do pedido junto à Secretaria competente, análise documental pela Secretaria competente, avaliação *in loco* pelo INEP e decisão da Secretaria competente.

Em se tratando de pedido de autorização de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, estes sujeitam-se a uma fase específica (artigo 28, §2º e §3º, do Decreto nº 5.773/2006)¹⁶², com a abertura de vistas para manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso de cursos de direito, e do CNS, no caso de cursos de medicina, odontologia e psicologia, cuja manifestação subsidia a apreciação de mérito da Secretaria competente, por ocasião da impugnação ao parecer da Comissão de Avaliação do INEP.

As competências dos órgãos federais de educação superior que integram o sistema federal de ensino para autorização de cursos superiores encontram-se estabelecidas no Decreto nº 5.773/2006 nos seguintes termos:

¹⁶² De acordo com o artigo 29, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o processo no Ministério da Educação tramitará de forma independente e simultânea à análise pelos referidos entes, conforme o caso, cuja manifestação subsidia a apreciação de mérito da Secretaria competente, por ocasião da impugnação ao resultado da avaliação *in loco* do INEP.

Art. 4º. Ao Ministro de Estado da Educação, como autoridade máxima da educação superior no sistema federal de ensino, compete, no que respeita às funções disciplinadas por este Decreto:

[...]

IV – homologar pareceres e propostas de atos normativos aprovadas pelo CNE; e

[...]

Art. 5º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao Ministério da Educação, por intermédio de suas Secretarias, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior, em suas respectivas áreas de atuação.

§1º. No âmbito do Ministério da Educação, além do Ministro de Estado da Educação, desempenharão as funções regidas por este Decreto a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância, na execução de suas respectivas competências.

§2º. À Secretaria de Educação Superior compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, promovendo as diligências necessárias;

[...]

§3º. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, promovendo as diligências necessárias;

[...]

§4º. À Secretaria de Educação a Distância compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância, promovendo as diligências necessárias;

[...]

Art. 6º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao CNE:

[...]

VIII – julgar recursos, nas hipóteses previstas neste Decreto;

[...]

Art. 7º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao INEP:

I – realizar visitas para avaliação *in loco* [...] nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;

[...]

Para o protocolo do pedido de autorização junto à Secretaria competente, a instituição tem que apresentar os documentos exigidos pelo artigo 30 do Decreto nº 5.773/2006, quais sejam:

I – comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*;

II – projeto pedagógico do curso, informando número de alunos, turnos, programa do curso e demais elementos acadêmicos pertinentes;

III – relação de docentes, acompanhada de termo de compromisso firmado com a instituição, informando-se a respectiva titulação, carga horária e regime de trabalho; e

IV – comprovante de disponibilidade do imóvel.

De acordo com o artigo 26 da Portaria Normativa nº 40/2007, para a solicitação de autorização de cursos superiores é indispensável que estes constem de PDI já submetido à apreciação dos órgãos competentes do Ministério da Educação, por ocasião do credenciamento ou recredenciamento da instituição de educação superior, ou por aditamento do plano de desenvolvimento institucional da instituição.

Para o protocolo do pedido de autorização de cursos superiores de tecnologia, o artigo 28 da Portaria Normativa nº 40/2007 exige que a instituição também informe se o pedido tem por base o catálogo instituído pela Portaria nº 10, de 28 de julho de 2006, com base no artigo 42¹⁶³ do Decreto nº 5.773/2006, ou tem caráter experimental¹⁶⁴, nos termos do artigo 81 da Lei nº 9.394/1996.

Para o protocolo do pedido de autorização de cursos superiores na modalidade a distância, o artigo 54 da Portaria Normativa nº 40/2007 exige que a instituição cumpra os requisitos pertinentes aos demais cursos superiores, informando projeto pedagógico, professores comprometidos, tutores de EAD e outros dados relevantes para o ato autorizativo.

De acordo com artigo 31 do Decreto nº 5.773/2006, a Secretaria competente recebe os documentos protocolados e dá impulso ao processo, iniciando-se a fase de análise documental. Nessa fase, a Secretaria competente, de ofício, realiza a análise documental sob os aspectos da regularidade formal, podendo realizar as diligências¹⁶⁵ necessárias à completa instrução do processo (artigo 31, §1º, do Decreto nº 5.773/2006). Conforme o artigo 11 da Portaria Normativa nº 40/2007, a fase de análise documental é considerada concluída com o despacho saneador competente, que aprecia a instrução no seu conjunto e determina a correção das irregularidades sanáveis, se couber, ou o arquivamento¹⁶⁶ do processo quando a insuficiência de elementos de instrução impedir o seu prosseguimento.

¹⁶³ De acordo com o artigo 42 do Decreto nº 5.773/2006, os pedidos de autorização de cursos superiores de tecnologia devem ter como base o catálogo de denominações de cursos publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. O artigo 43 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que a inclusão no catálogo de denominação de curso superior de tecnologia com o respectivo perfil profissional se dá pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, de ofício ou a requerimento da instituição. O pedido, quando requerido pela instituição, é instruído com os elementos que demonstrem a consistência da área técnica definida, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais. O CNE, mediante proposta fundamentada da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, delibera sobre a exclusão de denominação de curso do catálogo.

¹⁶⁴ Segundo o artigo 28, parágrafo único, da Portaria Normativa nº 40/2007, os cursos experimentais sujeitam-se a consulta prévia à SETEC, que, ao deferir a tramitação do pedido com esse caráter, indica a área do curso para efeito de definição do perfil da comissão de avaliação pelo INEP.

¹⁶⁵ A respeito da Secretaria competente vide nota de rodapé 145.

¹⁶⁶ A respeito desse assunto vide nota de rodapé 146.

A Secretaria competente também solicita, nos termos do artigo 31, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, parecer da Secretaria de Educação a Distância, quando se tratar de curso superior na modalidade a distância, e, nos termos do artigo 31, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, oficia o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou o CNS, nas hipóteses do artigo 28 do Decreto nº 5.773/2006, ou seja, em se tratando de autorização de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, respectivamente¹⁶⁷.

Encerrada a fase de análise documental, com o despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório do Secretário competente, o processo segue para o INEP para realização da avaliação *in loco* no curso (artigo 31, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, e artigo 13 da Portaria Normativa nº 40/2007), se for o caso¹⁶⁸.

¹⁶⁷ Conforme estabelece o artigo 28, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou o CNS tem prazo de sessenta dias para manifestação, prorrogável por igual período, a requerimento da OAB ou do CNS. A Portaria Normativa nº 40/2007, em seu artigo 29, especifica que: “Art. 29. [...] §5º. O processo no MEC tramitará de forma independente e simultânea à análise pelos entes referidos [...], conforme o caso, cuja manifestação subsidiará a apreciação de mérito da Secretaria competente, por ocasião da impugnação ao parecer da Comissão de Avaliação do INEP. §6º. Caso a manifestação da OAB ou CNS, [...], observado o limite fixado no Decreto nº 5.773, de 2006, extrapole o prazo de impugnação da Secretaria, este último ficará sobrestado até o fim do prazo dos órgãos referidos e por mais dez dias, a fim de que a Secretaria competente possa considerar as informações e elementos por eles referidos. §7º. Nos pedidos de autorização de curso de Direito sem parecer favorável da OAB ou de Medicina, Odontologia e os demais referidos no art. 28, §2º, do Decreto nº 5.773, de 2006, sem parecer favorável do CNS, quando o conceito da avaliação do INEP for satisfatório, a SESu impugnar, de ofício, à CTAA. §8º. Os pedidos de autorização de cursos de Medicina deverão ser instruídos com elementos específicos de avaliação, que possam subsidiar a decisão administrativa em relação aos seguintes aspectos: I – demonstração da relevância social, com base na demanda social e sua relação com a ampliação do acesso à educação superior, observados parâmetros de qualidade; II – demonstração da integração do curso com a gestão local e regional do Sistema Único de Saúde – SUS; III – comprovação da disponibilidade de hospital de ensino, próprio ou conveniado por período mínimo de dez anos, com maioria de atendimentos pelo SUS; IV – indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores: a) com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente. §9º. Os pedidos de autorização de cursos de Direito deverão ser instruídos com elementos específicos de avaliação, que possam subsidiar a decisão administrativa em relação aos seguintes aspectos: I – a demonstração da relevância social, com base na demanda social e sua relação com a ampliação do acesso à educação superior, observados parâmetros de qualidade; II – indicação da existência de um núcleo docente estruturante, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e desenvolvimento, composto por professores: a) com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente na instituição e em outras instituições”.

¹⁶⁸ Em se tratando de instituições de ensino superior já credenciadas, a fase de avaliação *in loco* pelo INEP pode ser dispensada em observância às regras dos artigos 11-A e 11-B da Portaria Normativa nº 40/2007. Assim, nos pedidos de autorização de cursos presenciais, a avaliação *in loco* pode ser dispensada, por decisão do Secretário competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado, condicionada ao CI e IGC da instituição mais recentes, iguais ou superiores a três, cumulativamente. Observe-se que esta hipótese não se aplica quando se tratar de autorização de cursos de direito, medicina, odontologia ou psicologia. Nos pedidos de autorização de cursos na modalidade a distância, a avaliação *in loco* pode ser dispensada, por decisão do Secretário competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado, condicionada ao CI e IGC da instituição mais recentes iguais ou superiores a quatro, cumulativamente.

Nos termos do artigo 13-A da Portaria Normativa nº 40/2007, a atividade de avaliação, sob responsabilidade do INEP, para fins de instrução do processo de autorização de curso superior, tem início com o despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório da Secretaria competente, e termina com a inserção do relatório de avaliação, após a apreciação pela CTAA, nas hipóteses de impugnação¹⁶⁹.

Encerrada a fase de avaliação *in loco* pelo INEP, o processo é remetido para a Secretaria competente, que então realiza a análise do mérito do pedido, tendo como base o relatório de avaliação *in loco* do INEP e o conjunto de elementos de instrução que compõem o processo, e ao final decide sobre o pedido (artigo 31, §4º, do Decreto nº 5.773/2006). Nessa fase é possível ainda realizar diligências¹⁷⁰ para a complementação de informação ou esclarecimento de ponto específico, sendo vedada a reabertura da fase de avaliação.

De acordo com o artigo 32 do Decreto nº 5.773/2006, o Secretário competente pode, em cumprimento das normas gerais da educação nacional, deferir o pedido de autorização de curso superior; deferir o pedido de autorização, em caráter experimental, nos termos do artigo 81 da Lei nº 9.394/1996; ou indeferir, motivadamente, o pedido de autorização.

Nos processos de autorização de cursos superiores de tecnologia, segundo o artigo 44 do Decreto nº 5.773/2006, o deferimento do pedido de autorização pode ocorrer com base no catálogo de denominações de cursos publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; com a determinação de inclusão da denominação do curso no catálogo; ou, ainda, em caráter experimental, nos termos do artigo 81 da Lei nº 9.394/1996.

Em todo caso, se a decisão for pelo deferimento do pedido de autorização do curso superior, o ato autorizativo é encaminhado para publicação no Diário Oficial da União, conforme dispõe o artigo 18, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007.

Se a decisão for pelo indeferimento do pedido de autorização do curso superior, é aberto prazo de trinta dias para a instituição de ensino superior apresentar recurso administrativo ao Conselho Nacional de Educação, conforme dispõe o artigo 33 do Decreto nº 5.773/2006, reproduzido no artigo 31, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007,

¹⁶⁹ A respeito dos recursos e procedimentos vide nota de rodapé 148.

¹⁷⁰ Nesse sentido, o artigo 18, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, estabelece que, caso a Secretaria competente “considere necessária a complementação de informação ou esclarecimento de ponto específico, pode baixar o processo em diligência, observado o art. 10, §§2º a 6º, vedada a reabertura da fase de avaliação”.

O recurso administrativo das decisões denegatórias de autorização é julgado, em instância única, pela Câmara de Educação Superior do CNE e sua decisão é irrecorrível na esfera administrativa, sendo submetida à homologação¹⁷¹ do Ministro da Educação, conforme dispõe o artigo 31, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007.

De acordo com o artigo 31, §7º, da Portaria Normativa nº 40/2007, mantido o entendimento desfavorável pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com a homologação ministerial, a decisão importa no indeferimento do pedido de autorização, vedado, em qualquer caso, o ingresso de novos alunos.

Nos termos do artigo 18, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007, no caso de pedido de autorização de curso superior relacionado a pedido de credenciamento de instituição de ensino superior, após a homologação, pelo Ministro da Educação, do parecer favorável ao credenciamento, expedido o ato respectivo, a Secretaria competente encaminha à publicação a portaria de autorização do curso. Contudo, nos termos do artigo 18, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, se indeferido o pedido de credenciamento, o pedido de autorização relacionado é arquivado.

De acordo com o artigo 32 da Portaria Normativa nº 40/2007, após a expedição do ato autorizativo do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais são verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.

Observe-se que, nos termos do artigo 68 do Decreto nº 5.773/2006, a contar da publicação do ato autorizativo, a instituição tem prazo de doze meses para iniciar o funcionamento do curso, sob pena de caducidade, sendo considerado início de funcionamento do curso a oferta efetiva de aulas (artigo 68, §2º). Dessa forma, o artigo 30, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007 especifica que, até trinta dias após o início do curso, a instituição deve informar a data da oferta efetiva.

4.1.2.2. Reconhecimento

O ato de reconhecimento, segundo Nina Beatriz Stocco Ranieri (2000), constitui ato administrativo unilateral, vinculado, de natureza declaratória, na medida em que declara algo já existente. A autora (2000) explica que é ato vinculado porque, uma vez

¹⁷¹ A respeito desse assunto vide nota de rodapé 150.

atendidos os requisitos estabelecidos pela lei, verificados mediante processo regular de avaliação, o Poder Executivo está obrigado a reconhecer o curso.

O artigo 34 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que o reconhecimento de cursos superiores é condição necessária, juntamente com o registro, para a validade nacional dos respectivos diplomas. Trata-se, portanto, de ato necessário para os cursos superiores oferecidos por faculdades, centros universitários e universidades¹⁷². Dessa forma, sujeitam-se ao ato administrativo de reconhecimento todos os cursos superiores que venham a ser oferecidos por faculdades, centros universitários e universidades.

De acordo com o artigo 35 do mesmo decreto, o protocolo do pedido de reconhecimento de curso deve ser feito pela instituição de ensino superior no período entre a metade do prazo previsto para a integralização de sua carga horária e setenta e cinco por cento desse prazo.

Ao protocolar o pedido de reconhecimento, a tramitação do processo segue, no que couber, as disposições processuais referentes ao processo de autorização, conforme estabelece o artigo 31 da Portaria Normativa nº 40/2007. Assim, a tramitação do processo de reconhecimento é constituída pelas seguintes fases: protocolo do pedido junto à Secretaria competente, análise documental pela Secretaria competente, avaliação *in loco* pelo INEP e decisão da Secretaria competente.

Em se tratando de pedido de reconhecimento de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, estes sujeitam-se a uma fase específica (artigo 36, §1º, do Decreto nº 5.773/2006), com a abertura de vistas para manifestação do Conselho Federal da OAB, no caso de cursos de direito, e do CNS, no caso de cursos de medicina, odontologia e psicologia. Em se tratando de pedido de reconhecimento de cursos de licenciatura, estes sujeitam-se a uma fase específica (artigo 36, §2º, do Decreto nº 5.773/2006), com a abertura de vistas para manifestação do Conselho Técnico Científico da Educação Básica, da CAPES. Em se tratando de pedido de reconhecimento de cursos correspondentes à profissão regulamentada, estes sujeitam-se a uma fase específica (artigo 37 do Decreto nº 5.773/2006), com a abertura de vistas para manifestação do respectivo órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional. Em todos esses casos, nos termos do artigo 29, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a manifestação dos referidos

¹⁷² Nos termos do artigo 34, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006, “o reconhecimento de curso na sede não se estende às unidades fora de sede, para registro do diploma ou qualquer outro fim”. Assim, independentemente do reconhecimento do curso superior oferecido na sede, as universidades devem protocolar pedido de reconhecimento para os cursos superiores oferecidos fora de sede.

entes subsidia a apreciação de mérito da Secretaria competente, por ocasião da impugnação ao resultado da avaliação *in loco* do INEP.

As competências dos órgãos federais de educação superior, que integram o sistema federal de ensino, para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores encontram-se estabelecidas no Decreto nº 5.773/2006 nos seguintes termos:

Art. 4º. Ao Ministro de Estado da Educação, como autoridade máxima da educação superior no sistema federal de ensino, compete, no que respeita às funções disciplinadas por este Decreto:

[...]

IV – homologar pareceres e propostas de atos normativos aprovadas pelo CNE; e

[...]

Art. 5º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao Ministério da Educação, por intermédio de suas Secretarias, exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior, em suas respectivas áreas de atuação.

§1º. No âmbito do Ministério da Educação, além do Ministro de Estado da Educação, desempenharão as funções regidas por este Decreto a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância, na execução de suas respectivas competências.

§2º. À Secretaria de Educação Superior compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais, promovendo as diligências necessárias;

[...]

VII – celebrar protocolos de compromisso, na forma dos arts. 60 e 61; e

[...]

§3º. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, promovendo as diligências necessárias;

[...]

IX – celebrar protocolos de compromisso, na forma dos arts. 60 e 61; e

[...]

§4º. À Secretaria de Educação a Distância compete especialmente:

[...]

II – instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância, promovendo as diligências necessárias;

[...]

Art. 6º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao CNE:

[...]

VII – aplicar as penalidades previstas no Capítulo IV¹⁷³ deste Decreto;

VIII – julgar recursos, nas hipóteses previstas neste Decreto;

[...]

Art. 7º. No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao INEP:

I – realizar visitas para avaliação *in loco* [...] nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;

[...]

¹⁷³ O Capítulo IV, do Decreto nº 5.773/2006, trata da avaliação.

Para o protocolo do pedido de reconhecimento, a instituição deve apresentar os documentos exigidos pelo artigo 35, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, quais sejam:

- I – comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*;
- II – projeto pedagógico do curso, incluindo número de alunos, turnos e demais elementos acadêmicos pertinentes;
- III – relação de docentes, constante do cadastro nacional de docentes¹⁷⁴; e
- IV – comprovante de disponibilidade do imóvel.

Ficam dispensados do cumprimento dos incisos II e IV os cursos que foram autorizados nos termos do Decreto nº 5.773/2006, os quais devem apresentar apenas os elementos de atualização dos documentos juntados por ocasião do processo de autorização (artigo 35, §2º, do Decreto nº 5.773/2006).

De acordo com o artigo 37, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, a Secretaria competente recebe os documentos protocolados e dá impulso ao processo, iniciando-se a fase de análise documental. Nessa fase, a Secretaria competente, de ofício, procede à análise documental, sob os aspectos da regularidade formal, podendo realizar as diligências¹⁷⁵ necessárias à completa instrução do processo. Conforme o artigo 11 da Portaria Normativa nº 40/2007, a fase de análise documental é considerada concluída com o despacho saneador do Secretário competente, que aprecia a instrução no seu conjunto e determina a correção das irregularidades sanáveis, se couber, ou o arquivamento¹⁷⁶ do processo, quando a insuficiência de elementos de instrução impedir o seu prosseguimento.

O artigo 31, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007 dispõe que, na hipótese de insuficiência de documentos, na fase de instrução documental, a decisão de arquivamento do processo, exaurido o recurso, implica o reconhecimento do curso apenas para fim de expedição e registro de diploma, vedado o ingresso de novos alunos, ou o indeferimento do pedido de reconhecimento, com a determinação da transferência de alunos.

A Secretaria competente oficia, nos termos dos artigos 36 e 37 do Decreto nº 5.773/2006, o Conselho Federal da OAB, o CNS, o Conselho Técnico Científico da

¹⁷⁴ O Cadastro Nacional de Docentes, instituído pela Portaria MEC nº 327, de 1 de fevereiro de 2005, é um sistema informatizado de dados e informações relativas aos docentes dos cursos ministrados pelas instituições de ensino superior. É a base de dados oficial sobre os docentes vinculados às instituições de educação superior em funcionamento. As instituições são responsáveis pela atualização periódica e validação dos dados, quando solicitadas pelos órgãos do Ministério da Educação ou autarquias vinculadas (artigo 61-G da Portaria Normativa nº 40/2007)

¹⁷⁵ A respeito da Secretaria competente vide nota de rodapé 145.

¹⁷⁶ A respeito desse assunto vide nota de rodapé 146.

Educação Básica, da CAPES, ou o respectivo órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, conforme o curso cujo reconhecimento é pleiteado¹⁷⁷.

Encerrada a fase de análise documental, com o despacho saneador satisfatório ou parcialmente satisfatório do Secretário competente, o processo segue para o INEP para realização da avaliação *in loco* no curso, se for o caso¹⁷⁸. Isto porque, nos termos do artigo 35, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, a Secretaria competente considera, para fins regulatórios, o último relatório de avaliação disponível no SINAES, podendo, caso considere necessário, segundo o artigo 35, §4º, solicitar ao INEP a realização de nova avaliação *in loco*.

De acordo com o artigo 31, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a avaliação realizada por ocasião do reconhecimento do curso afere a permanência das condições informadas por ocasião da autorização, bem como o atendimento satisfatório aos requisitos de qualidade definidos no instrumento de avaliação apropriado.

De acordo com o artigo 38 do Decreto nº 5.773/2006, o deferimento do pedido de reconhecimento tem como referencial básico os processos de avaliação do SINAES.

Do resultado da avaliação *in loco* do INEP, no âmbito da tramitação do processo de reconhecimento, surgem duas possibilidades: se o curso obtém resultado satisfatório ou se obtém resultado insatisfatório.

¹⁷⁷ Tratando-se de pedido de reconhecimento de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, este deve ser submetido, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da OAB ou do CNS, conforme estabelece o artigo 36 do Decreto nº 5.773/2006, que têm o prazo de sessenta dias para manifestação, prorrogável por igual período, a requerimento da OAB ou do CNS (artigo 29, §1º e §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007). De acordo com o artigo 29, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007, caso a manifestação da OAB ou CNS, observado o limite fixado no Decreto nº 5.773/2006, extrapole o prazo de impugnação da Secretaria, este último fica sobrestado até o fim do prazo dos órgãos referidos e por mais dez dias, a fim de que a Secretaria competente possa considerar as informações e elementos por eles referidos. Nos processos de reconhecimento dos cursos de licenciatura, o Conselho Técnico Científico da Educação Básica, da CAPES, pode se manifestar, aplicando-se, no que couber, as disposições procedimentais que regem a manifestação dos conselhos de regulamentação profissional (artigo 36, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, e artigo 29, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007). De acordo com o artigo 37 do Decreto nº 5.773/2006 e artigo 29, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007, no caso de curso correspondente a profissão regulamentada, a Secretaria abre prazo para que o respectivo órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional, querendo, ofereça subsídios à decisão do Ministério da Educação, em sessenta dias). A Portaria Normativa nº 40/2007, em seu artigo 29, especifica que: “Art. 29. [...] §5º. O processo no MEC tramitará de forma independente e simultânea à análise pelos entes referidos [...], conforme o caso, cuja manifestação subsidiará a apreciação de mérito da Secretaria competente, por ocasião da impugnação ao parecer da Comissão de Avaliação do INEP. §6º. Caso a manifestação da OAB ou CNS, [...], observado o limite fixado no Decreto nº 5.773, de 2006, extrapole o prazo de impugnação da Secretaria, este último ficará sobrestado até o fim do prazo dos órgãos referidos e por mais dez dias, a fim de que a Secretaria competente possa considerar as informações e elementos por eles referidos”.

¹⁷⁸ De acordo com o artigo 75 do Decreto nº 5.773/2006, “as avaliações de instituições e cursos de graduação já em funcionamento, para fins de credenciamento, reconhecimento e renovação de reconhecimento, serão escalonadas em portaria ministerial, com base em proposta da CONAES, ouvidas as Secretarias e o INEP”.

Se o curso obtiver resultado satisfatório, o processo seguirá para decisão do Secretário competente, e culminará com a expedição do ato autorizativo. Se obtiver resultado insatisfatório, o processo seguirá para a celebração de protocolo de compromisso (artigo 39 do Decreto nº 5.773/2006), sendo suspenso o fluxo do processo regulatório em tramitação (artigo 61, §1º, do Decreto nº 5.773/2006), até nova avaliação *in loco*.

Conforme dispõe o artigo 39 do Decreto nº 5.773/2006, a obtenção de resultado insatisfatório da avaliação do SINAES enseja a celebração de protocolo de compromisso, na forma do artigos 60¹⁷⁹ e 61 do Decreto nº 5.773/2006.

O artigo 61 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que o protocolo de compromisso deverá conter:

- I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição com vistas à superação das dificuldades detectadas;
- III – a indicação expressa de metas a serem cumpridas e, quando couber, a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
- IV – o prazo máximo para seu cumprimento; e
- V – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Nos termos do artigo 61, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, a celebração de protocolo de compromisso suspende o fluxo do processo regulatório até a realização da avaliação que ateste o cumprimento das exigências contidas no protocolo. Ademais, conforme o artigo 61, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, “na vigência de protocolo de compromisso, poderá ser aplicada a medida prevista no art. 11, §3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos”.

Esgotado o prazo do protocolo de compromisso, o curso, nos termos do artigo 62 do Decreto nº 5.773/2006, é submetido a nova avaliação *in loco* pelo INEP, para verificar o cumprimento das metas estipuladas, com vistas à alteração ou à manutenção do resultado insatisfatório.

Do resultado da nova avaliação *in loco* do INEP surgem duas possibilidades: uma, se o curso obtém a alteração do resultado insatisfatório; e, outra, se o curso mantém o resultado insatisfatório.

Se o curso obtiver a alteração do resultado insatisfatório, com a atribuição de resultado satisfatório, é reestabelecido o fluxo do processo regulatório, e então o processo

¹⁷⁹ De acordo com o artigo 60 do Decreto nº 5.773/2006, “a obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação, nos processos de [...] reconhecimento [...] de cursos de graduação enseja a celebração de protocolo de compromisso com a instituição de educação superior”.

segue para decisão do Secretário competente, e culmina com a expedição do ato autorizativo.

Se o curso obtiver a manutenção do resultado insatisfatório, exaurido o recurso cabível¹⁸⁰, o Secretário competente instaura processo administrativo para aplicação de penalidade, que, no caso, é a cassação do reconhecimento do curso, continuando suspenso o fluxo do processo regulatório até o encerramento do processo administrativo (artigo 39, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006).

Da instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade, a instituição de ensino superior, segundo o artigo 63, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, é notificada para, no prazo de dez dias, apresentar defesa, tratando das matérias de fato e de direito pertinentes.

Recebida a defesa, nos termos do artigo 63, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, o Secretário competente aprecia o conjunto dos elementos do processo e o remete ao CNE para deliberação, com parecer recomendando a aplicação da penalidade cabível ou o seu arquivamento, se considerada satisfatória a defesa.

O CNE, ao receber o parecer do Secretário competente, decide sobre o processo administrativo. Com isso, surgem duas possibilidades. A primeira é aquela em que o CNE decide pelo arquivamento do processo administrativo. Nesta hipótese, em conformidade com o artigo 63, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, é retomado o fluxo do processo regulatório, que retorna à Secretaria competente para decisão final sobre o pedido de reconhecimento.

A segunda é aquela em que o CNE decide pela aplicação da penalidade. Nesta hipótese, a decisão final do CNE deve ser homologada pelo Ministro da Educação e segue, nos termos do artigo 42 da Portaria Normativa nº 40/2007, para a expedição de uma portaria específica pelo Ministro da Educação.

Observe-se que, segundo o artigo 65 do Decreto nº 5.773/2006, à decisão de cassação do reconhecimento do curso aplica-se o disposto no artigo 54 do Decreto nº 5.773/2006. Dessa forma, a decisão de desativação de cursos e habilitações implica a cessação imediata do funcionamento do curso ou habilitação, vedada a admissão de novos estudantes. Com isso, os estudantes matriculados no curso são transferidos para outra instituição de ensino superior, tendo assegurado o aproveitamento dos estudos realizados.

¹⁸⁰ A respeito dos recursos e procedimentos vide nota de rodapé 138.

Na impossibilidade de transferência, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do curso, exclusivamente para fins de expedição de diploma.

Da decisão do CNE cabe, segundo o artigo 63, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, recurso administrativo, na forma de seu regimento interno.

De acordo com artigo 63, §5º, do Decreto nº 5.773/2006, a decisão administrativa final do CNE deve ser homologada em portaria do Ministro da Educação.

4.1.2.3. Renovação de Reconhecimento

De acordo com o artigo 41 do Decreto nº 5.773/2006, o protocolo do pedido de renovação de reconhecimento de curso deve ser feito pela instituição de ensino superior ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES junto à Secretaria competente, devidamente instruído. Isto porque, segundo o artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773/2006, os atos autorizativos são válidos até o ciclo avaliativo seguinte.

Assim, ao final de cada ciclo avaliativo as instituições de ensino superior devem apresentar pedido de renovação de reconhecimento de curso, para fins de renovação do ato autorizativo, após processo regular de avaliação. De acordo com o artigo 33, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, “o retardamento do pedido de [...] renovação de reconhecimento caracteriza irregularidade administrativa, nos termos do art. 11 do Decreto nº 5.773, de 2006, sendo vedada a admissão de novos estudantes até o saneamento da irregularidade”.

Entretanto, em se tratando de cursos que já tenham obtido a renovação de reconhecimento pelo menos uma vez, o artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que em cada ciclo avaliativo, por deliberação da CONAES, homologada pelo Ministro da Educação, pode ser prorrogada a validade dos atos de renovação de reconhecimento de curso em vigor, desde que observados os seguintes requisitos, cumulativamente: “I – indicador satisfatório¹⁸¹; no caso de cursos, o CPC [...]; II – ato autorizativo válido; III – inexistência de medida de supervisão em vigor”.

Dessa forma, estão sujeitos à renovação obrigatória de reconhecimento os cursos que ainda não tenham passado por tal processo pelo menos uma vez, e todos os que, ao final do ciclo avaliativo do SINAES, não apresentem, cumulativamente, os requisitos mencionados nos incisos do artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007.

¹⁸¹ Vide nota de rodapé 152.

Por outro lado, deve ser mencionado que, independentemente da observância dos requisitos cumulativos definidos nos incisos do artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007, o artigo 35-A, §1º, da mesma portaria normativa, estabelece que a CONAES pode, ouvido o INEP, definir critérios de seleção de grupos de cursos para submeterem-se a renovação do ato autorizativo naquele ciclo, hipótese em que a renovação de reconhecimento é obrigatória para os cursos que se enquadrem nos critérios definidos pela CONAES, apesar de reunirem, cumulativamente, os requisitos dos incisos do artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007.

Em se tratando de cursos que ainda não tiveram renovado o reconhecimento, pelo menos uma vez, que não tenham ato autorizativo válido, ou que estejam sob medida de supervisão em vigor, ou ainda aqueles que se enquadrem nos critérios de seleção definidos pela CONAES para fins de renovação de reconhecimento obrigatório, esses devem protocolar o pedido de renovação de reconhecimento, em observância à regra do artigo 41 do Decreto nº 5.773/2006, ou seja, ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES. É exigida para a instrução do processo de renovação de reconhecimento a apresentação dos documentos referidos no artigo 35, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, com a atualização dos documentos apresentados por ocasião do pedido de reconhecimento de curso.

Em se tratando de cursos que não tenham CPC, nos termos do artigo 35-B da Portaria Normativa nº 40/2007, esses devem requerer a renovação de reconhecimento no prazo de até trinta dias da publicação dos indicadores das grandes áreas correlatas do ENADE.

Em se tratando de cursos que tenham CPC insatisfatório, nos termos do artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007, esses devem requerer a renovação de reconhecimento no prazo de até trinta dias da publicação do indicador, instruído com os seguintes documentos:

I – plano de melhorias acadêmicas, contendo justificativa sobre eventuais deficiências que tenham dado causa ao indicador insatisfatório, bem como medidas capazes de produzir melhora efetiva do curso [...], em prazo não superior a um ano, aprovado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição, prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004;

II – comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*, ressalvadas as hipóteses legais de isenção.

§1º. Não recolhida a taxa de avaliação *in loco* ou não preenchido o formulário eletrônico de avaliação no prazo regulamentar, o CC [...] reproduzirá o valor do CPC [...] insatisfatório [...], adotando-se o procedimento descrito no art. 34, §9º.

§2º. Realizada avaliação *in loco*, será expedido o CC [...], informado à instituição por meio do sistema eletrônico, com a possibilidade de impugnação, na forma do art. 16.

Ao protocolar o pedido de renovação de reconhecimento, em qualquer dessas hipóteses, a tramitação do processo segue, no que souber, as disposições processuais referentes ao processo de reconhecimento, conforme estabelece o artigo 41, §2º, do Decreto nº 5.773/2006. Assim, a tramitação do processo de renovação de reconhecimento é constituída pelas seguintes fases: protocolo do pedido junto à Secretaria competente, análise documental pela Secretaria competente, avaliação *in loco* pelo INEP e decisão da Secretaria competente.

Em se tratando de pedido de renovação de reconhecimento de cursos em direito, medicina, odontologia e psicologia, estes sujeitam-se a uma fase específica (artigo 36, §1º, do Decreto nº 5.773/2006), com a abertura de vistas para manifestação do Conselho Federal da OAB, no caso de cursos de direito, e do CNS, no caso de cursos de medicina, odontologia e psicologia. Em se tratando de pedido de reconhecimento de cursos de licenciatura, estes sujeitam-se a uma fase específica (artigo 36, §2º, do Decreto nº 5.773/2006), com a abertura de vistas para manifestação do Conselho Técnico Científico da Educação Básica, da CAPES. Em se tratando de pedido de reconhecimento de cursos correspondentes a profissão regulamentada, estes sujeitam-se a uma fase específica (artigo 37 do Decreto nº 5.773/2006), com a abertura de vistas para manifestação do respectivo órgão de regulamentação profissional, de âmbito nacional. Em todos esses casos, nos termos do artigo 29, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a manifestação dos referidos entes subsidia a apreciação de mérito da Secretaria competente, por ocasião da impugnação ao resultado da avaliação *in loco* do INEP.

Conforme o artigo 38 do Decreto nº 5.773/2006, o deferimento do pedido de renovação de reconhecimento tem como referencial básico os processos de avaliação do SINAES.

A Secretaria competente considera, para fins regulatórios, o último relatório de avaliação disponível¹⁸² no SINAES, podendo, caso considere necessário, solicitar ao INEP a realização de nova avaliação *in loco* (artigo 35, §3º e §4º, do Decreto nº 5.773/2006). Observe-se, que no caso de renovação de reconhecimento por força do disposto no artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007, ou seja, quando a instituição tenha CPC insatisfatório, a avaliação *in loco* deve ocorrer, obrigatoriamente, no curso do processo.

¹⁸² De acordo com o artigo 75 do Decreto nº 5.773/2006, “as avaliações de instituições e cursos de graduação já em funcionamento, para fins de [...] renovação de reconhecimento, serão escalonadas em portaria ministerial, com base em proposta da CONAES, ouvidas as Secretarias e o INEP”. Assim, é possível que ao iniciar o processo de credenciamento, a instituição já tenha sido avaliada dentro do ciclo avaliativo.

O resultado da avaliação *in loco* do INEP para fins de renovação de reconhecimento é expresso por meio de um conceito de avaliação, Conceito de Curso (CC), consideradas, em especial, as condições relativas ao perfil do corpo docente, à organização didático-pedagógica e às instalações físicas (artigo 33-C da Portaria Normativa nº 40/2007). De acordo com o artigo 33-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, os conceitos de avaliação são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Do resultado da avaliação *in loco* do INEP, no âmbito da tramitação do processo de renovação de reconhecimento, surgem duas possibilidades: uma, se o curso obtém resultado satisfatório; e, outra, se o curso obtém resultado insatisfatório.

Se o curso obtiver resultado satisfatório, ou seja, CC igual ou superior a três, o processo segue para decisão do Secretário competente e culmina com a expedição do ato autorizativo.

Se o curso obtiver resultado insatisfatório, ou seja, CC inferior a três, o processo segue para a celebração de protocolo de compromisso (artigo 60 do Decreto nº 5.773/2006), sendo suspenso o fluxo do processo regulatório em tramitação (artigo 61, §1º, do Decreto nº 5.773/2006), até nova avaliação *in loco*.

Conforme o artigo 60 do Decreto nº 5.773/2006, “a obtenção de conceitos insatisfatórios nos processos periódicos de avaliação, nos processos de [...] renovação de reconhecimento de cursos de graduação enseja a celebração de protocolo de compromisso com a instituição de educação superior”. No mesmo sentido, o artigo 36 da Portaria Normativa nº 40/2007 especifica que “na hipótese de CC [...] insatisfatório, exaurido o recurso cabível¹⁸³, em até 30 (trinta) dias da notificação deverá ser apresentado à Secretaria competente protocolo de compromisso, aprovado pela CPA da instituição, cuja execução deverá ter início imediatamente¹⁸⁴”.

O artigo 61 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que o protocolo de compromisso deverá conter:

- I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
- II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição com vistas à superação das dificuldades detectadas;
- III – a indicação expressa de metas a serem cumpridas e, quando couber, a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

¹⁸³ A respeito dos recursos e procedimentos vide nota de rodapé 148.

¹⁸⁴ Segundo o artigo 36, §1º da Portaria Normativa nº 40/2007, a Secretaria competente pode se manifestar sobre o protocolo de compromisso e validar seu prazo e condições ou determinar alterações, considerando o relatório da avaliação *in loco* do INEP ou outros elementos de instrução relevantes. Caso a Secretaria competente não se manifeste, são presumidas aceitas as condições fixadas no protocolo de compromisso, conforme dispõe o artigo 36, §2º da Portaria Normativa nº 40/2007.

- IV – o prazo máximo para seu cumprimento; e
- V – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

Nos termos do artigo 61, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, a celebração de protocolo de compromisso suspende o fluxo do processo regulatório, até a realização da avaliação que ateste o cumprimento das exigências contidas no protocolo. Ademais, conforme o artigo 61, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, “na vigência de protocolo de compromisso poderá ser aplicada a medida¹⁸⁵ prevista no art. 11, §3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos”.

Esgotado o prazo do protocolo de compromisso, o curso, nos termos do artigo 62 do Decreto nº 5.773/2006, é submetido a nova avaliação *in loco* pelo INEP, para verificar o cumprimento das metas estipuladas, com vistas à alteração ou à manutenção do CC. Assim, o artigo 37 da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que “ao final do prazo do protocolo de compromisso, deverá ser requerida reavaliação¹⁸⁶, acompanhada de relatório de cumprimento do protocolo de compromisso até o momento, ainda que parcial, aprovado pela CPA da instituição e do recolhimento da taxa respectiva”.

Na nova avaliação *in loco*, conforme dispõe o artigo 37, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, é adotado o mesmo instrumento aplicável à avaliação do curso, sendo atribuído CC reavaliado, destacando os pontos constantes no protocolo de compromisso e na avaliação precedente, sem se limitar a eles, considerando a atividade educacional globalmente.

Do resultado da nova avaliação *in loco* do INEP surgem duas possibilidades: uma se o curso obtém a alteração do resultado insatisfatório, com a atribuição de CC igual ou superior a três; e outra se o curso mantém o resultado insatisfatório.

Se o curso obtiver a alteração do resultado satisfatório, com a atribuição de CC igual ou superior a três, é restabelecido o fluxo do processo regulatório suspenso (artigo 43 da Portaria Normativa nº 40/2007), e então o processo segue para decisão do Secretário competente e culmina com a expedição do ato autorizativo.

¹⁸⁵ Nessa hipótese, de acordo com o artigo 11, §4º do Decreto nº 5.773/2006, reproduzido no artigo 36, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007, cabe recurso, sem efeito suspensivo, à CES/CNE, em instância única e irrecorrível, no prazo de trinta dias. Nos termos do artigo 36, §7º da Portaria Normativa nº 40/2007, o recurso é recebido pela Secretaria competente, que, em vista das razões apresentadas, pode reconsiderar a decisão, no todo ou em parte.

¹⁸⁶ Se a instituição de ensino superior, nos termos do artigo 37, §2º da Portaria Normativa nº 40/2007, não requerer a nova avaliação ao final do prazo do protocolo de compromisso, considerar-se-á mantido o conceito insatisfatório, retomando-se o andamento do processo, com a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

Se o curso obtiver a manutenção do resultado insatisfatório, ou seja, CC inferior a três, esaurido o recurso cabível¹⁸⁷, o Secretário competente instaura processo administrativo para aplicação de penalidade, que, no caso, é a cassação do reconhecimento do curso, continuando suspenso o fluxo do processo regulatório até o encerramento do processo administrativo (artigo 39, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006).

Da instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade, a instituição de ensino superior, segundo o artigo 63, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, é notificada para, no prazo de dez dias, apresentar defesa, tratando das matérias de fato e de direito pertinentes.

Recebida a defesa, nos termos do artigo 63, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, reproduzido no artigo 40 da Portaria Normativa nº 40/2007, o Secretário competente aprecia o conjunto dos elementos do processo e o remete ao CNE para deliberação, com parecer recomendando a aplicação da penalidade cabível ou o seu arquivamento, se considerada satisfatória a defesa.

O CNE, ao receber o parecer do Secretário componente, decide sobre o processo administrativo. Com isso, surgem duas possibilidades. A primeira é aquela em que o CNE decide pelo arquivamento do processo administrativo. Nesta hipótese, em conformidade com o artigo 63, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, é retomado o fluxo do processo regulatório e o processo retorna à Secretaria competente para decisão final sobre o pedido de renovação de reconhecimento.

A segunda é aquela em que o CNE decide pela aplicação da penalidade. Nesta hipótese, a decisão final do CNE deve ser homologada pelo Ministro da Educação e segue, nos termos do artigo 42 da Portaria Normativa nº 40/2007, para a expedição de uma portaria específica pelo Ministro da Educação.

Observe-se que, segundo o artigo 65 do Decreto nº 5.773/2006, à decisão de cassação do reconhecimento do curso aplica-se o disposto no artigo 54 do Decreto nº 5.773/2006. Dessa forma, a decisão de desativação de cursos e habilitações implica a cessação imediata do funcionamento do curso ou habilitação, vedada a admissão de novos estudantes. Com isso, os alunos matriculados no curso são transferidos para outra instituição de ensino superior, tendo assegurado o aproveitamento dos estudos realizados. Na impossibilidade de transferência, ficam ressalvados os direitos dos estudantes matriculados à conclusão do curso, exclusivamente para fins de expedição de diploma.

¹⁸⁷ A respeito dos recursos e procedimentos vide nota de rodapé 148.

Da decisão do CNE cabe, segundo o artigo 63, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, recurso administrativo, na forma de seu regimento interno.

De acordo com o artigo 63, §5º, do Decreto nº 5.773/2006, a decisão administrativa final do CNE deve ser homologada em portaria do Ministro da Educação.

4.1.2.4. Modificações nos Atos Autorizativos de Funcionamento de Oferta de Cursos de Graduação

Nos termos do artigo 10, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, “qualquer modificação na forma de atuação dos agentes da educação superior após a expedição do ato autorizativo, relativa à mantenedora, à abrangência geográfica das atividades, habilitações, vagas, endereço de oferta dos cursos ou qualquer outro elemento relevante para o exercício das funções educacionais, depende de modificação do ato autorizativo originário, que se processará na forma de pedido de aditamento”.

O artigo 56 da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que o aditamento se processará como incidente ocorrido em uma etapa qualquer da existência legal do curso. Assim, segundo o artigo 56, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, qualquer ampliação da abrangência original do ato autorizativo, resguardada a autonomia universitária, condiciona-se à comprovação da qualidade da prestação educacional oferecida pela instituição em relação às atividades já autorizadas. Ademais, nos termos do artigo 56, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, as alterações relevantes dos pressupostos que serviram de base à expedição do ato autorizativo, aptas a produzir impactos significativos sobre os estudantes e a comunidade acadêmica, dependem de aditamento, na forma do artigo 61 da mesma portaria normativa.

A Portaria Normativa nº 40/2007 especifica em seu artigo 61 que devem tramitar como aditamento ao ato de autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, os seguintes pedidos:

I – aumento de vagas ou criação de turno, observados os §§3º e 4º¹⁸⁸;

¹⁸⁸ O §3º dispõe que o aditamento ao ato autorizativo originário, no caso de aumento de vagas, somente é exigido de faculdades, pois o aumento de vagas em cursos oferecidos por instituições autônomas, devidamente aprovado pelo órgão competente da instituição, compatível com a capacidade institucional e as exigências do meio, nos termos do artigo 53, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996, não depende de aditamento, devendo ser informado como atualização, a qualquer tempo, para ser apreciado com o conjunto das informações pertinentes ao curso, por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor. O §4º, por sua vez, dispõe que o remanejamento de vagas já autorizadas entre turnos de um mesmo curso presencial ou a criação de turno, nas mesmas condições, dispensa aditamento do ato autorizativo, devendo ser processado na forma de atualização, para serem apreciados com o conjunto das informações pertinentes ao curso, por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor.

- II – alteração da denominação de curso;
- III – mudança do local de oferta do curso;
- IV – [revogado];
- V – ampliação da oferta de cursos a distância em polos credenciados;
- VI – desativação voluntária do curso.

As hipóteses dos incisos I, II, IV, V e VI, nos termos do artigo 61, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, são processadas mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação *in loco* apontada pela Secretaria competente após a apreciação dos documentos. A hipótese do inciso III, segundo o artigo 61, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, depende de avaliação *in loco* e pagamento da taxa respectiva, ressalvada a alteração para endereço que já possua ato autorizativo expedido, constante do Cadastro e-MEC¹⁸⁹, a ser verificada em análise documental.

De acordo com o artigo 56, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o pedido de aditamento é decidido pela autoridade que tiver expedido o ato cujo aditamento se requer, observados os procedimentos pertinentes ao processo originário, com as alterações decorrentes do aditamento.

Nos termos do artigo 56, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007, após análise documental, realização de diligências e avaliação *in loco*, quando couber, é reexpedida a portaria de ato autorizativo com a alteração dos dados objeto do aditamento.

Conforme estabelece o artigo 56, §3º da Portaria Normativa nº 40/2007, as alterações de menor relevância dispensam pedido de aditamento, devendo ser informadas imediatamente ao público, de modo a preservar os interesses dos estudantes e da comunidade universitária, e apresentadas ao Ministério da Educação, na forma de atualização, posteriormente integrando o conjunto de informações do curso a serem apresentadas por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor.

Assim, de acordo com o artigo 56-A da Portaria Normativa nº 40/2007, as alterações de menor relevância deverão ser processadas mediante simples atualização, a qualquer tempo.

O artigo 56-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, especifica que podem ser processadas como atualizações, entre outras, as seguintes situações:

- I – remanejamento de vagas já autorizadas entre turnos de um mesmo curso presencial ou a criação de turno, nas mesmas condições;

¹⁸⁹ O Cadastro e-MEC, instituído pela Portaria Normativa nº 40/2007, é uma base de dados oficial de consulta pública pela Internet, base com informações relativas às instituições e cursos de ensino superior (artigo 61-A). Do Cadastro e-MEC constam as informações relativas às instituições de ensino superior e cursos superiores, incluindo dados sobre os atos autorizativos e os resultados dos processos de avaliação.

- II – aumento de vagas em cursos oferecidos por instituições com autonomia, com IGC e CI satisfatórios, comprovando-se aprovação pelo órgão competente da instituição em campo próprio do sistema;
- III – alteração da situação do curso de “em funcionamento” para “em extinção” ou “extinto”¹⁹⁰;
- IV – inserção de novos endereços de instituições com autonomia dentro do mesmo Município, com exceção da criação de novos polos de apoio presencial, sujeita a credenciamento, nos termos do art. 57, III.

Observe-se que a hipótese do artigo 56-A, §1º, inciso II, da Portaria Normativa nº 40/2007, se considerada sua redação isolada, pode levar à conclusão de violação ao disposto no artigo 53, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996, uma vez que condiciona o processamento como atualização do aumento de vagas em cursos oferecidos por instituições com autonomia à obtenção de IGC e CI satisfatórios. Assim, faz supor que as instituições com autonomia que tenham IGC e CI insatisfatórios estariam sujeitas ao aditamento para fins de aumento do número de vagas em seus cursos.

Nos termos do artigo 53, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996, às universidades, no exercício de sua autonomia, é assegurada a fixação “do número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio”. Ademais, o próprio artigo 61, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007, estabelece que o aumento de vagas em cursos oferecidos por instituições autônomas, devidamente aprovado pelo órgão competente da instituição, compatível com a capacidade institucional e as exigências do meio, nos termos do artigo 53, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996, não depende de aditamento, devendo ser informado como atualização, a qualquer tempo, para serem apreciadas com o conjunto das informações pertinentes ao curso, por ocasião da renovação do ato autorizativo em vigor.

4.2. Supervisão da Educação Superior

A supervisão da educação superior tem como fundamento o disposto no artigo 9º, inciso IX, da LDB, que prevê que a União incumbir-se-á de “[...] supervisionar [...] os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino”. Ademais, a supervisão da educação superior é amparada constitucionalmente pelo disposto no artigo 209 e no artigo 206, inciso VII, ambos da Constituição Federal.

O exercício da função de supervisão da educação superior no sistema federal de ensino está regulamentado no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e disciplinado na

¹⁹⁰ Nos termos do artigo 56-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a alteração da situação do curso de “em extinção” para “extinto” só pode ocorrer no caso de cursos reconhecidos.

Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, com redação alterada em 29 de dezembro de 2010.

O termo “supervisão” da educação superior, no contexto do sistema federal de ensino, é definido como a função destinada a zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.

Nesse sentido, o artigo 1º, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, define que a supervisão é realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.

Observe-se que o artigo 1º, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, estabelece que a avaliação constitui referencial básico para os processos de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. Ademais, a própria Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES, determina no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.861/2004 que os resultados da avaliação constituem referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior.

O artigo 45 do Decreto nº 5.773/2006 firmou que a supervisão da educação superior, no âmbito do Ministério da Educação, é exercida por suas Secretarias, conforme o caso¹⁹¹. No exercício da atividade de supervisão, a Secretaria competente pode, observados os limites da lei, determinar a apresentação de documentos complementares ou a realização de auditoria, conforme dispõe o artigo 45, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, sendo que, nos termos do artigo 45, §2º, do mesmo decreto, os atos de supervisão buscam resguardar os interesses dos envolvidos, bem como preservar as atividades em andamento.

A atividade de supervisão, segundo o Decreto nº 5.773/2006, tanto pode ser desencadeada por representações, de modo circunstanciado, formuladas por alunos, professores e corpo técnico-administrativo, por meio dos respectivos órgãos representativos; como pode ser instaurada de ofício pelo Ministério da Educação, quando tiver ciência de irregularidade que lhe caiba sanar e punir.

A supervisão desencadeada por representações, de modo circunstanciado, formuladas por alunos, professores e corpo técnico-administrativo, por meio dos respectivos órgãos representativos, tem previsão no artigo 46 do Decreto nº 5.773/2006 e é denominada de supervisão ordinária.

¹⁹¹ De acordo com o artigo 45 do Decreto nº 5.773/2006, “a Secretaria de Educação Superior, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e a Secretaria de Educação a Distância exercerão as atividades de supervisão relativas, respectivamente, aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância”.

A supervisão instaurada de ofício, pelo Ministério da Educação, quando tiver ciência de irregularidade que lhe caiba sanar e punir, tem previsão no artigo 46, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, e é denominada de supervisão especial.

Em ambas as modalidades, a vista da subsistência dos indícios de irregularidade, pode ser conferido prazo para saneamento de deficiências, conforme dispõe o artigo 48 do Decreto nº 5.773/2006, ou então instaurado de imediato processo administrativo para aplicação de penalidade, na forma do artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006.

4.2.1. Supervisão Ordinária

A supervisão ordinária, prevista no artigo 46 do Decreto nº 5.773/2006, é aquela que se origina de representações de alunos, professores e corpo técnico-administrativo, envolvendo casos isolados de instituições e cursos superiores com indícios de irregularidade. O artigo 46 do Decreto nº 5.773/2006 estabelece que alunos, professores e corpo técnico-administrativo, por meio dos respectivos órgãos representativos, poderão representar, de modo circunstanciado, aos órgãos de supervisão do Ministério da Educação, quando verificarem irregularidades no funcionamento de instituição ou curso superior.

O artigo 46, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, exige que a representação contenha a qualificação do representante, a descrição clara e precisa dos fatos a serem apurados e a documentação pertinente, bem como os demais elementos relevantes para o esclarecimento do seu objeto.

Apresentada a representação aos órgãos de supervisão do Ministério da Educação, esta é, nos termos do artigo 46, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, recebida, numerada e autuada pela Secretaria competente e em seguida submetida à apreciação do seu Secretário para fins de constatar se o objeto da representação trata de assunto de competência¹⁹² do Ministério da Educação.

Assim, tratando-se de assunto de competência do Ministério da Educação, de acordo com o artigo 47 do Decreto nº 5.773/2006, a Secretaria competente dá ciência da representação à instituição, que pode, em dez dias, manifestar-se previamente pela

¹⁹² Os assuntos de competência do Ministério da Educação para supervisão da educação superior são relacionados à regularidade e à qualidade da instituição de ensino superior e/ou do curso superior, de acordo com a legislação educacional.

insubsistência da representação ou requerer a concessão de prazo para saneamento de deficiências¹⁹³.

Com a manifestação da instituição, o Secretário, nos termos do artigo 47, §1º e §2º, do Decreto nº 5.773/2006, pode decidir pela inadmissibilidade da representação, arquivando o processo; ou pela admissibilidade da representação, concedendo prazo para saneamento de deficiências ou instaurando processo administrativo para aplicação de penalidade.

Na hipótese de concessão de prazo para saneamento de deficiências, o Secretário, em conformidade com o artigo 48 do Decreto nº 5.773/2006, exara despacho, devidamente motivado, especificando as deficiências identificadas, bem como as providências para sua correção efetiva, em prazo fixado.

Do despacho do Secretário competente, a instituição, nos termos do artigo 48, §1º do Decreto nº 5.773/2006, pode impugnar, em dez dias, as medidas determinadas ou o prazo fixado.

Recebida a impugnação da instituição, o Secretário, de acordo com o artigo 48, §2º do Decreto nº 5.773/2006, aprecia a impugnação e decide pela manutenção das providências de saneamento e do prazo ou pela adaptação das providências e do respectivo prazo, não cabendo novo recurso dessa decisão.

O artigo 48, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, especifica que o prazo para saneamento de deficiências não pode ser superior a doze meses, contados do despacho do Secretário competente.

O artigo 48, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, estabelece que na vigência de prazo para saneamento de deficiências, pode ser aplicada a medida prevista no artigo 11, §3º, motivadamente, desde que, no caso específico, a medida de cautela se revele necessária para evitar prejuízo aos alunos.

Esgotado o prazo para saneamento de deficiências, a Secretaria competente, nos termos do artigo 49 do Decreto nº 5.773/2006, pode determinar a realização de verificação

¹⁹³ Deve ser observado que o artigo 47 do Decreto nº 5.773/2006 faz referência ao disposto no artigo 46, §1º, da Lei nº 9.394/1996 (“Art. 47. A Secretaria dará ciência da representação à instituição, que poderá, em dez dias, manifestar-se previamente pela insubsistência da representação ou requerer a concessão de prazo para saneamento de deficiências, nos termos do art. 46, §1º, da Lei nº 9.394, de 1996, sem prejuízo da defesa de que trata o art. 51), como fundamento para a concessão de prazo de saneamento de deficiências. Contudo, o artigo 46, §1º, da Lei nº 9.394/1996 trata da hipótese de concessão de prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas em processo regular de avaliação, no contexto dos atos autorizativos, ou seja, no contexto da regulação da educação superior. Dessa forma, a referência ao disposto no artigo 46, §1º, da Lei nº 9.394/1996, não se aplica à hipótese de atividade de supervisão ordinária, uma vez que esta não decorre de processo regular de avaliação.

in loco, visando comprovar o efetivo saneamento das deficiências. De acordo com o artigo 49, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006, o Secretário aprecia os elementos do processo e decide sobre o saneamento das deficiências.

É importante destacar que o procedimento previsto no artigo 49 do Decreto nº 5.773/2006 difere do procedimento previsto no artigo 62 do Decreto nº 5.773/2006. O artigo 62 estabelece que, esgotado o prazo do protocolo de compromisso celebrado no contexto de resultados insatisfatórios nos processos de credenciamento, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, a instituição ou o curso são submetidos a nova avaliação *in loco* pelo INEP, para verificar o cumprimento das metas estipuladas, com vistas à alteração ou à manutenção do resultado anteriormente detectado. Trata-se, portanto, de procedimento obrigatório e que se insere no contexto da regulação da educação superior. O procedimento previsto no artigo 49, por sua vez, inserido no contexto da supervisão da educação superior, tem maior margem discricionária, tendo em vista a ausência de periodicidade e obrigatoriedade legal, uma vez que disciplinado em ato administrativo normativo, como é o Decreto nº 5.773/2006.

Se não saneadas as deficiências ao final do prazo fixado ou admitida de imediato a representação, o artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006 determina a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade, mediante portaria do Secretário, da qual constam:

- I – identificação da instituição e de sua mantenedora;
- II – resumo dos fatos objeto das apurações, e, quando for o caso, das razões de representação;
- III – informação sobre a concessão de prazo para saneamento de deficiências e as condições de seu descumprimento ou cumprimento insuficiente;
- IV – outras informações pertinentes;
- V – consignação da penalidade aplicável; e
- VI – determinação de notificação do representado.

O processo administrativo para aplicação de penalidade, de acordo com o artigo 50, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, é conduzido por autoridade especialmente designada, integrante da Secretaria competente para a supervisão, que realiza as diligências necessárias à instrução; não sendo, nos termos do artigo 50, §2º, do Decreto nº 5.773/2006, deferido novo prazo para saneamento de deficiências no curso do processo administrativo.

Dessa forma, nos termos do artigo 51 do Decreto nº 5.773/2006, a instituição é notificada para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa, tratando das matérias de fato e de direito pertinentes.

Recebida a defesa, nos termos do artigo 52 do Decreto nº 5.773/2006, o Secretário aprecia o conjunto dos elementos do processo administrativo e profere decisão,

devidamente motivada, arquivando o processo ou aplicando uma das penalidades previstas no artigo 46, §1º, da Lei nº 9.394/1996¹⁹⁴, quais sejam: “I – desativação de cursos e habilitações; II – intervenção; III – suspensão temporária de prerrogativas da autonomia; ou IV – descredenciamento”.

Em conformidade com o disposto no artigo 53 do Decreto nº 5.773/2006, da decisão do Secretário cabe recurso ao CNE, em trinta dias, sendo necessária homologação da decisão administrativa final do CNE em portaria do Ministro da Educação, segundo dispõe o artigo 53, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006.

Decidida a aplicação de penalidade para desativação de cursos e habilitações, esta, nos termos do artigo 54 do Decreto nº 5.773/2006, implica a cessação imediata do funcionamento do curso ou habilitação, vedada a admissão de novos alunos. Surgem dessa penalidade duas situações alternativas: transferência imediata dos alunos desses cursos e habilitações para outra instituição de ensino superior, sendo assegurado aos alunos o aproveitamento dos estudos realizados nos cursos e habilitações da instituição que sofreu a penalidade (artigo 54, §1º, do Decreto nº 5.773/2006); ou, na impossibilidade de transferência de imediato para outra instituição de ensino superior, ficam ressalvados os direitos dos alunos matriculados à conclusão do curso ou habilitação na instituição que sofreu a penalidade, exclusivamente para fins de expedição de diploma (artigo 54, §2º, do Decreto nº 5.773/2006).

Decidida a aplicação de penalidade de intervenção, esta, nos termos do artigo 55 do Decreto nº 5.773/2006, é implementada por despacho do Secretário, que nomeia o interventor e estabelece a duração e as condições da intervenção.

Decidida a aplicação de penalidade de suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, aplicável apenas ao caso de centros universitários e universidades, excluídas as faculdades que detêm tal prerrogativa, essa, nos termos do artigo 56 do Decreto nº 5.773/2006, define o prazo de suspensão e as prerrogativas suspensas, dentre aquelas previstas no artigo 53¹⁹⁵, incisos I a X, da Lei nº 9.394/1996, constando obrigatoriamente

¹⁹⁴ Deve ser observado que o artigo 46, §1º da Lei nº 9.394/1996, trata da hipótese de concessão de prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas em processo regular de avaliação, no contexto dos atos autorizativos, ou seja, no contexto da regulação da educação superior, importando nas penalidades de desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia ou em descredenciamento. Dessa forma, a referência ao disposto no artigo 46, §1º da Lei nº 9.394/1996, não se aplica à hipótese de atividade de supervisão ordinária, uma vez que esta não decorre de processo regular de avaliação.

¹⁹⁵ “Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III –

as dos incisos I e IV, que de fato atingem a autonomia dos centros universitários e universidades. O prazo de suspensão, de acordo com o artigo 56, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006 é, no mínimo, o dobro do prazo concedido para saneamento das deficiências, ou seja, 24 meses.

Decidida a aplicação de descredenciamento da instituição, esta, nos termos do artigo 57 do Decreto nº 5.773/2006, implica a cessação imediata do funcionamento da instituição, vedada a admissão de novos alunos. Surgem dessa penalidade duas situações alternativas: transferência imediata dos alunos da instituição que sofreu a penalidade para outra instituição de ensino superior, sendo assegurado aos alunos o aproveitamento dos estudos realizados (artigo 57, §1º, do Decreto nº 5.773/2006); ou, na impossibilidade de transferência de imediato para outra instituição de ensino superior, ficam ressalvados os direitos dos alunos matriculados à conclusão do curso na instituição que sofreu a penalidade, exclusivamente para fins de expedição de diploma (artigo 57, §2º, do Decreto nº 5.773/2006).

4.2.2. Supervisão Especial

A supervisão especial, prevista no artigo 46, §3º, do Decreto nº 5.773/2006, é aquela instaurada de ofício pelo Ministério da Educação, quando a Secretaria competente tiver ciência de irregularidade que lhe caiba sanar e punir.

A supervisão especial tem como base os indicadores de regularidade e qualidade da educação superior. Estes envolvem mais de um curso ou instituição, agrupados de acordo com o critério determinado para a supervisão especial.

Os critérios podem incluir resultados insatisfatórios no ENADE, bem como o atendimento de requisitos legais específicos, como, por exemplo, a porcentagem mínima de mestres e doutores em centros universitários ou universidades.

A tramitação do processo de supervisão especial segue as mesmas regras processuais do processo de supervisão ordinária, estabelecidas nos artigos 47 a 53 do

estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; VI – conferir graus, diplomas e outros títulos; VII – firmar contratos, acordos e convênios; VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas”.

Decreto nº 5.773/2006. Além disso, para a aplicação das penalidades, são igualmente seguidas as regras dos artigos 54 a 57 do Decreto nº 5.773/2006.

4.3. Avaliação da Educação Superior

4.3.1. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com o objetivo de, conforme seu o artigo 1º, assegurar processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do artigo 9º, incisos VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394/1996.

Segundo o artigo 1º, §1º, da Lei nº 10.861/2004, o SINAES tem por finalidades

[...] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

De acordo com o artigo 2º da Lei nº 10.861/2004, o SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deve assegurar:

- I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

O teor do artigo 1º da Lei nº 10.861/2004 evidencia que o SINAES envolve três componentes, que serão a seguir detalhados, quais sejam: a avaliação das instituições de ensino superior, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho acadêmico de seus estudantes.

O artigo 8º da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que as atividades de avaliação são realizadas devendo contemplar a análise global e integrada do conjunto de dimensões,

estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição de ensino superior.

O artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.861/2004, estabelece que “os resultados da avaliação [...] constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação”. Assim, expressamente, ratifica a ideia de vinculação dos resultados da avaliação aos processos de regulação e supervisão da educação superior, constituindo-se como referencial básico para a análise desses processos.

De acordo com o artigo 31 da Portaria nº 2.051/2004, “os processos avaliativos do SINAES, além do previsto no art. 1º¹⁹⁶ desta Portaria, subsidiarão o processo de credenciamento e renovação de credenciamento de instituições, e a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação”.

De acordo com o artigo 9º da Lei nº 10.861/2004, o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos será tornado público e disponível pelo Ministério da Educação.

Nos termos do artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, os resultados considerados insatisfatórios ensejam a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de ensino superior e o Ministério da Educação, que deve conter:

- I – o diagnóstico objetivo das condições da instituição;
 - II – os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas à superação das dificuldades detectadas;
 - III – a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;
 - IV – a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.
- §1º. O protocolo a que se refere o *caput* deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.
- §2º. O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:
- I – suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;
 - II – cassação da autorização de funcionamento da instituição de educação superior ou do reconhecimento de cursos por ela oferecidos;
 - III – advertência, suspensão ou perda de mandato do dirigente responsável pela ação não executada, no caso de instituições públicas de ensino superior.
- §3º. As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo órgão do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão da educação

¹⁹⁶ Segundo o artigo 1º, “o SINAES tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional”.

superior, ouvida a Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, em processo administrativo próprio, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

§4º. Da decisão referida no §2º deste artigo caberá recurso dirigido ao Ministro de Estado da Educação.

§5º. O prazo de suspensão da abertura de processo seletivo de cursos será definido em ato próprio do órgão do Ministério da Educação referido no §3º deste artigo.

A Lei nº 10.861/2004, em seu artigo 6º, instituiu no âmbito do Ministério da Educação um órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, vinculado ao Gabinete do Ministro da Educação. Trata-se da CONAES, que, nos termos do artigo 6º, tem as seguintes atribuições:

- I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE;
- VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.

De acordo com o artigo 2º da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, o SINAES promoverá a avaliação das instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de seus estudantes sob a coordenação e supervisão da CONAES.

O artigo 3º da Portaria nº 2.051/2004 atribuiu à CONAES as seguintes competências:

- I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes, e seus respectivos prazos;
- II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;
- III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV – promover a articulação do SINAES com os Sistemas Estaduais de Ensino, visando estabelecer, juntamente com os órgãos de regulação do MEC, ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da Educação Superior;
- V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

- VII – realizar reuniões ordinárias mensais;
 - VIII – realizar reuniões extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação.
- Parágrafo único. Para o desempenho das atribuições descritas no *caput* e estabelecidas no art. 6º da Lei nº 10.861 de 2004, poderá ainda a CONAES:
- I – institucionalizar o processo de avaliação a fim de torná-lo inerente à oferta de ensino superior com qualidade;
 - II – oferecer subsídios ao MEC para a formulação de políticas de educação superior de médio e longo prazo;
 - III – apoiar as IES para que estas avaliem, periodicamente, o cumprimento de sua missão institucional, a fim de favorecer as ações de melhoramento, considerando os diversos formatos institucionais existentes;
 - IV – garantir a integração e coerência dos instrumentos e das práticas de avaliação, para a consolidação do SINAES;
 - V – assegurar a continuidade do processo de avaliação dos cursos de graduação e das instituições de educação superior;
 - VI – analisar e aprovar os relatórios de avaliação, consolidados pelo INEP, encaminhando-os aos órgãos competentes do MEC;
 - VII – promover seminários, debates e reuniões na área de sua competência, informando periodicamente a sociedade sobre o desenvolvimento da avaliação da educação superior e estimulando a criação de uma cultura de avaliação nos seus diversos âmbitos;
 - VIII – promover atividades de meta-avaliação do sistema para exame crítico das experiências de avaliação concluídas;
 - IX – estimular a formação de pessoal para as práticas de avaliação da educação superior, estabelecendo diretrizes para a organização e designação de comissões de avaliação.

Na composição¹⁹⁷ da CONAES há representantes de alguns órgãos federais de educação superior (INEP, CAPES e Ministério da Educação) que integram o sistema federal de ensino superior; representantes dos estudantes, dos professores e dos funcionários das instituições de ensino superior; e representantes da sociedade.

O artigo 8º da Lei nº 10.861/2004 atribuiu ao INEP a responsabilidade pela realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Nos termos do artigo 14 da Lei nº 10.861/2004, coube ao Ministro da Educação regulamentar os procedimentos de avaliação do SINAES, o que ocorreu com a publicação da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004.

¹⁹⁷ De acordo com o artigo 7º da Lei nº 10.861/2004, a CONAES tem a seguinte composição: “a) um representante do INEP, designado pelo titular do órgão; b) um representante da CAPES, designado pelo titular do órgão; c) três representantes do Ministério da Educação, sendo um obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior, todos designados pelo Ministro da Educação; d) um representante do corpo discente das instituições de educação superior, nomeado pelo Presidente da República para mandato de dois anos, vedada a recondução; e) um representante do corpo docente das instituições de educação superior, nomeado pelo Presidente da República para mandato de três anos, admitida uma recondução; f) um representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior, nomeado pelo Presidente da República para mandato de três anos, admitida uma recondução; g) cinco membros, indicados pelo Ministro da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior, nomeados pelo Presidente da República para mandato de três anos, admitida uma recondução”. Conforme o artigo 7º, §4º, a CONAES é presidida por um dos membros escolhidos entre cidadãos, eleito pelo colegiado, para mandato de um ano, permitida uma recondução.

Nos termos do artigo 4º da Portaria nº 2.051/2004, a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho de estudantes é executada conforme diretrizes estabelecidas pela CONAES. De acordo com o parágrafo único desse artigo a realização da avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes é de responsabilidade do INEP, o qual instituirá a Comissão Assessora de Avaliação Institucional e as Comissões Assessoras de Áreas para as diferentes áreas do conhecimento.

Nos termos do artigo 5º da Portaria nº 2.051/2004, para as avaliações externas *in loco*, são designadas pelo INEP Comissões Externas de Avaliação Institucional e Comissões Externas de Avaliação de Cursos.

De acordo com o artigo 6º da Portaria nº 2.051/2004, o INEP, sob orientação da CONAES, realiza periodicamente programas de capacitação dos avaliadores que compõem as comissões para avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação.

Assim, os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela CONAES. A operacionalização é de responsabilidade do INEP.

4.3.1.1. Avaliação das Instituições de Ensino Superior

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 10.861/2004, a avaliação das instituições de ensino superior tem “por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes”:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O artigo 3º, §1º, da Lei nº 10.861/2004, reforça a necessidade de que sejam respeitadas a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas que assumem as instituições de ensino superior no sistema federal de ensino, quando da avaliação das dimensões institucionais. Ademais, prevê que, no caso das universidades, deve ser contemplada pontuação específica pela existência de programas de pós-graduação e por seu desempenho, conforme a avaliação mantida pela CAPES.

Nesse sentido, o artigo 9º da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que “a avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação destas instituições, pautando-se pelos princípios do respeito à identidade e à diversidade das instituições, bem como pela realização de auto-avaliação e de avaliação externa”.

Para a avaliação das instituições de ensino superior, o artigo 3º, §2º, da Lei nº 10.861/2004, estabelece que são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa *in loco*.

Em relação à auto-avaliação, o artigo 10 da Portaria nº 2.051/2004 especifica que a auto-avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A Lei nº 10.861/2004, em seu artigo 11, determina que cada instituição de ensino superior, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. O mesmo artigo exige que a CPA seja constituída por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, sendo-lhe atribuída atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição. Ademais, o artigo 11 estabelece que na composição seja assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária (alunos, professores e corpo técnico-administrativo) e da sociedade civil organizada, vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

De acordo com o artigo 7º, §2º, da Portaria nº 2.051/2004, a forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA devem ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de ensino superior.

Para fins de operacionalização da auto-avaliação, o artigo 11 da Portaria nº 2.051/2004 previu que o INEP disponibilizará, em meio eletrônico, orientações gerais¹⁹⁸ elaboradas a partir de diretrizes estabelecidas pela CONAES, com os requisitos e os procedimentos mínimos para o processo de auto-avaliação, entre os quais inclui-se obrigatoriamente a avaliação das dimensões institucionais referidas no artigo 3º da Lei nº 10.861/2004.

Dessa forma, a auto-avaliação, no contexto do SINAES, representa a oportunidade de uma reflexão interna da própria instituição de ensino superior a partir das mesmas dimensões institucionais examinadas na avaliação externa.

A CONAES, com o apoio técnico do INEP, nos termos do artigo 12 da Portaria nº 2.051/2004, estabelecerá formas de acompanhamento do processo de auto-avaliação para assegurar a sua realização em prazo compatível com a natureza da instituição, podendo solicitar documentos sobre o desenvolvimento do mesmo e sobre os resultados alcançados.

O artigo 13, §1º, da Portaria nº 2.051/2004, estabelece que o prazo para a apresentação dos resultados do processo de auto-avaliação é de até dois anos, a contar de 1º setembro de 2004. Assim, a cada dois anos, as instituições devem apresentar os resultados da auto-avaliação. O artigo 61-D da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que é mantido no Cadastro e-MEC, junto ao registro da instituição, campo para inserção do relatório de auto-avaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo.

Em relação à avaliação externa *in loco*, o artigo 13 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que estas são realizadas por Comissões Externas de Avaliação Institucional designadas pelo INEP, devendo ocorrer após o processo de auto-avaliação¹⁹⁹.

É importante destacar que a avaliação externa *in loco*, nos termos do artigo 14 da Portaria nº 2.051/2004, é referencial básico para o processo de credenciamento e credenciamento das instituições, com os prazos de validade estabelecidos pelos órgãos de regulação do Ministério da Educação.

As Comissões Externas de Avaliação Institucional, nos termos do artigo 13, §4º, da Portaria nº 2.051/2004, são integradas por avaliadores cadastrados e capacitados pelo

¹⁹⁸ Nesse sentido, o INEP disponibilizou para consulta das instituições de ensino superior os seguintes documentos: “Diretrizes para a Auto-Avaliação das Instituições” e “Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições”.

¹⁹⁹ A auto-avaliação somente é exigida em se tratando de instituição de ensino superior já em funcionamento. Dessa forma, sua utilização ocorre apenas para a avaliação de instituições em credenciamento.

INEP. A Portaria Normativa nº 40/2007, no artigo 14, §1º, especifica que essas comissões são compostas por três avaliadores, sorteados pelo sistema e-MEC²⁰⁰, dentre os integrantes do Banco de Avaliadores do SINAES (BASis)²⁰¹.

Segundo o artigo 17-A da Portaria Normativa nº 40/2007, o avaliador, integrante do BASis, “é um docente da educação superior, membro da comunidade universitária que, em nome de seus pares e por delegação do MEC, afere a qualidade de instituições [...] da educação superior”.

Dessa forma, os avaliadores, nos termos do artigo 17-A, parágrafo único, da Portaria Normativa nº 40/2007, não podem aconselhar ou orientar a instituição em relação à atividade educacional, uma vez que as avaliações *in loco* destinam-se a conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais, a fim de aferir a qualidade das instituições de ensino superior.

De acordo com o artigo 17-H da Portaria Normativa nº 40/2007, a designação dos avaliadores para composição das comissões de avaliação é feita por sorteio eletrônico e é orientada pela diretriz da avaliação por pares, observados os parâmetros de méritos (inciso I), os critérios eliminatórios operacionais aos avaliadores (inciso II) e os critérios classificatórios entre os avaliadores (inciso III).

Assim, os parâmetros de mérito aplicados no caso de avaliação de instituições de ensino superior são:

[...]

b) na avaliação de [...] instituições de EAD, os avaliadores devem ter experiência de pelo menos um ano nessa modalidade de educação;

²⁰⁰ O sistema e-MEC, instituído pela Portaria Normativa nº 40/2007, é um sistema eletrônico de fluxo de trabalho de gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de ensino. De acordo com o artigo 1º da Portaria Normativa nº 40/2007, a tramitação dos processos de regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos superiores do sistema federal de ensino é feita exclusivamente no sistema e-MEC.

²⁰¹ O BASis, instituído pela Portaria nº 1.027, de 15 de maio de 2006, é um cadastro nacional, único e público de avaliadores da educação superior, selecionados e capacitados pelo INEP. De acordo com o artigo 17-C da Portaria Normativa nº 40/2007, “são requisitos para candidatar-se ao BASis: I – ser docente inscrito no Cadastro Nacional de Docentes, instituído pela Portaria nº 327, de 1º de fevereiro de 2005, portador de titulação universitária não inferior a mestre; II – comprovar exercício da docência, em nível superior, de pelo menos 3 (três) anos, em instituição e curso regulares conforme o Cadastro e-MEC; III – possuir produção científica nos últimos 3 (três) anos, registrada no currículo Lattes; IV – ter disponibilidade para participar de pelo menos três avaliações anuais; e V – não ter pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias”. Nos termos do artigo 17-D da Portaria Normativa nº 40/2007, todos os docentes que atendam a esses requisitos podem inscrever-se para o BASis. A partir da inscrição, a DAES, responsável pela administração do BASis, seleciona os candidatos e os convoca para processo de capacitação, voltada à aplicação dos instrumentos de avaliação. Ao final do processo de capacitação, o candidato, se convocado pelo INEP, firma o Termo de Compromisso previsto na Portaria nº 156, de 14 de janeiro de 2005, devendo observá-lo enquanto perdurar sua participação no BASis. Após a assinatura do Termo de Compromisso, o docente é admitido como avaliador e inserido no BASis, por ato da DAES, homologado pela CTAA e devidamente publicado no Diário Oficial da União.

- d) na avaliação institucional, os avaliadores devem ter experiência em gestão acadêmica de, no mínimo, um ano;
- e) na avaliação institucional de universidades, a Comissão de Avaliação deverá ser composta por pelo menos um avaliador oriundo de universidade;

São critérios eliminatórios operacionais aos avaliadores:

- a) não possuir qualquer vínculo com a IES a ser avaliada;
- b) residir em estado distinto do local de oferta a ser avaliado;
- c) não ter pendência com a Receita Federal;
- d) ter sido capacitado no instrumento a ser utilizado na avaliação;
- e) não participar de mais de uma Comissão de Avaliação simultaneamente;
- f) não exceder o número máximo de avaliações anuais fixado pelo INEP;

São critérios classificatórios entre os avaliadores:

- a) avaliadores com maior titulação;
- b) avaliadores que possuem menor número de avaliações no ano corrente;
- c) avaliadores que residem na mesma região da avaliação, mas em estados diferentes.

Designada a comissão para avaliação externa *in loco*, esta é encaminhada para o local de funcionamento da instituição de ensino superior, onde permanece por três dias, conforme dispõe o artigo 14-C da Portaria Normativa nº 40/2007.

O artigo 15 combinado com o artigo 17-J da Portaria Normativa nº 40/2007 estabelece que a comissão procede à avaliação *in loco*, utilizando o instrumento de avaliação elaborado pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES, e respectivos formulários eletrônicos de avaliação de preenchimento obrigatório pela instituição²⁰², sendo orientada, ainda, pelos indicadores de qualidade²⁰³, quando disponíveis.

A utilização dos indicadores de qualidade nas avaliações *in loco* somente é viável quando se tratar de instituição já em funcionamento e que tenha indicadores de qualidades já divulgados. Assim, entende-se que a utilização dos referidos indicadores, nas avaliações *in loco*, ocorre apenas quando se tratar de credenciamento²⁰⁴, ou então quando se tratar

²⁰² De acordo com o artigo 15, §1º da Portaria Normativa nº 40/2007, a instituição deve preencher os formulários eletrônicos de avaliação, no prazo de trinta dias para avaliação de instituições, sob pena de arquivamento do processo (artigo 15, §2º). Da decisão de arquivamento cabe recurso à Secretaria competente, no prazo de dez dias (artigo 15, §7º). Sendo o recurso provido, é reestabelecida a fase de avaliação, abrindo-se novo prazo para o preenchimento dos formulários eletrônicos de avaliação (artigo 15, §8º).

²⁰³ Nos termos do artigo 33-B da Portaria Normativa nº 40/2007, “são indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004: I – de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008; II – de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 05 de setembro de 2008; III – de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE. [...]”.

²⁰⁴ Sobre o credenciamento, a Portaria Normativa nº 40/2007 é específica em seu artigo 33-A ao estabelecer que as avaliações do ciclo avaliativo, no qual se insere o credenciamento, são orientadas por indicadores de qualidade. Ademais, o artigo 33-C, parágrafo único da Portaria Normativa nº 40/2007, fixa

de credenciamento de centros universitários e universidades, assim como em credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, uma vez que tais ocorrem a partir de instituição de ensino superior já credenciada pelo Ministério da Educação.

De acordo com o artigo 15 da Portaria nº 2.051/2004, as Comissões Externas de Avaliação das Instituições examinam as seguintes informações e documentos:

- I – Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- II – relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação, produzidos pela IES segundo as orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;
- III – dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;
- IV – dados sobre o desempenho dos estudantes da IES no ENADE, disponíveis no momento da avaliação;
- V – relatórios de avaliação dos cursos de graduação da IES produzidos pelas Comissões Externas de Avaliação de Curso, disponíveis no momento da avaliação;
- V – dados do Questionário Socioeconômico dos estudantes, coletados na aplicação do ENADE;
- VI – relatório da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;
- VII – relatórios e conceitos da CAPES para os cursos de Pós-Graduação da IES, quando houver;
- VIII – documentos sobre o credenciamento e o último recredenciamento da IES;
- IX – outros documentos julgados pertinentes.

Além dos respectivos formulários eletrônicos de avaliação, segundo o artigo 17-K da Portaria Normativa nº 40/2007, devem estar disponíveis para análise pela comissão, previamente à realização da visita, outros documentos que permitam considerar a instituição no conjunto, tais como:

- I – relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação da instituição;
- II – relatórios de avaliação dos cursos da instituição disponíveis;
- III – informações sobre protocolos de compromisso e termos de saneamento de deficiências e seus relatórios de acompanhamento, bem como sobre os planos de melhorias referidos no art. 35-C, I, quando for o caso;
- IV – dados de avaliação dos programas de pós-graduação da instituição pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quando houver;
- V – informações sobre o credenciamento e o último recredenciamento da instituição, considerando especialmente o seu PDI;
- VI – indicadores de qualidade da instituição de seus cursos e do desempenho de seus estudantes no ENADE;
- VII – os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;
- VIII – os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro e-MEC; e
- IX – outros considerados pertinentes pela CONAES.

que “as Comissões de Avaliação utilizarão o [...] IGC como referenciais orientadores das avaliações *in loco* de [...] instituições, juntamente com os instrumentos referidos no art. 17-J e demais elementos do processo”.

Observe-se que os documentos referidos no artigo 17-K da Portaria Normativa nº 40/2007 é meramente exemplificativa. Sua obrigatoriedade deve ser analisada em função do tipo de processo regulatório a que a avaliação *in loco* irá subsidiar. Isto porque, em se tratando de credenciamento de instituição de ensino superior como ato de entrada no sistema federal de ensino, por exemplo, todos esses documentos referidos no artigo 17-K serão inexistentes.

Como já visto, as avaliações *in loco* destinam-se a conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais, a fim de aferir a qualidade das instituições de ensino superior.

Assim, nos termos do artigo 15, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o trabalho da comissão deve ser pautado pelo registro fiel e circunstanciado das condições concretas de funcionamento da instituição, incluídas as eventuais deficiências, em relatório que serve como referencial básico à decisão das Secretarias competentes ou do CNE, conforme o caso. Além disso, segundo o artigo 15, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a comissão, na visita *in loco*, afere a exatidão dos dados informados pela instituição, com especial atenção ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para a avaliação *in loco* das instituições de ensino superior foram elaborados três instrumentos de avaliação, cuja aplicação, pelas Comissões Externas de Avaliação Institucional, depende do ato administrativo autorizativo que a avaliação *in loco* subsidia. São eles: instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade)²⁰⁵; instrumento de avaliação para credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância²⁰⁶; instrumento de avaliação institucional externa²⁰⁷.

O instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade) e o instrumento de avaliação para credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância contemplam, cada um, três dimensões,

²⁰⁵ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação para Credenciamento de IES (Faculdade)**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

²⁰⁶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação para Credenciamento Institucional Específico para Oferta da Modalidade de Educação a Distância**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

²⁰⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

quais sejam: Dimensão 1: Organização Institucional; Dimensão 2: Corpo Social; Dimensão 3: Instalações Físicas.

Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores que devem ser avaliados individualmente pela Comissão de Avaliação a partir dos critérios de análise apresentados no instrumento de avaliação.

Os critérios de análise dos indicadores que integram as três dimensões são apresentados em uma escala de valoração crescente, de um a cinco, correspondente ao conceito a ser atribuído a cada um dos indicadores.

O conceito de cada dimensão é calculado a partir dos conceitos atribuídos aos indicadores que a integram, e também varia de um a cinco. Trata-se de uma média dos conceitos dos indicadores.

O conceito final da avaliação é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Cada dimensão tem um peso determinado em função da quantidade de indicadores que a compõem. Assim, no instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade), a Dimensão 1: Organização Institucional, com sete indicadores, possui peso de 30%, a Dimensão 2: Corpo Social, com seis indicadores, possui peso de 30% e a Dimensão 3: Instalações Físicas, com nove indicadores, possui peso de 40%. No instrumento de avaliação para credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância, a Dimensão 1: Organização Institucional, com doze indicadores, possui peso de 40%, a Dimensão 2: Corpo Social, com onze indicadores, possui peso de 35% e a Dimensão 3: Instalações Físicas, com sete indicadores, possui peso de 25%.

Nos termos do artigo 3º, §3º, da Lei nº 10.861/2004, a avaliação das instituições de ensino superior resulta na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O artigo 32 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que os níveis quatro e cinco são indicativos de pontos fortes, os níveis um e dois são indicativos de pontos fracos e o nível três é indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento de instituições.

Além das dimensões que compõem o instrumento de avaliação, em sua parte final, a Comissão de Avaliação deve fazer o registro do cumprimento ou não, por parte da IES, dos requisitos legais e normativos, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis. Para fins de credenciamento (faculdade), o único requisito a ser registrado refere-se às condições de acesso para portadores de

necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004), devendo a Comissão de Avaliação informar se a IES apresenta ou não condições de acesso para portadores de necessidades especiais. Para fins de credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância, são dois requisitos a serem registrados pela Comissão de Avaliação. São eles: a) condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004), e b) convênios, parcerias e acordos celebrados com outras instituições nacionais e/ou internacionais que sejam necessários à execução dos cursos de EAD. Dado que se tratam de requisitos essencialmente regulatórios, eles não fazem parte do cálculo do conceito final da avaliação.

O instrumento de avaliação institucional externa contempla as dimensões previstas no artigo 3º da Lei nº 10.861/2004, quais sejam:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores, sendo que alguns destes são específicos para IES credenciada para a oferta de modalidade de educação a distância.

Para cada indicador o instrumento de avaliação apresenta um conceito referencial mínimo de qualidade. Em alguns indicadores há conceito referencial mínimo de qualidade distinto em se tratando de avaliação de faculdade, centro universitário ou universidade.

A Comissão de Avaliação deve cotejar, criteriosamente, para cada indicador, o respectivo conceito referencial mínimo de qualidade com as informações documentais e

com as condições apresentadas *in loco* pela IES. A partir disso, deve atribuir conceitos de um a cinco, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dez dimensões.

Observe-se que, diferentemente, dos demais instrumentos para avaliação *in loco* das instituições de ensino superior (credenciamento de faculdade e credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância), no instrumento de avaliação institucional externa a Comissão de Avaliação não atribui conceito para cada um dos indicadores que integram cada dimensão objeto de avaliação.

O conceito final da avaliação é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Cada dimensão tem um peso, determinado em função da quantidade de indicadores que a compõe.

Deve-se observar que o conceito final da avaliação institucional externa corresponde ao Conceito da Instituição (CI), uma vez que se trata de avaliação do ciclo avaliativo. Dessa forma, de acordo com o artigo 33-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, os conceitos de avaliação são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

O artigo 32 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que os níveis quatro e cinco são indicativos de pontos fortes, os níveis um e dois são indicativos de pontos fracos e o nível três é indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento de instituições.

Além das dimensões que compõem o instrumento de avaliação, em sua parte final, a Comissão de Avaliação deve fazer o registro do cumprimento ou não, por parte da IES, dos requisitos legais e normativos, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis.

Conforme o artigo 16 da Portaria Normativa nº 40/2007, realizada a visita à instituição, a comissão elabora um relatório, atribuindo o conceito de avaliação.

Os resultados da avaliação externa *in loco* são divulgados à instituição de ensino superior e aos órgãos de regulação do Ministério da Educação, sendo aberto prazo comum de sessenta dias para impugnação pela instituição ou pela Secretaria componente, conforme disciplinado no artigo 16, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007. Havendo impugnação de uma ou outra, é aberto prazo de vinte dias para apresentação de contrarrazões, conforme o caso (artigo 16, §3º).

De acordo com o artigo 17 da Portaria Normativa nº 40/2007, se houver impugnação pela instituição ou pela Secretaria competente, o processo é submetido à

CTAA, que aprecia conjuntamente as manifestações da instituição e da Secretaria competente, e decide, motivadamente, por uma dentre as seguintes formas:

- I – manutenção do parecer da Comissão de Avaliação;
- II – reforma do parecer da Comissão de Avaliação, com alteração do conceito, para mais ou para menos, conforme se acolham os argumentos da instituição ou da Secretaria competente;
- III – anulação do relatório e parecer, com base em falhas na avaliação, determinando a realização de nova visita, na forma do art. 15.

É importante observar que nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a CTAA não efetua, em nenhuma hipótese, diligências nem verificação *in loco*. Além disso, de acordo com o artigo 17, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a decisão da CTAA é irrecorrível, na esfera administrativa, e encerra a fase da avaliação.

No caso de credenciamento, conforme dispõe o artigo 34, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, “após a etapa de avaliação *in loco*, o relatório de avaliação, bem como os conceitos [...] CI, serão disponibilizados para a exibição no Cadastro e-MEC”. Contudo, segundo o artigo 34, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007, “ocorrendo revisão do conceito, por decisão da CTAA, o [...] CI revisto deverá ser lançado pela [Diretoria de Avaliação da Educação Superior] DAES no Cadastro e-MEC, passando a ser exibido”. Assim, o resultado da avaliação externa *in loco*, no caso de credenciamento, é também disponibilizado para o público em geral.

Ademais, se a instituição não for avaliada *in loco*, conforme as hipóteses de dispensa da avaliação *in loco* previstas na Portaria Normativa nº 40/2007, com base em IGC satisfatório, o artigo 34, §7º, da Portaria Normativa nº 40/2007 permite que o Cadastro e-MEC exiba a menção “dispensado” no campo correspondente ao CI.

4.3.1.2. Avaliação dos Cursos de Graduação

De acordo com o artigo 4º da Lei nº 10.861/2004, a avaliação dos cursos de graduação²⁰⁸ “tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica”. Assim, a avaliação dos cursos de graduação é realizada analisando-se três dimensões: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas.

²⁰⁸ Inclui os cursos de graduação e os cursos superiores de tecnologia, nas modalidades presencial e a distância.

Para a avaliação dos cursos de graduação, o artigo 4º, §1º, da Lei nº 10.861/2004 estabelece que são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

Em relação à avaliação dos cursos, o artigo 18 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que está é realizada por Comissões Externas de Avaliação de Cursos.

É importante destacar que a avaliação dos cursos subsidia os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

As Comissões Externas de Avaliação de Cursos, nos termos do artigo 18 da Portaria nº 2.051/2004, são integradas por avaliadores, especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento, cadastrados e capacitados pelo INEP. A Portaria Normativa nº 40/2007, no artigo 14, §1º, especifica que essas comissões são compostas por dois avaliadores, sorteados pelo sistema e-MEC, dentre os integrantes do BASis.

Segundo o artigo 17-A da Portaria Normativa nº 40/2007, o avaliador, integrante do BASis²⁰⁹, “é um docente da educação superior, membro da comunidade universitária que, em nome de seus pares e por delegação do MEC, afere a qualidade de [...] cursos da educação superior”.

Dessa forma, os avaliadores, nos termos do artigo 17-A, parágrafo único, da Portaria Normativa nº 40/2007, não podem aconselhar ou orientar a instituição em relação à atividade educacional, uma vez que as avaliações *in loco* destinam-se a conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais, a fim de aferir a qualidade dos cursos superiores.

De acordo com o artigo 17-H da Portaria Normativa nº 40/2007, a designação de avaliadores para composição das comissões de avaliação é feita por sorteio eletrônico e é orientada pela diretriz da avaliação por pares, observados os parâmetros de mérito (inciso I), os critérios eliminatórios operacionais aos avaliadores (inciso II) e os critérios classificatórios entre os avaliadores (inciso III).

Assim, os parâmetros de mérito aplicados no caso de avaliação de cursos são:

- a) na avaliação de cursos, os avaliadores devem ter formação correspondente ao curso avaliado, com referência nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia, além de critérios usualmente adotados pela comunidade acadêmica;
- b) na avaliação de cursos [...] de EAD, os avaliadores devem ter experiência de pelo menos um ano nessa modalidade de educação;

²⁰⁹ A respeito do BASis vide nota de rodapé 201.

c) na avaliação de cursos superiores de tecnologia, os avaliadores devem ter pelo menos três anos de experiência acadêmica na área específica do curso a ser avaliado;
[...]

São critérios eliminatórios operacionais aos avaliadores:

- a) não possuir qualquer vínculo com a IES a ser avaliada;
- b) residir em estado distinto do local de oferta a ser avaliado;
- c) não ter pendência com a Receita Federal;
- d) ter sido capacitado no instrumento a ser utilizado na avaliação;
- e) não participar de mais de uma Comissão de Avaliação simultaneamente;
- f) não exceder o número máximo de avaliações anuais fixado pelo INEP;

São critérios classificatórios entre os avaliadores:

- a) avaliadores com maior titulação;
- b) avaliadores que possuem menor número de avaliações no ano corrente;
- c) avaliadores que residem na mesma região da avaliação, mas em estados diferentes.

Designada a comissão para avaliação externa *in loco*, esta é encaminhada para o local de funcionamento da instituição, onde permanece por dois dias, conforme dispõe o artigo 14-C da Portaria Normativa nº 40/2007.

O artigo 15 combinado com o artigo 17-J da Portaria Normativa nº 40/2007, estabelece que a comissão procede à avaliação *in loco*, utilizando o instrumento de avaliação elaborado pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES, e respectivos formulários eletrônicos de avaliação de preenchimento obrigatório pela instituição²¹⁰, sendo orientada, ainda, pelos indicadores de qualidade²¹¹, quando disponíveis.

A utilização dos indicadores de qualidade nas avaliações *in loco* somente é viável quando se tratar de curso já em funcionamento e que tenha indicadores de qualidades já divulgados. Assim, parece pertinente considerar que a utilização dos referidos indicadores, nas avaliações *in loco*, ocorre apenas quando se tratar de reconhecimento ou renovação de reconhecimento²¹².

De acordo com o artigo 20 da Portaria nº 2.051/2004, as Comissões Externas de Avaliação de Cursos têm acesso antecipado aos dados fornecidos nos respectivos formulários eletrônicos de avaliação, e consideram também os seguintes aspectos:

²¹⁰ A respeito do preenchimento dos formulários eletrônicos de avaliação vide nota de rodapé 202.

²¹¹ Sobre os indicadores de qualidade vide nota de rodapé 203.

²¹² Sobre a renovação de reconhecimento, a Portaria Normativa nº 40/2007 é específica em seu artigo 33-A ao estabelecer que as avaliações do ciclo avaliativo, no qual se insere a renovação de reconhecimento, são orientadas por indicadores de qualidade. Ademais, o artigo 33-C, parágrafo único da Portaria Normativa nº 40/2007, fixa que “as Comissões de Avaliação utilizarão o CPC [...] como referenciais orientadores das avaliações *in loco* de cursos [...], juntamente com os instrumentos referidos no art. 17-J e demais elementos do processo”.

- I – o perfil do corpo docente;
- II – as condições das instalações físicas;
- III – a organização didático-pedagógica;
- IV – o desempenho dos estudantes da IES no ENADE;
- V – os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;
- VI – os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das instituições e cursos;
- VII – outros considerados pertinentes pela CONAES.

Observe-se que a relação de documentos referidos no artigo 20 da Portaria nº 2.051/2004 é meramente exemplificativa. Sua obrigatoriedade deve ser analisada em função do tipo de processo regulatório que a avaliação *in loco* irá subsidiar.

Como já visto, as avaliações *in loco* destinam-se a conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais, a fim de aferir a qualidade dos cursos superiores.

Assim, nos termos do artigo 15, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o trabalho da comissão deve ser pautado pelo registro fiel e circunstanciado das condições concretas de funcionamento do curso, incluídas as eventuais deficiências, em relatório que serve como referencial básico à decisão das Secretarias competentes ou do CNE, conforme o caso. Além disso, segundo o artigo 15, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a comissão, na realização da visita *in loco*, afere a exatidão dos dados informados pela instituição, com especial atenção ao Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Os instrumentos de avaliação de cursos, desde a instituição do SINAES em 2004, vem passando por sucessivas reformulações. Até 2010, havia um instrumento específico para cada tipo de processo regulatório (autorização²¹³, reconhecimento²¹⁴ e renovação de reconhecimento²¹⁵). Em 2011 os instrumentos foram unificados, sendo então criado um instrumento que serve para a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Em se tratando de cursos de direito e medicina, há um instrumento específico para cada um desses cursos, que também subsidia todos os atos autorizativos.

Os instrumentos de avaliação de cursos contemplam as dimensões, conforme

²¹³ Além de um instrumento único para autorização de cursos superiores, aplicável a todos os cursos de bacharelados e licenciaturas, havia um instrumento específico para a autorização de cursos de direito, medicina e pedagogia, que era aplicado em substituição ao instrumento único. Ademais, havia um instrumento específico para a autorização dos cursos superiores de tecnologia, e um instrumento específico para a autorização de cursos superiores a distância, considerando as características próprias desses cursos.

²¹⁴ Além de um instrumento único para reconhecimento de cursos superiores, aplicável a todos os cursos de bacharelado e licenciatura, havia um instrumento específico para o reconhecimento de cursos de direito, medicina e pedagogia, aplicado em substituição ao instrumento único. Ademais, havia um instrumento específico para o reconhecimento dos cursos superiores de tecnologia, e um instrumento específico para o reconhecimento de cursos superiores a distância, considerando as características próprias desses cursos.

²¹⁵ O instrumento de avaliação para fins de renovação de reconhecimento de cursos superiores era único para todos os cursos superiores.

previstas no artigo 4º da Lei nº 10.861/2004, quais sejam: Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica; Dimensão 2: Corpo Docente; Dimensão 3: Infraestrutura.

Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores, que devem ser avaliados individualmente pela Comissão de Avaliação, a partir dos critérios de análise apresentados nos instrumentos de avaliação.

Os critérios de análise dos indicadores que integram as três dimensões são apresentados nos instrumentos de avaliação em uma escala de valoração crescente de um a cinco, correspondente ao conceito a ser atribuído a cada um dos indicadores.

O conceito de cada dimensão é calculado a partir dos conceitos atribuídos aos indicadores que a integram, e também varia de um a cinco. Trata-se de uma média dos conceitos dos indicadores.

O conceito final da avaliação é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Cada dimensão tem um peso, determinado em função do ato administrativo autorizativo que subsidia.

Além das dimensões que compõem os instrumentos de avaliação, em sua parte final, a Comissão de Avaliação deve fazer o registro do cumprimento ou não, por parte da IES, dos requisitos legais e normativos, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis. No total, são onze requisitos legais e normativos a serem observados pela Comissão de Avaliação, sendo que alguns são aplicados em decorrência das características do curso.

Conforme o artigo 16 da Portaria Normativa nº 40/2007, realizada a visita à instituição, a comissão elabora um relatório em que atribui o conceito de avaliação.

Nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 10.861/2004, a avaliação dos cursos superiores resulta na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O artigo 32 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que os níveis quatro e cinco são indicativos de pontos fortes, os níveis um e dois são indicativos de pontos fracos e o nível três é indicativo do mínimo aceitável para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

Registre-se que, no caso de renovação de reconhecimento, por se tratar de avaliação do ciclo avaliativo, o conceito final da avaliação *in loco* corresponde ao CC, uma vez que se trata de avaliação do ciclo avaliativo. Dessa forma, de acordo com o artigo 33-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, os conceitos de avaliação são expressos numa

escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Os resultados da avaliação de cursos são divulgados à instituição de ensino superior e aos órgãos de regulação do Ministério da Educação, sendo aberto prazo comum de sessenta dias para impugnação pela instituição ou pela Secretaria componente, conforme disciplinado no artigo 16, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007. Havendo impugnação de uma ou outra, é aberto prazo de vinte dias para apresentação de contrarrazões, conforme o caso (artigo 16, §3º).

De acordo com o artigo 17 da Portaria Normativa nº 40/2007, se houver impugnação pela instituição ou pela Secretaria competente, o processo é submetido à CTAA, que aprecia conjuntamente as manifestações da instituição e da Secretaria competente, e decide, motivadamente, por uma dentre as seguintes formas:

- I – manutenção do parecer da Comissão de Avaliação;
- II – reforma do parecer da Comissão de Avaliação, com alteração do conceito, para mais ou para menos, conforme se acolham os argumentos da instituição ou da Secretaria competente;
- III – anulação do relatório e parecer, com base em falhas na avaliação, determinando a realização de nova visita, na forma do art. 15.

Nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a CTAA não efetua, em nenhuma hipótese, diligências nem verificação *in loco*. Além disso, de acordo com o artigo 17, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, a decisão da CTAA é irrecorrível, na esfera administrativa, e encerra a fase da avaliação.

No caso de renovação de reconhecimento, conforme o dispõe o artigo 34, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, “após a etapa de avaliação *in loco*, o relatório de avaliação, bem como os conceitos CC [...], serão disponibilizados para a exibição no Cadastro e-MEC”. Contudo, segundo o artigo 34, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007, “ocorrendo revisão do conceito, por decisão da CTAA, o CC [...] revisto deverá ser lançado pela DAES no Cadastro e-MEC, passando a ser exibido”. Assim, o resultado da avaliação *in loco*, no caso de renovação de reconhecimento, é também disponibilizado para o público em geral.

Ademais, se a instituição não for avaliada *in loco*, conforme as hipóteses de dispensa da avaliação *in loco* previstas na Portaria Normativa nº 40/2007, com base em CPC satisfatório, o artigo 34, §7º, da Portaria Normativa nº 40/2007 permite que o Cadastro e-MEC exiba a menção “dispensado” no campo correspondente ao CC.

4.3.1.3. Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

De acordo com o artigo 5º da Lei nº 10.861/2004, a avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada mediante a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Assim, o ENADE é um dos componentes de avaliação do SINAES, juntamente com a avaliação de instituições e a avaliação de cursos.

Segundo o artigo 5º, §1º, da Lei nº 10.861/2004, e o artigo 23 da Portaria nº 2.051/2004, o ENADE tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso superior, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O ENADE, conforme dispõe o artigo 24 da Portaria nº 2.051/2004, é realizado pelo INEP, sob orientação da CONAES, sendo desenvolvido com o apoio técnico de Comissões Assessoras de Avaliação de Áreas e Comissão Assessora de Formação Geral²¹⁶.

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, conforme determina o artigo 5º, §5º, da Lei nº 10.861/2004. É inscrito no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação. O artigo 28 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que o registro de participação ou dispensa oficial do estudante é condição indispensável para a emissão do histórico escolar²¹⁷.

²¹⁶ Essas comissões, compostas por especialistas de notório saber, atuantes na área, são responsáveis pela determinação das competências, conhecimentos, saberes e habilidades a serem avaliadas, e todas as especificações necessárias à elaboração da prova a ser aplicada pelo ENADE. A designação das comissões é feita pelo Presidente do INEP.

²¹⁷ A Portaria Normativa nº 40/2007, em seu artigo 33-G, disciplina essa questão, detalhando as hipóteses de menções no histórico escolar. “Art. 33-G. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos dessa Portaria Normativa. §1º. O estudante que tenha participado do ENADE terá registrada no histórico escolar a data de realização da prova. §2º. O estudante cujo ingresso ou conclusão no curso não coincidir com os anos de aplicação do ENADE respectivo, observado o calendário referido no art. 33-E, terá no histórico escolar a menção, ‘estudante dispensado de realização do ENADE, em razão do calendário trienal’. §3º. O estudante cujo curso não participe do ENADE, em virtude da ausência de Diretrizes Curriculares Nacionais ou motivo análogo, terá no histórico escolar a menção ‘estudante dispensado de realização do ENADE, em razão da natureza do curso’. §4º. O estudante que não tenha participado do ENADE por motivos de saúde, mobilidade acadêmica ou outros impedimentos relevantes de caráter pessoal, devida e formalmente justificados perante a instituição, terá no histórico escolar a menção ‘estudante dispensado de realização do ENADE por razão de ordem pessoal’. §5º. O estudante que não tiver sido inscrito no ENADE por ato de responsabilidade da instituição, terá inscrito no histórico escolar a menção ‘estudante não participante do ENADE, por ato da instituição de ensino’. §6º. A situação do estudante em relação ao ENADE constará do histórico escolar ou atestado específico, a ser fornecido pela instituição na

O ENADE é aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos superiores, ao final do primeiro (ingressantes) e do último (concluintes) ano do curso, sendo admitida, nos termos do artigo 5º, §2º, da Lei nº 10.861/2004, utilização de procedimentos amostrais para fins de seleção dos estudantes.

De fato, de 2004 até 2009, o ENADE foi aplicado a uma amostra de estudantes habilitados do final do primeiro e do último ano de cada curso selecionado para a avaliação²¹⁸. Entretanto, em 2010 houve uma mudança nessa sistemática, que deixou de utilizar os procedimentos amostrais para abranger todo o contingente de estudantes do final do primeiro e do último ano de cada curso selecionado para a avaliação²¹⁹.

Em 2011, já sob a vigência da nova redação da Portaria Normativa nº 40/2007, foi mantida a aplicação do ENADE para todo o contingente de estudantes do final do primeiro e do último ano do curso de cada curso selecionado para a avaliação. Contudo, as regras para definição dos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso foram alteradas. Assim, passam a ser considerados estudantes ingressantes todos aqueles que

oportunidade da conclusão do curso, de transferência ou quando solicitado. §7º. A ausência de informação sobre o ENADE no histórico escolar ou a indicação incorreta de dispensa caracteriza irregularidade da instituição, passível de supervisão, observado o disposto no art. 33-H. §8º. A soma dos estudantes concluintes dispensados de realização do ENADE nas situações referidas nos §§4º e 5º deverá ser informada anualmente ao INEP, e caso ultrapasse a proporção de 2% (dois por cento) dos concluintes habilitados por curso, ou o número de 10 (dez) alunos, caracterizará irregularidade, de responsabilidade da instituição”.

²¹⁸ Para a inscrição no ENADE, eram habilitados os estudantes das áreas selecionadas, sendo considerados como estudantes do final do primeiro ano do curso aqueles que tivessem concluído, até a data inicial do período de inscrição no exame, entre 7% a 22% (inclusive) da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de ensino superior. Eram considerados estudantes do final do último ano do curso aqueles que tivessem concluído, até a data inicial do período de inscrição no exame, pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de ensino superior, ou que tivessem condições acadêmicas de conclusão do curso de graduação durante o ano letivo em que seria aplicado o ENADE. De 2004 a 2009, foram dispensados do ENADE todos os estudantes que, inscritos, não foram selecionados no plano amostral do INEP, e todos aqueles que colaram grau antes da data de realização do exame, e todos aqueles que estivessem oficialmente matriculados e cursando atividades curriculares fora do Brasil, na data de realização do exame, em instituição conveniada com a instituição de ensino superior de origem do estudante.

²¹⁹ No ano de 2010, foi mantido o entendimento de que eram considerados como estudantes do final do primeiro ano do curso, aqueles que tivessem concluído, até a data inicial do período de inscrição no exame, entre 7% a 22% (inclusive) da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de ensino superior. Eram considerados como estudantes do final do último ano do curso aqueles que tivessem concluído, até a data inicial do período de inscrição no exame, pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de ensino superior, ou, então, que tivessem condições acadêmicas de conclusão do curso de graduação durante o ano letivo em que seria aplicado o ENADE. Para os cursos superiores de tecnologia que tivessem carga horária mínima de até 2.000 horas, o ENADE 2010 determinou que eram considerados estudantes do final do primeiro ano do curso aqueles que, até a data inicial do período de inscrição no exame, tivessem concluído entre 7% e 25% (inclusive) da carga horária mínima do currículo do curso da IES; e que eram considerados estudantes do final do último ano do curso aqueles que, até a data inicial do período de inscrição no exame, tivessem concluído pelo menos 75% da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de ensino superior ou aqueles estudantes que apresentem condições acadêmicas de conclusão do curso no ano letivo de aplicação do ENADE. No ENADE 2010 foram dispensados do exame todos os estudantes que colaram grau antes da data de realização do exame e todos aqueles que estivessem oficialmente matriculados e cursando atividades curriculares fora do Brasil, na data de realização do exame, em instituição conveniada com a instituição de ensino superior de origem do estudante.

tenham iniciado o curso com matrícula no ano de realização do ENADE (artigo 33-H, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007). São considerados estudantes concluintes todos os que tenham expectativa de conclusão do curso no ano de realização do ENADE, além dos que tenham completado mais de 80% da carga horária do curso (artigo 33-H, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Em todos os casos, tanto no período de utilização dos procedimentos amostrais²²⁰, como na aplicação a todo o contingente de alunos, a responsabilidade pela inscrição dos estudantes habilitados a participar do ENADE é do dirigente da instituição de ensino superior, que, nos prazos estipulados pelo INEP, deve apresentar a relação dos estudantes que atendem aos critérios definidos para serem considerados estudantes ingressantes e concluintes.

Observe-se que o artigo 5º, §6º, da Lei nº 10.861/2004 estabelece que é de responsabilidade do dirigente da instituição de ensino superior a inscrição junto ao INEP de todos os estudantes habilitados à participação no ENADE. Ademais, o artigo 5º, §7º, da Lei nº 10.861/2004, estabelece que a não inscrição de estudantes habilitados para participação no ENADE, nos prazos estipulados pelo INEP, sujeita a instituição à aplicação das sanções previstas no artigo 10, §2º, sem prejuízo do disposto no artigo 12²²¹. Nesse sentido, o artigo 33-M, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007, especifica que, quando a responsabilidade pela não inscrição for da instituição, esta estará sujeita à suspensão do processo seletivo, com fundamento no artigo 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004. No caso das instituições públicas, o artigo 33-M, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007, especifica que os responsáveis pela não inscrição sujeitam-se a processo administrativo disciplinar, nos termos do artigo 10, §2º, inciso III, da Lei nº 10.861/2004.

Segundo o artigo 5º, §3º, da Lei nº 10.861/2004, a periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso superior é trienal. Assim, a cada ano são selecionadas áreas, com seus respectivos cursos, para serem avaliadas, sendo estas reavaliadas a cada três anos.

Nesse sentido, o artigo 5º, §11, da Lei nº 10.861/2004 e o artigo 26 da Portaria nº 2.051/2004, dispôs que, anualmente, o Ministro da Educação, com base em proposta da CONAES, determinará as áreas e seus respectivos cursos a cujos estudantes o ENADE

²²⁰ Nesse período, a partir da relação encaminhada pelo dirigente da instituição de ensino superior, o INEP definia os critérios para selecionar a amostra a ser avaliada.

²²¹ De acordo com o artigo 12 da Lei nº 10.861/2004, “os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas”.

será aplicado. Dessa forma, desde a primeira aplicação do ENADE, que ocorreu em 2004, o Ministro da Educação, a cada ano, definiu, mediante portaria²²², as áreas e seus respectivos cursos a serem avaliados.

Em 2010, após seis anos de aplicação do ENADE, a Portaria Normativa nº 40/2007, em seu artigo 33-E, consolidou a regra para avaliação, estabelecendo um calendário de avaliação trienal para as grandes áreas do conhecimento, no qual se incluem os cursos de graduação. Adicionalmente, estabeleceu um calendário de avaliação trienal para avaliação dos cursos superiores de tecnologia, com base nos eixos tecnológicos que integram.

Assim, segundo o artigo 33-E, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o calendário para as áreas avaliadas no ENADE observa as seguintes referências: Ano I – saúde, ciências agrárias e áreas afins; Ano II – ciências exatas, licenciaturas e áreas afins; Ano III – ciências sociais aplicadas, ciências humanas e áreas afins.

Não obstante isso, o artigo 33-E, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007 preservou a possibilidade de, a cada ano, a relação de cursos que compõem o calendário anual do ENADE, com base nas áreas constantes do artigo 33-E, §1º, ser complementada ou alterada, por decisão da CONAES, ouvido o INEP, mediante ato homologado pelo Ministro da Educação, considerando como critérios, entre outros, a abrangência da oferta e a quantidade de alunos matriculados.

De acordo com o artigo 33-E, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o calendário para os eixos tecnológicos observa as seguintes referências: Ano I – Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; Ano II – Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; Ano III – Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

O ENADE é operacionalizado por meio da aplicação de uma prova escrita aos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos selecionados para avaliação, além da aplicação de questionários.

²²² As áreas avaliadas no ENADE 2004 foram definidas na Portaria MEC nº 1.606, de 1º de junho de 2004. As áreas avaliadas no ENADE 2005 foram definidas na Portaria MEC nº 2.205, de 22 de junho de 2005, retificada pela Portaria MEC nº 3.159, de 13 de setembro de 2005. As áreas avaliadas no ENADE 2006 foram definidas na Portaria MEC nº 603, de 7 de março de 2006. As áreas avaliadas no ENADE 2007 foram definidas na Portaria Normativa nº 5, de 20 de março de 2007. As áreas avaliadas no ENADE 2008 foram definidas na Portaria Normativa nº 3, de 1º de abril de 2008. As áreas avaliadas no ENADE 2009 foram definidas na Portaria Normativa nº 1, de 29 de janeiro de 2009. As áreas avaliadas no ENADE 2010 foram definidas na Portaria Normativa nº 5, de 22 de fevereiro de 2010. As áreas avaliadas no ENADE 2011 foram definidas na Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011.

Anualmente, para definir as competências, conhecimentos, saberes e habilidades a serem avaliados, e todas as especificações necessárias à elaboração da prova a ser aplicada no ENADE, o Presidente do INEP designa os integrantes das Comissões Assessoras de Avaliação de Áreas e a Comissão Assessora de Formação Geral. A partir das diretrizes traçadas por essas comissões, a prova do ENADE é elaborada. Em seguida é aplicada por instituição ou consórcio de instituições contratadas pelo INEP, segundo o modelo proposto para o ENADE, e que atenda aos requisitos estabelecidos para o exame.

A prova escrita envolve questões de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de cada curso avaliado. As questões de conhecimentos gerais integram o componente de formação geral da prova, com dez questões, discursivas e de múltipla escolha, comuns a todos os cursos. As questões de conhecimentos específicos de cada curso avaliado integram o componente específico, com trinta questões discursivas e de múltipla escolha.

De 2004 a 2010, os estudantes ingressantes e concluintes eram arguidos tanto em relação ao componente de formação geral como específico. No entanto, a partir de 2011, com a Portaria Normativa nº 40/2007, os estudantes ingressantes, segundo o artigo 33-F, §2º, são arguidos apenas sobre o componente de formação geral, cujas questões passam a ser elaboradas com base na matriz de referência do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); sendo que, nos termos do artigo 33-F, §3º, os estudantes ingressantes que tiverem realizado o ENEM, aplicado com metodologia que permita comparação de resultados entre edições do exame, poderão ser dispensados de realizar o ENADE, mediante apresentação do resultado válido. Nessa nova sistemática, os estudantes concluintes continuam a ser arguidos pelo componente de formação geral, assim como pelo componente específico (artigo 33-F, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Além da prova escrita, são aplicados questionários, em consonância com o artigo 30 da Portaria nº 2.051/2004, que determina que o INEP aplicará anualmente aos cursos selecionados a participar do ENADE os seguintes instrumentos:

- I – aos alunos, questionário socioeconômico para compor o perfil dos estudantes do primeiro e do último ano do curso²²³;
 - II – aos coordenadores, questionário objetivando reunir informações que contribuam para a definição do perfil do curso.
- Parágrafo único. Os questionários referidos neste artigo, integrantes do sistema de avaliação, deverão estar articulados com as diretrizes definidas pela CONAES.

²²³ O artigo 5º, §4º, da Lei nº 10.861/2004, estabelece que a aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

Para os alunos, desde a primeira edição do ENADE, foi aplicado o questionário socioeconômico²²⁴, de preenchimento obrigatório para todos os estudantes participantes em período que antecede a realização da prova. O questionário socioeconômico tem como objetivo traçar o perfil socioeconômico dos estudantes participantes, assim como conhecer a opinião destes sobre o ambiente acadêmico em que realizam a sua formação, consolidando informações sobre as condições de ensino e os procedimentos didático-pedagógicos.

Além do questionário socioeconômico, passou a ser aplicado aos estudantes um questionário de percepção sobre a prova. O questionário de percepção sobre a prova é preenchido pelos estudantes, imediatamente após a realização da prova, e permite conhecer a opinião dos participantes a respeito do instrumento aplicado e das dificuldades encontradas.

Para os coordenadores de curso, o questionário aplicado é de participação voluntária, devendo ser preenchido após a realização da prova. O questionário do coordenador de curso tem como objetivo coletar informações gerais que contribuam para a definição do perfil do curso.

O artigo 5º, §8º, da Lei nº 10.861/2004, estabelece que os resultados do ENADE são expressos por meio de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis.

Os conceitos variam de um a cinco, sendo que à medida que esse valor aumenta, melhor é o desempenho no exame. O conceito de cada curso é obtido a partir da nota final do curso.

De 2004 a 2007, para fins de cálculo da nota final do curso, eram considerados o desempenho dos estudantes ingressantes e concluintes. Contudo, a partir do ENADE 2008, o cálculo da nota final do curso passou a considerar em seu cômputo apenas o desempenho dos estudantes concluintes.

Assim, no período de 2004 a 2007, o nota final do curso correspondia à média ponderada da nota padronizada dos estudantes concluintes no componente específico, da nota padronizada dos estudantes ingressantes no componente específico e da nota padronizada no componente de formação geral (concluintes e ingressantes), possuindo estas, respectivamente, pesos de 60%, 15% e 25%. Dessa forma, a parte referente ao componente específico contribuía com 75% da nota final, enquanto a referente ao componente de formação geral contribuía com 25%.

²²⁴ Em 2007 foi denominado de “Avaliação Discente da Educação Superior”.

A partir de 2008, a nota final do curso passou a ser obtida da média ponderada da nota padronizada dos estudantes concluintes no componente específico e no componente de formação geral. Dessa forma, a parte referente ao componente específico contribui com 75%, enquanto a referente ao componente de formação geral contribui com 25% da nota final, em consonância com o número de questões na prova, trinta e dez, respectivamente.

Os diferentes intervalos de notas possíveis e os conceitos correspondentes a esses intervalos, aplicados de 2004 a 2008, são apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2 – Distribuição dos Conceitos ENADE (2004 a 2008).

Conceito ENADE	Notas Finais
1	0,0 a 0,9
2	1,0 a 1,9
3	2,0 a 2,9
4	3,0 a 3,9
5	4,0 a 5,0

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito ENADE (2007)**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito ENADE (2008)**. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

A partir de 2009 foi adotado um novo parâmetro entre conceitos e intervalos correspondentes, conforme apresentado no Quadro 3.

QUADRO 3 – Distribuição dos Conceitos ENADE (a partir de 2009).

Conceito ENADE	Notas Finais
1	0,0 a 0,94
2	0,95 a 1,94
3	1,95 a 2,94
4	2,95 a 3,94
5	3,95 a 5,0

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito ENADE (2009)**. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Deve ser destacado que, a partir de 2007, com base nos resultados do ENADE, o INEP passou a calcular o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), elaborado com a finalidade de possibilitar uma análise do desempenho dos concluintes de cada instituição, levando em consideração o perfil do estudante que ingressa no curso. (INEP, 2007d)

O IDD é a diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o desempenho médio estimado para os concluintes desse mesmo curso, considerando o perfil de seus estudantes, e representa, portanto, quanto cada curso se destaca da média, podendo ficar acima ou abaixo do que seria esperado para ele.

Dessa forma, o IDD “tem o propósito de trazer às instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados obtidos, em média, pelas demais instituições cujos perfis de seus estudantes ingressantes são semelhantes”. (INEP, 2007d, p. 1) Com isso, busca-se identificar o quanto o curso contribuiu para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, das competências profissionais e conhecimento do aluno.

A divulgação dos resultados do ENADE ocorre por meio do Relatório-Síntese, do Relatório de Curso e do Relatório de IES, de acesso público no *site* do INEP.

O Relatório-Síntese divulga os resultados nacionais do ENADE por área avaliada na respectiva edição. Assim, são publicados para cada uma das áreas dos cursos superiores avaliados um Relatório-Síntese por edição do ENADE. Além das diretrizes gerais, formato da prova, informações sobre as comissões constituídas e fórmulas estatísticas utilizadas no ENADE, o Relatório-Síntese apresenta um panorama quantitativo dos cursos e estudantes participantes e um panorama nacional da distribuição dos conceitos dos cursos avaliados no ENADE. Ademais, o Relatório-Síntese contém dados em termos de média, erro-padrão da média, desvio padrão, nota mínima, mediana e nota máxima dos estudantes participantes na prova; e as impressões dos estudantes a respeito da prova aplicada. É apresentada também uma análise do perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos avaliados.

O Relatório de Curso divulga os resultados do ENADE por curso avaliado na respectiva edição. Dessa forma, é registrado o desempenho dos estudantes participantes de um determinado curso na prova aplicada, além das impressões sobre a prova e o perfil socioeconômico dos estudantes.

O Relatório de IES agrega os resultados do ENADE de todos os cursos avaliados, de uma determinada instituição de ensino superior. O Relatório de IES apresenta os resultados da aplicação do ENADE e do questionário socioeconômico respondido por ingressantes e concluintes de cada um dos cursos participantes, de uma determinada instituição de ensino superior, no referido exame.

O artigo 5º, §9º, da Lei nº 10.861/2004, determina que, na divulgação dos resultados do ENADE, é vedada a identificação nominal do resultado individual obtido pelo aluno examinado, que será a ele exclusivamente fornecido em documento específico, emitido pelo INEP.

Assim, para a divulgação do resultado individual obtido por cada estudante participante, é elaborado o Boletim de Desempenho, disponibilizado para consulta no *site* do INEP, mediante *login* de acesso exclusivo do estudante que participou do exame.

4.3.2. Indicadores de Qualidade da Educação Superior no Brasil

Tendo como base, particularmente, os resultados do ENADE, em 2008 foram regulamentados dois indicadores de qualidade voltados ao exercício da função de regulação da educação superior. São eles: o CPC e o IGC.

4.3.2.1. Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O Conceito Preliminar de Curso é um indicador prévio de qualidade dos cursos de graduação, instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008²²⁵. Ele sintetiza, trienalmente, diferentes medidas relativas à qualidade dos cursos, entendidas como medidas imperfeitas da contribuição do curso para a formação dos alunos.

O CPC é calculado pelo INEP²²⁶, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados²²⁷ oficiais do INEP e do Ministério da Educação, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861/2004.

Dessa forma, segundo dispõe o artigo 33-B, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o CPC é calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, com base no desempenho obtido pelos alunos no ENADE, nos resultados do IDD e em informações de corpo docente²²⁸, organização didático-pedagógica²²⁹ e infraestrutura oferecidas pelos cursos.

²²⁵ A Portaria Normativa nº 4/2008 foi revogada pela Portaria Normativa nº 40/2007, porém suas disposições foram consolidadas nesta última. Dessa forma, ao analisar o CPC, é utilizada como referência apenas a Portaria Normativa nº 40/2007.

²²⁶ De acordo com o artigo 34, §1º da Portaria Normativa nº 40/2007, o CPC é calculado por sistema informatizado do INEP, considerando os insumos coletados nas bases de dados oficiais do INEP e do Ministério da Educação, associados aos respectivos códigos de instituições, bem como locais de oferta, quando pertinente, e informados às instituições por meio do sistema eletrônico.

²²⁷ São bases de dados sobre estudantes e docentes da educação: Cadastro Nacional de Docentes e Censo da Educação Superior.

²²⁸ No que se refere ao corpo docente, os dados são extraídos do Cadastro Nacional de Docentes, onde as instituições de ensino superior cadastram cada um de seus professores, vinculando-os a cada curso em que lecionam.

²²⁹ No que se refere à organização didático-pedagógica e infraestrutura, os dados são extraídos das respostas do questionário socioeconômico do ENADE, preenchido pelos estudantes que participam do exame.

Para cada uma das medidas relativas à qualidade dos cursos, consideradas no cálculo do CPC, é atribuída uma nota, sendo esta ponderada pelo peso correspondente à medida. Dessa forma, o cálculo do CPC consiste, basicamente, na soma das notas atribuídas a cada medida, ponderada pelos pesos correspondentes.

O artigo 33-B, §6º, da Portaria Normativa nº 40/2007, especifica que o CPC dos cursos com oferta nas modalidades presencial e a distância é divulgada de maneira unificada, considerando a soma dos estudantes das duas modalidades e seus respectivos resultados.

O CPC, nos termos do artigo 33-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, é expresso numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Na hipótese de questionamento, por parte da instituição de ensino superior, sobre a exatidão do CPC, segundo o artigo 34, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, pode ser requerida a sua retificação, em campo próprio do sistema e-MEC, no prazo de até dez dias da ciência.

Inexistindo pedido de retificação, o INEP publica o CPC no Cadastro e-MEC e no Diário Oficial da União, conforme estabelece o artigo 34, §3º, da Portaria Normativa nº 40/2007. Havendo pedido de retificação, o INEP, segundo o artigo 34, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007, realiza a análise devida, publicando, se for o caso, o CPC retificado, que passa a ser exibido em lugar do original.

Desde a publicação da Portaria Normativa nº 4/2008, que instituiu o CPC, foram divulgados os resultados dos cálculos do CPC referente aos anos de 2007²³⁰, 2008 e 2009.

No CPC 2007²³¹, o cálculo do resultado de cada curso foi realizado com base nas notas das seguintes medidas: ENADE (peso 40%), IDD (30%) e INSUMOS (30%). Os insumos foram compostos pelas notas de organização didático-pedagógica (27,1%), de infraestrutura (10,2%) e corpo docente, dividida na nota professores doutores (38,9%) e nota professores com regime de dedicação integral ou parcial (23,8%).

Cada uma dessas medidas, no CPC 2007, foram transformadas em notas padronizadas, com valor de zero a cinco, sendo-lhes atribuído peso, conforme pode ser observado no Quadro 4.

²³⁰ No caso do CPC do ano 2007, a aplicação da Portaria Normativa nº 4/2008 foi retroativa.

²³¹ Maiores detalhes sobre o cálculo do CPC 2007 encontram-se em INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2007)**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

QUADRO 4 – Notas Padronizadas e Pesos no CPC 2007.

Notas Padronizadas		Pesos	
ENADE		40%	
IDD		30%	
INSUMOS	Organização Didático-Pedagógica	27,1%	30%
	Professores Doutores	38,9%	
	Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial	23,8%	
	Infraestrutura	10,2%	

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2007)**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Da soma das notas padronizadas, multiplicadas pelo peso atribuído a cada uma delas, obteve-se o CPC para cada curso, em uma escala de zero a cinco, conforme apresentado no Quadro 5.

QUADRO 5 – Distribuição dos Conceitos CPC 2007.

Valor Discreto do CPC	Valor Contínuo do CPC
1	0,0 a 0,9
2	1,0 a 1,9
3	2,0 a 2,9
4	3,0 a 3,9
5	4,0 a 5,0

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2007)**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

No CPC 2008 e no CPC 2009²³², o cálculo do resultado de cada curso foi realizado com base nas notas das seguintes medidas: ENADE (peso 30%, sendo o peso dividido em nota dos concluintes no ENADE e em nota dos ingressantes no ENADE), IDD (30%) e INSUMOS (40%). Os insumos foram compostos pelas notas de organização didático-pedagógica (5%), de infraestrutura (5%) e corpo docente, composto, por sua vez, por nota professores doutores (20%), nota professores mestres (5%) e nota professores com regime de dedicação integral ou parcial (5%).

Cada uma dessas medidas, no CPC 2008 e no CPC 2009, foram transformadas em notas padronizadas, com valor de zero a cinco, sendo-lhes atribuído peso, conforme pode ser observado no Quadro 6.

²³² Maiores detalhes sobre o cálculo do CPC 2008 e 2009 encontram-se em INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2008)**. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2009)**. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

QUADRO 6 – Notas Padronizadas e Pesos no CPC 2008 e 2009.

Notas Padronizadas	Pesos
Nota de Professores Doutores (<i>NPD</i>)	20%
Nota de Professores Mestres (<i>NPM</i>)	5%
Nota de Professores com Regime de Dedicação Integral ou Parcial (<i>NPR</i>)	5%
Nota de Infraestrutura (<i>NF</i>)	5%
Nota de Organização Didático-Pedagógica (<i>NO</i>)	5%
Nota dos Concluintes no ENADE (<i>NC</i>)	15%
Nota dos Ingressantes no ENADE (<i>NI</i>)	15%
Nota Padronizada do IDD (<i>NIDD</i>)	30%

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2008)**. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2009)**. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Da soma das notas padronizadas, multiplicadas pelo peso atribuído a cada uma delas, obteve-se o CPC para cada curso, em uma escala de zero a cinco, conforme apresentado no Quadro 7.

QUADRO 7 – Distribuição dos Conceitos CPC 2008 e 2009.

Valor Discreto do CPC	Valor Contínuo do CPC
1	0,0 a 0,94
2	0,95 a 1,94
3	1,95 a 2,94
4	2,95 a 3,94
5	3,95 a 5,0

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2008)**. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2009)**. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

O CPC, nos termos da Portaria Normativa nº 40/2007, tem aplicação na regulação da educação superior. Para o exercício das funções de regulação da educação superior, o CPC é aplicado na renovação de reconhecimento de cursos superiores, conforme as seguintes hipóteses:

- Curso com CPC satisfatório (igual ou superior a três): pode levar à prorrogação da validade do ato de renovação de reconhecimento de curso em vigor, se o curso tiver CPC satisfatório, ato autorizativo válido e não esteja sob medida de supervisão em vigor (artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007);
- Curso com CPC insatisfatório (inferior a três): antecipa o prazo para protocolo de renovação de reconhecimento, devendo ser apresentado até trinta dias da publicação do CPC, acompanhado de plano de melhorias acadêmicas (artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007);

- Curso sem CPC: antecipa o prazo para protocolo de renovação de reconhecimento, devendo ser apresentado até trinta dias da publicação dos indicadores das grandes áreas correlatas do ENADE (artigo 35-B da Portaria Normativa nº 40/2007).

Observe-se, ainda, que, de acordo com o artigo 33-C, parágrafo único, da Portaria Normativa nº 40/2007, as Comissões de Avaliação utilizam o CPC como referencial orientador das avaliações *in loco* de cursos, juntamente com os instrumentos de avaliação e demais elementos do processo de regulação.

4.3.2.2. Índice Geral de Cursos (IGC)

O Índice Geral de Cursos é um indicador de qualidade das instituições de ensino superior, instituído pela Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008²³³. Ele sintetiza, anualmente, a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de uma determinada instituição de ensino superior.

O IGC é calculado pelo INEP²³⁴, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados oficiais do INEP e do Ministério da Educação, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861/2004.

No cálculo do IGC, segundo o artigo 33-B, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, é considerada a média dos últimos CPC disponíveis dos cursos de graduação avaliados da instituição de ensino superior no ano do cálculo do IGC e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, da instituição de ensino superior, atribuídos pela CAPES²³⁵ na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas correspondentes; e a distribuição dos alunos entre os diferentes níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado).

²³³ A Portaria Normativa nº 12/2008 foi revogada pela Portaria Normativa nº 40/2007, porém suas disposições foram consolidadas nesta última. Dessa forma, ao analisar o IGC, é utilizada como referência apenas a Portaria Normativa nº 40/2007.

²³⁴ De acordo com o artigo 34, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o IGC é calculado por sistema informatizado do INEP, considerando os insumos coletados nas bases de dados oficiais do INEP e do Ministério da Educação, associados aos respectivos códigos de instituições, bem como locais de oferta, quando pertinente, e informados às instituições por meio do sistema eletrônico.

²³⁵ A avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o resultado expresso em notas de um a sete, sendo sete a nota máxima.

Dessa forma, o IGC é uma média dos conceitos dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de uma determinada instituição de ensino superior, ponderada pela distribuição dos alunos dessa IES entre os diferentes níveis de ensino²³⁶. Observe-se que tanto a média dos conceitos dos cursos de graduação como a média dos conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é ponderada pelo número de matrículas nos cursos computados ou programas correspondentes. No cálculo final, essas médias são ponderadas pela distribuição dos alunos dessa IES entre os diferentes níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado).

O artigo 33-B, §5º, da Portaria Normativa nº 40/2007 especifica que o IGC é calculado e divulgado, independentemente do número de cursos avaliados. Segundo seu §4º, nos anos em que o IGC da instituição de ensino superior não incorporar o CPC de cursos novos, será informada a referência do último IGC atualizado.

O IGC, nos termos do artigo 33-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, é expresso numa escala de cinco níveis em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Na hipótese de questionamento, por parte da instituição de ensino superior, sobre a exatidão do IGC, segundo o artigo 34, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, pode ser requerida a sua retificação, em campo próprio do sistema e-MEC, no prazo de até dez dias da ciência.

Inexistindo pedido de retificação, o INEP publica o IGC no Cadastro e-MEC e no Diário Oficial da União, conforme autoriza o artigo 34, §3º. Havendo pedido de retificação, o INEP, segundo o §4º do mesmo artigo, realiza a análise devida, publicando, se for o caso, o IGC retificado, que passa a ser exibido em lugar do original.

Desde a publicação da Portaria Normativa nº 12/2008, que instituiu o IGC, foram divulgados os resultados dos cálculos do IGC referente aos anos de 2007²³⁷, 2008 e 2009.

O IGC 2007 abrangeu o triênio 2005, 2006 e 2007. Neste IGC foram considerados os CPC referentes ao ENADE dos anos de 2005, 2006 e 2007²³⁸ e a nota CAPES referente

²³⁶ Se a instituição de ensino superior não oferta programas de pós-graduação, o IGC é simplesmente a média dos conceitos dos cursos de graduação.

²³⁷ No caso do IGC do ano 2007, a aplicação da Portaria Normativa nº 12/2008 foi retroativa.

²³⁸ Foram avaliados no ENADE do ano 2005 os cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química. No ENADE do ano 2006 foram avaliados os cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; biomedicina; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; música; normal superior; psicologia; secretariado executivo; teatro; turismo. No ENADE do ano 2007 foram avaliados os cursos de agronomia; biomedicina; educação física; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; serviço social; tecnologia em agroindústria; tecnologia em radiologia; terapia ocupacional; zootecnia.

à avaliação do triênio 2004-2006. Para a ponderação das matrículas de graduação, foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2005 e 2006; para ponderação das matrículas de pós-graduação *stricto sensu*, foram utilizados os dados da CAPES de matrículas de 2007.

O IGC 2008 abrangeu o triênio 2006, 2007 e 2008. Neste IGC foram considerados os CPC referentes ao ENADE dos anos de 2006, 2007 e 2008²³⁹ e a nota CAPES referente à avaliação do triênio 2004-2006. Para a ponderação das matrículas de graduação, foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2006, 2007 e 2008; para ponderação das matrículas de pós-graduação *stricto sensu*, foram utilizados os dados da CAPES de matrículas de 2008.

O IGC 2009 abrangeu o triênio 2007, 2008 e 2009. Neste IGC foram considerados os CPC referentes ao ENADE dos anos de 2007, 2008 e 2009²⁴⁰ e a nota CAPES da trienal 2010. Para a ponderação das matrículas de graduação, foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2007, 2008 e 2009. Para ponderação das matrículas de pós-graduação *stricto sensu*, foram utilizados os dados da CAPES de matrículas de 2009.

O IGC, nos termos da Portaria Normativa nº 40/2007, tem aplicação na regulação da educação superior. Para o exercício das funções de regulação da educação superior, o IGC é aplicado na autorização de cursos superiores de instituições de ensino superior já em funcionamento, no credenciamento para oferta de educação na modalidade a distância e no credenciamento de instituições, conforme as seguintes hipóteses:

Autorização de Cursos Superiores Presenciais

- IES com IGC mais recente igual ou superior a três: pode levar à dispensa²⁴¹ de avaliação *in loco*, nos pedidos de autorização de cursos presenciais²⁴², por decisão do Secretário

²³⁹ Para os cursos avaliados no ENADE do ano 2006 e no ENADE do ano 2007 vide nota de rodapé anterior. No ENADE do ano 2008 foram avaliados os cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química; tecnologia em alimentos; tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas; tecnologia em automação industrial; tecnologia em construção de edifícios; tecnologia em fabricação mecânica; tecnologia em gestão da produção industrial; tecnologia em manutenção industrial; tecnologia em processos químicos; tecnologia em redes de computadores; tecnologia em saneamento ambiental.

²⁴⁰ Para os cursos avaliados no ENADE do ano 2007 e no ENADE do ano 2008 vide nota de rodapé anterior. No ENADE do ano 2009 foram avaliados os cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; estatística; música; psicologia; relações internacionais; secretariado executivo; teatro; tecnologia em design de moda; tecnologia em gastronomia; tecnologia em gestão de recursos humanos; tecnologia em gestão financeira; tecnologia em marketing; tecnologia em processos gerenciais; tecnologia em gestão de turismo; turismo.

²⁴¹ A dispensa é condicionada ao CI e IGC mais recentes da instituição, iguais ou superiores a três, cumulativamente. Contudo, o artigo 11-A, §4º, da Portaria Normativa nº 40/2007, possibilita que, na ausência de CI, seja considerado apenas o IGC da instituição.

competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado (artigo 11-A da Portaria Normativa nº 40/2007);

- IES com IGC mais recente inferior a três: pode levar ao indeferimento do pedido de autorização do curso presencial, independentemente de avaliação *in loco*, em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição (artigo 11-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Autorização de Cursos Superiores a Distância

- IES com IGC mais recente igual ou superior a quatro: pode levar à dispensa²⁴³ de avaliação *in loco*, nos pedidos de autorização de cursos a distância²⁴⁴, por decisão do Secretário competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado (artigo 11-B da Portaria Normativa nº 40/2007);
- IES com IGC mais recente inferior a quatro: pode levar ao indeferimento do pedido de autorização do curso a distância, independentemente de avaliação *in loco*, em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição (artigo 11-B, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Credenciamento para Oferta de Educação na Modalidade a Distância

- IES com IGC mais recente igual ou superior a quatro: pode levar à avaliação *in loco* por amostragem, após análise documental, mediante despacho fundamentado, nos pedidos de credenciamento de polos de apoio presencial (artigo 11-B, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007);
- IES com IGC mais recente inferior a quatro: pode levar ao indeferimento do pedido de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, assim como do pedido de credenciamento de novos polos de apoio presencial, independentemente de avaliação *in loco*, em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição (artigo 11-B, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Recredenciamento de Instituições

- IES com IGC satisfatório (igual ou superior a três): pode levar à prorrogação da validade do ato de recredenciamento em vigor, se a instituição tiver IGC satisfatório nos

²⁴² Em se tratando de autorização de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia ou psicologia, a dispensa da avaliação *in loco* não é aplicada, independentemente do CI e do IGC obtidos pela instituição requerente (artigo 11-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

²⁴³ Sobre a dispensa vide nota de rodapé 241.

²⁴⁴ Sobre a impossibilidade de dispensa em se tratando de autorização de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia ou psicologia vide nota de rodapé 242.

três anos que integram o ciclo, ato autorizativo válido e não esteja sob medida de supervisão em vigor (artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007);

- IES com IGC insatisfatório (inferior a três): antecipa o prazo para protocolo de pedido de credenciamento, no caso de IGC insatisfatório em qualquer dos anos do ciclo, devendo ser apresentado até trinta dias da publicação do IGC, acompanhado de plano de melhorias acadêmicas (artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007).

A aplicação do IGC na regulação da educação superior, a partir do disposto na Portaria Normativa nº 40/2007, apresenta uma significativa contradição em face do disposto na Lei nº 10.861/2004, quando considerado o caso de dispensa de avaliação *in loco* nos processos de autorização. A Lei nº 10.861/2004 determina, em seu artigo 4º, §1º, que a avaliação dos cursos de graduação utilizará procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais obrigatoriamente as visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. Portanto, aquilo que a Lei nº 10.861/2004 indica como obrigatório, a Portaria Normativa nº 40/2007 não poderia tornar dispensável.

Por outro lado, a aplicação do IGC como critério para fundamentar o indeferimento do pedido de autorização dos cursos superiores ou pedido de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, independentemente de avaliação *in loco*, não se coaduna com o disposto na Lei nº 10.861/2004. Esta determina, em seu artigo 2º, parágrafo único, que os resultados da avaliação do SINAES constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de ensino superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

Observe-se, ainda, que, de acordo com o artigo 33-C, parágrafo único, da Portaria Normativa nº 40/2007, as Comissões de Avaliação utilizam o IGC como referencial orientador das avaliações *in loco* de instituições, juntamente com os instrumentos de avaliação e demais elementos do processo regulatório. Dessa forma, aquilo que é utilizado como referencial orientador não pode ser determinante para indeferir pedidos ou para dispensar avaliações.

5. OS EFEITOS DA RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, REGULAÇÃO E SUPERVISÃO PARA A GARANTIA DE QUALIDADE DO ENSINO

5.1. Análise das Avaliações do SINAES, do CPC e do IGC

5.1.1. Análise das Avaliação *In Loco*

No âmbito do SINAES, em relação à avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação, realizada *in loco*, a análise está centrada nos instrumentos de avaliação aplicados pelas Comissões Externas de Avaliação Institucional ou pelas Comissões Externas de Avaliação de Cursos, doravante denominadas de Comissões de Avaliação.

A análise dos instrumentos aplicados pelas Comissões de Avaliação é essencialmente qualitativa. Tem como objetivo identificar os critérios de qualidade exigidos para os atos administrativos autorizativos que subsidiam e, com isso, delimitar as possibilidades de efeitos para a garantia da qualidade do ensino.

Dessa forma, a análise não leva em consideração os resultados obtidos pelas instituições de ensino superior ou cursos de graduação. Essa opção é justificada pelo fato de os instrumentos utilizados não permitirem uma análise comparativa em escala, uma vez que se reportam às condições de funcionamento de cada instituição de ensino superior ou de cada curso de graduação, em função do ato administrativo autorizativo que subsidiam.

5.1.1.1. Avaliação *In Loco* das Instituições de Ensino Superior

A avaliação *in loco* das instituições de ensino superior constitui um dos componentes do SINAES, conforme prescreve a Lei nº 10.861/2004, sendo referencial básico para o processo de credenciamento e credenciamento.

Seu objetivo, de acordo com o artigo 3º da Lei nº 10.861/2004, é identificar o seu perfil e o significado da atuação da instituição de ensino superior, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Dessa forma, destina-se a conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais, a fim de aferir a qualidade das instituições de ensino superior.

Para fins de realização da avaliação *in loco* das instituições de ensino superior, são designadas pelo INEP Comissões Externas de Avaliação Institucional, integradas por três avaliadores cadastrados e capacitados pelo INEP, que permanecem por três dias no local de funcionamento da instituição de ensino superior.

Para a realização da avaliação *in loco* das instituições de ensino superior, as Comissões Externas de Avaliação Institucional aplicam um instrumento de avaliação elaborado pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES.

Para a avaliação *in loco* das instituições de ensino superior, foram elaborados três instrumentos de avaliação cuja aplicação, pelas Comissões Externas de Avaliação Institucional, depende do ato administrativo autorizativo que a avaliação *in loco* subsidia. São eles: instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade)²⁴⁵; instrumento de avaliação para credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância²⁴⁶; instrumento de avaliação institucional externa²⁴⁷.

a) Instrumento de Avaliação para Credenciamento de Instituição de Ensino Superior (Faculdade)

O instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade) é aplicado quando a instituição de ensino superior solicita o ingresso no sistema federal de ensino e se destina à avaliação das condições iniciais exigidas para o credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade).

O referido instrumento contempla três dimensões como objeto de avaliação: Dimensão 1: Organização Institucional; Dimensão 2: Corpo Social; Dimensão 3: Instalações Físicas.

Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores que devem ser avaliados individualmente pela Comissão de Avaliação a partir dos critérios de análise apresentados no instrumento de avaliação.

²⁴⁵ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação para Credenciamento de IES (Faculdade)**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

²⁴⁶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação para Credenciamento Institucional Específico para Oferta da Modalidade de Educação a Distância**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

²⁴⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Para a avaliação da Dimensão 1: Organização Institucional, o instrumento de avaliação apresenta sete indicadores, são eles: 1.1. Missão; 1.2. Viabilidade do PDI; 1.3. Efetividade institucional; 1.4. Suficiência administrativa; 1.5. Representação docente e discente; 1.6. Recursos financeiros; 1.7. Auto-avaliação institucional.

Para a avaliação da Dimensão 2: Corpo Social, o instrumento de avaliação apresenta seis indicadores: 2.1. Capacitação e acompanhamento docente; 2.2. Plano de carreira; 2.3. Produção científica; 2.4. Corpo técnico-administrativo; 2.5. Organização do controle acadêmico; 2.6. Programas de apoio ao estudante.

Para a avaliação da Dimensão 3: Instalações Físicas, o instrumento de avaliação apresenta nove indicadores: 3.1. Instalações administrativas; 3.2. Auditório/sala de conferência/salas de aula; 3.3. Instalações sanitárias; 3.4. Áreas de convivência; 3.5. Infraestrutura de serviços; 3.6. Biblioteca: instalações para o acervo e funcionamento; 3.7. Biblioteca: informatização; 3.8. Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo; 3.9. Sala de informática.

Os critérios de análise dos indicadores que integram as três dimensões são apresentados no instrumento de avaliação em uma escala de valoração crescente de 1 a 5, correspondente ao conceito a ser atribuído a cada um dos indicadores. No Anexo A são apresentados os critérios de análise dos indicadores que integram as dimensões do instrumento de avaliação em análise.

A partir da leitura do critério de análise de cada indicador é possível observar que a escala de valoração para fins de atribuição do conceito ao respectivo indicador está baseada em uma ponderação, pela Comissão de Avaliação, do que seria pleno/excelente (conceito 5), adequado/bom (conceito 4), suficiente/regular (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente/precário (conceito 1), considerando o teor do critério de análise apresentado no instrumento de avaliação.

Para auxiliar o trabalho da Comissão de Avaliação, o instrumento de avaliação apresenta em seu glossário, os seguintes parâmetros gerais:

- Pleno/Plenamente (Excelente) – Nível 5 dos indicadores qualitativos: Nos indicadores qualitativos o adjetivo pleno ou o advérbio plenamente qualificam um fenômeno ou uma situação como merecedora de notoriedade, distinção e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível pleno equivale ao patamar de qualidade máximo, ou seja, 100%.
- Adequado/Adequadamente (Bom) – Nível 4 dos indicadores qualitativos: Nos indicadores qualitativos, o adjetivo adequado ou o advérbio adequadamente qualificam um fenômeno ou uma situação acima da média, merecedora de destaque, reconhecimento e importância, porém não de notoriedade e excelência. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível adequado atinge o mínimo de 75%.

- Suficiente/Suficientemente (Regular) – Nível 3 dos indicadores qualitativos: Nos indicadores qualitativos, o adjetivo suficiente ou o advérbio suficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como de nível satisfatório, ou seja, que ultrapassa o limite mínimo de aprovação. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível suficiente atinge o mínimo de 50%.
- Insuficiente/Insuficientemente – Nível 2 dos indicadores qualitativos: Nos indicadores qualitativos, o adjetivo insuficiente ou o advérbio insuficientemente qualificam um fenômeno ou uma situação como de nível inferior ao limite mínimo de aprovação. Embora o fenômeno ou a situação não sejam completamente destituídos de mérito ou qualidade, o patamar atingido não é, entretanto, satisfatório. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível insuficiente atinge o mínimo de 25%.
- Não Existe/Precário/Precariamente – Nível 1 dos indicadores qualitativos: Nos indicadores qualitativos, o adjetivo precário ou os advérbios não/precariamente qualificam um fenômeno ou uma situação como precários, destituídos ou quase destituídos de mérito ou qualidade. Numa escala percentual de 0 a 100, o conceito que se situa no nível precário fica aquém dos 25%. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação para Credenciamento de IES (Faculdade). Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011)

Embora o instrumento de avaliação apresente esses parâmetros gerais, há que se destacar que nem sempre é possível estabelecer com precisão a distinção entre o que seria pleno/excelente (conceito 5), adequado/bom (conceito 4), suficiente/regular (conceito 3). Da mesma forma, nem sempre é possível estabelecer com precisão a distinção entre o que seria insuficiente (conceito 2) ou inexistente/precário (conceito 1), considerando que o conceito 1 também comporta a situação de existência, porém em situação precária, conforme se extrai do glossário.

O conceito de cada dimensão é calculado a partir dos conceitos atribuídos aos indicadores que a integram, e também varia de 1 a 5. Trata-se de uma média dos conceitos dos indicadores. Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões devem ser contextualizados, com base nos indicadores, descritos de forma abrangente e coerente nos quadros “CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO”. A Comissão de Avaliação deve manter sempre a coerência entre o conceito atribuído aos indicadores e o gerado na dimensão, com a análise quantitativa e qualitativa.

O conceito final da avaliação é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Cada dimensão tem um peso, determinado em função da quantidade de indicadores que a compõe. Assim, a Dimensão 1: Organização Institucional, com sete indicadores, possui peso de 30%, a Dimensão 2: Corpo Social, com seis indicadores, possui peso de 30% e a Dimensão 3: Instalações Físicas, com nove indicadores, possui peso de 40%.

Nos termos do artigo 3º, §3º, da Lei nº 10.861/2004, a avaliação das instituições de ensino superior resulta na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O artigo 32 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que os níveis quatro e cinco são indicativos de pontos fortes, os níveis um e dois são indicativos de pontos fracos e o nível três é indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento de instituições.

Além das dimensões que compõem o instrumento de avaliação, em sua parte final a Comissão de Avaliação deve fazer o registro do cumprimento ou não, por parte da IES, dos requisitos legais e normativos, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis. Para fins de credenciamento (faculdade), o único requisito a ser registrado refere-se às condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004), devendo a Comissão de Avaliação informar que se a IES apresenta ou não condições de acesso para portadores de necessidades especiais. Dado que se trata de requisito essencialmente regulatório, ele não faz parte do cálculo do conceito final da avaliação.

b) Instrumento de Avaliação para Credenciamento Institucional Específico para a Oferta da Modalidade de Educação a Distância

O instrumento de avaliação para credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância é aplicado quando a instituição de ensino superior solicita o credenciamento específico para a oferta de educação à distância e se destina à avaliação das condições iniciais exigidas para o credenciamento específico da instituição de ensino superior (faculdade, centro universitário ou universidade) para oferta da modalidade de educação a distância.

O referido instrumento contempla três dimensões como objeto de avaliação: Dimensão 1: Organização Institucional; Dimensão 2: Corpo Social; Dimensão 3: Instalações Físicas.

Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores, que devem ser avaliados individualmente pela Comissão de Avaliação a partir dos critérios de análise apresentados no instrumento de avaliação.

Para a avaliação da Dimensão 1: Organização Institucional, o instrumento de avaliação apresenta doze indicadores: 1.1. Missão institucional para atuação em EAD; 1.2. Planejamento de programas, projetos e cursos a distância; 1.3. Plano de gestão para a modalidade da EAD; 1.4. Unidade responsável para a gestão de EAD; 1.5. Planejamento de avaliação institucional (auto-avaliação) para EAD; 1.6. Representação docente, tutores e

discente; 1.7. Estudo para implantação dos polos de apoio presencial; 1.8. Experiência da IES com a modalidade de educação a distância; 1.9. Experiência da IES com a utilização de até 20% da carga horária dos cursos superiores presenciais na modalidade de educação a distância; 1.10. Sistema para gestão acadêmica da EAD; 1.11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística); 1.12. Recursos financeiros.

Para a avaliação da Dimensão 2: Corpo Social, o instrumento de avaliação apresenta onze indicadores: 2.1. Programa para formação e capacitação permanente dos docentes; 2.2. Programa para formação e capacitação permanente dos tutores; 2.3. Produção científica; 2.4. Titulação e formação do docente do coordenador de EAD da IES; 2.5. Regime de trabalho do coordenador de EAD da IES; 2.6. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão em EAD; 2.7. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD; 2.8. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de produção de material didático para EAD; 2.9. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos polos regionais; 2.10. Regime de trabalho; 2.11. Política para formação e capacitação permanentes do corpo técnico-administrativo.

Para a avaliação da Dimensão 3: Instalações Físicas, o instrumento de avaliação apresenta sete indicadores: 3.1. Instalações administrativas; 3.2. Infraestrutura de serviços; 3.3. Recursos de TIC (audiovisuais e multimídia); 3.4. Plano de expansão e atualização de equipamentos; 3.5. Biblioteca: instalações para gerenciamento central das bibliotecas dos polos regionais e manipulação do acervo que irá para os polos regionais; 3.6. Biblioteca: informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos regionais); 3.7. Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos polos regionais.

Os critérios de análise dos indicadores que integram as três dimensões são apresentados no instrumento de avaliação em uma escala de valoração crescente de 1 a 5, correspondente ao conceito a ser atribuído a cada um dos indicadores. No Anexo B são apresentados os critérios de análise dos indicadores que integram as dimensões do instrumento de avaliação em análise.

Da mesma forma que o instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade), a escala de valoração para fins de atribuição do conceito ao respectivo indicador está baseada em uma ponderação, pela Comissão de Avaliação, do que seria pleno/excelente (conceito 5), adequado/bom (conceito 4), suficiente/regular (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente/precário (conceito 1), considerando o teor do critério de análise apresentado no instrumento de avaliação. O

instrumento de avaliação para credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância também repete, em seu glossário, os mesmos parâmetros gerais apresentados no instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade), a fim de auxiliar o trabalho da Comissão de Avaliação.

No entanto, diversamente do instrumento de avaliação para credenciamento de instituição de ensino superior (faculdade), no instrumento de avaliação para credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância é possível verificar que, para dois²⁴⁸ indicadores da Dimensão 1: Organização Institucional e para sete²⁴⁹ indicadores da Dimensão 2: Corpo Social, há critérios de análise objetivos, baseados em uma ponderação numérica que permite estabelecer, com precisão, a distinção entre o que seria considerado pleno/excelente (conceito 5), adequado/bom (conceito 4), suficiente/regular (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente/precário (conceito 1).

O conceito de cada dimensão é calculado a partir dos conceitos atribuídos aos indicadores que a integram, e também varia de 1 a 5. Trata-se de uma média dos conceitos dos indicadores. Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões devem ser contextualizados, com base nos indicadores, descritos de forma abrangente e coerente nos quadros “CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO”. A Comissão de Avaliação deve manter sempre a coerência entre o conceito atribuído aos indicadores e o gerado na dimensão, com a análise quantitativa e qualitativa.

O conceito final da avaliação é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Cada dimensão tem um peso, determinado em função da quantidade de indicadores que a compõem. Assim, a Dimensão 1: Organização Institucional, com doze indicadores, possui peso de 40%, a Dimensão 2: Corpo Social, com onze indicadores, possui peso de 35% e a Dimensão 3: Instalações Físicas, com sete indicadores, possui peso de 25%.

Nos termos do artigo 3º, §3º, da Lei nº 10.861/2004, a avaliação das instituições de ensino superior resulta na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com cinco

²⁴⁸ 1.8. Experiência da IES com a modalidade de educação a distância; 1.9. Experiência da IES com a utilização de até 20% da carga horária dos cursos superiores presenciais na modalidade de educação a distância.

²⁴⁹ 2.4. Titulação e formação do docente do coordenador de EAD da IES; 2.5. Regime de trabalho do coordenador de EAD da IES; 2.6. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão em EAD; 2.7. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD; 2.8. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de produção de material didático para EAD; 2.9. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos polos regionais; 2.10. Regime de trabalho.

níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O artigo 32 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que os níveis quatro e cinco são indicativos de pontos fortes, os níveis um e dois são indicativos de pontos fracos e o nível três é indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento de instituições.

Além das dimensões que compõem o instrumento de avaliação, em sua parte final a Comissão de Avaliação deve fazer o registro do cumprimento ou não, por parte da IES, dos requisitos legais e normativos, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis. Para fins de credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância, são dois requisitos a serem registrados pela Comissão de Avaliação: a) condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004), e b) convênios, parcerias e acordos celebrados com outras instituições nacionais e/ou internacionais que sejam necessários à execução dos cursos de EAD. Dado que se trata de requisitos essencialmente regulatórios, eles não fazem parte do cálculo do conceito final da avaliação.

c) Instrumento de Avaliação Institucional Externa

O instrumento de avaliação institucional externa é aplicado em conformidade com o ciclo avaliativo do SINAES²⁵⁰ e se destina à avaliação das condições de oferta da instituição de ensino superior (faculdade, centro universitário ou universidade) para fins de credenciamento, sendo também utilizado para subsidiar os atos administrativos autorizativos de credenciamento institucional como centro universitário ou universidade.

O referido instrumento contempla dez dimensões como objeto de avaliação: Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio

²⁵⁰ De acordo com o artigo 13, §2º da Portaria nº 2.051/2004, a primeira avaliação externa *in loco* das instituições de ensino superior, no âmbito do SINAES, ocorrerá no prazo máximo de dois anos, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela CONAES. As avaliações subsequentes deverão ser realizadas segundo cronograma próprio a ser estabelecido pela CONAES, em sintonia com as demandas do processo de regulação (artigo 13, §3º da Portaria nº 2.051/2004). Ou seja, a avaliação externa *in loco* para fins de credenciamento sujeita-se às normas que regem o ciclo avaliativo do SINAES. Segundo o artigo 33 da Portaria Normativa nº 40/2007, “o ciclo avaliativo compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos superiores, com referência nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, as quais subsidiam, respectivamente, os atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento”.

cultural; Dimensão 4: A comunicação com a sociedade; Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional; Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes; Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores, sendo que alguns indicadores são específicos para IES credenciada para a oferta de modalidade de educação a distância, conforme pode ser observado no Quadro 8.

QUADRO 8 – Indicadores das Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Dimensões	Indicadores
Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	1.1. Implementação do PDI, considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos
	1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliações externas)
Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais
	2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização
	2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização <i>(indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância)</i>
	2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização <i>(igual forma para faculdades, universidades e centros universitários)</i>
	2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização <i>(indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância)</i>
	2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização
	2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social
Dimensão 3: A responsabilidade	3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas

social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	constantes dos documentos oficiais
	3.2. Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho
	3.3. Relações da IES com a sociedade: inclusão social
	3.4. Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural
Dimensão 4: A comunicação com a sociedade	4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais
	4.2. Comunicação interna e externa
	4.3. Ouvidoria
Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais
	5.2. Formação do corpo docente
	5.3. Condições institucionais para os docentes
	5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo
	5.5. Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais <i>(indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância)</i>
	5.6. Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais <i>(indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância)</i>
Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais
	6.2. Gestão institucional <i>(considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso)</i>
	6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos conselhos superiores
	6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso
Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	7.1. Coerência Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais
	7.2. Instalações gerais
	7.3. Instalações gerais nos polos para educação a distância <i>(indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância)</i>
	7.4. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico
	7.5. Bibliotecas dos polos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico <i>(indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância)</i>
Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais
	8.2. Auto-avaliação institucional
	8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações
Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes	9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais

	9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos
	9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente
	9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada
Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	10.1. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais
	10.2. Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos
	10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Para cada indicador o instrumento de avaliação apresenta um conceito referencial mínimo de qualidade. Em alguns indicadores há conceito referencial mínimo de qualidade distinto em se tratando de avaliação de faculdade, centro universitário ou universidade. No Anexo C são apresentados os conceitos referenciais mínimos de qualidade dos indicadores que integram as dimensões do instrumento de avaliação em análise.

De acordo com o glossário, que integra o referido instrumento, o conceito referencial mínimo de qualidade do indicador:

É o conceito de referência para a condição mínima aceitável de um determinado indicador. Para análise dos indicadores, quando os critérios forem numéricos, sugere-se considerar como “muito além” do referencial mínimo de qualidade o percentual aproximadamente 50% maior que os valores citados no texto do critério. Considerar como “além” do referencial mínimo de qualidade o percentual aproximadamente 25% maior que os valores citados no referido texto. Importante: estes percentuais são apenas balizadores para a Comissão de Avaliação, que poderá considerar outros percentuais mais adequados a cada caso. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011)

A Comissão de Avaliação deve cotejar, criteriosamente, para cada indicador, o respectivo conceito referencial mínimo de qualidade com as informações documentais e com as condições apresentadas *in loco* pela IES. A partir disso, deve atribuir conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dez dimensões.

Observe-se que, diferentemente dos demais instrumentos para avaliação *in loco* das instituições de ensino superior (credenciamento de faculdade e credenciamento institucional específico para a oferta da modalidade de educação a distância), no instrumento de avaliação institucional externa a Comissão de Avaliação não atribui conceito para cada um dos indicadores que integram cada dimensão objeto de avaliação.

Para auxiliar o trabalho da Comissão de Avaliação, o instrumento de avaliação

apresenta parâmetros gerais para atribuição dos conceitos por dimensão, conforme observado no Quadro 9.

QUADRO 9 – Distribuição dos Conceitos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro AQUÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro SIMILAR ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro MUITO ALÉM do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Embora o instrumento de avaliação apresente esses parâmetros gerais, há que se destacar que nem sempre é possível estabelecer, com precisão, a distinção entre o que seria muito além (conceito 5), além (conceito 4) e similar (conceito 3). Da mesma forma, nem sempre é possível estabelecer com precisão a distinção entre o que seria aquém (conceito 2) ou muito aquém (conceito 1).

Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões devem ser descritos de forma contextualizada, abrangente, coerente e sintética nos quadros “CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO”. A Comissão de Avaliação deve manter sempre a coerência entre o conceito atribuído à dimensão, com a análise quantitativa e qualitativa.

O conceito final da avaliação é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Cada dimensão tem um peso, determinado em função da quantidade de indicadores que a compõe, conforme pode ser observado no Quadro 10.

QUADRO 10 – Pesos das Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Dimensões	Quantidade de Indicadores	Pesos
Dimensão 1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	2	5
Dimensão 2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades	7	35
Dimensão 3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	4	5
Dimensão 4. A comunicação com a sociedade	3	5

Dimensão 5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho	6	20
Dimensão 6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios	4	5
Dimensão 7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação	5	10
Dimensão 8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional	3	5
Dimensão 9. Políticas de atendimento aos discentes	4	5
Dimensão 10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior	3	5

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Deve-se observar que o conceito final da avaliação institucional externa corresponde ao Conceito da Instituição (CI), uma vez que se trata de avaliação do ciclo avaliativo. Dessa forma, de acordo com o artigo 33-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, os conceitos de avaliação são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

O artigo 32 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que os níveis quatro e cinco são indicativos de pontos fortes, os níveis um e dois são indicativos de pontos fracos e o nível três é indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento de instituições.

Além das dimensões que compõem o instrumento de avaliação, em sua parte final, a Comissão de Avaliação deve fazer o registro do cumprimento ou não, por parte da IES, dos requisitos legais e normativos, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis.

Para fins de credenciamento, há cinco requisitos a serem registrados pela Comissão de Avaliação, conforme se observa no Quadro 11.

QUADRO 11 – Requisitos Legais e Normativos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Requisitos Legais e Normativos	Critério de Análise
1. Condições de acesso para portadores de necessidades especiais (Decreto nº 5.296/2004)	A instituição apresenta condições adequadas de acesso para portadores de necessidades especiais?
2. Titulação do corpo docente <i>Universidades e Centros Universitários: No mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes e percentual mínimo de docentes com pós-graduação stricto sensu, de acordo com os artigos 66 e 52 da Lei nº 9.394/1996.</i> <i>Faculdades: No mínimo formação em pós-graduação lato sensu para todos os docentes (artigo</i>	Universidades e Centros Universitários: O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação <i>lato sensu</i> e a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação de mestrado e/ou doutorado? Faculdades: O corpo docente tem, no mínimo, formação em pós-graduação <i>lato sensu</i> ?

66 da Lei nº 9.394/1996).	
3. Regime de trabalho do corpo docente <i>Universidades: um terço do corpo docente em regime de tempo integral (artigo 52 da Lei nº 9.394/1996).</i> <i>Centros Universitários: um quinto do corpo docente em regime de tempo integral (artigo 1º do Decreto nº 5.786/2006).</i>	Universidades: a instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente em regime de tempo integral? Centros Universitários: a instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral?
4. Plano de cargo e carreira <i>O Plano de Cargo de Carreira deve estar protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego.</i>	O Plano de Cargo de Carreira está devidamente protocolado no órgão competente do Ministério de Trabalho e Emprego?
5. Forma legal de contratação de professores (IES privadas) <i>As contratações dos professores devem ser mediante vínculo empregatício (artigos 2º e 3º da CLT).</i>	A forma legal de contratação de professores é mediante vínculo empregatício?

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Dado que se trata de requisitos essencialmente regulatórios, eles não fazem parte do cálculo do conceito final da avaliação.

5.1.1.2. Avaliação *In Loco* dos Cursos de Graduação

A avaliação *in loco* dos cursos de graduação constitui um dos componentes do SINAES, conforme prescreve a Lei nº 10.861/2004, sendo referencial básico para o processo de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

O seu objetivo, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 10.861/2004, é identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Dessa forma, destina-se a conhecimento e registro das condições concretas em que se desenvolvem as atividades educacionais, a fim de aferir a qualidade destas nos cursos de graduação.

Para fins de realização da avaliação *in loco* dos cursos de graduação, são designadas, pelo INEP, Comissões Externas de Avaliação de Cursos, integradas por dois avaliadores cadastrados e capacitados pelo INEP, que permanecem por dois dias no local de funcionamento do curso de graduação.

Para a realização da avaliação *in loco* dos cursos de graduação, as Comissões Externas de Avaliação de Cursos aplicam um instrumento de avaliação elaborado pelo INEP, segundo diretrizes da CONAES.

Para a avaliação *in loco* dos cursos de graduação, foram elaborados três instrumentos de avaliação, cuja aplicação, pelas Comissões Externas de Avaliação de

Cursos, depende do curso a ser avaliado. São eles: instrumento de avaliação de cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (presencial e a distância)²⁵¹; instrumento de avaliação de cursos de graduação em direito (presencial e a distância)²⁵²; instrumento de avaliação de cursos de graduação em medicina²⁵³.

Todos os três instrumentos subsidiam a autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos avaliados. A diferença para fins regulatórios (considerando os atos administrativos autorizativos: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento) se reflete na presença de nomenclaturas no texto dos critérios de análise dos indicadores que compõem cada dimensão. Esses critérios dispõem das expressões “previsto/implantado” e “regulamentado/institucionalizado”. As expressões “previsto” e “regulamentado” são consideradas para a avaliação do primeiro ato (autorização) e as expressões “implantado” e “institucionalizado” para os atos subsequentes (reconhecimento e renovação de reconhecimento), embora também sejam consideradas para a avaliação dos indicadores da Dimensão 3: Instalações Físicas no ato de autorização.

Os três instrumentos contemplam as três dimensões, conforme previstas no artigo 4º da Lei nº 10.861/2004, quais sejam: Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica; Dimensão 2: Corpo Docente; Dimensão 3: Infraestrutura.

Cada dimensão é composta por um conjunto de indicadores, que devem ser avaliados individualmente pela Comissão de Avaliação a partir dos critérios de análise apresentados no instrumento de avaliação.

Considerando a similaridade entre os indicadores de cada dimensão de cada instrumento, optou-se por apresentá-los em um quadro único (Quadro 12), conforme pode ser observado a seguir. Observe-se, no caso do instrumento de avaliação de cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (presencial e a distância), que alguns indicadores são específicos para cursos a distância ou de licenciatura. No caso do instrumento de avaliação de cursos de graduação em direito (presencial e a distância), alguns indicadores são específicos para cursos a distância.

²⁵¹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

²⁵² INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

²⁵³ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

QUADRO 12 – Indicadores das Dimensões nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação.

Dimensões	Indicadores		
	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (Presencial e a Distância)	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (Presencial e a Distância)	Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina
Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica	1.1. Contexto educacional	1.1. Contexto educacional	1.1. Contexto educacional
	1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso	1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso	1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso
	1.3. Objetivos do curso	1.3. Objetivos do curso	1.3. Objetivos do curso
	1.4. Perfil profissional do egresso	1.4. Perfil profissional do egresso	1.4. Perfil profissional do egresso
	1.5. Estrutura curricular	1.5. Estrutura curricular	1.5. Estrutura curricular
	1.6. Conteúdos curriculares	1.6. Conteúdos curriculares	1.6. Conteúdos curriculares
	1.7. Metodologia	1.7. Metodologia	1.7. Metodologia
	1.8. Estágio curricular supervisionado (NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC e que, ou não possuem diretrizes curriculares nacionais, ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de estágio supervisionado)	1.8. Estágio curricular supervisionado	1.8. Estágio curricular supervisionado
	1.9. Atividades complementares (NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC e que, ou não possuem diretrizes curriculares nacionais, ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de atividades complementares)	1.9. Atividades complementares	1.9. Atividades complementares
	1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC) (NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC e que, ou não possuem diretrizes curriculares nacionais, ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de TCC)	1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC)	-
	1.11. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	1.11. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	1.10. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
	1.12. Atividades de tutoria (I)	1.12. Atividades de tutoria (I)	-
	1.13. Tecnologias de informação e	1.13. Tecnologias de informação e	-

	comunicação – TIC – no processo ensino-aprendizagem (1)	comunicação – TIC – no processo ensino-aprendizagem (1)	
	1.14. Material didático institucional (1) (Para fins de autorização, considerar o material didático disponibilizado para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	1.14. Material didático institucional (1) (Para fins de autorização, considerar o material didático disponibilizado para os dois primeiros anos)	-
	1.15. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes (1)	1.15. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes (1)	-
	1.16. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	1.16. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	1.11. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
	1.17. Número de vagas	1.17. Número de vagas	1.12. Número de vagas
	1.18. Integração com as redes públicas de ensino (3)	-	-
	-	-	1.13. Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS
	-	-	1.14. Ensino na área de saúde
	-	-	1.15. Atividades práticas de ensino
	2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
Dimensão 2: Corpo Docente (e Tutorial – exclusivo para cursos a distância)		2.2. Caracterização (tempo de dedicação e permanência sem interrupção), composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	2.2. Caracterização (tempo de dedicação e permanência sem interrupção), composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
	2.2. Atuação do coordenador	2.3. Atuação do coordenador	2.3. Atuação do coordenador
	2.3. Experiência do coordenador do curso em cursos a distância (1)	2.4. Experiência do coordenador do curso em cursos a distância (1)	-
	2.4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador	2.5. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador	2.4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador
	2.5. Regime de trabalho do coordenador do curso (2)	2.6. Regime de trabalho do coordenador do curso (2)	2.5. Regime de trabalho do coordenador do curso
	2.6. Carga horária de coordenação de curso (1)	2.7. Carga horária de coordenação de curso (1)	-
	2.7. Titulação do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os	2.8. Titulação do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os	2.6. Titulação do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os

	<i>docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)</i>	<i>docentes previstos para os dois primeiros anos)</i>	<i>docentes previstos para os três primeiros anos)</i>
	2.8. Regime de trabalho do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	2.9. Regime de trabalho do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos)	2.7. Regime de trabalho do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos)
	2.9. Experiência profissional do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) (Para egressos de cursos de licenciatura, considerar também a experiência nos demais níveis de ensino)	2.10. Experiência profissional do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos)	2.8. Experiência profissional do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos)
	2.10. Experiência no exercício da docência na educação básica (3) (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos do curso)	-	-
	2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos)	2.9. Experiência de magistério superior do corpo docente (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos)
	2.13. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	2.12. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	2.10. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
	2.14. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	2.13. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos)	2.11. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos)

	<p>2.15. Titulação e formação do corpo de tutores do curso (I) (Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para o primeiro ano do curso (CST's) ou dois primeiros anos se bacharelados/licenciaturas)</p> <p>2.16. Experiência do corpo de tutores em educação a distância (I) (Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para o primeiro ano do curso (CST's) ou dois primeiros anos se bacharelados/licenciaturas)</p> <p>2.17. Relação docentes e tutores – presenciais e a distância por estudante (I)</p> <p>2.12. Relação entre o número de docentes (equivalente 40h em dedicação à EAD) e o número de estudantes (I)</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>2.14. Titulação e formação do corpo de tutores do curso (I) (Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para os dois primeiros anos)</p> <p>2.15. Experiência profissional do corpo de tutores em educação a distância (I) (Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para os dois primeiros anos)</p> <p>2.16. Relação docentes e tutores – presenciais e a distância por estudante (I)</p> <p>2.17. Relação entre o número de docentes (equivalente 40h em dedicação à EAD) e o número de estudantes (I)</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>-</p> <p>-</p> <p>2.12. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica</p> <p>2.13. Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente</p>
Dimensão 3: Infraestrutura	<p>3.1. Gabinetes de trabalho para professores tempo integral – TI (Para fins de autorização, considerar os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral do primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)</p> <p>3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos</p> <p>3.3. Sala de professores (NSA para IES que possui gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso). (Para fins de autorização, considerar a sala de professores implantada para os docentes do primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se</p>	<p>3.1. Gabinetes de trabalho para professores tempo integral – TI (Para fins de autorização, considerar os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral dos dois primeiros anos)</p> <p>3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos</p> <p>3.3. Sala de professores (NSA para IES que possui gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso) (Para fins de autorização, considerar a sala de professores implantada para os docentes dos dois primeiros anos)</p>	<p>3.1. Gabinetes de trabalho para professores tempo integral – TI (Para fins de autorização, considerar os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral dos três primeiros anos)</p> <p>3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos</p> <p>3.3. Sala de professores (NSA para IES que possui gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso) (Para fins de autorização, considerar a sala de professores implantada para os docentes dos três primeiros anos)</p>

	bacharelados/licenciaturas)	3.4. Salas de aula (Para fins de autorização, considerar as salas de aula implantadas para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	3.4. Salas de aula (Para fins de autorização, considerar as salas de aula implantadas para os dois primeiros anos)	3.4. Salas de aula (Para fins de autorização, considerar, no mínimo, salas de aula disponibilizadas para os três primeiros anos)
	3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática (Para fins de autorização, considerar os laboratórios de informática implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática (Para fins de autorização, considerar equipamentos de informática disponibilizados para os dois primeiros anos)	3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática (Para fins de autorização, considerar equipamentos de informática disponibilizados para os três primeiros anos)	3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática (Para fins de autorização, considerar equipamentos de informática disponibilizados para os três primeiros anos)
	3.6. Bibliografia básica (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	3.6. Bibliografia básica (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	3.6. Bibliografia básica (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para os dois primeiros anos)	3.6. Bibliografia básica (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para os três primeiros anos)
	(Nos cursos que possuem acervo virtual, a proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5, passando a figurar da seguinte maneira: 3 – 13 a 19 vagas anuais; 4 – de 6 a 13 vagas anuais; 5 – menos de 6 vagas anuais)	(Nos cursos que possuem acervo virtual, a proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5, passando a figurar da seguinte maneira: 3 – 13 a 19 vagas anuais; 4 – de 6 a 13 vagas anuais; 5 – menos de 6 vagas anuais)	(Nos cursos que possuem acervo virtual, a proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5, passando a figurar da seguinte maneira: 3 – 13 a 19 vagas anuais; 4 – de 6 a 13 vagas anuais; 5 – menos de 6 vagas anuais)	(Nos cursos que possuem acervo virtual, a proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5, passando a figurar da seguinte maneira: 3 – 13 a 19 vagas anuais; 4 – de 6 a 13 vagas anuais; 5 – menos de 6 vagas anuais)
	3.7. Bibliografia complementar (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	3.7. Bibliografia complementar (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para os dois primeiros anos)	3.7. Bibliografia complementar (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para os dois primeiros anos)	3.7. Bibliografia complementar (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para os três primeiros anos)
	3.8. Periódicos especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	3.8. Periódicos especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas dos dois primeiros anos)	3.8. Periódicos especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas dos dois primeiros anos)	3.8. Periódicos especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas dos três primeiros anos)

	<p>3.9. Laboratórios didáticos especializados: quantidade (Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) (Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos) (Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca) (NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados)</p> <p>3.10. Laboratórios didáticos especializados: qualidade (Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) (Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos) (Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca) (NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados)</p> <p>3.11. Laboratórios didáticos especializados: serviços (Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) (Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos)</p>	<p>3.9. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas</p> <p>3.10. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de Arbitragem, Negociação e Mediação</p> <p>-</p>	<p>3.9. Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial</p> <p>3.10. Sistema de referência e contra referência</p> <p>3.11. Biotérios</p>
--	--	--	---

	(Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca) (NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados)		
	-	-	
	-	-	
	-	-	
	-	-	
3.12. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) (1)	3.11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) (1)	3.11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) (1)	3.12. Laboratórios de ensino 3.13. Laboratórios de habilidades 3.14. Protocolos de experimentos 3.15. Comitê de ética em pesquisa

(1) Indicador obrigatório apenas para cursos a distância, não sendo aplicado para avaliação de cursos presenciais.

(2) Indicador obrigatório apenas para cursos presenciais, não sendo aplicado para avaliação de cursos a distância.

(3) Indicador obrigatório apenas para cursos de licenciatura (presencial ou distância), não sendo aplicado para avaliação dos demais cursos (bacharelado ou tecnólogo).

NSA – Não se aplica. Não se aplica ao curso ou indicador específico.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância). Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-technical>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância). Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-technical>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-technical>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Os critérios de análise dos indicadores que integram as três dimensões são apresentados nos instrumentos de avaliação em uma escala de valoração crescente de 1 a 5, correspondente ao conceito a ser atribuído a cada um dos indicadores. No Anexo D, Anexo E e Anexo F são apresentados os critérios de análise dos indicadores que integram as dimensões do instrumento de avaliação de cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (presencial e a distância), do instrumento de avaliação de cursos de graduação em direito (presencial e a distância) e do instrumento de avaliação de cursos de graduação em medicina, respectivamente.

Com base na leitura do critério de análise de cada indicador, pode-se observar que a escala de valoração para fins de atribuição do conceito ao respectivo indicador está baseada em uma ponderação, pela Comissão de Avaliação, do que seria excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1).

Em relação à Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica, no instrumento de avaliação de cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (presencial e a distância), e no instrumento de avaliação de cursos de graduação em direito (presencial e a distância), todos os indicadores que a compõem possuem critérios de análise baseados na escala de valoração subjetiva entre o que seria excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1).

No instrumento de avaliação de cursos de graduação em medicina, dos 15 indicadores, apenas um²⁵⁴ possui critério de análise objetivo, baseado em uma ponderação numérica que permite, com precisão, estabelecer a distinção entre o que seria considerado excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1).

Em relação à Dimensão 2: Corpo Docente (e Tutorial – exclusivo para cursos a distância), três²⁵⁵ indicadores nos três instrumentos possuem critérios de análise baseados na escala de valoração subjetiva entre o que seria excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1),

²⁵⁴ 1.14. Ensino na área de saúde.

²⁵⁵ No instrumento de avaliação de cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (presencial e a distância): 2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; 2.2. Atuação do coordenador; 2.13. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente. No instrumento de avaliação de cursos de graduação em direito (presencial e a distância): 2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; 2.3. Atuação do coordenador; 2.12. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente. No instrumento de avaliação de cursos de graduação em medicina: 2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE; 2.3. Atuação do coordenador; 2.10. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente.

sem que haja uma ponderação numérica ou objetiva para distinguir os conceitos. Os demais possuem critério de análise objetivo, baseado em uma ponderação numérica que permite, com precisão, estabelecer a distinção entre o que seria considerado excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1).

Em relação à Dimensão 3: Infraestrutura, três²⁵⁶ indicadores nos três instrumentos possuem critérios de análise baseados na escala de valoração subjetiva entre o que seria excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1), sem que haja uma ponderação numérica ou objetiva para distinguir os conceitos. Os demais possuem critério de análise objetivo, baseado em uma ponderação numérica que permite, com precisão, estabelecer a distinção entre o que seria considerado excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1).

O conceito de cada dimensão é calculado a partir dos conceitos atribuídos aos indicadores que a integram, e também varia de 1 a 5. Trata-se de uma média dos conceitos dos indicadores.

Dessa forma, levando-se em conta as análises dos respectivos indicadores da dimensão, a atribuição dos conceitos, por dimensão, é feita conforme o Quadro 13.

QUADRO 13 – Distribuição dos Conceitos nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação.

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito NÃO EXISTENTE.
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito SUFICIENTE.
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito EXCELENTE.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Os conceitos atribuídos a cada uma das dimensões devem ser contextualizados

²⁵⁶ No instrumento de avaliação de cursos de graduação – bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (presencial e a distância), no instrumento de avaliação de cursos de graduação em direito (presencial e a distância) e no instrumento de avaliação de cursos de graduação em medicina: 3.6. Bibliografia básica; 3.7 Bibliografia complementar; 3.8. Periódicos especializados.

com base nos indicadores descritos de forma abrangente e coerente nos quadros “CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO”. A Comissão de Avaliação deve manter sempre a coerência entre o conceito atribuído aos indicadores e o gerado na dimensão, com a análise quantitativa e qualitativa.

O conceito final da avaliação é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões. Cada dimensão tem um peso, determinado em função do ato administrativo autorizativo que subsidia, conforme pode ser observado no Quadro 14.

QUADRO 14 – Pesos das Dimensões nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação.

Dimensões	Peso	
	Autorização	Reconhecimento ou Renovação de Reconhecimento
Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica	30	40
Dimensão 2: Corpo Docente	30	30
Dimensão 3: Infraestrutura	40	30

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 10.861/2004, a avaliação dos cursos superiores resulta na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com cinco níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas. O artigo 32 da Portaria nº 2.051/2004 estabelece que os níveis quatro e cinco são indicativos de pontos fortes, os níveis um e dois são indicativos de pontos fracos e o nível três é indicativo do mínimo aceitável para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

Registre-se que, no caso de renovação de reconhecimento, por se tratar de avaliação do ciclo avaliativo, o conceito final da avaliação *in loco* corresponde ao CC, uma vez que se trata de avaliação do ciclo avaliativo. Dessa forma, de acordo com o artigo 33-A, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, os conceitos de avaliação são expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Além das dimensões que compõem os instrumentos de avaliação, em sua parte

final, a Comissão de Avaliação deve fazer o registro do cumprimento ou não, por parte da IES, dos requisitos legais e normativos, para que o Ministério da Educação, de posse dessa informação, possa tomar as decisões cabíveis. Ao total, são onze requisitos legais e normativos a serem observados pela Comissão de Avaliação, sendo que alguns são aplicados em decorrência das características do curso, conforme se observa no Quadro 15.

QUADRO 15 – Requisitos Legais e Normativos nos Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação.

Requisitos Legais e Normativos	Critério de Análise
1. Diretrizes curriculares nacionais do curso	O PPC está coerente com as diretrizes curriculares nacionais? NSA para cursos que não têm diretrizes curriculares nacionais.
2. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (Resolução CNE/CP nº 1/2004)	A educação das relações étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes estão incluídas nas disciplinas e atividades curriculares do curso?
3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES nº 1/2010)	O NDE atende à normativa pertinente?
4. Denominação dos cursos superiores de tecnologia (Portaria Normativa nº 12/2006)	A denominação do curso está adequada ao Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?
5. Carga horária mínima, em horas – para cursos superiores de tecnologia (Portaria nº 10/2006; Portaria nº 1.024/2006; Resolução CNE/CP nº 3/2002)	Desconsiderando a carga horária do estágio profissional supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, caso estes estejam previstos, o curso possui carga horária igual ou superior ao estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia?
6. Carga horária mínima, em horas – para bacharelados e licenciaturas (Resolução CNE/CES nº 2/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial) Resolução CNE/CES nº 4/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial))	O curso atende à carga horária mínima, em horas estabelecidas nas resoluções?
7. Tempo de integralização (Resolução CNE/CES nº 2/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial) Resolução CNE/CES nº 4/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial))	O curso atende o tempo de integralização proposto nas resoluções?
8. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Decreto nº 5.296/2004)	A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?
9. Disciplina obrigatória/optativa de Libras (Decreto nº 5.626/2005)	O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso (obrigatória ou optativa, depende do curso)?
10. Prevalência de avaliação presencial para EAD (artigo 4º, inciso II, §2º, do Decreto nº 5.622/2005)	Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância?
11. Informações acadêmicas (Portaria Normativa nº 40/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010)	As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e virtual?

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

Dado que se trata de requisitos essencialmente regulatórios, eles não fazem parte do cálculo do conceito final da avaliação.

5.1.1.3. Considerações sobre a Avaliação *In Loco*

Em se tratando de credenciamento (faculdade), credenciamento institucional específico para oferta da modalidade de educação a distância ou autorização, a consequência do resultado insatisfatório na avaliação *in loco* é o não credenciamento da instituição de ensino superior ou a não autorização do curso de graduação, conforme o caso.

No caso de avaliação *in loco* para fins de credenciamento, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, os resultados considerados de qualidade insatisfatória, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, ensejam a celebração de protocolo de compromisso a ser firmado entre a instituição de ensino superior e o Ministério da Educação, com o objetivo de sanear as deficiências identificadas durante a avaliação *in loco*. No mesmo sentido, o Decreto nº 5.773/2006 estabelece que a obtenção de resultados insatisfatórios na avaliação do SINAES enseja a celebração de protocolo de compromisso.

Dessa forma, a avaliação *in loco* articula-se diretamente com a regulação, tal como definida no Decreto nº 5.773/2006. Nesse sentido, é a própria Lei nº 10.861/2004 que reconhece que as avaliações das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação constituem referencial básico para os processos de credenciamento e credenciamento, assim como para os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

As avaliações *in loco*, realizadas com base nos instrumentos de avaliação elaborados, partem de parâmetros mínimos, definidos como indicadores, que devem ser observados pelas Comissões de Avaliações, a fim de aferir a qualidade das instituições de ensino superior ou dos cursos de graduação.

Tem-se, assim, a potencialidade da avaliação *in loco*, articulada com a regulação, como mecanismo para garantir a qualidade do ensino, na medida em que avalia, no caso concreto, as condições exigidas para o funcionamento das instituições de ensino superior ou dos cursos de graduação.

No entanto, a partir do que foi exposto na análise das avaliações *in loco*, é possível afirmar que essa potencialidade é restringida quando considerada a escala de valoração utilizada para fins de atribuição dos conceitos nos instrumentos de avaliação,

seja para os indicadores, seja para as dimensões, com consequências para o conceito final da avaliação.

Com exceção dos indicadores que possuem critérios de análise objetivo, ou seja, numérico, os demais não partem de um parâmetro fixo para estabelecer a gradação entre o que seria conceito 5, 4, 3, 2 ou 1.

Como se observa nos diferentes instrumentos utilizados, a diferença entre os conceitos, no caso de indicadores sem critério numérico, reside na ponderação do que seria pleno/excelente (conceito 5), adequado/bom (conceito 4), suficiente/regular (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente/precário (conceito 1), utilizando a nomenclatura dos instrumentos de avaliação para credenciamento (faculdade) e para credenciamento institucional específico para oferta de modalidade de educação a distância, ou então, do que seria excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1), utilizando a nomenclatura dos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, sem que haja um parâmetro preciso para determinar, no caso concreto, essa situação.

A mesma situação se verifica no instrumento de avaliação institucional externa. Apesar de o instrumento apresentar um conceito referencial mínimo de qualidade, o que, caso atendido em todos os indicadores de todas as dimensões, levaria à obtenção de conceito 3, para os demais conceitos (5, 4, 2 ou 1), não há um critério para determinar o que estaria muito além, além, alguém ou muito alguém.

Tudo isso confere à Comissão de Avaliação um alto poder de subjetividade na avaliação *in loco*, gerando consequências para fins de regulação para a educação superior, uma vez que, a partir da premissa levantada, é possível que diferentes Comissões de Avaliação avaliem de forma diferente um mesmo objeto. Trata-se de uma questão de perspectiva, altamente influenciada pelo subjetivismo da Comissão de Avaliação, desprovida de uma fundamentação mais fidedigna das reais condições de uma instituição de ensino superior ou curso, conforme o objeto avaliado.

A situação levantada, por outro lado, não leva à adoção incondicional de critérios de análise ou conceitos referenciais mínimos de qualidade baseados unicamente na análise numérica. O que se verifica, a partir da necessidade de garantir a qualidade do ensino, considerando a articulação da avaliação *in loco* com a regulação, é que os instrumentos de avaliação deveriam utilizar parâmetros mais precisos para estabelecer a gradação entre os conceitos, ou então que se limitem ao registro do cumprimento ou não das condições

mínimas estabelecidas para os processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento.

No caso das avaliações *in loco*, o que se verifica é que os instrumentos de avaliação deveriam utilizar parâmetros para estabelecer a gradação entre os conceitos, ou então que se limitem ao registro do cumprimento ou não das condições mínimas estabelecidas para os processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento.

Nesse sentido, a sistemática adotada pelo Parecer CNE/CEB nº 08/2010 poderia ser aproveitada, se adaptada, desde que observadas a natureza e as normas específicas da educação superior. No caso da educação superior, o estudo embasador dos padrões mínimos de qualidade, além de considerar a finalidade da educação superior, que é distinta da educação básica, deve observar as exigências para cada tipo de organização e suas prerrogativas acadêmicas (faculdades, centros universitários ou universidades).

5.1.2. Análise do ENADE (2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)

O ENADE é um dos componentes do SINAES, cuja avaliação incide sobre o desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação.

A avaliação é aplicada periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação do final do primeiro (ingressantes) e do último (concluintes) ano do curso, sendo admitida, nos termos do artigo 5º, §2º, da Lei nº 10.861/2004, a utilização de procedimentos amostrais para fins de seleção dos estudantes²⁵⁷.

A operacionalização do ENADE consiste na aplicação de uma prova escrita aos ingressantes e concluintes dos cursos das áreas definidas a cada edição, cuja periodicidade máxima de aplicação é trienal.

²⁵⁷ De fato, de 2004 até 2009, o ENADE foi aplicado a uma amostra de estudantes habilitados do final do primeiro e do último ano de cada curso selecionado para a avaliação. Para a inscrição no ENADE, eram habilitados os estudantes das áreas selecionadas, sendo considerados como estudantes do final do primeiro ano do curso aqueles que tivessem concluído, até a data inicial do período de inscrição no exame, entre 7% e 22% (inclusive) da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de ensino superior. Eram considerados estudantes do final do último ano do curso aqueles que tivessem concluído, até a data inicial do período de inscrição no exame, pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do curso da instituição de ensino superior, ou que tivessem condições acadêmicas de conclusão do curso de graduação durante o ano letivo em que seria aplicado o ENADE. Durante o período 2004 a 2009 foram dispensados do ENADE todos os estudantes que, inscritos, não foram selecionados no plano amostral do INEP, e todos aqueles que colaram grau antes da data de realização do exame e todos aqueles que estivessem oficialmente matriculados e cursando atividades curriculares fora do Brasil, na data de realização do exame, em instituição conveniada com a instituição de ensino superior de origem do estudante.

A prova escrita envolve questões de conhecimentos gerais (Formação Geral) e questões de conhecimentos específicos (Componente Específico) de cada curso avaliado. As questões de conhecimentos gerais integram o componente de formação geral da prova, com dez questões, discursivas e de múltipla escolha, e são comuns a todos os cursos avaliados na mesma edição. As questões de conhecimentos específicos de cada curso avaliado integram o componente específico, com trinta questões discursivas e de múltipla escolha.

Para fins de cálculo do conceito ENADE, é importante observar que, de 2004 a 2007, o conceito ENADE considerava em seu cômputo o desempenho dos concluintes e ingressantes nas questões de conhecimentos gerais e nas questões de conhecimentos específicos. Dessa forma, o cálculo do conceito ENADE tinha como base três termos: a nota padronizada dos concluintes no Componente Específico²⁵⁸, a nota padronizada dos ingressantes no Componente Específico²⁵⁹ e a nota padronizada dos alunos (ingressantes e concluintes) na Formação Geral²⁶⁰. O conceito ENADE de um determinado curso era,

²⁵⁸ Para o cálculo da nota padronizada dos concluintes no Componente Específico de um determinado curso é considerado o desempenho médio dos concluintes do curso no Componente Específico (soma das notas dos alunos concluintes do curso no Componente Específico dividida pelo número total de alunos concluintes desse curso que compareceram à prova), a média dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação no Componente Específico (soma do desempenho médio dos concluintes de todos os cursos no Componente Específico, dividida pelo número total de cursos da área de avaliação) e o desvio-padrão dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação no Componente Específico (o desvio-padrão é uma medida de dispersão e representa o quanto as notas dos alunos estão dispersas em relação à média). A partir desses dados, é realizado o cálculo do afastamento padronizado (AP). O afastamento padronizado de um determinado curso no Componente Específico é calculado subtraindo-se do desempenho médio dos concluintes desse curso a média dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação e dividindo-se o resultado dessa subtração pelo desvio-padrão dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação. O AP é um score que indica com quantos desvios-padrão, acima ou abaixo da média, está o curso em relação aos demais concluintes da área. O resultado obtido é transformado em uma nota no intervalo de 0 a 5 e é feito o seguinte ajuste: soma-se ao afastamento padronizado de cada curso o valor absoluto do menor afastamento padronizado entre todos os cursos da área avaliada; em seguida, divide-se este resultado pela soma do maior afastamento padronizado com o módulo do menor. Finalmente, multiplica-se o resultado desse quociente por 5. O cálculo descrito é chamado de nota padronizada dos concluintes no Componente Específico.

²⁵⁹ O mesmo procedimento utilizado para o cálculo da nota padronizada dos concluintes no Componente Específico é utilizado para o cálculo da nota padronizada dos ingressantes no Componente Específico.

²⁶⁰ Para o cálculo da nota padronizada dos alunos (ingressantes e concluintes) na Formação Geral de um determinado curso é considerado o desempenho médio dos alunos do curso na Formação Geral (soma das notas dos alunos do curso na Formação Geral dividida pelo número total de alunos desse curso que compareceram à prova), a média dos desempenhos médios dos alunos, obtidos para os cursos da área de avaliação na Formação Geral (soma do desempenho médio dos alunos de todos os cursos na Formação Geral, dividida pelo número total de cursos da área de avaliação) e o desvio-padrão dos desempenhos médios dos alunos, obtidos para os cursos da área de avaliação na Formação Geral (o desvio-padrão é uma medida de dispersão e representa o quanto as notas dos alunos estão dispersas em relação à média). A partir desses dados, é realizado o cálculo do afastamento padronizado (AP). O afastamento padronizado de um determinado curso na Formação Geral é calculado subtraindo-se do desempenho médio dos alunos desse curso a média dos desempenhos médios dos alunos, obtidos para os cursos da área de avaliação, e dividindo-se o resultado dessa subtração pelo desvio-padrão dos desempenhos médios dos alunos obtidos para os cursos da área de avaliação. O AP é um score que indica com quantos desvios-padrão, acima ou abaixo da

portanto, a média ponderada desses três termos: $(0,60 \times \text{nota padronizada dos concluintes no Componente Específico}) + (0,15 \times \text{nota padronizada dos ingressantes no Componente Específico}) + (0,25 \times \text{nota padronizada dos alunos (ingressantes e concluintes) na Formação Geral})$.

A partir de 2008, o conceito ENADE passou a considerar em seu cômputo apenas o desempenho dos concluintes nas questões de conhecimentos gerais e nas questões de conhecimentos específicos. Dessa forma, o cálculo do conceito ENADE tem como base dois termos: a nota padronizada dos concluintes na Formação Geral²⁶¹ e a nota padronizada dos concluintes no Componente Específico²⁶². O conceito ENADE de um determinado

média, está o curso em relação aos demais concluintes da área. O resultado obtido é transformado em uma nota no intervalo de 0 a 5. Em seguida é feito o seguinte ajuste: soma-se ao afastamento padronizado de cada curso o valor absoluto do menor afastamento padronizado entre todos os cursos da área avaliada; em seguida, divide-se este resultado pela soma do maior afastamento padronizado com o módulo do menor. Finalmente, multiplica-se o resultado desse quociente por 5. O cálculo descrito é chamado de nota padronizada dos alunos (ingressantes e concluintes) na Formação Geral.

²⁶¹ Para o cálculo da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral de um determinado curso é considerado o desempenho médio dos concluintes do curso na Formação Geral (soma das notas dos alunos concluintes do curso na Formação Geral, dividida pelo número total de alunos concluintes desse curso que compareceram à prova), a média dos desempenhos médios dos concluintes, obtidos para os cursos da área de avaliação na Formação Geral (soma do desempenho médio dos concluintes de todos os cursos na Formação Geral dividida pelo número total de cursos da área de avaliação) e o desvio-padrão dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação na Formação Geral (o desvio-padrão é uma medida de dispersão e representa o quanto as notas dos alunos estão dispersas em relação à média). A partir desses dados, é realizado o cálculo do afastamento padronizado (AP). O afastamento padronizado de um determinado curso na Formação Geral é calculado subtraindo-se do desempenho médio dos concluintes desse curso a média dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação, e dividindo-se o resultado dessa subtração pelo desvio-padrão dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação. O AP é um escore que indica com quantos desvios-padrão, acima ou abaixo da média, está o curso em relação aos demais concluintes da área. O resultado obtido é transformado em uma nota no intervalo de 0 a 5 e é feito o seguinte ajuste: soma-se ao afastamento padronizado de cada curso o valor absoluto do menor afastamento padronizado entre todos os cursos da área avaliada; em seguida, divide-se este resultado pela soma do maior afastamento padronizado com o módulo do menor. Finalmente, multiplica-se o resultado desse quociente por 5. O cálculo descrito é chamado de nota padronizada dos concluintes na Formação Geral.

²⁶² Para o cálculo da nota padronizada dos concluintes no Componente Específico de um determinado curso é considerado o desempenho médio dos concluintes do curso no Componente Específico (soma das notas dos alunos concluintes do curso no Componente Específico dividida pelo número total de alunos concluintes desse curso que compareceram à prova), a média dos desempenhos médios dos concluintes obtidos para os cursos da área de avaliação no Componente Específico (soma do desempenho médio dos concluintes de todos os cursos no Componente Específico dividida pelo número total de cursos da área de avaliação) e o desvio-padrão dos desempenhos médios dos concluintes, obtidos para os cursos da área de avaliação no Componente Específico (o desvio-padrão é uma medida de dispersão e representa o quanto as notas dos alunos estão dispersas em relação à média). A partir desses dados é realizado o cálculo do afastamento padronizado (AP). O afastamento padronizado de um determinado curso no Componente Específico é calculado subtraindo-se do desempenho médio dos concluintes desse curso a média dos desempenhos médios dos concluintes, obtidos para os cursos da área de avaliação, e dividindo-se o resultado dessa subtração pelo desvio-padrão dos desempenhos médios dos concluintes, obtidos para os cursos da área de avaliação. O AP é um escore que indica com quantos desvios-padrão, acima ou abaixo da média, está o curso em relação aos demais concluintes da área. O resultado obtido é transformado em uma nota no intervalo de 0 a 5 e é feito o seguinte ajuste: soma-se ao afastamento padronizado de cada curso o valor absoluto do menor afastamento padronizado entre todos os cursos da área avaliada; em seguida, divide-se este resultado pela soma do maior

curso é, portanto, a média ponderada desses dois termos: $(0,25 \times \text{nota padronizada dos concluintes na Formação Geral}) + (0,75 \times \text{nota padronizada dos concluintes no Componente Específico})$.

Os resultados do ENADE, nos termos do artigo 5º, §8º, da Lei nº 10.861/2004, são expressos por meio de conceitos ordenados em uma escala com cinco níveis. Assim, os conceitos variam de 1 a 5, sendo 5 o melhor resultado alcançado.

Observe-se que, nos termos do artigo 33-B da Portaria Normativa nº 40/2007, o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE é considerado um indicador de qualidade. Dessa forma, aplica-se o disposto no artigo 33-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, que dispõe que “os indicadores de qualidade serão expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória e, no caso de instituições, também serão apresentados em escala contínua”.

Assim, pode-se dizer que, no caso do ENADE, os conceitos 5, 4 ou 3 indicam que as condições de oferta dos cursos avaliados apresentam qualidade satisfatória. Os conceitos 2 ou 1, por sua vez, indicam que as condições de oferta pelos cursos avaliados são de qualidade insatisfatória.

5.1.2.1. ENADE Divulgado

Desde a publicação da Lei nº 10.861/2004, que instituiu SINAES, do qual o ENADE é um dos componentes avaliativos, foram divulgados os resultados do ENADE referente aos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009.

No ENADE 2004 foram avaliados os cursos de agronomia; educação física; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; serviço social; terapia ocupacional; zootecnia.

No ENADE 2005 foram avaliados os cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química.

No ENADE 2006 foram avaliados os cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; biomedicina; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; música; normal superior; psicologia; secretariado executivo; teatro; turismo.

afastamento padronizado com o módulo do menor. Finalmente, multiplica-se o resultado desse quociente por 5. O cálculo descrito é chamado de nota padronizada dos concluintes no Componente Específico.

No ENADE 2007 foram avaliados os cursos de agronomia; biomedicina; educação física; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; serviço social; tecnologia em agroindústria; tecnologia em radiologia; terapia ocupacional; zootecnia.

No ENADE 2008 foram avaliados os cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química; tecnologia em alimentos; tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas; tecnologia em automação industrial; tecnologia em construção de edifícios; tecnologia em fabricação mecânica; tecnologia em gestão da produção industrial; tecnologia em manutenção industrial; tecnologia em processos químicos; tecnologia em redes de computadores; tecnologia em saneamento ambiental.

No ENADE 2009 foram avaliados os cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; estatística; música; psicologia; relações internacionais; secretariado executivo; teatro; tecnologia em design de moda; tecnologia em gastronomia; tecnologia em gestão de recursos humanos; tecnologia em gestão financeira; tecnologia em marketing; tecnologia em processos gerenciais; tecnologia em gestão de turismo; turismo.

Conforme é possível observar, a partir da análise das áreas dos cursos de graduação que foram avaliados nas edições do ENADE, cujos resultados já foram divulgados pelo INEP, as áreas avaliadas no ENADE 2004 são as mesmas do ENADE 2007, assim como as áreas avaliadas no ENADE 2005 são as mesmas do ENADE 2008 e as áreas avaliadas no ENADE 2006 são as mesmas do ENADE 2009, embora, no ENADE 2007, 2008 e 2009 tenham sido acrescentadas outras áreas não contempladas no ENADE 2004, 2005 e 2006, respectivamente. Portanto, o ENADE 2007, 2008 e 2009 representam resultados atualizados das áreas avaliadas no ENADE 2004, 2005 e 2006, respectivamente.

Para a análise dos resultados²⁶³ atribuídos aos cursos no ENADE 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, estes foram reunidos em três grupos comparáveis, considerando as áreas submetidas à avaliação, quais sejam:

- ENADE 2004 e 2007: cursos de agronomia; educação física; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; serviço social; terapia ocupacional; zootecnia. Neste grupo não foram analisados os resultados dos

²⁶³ Os resultados do ENADE 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 encontram-se disponíveis no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

cursos de biomedicina; tecnologia em agroindústria; tecnologia em radiologia, uma vez que somente foram avaliados no ENADE 2007;

- ENADE 2005 e 2008: cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química. Neste grupo não foram analisados os resultados dos cursos de tecnologia em alimentos; tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas; tecnologia em automação industrial; tecnologia em construção de edifícios; tecnologia em fabricação mecânica; tecnologia em gestão da produção industrial; tecnologia em manutenção industrial; tecnologia em processos químicos; tecnologia em redes de computadores; tecnologia em saneamento ambiental, uma vez que somente foram avaliados no ENADE 2008;

- ENADE 2006 e 2009: cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; música; psicologia; secretariado executivo; teatro; turismo. Neste grupo não foram analisados os resultados dos cursos de biomedicina; normal superior, uma vez que somente foram avaliados no ENADE 2006. Também não foram analisados os resultados dos cursos de estatística; relações internacionais; tecnologia em design de moda; tecnologia em gastronomia; tecnologia em gestão de recursos humanos; tecnologia em gestão financeira; tecnologia em marketing; tecnologia em processos gerenciais; tecnologia em gestão de turismo; uma vez que somente foram avaliados no ENADE 2009.

A partir da definição dos grupos comparáveis, foram selecionados apenas os cursos das instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino, ou seja, as instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada (doravante denominadas apenas instituições de ensino superior privadas) e as instituições de ensino mantidas pela União (doravante denominadas apenas instituições de ensino superior públicas).

Do conjunto de cursos de instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino foram excluídos da análise aqueles que não tiveram resultado atribuído nas duas edições do ENADE em que a área foi avaliada, assim como os que ficaram SEM CONCEITO, em virtude do critério definido pelo INEP para tal situação, e todos aqueles cujos resultados estão *sub judice*.

Esses critérios foram determinados em razão da necessidade de estabelecer um padrão comparativo entre os resultados obtidos.

Com base nesses critérios, foram identificados 1.109 cursos no ENADE 2004 e 2007, sendo 871 ministrados por instituições privadas (78,54%) e 238 por instituições públicas (21,46%). No ENADE 2005 e 2008 foram identificados 2.759 cursos, sendo 2.102 ministrados por instituições privadas (76,19%) e 657 por instituições públicas (23,81%). Já no ENADE 2006 e 2009, foram identificados 2.968 cursos, sendo 2.612 ministrados por instituições privadas (88,01%) e 356 por instituições públicas (11,99%).

5.1.2.2. Análise dos Resultados

a) ENADE 2004 x 2007

Na Tabela 1 é apresentada a distribuição dos conceitos no ENADE 2004, por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados na amostra.

TABELA 1 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2004 por Dependência Administrativa.

Conceitos ENADE	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	26	2,99	76	31,93	102	9,20
Conceito 4	328	37,66	108	45,38	436	39,31
Conceito 3	431	49,48	33	13,87	464	41,84
Conceito 2	74	8,50	12	5,04	86	7,75
Conceito 1	12	1,38	09	3,78	21	1,89
Total	871	100,00	238	100,00	1.109	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 1, os conceitos ENADE considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 77,31% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 13,87% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 40,65% obtiveram conceito 5 ou 4, e 49,48% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 9,88% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 8,82% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 2 é apresentada a distribuição dos conceitos no ENADE 2007 por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados na amostra.

TABELA 2 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2007, por Dependência Administrativa.

Conceitos ENADE	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	12	1,38	60	25,21	72	6,49
Conceito 4	178	20,44	86	36,13	264	23,81
Conceito 3	383	43,97	54	22,69	437	39,40
Conceito 2	266	30,54	24	10,08	290	26,15
Conceito 1	32	3,67	14	5,88	46	4,15
Total	871	100,00	238	100,00	1.109	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 2, os conceitos ENADE considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 61,34% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 22,69% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 21,82% obtiveram conceito 5 ou 4, e 43,97% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 34,21% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 15,96% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 3 é apresentada a movimentação geral dos conceitos no ENADE 2004 e 2007 dos cursos selecionados na amostra. Na Tabela 4 se observa a variação percentual dessa movimentação.

TABELA 3 – Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2004 e 2007.

Conceitos ENADE	ENADE 2004		ENADE 2007	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	102	9,20	72	6,49
Conceito 4	436	39,31	264	23,81
Conceito 3	464	41,84	437	39,40
Conceito 2	86	7,75	290	26,15
Conceito 1	21	1,89	46	4,15
Total	1.109	100,00	1.109	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

TABELA 4 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2004 e 2007.

Conceitos ENADE	ENADE 2004	ENADE 2007	
	Qtde.	Qtde.	Variação % em relação ao ENADE 2004
Conceito 5	102	72	-41,67
Conceito 4	436	264	-65,15
Conceito 3	464	437	-6,18
Conceito 2	86	290	70,34
Conceito 1	21	46	54,35
Total	1.109	1.109	

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Na Tabela 5 é apresentada a movimentação específica dos conceitos no ENADE 2004 e 2007 dos cursos selecionados na amostra.

TABELA 5 – Movimentação Específica dos Conceitos no ENADE 2004 e 2007.

Movimentação Por Conceitos		Qtde.			Total
ENADE 2004	ENADE 2007	IES Privada	IES Pública	Total	
5	5	02	30	32	102
5	4	18	35	53	
5	3	04	09	13	
5	2	01	01	02	
5	1	01	01	02	
4	4	82	43	125	436
4	5	06	25	31	
4	3	164	27	191	
4	2	73	08	81	
4	1	03	05	08	
3	3	177	14	191	464
3	5	04	02	06	
3	4	61	04	65	
3	2	164	10	174	
3	1	25	03	28	
2	2	25	05	30	86
2	5	-	02	02	
2	4	13	02	15	
2	3	34	02	36	
2	1	02	01	03	
1	1	01	04	05	21
1	5	-	01	01	
1	4	04	02	06	
1	3	04	02	06	
1	2	03	-	03	
Total		871	238	1.109	1.109

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Da análise da movimentação específica dos conceitos no ENADE 2004 e 2007, pode-se observar alguns padrões, conforme apresentado a seguir.

Dos cursos, a partir do ENADE 2004, com conceitos de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, verificaram-se os seguintes padrões de movimentação:

- 31,37% dos cursos que obtiveram conceito 5; 28,67% dos que obtiveram conceito 4; e 41,16% dos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2004 mantiveram o mesmo conceito no ENADE 2007;
- 7,11% dos cursos que obtiveram conceito 4 e 5,30% dos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2004, apresentaram conceito mais elevado no ENADE 2007;
- 64,71% dos cursos que obtiveram conceito 5 e 43,81% dos que obtiveram conceito 4 no ENADE 2004 não conseguiram manter o mesmo conceito no ENADE 2007. No ENADE 2007 obtiveram conceitos menores, porém ainda indicando condições de oferta de qualidade satisfatória;
- 3,92% dos cursos que obtiveram conceito 5; 20,41% dos que obtiveram conceito 4 e 43,53% dos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2004 não conseguiram manter o conceito no ENADE 2007. No ENADE 2007 obtiveram conceitos menores, indicando condições de oferta de qualidade insatisfatória.

Os cursos, a partir do ENADE 2004, com conceitos de qualidade insatisfatória, ou seja, conceitos 2 ou 1, apresentaram os seguintes padrões de movimentação:

- 34,88% dos que obtiveram conceito 2 e 23,81% dos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2004 mantiveram o mesmo conceito no ENADE 2007;
- 61,63% dos que obtiveram conceito 2 e 61,90% dos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2004 apresentaram conceito mais elevado no ENADE 2007, sendo este considerado de qualidade satisfatória;
- 14,29% dos cursos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2004 apresentaram conceito mais elevado no ENADE 2007, sendo este considerado de qualidade insatisfatória;
- 3,49% dos cursos que obtiveram conceito 2 no ENADE 2004 apresentaram conceito mais baixo no ENADE 2007.

b) ENADE 2005 x ENADE 2008

Na Tabela 6 é apresentada a distribuição dos conceitos no ENADE 2005 por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados na amostra.

TABELA 6 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2005 por Dependência Administrativa.

Conceitos ENADE	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	14	0,67	107	16,29	121	4,39
Conceito 4	336	15,98	263	40,03	599	21,71
Conceito 3	1.264	60,13	214	32,57	1478	53,57
Conceito 2	437	20,79	44	6,70	481	17,43
Conceito 1	51	2,43	29	4,41	80	2,90

Total	2.102	100,00	657	100,00	2.759	100,00
--------------	--------------	---------------	------------	---------------	--------------	---------------

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 6, os conceitos ENADE considerados de qualidade satisfatória, ou seja, 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 56,32% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 32,57% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 16,65% obtiveram conceito 5 ou 4, enquanto 60,13% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Vemos que 23,22% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 11,11% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 7 é apresentada a distribuição dos conceitos no ENADE 2008, por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados na amostra.

TABELA 7 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2008 por Dependência Administrativa.

Conceitos ENADE	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	35	1,67	124	18,87	159	5,76
Conceito 4	382	18,17	223	33,94	605	21,93
Conceito 3	1.019	48,48	223	33,94	1.242	45,02
Conceito 2	585	27,83	75	11,42	660	23,92
Conceito 1	81	3,85	12	1,83	93	3,37
Total	2.102	100,00	657	100,00	2.759	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 7, os conceitos ENADE considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Vemos que 52,81% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 33,94% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 19,84% obtiveram conceito 5 ou 4, e 48,48% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Observa-se

que 31,68% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 13,25% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 8 é apresentada a movimentação geral dos conceitos no ENADE 2005 e 2008 dos cursos selecionados na amostra e na Tabela 9 a variação percentual dessa movimentação.

TABELA 8 – Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2005 e 2008.

Conceitos ENADE	ENADE 2005		ENADE 2008	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	121	4,39	159	5,76
Conceito 4	599	21,71	605	21,93
Conceito 3	1.478	53,57	1.242	45,02
Conceito 2	481	17,43	660	23,92
Conceito 1	80	2,90	93	3,37
Total	2.759	100,00	2.759	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

TABELA 9 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2005 e 2008.

Conceitos ENADE	ENADE 2005	ENADE 2008	
	Qtde.	Qtde.	Variação % em relação ao ENADE 2005
Conceito 5	121	159	31,40
Conceito 4	599	605	1,00
Conceito 3	1.478	1.242	-15,97
Conceito 2	481	660	37,21
Conceito 1	80	93	16,25
Total	2.759	2.759	

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Na Tabela 10 é apresentada a movimentação específica dos conceitos no ENADE 2005 e 2008 dos cursos selecionados na amostra.

TABELA 10 – Movimentação Específica dos Conceitos no ENADE 2005 e 2008.

Movimentação Por Conceitos		Qtde.			Total
ENADE 2005	ENADE 2008	IES Privada	IES Pública	Total	
5	5	07	59	66	121
5	4	04	39	43	
5	3	02	07	09	
5	2	01	01	02	
5	1	-	01	01	
4	4	149	121	270	599
4	5	22	46	68	
4	3	137	74	211	
4	2	27	18	45	
4	1	01	04	05	
3	3	692	111	803	1.478
3	5	06	11	17	
3	4	206	50	256	
3	2	332	40	372	

3	1	28	02	30	
2	2	207	10	217	
2	5	-	04	04	
2	4	19	06	25	
2	3	172	23	195	
2	1	39	01	40	
1	1	13	04	17	
1	5	-	04	04	
1	4	04	07	11	
1	3	16	08	24	
1	2	18	06	24	
Total		2.102	657	2.759	2.759

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Dos cursos, a partir do ENADE 2005, com conceitos de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, verificaram-se os seguintes padrões de movimentação:

- 54,55% dos cursos que obtiveram conceito 5; 45,08% dos que obtiveram conceito 4 e 54,33% dos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2005 mantiveram o mesmo conceito no ENADE 2008;
- 11,35% dos cursos que obtiveram conceito 4 e 18,47% dos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2005 apresentaram conceito mais elevado no ENADE 2008;
- 42,98% dos cursos que obtiveram conceito 5 e 35,23% dos cursos que obtiveram conceito 4 no ENADE 2005 não conseguiram manter o mesmo conceito no ENADE 2008. No ENADE 2008 obtiveram conceitos menores, porém ainda indicando condições de oferta de qualidade satisfatória;
- 2,48% dos cursos que obtiveram conceito 5; 8,35% dos cursos que obtiveram conceito 4 e 27,20% dos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2005 não conseguiram manter o conceito no ENADE 2008. No ENADE 2008 obtiveram conceitos menores, indicando condições de oferta de qualidade insatisfatória.

Os cursos, a partir do ENADE 2005, com conceitos de qualidade insatisfatória, ou seja, 2 ou 1, apresentaram os seguintes padrões de movimentação:

- 45,11% dos cursos que obtiveram conceito 2 e 21,25% dos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2005 mantiveram o mesmo conceito no ENADE 2008;
- 46,57% dos que obtiveram conceito 2 e 48,75% dos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2005 apresentaram conceito mais elevado no ENADE 2008, sendo este considerado de qualidade satisfatória;
- 30% dos cursos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2005 apresentaram conceito maior no ENADE 2008, mas ainda considerado de qualidade insatisfatória;

- 8,32% dos cursos que obtiveram conceito 2 no ENADE 2005 apresentaram conceito mais baixo no ENADE 2008.

c) ENADE 2006 x ENADE 2009

Na Tabela 11 é apresentada a distribuição dos conceitos no ENADE 2006 por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados na amostra.

TABELA 11 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2006, por Dependência Administrativa.

Conceitos ENADE	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	39	1,49	91	25,56	130	4,38
Conceito 4	379	14,51	131	36,80	510	17,18
Conceito 3	1.404	53,75	77	21,63	1.481	49,90
Conceito 2	746	28,56	34	9,55	780	26,28
Conceito 1	44	1,68	23	6,46	67	2,26
Total	2.612	100,00	356	100,00	2.968	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 11, os conceitos ENADE considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 62,36% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 21,63% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 16% obtiveram conceito 5 ou 4, e 53,75% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Mostram que 30,24% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 16,01% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 12 é apresentada a distribuição dos conceitos no ENADE 2009, por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados na amostra.

TABELA 12 – Distribuição dos Conceitos no ENADE 2009 por Dependência Administrativa.

Conceitos ENADE	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	62	2,37	90	25,28	152	5,12
Conceito 4	445	17,04	112	31,46	557	18,77
Conceito 3	1.248	47,78	101	28,37	1.349	45,45
Conceito 2	787	30,13	38	10,67	825	27,80
Conceito 1	70	2,68	15	4,21	85	2,86

Total	2.612	100,00	356	100,00	2.968	100,00
--------------	--------------	---------------	------------	---------------	--------------	---------------

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 12, os conceitos ENADE considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Vê-se que 56,74% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 28,37% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 19,41% obtiveram conceito 5 ou 4, e 47,78% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Nestes, 32,81% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 14,88% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 13 é apresentada a movimentação geral dos conceitos no ENADE 2006 e 2009 dos cursos selecionados na amostra e na Tabela 14 a variação percentual dessa movimentação.

TABELA 13 – Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2006 e 2009.

Conceitos ENADE	ENADE 2006		ENADE 2009	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	130	4,38	152	5,12
Conceito 4	510	17,18	557	18,77
Conceito 3	1.481	49,90	1.349	45,45
Conceito 2	780	26,28	825	27,80
Conceito 1	67	2,26	85	2,86
Total	2.968	100,00	2.968	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

TABELA 14 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no ENADE 2006 e 2009.

Conceitos ENADE	ENADE 2006	ENADE 2009	
	Qtde.	Qtde.	Variação % em relação ao ENADE 2006
Conceito 5	130	152	16,92
Conceito 4	510	557	9,22
Conceito 3	1.481	1.349	-8,91
Conceito 2	780	825	5,77
Conceito 1	67	85	26,87
Total	2.968	2.968	

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Na Tabela 15 é apresentada a movimentação específica dos conceitos no ENADE 2006 e 2009 dos cursos selecionados na amostra.

TABELA 15 – Movimentação Específica dos Conceitos no ENADE 2006 e 2009.

Movimentação Por Conceitos		Qtde.			Total
ENADE 2006	ENADE 2009	IES Privada	IES Pública	Total	
5	5	13	61	74	130
5	4	14	21	35	
5	3	09	08	17	
5	2	02	-	02	
5	1	01	01	02	
4	4	153	67	220	510
4	5	16	19	35	
4	3	177	39	216	
4	2	31	06	37	
4	1	02	-	02	
3	3	771	37	808	1.481
3	5	24	04	28	
3	4	214	19	233	
3	2	372	15	387	
3	1	23	02	25	
2	2	356	12	368	780
2	5	09	05	14	
2	4	61	03	64	
2	3	283	11	294	
2	1	37	03	40	
1	1	07	09	16	67
1	5	-	01	01	
1	4	03	02	05	
1	3	08	06	14	
1	2	26	05	31	
Total		2.612	356	2.968	2.968

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Dos cursos, a partir do ENADE 2006, com conceitos de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, verificaram-se os seguintes padrões de movimentação:

- 56,92% dos cursos que obtiveram conceito 5; 43,14% dos cursos que obtiveram conceito 4 e 54,56% que obtiveram conceito 3 no ENADE 2006 mantiveram o mesmo conceito no ENADE 2009;
- 6,86% dos cursos que obtiveram conceito 4 e 17,62% dos cursos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2006 apresentaram conceito mais elevado no ENADE 2009;
- 40% dos cursos que obtiveram conceito 5 e 42,35% dos cursos que obtiveram conceito 4 no ENADE 2006 não conseguiram manter o conceito no ENADE 2009. No ENADE 2009 obtiveram conceitos menores, porém ainda indicando condições de oferta de qualidade satisfatória;

- 3,08% dos cursos que obtiveram conceito 5; 7,65% dos que obtiveram conceito 4 e 27,82% dos que obtiveram conceito 3 no ENADE 2006 não conseguiram manter o conceito no ENADE 2009. No ENADE 2009 obtiveram conceitos menores, indicando condições de oferta de qualidade insatisfatória.

Os cursos, a partir do ENADE 2006, com conceitos de qualidade insatisfatória, ou seja, conceitos 2 ou 1, apresentaram os seguintes padrões de movimentação:

- 47,18% dos cursos que obtiveram conceito 2 e 23,88% dos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2006 mantiveram o mesmo conceito no ENADE 2009;
- 47,69% dos cursos que obtiveram conceito 2 e 29,85% dos cursos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2006 apresentaram conceito mais elevado no ENADE 2009, sendo este considerado de qualidade satisfatória;
- 46,27% dos cursos que obtiveram conceito 1 no ENADE 2006 apresentaram conceito mais elevado, sendo este considerado de qualidade insatisfatória;
- 5,13% dos cursos que obtiveram conceito 2 no ENADE 2006 apresentaram conceito mais baixo no ENADE 2009.

5.1.2.3. Considerações sobre o ENADE

Os resultados do ENADE, diferentemente das demais avaliações do SINAES (avaliação de instituições de ensino superior e avaliação de cursos de graduação), não se articulam com a regulação, tal como definida no Decreto nº 5.773/2006. No entanto, considerando o teor do artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 10.861/2004, pode-se verificar que os resultados do ENADE se articulam com a supervisão, no caso a supervisão especial, tal como delineada no Decreto nº 5.773/2006.

Assim, ao ENADE, enquanto um dos componentes do SINAES, aplica-se o disposto no artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, quando da obtenção de resultados considerados de qualidade insatisfatório, ensejando a celebração de protocolo de compromisso a ser firmado entre a instituição de ensino superior e o Ministério da Educação.

Da articulação do ENADE com a supervisão especial verifica-se a potencialidade dessa relação como mecanismo de garantia da qualidade de ensino, na medida em que os resultados do ENADE fornecem um *feedback* do processo de ensino-aprendizagem por meio do desempenho acadêmico dos alunos nas provas aplicadas.

No entanto, a partir do que foi exposto na análise do ENADE, é possível afirmar que essa potencialidade é restringida quando considerada a metodologia aplicada para fins de atribuição dos conceitos finais.

O que se verifica a partir da metodologia aplicada para atribuição dos conceitos finais é que o resultado do ENADE, específico para um determinado curso, nada mais é do que uma medida de afastamento da média geral desse curso em relação à média geral de todos os cursos da área em uma mesma edição do exame.

Dessa forma, o resultado do ENADE, específico para um determinado curso, depende, em grande parte, dos resultados dos demais cursos participantes de uma mesma área em uma mesma edição do exame. Isso porque, para se chegar ao conceito final de um determinado curso, calcula-se o afastamento do resultado desse curso em relação ao resultado de todos os outros cursos da área.

Assim, a metodologia aplicada para atribuição dos conceitos finais não permite dizer qual o critério, ou, mais especificamente, a média/nota mínima aceitável para atribuir determinado conceito a um curso de graduação. Ou seja, não está definido com clareza qual o nível de conhecimento esperado para os alunos de cada curso no início e ao final de seus estudos.

O que se tem é uma posição relativa de cada curso de graduação em relação aos demais cursos da mesma área e da mesma edição, sem uma distribuição normalizada dos resultados finais, ou seja, sem a determinação de quais as exigências mínimas para que os cursos tenham conceito 5, 4, 3, 2 ou 1.

Sendo uma distribuição relativa, isso significa dizer que os resultados do ENADE variam, a cada ano, conforme os cursos de graduação que dele participam e que, dentro de uma mesma edição, a obtenção de conceitos 5, 4, 3, 2 ou 1 varia de área para área, sem que exista nenhuma interpretação clara sobre o que significam essas variações em termos de garantia da qualidade de ensino.

De uma edição para outra, com cursos da mesma área, o conceito final do curso dependerá do desempenho dos demais cursos participantes daquela área, pois o conceito final é calculado em função da média geral dos cursos de cada edição. Dentro de uma mesma edição, a variação traduz a impossibilidade de se poder comparar, por exemplo, o conceito 5 em um curso de graduação em direito com o conceito 5 em um curso de graduação em administração, pois o conceito final de cada curso depende da média geral de cada área.

Portanto, os resultados do ENADE, considerada a metodologia aplicada para atribuição dos conceitos finais, pouco revela sobre as reais condições de funcionamento de um determinado curso, restringindo a potencialidade da sua articulação com a supervisão especial como mecanismo para garantir a qualidade do ensino. Isso porque os cálculos utilizados para atribuir o conceito final ao curso no ENADE envolvem uma fórmula que relaciona a média das notas dos alunos do curso de uma IES com a média das notas de todo o País, para uma mesma área de curso, estabelecendo apenas referencial relativizado do desempenho entre os participantes. Por meio dessa metodologia, é possível que uma determinada área de cursos tenha uma média bastante baixa, o que representaria, a princípio, deficiências no processo de ensino-aprendizagem, e ainda assim os cursos dessa área teriam conceitos considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3.

Por outro lado, não se pode esquecer que o ENADE é aplicado apenas a uma amostra de alunos de um determinado curso, o que aumenta o grau de incertezas na estimativa dos parâmetros utilizados para o cálculo do conceito final. Além disso, os resultados do ENADE derivam de uma prova na qual o aluno tem apenas a obrigação de estar presente.

As limitações apontadas em relação ao ENADE revelam a necessidade de maior reflexão sobre a avaliação, especialmente quando considerado o objetivo de garantia de qualidade do ensino. Cabendo à União a garantia de qualidade do ensino no sistema federal de ensino, os resultados do ENADE deveriam expressar dados sobre as reais condições de funcionamento dos cursos de graduação.

Assim, seria adequado que, para cada área, independentemente da média geral dos cursos dos participantes, fosse estabelecida uma média fixa que considerasse o nível de conhecimento exigido dos alunos e, a partir dessa média, fossem graduados os conceitos²⁶⁴. A partir disso, seria possível estabelecer quais os cursos que realmente

²⁶⁴ Metodologia semelhante é adotada no Brasil, no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Na Prova Brasil, que o integra o SAEB, são avaliados os níveis de conhecimentos em matemática, com foco em resolução de problemas, e língua portuguesa, com foco em leitura, dos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e dos alunos do 3º ano do ensino médio, matriculados nas escolas das redes públicas e privadas do País. Os dados de desempenho produzidos pelos alunos são expressos em uma “escala de proficiência ou desempenho”, para cada disciplina avaliada. Assim, para cada uma das disciplinas avaliadas há uma escala que foi dividida de 0 a 500, em níveis que variam em 25 pontos. Portanto, o primeiro nível vai de 125 a 150 pontos, o segundo de 150 a 175, o terceiro de 175 a 200 e assim sucessivamente. Abaixo do nível 125 estariam as competências e habilidades dos anos anteriores ao 5º ano do ensino fundamental e que não são avaliadas pela Prova Brasil. Em cada nível da escala está distribuído um conjunto de competências e habilidades que os alunos demonstram ter desenvolvido. Isto quer dizer que quanto mais alto o posicionamento na escala, maior o número e complexidade de competências e habilidades demonstradas pelos alunos.

apresentam deficiências no processo de ensino-aprendizagem, de forma a ensinar a supervisão especial com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

Ademais, seria essencial introduzir mecanismos de comprometimento dos alunos participantes, que não a simples presença, para garantir a qualidade dos resultados apurados.

Apesar das limitações apontadas em relação ao ENADE, que levam à necessidade de seu aperfeiçoamento para fins de garantia de qualidade de ensino, há que se reconhecer que a introdução do exame, que tem sua origem no ENC, também conhecido como “Provão”, gerou impactos do ponto de vista da qualidade do ensino, ainda que não parta de um referencial fixo de qualidade estabelecido pelo Ministério da Educação, uma vez que exigiu, por parte das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos avaliados, ações com vistas à obtenção e/ou manutenção de resultados considerados de qualidade satisfatória. Essas ações se explicam tanto pela divulgação pública dos seus resultados – o que exerce enorme pressão social sobre os melhores e os piores cursos – como pela supervisão especial, que abrange os cursos com resultados considerados de qualidade insatisfatória, que necessariamente devem cumprir as medidas de saneamento das deficiências identificadas.

5.1.3. Análise do CPC (2007, 2008 e 2009)

O CPC é um indicador prévio de qualidade dos cursos de graduação que sintetiza, trienalmente, diferentes medidas relativas à qualidade dos cursos, entendidas como medidas imperfeitas da contribuição do curso para a formação dos alunos.

Segundo o artigo 33-B, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007, o CPC é calculado com base no desempenho obtido pelos alunos no ENADE, nos resultados do IDD e em informações de corpo docente, organização didático-pedagógica e infraestrutura oferecidas pelos cursos.

Para cada uma das medidas relativas à qualidade dos cursos, consideradas no cálculo do CPC, é atribuída uma nota, sendo esta ponderada pelo peso correspondente à medida. Dessa forma, o cálculo do CPC consiste basicamente na soma das notas atribuídas a cada medida, ponderada pelos pesos correspondentes.

O CPC é calculado para cada curso avaliado dentro das áreas contempladas na avaliação anual do ENADE, sendo o resultado divulgado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área.

Os resultados do cálculo do CPC são apresentados em conceitos que vão de um a cinco, sendo cinco o melhor resultado alcançado.

Nesse sentido, o artigo 33-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, dispõe que “os indicadores de qualidade serão expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória”.

Tem-se, assim, que, no caso do CPC, sendo um indicador de qualidade, os conceitos 5²⁶⁵, 4 ou 3 indicam que as condições de oferta dos cursos avaliados apresentam qualidade satisfatória. Os conceitos 2 ou 1, por sua vez, indicam que as condições de oferta dos cursos avaliados são de qualidade insatisfatória, sujeitando-os às medidas determinadas pela referências legislativas e normativas da educação superior.

5.1.3.1. CPC Divulgado

Desde a publicação da Portaria Normativa nº 4/2008, que instituiu o CPC, foram divulgados os resultados dos cálculos do CPC referente aos anos de 2007²⁶⁶, 2008 e 2009²⁶⁷.

O CPC 2007 compreendeu os cursos avaliados dentro das áreas contempladas na avaliação do ENADE do ano de 2007²⁶⁸. O CPC 2008 compreendeu os cursos avaliados dentro das áreas contempladas na avaliação do ENADE do ano de 2008²⁶⁹, e o CPC 2009 compreendeu os cursos avaliados dentro das áreas contempladas na avaliação do ENADE do ano de 2009²⁷⁰.

²⁶⁵ No CPC 2007, 2008 e 2009 foi definido que nenhum curso poderia obter o conceito considerado de excelência, ou seja, o conceito 5, se, em algum dos insumos (corpo docente, organização didático-pedagógica ou infraestrutura) que compõem o cálculo do CPC, o curso tivesse nota menor ou igual a 0,9 (correspondente a nota discreta igual a 1).

²⁶⁶ No caso do CPC do ano 2007, a aplicação da Portaria Normativa nº 4/2008 foi retroativa.

²⁶⁷ Cabe registrar que, embora o IGC 2007 utilize o CPC 2005 e o CPC 2006 para o seu cálculo, estes conceitos não foram divulgados publicamente pelo INEP, razão pela qual deixa-se de apresentá-los.

²⁶⁸ No ENADE do ano 2007 foram avaliados os cursos de agronomia; biomedicina; educação física; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; serviço social; tecnologia em agroindústria; tecnologia em radiologia; terapia ocupacional; zootecnia.

²⁶⁹ No ENADE do ano 2008 foram avaliados os cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química; tecnologia em alimentos; tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas; tecnologia em automação industrial; tecnologia em construção de edifícios; tecnologia em fabricação mecânica; tecnologia em gestão da produção industrial; tecnologia em manutenção industrial; tecnologia em processos químicos; tecnologia em redes de computadores; tecnologia em saneamento ambiental.

²⁷⁰ No ENADE do ano 2009 foram avaliados os cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; estatística; música; psicologia; relações internacionais; secretariado executivo; teatro; tecnologia em design de moda; tecnologia em gastronomia; tecnologia em gestão de recursos humanos; tecnologia em gestão financeira; tecnologia em marketing; tecnologia em processos gerenciais; tecnologia em gestão de turismo; turismo.

No CPC 2007, o cálculo do resultado de cada curso foi realizado com base nas notas das seguintes medidas: ENADE (peso 40%), IDD (30%) e INSUMOS (30%). Os insumos foram compostos pelas notas de organização didático-pedagógica (27,1%), de infraestrutura (10,2%) e corpo docente, esta dividida na nota professores doutores (38,9%) e nota professores com regime de dedicação integral ou parcial (23,8%).

No CPC 2008 e no CPC 2009, o cálculo do resultado de cada curso foi realizado com base nas notas das seguintes medidas: ENADE (peso 30%, sendo o peso dividido em nota dos concluintes no ENADE e em nota dos ingressantes no ENADE), IDD (30%) e INSUMOS (40%). Os insumos foram compostos pelas notas de organização didático-pedagógica (5%), de infraestrutura (5%) e corpo docente, esta dividida na nota professores doutores (20%), nota professores mestres (5%) e nota professores com regime de dedicação integral ou parcial (5%).

No CPC 2007, a nota ENADE correspondeu à nota final do curso, que deu origem ao conceito ENADE. Portanto, para cada curso a nota foi composta por 60% da nota dos alunos concluintes no componente específico do ENADE, 15% da nota dos estudantes ingressantes no componente específico do ENADE e de 25% da nota dos estudantes (concluintes e ingressantes) no componente de formação geral do ENADE.

No CPC 2008 e no CPC 2009, a participação do ENADE no cálculo do CPC foi dividida em duas notas: nota dos concluintes no ENADE e nota dos ingressantes do ENADE. A nota dos concluintes no ENADE correspondeu à nota final que deu origem ao conceito ENADE²⁷¹, sendo, para cada curso, composta por 75% da nota dos alunos concluintes no componente específico do ENADE e 25% da nota dos mesmos alunos no componente de formação geral do ENADE. A nota dos ingressantes no ENADE correspondeu às notas dos alunos ingressantes no exame, sendo, para cada curso, composta por 75% da nota dos alunos ingressantes no componente específico do ENADE e por 25% da nota dos mesmos alunos no componente de formação geral do ENADE.

A nota IDD, utilizada no CPC 2007, 2008 e 2009, correspondeu à diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o desempenho médio estimado para os concluintes desse mesmo curso, considerando o perfil de seus estudantes. No CPC 2007, nos casos de cursos que possuíam conceito ENADE, mas não tinham IDD, ou seja, cursos com menos de dez participantes no ENADE, foi atribuído o mesmo valor do ENADE

²⁷¹ Observe-se que, a partir de 2008, a nota final do curso no ENADE passou a ser obtida da média ponderada da nota padronizada dos estudantes concluintes no componente específico e no componente de formação geral.

como IDD. No CPC 2008 e no CPC 2009, nos casos em que não foi possível atribuir um IDD para o curso, a nota IDD recebeu o mesmo valor da nota de concluintes no ENADE para este curso.

As informações que subsidiam a nota referente à organização didático-pedagógica e a nota referente à infraestrutura são provenientes do questionário socioeconômico²⁷² respondido pelos estudantes (ingressantes e concluintes) participantes do ENADE.

Dessa forma, a nota referente à organização didático-pedagógica e a nota referente à infraestrutura, no cálculo do CPC, estão diretamente relacionadas com a percepção dos alunos sobre essas medidas relativas à qualidade dos cursos, sintetizadas em duas questões: uma referente aos planos de ensino das disciplinas cursadas e outra referente aos equipamentos disponíveis para as aulas práticas.

A pergunta utilizada do questionário para calcular a nota referente à organização didático-pedagógica é a seguinte: *“os planos de ensino contêm todos os seguintes aspectos: objetivos, procedimentos de ensino e de avaliação, conteúdos e bibliografia da disciplina?”*. As alternativas de resposta são: (A) = Sim, todos contêm. / (B) = Sim, a maior parte contêm. / (C) = Sim, mas apenas cerca da metade contêm. / (D) = Sim, mas apenas menos da metade contêm. / (E) = Não, nenhum contêm. A partir desta pergunta, considerou-se como tendo avaliado positivamente a organização didático-pedagógica do curso os alunos que responderam a alternativa (A)²⁷³.

A pergunta utilizada do questionário para calcular a nota referente à infraestrutura é a seguinte: *“Com relação às aulas práticas: Os equipamentos disponíveis são suficientes para o número de estudantes?”* (CPC 2007) / *“Aulas práticas: os equipamentos disponíveis são suficientes para todos os alunos?”* (CPC 2008 e CPC 2009). As alternativas de resposta são: (A) = Sim, em todas elas. / (B) = Sim, na maior parte delas. / (C) = Sim, mas apenas na metade delas. / (D) = Sim, mas em menos da metade delas. / (E)

²⁷² O questionário socioeconômico, de preenchimento obrigatório para todos os estudantes participantes do ENADE, tem como objetivo traçar o perfil socioeconômico dos estudantes, assim como conhecer a sua opinião sobre o ambiente acadêmico em que realizam a sua formação, consolidando informações sobre as condições de ensino e os procedimentos didático-pedagógicos. De acordo com as Notas Técnicas – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2007)/(2008)/(2009), as informações dos alunos, no questionário socioeconômico, em relação aos aspectos pedagógicos e físicos oferecidos pelo curso, se apresentam como boas fontes de informação sobre a qualidade e o efeito do curso sobre o aprendizado e a formação dos estudantes.

²⁷³ No CPC 2007, a partir desta pergunta, construiu-se uma variável binária que é igual a “1” caso o aluno tenha respondido “A”; e igual a zero, caso contrário. No CPC 2008 e 2009 foi calculada a proporção de alunos do curso que avaliaram positivamente um aspecto da organização didático-pedagógica do curso no questionário do ENADE. Para calcular a proporção de alunos, divide-se o número de alunos que avaliaram positivamente o aspecto da organização didático-pedagógica extraído do questionário do ENADE pelo número total de alunos do curso que responderam ao questionário.

= Não, em nenhuma. A partir desta pergunta, considerou-se como tendo avaliado positivamente a infraestrutura do curso os alunos que responderam a alternativa (A) ou (B)²⁷⁴.

Observe-se que, no CPC 2008 e no CPC 2009, no caso de nenhum aluno ter respondido ao questionário socioeconômico aplicado, o procedimento adotado foi computar como zero a nota referente à organização didático-pedagógica e a nota referente à infraestrutura no cálculo do CPC.

As informações que subsidiam as notas referentes ao corpo docente são provenientes do Cadastro de Docentes, que é alimentado de dados declarados pelas próprias instituições de ensino superior.

No CPC 2007 foram utilizadas duas variáveis referentes ao corpo docente dos cursos. São elas: PROFESSORES DOUTORES (percentual dos professores vinculados ao curso cuja titulação é maior ou igual ao doutorado) e PROFESSORES COM REGIME DE DEDICAÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL (percentual dos professores vinculados ao curso que cumprem regime de dedicação integral ou parcial junto à instituição de ensino).

No CPC 2008 e no CPC 2009 foram utilizadas três variáveis referentes ao corpo docente dos cursos. São elas: PROFESSORES DOUTORES (proporção de professores vinculados ao curso cuja titulação é maior ou igual ao doutorado²⁷⁵), PROFESSORES MESTRES (proporção de professores vinculados ao curso cuja titulação é maior ou igual ao mestrado²⁷⁶) e PROFESSORES COM REGIME DE DEDICAÇÃO INTEGRAL OU PARCIAL (proporção de professores vinculados ao curso cujo regime de dedicação seja integral ou parcial²⁷⁷).

Registre-se que, no CPC 2007, as informações sobre o corpo docente dos cursos foram extraídas do Cadastro de Docentes, ano-base 2007. Para alguns cursos cujas instituições não preencheram o ano-base 2007, mas preencheram o ano-base 2006, utilizaram-se as informações deste último. No CPC 2008 e no CPC 2009, as informações

²⁷⁴ No CPC 2007, a partir desta pergunta, construiu-se uma variável binária que é igual a “1” caso o aluno tenha respondido os itens “A” ou “B” e igual a zero em caso contrário. No CPC 2008 e 2009 foi calculada a proporção de alunos do curso que avaliaram positivamente um aspecto da infraestrutura do curso no questionário do ENADE. Para calcular a proporção de alunos, divide-se o número de alunos que avaliaram positivamente o aspecto de infraestrutura extraído do questionário do ENADE pelo número total de alunos do curso que responderam ao questionário.

²⁷⁵ Para calcular essa proporção, divide-se o número de professores vinculados ao curso cuja titulação seja maior ou igual ao doutorado pelo número total de professores vinculados a esse curso.

²⁷⁶ Para calcular essa proporção, divide-se o número de professores vinculados ao curso cuja titulação seja maior ou igual ao mestrado pelo número total de professores vinculados a esse curso.

²⁷⁷ Para calcular essa proporção, divide-se o número de professores vinculados ao curso cujo regime de dedicação seja integral ou parcial pelo número total de professores vinculados a esse curso.

sobre o corpo docente dos cursos foram extraídas do Cadastro de Docentes, ano-base 2008 e ano-base 2009, respectivamente. Observe-se que, no CPC 2008 e no CPC 2009, o curso que não tinha nenhum professor cadastrado teve as notas referentes ao corpo docente computadas como zero para o cálculo do CPC.

É importante observar que, em relação ao IDD e aos demais insumos (organização didático-pedagógica, infraestrutura e corpo docente), os resultados obtidos, para fins de atribuição da nota correspondente, que subsidia o cálculo do CPC, passam pela mesma metodologia aplicada para fins de atribuição dos conceitos finais no ENADE. Isso quer dizer que cada nota é calculada subtraindo-se da medida original de um determinado curso a média dessa medida obtida para a área à qual esse curso pertence, e dividindo-se o resultado dessa subtração pelo desvio-padrão dessa medida, obtido segundo a área à qual esse curso pertence. O resultado obtido é transformado em uma nota no intervalo de 0 a 5 e é feito o seguinte ajuste: soma-se ao afastamento padronizado de cada curso o valor absoluto do menor afastamento padronizado entre todos os cursos da área à qual o curso pertence; em seguida, divide-se este resultado pela soma do maior afastamento padronizado com o módulo do menor. Finalmente, multiplica-se o resultado desse quociente por 5.

Conforme é possível observar, a partir da análise dos cursos de graduação que, potencialmente, subsidiaram o cálculo do CPC nos três anos consecutivos, o objeto avaliado no CPC não é o mesmo. Isto porque, em cada um dos CPC foram avaliados cursos de áreas diferentes, conforme contempladas na avaliação de cada ENADE correspondente.

A análise dos resultados do CPC 2007, 2008 e 2009 permite traçar um perfil da qualidade, ainda que em curto período de tempo, dos cursos avaliados, e o possível impacto desse perfil do ponto de vista da regulação.

Para a análise dos resultados²⁷⁸ atribuídos aos cursos no CPC 2007, 2008 e 2009, foram selecionados apenas os cursos das instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino, ou seja, das instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada (doravante denominadas apenas instituições de ensino superior privadas) e das instituições de ensino mantidas pela União (doravante denominadas apenas instituições de ensino superior públicas).

²⁷⁸ Os resultados do CPC 2007 e do CPC 2008 encontram-se disponíveis no *site* do INEP, mediante consulta às planilhas de “Resultados do ENADE 2007” e “Resultados do ENADE 2008” (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011. Os resultados do CPC 2009 encontram-se disponíveis no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Dentre o conjunto de cursos de instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino, foram excluídos da análise os cursos que ficaram SEM CONCEITO em virtude do critério definido pelo INEP para tal situação, e todos aqueles cujos resultados estão *sub judice*.

Com base nesses critérios, foram identificados 1.388 cursos no CPC 2007, sendo 1.092 ministrados por instituições privadas (78,67%) e 296 por instituições públicas (21,33%). No CPC 2008 foram identificados 3.963 cursos, sendo 3.089 ministrados por instituições privadas (77,95%) e 874 por instituições públicas (22,05%). Já no CPC 2009, foram identificados 4.614 cursos, sendo 4.218 ministrados por instituições privadas (91,42%) e 396 por instituições públicas (8,58%).

5.1.3.2. Análise dos Resultados

A Tabela 16 apresenta a distribuição dos conceitos no CPC 2007, por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados na amostra.

TABELA 16 – Distribuição dos Conceitos no CPC 2007 por Dependência Administrativa.

Conceitos CPC	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	01	0,09	32	10,81	33	2,38
Conceito 4	108	9,89	143	48,31	251	18,08
Conceito 3	630	57,69	98	33,11	728	52,45
Conceito 2	340	31,14	20	6,76	360	25,94
Conceito 1	13	1,19	03	1,01	16	1,15
Total	1.092	100,00	296	100,00	1.388	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP, mediante consulta às planilhas de “Resultados do ENADE 2007” (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 16, os conceitos do CPC considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 59,12% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 33,11% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 9,98% obtiveram conceito 5 ou 4, e 57,69% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Vemos que 32,33% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos

considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 7,77% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 17 é apresentada a distribuição dos conceitos no CPC 2008 por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados.

TABELA 17 – Distribuição dos Conceitos no CPC 2008 por Dependência Administrativa.

Conceitos CPC	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	11	0,36	83	9,50	94	2,37
Conceito 4	362	11,72	354	40,50	716	18,07
Conceito 3	1.676	54,26	353	40,39	2.029	51,20
Conceito 2	1.008	32,63	82	9,38	1090	27,50
Conceito 1	32	1,04	02	0,23	34	0,86
Total	3.089	100,00	874	100,00	3.963	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP, mediante consulta às planilhas de “Resultados do ENADE 2008” (<http://portal.inep.gov.br/planilhas-enade>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 17, os conceitos do CPC considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 50% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceitos 5 ou 4, e 40,39% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 12,08% obtiveram conceitos 5 ou 4, e 54,26% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 33,67% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 9,61% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

Na Tabela 18 é apresentada a distribuição dos conceitos no CPC 2009 por dependência administrativa das instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos selecionados.

TABELA 18 – Distribuição dos Conceitos no CPC 2009 por Dependência Administrativa.

Conceitos CPC	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	22	0,52	38	9,60	60	1,30
Conceito 4	412	9,77	165	41,67	577	12,51
Conceito 3	2.237	53,03	153	38,64	2.390	51,80
Conceito 2	1.509	35,78	39	9,85	1.548	33,55
Conceito 1	38	0,90	01	0,25	39	0,85
Total	4.218	100,00	396	100,00	4.614	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/enade>), acesso em 27 de maio

de 2011.

Conforme se observa na Tabela 18, os conceitos do CPC considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior públicas, seguidos pelos cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 51,27% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceitos 5 ou 4, e 38,64% obtiveram conceito 3. Entre os cursos das instituições de ensino superior privadas, 10,29% obtiveram conceitos 5 ou 4, e 53,03% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre os cursos das instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 36,68% dos cursos das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceitos considerados de qualidade insatisfatória (conceitos 2 ou 1), enquanto que 10,10% dos cursos das instituições de ensino superior públicas obtiveram esses conceitos.

5.1.3.3. Considerações sobre o CPC

O CPC, de acordo com a Portaria Normativa nº 40/2007, articula-se com a regulação, tal como definida no Decreto nº 5.773/2006.

Para o exercício das funções de regulação da educação superior, o CPC é aplicado na renovação de reconhecimento de cursos superiores, conforme as seguintes hipóteses:

- Curso com CPC satisfatório (igual ou superior a três): pode levar à prorrogação da validade do ato de renovação de reconhecimento de curso em vigor, se o curso tiver CPC satisfatório, ato autorizativo válido e não esteja sob medida de supervisão em vigor (artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007);
- Curso com CPC insatisfatório (inferior a três): antecipa o prazo para protocolo de renovação de reconhecimento, devendo ser apresentado até trinta dias da publicação do CPC, acompanhado de plano de melhorias acadêmicas (artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007);
- Curso sem CPC: antecipa o prazo para protocolo de renovação de reconhecimento, devendo ser apresentado até trinta dias da publicação dos indicadores das grandes áreas correlatas do ENADE (artigo 35-B da Portaria Normativa nº 40/2007).

A potencialidade do CPC, articulado com a regulação como mecanismo para garantir a qualidade do ensino, é verificada na medida em que o CPC sintetiza diferentes

medidas relativas à qualidade dos cursos, entendidas como medidas imperfeitas da contribuição do curso para a formação dos alunos.

Assim, a partir de um conceito previamente calculado em função de diferentes medidas relativas à qualidade dos cursos, o Ministério da Educação tem um indicador que lhe permite prorrogar os atos de renovação de reconhecimento de cursos ou mesmo antecipar o protocolo desses pedidos para cursos sem CPC ou com conceitos considerados de qualidade insatisfatório, sendo que, neste último caso, torna-se necessária a apresentação de um plano de melhorias acadêmicas.

Com isso, o Ministério da Educação, a partir de um indicador que, a princípio, sintetiza a qualidade dos cursos de graduação, consegue lidar com a inviabilidade técnica de avaliar *in loco*, a cada três anos, todos os cursos de graduação.

No entanto, a partir do que foi exposto na análise do CPC, é possível afirmar que a potencialidade apontada é restringida quando considerada a metodologia aplicada para fins de atribuição dos conceitos finais.

Observe-se que o cálculo do CPC consiste, basicamente, na soma das notas atribuídas a cada medida relativa à qualidade dos cursos, ponderada pelos pesos correspondentes. Todas as notas que integram o cálculo do CPC assumem a mesma metodologia adotada para atribuição dos conceitos finais do ENADE, ou sejam, caracterizam uma medida de afastamento da medida original de um determinado curso em relação à média geral dessa medida obtida para a área à qual esse curso pertence.

Dessa forma, assim como o resultado do ENADE, o resultado do CPC, específico para um determinado curso, depende, em grande parte, dos resultados dos demais cursos avaliados de uma mesma área em um mesmo ano de divulgação do CPC.

Assim, a metodologia aplicada para atribuição dos conceitos finais não permite dizer qual o critério, ou, mais especificamente, qual a nota mínima aceitável em cada uma das medidas relativas à qualidade dos cursos que integram o cálculo do CPC para atribuir determinado conceito a um curso de graduação. Ou seja, não está definido com clareza qual o nível de qualidade exigido de cada curso.

O que se tem é uma posição relativa de cada curso de graduação em relação aos demais cursos da mesma área e do mesmo ano de divulgação do CPC, sem uma distribuição normalizada dos resultados finais, ou seja, sem a determinação de quais as exigências mínimas para que os cursos tenham conceito 5, 4, 3, 2 ou 1.

Sendo uma distribuição relativa, isso significa dizer que os resultados do CPC, assim como os resultados do ENADE, variam, a cada ano, conforme os cursos de

graduação abrangidos, e dentro de um mesmo ano de divulgação do CPC, a obtenção de conceitos 5, 4, 3, 2 ou 1 varia de área para área, sem que exista nenhuma interpretação clara sobre o que significam essas variações em termos de garantia de qualidade do ensino.

Essas limitações apontadas para o CPC, que reproduzem aquelas apontadas para o ENADE, revelam a necessidade uma maior reflexão do indicador, especialmente quando considerado o objetivo de garantia de qualidade do ensino. Cabendo à União a garantia de qualidade do ensino no sistema federal de ensino, os resultados do CPC deveriam expressar dados sobre as reais condições de funcionamento dos cursos de graduação.

Assim, seria adequado que para cada área, independentemente da média geral de cada uma das medidas relativas à qualidade dos cursos, fosse estabelecida uma média fixa, considerando o nível de qualidade exigido, e, a partir desta, fossem graduados os conceitos. Em seguida, seria possível estabelecer quais cursos realmente apresentam deficiências, de forma a antecipar o protocolo de renovação de reconhecimento, acompanhado do plano de melhorias acadêmicas, com vistas à melhoria da qualidade do ensino.

5.1.4. Análise do IGC (2007, 2008 e 2009)

O IGC é um indicador de qualidade das instituições de ensino superior que sintetiza, anualmente, a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de uma determinada instituição de ensino superior.

No cálculo do IGC, segundo o artigo 33-B, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007, é considerada a média dos últimos CPC disponíveis dos cursos de graduação avaliados da instituição de ensino superior no ano do cálculo do IGC e nos dois anos anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, da instituição de ensino superior, atribuídos pela CAPES²⁷⁹ na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas correspondentes; e a distribuição dos alunos entre os diferentes níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado).

²⁷⁹ A avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o resultado expresso em notas de 1 a 7, sendo 7 a nota máxima.

Dessa forma, o IGC é uma média dos conceitos dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de uma determinada instituição de ensino superior, ponderada pela distribuição dos alunos dessa IES entre os diferentes níveis de ensino²⁸⁰. Observe-se que tanto a média dos conceitos dos cursos de graduação como a média dos conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* é ponderada pelo número de matrículas nos cursos computados ou programas correspondentes, sendo então, no cálculo final, essas médias ponderadas pela distribuição dos alunos dessa IES entre os diferentes níveis de ensino (graduação, mestrado e doutorado).

Os resultados do cálculo do IGC, divulgados anualmente, são apresentados em conceitos que vão de um a cinco, sendo cinco o melhor resultado alcançado.

Nesse sentido, o artigo 33-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007 dispõe que “os indicadores de qualidade serão expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória e, no caso de instituições, também serão apresentados em escala contínua”.

Tem-se, assim, que, no caso do IGC, sendo um indicador de qualidade, os conceitos 5, 4 ou 3 indicam que as condições de oferta das instituições de ensino superior avaliadas apresentam qualidade satisfatória. Por analogia aos critérios contidos no instrumento de avaliação externa *in loco*, é possível afirmar que o conceito 5 do IGC configura um quadro muito além do que expressa a referência mínima de qualidade, o conceito 4 do IGC configura um quadro além do que expressa a referência mínima de qualidade e o conceito 3 do IGC configura um quadro similar ao que expressa a referência mínima de qualidade.

Os conceitos 2 ou 1, por sua vez, indicam que as condições de oferta das instituições de ensino superior avaliadas são de qualidade insatisfatória, sujeitando-se as IES às medidas determinadas pela referências legislativas e normativas da educação superior. Também, por analogia aos critérios contidos no instrumento de avaliação externa *in loco*, é possível afirmar que o conceito 2 do IGC configura um quadro aquém do que expressa a referência mínima de qualidade e o conceito 1 do IGC configura um quadro muito aquém do que expressa a referência mínima de qualidade.

²⁸⁰ Se a instituição de ensino superior não oferta programas de pós-graduação, o IGC é simplesmente a média dos conceitos dos cursos de graduação.

5.1.4.1. IGC Divulgado

Desde a publicação da Portaria Normativa nº 12/2008, que instituiu o IGC, foram divulgados os resultados dos cálculos do IGC referente aos anos de 2007²⁸¹, 2008 e 2009.

O IGC 2007 abrangeu o triênio 2005, 2006 e 2007. Neste IGC foram considerados os CPC referentes ao ENADE dos anos de 2005, 2006 e 2007²⁸² e a nota CAPES referente à avaliação do triênio 2004-2006. Para a ponderação das matrículas de graduação, foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2005 e 2006; para ponderação das matrículas de pós-graduação *stricto sensu*, foram utilizados os dados da CAPES de matrículas de 2007.

O IGC 2008 abrangeu o triênio 2006, 2007 e 2008. Neste IGC foram considerados os CPC referentes ao ENADE dos anos de 2006, 2007 e 2008²⁸³ e a nota CAPES referente à avaliação do triênio 2004-2006. Para a ponderação das matrículas de graduação, foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2006, 2007 e 2008; para ponderação das matrículas de pós-graduação *stricto sensu*, foram utilizados os dados da CAPES de matrículas de 2008.

O IGC 2009 abrangeu o triênio 2007, 2008 e 2009. Neste IGC foram considerados os CPC referentes ao ENADE dos anos de 2007, 2008 e 2009²⁸⁴ e a nota CAPES da trienal 2010. Para a ponderação das matrículas de graduação, foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior dos anos de 2007, 2008 e 2009. Para ponderação das matrículas de pós-graduação *stricto sensu*, foram utilizados os dados da CAPES de matrículas de 2009.

²⁸¹ No caso do IGC do ano 2007, a aplicação da Portaria Normativa nº 12/2008 foi retroativa.

²⁸² Foram avaliados no ENADE do ano 2005 os cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química. No ENADE do ano 2006 foram avaliados os cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; biomedicina; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; música; normal superior; psicologia; secretariado executivo; teatro; turismo. No ENADE do ano 2007 foram avaliados os cursos de agronomia; biomedicina; educação física; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; serviço social; tecnologia em agroindústria; tecnologia em radiologia; terapia ocupacional; zootecnia.

²⁸³ Para os cursos avaliados no ENADE do ano 2006 e no ENADE do ano 2007 vide nota de rodapé anterior. No ENADE do ano 2008 foram avaliados os cursos de arquitetura e urbanismo; biologia; ciências sociais; computação e informática; engenharias; filosofia; física; geografia; história; letras; matemática; pedagogia; química; tecnologia em alimentos; tecnologia em análise e desenvolvimento de sistemas; tecnologia em automação industrial; tecnologia em construção de edifícios; tecnologia em fabricação mecânica; tecnologia em gestão da produção industrial; tecnologia em manutenção industrial; tecnologia em processos químicos; tecnologia em redes de computadores; tecnologia em saneamento ambiental.

²⁸⁴ Para os cursos avaliados no ENADE do ano 2007 e no ENADE do ano 2008 vide nota de anterior. No ENADE do ano 2009 foram avaliados os cursos de administração; arquivologia; biblioteconomia; ciências contábeis; ciências econômicas; comunicação social; design; direito; estatística; música; psicologia; relações internacionais; secretariado executivo; teatro; tecnologia em design de moda; tecnologia em gastronomia; tecnologia em gestão de recursos humanos; tecnologia em gestão financeira; tecnologia em marketing; tecnologia em processos gerenciais; tecnologia em gestão de turismo; turismo.

Conforme é possível observar, a partir da análise dos cursos de graduação e dos programas *stricto sensu*, que potencialmente subsidiaram o cálculo do IGC nos três anos consecutivos, o objeto avaliado no IGC é o mesmo.

No tocante à graduação, as áreas de conhecimento dos cursos de graduação participantes do ENADE dos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, cujo resultado subsidiou o cálculo dos CPC considerados no IGC 2007, 2008 e 2009, são as mesmas. No ENADE do ano de 2008, embora acrescido de outras anteriormente não contempladas, foram avaliados as áreas dos cursos de graduação do ENADE do ano 2005, e no ENADE do ano 2009, também acrescido de outras anteriormente não contempladas, foram avaliadas as áreas dos cursos de graduação do ENADE do ano 2006. Em todos os três IGC foram contemplados os resultados do ENADE do ano 2007, cuja áreas de conhecimento dos cursos de graduação, avaliadas em 2010, ainda não foram divulgadas. Assim, tem-se que o IGC 2007, 2008 e 2009 abrange as mesmas áreas do conhecimento dos cursos de graduação, embora no IGC 2008 e no IGC 2009 haja algumas áreas de cursos não avaliadas no IGC 2007.

No tocante à pós-graduação *stricto sensu*, a avaliação realizada pela CAPES é trienal, contemplando todos os programas que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação. Por essas razão, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, o IGC 2007, 2008 e 2009 incidem sobre um mesmo objeto.

Portanto, em relação à graduação, o IGC 2008 e o IGC 2009 representam resultados atualizados das áreas de conhecimento avaliadas no IGC 2007, pois, no primeiro caso, os resultados do ENADE do ano 2008 atualizam os resultados do ENADE do ano 2005, considerados nos CPC que subsidiam o cálculo do IGC 2008, e, no segundo caso, os resultados do ENADE do ano 2009 atualizam os resultados do ENADE do ano 2006, considerados no CPC que subsidiam o cálculo do IGC 2009. Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, os resultados somente são atualizados no IGC 2009, pois no IGC 2008 são considerados os mesmos resultados da avaliação CAPES trienal 2004-2006 considerados no IGC 2007.

Para a análise dos resultados²⁸⁵ atribuídos às instituições de ensino superior no IGC 2007, 2008 e 2009, foram selecionadas apenas as instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino, ou seja, as instituições de ensino superior criadas e mantidas pela iniciativa privada (doravante denominadas apenas instituições de ensino

²⁸⁵ Os resultados do IGC encontram-se disponíveis na *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>), acesso em 27 de maio de 2011.

superior privadas) e as instituições de ensino mantidas pela União (doravante denominadas apenas instituições de ensino superior públicas).

Dentre o conjunto de instituições de ensino superior integrantes do sistema federal de ensino, foram excluídas da análise as instituições de ensino superior que não tiveram resultado atribuído em todos os três IGC (2007, 2008 e 2009), assim como as instituições de ensino superior que ficaram SEM CONCEITO em algum dos três IGC, em virtude do critério definido pelo INEP para tal situação, e todas aquelas cujos resultados de um ou alguns dos IGC estão *sub judice*.

Esses critérios foram determinados em razão da necessidade de se estabelecer um padrão comparativo entre os resultados obtidos.

Com base nesses critérios, foram identificadas 1.203²⁸⁶ instituições de ensino superior, sendo, em relação à dependência administrativa, 1.147 privadas (95,34%) e 56 públicas (4,66%).

5.1.4.2. Análise dos Resultados

Na Tabela 19 é apresentada a distribuição dos conceitos no IGC 2007 por dependência administrativa das instituições de ensino superior selecionadas na amostra.

TABELA 19 – Distribuição dos Conceitos no IGC 2007 por Dependência Administrativa.

Conceitos IGC	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	10	0,87	07	12,50	17	1,41
Conceito 4	62	5,41	29	51,79	91	7,56
Conceito 3	706	61,55	19	33,93	725	60,27
Conceito 2	363	31,65	01	1,79	364	30,26
Conceito 1	06	0,52	-	-	06	0,50
Total	1.147	100,00	56	100,00	1.203	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>), acesso em 27 de maio de 2011.

²⁸⁶ Em relação à categoria administrativa, das 1.203 instituições de ensino superior identificadas, 139 são universidades (11,55%), 116 são centros universitários (9,64%) e 948 são faculdades (78,80%). Sobre a distribuição estadual, seis são do Estado do Acre (0,50%), oito são de Alagoas (0,67%), 14 são do Amazonas (1,16%), oito são do Amapá (0,67%), 64 são da Bahia (5,32%), 19 são do Ceará (1,58%), 33 são do Distrito Federal (2,74%), 50 são do Espírito Santo (4,16%), 36 são de Goiás (2,99%), 12 do Maranhão (1,00%), 175 são de Minas Gerais (14,55%), 24 são do Mato Grosso do Sul (2,00%), 34 são do Mato Grosso (2,83%), 13 são do Pará (1,08%), 13 são da Paraíba (1,08%), 42 são de Pernambuco (3,49%), 16 são do Piauí (1,33%), 96 são do Paraná (7,98%), 90 são do Rio de Janeiro (7,48%), nove são do Rio Grande do Norte (0,75%), 19 são de Rondônia (1,58%), cinco são de Roraima (0,42%), 44 são do Rio Grande do Sul (3,66%), 40 são de Santa Catarina (3,33%), sete são de Sergipe (0,58%), 318 são de São Paulo (26,43%) e oito são de Tocantins (0,67%).

Conforme se observa na Tabela 19, os conceitos do IGC considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre as instituições de ensino superior públicas, seguidas pelas instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 64,29% das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 33,93% obtiveram conceito 3. Entre as instituições de ensino superior privadas, 6,28% obtiveram conceito 5 ou 4, e 61,55% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, em termos percentuais, entre as instituições de ensino superior privadas, com uma única exceção de uma instituição de ensino superior pública que obteve conceito 2.

Tem-se que apenas 1,79% das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito considerado de qualidade insatisfatória (conceito 2). Entre as instituições de ensino superior privadas, 32,17% obtiveram conceito 2 ou 1.

Na Tabela 20 é apresentada a distribuição dos conceitos no IGC 2008 por dependência administrativa das instituições de ensino superior selecionadas na amostra.

TABELA 20 – Distribuição dos Conceitos no IGC 2008 por Dependência Administrativa.

Conceitos IGC	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	07	0,61	09	16,07	16	1,33
Conceito 4	60	5,23	27	48,21	87	7,23
Conceito 3	697	60,77	20	35,71	717	59,60
Conceito 2	377	32,87	-	-	377	31,34
Conceito 1	06	0,52	-	-	06	0,50
Total	1.147	100,00	56	100,00	1.203	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 20, os conceitos do IGC considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre as instituições de ensino superior públicas, seguidas pelas instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 64,29% das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 35,71% obtiveram conceito 3. Entre as instituições de ensino superior privadas, 5,84% obtiveram conceito 5 ou 4, e 60,77% obtiveram conceito 3.

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se, exclusivamente, entre as instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 33,39% das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceito 2 ou 1.

Assim, no IGC 2008, as instituições de ensino superior públicas somente obtiveram conceitos considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3. As

instituições de ensino superior privadas, por sua vez, aumentaram, ainda que reduzido, o percentual de conceitos 2 ou 1 em relação ao IGC 2007.

Na Tabela 21 é apresentada a distribuição dos conceitos no IGC 2009 por dependência administrativa das instituições de ensino superior selecionadas na amostra.

TABELA 21 – Distribuição dos Conceitos no IGC 2009 por Dependência Administrativa.

Conceitos IGC	IES Privada		IES Pública		Total	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	07	0,61	10	17,86	17	1,41
Conceito 4	45	3,92	29	51,79	74	6,15
Conceito 3	646	56,32	17	30,36	663	55,11
Conceito 2	445	38,80	-	-	445	36,99
Conceito 1	04	0,35	-	-	04	0,33
Total	1.147	100,00	56	100,00	1.203	100,00

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>), acesso em 27 de maio de 2011.

Conforme se observa na Tabela 21, os conceitos do IGC considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, concentram-se, em termos percentuais, entre as instituições de ensino superior públicas, seguidas pelas instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 69,64% das instituições de ensino superior públicas obtiveram conceito 5 ou 4, e 30,36% obtiveram conceito 3. Entre as instituições de ensino superior privadas, 4,53% obtiveram conceito 5 ou 4, e 56,32% obtiveram conceito 3

Os conceitos 2 ou 1, considerados de qualidade insatisfatória, concentram-se novamente, seguindo tendência do IGC 2008, exclusivamente entre as instituições de ensino superior privadas. Tem-se que 39,15% das instituições de ensino superior privadas obtiveram conceito 2 ou 1.

Assim, no IGC 2009, as instituições de ensino superior públicas somente obtiveram conceitos considerados de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3. As instituições de ensino superior privadas, por sua vez, aumentaram, ainda que de forma reduzida, o percentual de conceitos 2 ou 1 em relação ao IGC 2008.

Na Tabela 22 é apresentada a movimentação geral dos conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009 das instituições de ensino superior selecionadas na amostra e na Tabela 23 a variação percentual dessa movimentação.

TABELA 22 – Movimentação Geral dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009.

Conceitos IGC	IGC 2007		IGC 2008		IGC 2009	
	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%
Conceito 5	17	1,41	16	1,33	17	1,41
Conceito 4	91	7,56	87	7,23	74	6,15
Conceito 3	725	60,27	717	59,60	663	55,11
Conceito 2	364	30,26	377	31,34	445	36,99
Conceito 1	06	0,50	06	0,50	04	0,33

Total	1.203	100,00	1.203	100,00	1.203	100,00
--------------	--------------	---------------	--------------	---------------	--------------	---------------

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>), acesso em 27 de maio de 2011.

TABELA 23 – Variação Percentual da Movimentação Geral dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009.

Conceitos IGC	IGC 2007	IGC 2008		IGC 2009	
	Qtde.	Qtde.	Variação % em relação ao IGC 2007	Qtde.	Variação % em relação ao IGC 2008
Conceitos 5	17	16	-5,88	17	6,25
Conceito 4	91	87	-4,40	74	-14,94
Conceito 3	725	717	-1,10	663	-7,53
Conceito 2	364	377	3,57	445	18,04
Conceito 1	06	06	0,00	04	-33,33
Total	1.203	1.203		1.203	

Fonte: Adaptação a partir de dados no *site* do INEP (<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>), acesso em 27 de maio de 2011.

No Gráfico 1, elaborado a partir dos dados da Tabela 22, é possível visualizar que o número de IES que integram os conceitos do IGC nos três anos variou de forma mais significativa no IGC 2009, quando se verifica uma redução no número de IES com conceitos 4 ou 3 e um aumento do número de IES com conceito 2.

GRÁFICO 1 – Movimentação Geral dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009.

Na Tabela 24 é apresentada a movimentação específica dos conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009 das instituições de ensino superior selecionadas na amostra.

TABELA 24 – Movimentação Específica dos Conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009.

Movimentação Por Conceitos			Qtde.			Total
IGC 2007	IGC 2008	IGC 2009	IES Privada	IES Pública	Total	
5	5	5	07	07	14	17
5	4	4	02	-	02	
5	3	4	01	-	01	
4	4	4	21	25	46	91
4	4	5	-	01	01	
4	4	3	30	-	30	
4	4	2	01	-	01	
4	5	5	-	02	02	
4	3	4	-	01	01	
4	3	3	06	-	06	
4	3	2	03	-	03	
4	2	2	01	-	01	
3	3	3	495	16	511	725
3	3	4	15	02	17	
3	3	2	134	-	134	
3	3	1	01	-	01	
3	4	4	05	01	06	
3	4	3	01	-	01	
3	2	3	08	-	08	
3	2	2	47	-	47	
2	2	2	249	-	249	364
2	2	4	01	-	01	
2	2	3	70	-	70	
2	2	1	01	-	01	
2	3	3	34	01	35	
2	3	2	08	-	08	
1	1	1	02	-	02	06
1	1	3	02	-	02	
1	1	2	02	-	02	
Total			1.147	56	1.203	1.203

Fonte: Adaptação a partir de dados no site do INEP (<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>), acesso em 27 de maio de 2011.

Da análise da movimentação específica dos conceitos no IGC 2007, 2008 e 2009 pode-se observar alguns padrões, conforme apresentado a seguir:

Das IES, a partir do IGC 2007, com conceitos de qualidade satisfatória, ou seja, conceitos 5, 4 ou 3, verificaram-se os seguintes padrões de movimentação:

- 82,35% das IES que obtiveram conceito 5 no IGC 2007 mantiveram o conceito máximo no IGC 2008 e no IGC 2009; 50,55% das IES que obtiveram conceito 4 no IGC 2007 mantiveram o mesmo conceito no IGC 2008 e no IGC 2009; 70,48% das IES que obtiveram conceito 3 no IGC 2007 mantiveram o mesmo conceito no IGC 2008 e no IGC 2009;
- 3,30% das IES que obtiveram conceito 4 no IGC 2007 apresentaram conceito mais elevado no IGC 2008 e no IGC 2009, ou somente no IGC 2009; 3,31% das IES que

obtiveram conceito 3 no IGC 2007 apresentaram conceito mais elevado no IGC 2008 e no IGC 2009, ou somente no IGC 2009;

- 17,65% das IES que obtiveram conceito 5 no IGC 2007 não conseguiram manter o conceito máximo no IGC 2008 e no IGC 2009, tendo o conceito reduzido para conceitos 4 ou 3, que também indicam condições de oferta de qualidade satisfatória; 40,66% das IES que obtiveram conceito 4 no IGC 2007 não conseguiram manter o conceito no IGC 2008 e no IGC 2009, ou somente no IGC 2009, tendo o conceito reduzido para conceito 3, que também indica condições de oferta de qualidade satisfatória;
- 5,49% das IES que obtiveram conceito 4 no IGC 2007 não conseguiram manter o conceito no IGC 2008 e no IGC 2009, ou somente no IGC 2009, tendo o conceito reduzido para conceito 2, que indica condições de oferta de qualidade insatisfatória; 26,21% das IES que obtiveram conceito 3 no IGC 2007 não conseguiram manter o conceito no IGC 2008 e no IGC 2009, ou somente no IGC 2009, tendo a o conceito reduzido para conceitos 2 ou 1, que indicam condições de oferta de qualidade insatisfatória.

Das IES, a partir do IGC 2007, com conceitos de qualidade insatisfatória, ou seja, conceitos 2 ou 1, verificaram-se os seguintes padrões de movimentação:

- 68,41% das IES que obtiveram conceito 2 no IGC 2007 mantiveram o mesmo conceito no IGC 2008 e no IGC 2009; 33,33% das IES que obtiveram conceito 1 no IGC 2007 mantiveram o mesmo conceito no IGC 2008 e no IGC 2009;
- 31,32% das IES que obtiveram conceito 2 no IGC 2007 apresentaram conceito mais elevado no IGC 2008 e no IGC 2009, ou somente no IGC 2009, atingindo conceitos que indicam condições de oferta de qualidade satisfatória; 33,33% das IES que obtiveram conceito 1 no IGC 2007 apresentaram conceito mais elevado no IGC 2009, atingindo conceitos que indicam condições de oferta de qualidade satisfatória;
- 33,33% das IES que obtiveram conceito 1 no IGC 2007 apresentaram conceito mais elevado no IGC 2009, porém ainda indicando que as condições de oferta do ensino pelas instituições de ensino superior apresentam qualidade insatisfatória;
- 0,27% das IES que obtiveram conceito 2 no IGC 2007 tiveram no IGC 2009 o conceito reduzido para o mínimo.

5.1.4.3. Considerações sobre o IGC

O IGC, de acordo com a Portaria Normativa nº 40/2007, articula-se com a regulação, tal como definida no Decreto nº 5.773/2006.

Para o exercício das funções de regulação da educação superior, o IGC é aplicado na autorização de cursos superiores de instituições de ensino superior já em funcionamento, no credenciamento para oferta de educação na modalidade a distância e no credenciamento de instituições, conforme as seguintes hipóteses:

Autorização de Cursos Superiores Presenciais

- IES com IGC mais recente, igual ou superior a três: pode levar a dispensa²⁸⁷ de avaliação *in loco*, nos pedidos de autorização de cursos presenciais²⁸⁸, por decisão do Secretário competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado (artigo 11-A da Portaria Normativa nº 40/2007);
- IES com IGC mais recente inferior a três: pode levar ao indeferimento do pedido de autorização do curso presencial, independentemente de avaliação *in loco*, em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição (artigo 11-A, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Autorização de Cursos Superiores a Distância

- IES com IGC mais recente igual ou superior a quatro: pode levar a dispensa²⁸⁹ de avaliação *in loco*, nos pedidos de autorização de cursos a distância²⁹⁰, por decisão do Secretário competente, após análise documental, mediante despacho fundamentado (artigo 11-B da Portaria Normativa nº 40/2007);
- IES com IGC mais recente inferior a quatro: pode levar ao indeferimento do pedido de autorização do curso a distância, independentemente de avaliação *in loco*, em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição (artigo 11-B, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Credenciamento para Oferta de Educação na Modalidade a Distância

- IES com IGC mais recente igual ou superior a quatro: pode levar à avaliação *in loco* por amostragem, após análise documental, mediante despacho fundamentado, nos pedidos de

²⁸⁷ Sobre a dispensa vide nota de rodapé 241.

²⁸⁸ Sobre a impossibilidade de dispensa em se tratando de autorização de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia ou psicologia vide nota de rodapé 242.

²⁸⁹ Sobre a dispensa vide nota de rodapé 241.

²⁹⁰ Sobre a impossibilidade de dispensa em se tratando de autorização de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia ou psicologia vide nota de rodapé 242.

credenciamento de polos de apoio presencial (artigo 11-B, §1º, da Portaria Normativa nº 40/2007);

- IES com IGC mais recente inferior a quatro: pode levar ao indeferimento do pedido de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância, assim como do pedido de credenciamento de novos polos de apoio presencial, independentemente de avaliação *in loco*, em vista da análise dos elementos de instrução do processo e da situação da instituição (artigo 11-B, §2º, da Portaria Normativa nº 40/2007).

Recredenciamento de Instituições

- IES com IGC satisfatório (igual ou superior a três): pode levar à prorrogação da validade do ato de recredenciamento em vigor se a instituição tiver IGC satisfatório nos três anos que integram o ciclo, ato autorizativo válido e não esteja sob medida de supervisão em vigor (artigo 35-A da Portaria Normativa nº 40/2007);
- IES com IGC insatisfatório (inferior a três): antecipa o prazo para protocolo de pedido de recredenciamento, no caso de IGC insatisfatório em qualquer dos anos do ciclo, devendo ser apresentado até trinta dias da publicação do IGC, acompanhado de plano de melhorias acadêmicas (artigo 35-C da Portaria Normativa nº 40/2007).

A potencialidade do IGC, articulado com a regulação, como mecanismo para garantir a qualidade do ensino, é verificada na medida em que o IGC é um indicador de qualidade das instituições de ensino superior que sintetiza a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Assim, a partir do conceito IGC, o Ministério da Educação tem um indicador que, caso considerado de qualidade satisfatória, lhe permite dispensar avaliações *in loco* para fins de autorização de cursos de graduação, assim como realizar avaliação *in loco* por amostragem nos pedidos de credenciamento de polos de apoio presencial ou levar à prorrogação da validade do ato de recredenciamento em vigor. No caso de conceito considerado de qualidade insatisfatória, o IGC lhe permite indeferir pedidos de autorização de cursos de graduação, pedidos de credenciamento específico para oferta de educação na modalidade a distância e pedidos de credenciamento de novos polos de apoio presencial, independentemente de avaliações *in loco*, assim como antecipar o protocolo dos atos de recredenciamento, com a exigência de apresentação de um plano de melhorias acadêmicas.

Com isso, o Ministério da Educação, a partir de um indicador que, a princípio, sintetiza a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de uma determinada instituição de ensino superior, consegue lidar com a

inviabilidade técnica de avaliar *in loco* todas as novas demandas institucionais, assim como, a cada três anos, todas as instituições de ensino superior.

No entanto, a partir do que foi exposto na análise do IGC, é possível afirmar que a potencialidade apontada é restringida quando se considera que o IGC consiste, basicamente, na média dos CPC dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de uma determinada instituição, ponderada pela distribuição dos alunos dessa IES entre os diferentes níveis de ensino.

Dado que a contribuição da média dos conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de uma determinada instituição de ensino superior, no cálculo do seu IGC, é marginal frente à média dos CPC, e que grande parte das instituições de ensino superior que integram o sistema federal de ensino não possuem programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo, nestes casos, o cálculo do IGC simplesmente a média dos CPC dos cursos de graduação, as limitações que foram apresentadas ao CPC e que o afetam como indicador utilizado para fins de regulação revelam-se no IGC.

Apesar das limitações do IGC, derivadas do CPC, que levam à necessidade de seu aperfeiçoamento, para fins de garantia de qualidade de ensino há que se reconhecer que a introdução do indicador gerou impactos do ponto de vista da qualidade do ensino, ainda que não parta de um referencial fixo de qualidade estabelecido pelo Ministério da Educação, uma vez que exigiu das instituições de ensino superior ações para obtenção e/ou manutenção de resultados considerados de qualidade satisfatória.

Nesse sentido, é importante destacar que, se observadas as limitações do IGC, os resultados revelam níveis de desempenho do ensino nas IES. Por exemplo: 82,35% das IES com conceito máximo, ou seja, conceito 5, em 2007, mantiveram-no em 2008 e 2009. A expressividade percentual mostra a indução para uma cultura acadêmica onde atingir os níveis mais elevados, e neles permanecer, é parte de uma consciência que se adquire a respeito do que seja gestão de qualidade. No outro extremo, 31,32% das IES que obtiveram conceito 2, e 33,33% das IES que obtiveram conceito 1 no IGC 2007, considerado de qualidade insatisfatória, subiram de conceito no IGC 2008 e/ou 2009, tendo apresentado resultados considerados de qualidade satisfatória e relevando que há uma tendência à qualificação da IES. Mesmo nos outros 33,33% das IES que obtiveram conceito 1 no IGC 2007 e que subiram de conceito no IGC de 2009, embora ainda com resultados considerados de qualidade insatisfatória, verifica-se que há uma tendência à qualificação do ensino na IES.

No *quantum* de IES analisadas, 1.147 são privadas e 56 são públicas. O pequeno número de instituições de ensino superior públicas favorece a qualificação do ensino pela disponibilidade de meios operacionais e pelo enquadramento intrínseco em um contexto de exigência de qualidade diferenciada. No caso, trata-se de universidades para as quais a LDB estabelece critérios objetivos em termos de titulação e regime de trabalho para o corpo docente, além das exigências de investimento em pesquisa e extensão. As instituições de ensino superior privadas, de diversas categorias administrativas (faculdades, centros universitários e universidades, mas, majoritariamente faculdades), pelo elevado número, têm um processo de enquadramento mais lento.

Dessa forma, o que se pode observar na articulação entre IGC e regulação é que o ambiente de melhoria acadêmica, do interesse das próprias IES, torna-se algo imperioso diante de um contexto de regulação para qualificação do ensino nas IES. Isto porque, com a intensificação das avaliações e o aperfeiçoamento dos métodos, a prazos mais longos, e mesmo pelas barreiras impostas pela regulação aos atos administrativos autorizados, as instituições de ensino superior terão, permanentemente, que se adaptar às novas exigências de qualificação.

5.2. Análise da Supervisão Especial dos Cursos de Graduação

5.2.1. Direito²⁹¹

a) Descrição dos Cursos Incluídos na Supervisão Especial

No processo de supervisão especial dos cursos de graduação em direito, instaurado em 2007, foram incluídos inicialmente 89 cursos que obtiveram conceitos 1 ou 2 no ENADE e no IDD relativos ao ano de 2006.

b) Dos Encaminhamentos da Supervisão Especial

Nos termos do artigo 47 do Decreto nº 5.773/2006, combinado com o artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, todas as instituições de ensino superior foram notificadas a apresentar, no prazo de dez dias, manifestação prévia, apresentando um diagnóstico objetivo das

²⁹¹ Para a análise da supervisão especial dos cursos de graduação em direito foram considerados os dados extraídos do “Relatório Parcial de Supervisão Especial dos Cursos de Direito”, de dezembro de 2009, disponível no site do Ministério da Educação, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=/index.php?option=com_content&view=article&id=13707>, acesso em 27 de maio de 2010. Além disso, mediante consulta ao Diário Oficial da União, foram analisados os atos administrativos decisórios relacionados à supervisão especial dos cursos de graduação em direito.

condições de oferta, os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados com vistas à superação das dificuldades detectadas e à indicação dos respectivos prazos para seu cumprimento.

Para assessorar a SESu na condução do processo de supervisão especial dos cursos de graduação em direito, foi nomeada a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico pela Portaria MEC nº 904, de 26 de outubro de 2007. Tal comissão foi formada por membros da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi), da OAB e por especialistas indicados pelo próprio MEC, que ficou incumbida da análise de manifestações das instituições de ensino superior e da emissão de pareceres para o encaminhamento do processo de supervisão especial.

Após esses encaminhamentos preliminares, a SESu excluiu nove cursos do processo de supervisão especial. Três deles porque eram ministrados por instituições de ensino superior pertencentes a sistemas estaduais de ensino. A supervisão de seus cursos ficou a cargo dos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, que foram oficiados para conhecimento e providências quanto aos resultados obtidos. Três cursos foram excluídos porque não possuíam concluintes no ano de 2006, razão pela qual não deveriam ter conceitos calculados no ENADE 2006. Um curso porque tratava-se de duplicidade na denominação de uma mesma IES, razão pela qual foi arquivado o processo aberto indevidamente, em duplicidade, e dada continuidade ao processo instaurado em relação à segunda denominação da IES. Um curso porque teve o conceito ENADE 2006 retificado, obtendo resultado satisfatório. Outro porque, após visita de verificação *in loco* das condições de oferta do curso, a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico atestou padrão de qualidade adequado e identificou ações da IES no aprimoramento do curso, dispensando-a da assinatura de TSD e recomendando o arquivamento do processo.

Além disso, o processo de supervisão especial foi encerrado em relação a um curso, pois a IES solicitou voluntariamente o encerramento de sua oferta, após o que foi processado e concluído pela SESu.

Para os 79 cursos restantes no processo de supervisão especial, todos de instituições de ensino superior privadas, a SESu concedeu prazo de 12 meses para saneamento de deficiências, celebrando um TSD com cada IES responsável.

Contudo, quatro cursos impugnaram, nos termos do artigo 48, §1º, do Decreto nº 5.773/2006, a proposta apresentada pela SESu para celebração de TSD, e não os assinaram alegando não ser necessária a celebração daquele compromisso em decorrência da suposta implementação de medidas de saneamento pela própria IES, imediatamente após a

notificação inicial do processo de supervisão. Em relação a esses cursos, foi determinada nova visita de verificação *in loco* das condições de oferta do curso, não se admitindo, contudo, nova possibilidade de prazo para implantação de medidas de melhoria em caso de improcedência das alegações das IES, que dispensaram a faculdade de saneamento prevista em lei. Para um curso, com base no resultado da verificação *in loco*, a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico recomendou o arquivamento do processo, o que foi efetivado pela SESu. Para três cursos, após o resultado da verificação *in loco*, e considerando as recomendações da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico, a SESu determinou a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade, objetivando a desativação dos respectivos cursos. Recebida a defesa, a SESu decidiu o processo administrativo aplicando apenas a penalidade de redução de vagas aos três cursos.

Os demais 75 cursos celebraram TSD para implementação de medidas de melhoria referentes à organização didático-pedagógica, corpo docente, corpo discente, técnico-administrativo e instalações físicas, conforme recomendações da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico.

Para os 75 cursos que assinaram o TSD, a SESu determinou, em conformidade com o disposto no artigo 48, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, a aplicação de medida cautelar de redução de novos ingressos. Tal medida deveria perdurar nos 12 meses de vigência dos TSD ou até que fossem sanadas as deficiências verificadas pela Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico.

c) Dos Resultados da Supervisão Especial

Expirado o prazo de vigência dos TSD, os 75 cursos foram reavaliados *in loco*. Para cada um deles a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico emitiu pareceres justificando os encaminhamentos administrativos a serem adotados pela SESu no processo de supervisão especial.

Considerando a grande quantidade de cursos sob supervisão, e buscando imprimir isonomia no tratamento de diferentes situações de deficiências e graus de saneamento, a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico discutiu e aprovou uma matriz de análise e decisão, aplicada no encaminhamento administrativo dos processos de supervisão dos cursos reavaliados, apresentada no Quadro 16.

QUADRO 16 – Matriz de Análise e Decisão para a Supervisão Especial dos Cursos de Graduação em Direito.

Resultado da Reavaliação	Encaminhamento Administrativo	Fundamentos Imediatos da Decisão	Fundamentos Mediatos da Decisão
Saneamento das deficiências, de acordo com as medidas indicadas em TSD.	Despacho de arquivamento do processo de supervisão, determinando o aditamento do ato autorizativo para redução de vagas, de acordo com a redução estipulada no TSD.	Cumprimento pleno do TSD.	-
Permanência de deficiências de média gravidade, representada pelo não cumprimento de medidas secundárias indicadas no TSD, em contexto de melhora das condições globais de oferta do curso.	Portaria de instauração de processo administrativo para encerramento da oferta do curso, com possibilidade de modulação em redução adicional de vagas.	<p>Descumprimento de medidas de saneamento não relacionadas à adequação do Projeto Pedagógico às Diretrizes Curriculares Nacionais, à composição do corpo docente, à composição e à efetividade do Núcleo Docente Estruturante e às condições da biblioteca.</p> <p>Descumprimento de medidas de saneamento relacionadas a um dos elementos essenciais de organização e oferta de curso: adequação do Projeto Pedagógico às Diretrizes Curriculares Nacionais, composição do corpo docente, composição e efetividade do Núcleo Docente Estruturante, e condições da biblioteca.</p>	Compromisso da IES com o saneamento das deficiências, verificado na reavaliação <i>in loco</i> das condições globais de oferta do curso.
Permanência de deficiências de intensa gravidade, representada pelo não cumprimento de medidas essenciais indicadas no TSD, em contexto de piora ou permanência das condições globais de oferta do curso.	Portaria de instauração de processo administrativo para encerramento da oferta do curso.	Descumprimento de medidas de saneamento relacionadas a um ou mais dos elementos essenciais de organização e oferta de curso: adequação do Projeto Pedagógico às Diretrizes Curriculares Nacionais, composição do corpo docente, composição e efetividade do Núcleo Docente Estruturante, e condições da biblioteca.	Ausência de compromisso da IES com o saneamento das deficiências, verificado na reavaliação <i>in loco</i> das condições globais de oferta do curso.

Fonte: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu). **Relatório Parcial de Supervisão Especial dos Cursos de Direito, de dezembro de 2009.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=/index.php?option=com_content&view=article&id=13707>. Acesso em: 27 mai. 2010.

Desses 75 cursos, a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico considerou que 26 comprovaram o saneamento das deficiências, de acordo com as medidas indicadas em TSD. Como consequência, acatando a recomendação da Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico, a SESu determinou o arquivamento do processo de supervisão especial, com manutenção da adequação de vagas estipuladas no TSD até a próxima renovação do ato autorizativo do curso, no próximo ciclo avaliativo do SINAES. Para tais cursos, o processo de supervisão especial foi arquivado, nos termos do artigo 49, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006, mantendo-se a adequação do número de vagas estabelecido no TSD, uma vez que foi a redução de vagas considerada elemento essencial para o saneamento das deficiências.

Em relação aos 49 cursos restantes, 42 cumpriram parcialmente as medidas do TSD, em contexto de melhoria das condições globais de oferta do curso. Para esses cursos, a SESu determinou, nos termos do artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006, a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade aos cursos e sua desativação, com possibilidade de modulação dos efeitos da penalidade em redução de vagas, em atenção ao princípio da proporcionalidade. Tal princípio foi entendido como a adequação entre meios e fins na aplicação de sanções necessárias ao atendimento do interesse público.

Notificadas a apresentarem defesa prévia no processo administrativo instaurado para aplicação de penalidade aos cursos, nos termos do artigo 51 do Decreto nº 5.773/2006, as IES responsáveis apresentaram as matérias pertinentes, de fato e de direito.

Recebida a defesa, e de acordo com o artigo 52 do Decreto nº 5.773/2006, a SESu proferiu decisão para 37 cursos. Para 33 desses cursos, que cumpriram parcialmente as medidas do TSD, em contexto de melhora das condições globais de oferta do curso, a SESu determinou a aplicação de penalidade de redução de vagas, que perdurará até a renovação do ato autorizativo dos respectivos cursos no próximo ciclo avaliativo do SINAES. A penalidade de redução de vagas foi aplicada como forma de convalidação da penalidade de desativação do curso, prevista no artigo 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade previsto no artigo 2º da Lei nº 9.784/1999. O arquivamento do processo dos quatro cursos foi determinado, tendo em vista o cumprimento parcial das medidas do TSD e seus resultados satisfatórios no ENADE 2009.

Dos 49 cursos, seis não cumpriram as medidas do TSD, em contexto de piora ou permanência das condições globais de oferta do curso. Para esses casos, a SESu determinou, nos termos do artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006, a instauração de processo

administrativo para aplicação de penalidade de desativação dos cursos. Para três deles foi determinada medida cautelar de suspensão de novos ingressos.

Notificadas a apresentarem defesa prévia no processo administrativo instaurado para aplicação de penalidade aos cursos, nos termos do artigo 51 do Decreto nº 5.773/2006, as IES responsáveis expuseram as matérias pertinentes, de fato e de direito.

Recebida a defesa, e de acordo com o artigo 52 do Decreto nº 5.773/2006, a SESu proferiu decisão para cinco cursos. Destes, para três cursos foi determinado o encerramento da oferta dos cursos, com base nos artigos 52, inciso I, e 54, do Decreto nº 5.773/2006. Para um dos cursos, a decisão de encerramento da oferta levou ao descredenciamento da IES. Dois cursos tiveram a penalidade de desativação convolada pela redução de vagas. Em um deles, os resultados do ENADE 2009 justificam a convalidação. O outro não apresentou resultados satisfatórios no ENADE 2009.

5.2.2. Medicina²⁹²

a) Descrição dos Cursos Incluídos na Supervisão Especial

No processo de supervisão especial dos cursos de graduação em medicina, instaurado em 2008, foram incluídos 17 cursos que obtiveram conceitos 1 ou 2 no ENADE e no IDD relativos ao ano de 2007. Eram 14 cursos de instituições de ensino superior privadas e três de instituições de ensino superior públicas.

b) Dos Encaminhamentos da Supervisão Especial

Nos termos do artigo 47 do Decreto nº 5.773/2006, combinado com o artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, todas as instituições de ensino superior foram notificadas a apresentar, no prazo de dez dias, manifestação prévia, contendo um diagnóstico objetivo das condições de oferta, os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados com vistas à superação das dificuldades detectadas e indicação dos respectivos prazos para seu cumprimento.

Para assessorar a SESu na condução do processo de supervisão especial dos cursos de graduação em medicina foi nomeada a Comissão de Especialistas em Ensino

²⁹² Para a análise da supervisão especial dos cursos de graduação em medicina foram considerados os dados extraídos do “Relatório de Atualização da Supervisão Especial dos Cursos de Medicina”, de junho de 2009, disponível no site do Ministério da Educação, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=/index.php?option=com_content&view=article&id=13707>, acesso em 27 de maio de 2010. Além disso, mediante consulta ao Diário Oficial da União, foram analisados os atos administrativos decisórios relacionados à supervisão especial dos cursos de graduação em medicina.

Médico, pela Portaria MEC nº 344, de 9 de maio de 2008. Essa comissão foi incumbida da análise de manifestações das instituições e da emissão de pareceres para o encaminhamento do processo de supervisão especial.

Recebida a manifestação prévia das instituições de ensino superior, e a partir da sua análise, a Comissão de Especialistas em Ensino Médico, referendada pela SESu, estabeleceu que seriam necessárias avaliações *in loco* para apurar as reais condições de oferta dos cursos, com o objetivo de efetuar um diagnóstico dos cursos em relação aos seguintes aspectos: organização didático-pedagógica; integração ao sistema local e regional de saúde; carga horária desenvolvida pelo aluno na rede do Sistema Único de Saúde; acompanhamento do professor nessas atividades; processo de avaliação do aluno, envolvendo os conhecimentos, habilidades psicomotoras, atitudes éticas e compromisso social; perfil do quadro discente; oferta de vagas nos processos seletivos de 2008, número de vagas ocupadas dos referidos processos e número de concluintes em 2007; perfil do quadro docente, incluindo titulação e regime de trabalho, composição e atuação do Núcleo Docente Estruturante, colegiado e coordenação de curso; infraestrutura; condições de oferta das disciplinas de práticas médicas, em especial o estágio curricular; condições da biblioteca e produção científica.

Após análise dos relatórios de avaliação *in loco* das condições de oferta dos cursos pela Comissão de Especialistas em Ensino Médico, e por sugestão desta, a SESu excluiu dois cursos do processo de supervisão especial, sendo um de IES privada e um de IES pública. Dessa forma, o processo foi arquivado para ambos. Nesses dois casos, a Comissão de Especialistas em Ensino Médico considerou a existência de uma estrutura adequada do curso, a ocorrência de boicote dos alunos e a coincidência de datas da realização do ENADE do ano 2007 com as provas de residência médica.

Para os 15 cursos restantes no processo de supervisão especial, a SESu concedeu prazo de 12 meses para saneamento de deficiências, celebrando um TSD com cada IES responsável.

Desses 15 cursos, considerando a sugestão da Comissão de Especialistas em Ensino Médico, a SESu determinou, em conformidade com o disposto no artigo 48, §4º, do Decreto nº 5.773/2006, a aplicação de medida cautelar em sete cursos de instituições de ensino superior privadas, tendo em vista a gravidade dos fatos apurados na avaliação *in loco*. Dentre esses sete cursos, para quatro foi determinada a suspensão de novos ingressos e, para três, a redução de novos ingressos. Tais medidas deveriam perdurar nos 12 meses

de vigência dos TSD ou até que fossem sanadas as deficiências verificadas pela Comissão de Especialistas em Ensino Médico.

Entre os 15 cursos para os quais a SESu concedeu prazo de 12 meses para saneamento de deficiências, celebrando um TSD com cada IES responsável, havia três cursos de instituições de ensino superior públicas (universidades federais). Para esses três cursos, uma subcomissão de acompanhamento da execução dos TSD foi designada pela Comissão de Especialistas em Ensino Médico, a partir de seus próprios membros, com o objetivo de acompanhar e orientar os responsáveis pelos cursos na implementação das medidas de saneamento. Além disso, nesses três casos, as medidas de saneamento foram analisadas pela Diretoria de Instituições Federais de Ensino da SESu, para previsão e disponibilização dos recursos financeiros necessários à sua implementação.

c) Dos Resultados da Supervisão Especial

Expirado o prazo de vigência dos TSD, os 15 cursos foram reavaliados *in loco*. Para cada um dos cursos, a Comissão de Especialistas em Ensino Médico emitiu pareceres, justificando os encaminhamentos administrativos a serem adotados pela SESu no processo de supervisão especial.

Dos 15 cursos, apenas um cumpriu satisfatoriamente as medidas e condições estabelecidas no TSD celebrado com a Secretaria de Educação Superior, sendo este de instituição de ensino superior pública. Para tal curso, o processo de supervisão especial foi arquivado, nos termos do artigo 49, parágrafo único, do Decreto nº 5.773/2006.

Dos 15 cursos, 11 cumpriram parcialmente as medidas e condições estabelecidas no TSD celebrado com a Secretaria de Educação Superior, sendo nove de instituições de ensino superior privadas e dois de instituições de ensino superior públicas.

Para os nove cursos de instituições de ensino superior privadas que cumpriram parcialmente as medidas e condições estabelecidas no TSD, a SESu determinou, nos termos do artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006, a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação dos cursos, com possibilidade de modulação dos efeitos da penalidade em redução de vagas, em atenção ao princípio da proporcionalidade, entendido este como a adequação entre meios e fins na aplicação de sanções necessárias ao atendimento do interesse público.

Cabe observar que, entre esses nove cursos, quatro estavam sob medida cautelar de suspensão de novos ingressos e dois estavam sob medida cautelar de redução de novos ingressos. Para os cursos com medida cautelar de suspensão de novos ingressos, na portaria de instauração do processo administrativo, a medida cautelar foi atenuada,

determinando-se a redução do número de vagas totais anuais, que perduraria até a conclusão do processo administrativo, tendo em vista as melhorias parciais nas condições de oferta do curso. Para os cursos com medida cautelar de redução de novos ingressos, na portaria de instauração do processo administrativo a medida cautelar foi alterada, determinando-se uma menor redução no número de vagas totais anuais, tendo em vista as melhorias parciais nas condições de oferta dos cursos.

Notificadas a apresentarem defesa prévia no processo administrativo instaurado para aplicação de penalidade aos cursos, nos termos do artigo 51 do Decreto nº 5.773/2006, as IES responsáveis pelos nove cursos que cumpriram parcialmente as medidas e condições estabelecidas no TSD apresentaram as matérias de fato e de direito pertinentes.

Recebida a defesa, e de acordo com o artigo 52 do Decreto nº 5.773/2006, a SESu proferiu decisão, determinando a aplicação de penalidade de redução de vagas, que perdurará até a renovação de ato autorizativo dos respectivos cursos no próximo ciclo avaliativo do SINAES, após a publicação do novo CPC satisfatório. A penalidade de redução de vagas foi aplicada como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no artigo 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no artigo 2º da Lei nº 9.784/1999.

Para os dois cursos de instituições de ensino superior públicas que cumpriram parcialmente as medidas e condições estabelecidas no TSD, a SESu determinou que as respectivas instituições apurassem a responsabilidade de servidores na implementação parcial das medidas de saneamento referentes aos TSD, informando, dentro de noventa dias, sobre as medidas adotadas e, ao final dos procedimentos, os seus resultados.

Tal decisão foi fundamentada no fato de que os cursos sob supervisão pertenciam a instituições públicas e o descumprimento parcial do TSD, nesse casos, conforme previsão do artigo 10, §2º, inciso III, da Lei nº 10.861/2004, e do artigo 63, inciso III, do Decreto nº 5.773/2006, observa regime jurídico peculiar, baseado na responsabilização dos servidores públicos que teriam capacidade para alteração do quadro. Além disso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, a instauração das medidas de responsabilização de servidores públicos é de competência da pessoa jurídica que contrata, nesse caso a universidade, razão pela qual a SESu não teria competência para apurar a responsabilidade dos servidores.

Em que pese essa decisão, a SESu também determinou que as instituições de ensino superior públicas apresentassem até a finalização das medidas apuratórias e sancionatórias, enquanto não divulgados os resultados do próximo ENADE dos respectivos

cursos, com desempenho satisfatório, relatórios semestrais de trabalho dos professores dos cursos, aprovados pelos colegiados e autoridades acadêmicas competentes.

A decisão final do processo de supervisão, para esses dois cursos, ficou condicionada ao cumprimento das medidas referidas.

Dos 15 cursos, três não cumpriram satisfatoriamente as medidas e condições estabelecidas no TSD celebrado com a Secretaria de Educação Superior, sendo todos de instituições de ensino superior privadas.

Desses três cursos, um estava sob medida cautelar de redução de novos ingressos e os outros dois não tiveram medida cautelar aplicada quando da celebração do TSD. Para o curso que estava sob medida cautelar de redução de novos ingressos, a constatação de que as medidas e condições estabelecidas no TSD não haviam sido cumpridas satisfatoriamente levou à instauração, pela SESu, nos termos do artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006, do processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação do curso. No ato de instauração do processo administrativo para aplicação de penalidade, a medida cautelar de redução de novos ingressos foi agravada, determinando-se a suspensão de novos ingressos no curso até a conclusão do processo administrativo, tendo em vista o agravamento das condições de oferta do curso.

Para os outros dois cursos também foi instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação de ambos. No ato de instauração do processo administrativo para aplicação de penalidade aos cursos, foi determinada medida cautelar de suspensão de novos ingressos até a conclusão do processo administrativo, tendo em vista o agravamento das condições de oferta dos cursos. Posteriormente, para um desses cursos, a medida cautelar de suspensão foi atenuada, determinando-se apenas a redução de novos ingressos.

Notificadas a apresentarem defesa prévia no processo administrativo instaurado para aplicação de penalidade aos cursos, nos termos do artigo 51 do Decreto nº 5.773/2006, as IES responsáveis pelos três cursos que não cumpriram satisfatoriamente as medidas e condições estabelecidas no TSD, apresentaram as matérias pertinentes de fato e de direito.

Recebida a defesa, e de acordo com o artigo 52 do Decreto nº 5.773/2006, a SESu proferiu decisão. Esta considerou que a existência de indicadores parcialmente positivos de execução do TSD possibilitaram a modulação da penalidade em redução de vagas. Dessa forma, determinou a aplicação de penalidade de redução de vagas, que perdurará até a renovação de ato autorizativo dos respectivos cursos no próximo ciclo avaliativo do

SINAES, após a publicação do novo CPC satisfatório. A penalidade de redução de vagas foi aplicada como forma de convalidação da penalidade de desativação do curso, prevista no artigo 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no artigo 2º da Lei nº 9.784/1999.

5.2.3. Pedagogia e Normal Superior²⁹³

a) Descrição dos Cursos Incluídos na Supervisão Especial

No processo de supervisão especial dos cursos de graduação em pedagogia e normal superior, instaurado em 2008, foram incluídos 49 cursos de graduação em pedagogia, com conceitos 1 ou 2 no ENADE e no IDD de 2005, e 11 cursos de normal superior com conceitos 1 ou 2 no ENADE e no IDD de 2005.

b) Dos Encaminhamentos da Supervisão Especial

Nos termos do artigo 47 do Decreto nº 5.773/2006, combinado com o artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, todas as instituições de ensino superior foram notificadas a apresentar, no prazo de dez dias, manifestação prévia com um diagnóstico objetivo das condições de oferta, os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados com vistas à superação das dificuldades detectadas e a indicação dos respectivos prazos para seu cumprimento.

Para assessorar a SESu na condução do processo de supervisão especial dos cursos foi nomeada a Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior, pela Portaria MEC nº 85, de 31 de janeiro de 2008. Essa comissão foi incumbida da análise de manifestações das instituições de ensino superior e da emissão de pareceres para o encaminhamento do processo de supervisão especial.

Após verificações e encaminhamentos preliminares, dos 60 cursos inicialmente incluídos, três cursos de graduação em pedagogia foram excluídos do processo de supervisão especial por recomendação da Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior, que considerou, com base em manifestações das respectivas instituições de ensino superior, que sua oferta atendia a padrões adequados, e que os resultados do ENADE não correspondiam à realidade do ensino.

²⁹³ Para a análise da supervisão especial dos cursos de graduação em pedagogia e normal superior foram considerados os dados extraídos do “Relatório de Atualização da Supervisão Especial dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior”, de abril de 2009, disponível no *site* do Ministério da Educação, <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=/index.php?option=com_content&view=article&id=13707>, acesso em 27 de maio de 2010. Além disso, mediante consulta ao Diário Oficial da União, foram analisados os atos administrativos decisórios relacionados à supervisão especial dos cursos de graduação em pedagogia e normal superior.

Ademais, a Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior verificou que 12 cursos (sendo seis de graduação em pedagogia e seis cursos de normal superior) solicitaram voluntariamente encerramento de sua oferta, os quais foram processados pela SESu.

Além disso, um curso de normal superior teve a oferta encerrada devido ao descredenciamento da instituição de ensino superior que o ministrava, resultante de procedimento de supervisão instaurado após encerramento indevido das atividades acadêmicas.

Para os 44 cursos restantes no processo de supervisão especial (sendo 40 cursos de graduação em pedagogia e quatro cursos de normal superior), dois cursos de graduação em pedagogia e dois cursos de normal superior tiveram processo administrativo instaurado para aplicação de penalidade de encerramento da oferta, por não atenderem às notificações da SESu no processo de supervisão, com base nas recomendações da Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior. Para um curso foi aberto processo administrativo de encerramento de oferta devido à ausência de condições mínimas de qualidade. Desses quatro cursos, três já possuem portaria determinando a desativação do curso.

Em relação aos demais 38 cursos de graduação em pedagogia e dois cursos de normal superior, a Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior recomendou à SESu que quatro cursos de graduação em pedagogia, verificados *in loco*, e que outros 36 celebrassem TSD (sendo dois cursos de normal superior).

Após a verificação *in loco* dos quatro cursos de graduação em pedagogia, a Comissão de Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior recomendou à SESu que também celebrasse TSD com estes.

Assim, no total, foram 38 cursos de graduação em pedagogia e dois cursos de normal superior a celebrar TSD, com prazo de vigência de 12 meses para saneamento das deficiências.

c) Dos Resultados da Supervisão Especial

Expirado o prazo de vigência dos TSD, os cursos foram reavaliados *in loco*. Para cada um dos cursos, a Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior emitiu parecer, justificando os encaminhamentos administrativos a serem adotados pela SESu no processo de supervisão especial.

Registram-se, até o momento, quatro cursos de graduação em pedagogia que comprovaram o saneamento das deficiências, de acordo com as medidas indicadas em

TSD. Como consequência, acatando a recomendação da Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior, a SESu determinou o arquivamento do processo de supervisão especial para esses cursos.

Também verifica-se que, até o momento, dois cursos de graduação em pedagogia não cumpriram as medidas de saneamento indicadas no TSD. Para esses cursos a SESu determinou, nos termos do artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006, a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação, conforme recomendação da Comissão de Especialistas em Pedagogia e Normal Superior. Notificadas a apresentarem defesa prévia no processo administrativo instaurado para aplicação de penalidade aos cursos, nos termos do artigo 51 do Decreto nº 5.773/2006, as IES responsáveis apresentaram as matérias de fato e de direito pertinentes. Recebida a defesa e, de acordo com o artigo 52 do Decreto nº 5.773/2006, a SESu proferiu decisão, determinando o encerramento das atividades dos cursos.

Dois cursos de graduação em pedagogia cumpriram parcialmente as medidas de saneamento indicadas no TSD. Para esses, a SESu determinou, nos termos do artigo 50 do Decreto nº 5.773/2006, a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade de desativação, com possibilidade de modulação dos efeitos da penalidade em redução de vagas, em atenção ao princípio da proporcionalidade, entendido este como a adequação entre meios e fins na aplicação de sanções necessárias ao atendimento do interesse público. Notificadas a apresentarem defesa prévia no processo administrativo instaurado para aplicação de penalidade aos cursos, nos termos do artigo 51 do Decreto nº 5.773/2006, as IES responsáveis apresentaram as matérias de fato e de direito pertinentes. Recebida a defesa, e de acordo com o artigo 52 do Decreto nº 5.773/2006, a SESu proferiu decisão, determinando a aplicação de penalidade de redução de vagas, que perdurará até a renovação do ato autorizativo dos respectivos cursos no próximo ciclo avaliativo do SINAES. A penalidade de redução de vagas foi aplicada como forma de convalidação da penalidade de desativação do curso, prevista no artigo 52, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no artigo 2º da Lei nº 9.784/1999.

5.2.4. Considerações sobre a Supervisão Especial dos Cursos de Graduação

Como visto, em decorrência do resultado insatisfatório no ENADE, os cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior foram submetidos a

supervisão especial, que resultou na celebração de Termo de Saneamento de Deficiências (TSD) para superação das deficiências identificadas no processo de ensino-aprendizagem. Para alguns cursos, a instauração da supervisão especial foi acompanhada de medida cautelar, levando à redução no número de vagas ofertadas no processo seletivo ou mesmo à suspensão de novos ingressos nesses cursos.

Em decorrência do TSD, derivado de um autodiagnóstico realizado pelas próprias instituições de ensino superior responsáveis pelos cursos incluídos na supervisão especial e associado à análise pelas comissões encarregadas, as instituições de ensino superior tiveram que adotar, no prazo de doze meses, uma série de ações com vistas à superação das deficiências identificadas.

Do resultado final, para os quais já houve manifestação da SESu, a supervisão especial ensejou a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade quando verificado o não cumprimento ou o cumprimento parcial das medidas estabelecidas no TSD; ou o arquivamento da supervisão especial para os cursos que cumpriram satisfatoriamente as medidas estabelecidas no TSD.

Independentemente das limitações dos resultados do ENADE, tal como já delineadas, a articulação entre os resultados do ENADE e a supervisão especial conferem a potencialidade de se garantir a qualidade do ensino.

Reflexos das medidas de supervisão especial, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, de certa forma, podem ser observados nos resultados do ENADE seguinte, que avaliou as áreas dos cursos de graduação submetidos à supervisão especial.

Em relação aos 75 cursos de graduação em direito que integraram o processo de supervisão especial, e que assinaram o TSD, foram identificados os resultados de 74 cursos no ENADE 2009²⁹⁴. Desses 74 cursos, um ficou SEM CONCEITO e 41 obtiveram conceito igual ou superior a 3, o que representa 55,41%. Assim, é possível verificar que, na maioria dos cursos que assinaram o TSD, houve uma melhoria na qualidade do ensino, na medida em que obtiveram conceitos considerados satisfatórios.

Em relação aos 38 cursos de graduação em pedagogia que integraram o processo de supervisão especial e que assinaram o TSD, foram identificados os resultados de 37

²⁹⁴ Para um curso de graduação em direito, abrangido na supervisão especial, não foi possível identificar o resultado no ENADE seguinte. Tal fato pode estar associado a alguma alteração no ato autorizativo de funcionamento da instituição de ensino superior, responsável pelo curso, como, por exemplo, a sua denominação.

cursos no ENADE 2008²⁹⁵. Desses 37 cursos, três ficaram SEM CONCEITO e 18 obtiveram conceito igual ou superior a 3, o que representa 48,65%. Assim, é possível verificar que, na quase maioria dos cursos que assinaram o TSD, houve uma melhoria na qualidade do ensino, visto que obtiveram conceitos considerados satisfatórios.

Os cursos de graduação em medicina abrangidos pela supervisão especial e que assinaram o TSD, em decorrência dos conceitos insatisfatórios no ENADE e no IDD relativos ao ano de 2007, embora avaliados no ENADE 2010, cuja realização ocorreu no ano de 2010, não possuem resultados divulgados para consulta pública.

²⁹⁵ Para um curso de graduação em pedagogia, abrangido na supervisão especial, não foi possível identificar o resultado no ENADE seguinte. Tal fato pode estar associado a alguma alteração no ato autorizativo de funcionamento da instituição de ensino superior, responsável pelo curso, como, por exemplo, a sua denominação. Em relação aos cursos de normal superior, estes não foram avaliados no ENADE 2008.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento desta tese de doutorado, demonstraram-se os efeitos da relação entre avaliação, regulação e supervisão para a garantia de qualidade do ensino superior no sistema federal de ensino, atendendo, assim, ao objetivo geral e aos objetivos específicos propostos.

A articulação entre avaliação, regulação e supervisão na legislação educacional brasileira mostrou, ao longo dessa tese, ser um instrumento necessário para a garantia de qualidade de ensino no sistema federal de ensino. Além do potencial teórico, há importantes contribuições empíricas para a garantia de qualidade do ensino no Brasil, embora a sua potencialidade seja diminuída pela metodologia aplicada.

De um ponto de vista estritamente teórico, a relação entre avaliação, regulação e supervisão apresenta significativa instrumentalização da qualidade do ensino, considerando o papel da União, representada pelo Ministério da Educação, de garantir a qualidade do ensino, tal como preconiza o artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal de 1988.

A articulação entre os resultados da avaliação e as funções de regulação e supervisão conferem às IES e aos cursos a necessidade constante de uma oferta que se ajuste aos padrões de qualidade do ensino. Essa articulação traduz um mecanismo para garantir a qualidade do ensino oferecido em instituições de ensino públicas ou privadas, seja com a obtenção de resultados satisfatórios – o que não exige a interferência da União para fins de ajustes, mas sim *feedback* das condições de oferta do ensino –, seja com a obtenção de resultados insatisfatórios, o que exige a interferência da União para obter das IES ou cursos os ajustes necessários. Tais medidas têm como consequência a possibilidade de aplicação de penalidades, como a exclusão do sistema federal de ensino (descredenciamento da IES ou encerramento forçada da oferta do curso). É nesse sentido a disposição do artigo 46, e do seu §1º, da LDB.

Em termos teóricos, a articulação entre avaliação, regulação e supervisão estabelecida na legislação educacional brasileira é capaz de promover e garantir a qualidade do ensino. Isto porque a obtenção de conceitos insatisfatórios gera para as IES ou para os cursos medidas restritivas que se iniciam com a apresentação de um plano de melhorias elaborado pela IES a partir de um autodiagnostico realizado em função dos resultados insatisfatórios obtidos. Nesse sentido, a IES e os cursos se ajustam às exigências de qualidade ou se sujeitam às penalidades previstas.

Na perspectiva da função promocional do direito, observa-se que a legislação educacional brasileira, ao articular os resultados da avaliação com as funções de regulação e supervisão, tem o mérito de estimular comportamentos socialmente desejados por meio dos incentivos e promover a melhoria da qualidade do ensino por meio de ações restritivas (penalidades previstas na legislação para resultados insatisfatórios).

A vinculação, do ponto de vista teórico, entre a avaliação, regulação e supervisão conduz à melhoria da qualidade do ensino. A avaliação produz dados para o monitoramento, pelo Ministério da Educação, do desempenho no campo institucional da educação superior e, conseqüentemente, para a garantia dos padrões qualitativos exigidos.

Em que pesem as críticas à metodologia aplicada para atribuição dos resultados na avaliação, esta é capaz, em termos teóricos, de fornecer ao Ministério da Educação os dados indispensáveis à aferição da qualidade do ensino. Dados com os quais o Ministério da Educação pode premiar ou punir as IES e os cursos.

Observe-se que na legislação educacional brasileira o resultado das avaliações *in loco* no contexto do SINAES – seja para avaliação de instituições de ensino superior, seja para avaliação dos cursos de graduação – conduzem à alimentação dos processos de regulação, seja para credenciamento ou recredenciamento, para autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, respectivamente.

Em se tratando de credenciamento (faculdade), credenciamento institucional específico para oferta da modalidade de educação a distância ou autorização, a consequência do resultado insatisfatório na avaliação *in loco* é o não credenciamento da instituição de ensino superior ou a não autorização do curso de graduação, conforme o caso. No caso de avaliação *in loco* para fins de recredenciamento, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, os resultados considerados de qualidade insatisfatória, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 10.861/2004, ensejam a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de ensino superior e o Ministério da Educação, com o objetivo de sanear as deficiências identificadas. No mesmo sentido, o Decreto nº 5.773/2006 estabelece que a obtenção de resultados insatisfatórios na avaliação do SINAES enseja a celebração de protocolo de compromisso.

Os resultados obtidos no ENADE, no contexto do SINAES, podem conduzir a ações de supervisão especial, como as que ocorreram com os cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior que tiveram conceito insatisfatório.

O CPC e o IGC, por sua vez, alimentados, em grande medida, pelos resultados do ENADE, articulam-se com o processo regulatório, conduzindo a dispensas de

avaliações *in loco*, indeferimento de pedidos de autorizações, prorrogação ou antecipação dos prazos de validade dos atos de renovação de reconhecimento de cursos de graduação ou credenciamento de instituições de ensino superior.

Entretanto, na prática, a metodologia empregada para atribuir os resultados decorrentes da avaliação ainda não permite alcançar a mesma dimensão do plano teórico. Isto porque, pelo que se constatou ao longo desta tese, não parte de um padrão mínimo de qualidade exigido.

No tocante à avaliação *in loco*, no âmbito do SINAES, a potencialidade dos instrumentos aplicados para fins de garantia de qualidade do ensino é restringida quando considerada a escala de valoração utilizada para fins de atribuição dos conceitos nos instrumentos de avaliação, seja para os indicadores, seja para as dimensões, com consequências para o conceito final da avaliação.

Com exceção dos indicadores que possuem critérios de análise objetivos, ou seja, numéricos, os demais não partem de um parâmetro fixo para estabelecer a gradação entre o que seria conceito 5, 4, 3, 2 ou 1.

Como se observa nos instrumentos utilizados, a diferença entre os conceitos, no caso de indicadores sem critério numérico, reside na ponderação do que seria pleno/excelente (conceito 5), adequado/bom (conceito 4), suficiente/regular (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente/precário (conceito 1), utilizando a nomenclatura dos instrumentos de avaliação para credenciamento (faculdade) e para credenciamento institucional específico para oferta de modalidade de educação a distância, ou então, do que seria excelente (conceito 5), muito bom (conceito 4), suficiente (conceito 3), insuficiente (conceito 2) ou inexistente (conceito 1), utilizando a nomenclatura dos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação, sem que haja um parâmetro preciso para determinar essa ponderação.

A mesma situação se verifica no instrumento de avaliação institucional externa. Apesar de o instrumento apresentar um conceito referencial mínimo de qualidade, que, caso atendido em todos os indicadores de todas as dimensões, levaria à obtenção de conceito 3, para os demais conceitos (5, 4, 2 ou 1) não há um critério para determinar o que estaria muito além, além, aquém ou muito aquém.

Tudo isso confere à Comissão de Avaliação um alto poder de subjetividade na avaliação *in loco*, gerando consequências para fins de regulação da educação superior, uma vez que, a partir da premissa levantada, é possível que diferentes Comissões de Avaliação examinem de forma diferente um mesmo objeto. Trata-se de uma questão de perspectiva,

altamente influenciada pelo subjetivismo da Comissão de Avaliação, desprovida de uma fundamentação mais fidedigna das reais condições de uma instituição de ensino superior ou curso, conforme o objeto avaliado.

Do ponto de vista do Direito, essa situação gera insegurança, tanto para as IES ou cursos avaliados, que podem receber diferentes conceitos, conforme os membros da Comissão de Avaliação designados, como para o próprio Ministério da Educação, que poderá exercer suas funções com base em uma avaliação altamente influenciada pela perspectiva dos membros da Comissão de Avaliação.

Em relação ao ENADE, CPC e IGC, estes dois últimos baseados particularmente no ENADE, tanto o resultados do ENADE como do CPC e, consequentemente, do IGC, dependem, em grande medida, dos resultados dos demais cursos avaliados de uma mesma área e em um mesmo ano de divulgação, seja do ENADE, seja do CPC, e, consequentemente, do IGC.

A metodologia aplicada para atribuição dos conceitos finais no ENADE, CPC e IGC não permite dizer qual o critério, ou mais especificamente, qual a nota mínima aceitável para atribuir os conceitos que vão de 1 a 5 aos cursos de graduação ou instituições de ensino superior. Ou seja, não está definido com clareza qual o nível de qualidade exigido.

O que se tem é uma posição relativa de cada curso de graduação ou instituição de ensino superior em relação aos demais cursos da mesma área e do mesmo ano de divulgação do ENADE, CPC e IGC, sem uma distribuição normalizada dos resultados finais, ou seja, sem a determinação de quais as exigências mínimas para os cursos ou instituições obterem conceito 5, 4, 3, 2 ou 1.

Sendo uma distribuição relativa, isso significa dizer que os resultados do ENADE, CPC e IGC, variam, a cada ano, conforme os cursos de graduação ou instituições de ensino superior avaliados. Além disso, dentro de um mesmo ano de divulgação, a obtenção de conceitos 5, 4, 3, 2 ou 1 varia de uma área para outra sem que exista qualquer interpretação clara do significado destas variações em termos de garantia de qualidade do ensino.

Na prática, portanto, a articulação entre avaliação, regulação e supervisão para fins de garantir a qualidade do ensino não alcança o seu objetivo. Isto porque a metodologia empregada para atribuir os resultados decorrentes da avaliação, articulados com as funções de regulação e supervisão, não traduzem as reais condições de oferta do ensino, para que, de fato, o Ministério da Educação possa atuar.

Para exercer as funções de regulação e supervisão, por meio da avaliação, com vistas à garantia da qualidade do ensino, a União, representada pelo Ministério da Educação, deveria partir de parâmetros fixos, previamente traçados, de qualidade, a serem observados, e que assim norteariam a atribuição dos conceitos, seja nas avaliações *in loco*, seja na atribuição dos resultados do ENADE, CPC e IGC.

No caso das avaliações *in loco*, o que se verifica é que os instrumentos de avaliação deveriam utilizar parâmetros para estabelecer a gradação entre os conceitos, ou, então, que se limitem ao registro do cumprimento ou não das condições mínimas estabelecidas para os processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento.

O estabelecimento da gradação entre os conceitos é uma tarefa mais complexa, pois exige, além da fixação de um padrão de qualidade mínimo, a diferenciação para menos ou mais deste em uma escala.

Uma solução mais simples e que garantia a eficácia do disposto no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal de 1988 seria a construção de um padrão mínimo de qualidade a ser exigido, a partir do qual os instrumentos de avaliação utilizados seriam construídos para verificar o seu cumprimento ou não, cabendo à Comissão de Avaliação apenas relatar se foi atendido ou não a exigência qualitativa.

Nesse sentido, a sistemática adotada pelo Parecer CNE/CEB nº 08/2010, poderia ser aproveitada, se adaptada, desde que observadas a natureza e as normas específicas da educação superior.

O Parecer CNE/CEB nº 08/2010, aprovado em 05 de maio de 2010, e que desde então aguarda homologação do Ministro da Educação, apresentou um projeto de resolução que estabelece normas para aplicação do artigo 4º, inciso IX, da LDB, que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a educação pública. O referido parecer propõe a construção de uma matriz de padrões mínimos de qualidade para a educação básica pública no Brasil e os insumos a ela associados, tendo como referência o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), conforme estudos desenvolvidos pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Para a educação superior, a realização do estudo embasador dos padrões mínimos de qualidade, além de considerar a finalidade da educação superior, que é distinta da educação básica, deve observar as exigências legais e normativas para cada tipo de IES, conforme sua organização e prerrogativas acadêmicas (faculdades, centros universitários ou universidades). Além disso, para deveria considerar as especificidades da formação

profissional relacionada ao curso de graduação a ser avaliado, evidenciando-se a necessidade de diferentes padrões de qualidade a ser construídos.

No caso do ENADE, a atribuição dos resultados por área avaliada deveria independe da média geral dos cursos dos participantes, sendo estabelecida uma média fixa que considerasse o nível de conhecimento esperado pelos alunos, e, a partir desta, fossem graduados os conceitos. Então, seria possível estabelecer quais os cursos que realmente apresentam deficiências no processo de ensino-aprendizagem, de forma a reclamarem a supervisão especial para melhoria da qualidade do ensino. Além disso, seria essencial, introduzir mecanismos de comprometimento dos alunos participantes, que não a simples presença, para garantir a qualidade dos resultados apurados.

No caso do CPC seria adequado que, para cada área, fosse estabelecida uma média fixa que leve em consideração o nível de qualidade exigido, e, a partir desta, fossem graduados os conceitos. Dessa forma, seria possível estabelecer quais os cursos que realmente apresentam deficiências, de forma a antecipar o protocolo de renovação de reconhecimento, acompanhado do plano de melhorias acadêmicas para melhoria da qualidade do ensino.

As adequações sugeridas nos mecanismos de atribuição dos resultados do ENADE e do CPC, conseqüentemente, repercutiriam no IGC, uma vez que este nada mais é do que a média dos CPC e dos conceitos dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, ponderada pela distribuição dos alunos da IES entre os diferentes níveis de ensino.

Apesar das limitações apontadas na prática, há que se reconhecer que a articulação da avaliação, regulação e supervisão gerou impactos para a qualidade do ensino, ainda que não parta de um referencial fixo de qualidade estabelecido, uma vez que exigiu, por parte das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação avaliados, ações com vistas à obtenção e/ou manutenção de resultados considerados de qualidade satisfatória. Essas ações são ocasionadas tanto pela divulgação pública dos seus resultados – o que exerce enorme pressão social sobre as melhores e as piores instituições ou cursos – , como pela supervisão especial, que abrange os cursos com resultados considerados de qualidade insatisfatória, no caso do ENADE, os quais necessariamente devem cumprir as medidas de saneamento das deficiências identificadas.

A própria supervisão especial dos cursos de graduação em direito, medicina, pedagogia e normal superior demonstra que houve uma intervenção no sentido de corrigir deficiências no desempenho dos cursos, e que, com base nos resultados dos ENADE seguintes, alguns desses cursos apresentaram melhores desempenhos.

Decorrente do exposto, esta tese aponta como ponto de interesse para futuras pesquisas acadêmicas a necessidade de estudos sobre os padrões de qualidade do ensino superior, a fim de que a avaliação neles baseada seja realmente um instrumento eficaz, em termos teóricos e práticos, para a regulação e supervisão da educação superior. Também o aperfeiçoamento do modelo metodológico para atribuição dos resultados da avaliação é fundamental para se alcançar o objetivo maior que é a qualidade do ensino. O estudo da metodologia aplicada à avaliação da educação superior é uma questão em aberto para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Cássio Cavalcante. **Direito Educacional**: interpretação do direito constitucional à educação. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- ANDRADE, José Carlos Vieira de. **Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976**. Coimbra: Almedina, 1998.
- ARNESEN, Erik Saddi. Direito à Educação de Qualidade na Perspectiva Neoconstitucionalista. In: RANIERI, Nina Beatriz Stocco (Coord.). **Direito à Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 145-166.
- ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2008.
- BACHA, Edmar Lisboa; SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). **Brasil**: a nova agenda social. São Paulo: LTC, 2011.
- BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação**, Campinas/Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 131-152, mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 mai. 2011.
- BARROSO, João. O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- BASTOS, Aurélio Wander. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à Constituição do Brasil**. V. 8. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **Da Estrutura à Função**: novos estudos de teoria do direito. São Paulo: Manole, 2007.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito Administrativo e Políticas Públicas**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. Direitos Humanos e Aprendizado Cooperativo. In: LIBERAL, Márcia Mello Costa de (Org.). **Um Olhar sobre Ética e Cidadania**. São Paulo: Mackenzie, 2002. p. 95-113.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.

CARVALHO, Maria Aparecida de; CAMPOS, Maria Regina Machado de. **A Educação nas Constituições Brasileiras (1934 – 1937 – 1946 – 1969 – 1988)**. Campinas: Pontes, 1991.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Palestra Inaugural. In: **Seminário Internacional de Avaliação Educacional**. Anais. Rio de Janeiro, dez. 1997. p. 9-11.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. (Série Documental. Textos para Discussão).

COMISSÃO NACIONAL DE REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira**, 1985. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2011.

CUNHA, Luis Antônio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía; FÁVERO, Osmar. A Relação Educação-Sociedade-Estado pela Mediação Jurídico Constitucional. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas Constituições Brasileiras: 1823-1988**. Campinas: Editores Associados, 1996. p. 5-30.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DE GROOF, Jan. About Quality Rights in Education. **European Journal for Education Law and Policy**, Netherlands, vol. 2, p. 1-5, 1998.

_____; LAUWERS, Gracienne (Orgs.). **The Right to Education and Rights in Education**. Nijmegen: Wolf legal Publishers, 2006.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. São Paulo: Atlas, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUARTE, Clarice Seixas. A Educação como um Direito Fundamental de Natureza Social. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2011.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Educação Superior, Pública e Privada (1808-2000). In: BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon. (Orgs.). **Os Desafios da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 197-240.

ENGUITA, Mariano Fernández. O Discurso da Qualidade e a Qualidade do Discurso. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões Críticas**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 94-110.

FERNANDES, Reynaldo; PAZELLO, Elaine Toldo; LEITÃO, Thiago Miguel Sabino de Pereira; MORICONI, Gabriela Miranda. **Avaliação de Cursos na Educação Superior: a função e a mecânica do Conceito Preliminar de Curso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009. (Série Documental. Textos para Discussão nº 32).

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Interpretação e Estudos da Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. Apresentação. In: BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 9ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2010a.

_____. **Princípios Fundamentais do Direito Constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010b.

FURTADO, Marcelo Gasque. Padrão de Qualidade do Ensino. In: RANIERI, Nina Beatriz Stocco (Coord.). **Direito à Educação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 167-182.

GARCIA, Maurício. **Nem Ruim, Nem Bom**: apenas pior e melhor, sobre a inadequação do uso de rankings educacionais para fins regulatórios no ensino superior. Set. 2009. Disponível em: <<http://www.abmeseduca.com/?p=17>>. Acesso em: 19 set. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Magno Federici. **Direito Educacional Superior**: evolução histórica, legislação, procedimentos administrativos e função normativa. Curitiba: Juruá, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da

concepção à regulamentação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

KRELL, Andreas Joachim. Realização dos Direitos Fundamentais Sociais mediante Controle Judicial da Prestação dos Serviços Públicos Básicos (Uma Visão Comparativa). **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 36, n. 144, p. 239-260, out./dez. 1999.

LELLIS, Lélío Maximino. **Princípios Constitucionais do Ensino e Efeitos de sua Infração pelo Estado**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2010.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. Educação, Problema Nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, INEP, v. 79, n. 191, p. 52-64, jan./abr. 1998.

LUÑO, Antonio E. Perez. **Los Derechos Fundamentales**. 7ª ed. Madrid: Tecnos, 1998.

MALISKA, Marcos Augusto. **O Direito à Educação e a Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

MARTIN, M.; TALPAERT, R. Coordination: Continental Europe. In: CLARK, B.; NEAVE, Guy (Eds.). **The Encyclopedia of Higher Education**. Nova York: Pergamon Press, v. 2, p. 1347-52, 1992.

MARTINES, Eduardo. **Educação, Cidadania e Ministério Público**. O artigo 205 da Constituição e sua abrangência. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2006.

MARTINS, Carlos Eduardo Behrmann Rátis. O Direito Fundamental de Acesso ao Ensino Superior: A “Estatização” de Vagas nas Universidades Particulares. In: HOMEM, António Pedro Barbas (Coord.). **Temas de Direito da Educação**. Coimbra: Almedina, 2006.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo IV – Direitos Fundamentais. Coimbra: Coimbra, 2000.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). **Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro**. Vol. I – Século XVI a 1850 – Coleção Juristas Brasileiros. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito Educacional e Educação no Século XXI**. Brasília: UNESCO, 1997.

NEAVE, Guy. On the Cultivation of Quality, Efficiency and Enterprise: an overview of recent trends in higher education in Western Europe, 1986-1988. **European Journal of Education**, Oxford, vol. 23, n. 1/2, p. 7-23, 1988.

_____. The Evaluative State Reconsidered. **European Journal of Education**, Oxford, vol. 33, n. 3, p. 265-284, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Questão da Qualidade na Educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Brasília: Associação Nacional de Administração da Educação, v. 12, n. 1, p. 61-71, jan. / jun., 1996.

_____. Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-733020070003000003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mai. 2012.

_____; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do Ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan / fev. / mar. / abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a02n28.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Aspectos Jurídicos da Autonomia Universitária no Brasil. In: STEINER, João E.; MALNIC, Gerhard. **Ensino Superior: Conceito & Dinâmica**. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 1-26. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/observatorios/ensinosuperior>>. Acesso em: 20 set. 2006.

_____. **Educação Superior, Estado e Direito: na Lei de Diretrizes e Bases**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2000.

_____. **O Estado Democrático de Direito e o Sentido da Exigência de Preparo da Pessoa para o Exercício da Cidadania, pela Via da Educação**. Tese (Livre Docência). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009a.

_____. O Poder e o Limite do Estado na Atividade Educacional. **Revista Estudos**. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – ABMES, a. 21, n. 31, p. 29-48, jul. 2003.

_____. Os Estados e o Direito à Educação na Constituição de 1988: comentários acerca da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: _____ (Coord.). **Direito à Educação: aspectos constitucionais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b. p. 39-59.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. Direitos Fundamentais Sociais na Constituição de 1988. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, a. 1, v. 1, n. 1, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br/pdf/REVISTA-DIALOGO-JURIDICO-01-2001-INGO-SARLET.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

SARMENTO, Daniel. A Dimensão Objetiva dos Direitos Fundamentais: fragmentos de uma teoria. **Arquivos de Direitos Humanos**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 63-102, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: oportunidade e crise no ensino superior**. 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/oportun.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2006.

_____. As Avaliações de Nova Geração nas Sociedades Contemporâneas. In: MELO E SOUZA, Alberto de (Org.). **Dimensões da Avaliação Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 15-34. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/alberto.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

SIFUENTES, Mônica. **Direito Fundamental à Educação: a aplicabilidade dos dispositivos constitucionais**. Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2009.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Plano, 2003.

SOUZA, Eliane Ferreira de. **Direito à Educação: requisito para o desenvolvimento do País**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **LDB e Ensino Superior: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Pioneira, 1997.

SOUZA, Paulo Renato. **A Revolução Gerenciada: educação no Brasil, 1995-2002**. São Paulo: Pretince Hall, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

XAVIER, Antônio Carlos da R. Reflexões sobre a qualidade da educação e a gestão da qualidade total nas escolas. In: VELLOSO, Jacques; MELLO, Guiomar Namo de;

WACHOWICZ, Lílian; *et al.* **Estado e Educação**. Campinas: Papirus: Cedes; São Paulo: Ande: Anped, 1992. p. 223-230.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior: conceitos e desafios. **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba, n. 4, p. 15-23, jul./dez. 2008.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

BRASIL. **Ato Adicional de 1834 (Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834)**. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de agosto de 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição de 1824**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição de 1967**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. **Decreto Imperial de 2 de dezembro de 1837**. Convertendo o Seminário de S. Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio Pedro II, e outras disposições. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890.** Aprova o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901. Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Diário Oficial da União**, Capital Federal, DF, 25 jan. 1901. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 6 abr. 1911. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 19 mar. 1915. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 10 set. 1920. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 7 abr. 1925. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretária de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário**

Oficial da União, Rio de Janeiro, DF, 18 nov. 1930. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 15 abr. 1931. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 15 abr. 1931. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 15 abr. 1931. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-publicacaooriginal-85620-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 20.179, de 6 de julho de 1931. Dispõe sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos Governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos do reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1931. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20179-6-julho-1931-515671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 63.341, de 1º de outubro de 1968. Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 out. 1968. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63341-1-outubro-1968-404684-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 86.000, de 13 de maio de 1981. Dispõe sobre a suspensão temporária de criação de novos cursos de graduação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 mai. 1981. Seção 1. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86000-13-maio-1981-435882-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 87.911, de 7 de dezembro de 1982. Regulamenta o artigo 47 da Lei nº 5540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 dez. 1982. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87911.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 91.177, de 29 de março de 1985. Institui Comissão Nacional visando à reformulação da educação superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abril. 1985. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91177-29-marco-1985-441184-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986. Susta a criação de novos cursos superiores de graduação em todo o território nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 nov. 1986. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D93594.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 95.003, de 5 de outubro de 1987. Prorroga a vigência do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 out. 1987. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D95003.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 97.223, de 14 de dezembro de 1988. Prorroga a vigência do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1988. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97223.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 97.881, de 26 de junho de 1989. Prorroga a vigência do Decreto nº 93.594, de 19 de novembro de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jun. 1989. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97881.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 98.377, de 8 de novembro de 1989. Dispõe sobre a criação de novos cursos de ensino superior na área da saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 nov.

1989. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98377.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 98.391, de 13 de novembro de 1989. Dispõe sobre a criação ou reconhecimento de novos cursos jurídicos em nível de graduação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 nov. 1989. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98391.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 98.404, de 16 de novembro de 1989. Dispõe sobre a criação de novos cursos na área de Ciências Exatas e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 nov. 1989. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D98404.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 49, de 5 março de 1991. Altera o Decreto nº 87.911, de 7 de dezembro de 1982, que regulamenta o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 mar. 1991. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0049.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 105, de 25 de abril de 1991. Regulamenta o art. 47 da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 1991. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0105.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 359, de 9 de dezembro de 1991. Regulamenta o art. 47 da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 dez. 1991. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0359.htm#art14>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.303, de 8 de novembro de 1994. Dispõe sobre a criação de universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 dez. 1994. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1303.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.334, de 8 de dezembro de 1994. Altera dispositivos do Decreto nº 1.303, de 8 de novembro de 1994, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 dez. 1994. Seção 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1334.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.472, de 28 de abril de 1995. Dá nova redação ao *caput* do art. 13 do Decreto nº 1.303, de 8 de novembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 abr. 1995. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1472.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 1.734, de 7 de dezembro de 1995. Regulamenta o art. 7º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1995. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1734.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo e avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 out. 1996. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D2026.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e §1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 1997. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e §1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 1997. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de

regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 mai. 2006. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 30 mai. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-200-25-fevereiro-1967-376033-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 405, de 31 de dezembro de 1968. Provê sobre o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior, em 1969. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1968. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-405-31-dezembro-1968-376163-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 fev. 1969. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-464-11-fevereiro-1969-376438-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 574, de 8 de maio de 1969. Dispõe sobre o aumento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mai. 1969. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-574-8-maio-1969-374008-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº 842, de 9 de setembro de 1969. Altera a redação do artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 1969. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-842-9-setembro-1969-375447-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 452, de 5 de julho de 1937. Organiza a Universidade do Brasil. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 10 jul. 1937. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-452-5-julho-1937-398060-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 1968. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 5.850, de 7 de dezembro de 1972. Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-Lei nº 574, de 8 de maio de 1969, que dispõe sobre o aumento de matrículas em estabelecimento de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1972. Seção 1. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=5850&tipo_norma=LEI&data=19721207&link=s>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 7.165, de 14 de dezembro de 1983. Dispõe sobre a fixação e alteração do número de vagas nos cursos superiores de graduação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1983. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7165.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 nov. 1995. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 21 mai. 2011.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 20 mai. 2011.

BRASIL. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 jul. 2004. Seção 1. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 1, de 29 de janeiro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jan. 2009. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2009>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 3, de 1º de abril de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2008. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2008>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008. Regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores – CPC, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2008. Seção 1. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/16>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 5, de 20 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mar. 2007. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2007>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 5, de 22 de fevereiro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 fev. 2010. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2010>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 8, de 15 de abril de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 2011. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2011>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 set. 2008. Seção 1. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/51>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de

regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (BASis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2010. Seção 1. Disponível em: <<http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

BRASIL. Portaria MEC nº 327, de 1 de fevereiro de 2005. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Docentes e define as disposições para sua operacionalização. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 fev. 2005. Seção 1. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-83-29-2005-02-01-327>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. Portaria MEC nº 603, de 7 de março de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 mar. 2006. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2006>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.027, de 15 de maio de 2006. Dispõe sobre banco de avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação – CTAA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 mai. 2006. Seção 1. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-condicoesdeensino-legislacao_normas>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria MEC nº 1.606, de 1º de junho de 2004. Publicada no Diário Oficial de 2 de junho de 2004, Seção 1, pág. 11. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2004>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria MEC nº 2.205, de 22 de junho de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 2005. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2005>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. Portaria MEC nº 3.159, de 13 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2005. Seção 1. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/legislacao-2005>>. Acesso em: 31 mai. 2011.

BRASIL. **Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838**. Contém os Estatutos para o Colégio de Pedro Segundo. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

GRUPO EXECUTIVO PARA A REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. RELATÓRIO (GERES). **Relatório**. Brasília: Ministério da Educação, 1986 Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/geres.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2011.

GRUPO GESTOR DA PESQUISA. Programa de avaliação da reforma universitária. **Educação Brasileira**, Brasília, CRUB, v. 5, n. 10, 1983.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2008** (Dados Preliminares). Resumo Técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2009**. Resumo Técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2010**. Resumo Técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Direito (presencial e a distância)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação em Medicina**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/nota-tecnica1>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação para Credenciamento de IES (Faculdade)**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de Avaliação para Credenciamento Institucional Específico para Oferta da Modalidade de Educação a Distância**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-instrumentos>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito ENADE (2007)**. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito ENADE (2008)**. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito ENADE (2009)**. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2007)**. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2008)**. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Conceito Preliminar de Cursos de Graduação (2009)**. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Índice Geral de Cursos (IGC) (2007)**. Brasília, DF, 2007c. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Índice Geral de Cursos (IGC) (2008)**. Brasília, DF, 2008c. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Cálculo do Índice Geral de Cursos (IGC) (2009)**. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota Técnica – Resultado do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)**. Brasília, DF, 2007d. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/notas-tecnicas>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu). **Relatório de Atualização da Supervisão Especial dos Cursos de Medicina, de junho de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=/index.php?option=com_content&view=article&id=13707>. Acesso em: 27 mai. 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu). **Relatório de Atualização da Supervisão Especial dos Cursos de Pedagogia e Normal Superior, de abril de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=/index.php?option=com_content&view=article&id=13707>. Acesso em: 27 mai. 2010.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu). **Relatório Parcial de Supervisão Especial dos Cursos de Direito, de dezembro de 2009**. Brasília, DF, 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=/index.php?option=com_content&view=article&id=13707>. Acesso em: 27 mai. 2010.

ANEXO A – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (Faculdade)

Dimensão 1: Organização Institucional

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1. Missão	5	Quando é possível constatar que a IES ²⁹⁶ tem plenas condições para cumprir sua missão, tal como definida em seu PDI ²⁹⁷ , regimento e documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público e com a sociedade.
	4	Quando é possível constatar que a IES tem condições adequadas para cumprir sua missão, tal como definida em seu PDI, regimento e documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público e com a sociedade.
	3	Quando é possível constatar que a IES tem condições suficientes para cumprir sua missão, tal como definida em seu PDI, regimento e documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público e com a sociedade.
	2	Quando é possível constatar que a IES tem condições, mas elas são insuficientes para cumprir sua missão, tal como definida em seu PDI, regimento e documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público e com a sociedade.
	1	Quando é possível constatar que a IES não tem condições (ou tem condições precárias) para cumprir sua missão, tal como definida em seu PDI, regimento e documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público e com a sociedade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2. Viabilidade do PDI	5	Quando há condições plenas de viabilidade no que se refere à implementação das propostas apresentadas no PDI bem como do seu potencial para introduzir melhorias significativas na instituição e nos cursos que ela pretende oferecer.
	4	Quando há condições adequadas de viabilidade no que se refere à implementação das propostas apresentadas no PDI bem como do seu potencial para introduzir melhorias na instituição e nos cursos que ela pretende oferecer.
	3	Quando há condições suficientes de viabilidade no que se refere à implementação das propostas apresentadas no PDI.
	2	Quando há condições insuficientes de viabilidade no que se refere à implementação das propostas apresentadas no PDI.
	1	Quando há precárias condições de viabilidade no que se refere à implementação das propostas apresentadas no PDI.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3. Efetividade institucional	5	Quando as funções e órgãos previstos no organograma da instituição apresentam condições plenas para a implementação do projeto

²⁹⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Instituição de Educação Superior – IES. São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis tecnológico, graduação, pós-graduação e extensão”.

²⁹⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI)”.

		institucional e do funcionamento dos cursos, bem como propiciam excelência na comunicação interna e externa.
	4	Quando as funções e órgãos previstos no organograma da instituição apresentam condições adequadas para a implementação do projeto institucional e de funcionamento dos cursos, bem como propiciam boa comunicação interna e externa.
	3	Quando as funções e órgãos previstos no organograma da instituição apresentam condições suficientes para a implementação do projeto institucional e de funcionamento dos cursos, e de comunicação interna e externa.
	2	Quando as funções e órgãos previstos no organograma da instituição apresentam condições insuficientes para a implementação do projeto institucional, de funcionamento dos cursos, e de comunicação interna e externa.
	1	Quando as funções e órgãos previstos no organograma da instituição não apresentam condições (ou apresentam condições precárias) para a implementação do projeto institucional, de funcionamento dos cursos, e de comunicação interna e externa.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4. Suficiência administrativa	5	Quando o sistema de administração/gestão está organizado de maneira a permitir pleno suporte à implantação e funcionamento do(s) curso(s) pretendido(s).
	4	Quando o sistema de administração/gestão está organizado de maneira a permitir adequado suporte à implantação e funcionamento do(s) curso(s) pretendido(s).
	3	Quando o sistema de administração/gestão está organizado de maneira a permitir suporte suficiente à implantação e funcionamento do(s) curso(s) pretendido(s).
	2	Quando o sistema de administração/gestão apresenta suporte insuficiente à implantação e funcionamento do(s) curso(s)
	1	Quando o sistema de administração/gestão não permite (ou permite precariamente) o suporte à implantação e funcionamento do(s) curso(s) pretendido(s).

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.5. Representação docente e discente	5	Quando a instituição prevê mecanismos que permitam a plena participação de professores e estudantes nos órgãos colegiados de direção.
	4	Quando a instituição prevê mecanismos que permitam a participação, de maneira adequada, de professores e estudantes nos órgãos colegiados de direção.
	3	Quando a instituição possui regras que permitem uma representação suficiente de professores e estudantes nos seus órgãos colegiados de direção.
	2	Quando as normas institucionais não permitem uma representação suficiente de professores e estudantes nos seus órgãos colegiados de direção.
	1	Quando a instituição não prevê a representação de professores e estudantes nos seus órgãos colegiados de direção.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6. Recursos financeiros	5	Quando a instituição demonstra possuir recursos financeiros para realizar, de maneira plena, investimentos acima do total previsto no seu PDI.
	4	Quando a instituição demonstra possuir recursos financeiros para realizar, de maneira adequada, os investimentos previstos no seu PDI.
	3	Quando a instituição demonstra possuir recursos financeiros suficientes para os investimentos previstos no seu PDI.

	2	Quando a instituição demonstra possuir recursos financeiros insuficientes para realizar os investimentos previstos no seu PDI.
	1	Quando a instituição não demonstra possuir (ou possui precariamente) recursos financeiros para os investimentos previstos no seu PDI.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.7. Auto-avaliação institucional	5	Quando a instituição planeja executar um projeto de auto-avaliação que atenda plenamente o que está disposto na Lei 10.861/04.
	4	Quando a instituição planeja executar um adequado projeto de auto-avaliação conforme o que está disposto na Lei 10.861/04.
	3	Quando a instituição planeja executar um projeto de auto-avaliação que atenda suficientemente o que está disposto na Lei 10.861/04.
	2	Quando a instituição planeja executar um projeto de auto-avaliação incipiente ou sem correspondência com a Lei 10.861/04.
	1	Quando a instituição não planeja executar um projeto de auto-avaliação.

Dimensão 2: Corpo Social

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1. Capacitação e acompanhamento docente	5	Quando existe uma abrangente proposta de políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente, com plenas condições de implementação.
	4	Quando existe uma adequada proposta de políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente, com adequadas condições de implementação.
	3	Quando existe proposta mínima de políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente, com abrangência e condições suficientes de implementação.
	2	Quando a proposta de políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente tem abrangência restrita e condições insuficientes de implementação.
	1	Quando não existe previsão de políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente ou ela é muito precária.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2. Plano de carreira	5	Quando existe plano de carreira com critérios de admissão e progressão plenamente definidos.
	4	Quando existe plano de carreira com critérios de admissão e progressão adequadamente definidos.
	3	Quando existe plano de carreira com critérios de admissão e progressão suficientemente definidos.
	2	Quando existe plano de carreira com critérios de admissão e progressão insuficientemente definidos.
	1	Quando não existe plano de carreira.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3. Produção científica ²⁹⁸	5	Quando há previsão de política de estímulo à produção científica, que valorize plenamente o trabalho científico em equipe, envolvendo estudantes e professores e com repercussão substantiva no ensino e na extensão.
	4	Quando há previsão de política de estímulo à produção científica, que valorize adequadamente o trabalho científico em equipe, envolvendo estudantes e professores, com repercussão no ensino e na extensão.
	3	Quando há previsão de política que estimule suficientemente a produção

²⁹⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Produção científica. Considerar como produção científica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada e produções técnicas relevantes”.

		científica.
	2	Quando a política de estímulo à produção científica é insuficiente.
	1	Quando não estão previstas ações de estímulo à produção científica.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4. Corpo técnico-administrativo	5	Quando há proposta de corpo técnico-administrativo com excelente formação e plenas condições para o exercício de suas funções.
	4	Quando há proposta de corpo técnico-administrativo com adequada formação e adequadas condições para o exercício de suas funções.
	3	Quando há proposta de corpo técnico-administrativo com suficiente formação e suficientes condições para o exercício de suas funções.
	2	Quando há proposta de corpo técnico-administrativo com formação e condições insuficientes para o exercício de suas funções.
	1	Quando não está previsto corpo técnico-administrativo para o desempenho de funções e serviços administrativos e acadêmicos ou ele é muito precário.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5. Organização do controle acadêmico	5	Quando está previsto processo de controle acadêmico que garanta plenamente o registro e o controle de informações sobre a vida acadêmica dos alunos.
	4	Quando está previsto processo de controle acadêmico que garanta adequadamente o registro e o controle de informações sobre a vida acadêmica dos alunos.
	3	Quando está previsto processo de controle acadêmico que garanta suficientemente o registro e o controle de informações sobre a vida acadêmica dos alunos.
	2	Quando está previsto processo de controle acadêmico que garanta insuficientemente o registro e o controle de informações sobre a vida acadêmica dos alunos.
	1	Quando não está previsto (ou está previsto de modo precário) processo de controle acadêmico para registro e controle de informações sobre a vida acadêmica dos alunos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.6. Programas de apoio ao estudante	5	Quando há previsão de programas que demonstrem plena capacidade de facilitar o acesso e a permanência do estudante, com ênfase especial na promoção do intercâmbio acadêmico e cultural, bem como na iniciação científica.
	4	Quando há previsão de programas que demonstrem adequada capacidade de facilitar o acesso e a permanência do estudante, permitindo o intercâmbio acadêmico e cultural, bem como a iniciação científica.
	3	Quando há previsão de programas que demonstrem suficiente capacidade de facilitar o acesso e a permanência do estudante, permitindo o intercâmbio acadêmico e cultural, bem como a iniciação científica.
	2	Quando são insuficientes os programas previstos para facilitar o acesso e a permanência do estudante, o intercâmbio acadêmico e cultural e a iniciação científica.
	1	Quando não estão previstos programas de apoio destinados aos estudantes ou eles são muito precários.

Dimensão 3: Instalações Físicas

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1. Instalações administrativas	5	Quando as instalações administrativas apresentam condições plenas no que se refere à dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.

	4	Quando as instalações administrativas apresentam condições adequadas no que se refere à dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
	3	Quando as instalações administrativas atendem suficientemente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
	2	Quando as instalações administrativas atendem insatisfatoriamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
	1	Quando as instalações administrativas são, em todos os sentidos, precárias.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2. Auditório/sala de conferência/salas de aula	5	Quando o(s) auditório(s), sala(s) de conferência e salas de aula possuem instalações modernas, com equipamentos de alta tecnologia e plenas condições em termos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
	4	Quando o(s) auditório(s), sala(s) de conferência e salas de aula possuem instalações com adequadas condições em termos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
	3	Quando o(s) auditório(s), sala(s) de conferência e salas de aula atendem suficientemente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
	2	Quando o(s) auditório(o), sala(s) de conferência e salas de aula possuem instalações insuficientes em termos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança conservação e comodidade necessárias à atividade proposta.
	1	Quando não há auditório ou sala de conferência e as salas de aula são precárias.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3. Instalações sanitárias	5	Quando as instalações sanitárias apresentam condições plenas em termos de espaço físico, equipamentos sanitários modernos, adequação a normas de acessibilidade e de higiene, iluminação, ventilação e limpeza.
	4	Quando as instalações sanitárias apresentam condições adequadas em termos de espaço físico, equipamentos sanitários modernos, adequação a normas de acessibilidade e de higiene, iluminação, ventilação e limpeza.
	3	Quando as instalações sanitárias atendem de maneira satisfatória aos requisitos de espaço físico, iluminação, ventilação e limpeza.
	2	Quando as instalações sanitárias atendem de maneira insatisfatória aos requisitos de espaço físico, iluminação, ventilação e limpeza.
	1	Quando as instalações sanitárias são precárias.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4. Áreas de convivência	5	Quando está prevista a implantação de infraestrutura capaz de proporcionar, de forma plena, a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural.
	4	Quando está prevista a implantação de infraestrutura capaz de proporcionar, de forma adequada, a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural.
	3	Quando está prevista a implantação de infraestrutura para proporcionar, de forma satisfatória, a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural.
	2	Quando a infraestrutura a ser implantada é insuficiente para proporcionar a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural.

	1	Quando não está prevista a implantação de infraestrutura destinada a proporcionar a prática de esportes, a recreação e o desenvolvimento cultural ou ela é muito precária.
--	---	--

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5. Infraestrutura de serviços	5	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços capaz de oferecer plena satisfação aos discentes, corpo técnico-administrativo e docentes, nas necessidades de alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, etc.
	4	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços capaz de oferecer adequada satisfação aos discentes, corpo técnico-administrativo e docentes, nas necessidades de alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, etc.
	3	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços capaz de oferecer suficiente satisfação aos discentes, corpo técnico-administrativo e docentes, nas necessidades de alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, etc.
	2	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços capaz de oferecer insuficiente satisfação aos discentes, corpo técnico-administrativo e docentes, nas necessidades de alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, etc.
	1	Quando não é prevista, na instituição ou em suas proximidades, a implantação de infraestrutura para atendimento os discentes, corpo técnico-administrativo e docentes, nas necessidades de alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, etc.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Biblioteca: instalações para o acervo e funcionamento	5	Quando há instalações equipadas para o acervo da biblioteca, que incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade específicas para suas atividades, atendendo plenamente aos requisitos de: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto, horários de atendimento e espaços para estudos individuais e em grupo.
	4	Quando há instalações equipadas para o acervo da biblioteca, que incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade específicas para suas atividades, atendendo adequadamente aos requisitos de: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto, horários de atendimento e espaços para estudos individuais e em grupo.
	3	Quando há instalações para o acervo da biblioteca que incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade específicas para suas atividades, atendendo suficientemente aos requisitos de: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto, horários de atendimento e espaços para estudos individuais e em grupo.
	2	Quando as instalações para o acervo da biblioteca apresentam atendem de maneira insuficiente aos requisitos de: dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto, horários de atendimento e espaços para estudos individuais e em grupo.
	1	Quando as instalações para o acervo e funcionamento da biblioteca são precárias ou não existem.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7. Biblioteca: informatização	5	Quando a informatização da biblioteca é tal que os computadores, os programas e aplicativos são de tecnologia atual e em quantidades que atendam plenamente às demandas previstas para a utilização do acervo, permitindo diferentes formas de pesquisa, reserva de livros online, acesso via Internet.
	4	Quando a informatização da biblioteca é tal que os computadores, os programas e aplicativos são de tecnologia atual e em quantidades que

		atendam adequadamente às demandas previstas para a utilização do acervo, permitindo diferentes formas de pesquisa, reserva de livros online, acesso via Internet.
	3	Quando a informatização da biblioteca é tal que os computadores, os programas e aplicativos são de tecnologia atual e em quantidades que atendam suficientemente às demandas previstas para a utilização do acervo, permitindo diferentes formas de pesquisa, reserva de livros online, acesso via Internet.
	2	Quando a informatização da biblioteca é tal que os computadores, os programas e aplicativos atendem insuficientemente às demandas previstas para a utilização do acervo, com limitados recursos de pesquisa, de reserva de livros e de acesso via Internet.
	1	Quando não há informatização da biblioteca.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.8. Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo	5	Quando a instituição apresenta um acervo dimensionado acima da média da demanda inicial prevista para os cursos e apresenta uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende plenamente ao disposto do PDI.
	4	Quando a instituição apresenta um acervo adequadamente dimensionado à demanda inicial prevista para os cursos e uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende adequadamente ao disposto do PDI.
	3	Quando a instituição apresenta um acervo suficientemente dimensionado à demanda inicial prevista para os cursos e uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende suficientemente ao disposto do PDI.
	2	Quando a instituição apresenta um acervo insuficientemente dimensionado à demanda inicial prevista para os cursos e uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo que atende insuficientemente ao disposto do PDI.
	1	Quando a instituição apresenta um acervo inadequado à demanda inicial prevista para os cursos e não apresenta política de aquisição, expansão e atualização do mesmo.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.9. Sala de informática	5	Quando a instituição apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com plenas condições no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos, garantindo acesso à Internet banda larga, numa proporção que possibilite aos usuários extrema facilidade no uso, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento mais as vagas a serem oferecidas no primeiro ano dos cursos propostos.
	4	Quando a instituição apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com condições adequadas no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos, garantindo acesso à Internet banda larga, numa proporção que possibilite aos usuários facilidade no uso, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento mais as vagas a serem oferecidas no primeiro ano dos cursos propostos.
	3	Quando a instituição apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com condições suficientes no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos, garantindo acesso à Internet banda larga, numa proporção que possibilite aos usuários razoáveis condições de uso, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento mais as vagas a serem oferecidas no primeiro ano dos cursos propostos.
	2	Quando a instituição apresenta sala de informática, para utilização de alunos e professores, com condições insuficientes no que diz respeito à qualidade e atualização tecnológica dos equipamentos, e sem contar com

		acesso à Internet banda larga, na proporção que dificulte o acesso, considerado o total de matrículas dos cursos em funcionamento mais as vagas a serem oferecidas no primeiro ano dos cursos proposto.
	1	Quando a instituição não apresenta (ou apresenta de maneira precária) sala de informática para utilização de alunos e professores.

ANEXO B – INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO INSTITUCIONAL PARA OFERTA DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Dimensão 1: Organização Institucional

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1. Missão institucional para atuação em EAD	5	Quando é possível constatar que a IES ²⁹⁹ tem plenas condições de cumprir sua missão para atuação em EAD ³⁰⁰ , tal como definida em seu PDI ³⁰¹ , no seu regimento e nos documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público.
	4	Quando é possível constatar que a IES tem adequadas condições de cumprir sua missão para atuação em EAD, tal como definida em seu PDI, no seu regimento e nos documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público.
	3	Quando é possível constatar que a IES tem condições suficientes de cumprir sua missão para atuação em EAD, tal como definida em seu PDI, no seu regimento e nos documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público.
	2	Quando é possível constatar que a IES tem insuficientes condições de cumprir sua missão para atuação em EAD, tal como definida em seu PDI, regimento e documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público.
	1	Quando é possível constatar que a IES não tem condições de cumprir sua missão para atuação em EAD, tal como definida em seu PDI, no seu regimento e nos documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2. Planejamento de programas, projetos e cursos a distância	5	Quando a instituição comprova plenamente os requisitos e as condições necessários para a implementação do planejamento de programas, projetos e cursos na modalidade de educação a distância, compatíveis com o prazo de vigência do credenciamento institucional.
	4	Quando a instituição comprova adequadamente, os requisitos e as condições necessárias para a implementação do planejamento de programas, projetos e cursos na modalidade de educação a distância,

²⁹⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Instituição de Educação Superior – IES. São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis tecnológico, graduação, pós-graduação e extensão”.

³⁰⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Educação a Distância – EAD. Processo de ensino aprendizagem organizada de forma que professores e alunos, mesmo separados fisicamente, se comuniquem por meio de tecnologias de informação e comunicação. Esta separação pode aplicar-se a todo processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios, devendo também envolver estudos presenciais. A educação a distância implica em novos papéis para alunos e professores, novas atitudes e enfoques metodológicos. Modalidade educacional na qual o processo de ensino aprendizagem ocorre, segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, a distância. Professores e estudantes desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos, utilizando, para a comunicação, meios e tecnologias de informação e momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações de estudantes; defesa de trabalhos de conclusão de curso e estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; e, atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso”.

³⁰¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI)”.

		compatíveis com o prazo de vigência do credenciamento institucional.
	3	Quando a instituição comprova suficientemente os requisitos e as condições necessárias para a implementação do planejamento de programas, projetos e cursos na modalidade de educação a distância, compatíveis com o prazo de vigência do credenciamento institucional.
	2	Quando a instituição comprova de forma insuficiente os requisitos e as condições necessárias para a implementação do planejamento de programas, projetos e cursos na modalidade de educação a distância, compatíveis com o prazo de vigência do credenciamento institucional.
	1	Quando a instituição não comprova (ou comprova de maneira precária) os requisitos e as condições necessárias para a implementação do planejamento de programas, projetos e cursos na modalidade de educação a distância, compatível com o prazo de vigência do credenciamento institucional.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3. Plano de gestão para a modalidade da EAD	5	Quando a instituição apresenta garantia de cumprimento do Plano de Gestão da Modalidade de EAD, que contempla e detalha, plenamente, as ações administrativas e acadêmicas, com o respectivo cronograma de execução.
	4	Quando a instituição apresenta garantia de cumprimento do Plano de Gestão da Modalidade de EAD, que contempla, adequadamente, as informações e ações administrativas e acadêmicas, com o respectivo cronograma de execução.
	3	Quando a instituição apresenta garantia de cumprimento do Plano de Gestão da Modalidade de EAD, que contempla, suficientemente, as informações de ações administrativas e acadêmicas, com o respectivo cronograma de execução.
	2	Quando a instituição apresenta, de maneira insuficiente, garantia de cumprimento do Plano de Gestão do Programa de EAD proposto e não explicita nem detalha as ações em EAD.
	1	Quando não há Plano de Gestão do Programa de EAD.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4. Unidade responsável para a gestão de EAD	5	Quando a instituição comprova a existência de unidade específica, responsável pela gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância, contemplada no organograma da IES e seu trabalho é realizado, plenamente, em parceria com as demais unidades e departamentos da instituição.
	4	Quando a instituição comprova a existência de unidade específica, responsável pela gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância, contemplada no organograma da IES, e seu trabalho é realizado de forma adequada com parcerias estabelecidas pelas unidades e departamentos da IES.
	3	Quando a instituição comprova a existência de unidade específica, responsável pela gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância, contemplada no organograma da IES, porém o trabalho é realizado, de maneira insuficiente, em parceria com as demais unidades e departamentos da IES.
	2	Quando a instituição não comprova a existência de unidade específica, responsável pela gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância, contemplada no organograma da IES e o trabalho é precariamente realizado em parceria pelas unidades e departamentos da IES.
	1	Quando não há definição de unidade específica responsável pela gestão acadêmico-operacional, nem especificação de unidades e departamentos responsáveis pela EAD.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

1.5. Planejamento de avaliação institucional (auto-avaliação) ³⁰² para EAD	5	Quando a instituição comprova a existência de processo pleno de avaliação institucionalizada, aplicada contínua e periodicamente, cujos resultados contribuem para correções e melhoria na atuação da instituição, inclusive na EAD.
	4	Quando a instituição comprova a existência de processo adequado de avaliação institucional, aplicado periodicamente, cujos resultados podem contribuir para correções e melhoria na atuação da instituição, inclusive na EAD.
	3	Quando a instituição comprova a existência de processo suficiente de avaliação institucional, cujos resultados podem contribuir para correções e melhoria na atuação da instituição, inclusive na EAD.
	2	Quando a instituição comprova de maneira insuficiente a existência de processo de avaliação institucional, ou os resultados não contribuem para correções e melhoria na atuação da instituição, inclusive na EAD.
	1	Quando a instituição não comprova a existência de processo de avaliação institucional.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6. Representação docente, tutores e discente ³⁰³	5	Quando a instituição possui regras plenamente institucionalizadas que permitem uma representação ampla de professores, tutores e estudantes nos seus órgãos colegiados, de modo a proporcionar reflexões e debates, visando ao aperfeiçoamento dos processos e a gestão da modalidade de educação a distância.
	4	Quando a instituição possui regras adequadamente institucionalizadas que permitem uma representação adequada de professores, tutores e estudantes nos seus órgãos colegiados, de modo a proporcionar reflexões e debates, visando ao aperfeiçoamento dos processos e a gestão da modalidade de educação a distância.
	3	Quando a instituição possui regras suficientes para permitir uma representação mínima de professores, tutores e estudantes nos seus órgãos colegiados, de modo a proporcionar reflexões e debates, visando ao aperfeiçoamento dos processos e a gestão da modalidade de educação a distância.
	2	Quando as regras institucionais permitem uma representação insuficiente de professores, tutores e estudantes nos seus órgãos colegiados.
	1	Quando a instituição não prevê representação de professores, tutores e estudantes nos seus órgãos colegiados.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.7. Estudo para implantação dos polos de apoio presencial ³⁰⁴	5	Quando a IES justifica, de forma plenamente convincente, a localização dos polos, a partir de estudos que consideram a distribuição geográfica, a demanda reprimida por educação superior, a população do ensino médio regional, a demanda por cursos superiores, a taxa bruta ³⁰⁵ e

³⁰² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Auto-avaliação institucional para o modelo de educação superior a distância adotado. Traduz-se na soma de indicadores referentes à análise de indicadores tais como fluxo dos alunos (evasão, repetência, frequência, etc.) tempo de integralização do(s) curso(s), interatividade, entre outros”.

³⁰³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Tutor. O tutor é um profissional que atua nas mediações pedagógicas, geralmente facilitando a aprendizagem dos estudantes. Seu papel é importante nos sistemas de EAD, sendo o principal responsável pelo processo de acompanhamento e controle do ensino-aprendizagem”.

³⁰⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Polo de apoio presencial. É um espaço físico para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de cursos a distância. Polos de educação a distância são unidades operativas, no País ou no exterior, que poderão ser organizados em conjunto com outras instituições, para a execução descentralizada de funções pedagógico-administrativas do curso, quando for o caso”.

³⁰⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Taxa bruta de matriculados. O total de matrículas em uma determinada série como porcentagem da população que, de acordo com as regras

		líquida ³⁰⁶ de matriculados na educação superior e os indicadores estabelecidos no PNE ³⁰⁷ .
	4	Quando a IES justifica, de forma adequada, a localização dos polos, a partir de estudos que consideram a distribuição geográfica, a demanda reprimida por educação superior, a população do ensino médio regional, a demanda por cursos superiores, a taxa bruta e líquida de matriculados na educação superior e os indicadores estabelecidos no PNE.
	3	Quando a IES justifica de maneira suficiente a localização dos polos a partir de estudos que consideram a distribuição geográfica, a demanda reprimida por educação superior, a população do ensino médio regional, a demanda por cursos superiores, a taxa bruta e líquida de matriculados na educação superior e os indicadores estabelecidos no PNE.
	2	Quando a IES justifica de maneira insuficiente a localização dos polos a partir de estudos que consideram a distribuição geográfica, a demanda reprimida por educação superior, a população do ensino médio regional, a demanda por cursos superiores, a taxa bruta e líquida de matriculados na educação superior e os indicadores estabelecidos no PNE.
	1	Quando o projeto do curso não considera (ou considera de maneira precária) o contexto educacional regional e brasileiro.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.8. Experiência da IES com a modalidade de educação a distância	5	Quando a IES comprova experiência, anterior ao credenciamento de, pelo menos três (3) anos na oferta de ações, na modalidade de educação a distância, na forma de cursos livres, capacitação interna de pessoal, entre outros.
	4	Quando a IES comprova experiência, anterior ao credenciamento de, pelo menos dois (2) anos na oferta de ações na modalidade de educação a distância, na forma de cursos livres, capacitação interna de pessoal, entre outros.
	3	Quando a IES comprova experiência, anterior ao credenciamento de, pelo menos um (1) ano na oferta de ações na modalidade de educação a distância, na forma de cursos livres, capacitação interna de pessoal, entre outros.
	2	Quando a IES não comprova experiência, anterior ao credenciamento de, pelo menos um (1) ano na oferta da modalidade de educação a distância em cursos livres.
	1	Quando a IES não comprova experiência de oferta da modalidade de educação a distância em cursos livres.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.9. Experiência da IES com a utilização de até 20% da carga	5	Quando a IES comprova, em pelo menos três (3) cursos de graduação presencial, a adequada utilização de 20% da carga horária ofertada na modalidade de educação a distância, há mais de um ano.
	4	Quando a IES comprova, em pelo menos um (1) curso de graduação

nacionais, deveriam estar matriculados naquela série. Mede a capacidade da escola”.

³⁰⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Taxa líquida de matriculados. Taxa de matrículas de uma determinada faixa etária escolar sobre o total da população com aquela faixa etária”.

³⁰⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Plano Nacional de Educação – PNE. O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento da política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público nas três esferas da administração (União, Estados e Municípios), o que o torna uma peça-chave no direcionamento da política educacional do País. O PNE tem respaldo legal na Constituição de 1988 e na LDB, aprovada em dezembro de 1996. A LDB, em sintonia com a Declaração Mundial de Educação para Todos, determinou a elaboração de um plano nacional de educação no prazo de um ano, a contar da data da sua publicação. Entretanto, depois de três anos de tramitação no Congresso Nacional e muito debate com a sociedade civil organizada e entidades da área educacional, o PNE foi sancionado em janeiro de 2001”.

horária dos cursos superiores presenciais na modalidade de educação a distância		presencial, a adequada utilização de mais de 15% da carga horária ofertada na modalidade de educação a distância, há mais de um ano.
	3	Quando a IES comprova, em pelo menos um (1) curso de graduação presencial ou sequencial, a adequada utilização de mais de 10 % da carga horária ofertada na modalidade de educação a distância, há mais de um ano.
	2	Quando a IES comprova, em pelo menos um (1) curso presencial de graduação ou sequencial, a adequada utilização de mais de 5 % da carga horária ofertada na modalidade de educação a distância, há mais de um ano.
	1	Quando a IES não utiliza a modalidade de educação a distância em nenhum de seus cursos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.10. Sistema para gestão acadêmica ³⁰⁸ da EAD	5	Quando a IES apresenta sistema plenamente informatizado de gestão acadêmica dos alunos de EAD, com controle dos processos respectivos, integrados ao sistema geral de gestão acadêmica.
	4	Quando a IES apresenta sistema adequadamente informatizado de gestão acadêmica dos alunos de EAD, com controle dos processos respectivos, integrados ao sistema geral de gestão acadêmica.
	3	Quando a IES apresenta sistema suficiente de gestão acadêmica dos alunos de EAD, com controle dos processos respectivos.
	2	Quando a IES apresenta sistema insuficiente de gestão acadêmica dos alunos de EAD.
	1	Quando a IES não apresenta (ou apresenta de maneira precária) sistema de gestão acadêmica dos alunos de EAD.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)	5	Quando a IES tem sistema pleno de controle de produção e distribuição de material didático, com equipe técnica dedicada, bem como dispõe de estratégias alternativas para atender aos estudantes em situações diversas e adversas.
	4	Quando a IES tem sistema adequado de controle de produção e distribuição de material didático, com equipe técnica dedicada.
	3	Quando a IES tem sistema adequado de controle de produção e distribuição de material didático, com equipe técnica dedicada.
	2	Quando a IES tem sistema de controle de produção e distribuição de material didático insuficiente ou que tem potencial insuficiente de atendimento à demanda real.
	1	Quando a IES não tem sistema de controle de produção e distribuição de material didático.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.12. Recursos financeiros	5	Quando, à luz das evidências locais, a instituição demonstra possuir recursos financeiros para realizar plenamente os investimentos previstos no seu PDI.
	4	Quando, à luz das evidências locais, a instituição demonstra possuir recursos financeiros adequados para realizar os principais investimentos previstos no seu PDI.
	3	Quando, à luz das evidências locais, a instituição demonstra possuir recursos financeiros suficientes para os investimentos mínimos previstos no seu PDI.
	2	Quando, à luz das evidências locais, a instituição demonstra possuir recursos financeiros insuficientes para realizar os investimentos previstos no seu PDI.

³⁰⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Sistema de gestão de atos acadêmicos. Sistema informatizado que possibilita o controle de todas as operações resultantes dos atos acadêmicos, garantido precisão e rapidez no gerenciamento e acessibilidade das informações da IES”.

	1	Quando, à luz das evidências locais, a instituição demonstra não possuir recursos financeiros para os investimentos previstos no seu PDI.
--	---	---

Dimensão 2: Corpo Social

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1. Programa para formação e capacitação permanente dos docentes	5	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos docentes e de acompanhamento de seus trabalhos, com plenas condições de implementação.
	4	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos docentes e de acompanhamento de seus trabalhos, com adequadas condições de implementação.
	3	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos docentes e de acompanhamento de seus trabalhos, com condições suficientes de implementação.
	2	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos docentes e de acompanhamento de seus trabalhos, com condições insuficientes de implementação.
	1	Quando não existe previsão de política de capacitação para a educação a distância e de acompanhamento do trabalho dos docentes, ou existem, mas de maneira precária.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2. Programa para formação e capacitação permanente dos tutores	5	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos tutores e de acompanhamento de seus trabalhos, com plenas condições de implementação.
	4	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos tutores e de acompanhamento de seus trabalhos, com adequadas condições de implementação.
	3	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos tutores e de acompanhamento de seus trabalhos, com condições suficientes de implementação.
	2	Quando existe previsão de política de capacitação para a educação a distância dos tutores e de acompanhamento de seus trabalhos, com condições insuficientes de implementação.
	1	Quando não existe (ou existem, mas de maneira precária) previsão de política de capacitação para a educação a distância e de acompanhamento do trabalho dos tutores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3. Produção científica ³⁰⁹	5	Quando há plena previsão de política de estímulo à produção científica.
	4	Quando há adequada previsão de política de estímulo à produção científica.
	3	Quando há previsão suficiente de política de estímulo à produção científica.
	2	Quando a política de estímulo à produção científica está insuficientemente desenhada.
	1	Quando não existe (ou existem, mas de maneira precária) política de estímulo à produção científica.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4. Titulação ³¹⁰ e formação do	5	Quando o coordenador de EAD possui doutorado e experiência de magistério superior de, no mínimo, quatro (4) anos, sendo pelo menos

³⁰⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Produção científica. Considerar como produção científica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada e produções técnicas relevantes”.

³¹⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Mestrado. Primeiro nível da pós-

coordenador de EAD da IES		três (3) anos em educação a distância.
	4	Quando o coordenador de EAD possui doutorado e experiência de magistério superior de, no mínimo, dois (2) anos em educação a distância.
	3	Quando o coordenador de EAD possui título de mestre e experiência de magistério superior de, no mínimo, um (1) ano em educação a distância.
	2	Quando o coordenador de EAD possui título de especialista e experiência de magistério superior de, no mínimo, um (1) ano em educação a distância.
	1	Quando o coordenador não possui titulação obtida em programas de pós-graduação ou não tem experiência de magistério superior de, no mínimo, um (1) ano em educação a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5. Regime de trabalho do coordenador de EAD da IES	5	Quando o regime de trabalho previsto para o coordenador de EAD contemplar, pelo menos, quarenta (40) horas semanais, plenamente dedicadas à coordenação.
	4	Quando o regime de trabalho previsto para o coordenador de EAD contemplar, pelo menos, quarenta (40) horas semanais das quais, pelo menos, vinte (20) horas semanais dedicadas à coordenação.
	3	Quando o regime de trabalho previsto para o coordenador de EAD contemplar, pelo menos, vinte (20) horas semanais dedicadas à coordenação.
	2	Quando o regime de trabalho previsto para o coordenador de EAD contemplar, pelo menos, doze (12) horas semanais dedicadas à coordenação.
	1	Quando o regime de trabalho previsto para o coordenador de EAD for inferior a doze (12) horas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.6. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão em EAD	5	Quando todos os profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão da modalidade de educação a distância.
	4	Quando, pelo menos, 80% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão da modalidade de educação a distância.
	3	Quando, pelo menos, 60% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para

graduação *stricto sensu*. Exige dissertação em determinada área de concentração e confere diploma de mestre. Nos processos de avaliação, somente serão considerados os títulos de mestrado, obtidos em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, reconhecidos pela CAPES, ou títulos revalidados por universidades brasileiras. Mestrado (profissional). Mestrado dirigido à formação profissional, com estrutura curricular clara e consistentemente vinculada à sua especificidade, articulando o ensino com a aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, admitido o regime de dedicação parcial. Exige apresentação de trabalho final sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área e os fins do curso. Confere diploma. Nos processos de avaliação, somente serão considerados os títulos de mestrado obtidos e Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, reconhecidos pela CAPES, ou títulos revalidados por universidades brasileiras. Doutorado. Segundo nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Nos processos de avaliação, somente serão considerados os títulos de doutorado, obtidos em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, reconhecidos pela CAPES, ou títulos revalidados por universidades brasileiras. Especialização (Pós-graduação *lato sensu*). Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, e, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 1/2007)".

		atuar na gestão da modalidade de educação a distância.
	2	Quando, pelo menos, 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão da modalidade de educação a distância.
	1	Quando menos de 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um ano para atuar na gestão da modalidade de educação a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.7. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD	5	Quando todos os profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD.
	4	Quando, pelo menos, 80% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD.
	3	Quando, pelo menos, 60% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD.
	2	Quando, pelo menos, 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD.
	1	Quando menos de 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.8. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de produção de material didático para EAD	5	Quando todos os profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de produção de material didático para EAD.
	4	Quando, pelo menos, 80% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de produção de material didático para EAD.
	3	Quando, pelo menos, 60% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de produção de material didático para EAD.
	2	Quando, pelo menos, 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de produção de material didático para EAD.
	1	Quando menos de 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de produção de material didático para EAD.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.9. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos polos de apoio presencial	5	Quando todos os profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão de um sistema de bibliotecas com diferentes unidades.
	4	Quando, pelo menos, 80% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos um (1) ano, para atuar na gestão de um sistema de bibliotecas com diferentes unidades.
	3	Quando, pelo menos, 60% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão de um sistema de bibliotecas com diferentes unidades.
	2	Quando, pelo menos, 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão de um sistema de bibliotecas com diferentes unidades.
	1	Quando menos de 30% dos profissionais técnico-administrativos têm qualificação ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão de um sistema de bibliotecas com diferentes unidades.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.10. Regime de trabalho ³¹¹	5	Quando todo pessoal técnico-administrativo atuante na EAD têm previsão de contrato em tempo parcial ou integral.
	4	Quando, pelo menos, 80% do pessoal técnico-administrativo atuante na EAD têm previsão de contrato em tempo integral e os demais em tempo parcial.
	3	Quando, pelo menos, 60% do pessoal técnico-administrativo atuante na EAD têm previsão de contrato em tempo integral e os demais em tempo parcial.
	2	Quando menos de 60% do pessoal técnico-administrativo atuante na EAD têm previsão de contrato em tempo integral.
	1	Quando não há previsão de contrato em regime de tempo parcial ou integral para pessoal técnico-administrativo.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.11. Política para formação e capacitação permanentes do corpo técnico-administrativo	5	Quando existe previsão de políticas de capacitação para a educação a distância e de acompanhamento do trabalho, com plenas condições de implementação.
	4	Quando existe previsão de políticas de capacitação para a educação a distância e de acompanhamento do trabalho, com adequadas condições de implementação.
	3	Quando existe previsão de políticas de capacitação para a educação a distância, e de acompanhamento do trabalho, com suficientes condições de implementação.
	2	Quando existe previsão de políticas de capacitação para a educação a distância e de acompanhamento do trabalho, com insuficientes condições de implementação.
	1	Quando não existe (ou existe, mas de maneira precária) previsão de políticas de capacitação e de acompanhamento para a educação a distância.

Dimensão 3: Instalações Físicas

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1. Instalações administrativas	5	Quando as instalações administrativas envolvidas nas atividades de EAD atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	4	Quando as instalações administrativas envolvidas nas atividades de EAD atendem, adequadamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	3	Quando as instalações administrativas envolvidas nas atividades de EAD atendem, suficientemente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	2	Quando as instalações administrativas envolvidas nas atividades de

³¹¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Docentes em tempo integral. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (artigo 69, Decreto nº 5.773/2006). Observação: Nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que, pelo menos, 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. Docentes em tempo parcial. Docentes contratados com doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos. Docentes horistas. Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho definidos neste glossário”.

		EAD atendem, insuficientemente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	1	Quando as instalações administrativas envolvidas nas atividades de EAD são precárias.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2. Infraestrutura de serviços	5	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços plenamente adequados ao atendimento do corpo social envolvido nas atividades de EAD como, por exemplo, alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, entre outros.
	4	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços adequados ao atendimento do corpo social envolvido nas atividades de EAD como, por exemplo, alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, entre outros.
	3	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços suficientes ao atendimento do corpo social envolvido nas atividades de EAD como, por exemplo, alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, entre outros.
	2	Quando há previsão, na instituição ou em suas proximidades, de infraestrutura de serviços insuficientes ao atendimento do corpo social envolvido nas atividades de EAD como, por exemplo, alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, entre outros.
	1	Quando não é prevista a implantação de infraestrutura de serviços ao atendimento do corpo social envolvido nas atividades de EAD como, por exemplo, alimentação, transportes, comunicação, estacionamento, entre outros.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3. Recursos de tecnologias de informação e comunicação ³¹² (audiovisuais e multimídia)	5	Quando a IES comprova os recursos de TIC (audiovisuais, incluindo multimídia) em quantidades plenamente satisfatórias para atender às necessidades de professores, tutores, técnicos e estudantes envolvidos nas atividades de EAD.
	4	Quando a IES comprova os recursos de TIC (audiovisuais, incluindo multimídia) em quantidades adequadas para atender às necessidades de professores, tutores, técnicos e estudantes envolvidos nas atividades de EAD.
	3	Quando a IES comprova os recursos de TIC (audiovisuais, incluindo multimídia) em quantidades suficientes para atender às necessidades de professores, tutores, técnicos e estudantes envolvidos nas atividades de EAD.
	2	Quando a IES comprova os recursos de TIC (audiovisuais, incluindo multimídia) em quantidades insuficientes para atender às necessidades de professores, tutores, técnicos e estudantes envolvidos nas atividades de EAD.
	1	Quando a IES não comprova (ou comprova de maneira precária) os recursos de TIC (audiovisuais, incluindo multimídia) ou em quantidades insuficientes para atender às necessidades de professores, tutores, técnicos e estudantes envolvidos nas atividades de EAD.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4. Plano de expansão e atualização de	5	Quando existe plano de expansão e de atualização de equipamentos envolvidos nas atividades de EAD, previsto no PDI, com plena capacidade de execução.

³¹² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC. Compreendem soluções tecnológicas para a informação e a comunicação na educação a distância. Ex: Internet, teleconferências, *softwares* educativos e qualquer outra ferramenta tecnológica correlata”.

equipamentos	4	Quando existe plano de expansão e de atualização de equipamentos envolvidos nas atividades de EAD, previsto no PDI, com capacidade de demonstrar sua execução de maneira adequada.
	3	Quando existe plano de expansão e de atualização de equipamentos previsto no PDI, envolvidos nas atividades de EAD, com capacidade de demonstrar sua execução de maneira suficiente.
	2	Quando existe plano de expansão e de atualização de equipamentos previsto no PDI, envolvidos nas atividades de EAD, com capacidade insuficiente de demonstrar sua execução.
	1	Quando não existe (ou existe, mas de maneira precária) plano de expansão e de atualização de equipamentos envolvidos nas atividades de EAD.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5. Biblioteca: instalações para gerenciamento central das bibliotecas dos polos de apoio presencial e manipulação dos respectivos acervos	5	Quando as instalações para o gerenciamento central das bibliotecas dos polos de apoio presencial e manipulação central do acervo, que atendem os polos de apoio presencial, satisfazem plenamente os requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	4	Quando as instalações para o gerenciamento central das bibliotecas dos polos de apoio presencial e manipulação central do acervo, que atendem aos polos de apoio presencial, satisfazem adequadamente os requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	3	Quando as instalações para o gerenciamento central das bibliotecas dos polos de apoio presencial e manipulação central do acervo, que atendem os polos de apoio presencial, têm condições suficientes nos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	2	Quando as instalações para o gerenciamento central das bibliotecas dos polos de apoio presencial e manipulação central do acervo, que atendem os polos de apoio presencial, satisfazem, insuficientemente, os requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.
	1	Quando as instalações para o gerenciamento e manipulação do acervo dos polos de apoio presencial são precárias.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Biblioteca: informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos de apoio presencial)	5	Quando a informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos de apoio presencial) atende plenamente as necessidades de registro e de utilização.
	4	Quando a informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos de apoio presencial) atende adequadamente as necessidades de registro e de utilização.
	3	Quando a informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos de apoio presencial) atende suficientemente as necessidades de registro e de utilização.
	2	Quando a informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos de apoio presencial) atende insuficientemente as necessidades de registro e de utilização.
	1	Quando não há informatização do sistema de bibliotecas, ou há, mas são precárias.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7. Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do	5	Quando a instituição apresenta uma excelente política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos polos de apoio presencial, considerando a proposta pedagógica dos cursos e a demanda dos docentes.
	4	Quando a instituição apresenta uma adequada política de aquisição,

acervo das bibliotecas dos polos de apoio presencial		expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos polos de apoio presencial, considerando a proposta pedagógica dos cursos e a demanda dos docentes.
	3	Quando a instituição apresenta uma suficiente política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos polos de apoio presencial, considerando a proposta pedagógica dos cursos e a demanda dos docentes.
	2	Quando a instituição apresenta uma política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos polos de apoio presencial insuficiente considerando a proposta pedagógica dos cursos e a demanda dos docentes.
	1	Quando a instituição não apresenta (ou apresente de maneira precária) política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas dos polos de apoio presencial.

ANEXO C – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
1.1. Implementação do PDI ³¹³ , considerando as metas e as ações institucionais previstas e a estrutura e os procedimentos administrativos	Quando as propostas constantes do PDI estão sendo adequadamente implementadas, com as funções, os órgãos e os sistemas de administração/gestão adequados ao funcionamento dos cursos e das demais ações existentes, e à efetiva implantação das ações e dos cursos previstos.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
1.2. Articulação entre o PDI e os processos de avaliação institucional (auto-avaliação e avaliações externas)	Quando os resultados da auto-avaliação e das avaliações externas são adequadamente utilizados como subsídios para a revisão permanente do PDI, e constata-se a existência de ações acadêmicas e administrativas consequentes aos processos avaliativos.

Dimensão 2: A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
2.1. Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais	Quando as políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas IES ³¹⁴ estão coerentes com o PDI.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
2.2. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização	Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade presencial, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
2.3. Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização	Quando as atividades realizadas nos cursos de graduação e cursos sequenciais (quando for o caso), na modalidade a distância, garantem os referenciais mínimos de qualidade desses cursos.

³¹³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às estratégias para atingir suas metas e objetivos, à sua estrutura organizacional, ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios, e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras (Decreto nº 5.773/2006)”.

³¹⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Instituição de Ensino Superior – IES. Entidade, pública ou privada, que oferece cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia), também podendo ofertar cursos de pós-graduação e de extensão”.

<i>(indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância³¹⁵)</i>	
---	--

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
2.4. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (<i>lato sensu e stricto sensu</i>), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização (<i>igual forma para faculdades, universidades e centros universitários</i>)	Quando as atividades realizadas nos cursos de pós-graduação (<i>lato sensu e stricto sensu</i>), na modalidade presencial, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade, observam rigorosos critérios de qualidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, a IES possui pelo menos 04 (quatro) programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , todos recomendados pela CAPES, havendo, dentre estes, no mínimo, um curso de doutorado.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
2.5. Políticas institucionais para cursos de pós-graduação <i>lato sensu e stricto sensu</i> na modalidade a distância, e suas formas de operacionalização (<i>indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância</i>)	Quando as atividades realizadas na pós-graduação <i>lato sensu e stricto sensu</i> , na modalidade a distância, observam os referenciais de qualidade desses cursos, resultam de diretrizes de ações, são acessíveis ao conhecimento da comunidade e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
2.6. Políticas institucionais de pesquisa e de iniciação científica e suas formas de operacionalização	Quando as atividades de pesquisa e de iniciação científica resultam de diretrizes de ações, e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, com participação de número significativo de professores e estudantes.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
2.7. Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social	Quando as atividades de extensão resultam de diretrizes de ações adequadamente implantadas e acompanhadas; além disso, verifica-se a sua relevância acadêmica, científica e social no entorno institucional, e a sua vinculação com a formação acadêmica do aluno.

Dimensão 3: A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
3.1. Coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes dos documentos oficiais	Quando as ações de responsabilidade social praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
3.2. Relações da IES com a sociedade; setor público, setor privado e mercado de trabalho	Quando as relações da IES com os setores da sociedade resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas, incluindo ações para o desenvolvimento

³¹⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “EAD – Educação a Distância. Processo de ensino-aprendizagem organizado de forma que professores e alunos, mesmo separados fisicamente, se comuniquem por meio de tecnologias de informação e comunicação. Esta separação pode aplicar-se a todo processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios, devendo também envolver estudos presenciais. A educação a distância implica em novos papéis para alunos e professores, novas atitudes e enfoques metodológicos”.

	socioeconômico e educacional da região.
--	---

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
3.3. Relações da IES com a sociedade: inclusão social	Quando as ações da IES com vistas à inclusão social resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
3.4. Relações da IES com a sociedade: defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural	Quando as ações da IES com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística resultam de diretrizes institucionais e estão adequadamente implantadas e acompanhadas.

Dimensão 4: A comunicação com a sociedade

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
4.1. Coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais	Quando as ações de comunicação com a sociedade praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
4.2. Comunicação interna e externa	Quando os canais de comunicação e sistemas de informação para a interação interna e externa funcionam adequadamente, são acessíveis às comunidades interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
4.3. Ouvidoria ³¹⁶	Quando a ouvidoria está implantada, funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispõe de pessoal e infraestrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

Dimensão 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
5.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais	Quando as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e as condições de trabalho praticadas pelas IES estão coerentes com o PDI.

³¹⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Ouvidoria. Função da Ouvidoria: receber, analisar, encaminhar e responder ao cidadão/ usuário suas demandas; fortalecer a cidadania ao permitir a participação do cidadão; garantir ao cidadão o direito à informação. Forma de Atuação: ouvir as reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer as dúvidas sobre os serviços prestados; receber, analisar e encaminhar as manifestações dos cidadãos aos setores responsáveis; acompanhar as providências adotadas, cobrando soluções e mantendo o cidadão informado; responder com clareza as manifestações dos usuários no menor prazo possível. Quem é o Ouvidor? É um docente ou técnico-administrativo facilitador das relações entre o cidadão e a instituição. Função do Ouvidor: estabelecer canais de comunicação de forma aberta, transparente e objetiva, procurando sempre facilitar e agilizar as informações; agir com transparência, integridade e respeito; atuar com agilidade e precisão; exercer suas atividades com independência e autonomia, buscando a desburocratização; fomentar a participação do cidadão no controle e decisão dos atos praticados pelo gestor público”.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
5.2. Formação do corpo docente	<p>Universidades e Centros Universitários: Quando o corpo docente da IES tem experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES e 100% têm formação mínima em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i>; desses, 70% possuem formação mínima em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e pelo menos 20% possuem o título de doutor.</p> <p>Faculdades: Quando todo o corpo docente tem, no mínimo, formação de pós-graduação <i>lato sensu</i> e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES.</p>

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
5.3. Condições institucionais para os docentes	<p>Universidades: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, estando a IES em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um terço do corpo docente em regime de tempo integral³¹⁷ (artigo 52, Lei nº 9.394/1996).</p> <p>Centros Universitários: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica, em consonância com a legislação vigente no que se refere a regime de trabalho, ou seja, um quinto do corpo docente em regime de tempo integral (artigo 1º, Decreto nº 5.786/2006)</p> <p>Faculdades: Quando as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão implementadas e acompanhadas. Além disso, o Plano de Carreira Docente está implementado e difundido na comunidade acadêmica.</p>

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
5.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo	Quando o perfil (formação e experiência) e as políticas de capacitação do corpo técnico-administrativo estão adequados às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Além disso, o Plano de Cargos e Salários, homologado por órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, está implementado e difundido.

³¹⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Regime Horista. Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho definidos neste glossário. Regime de Tempo Integral. O regime de tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (artigo 69, Decreto nº 5.773/2006). Observação: Nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que, pelo menos, 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. Regime de Tempo Parcial. Docentes contratados com doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, gestão, extensão, planejamento, avaliação e orientação de alunos”.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
5.5. Formação do corpo de tutores ³¹⁸ presenciais e suas condições institucionais (<i>indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD</i>)	Quando o corpo de tutores presenciais tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
5.6. Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (<i>indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD</i>)	Quando o corpo de tutores a distância tem, no mínimo, graduação na área objeto da tutoria e as políticas para a sua capacitação estão implementadas e acompanhadas.

Dimensão 6: Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
6.1. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais	Quando a organização e a gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios estão coerentes com o PDI.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
6.2. Gestão institucional (considerar as especificidades da gestão de cursos a distância, quando for o caso)	Quando a gestão institucional se pauta em princípios de qualidade, e resulta de diretrizes de ações.

³¹⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Tutores (presencial e a distância). Atua junto aos estudantes sob estrita orientação e supervisão da equipe de docentes, principalmente como mediador pedagógico e facilitador nos processos de ensino-aprendizagem. É necessária (deve possuir) formação em nível superior, preferencialmente na área do curso onde atuará. Há duas categorias de tutores, em função do local de atuação, bem como das atribuições nos processos de mediação pedagógica, cujas denominações não implicam a determinação de um modelo pedagógico específico, pois servem apenas para referenciar seu local de atuação, podendo inclusive variar conforme diferentes modelos de cursos a distância: Tutor a distância – quando o seu local de atuação é a sede da instituição ofertante, isto é, fica ‘a distância’ dos estudantes. Atua em contato mais próximo com aos docentes, em disciplina específica, com as seguintes atribuições: orientação de estudantes em seus estudos relativos à disciplina específica, esclarecimento de dúvidas específicas e, em geral, auxilia nas atividades de avaliação. No tocante à rede de comunicação interativa, é responsável pela promoção de espaços de construção coletiva de conhecimento, com as atividades de fóruns de discussão, encontros virtuais, atividades culturais, videoconferências, salas de conversação (chat), correios eletrônicos, mediação por telefone (0800), entre outros. Acompanha a frequência e a participação dos alunos nas diversas atividades, bem como seleciona material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos. Também fazem parte de suas atribuições conduzir processos avaliativos de ensino-aprendizagem, além de participar dos trabalhos de planejamento e redirecionamento do projeto pedagógico do curso junto aos docentes. Tutor presencial – quando seu principal local de atuação é no polo de apoio presencial, junto aos estudantes. Atende os estudantes no polo, especialmente no desenvolvimento das atividades acadêmicas, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, notadamente quanto ao uso das tecnologias de comunicação e informação disponíveis. Auxilia nos momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e apresentação de trabalhos, atividades coletivas ou individuais, dentre outras. O tutor presencial deve ser capacitado para lidar com as especificidades da educação a distância em sintonia com o projeto pedagógico do curso, do material didático e do conteúdo específico das disciplinas. Deve manter-se em comunicação permanente com os tutores a distância, com os docentes e com a equipe pedagógica do curso. O tutor também pode receber outras denominações: professor-tutor, orientador acadêmico, tutor-orientador, monitor acadêmico, animador, etc.”.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
6.3. Funcionamento, representação e autonomia dos conselhos superiores	Quando o funcionamento e a representatividade dos conselhos superiores cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
6.4. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso	Quando o funcionamento e a representatividade nos colegiados de curso, ou equivalentes, cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

Dimensão 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
7.1. Coerência infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais	Quando a infraestrutura física da IES, especialmente a de ensino e pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação, está coerente com a especificada no PDI.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
7.2. Instalações gerais	Quando há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa (quando for o caso), para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, e para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
7.3. Instalações gerais nos polos ³¹⁹ para educação a distância (<i>indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD</i>)	Quando há, nos polos para educação a distância, instalações gerais para o ensino e para a pesquisa (quando for o caso), incluindo laboratórios, em quantidade e qualidade adequadas.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
7.4. Biblioteca: acervo, serviços ³²⁰ e espaço físico	Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca(s).

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
7.5. Bibliotecas dos polos para educação a distância: acervo, serviços e espaço físico (<i>indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EAD</i>)	Quando podem ser verificadas ações adequadas de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços da(s) biblioteca(s).

Dimensão 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
8.1. Coerência do planejamento e da avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional com o	Quando o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional da IES estão coerentes

³¹⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Polo de apoio presencial. É um espaço físico para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de cursos a distância”.

³²⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Serviços da biblioteca. Incluem-se entre os serviços da biblioteca: sistema de informatização, reservas de livros pela Internet, empréstimo domiciliar, cópias de documentos internamente na IES, oferta de serviço de comutação bibliográfica no País e no exterior e outros”.

estabelecido em documentos oficiais	com o especificado no PDI.
-------------------------------------	----------------------------

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
8.2. Auto-avaliação institucional	Quando a Comissão Própria de Avaliação ³²¹ está implantada e funciona adequadamente, há efetiva participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de auto-avaliação institucional, e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
8.3. Planejamento e ações acadêmico-administrativas a partir dos resultados das avaliações	Quando a IES implementa adequadamente ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados da auto-avaliação e das avaliações externas.

Dimensão 9: Políticas de atendimento aos discentes

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
9.1. Coerência das políticas de atendimento aos discentes com o estabelecido em documentos oficiais	Quando as políticas de atendimento aos discentes da IES estão coerentes com as especificadas no PDI.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos	Quando os programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes, de realização de atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais, e de divulgação da sua produção estão implantados e adequados.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
9.3. Condições institucionais de atendimento ao discente	Quando se verifica a adequação das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) praticadas pela IES e há adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada	Quando existem mecanismos adequados para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida; além disso, a opinião dos empregadores dos egressos é utilizada para revisar o plano e os programas e existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos.

Dimensão 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
10.1. Coerência da sustentabilidade financeira	Quando a sustentabilidade financeira da IES está

³²¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “CPA – Comissão Própria de Avaliação. É uma comissão interna da IES que tem atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP (artigo 11, Lei nº 10.861/2004)”.

apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais	coerente com a especificada no PDI.
--	-------------------------------------

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
10.2. Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos	Quando se verifica a adequação entre a proposta de desenvolvimento da IES, incluindo-se a captação de recursos, e o orçamento previsto, a compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis, e existe controle entre as despesas efetivas e as referentes à despesa corrente, de capital e de investimento.

Indicador	Conceito Referencial Mínimo de Qualidade
10.3. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão	Quando existem políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico necessárias à adequada implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.

ANEXO D – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – BACHARELADOS, LICENCIATURAS E CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1. Contexto educacional	1	Quando o PPC ³²² não contempla as demandas efetivas de natureza econômica e social ³²³ .
	2	Quando o PPC contempla, de maneira insuficiente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	3	Quando o PPC contempla, de maneira suficiente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	4	Quando o PPC contempla, muito bem, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	5	Quando o PPC contempla, de maneira excelente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2. Políticas institucionais ³²⁴ no âmbito do curso	1	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI ³²⁵ não estão previstas ³²⁶ /implantadas ³²⁷ , no âmbito do curso.
	2	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas de maneira insuficiente, no âmbito do curso.
	3	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão

³²² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Projeto Pedagógico de Curso – PPC. É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais, com base nas DCN. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso”.

³²³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Natureza econômica e social da região. Características que definem as questões econômicas e sociais da região no País onde a IES/curso está sendo desenvolvido”.

³²⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Políticas Institucionais. Políticas desenvolvidas no âmbito institucional com o propósito de atender a missão proposta pela IES”.

³²⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho; à missão a que se propõe; às estratégias para atingir suas metas e objetivos; à sua estrutura organizacional e ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras (Decreto nº 5.773/2006)”.

³²⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Previsto(a). Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de autorização de curso”.

³²⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Implantado(a). Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso ou quando se trata de exigência de infraestrutura já disponível na autorização de curso”.

		previstas/implantadas de maneira suficiente, no âmbito do curso.
	4	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão muito bem previstas/implantadas, no âmbito do curso.
	5	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas de maneira excelente, no âmbito do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3. Objetivos do curso	1	Quando os objetivos do curso não apresentam coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular ³²⁸ e contexto educacional.
	2	Quando os objetivos do curso apresentam insuficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	3	Quando os objetivos do curso apresentam suficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	4	Quando os objetivos do curso apresentam muito boa coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	5	Quando os objetivos do curso apresentam excelente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4. Perfil profissional do egresso	1	Quando o perfil profissional não expressa as competências ³²⁹ do egresso.
	2	Quando o perfil profissional expressa, de maneira insuficiente, as competências do egresso.
	3	Quando o perfil profissional expressa, de maneira suficiente, as competências do egresso.
	4	Quando o perfil profissional expressa, muito bem, as competências do egresso.
	5	Quando o perfil profissional expressa, de maneira excelente, as competências do egresso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.5. Estrutura curricular	1	Quando a estrutura curricular prevista/implantada não contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade ³³⁰ , interdisciplinaridade ³³¹ , compatibilidade da carga horária total (em

³²⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Estrutura curricular. Estrutura curricular é composta por vários elementos necessários para constituir a matriz e a proposta curricular do curso de graduação seguindo o Projeto Pedagógico do Curso tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais”.

³²⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Competências. Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações”.

³³⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Flexibilidade. Qualidade daquilo que é flexível representado em aptidão para trabalhos e estudos de natureza diversa envolvendo ações pedagógicas”.

³³¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Interdisciplinaridade. É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado”.

		horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade ³³² .
	2	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira insuficiente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.
	3	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.
	4	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, muito bem, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.
	5	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6. Conteúdos curriculares	1	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados não possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia.
	2	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira insuficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia.
	3	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira suficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia.
	4	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, muito bem, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia.
	5	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira excelente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), adequação da bibliografia.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

³³² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Mecanismos de familiarização com a modalidade EAD. O discente deverá ser informado sobre os processos acadêmicos previstos para a modalidade a distância, bem como dos mecanismos de comunicação e de interação que serão disponibilizados. Nesse sentido, são fundamentais as capacitações e formações específicas, ao longo do curso, para a familiarização em EAD. É importante considerar que a democratização da educação pressupõe igualdade de acesso e de condições da oferta dos cursos e a elaboração dos recursos didáticos deverá prever as devidas adaptações para os alunos portadores de deficiências”.

1.7. Metodologia ³³³	1	Quando as atividades pedagógicas não apresentam coerência com a metodologia prevista/implantada.
	2	Quando as atividades pedagógicas apresentam insuficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	3	Quando as atividades pedagógicas apresentam suficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	4	Quando as atividades pedagógicas apresentam muito boa coerência com a metodologia prevista/implantada.
	5	Quando as atividades pedagógicas apresentam excelente coerência com a metodologia prevista/implantada.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.8. Estágio curricular supervisionado ³³⁴ (*)	1	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado não está regulamentado/institucionalizado.
	2	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	3	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	4	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	5	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.

(*) NSA³³⁵ para cursos que não contemplam estágio no PPC e que, ou não possuem diretrizes curriculares nacionais³³⁶, ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de estágio supervisionado.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.9. Atividades complementares (*)	1	Quando as atividades complementares previstas/implantadas não estão regulamentadas/institucionalizadas.
	2	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga

³³³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Metodologia. Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada e rigorosa da ação desenvolvida no método de um processo de ensino ou de um trabalho de pesquisa”.

³³⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Estágio Curricular Supervisionado. Período durante o qual um estudante exerce uma atividade temporária com vista à sua formação ou aperfeiçoamento profissional e que compõe a matriz curricular e é supervisionado por docentes do curso de graduação”.

³³⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “NSA – Não se aplica. Não se aplica ao curso ou indicador específico”.

³³⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs. São normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE que asseguram a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das IES na elaboração dos Projetos Pedagógicos de seus cursos. As DCNs têm origem na LDB e constituem referenciais para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos, possibilitando definir múltiplos perfis profissionais e privilegiando as competências e habilidades a serem desenvolvidas (Parecer CNE/CES nº 67/2003). Os currículos dos cursos devem apresentar coerência com as DCNs no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à articulação teoria e prática, assim como aos conteúdos obrigatórios, à distribuição da carga horária entre os núcleos de formação geral/básica e profissional, às atividades complementares e às atividades desenvolvidas no campo profissional”.

		horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	3	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	4	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão muito bem regulamentadas/institucionalizadas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	5	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

(*) NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC e que, ou não possuem diretrizes curriculares nacionais, ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de atividades complementares.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC) (*)	1	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado não está regulamentado/institucionalizado.
	2	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação ³³⁷ e coordenação.
	3	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação e coordenação.
	4	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação e coordenação.
	5	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação e coordenação.

(*) NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC e que, ou não possuem diretrizes curriculares nacionais, ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de TCC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.11. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	1	Quando não há ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira insuficiente.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras) no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira suficiente.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão muito bem previstas/implantadas.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC

³³⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Orientação de TCC. Acompanhamento dedicado aos estudantes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado pelos docentes do curso”.

		e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira excelente.
--	--	--

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.12. Atividades de tutoria ³³⁸ (*)	1	Quando não há o desenvolvimento de atividades de tutoria (presencial e a distância).
	2	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira insuficiente, as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	3	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira suficiente, as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	4	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem muito bem as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	5	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira excelente, as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.13. Tecnologias de informação e comunicação – TIC ³³⁹ – no processo ensino-aprendizagem (*)	1	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem não permitem executar o projeto pedagógico do curso.
	2	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira insuficiente, o projeto pedagógico do curso.
	3	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira suficiente, o projeto pedagógico do curso.

³³⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Tutoria a Distância. O tutor a distância atua a partir da instituição mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes e referenciado aos polos de apoio presencial. São atribuições do tutor a distância: esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem. Tutoria Presencial. O tutor presencial atende os alunos nos polos, em horários preestabelecidos. São atribuições do Tutor presencial: auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis; participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam”.

³³⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação. São recursos didáticos elaborados para Internet que atendam as especificidades da modalidade de EAD (dialogicidade, construção da autonomia e linguagem própria), em consonância com o projeto pedagógico do curso, e os materiais educacionais que atendam a abordagem interdisciplinar e contextualizada que favoreçam a integração dos conteúdos ofertados no âmbito do curso. Em sentido mais amplo, compreendem mídias, recursos e ferramentas desenvolvidos ao longo do tempo, e respectivos procedimentos e metodologias de utilização, que viabilizam a comunicação e veiculação de informação. Aplicadas ao ensino a distância, são os recursos que criam os meios necessários ao desenvolvimento da comunicação entre os sujeitos, basicamente envolvendo tutores, professores e estudantes. As TICs são constituídas por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (*softwares*), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros. Com a constante integração de mídias em aparelhos eletrônicos, as TIC também se configuram com a combinação dos elementos citados. Constituem-se importante pilar da educação a distância como modalidade educacional, pois a mediação didático-pedagógica nos processos acadêmicos ocorre, também, com a utilização de das tecnologias de informação e comunicação (TIC), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

	4	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, muito bem, o projeto pedagógico do curso.
	5	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira excelente, o projeto pedagógico do curso.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.14. Material didático institucional (*)	1	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes não permite executar a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância.
	2	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes permite executar, de maneira insuficiente, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.
	3	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, permite executar, de maneira suficiente, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.
	4	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes permite executar, muito bem, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.
	5	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes permite executar, de maneira excelente, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância. Para fins de autorização, considerar o material didático disponibilizado para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.15. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes ³⁴⁰ (*)	1	Quando não há mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.
	2	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes. previstos/implantados atendem, de maneira insuficiente, às propostas do curso.
	3	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes. previstos/implantados atendem, de maneira suficiente, às propostas do curso.
	4	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes. previstos/implantados atendem muito bem às propostas do curso.
	5	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.

³⁴⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Mecanismo de interação entre Docentes, Tutores e Discentes. Compõem o conjunto de estruturas de tecnologia de informação e comunicação (TIC) e respectivos procedimentos e formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem (que são, basicamente, os docentes, tutores e discentes), no contexto da oferta do curso superior na modalidade a distância. Justificam-se uma vez que os sujeitos deverão estabelecer comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos. O PPC deve explicitar esses mecanismos de modo a possibilitar ao discente a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências. Não basta garantir as estruturas tecnológicas de (TIC), elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos”.

		previstos/implantados atendem, de maneira excelente, às propostas do curso.
--	--	---

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.16. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	1	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem não atendem à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	2	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira insuficiente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	3	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira suficiente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	4	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, muito bem, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	5	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira excelente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.17. Número de vagas	1	Quando o número de vagas previsto/implantado não corresponde à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES ³⁴¹ .
	2	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira insuficiente, à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.
	3	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira suficiente, à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.
	4	Quando o número de vagas previsto/implantado atende muito bem à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.
	5	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira excelente, à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.18. Integração com as redes públicas de ensino (*)	1	Quando não existem ações ou convênios que promovam integração com creches/escolas da rede pública.
	2	Quando as ações ou convênios que promovam integração com creches/escolas da rede pública estão previstos/implantados de maneira insuficiente na forma de abrangência e consolidação.
	3	Quando as ações ou convênios que promovam integração com creches/escolas da rede pública estão previstos/implantados, com abrangência e consolidação suficiente.
	4	Quando as ações ou convênios que promovam integração com creches/escolas da rede pública estão muito bem previstos/implantados, com abrangência e consolidação.
	5	Quando as ações ou convênios que promovam integração com creches/escolas da rede pública estão previstos/implantados, com abrangência e consolidação excelente.

³⁴¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Instituição de Educação Superior – IES. São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas), pós-graduação e extensão”.

(*) Obrigatório para os cursos de licenciaturas, NSA para os demais.

Dimensão 2: Corpo Docente (e Tutorial – exclusivo para cursos a distância)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE ³⁴²	1	Quando o NDE não está previsto/implantado.
	2	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	3	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	4	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	5	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2. Atuação do coordenador	1	Quando não há atuação do coordenador do curso.
	2	Quando a atuação do coordenador é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	3	Quando a atuação do coordenador é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	4	Quando a atuação do coordenador é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	5	Quando a atuação do coordenador é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3. Experiência do coordenador do curso em cursos a distância (*)	1	Quando o coordenador possui menos de 1 ano de experiência em cursos a distância.
	2	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 1 ano e menor que 2 anos.
	3	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 2 anos e menor que 3 anos.
	4	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 3 anos e menor que 4 anos.
	5	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 4 anos.

(*) Indicador específico para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4. Experiência profissional ³⁴³ , de	1	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, menor que 1 ano.

³⁴² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Núcleo Docente Estruturante – NDE. Conjunto de professores, composto por pelo menos cinco docentes do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução CONAES nº 1/2010)”.

³⁴³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Experiência Profissional. Conhecimento adquirido por práticas, estudos, observações e experimentações ao longo da vida profissional de um indivíduo/docente”.

magistério superior ³⁴⁴ e de gestão acadêmica ³⁴⁵ do coordenador	2	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 1 ano e menor que 4 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	3	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 4 anos e menor que 7 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	4	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 7 anos e menor que 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	5	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5. Regime de trabalho ³⁴⁶ do coordenador do curso (*)	1	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do coordenador não é de tempo parcial ou integral; ou a relação entre o número de vagas anuais ³⁴⁷ previstas/autorizadas ³⁴⁸ e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 25, ou não é respeitado o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	2	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 20 e menor ou igual a 25, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	3	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 15 e menor ou igual a 20, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	4	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 10 e menor ou igual a 15, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.

³⁴⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Experiência no Magistério Superior. Conhecimento adquirido por práticas, estudos, observações e experimentações ao longo da vida profissional de um docente no magistério superior”.

³⁴⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Gestão Acadêmica. Organização no âmbito acadêmico da IES realizando funções de: estabelecer objetivos, planejar, analisar, conhecer e solucionar problemas, organizar e alocar recursos, tomar decisões, mensurar e avaliar”.

³⁴⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Docente Horista. Docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho. Docentes em Tempo Integral. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (artigo 69, Decreto nº 5.773/2006). Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. Docentes em Tempo Parcial. Docentes contratados com 20 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservados pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos”.

³⁴⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Vagas anuais. Número total de vagas disponibilizadas nos processos seletivos constantes dos editais oferecidas expedidos pela instituição”.

³⁴⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Vagas anuais autorizadas. Número de lugares destinados ao ingresso de estudantes em curso superior, expressas em ato autorizativo, correspondente ao total anual, que a instituição pode distribuir em mais de um processo seletivo. No caso das instituições autônomas, consideram-se autorizadas as vagas aprovadas pelos colegiados acadêmicos competentes e regularmente informadas ao Ministério da Educação, na forma do artigo 28 do Decreto nº 5.773/2006”.

	5	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é menor ou igual a 10, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
--	---	--

(*) NSA para cursos a distância, obrigatório para cursos presenciais.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.6. Carga horária de coordenação ³⁴⁹ de curso (*)	1	Quando a carga horária prevista/implantada para o coordenador for menor que 10 horas.
	2	Quando a carga horária prevista/implantada para o coordenador do curso for maior ou igual a 10 e menor que 15 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	3	Quando a carga horária prevista/implantada para o coordenador do curso for maior ou igual a 15 e menor que 20 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	4	Quando a carga horária prevista/implantada para o coordenador do curso for maior ou igual a 20 e menor que 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	5	Quando a carga horária prevista/implantada para o coordenador do curso for maior ou igual a 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.7. Titulação ³⁵⁰ do corpo docente ³⁵¹ do curso (*)	1	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ³⁵² é menor que 15% ou quando, destes, o percentual de doutores é menor que 30%.
	2	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 15% e menor que 30% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 30%.
	3	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 30% e menor que 50% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 30%.

³⁴⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Coordenação. Coordenação diz respeito à liderança de uma organização que compõe um sistema”.

³⁵⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Título de Doutor. Segundo nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, obtidos em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras. Título de Especialista (pós-graduação *lato sensu*). Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 1/2007). Título de Mestre. Primeiro nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional, obtidos em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, avaliado e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras”.

³⁵¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Docente. Para efeito de avaliação, considera-se docente do curso o profissional regularmente contratado pela instituição e que, no momento da visita de avaliação encontra-se vinculado em uma ou mais disciplinas do curso”.

³⁵² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “*Stricto sensu*. Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado”.

	4	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 50% e menor que 70% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 30%.
	5	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 70% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 30%.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.8. Regime de trabalho do corpo docente do curso (*)	1	Quando o percentual corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é menor que 20%.
	2	Quando o percentual corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 20% e menor que 33%.
	3	Quando o percentual corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 33% e menor que 60%.
	4	Quando o percentual corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 60% e menor que 80%.
	5	Quando o percentual corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual que 80%.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.9. Experiência profissional do corpo docente (*)	1	Quando um contingente menor que 20% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 20% e menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 80% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 80% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas. Para egressos de cursos de licenciatura, considerar também a experiência nos demais níveis de ensino.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.10. Experiência no exercício da	1	Quando um contingente menor do que 20% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da

docência na educação básica (*)		docência na educação básica.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 20% e menor que 30% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 30% e menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 50% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 50% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.

(*) Obrigatório para cursos de licenciatura, NSA para os demais. Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente (*)	1	Quando um contingente menor que 20% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 20% e menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 80% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 4 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 80% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos para bacharelados/licenciaturas ou 4 anos para cursos superiores de tecnologia.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.12. Relação entre o número de docentes (equivalente 40h em dedicação à EAD) e o número de estudantes (*)	1	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 161 vagas/estudantes matriculados ou mais.
	2	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 151 a 160 vagas/estudantes matriculados.
	3	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 141 a 150 vagas/estudantes matriculados.
	4	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 131 a 140 vagas/estudantes matriculados.
	5	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 130 vagas/estudantes matriculados ou menos.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

2.13. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente ³⁵³	1	Quando o colegiado não está previsto/implantado.
	2	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	3	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	4	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	5	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.14. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica ³⁵⁴ (*)	1	Quando pelo menos 80% dos docentes não têm nenhuma produção nos últimos 3 anos.
	2	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 1 e 4 produções, nos últimos 3 anos.
	3	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 5 e 8 produções, nos últimos 3 anos.
	4	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 9 e 12 produções, nos últimos 3 anos.
	5	Quando pelo menos 80% dos docentes têm mais de 12 produções, nos últimos 3 anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.15. Titulação e formação do corpo de tutores do curso (*)	1	Quando existem tutores não graduados.
	2	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados.
	3	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área.
	4	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área, sendo que, no mínimo, 30% têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
	5	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área, sendo que, no mínimo, 30% têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância. Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para o primeiro ano do curso (CST's) ou dois primeiros anos se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

³⁵³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, "Colegiado de curso ou equivalente. Órgão colegiado de curso é uma instância de tomada de decisões administrativas e acadêmica constituído de representação discentes e docentes".

³⁵⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, "Produção científica, cultural, artística e tecnológica. Podem ser considerados como produção científica, cultural, artística e tecnológica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem Qualis e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência".

2.16. Experiência do corpo de tutores em educação a distância (*)	1	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é menor que 40%.
	2	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 40% e menor que 50%.
	3	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 50% e menor que 60%.
	4	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 60% e menor que 70%.
	5	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 70%.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância. Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para o primeiro ano do curso (CST's) ou dois primeiros anos se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.17. Relação docentes e tutores – presenciais e a distância por estudante (*)	1	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 60.
	2	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 50 e menor ou igual a 60.
	3	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 40 e menor ou igual a 50.
	4	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 30 e menor ou igual a 40.
	5	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é menor ou igual a 30.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Dimensão 3: Infraestrutura

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1. Gabinetes de trabalho ³⁵⁵ para professores tempo integral – TI (*)	1	Quando não existem gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral.
	2	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são muito bons considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica,

³⁵⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Gabinete de Trabalho. Salas para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelos docentes, coordenadores e técnico-administrativos”.

		ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) Para fins de autorização, considerar os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral do primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos ³⁵⁶	1	Quando não existe espaço específico para as atividades de coordenação do curso.
	2	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é insuficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	3	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	4	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é muito bom, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	5	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3. Sala de professores (*)	1	Quando não existe sala de professores implantada para os docentes do curso.
	2	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) NSA para IES que possui gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso. Para fins de autorização, considerar a sala de professores implantada para os docentes do primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

³⁵⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos. Espaço para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, para coordenação do curso e serviços acadêmicos realizado pelo coordenador”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4. Salas de aula (*)	1	Quando as salas de aula implantadas no curso, não tem condição de funcionamento.
	2	Quando as salas de aula implantadas para o curso são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando as salas de aula implantadas para o curso são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando as salas de aula implantadas para o curso são muito boas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando as salas de aula implantadas para o curso são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) Para fins de autorização, considerar as salas de aula implantadas para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática (*)	1	Quando não há meios de acesso à informática implantados para o curso.
	2	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira insuficiente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	3	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira suficiente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	4	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem, muito bem, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	5	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira excelente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.

(*) Para fins de autorização, considerar os laboratórios de informática implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Bibliografia básica ³⁵⁷ (*)	1	Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para 20 ou mais vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular ³⁵⁸ .
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

(*) Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas. Nos cursos que possuem acervo virtual³⁵⁹, a proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5, passando a figurar da seguinte maneira: 3 – 13 a 19 vagas anuais; 4 – de 6 a 13 vagas anuais; 5 – menos de 6 vagas anuais.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7. Bibliografia complementar ³⁶⁰ (*)	1	Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	2	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas

³⁵⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Bibliografia básica. Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros, de caráter básico”.

³⁵⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Unidade Curricular. Unidade curricular é a unidade de ensino com objetivos de formação próprios, correntemente designados por cadeiras ou disciplinas”.

³⁵⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Acervo virtual. Acervo virtual é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto, com acesso via Internet”.

³⁶⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Bibliografia complementar. Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros, de caráter complementar”.

		formas impressa, virtual ou multimídia.
	3	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	4	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.

(*) Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.8. Periódicos especializados ³⁶¹ (*)	1	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso ³⁶² , ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	2	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	3	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	4	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	5	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.9. Laboratórios didáticos especializados ³⁶³ : quantidade (*)	1	Quando os laboratórios didáticos especializados não estão implantados; ou não existem normas de funcionamento, utilização e segurança.
	2	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira insuficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos por posto de trabalho.
	3	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos por posto de trabalho.
	4	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados, com

³⁶¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, "Periódicos especializados. Produções especializadas, ordenadas por índice, conforme regra específica".

³⁶² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, "Área do curso. Conjunto de conteúdos (grupos temáticos comuns) que compõem os diferentes campos do saber".

³⁶³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, "Laboratórios didáticos especializados. Laboratórios equipados com diversos instrumentos de medição e experimentação onde se realizam vários tipos de experiências de acordo com a área do curso".

		respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem muito bem, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos por posto de trabalho.
	5	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos por posto de trabalho.

(*) NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados. Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas. Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos. Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.10. Laboratórios didáticos especializados: qualidade (*)	1	Quando os laboratórios didáticos especializados não estão implantados; ou não existem normas de funcionamento, utilização e segurança.
	2	Quando os laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira insuficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação e atualização de equipamentos, disponibilidade de insumos.
	3	Quando os laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação e atualização de equipamentos, disponibilidade de insumos.
	4	Quando os laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem muito bem, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação e atualização de equipamentos, disponibilidade de insumos.
	5	Quando os laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação e atualização de equipamentos, disponibilidade de insumos.

(*) NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados. Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas. Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos. Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.11. Laboratórios didáticos especializados: serviços (*)	1	Quando os laboratórios didáticos especializados não estão implantados; ou não existem normas de funcionamento, utilização e segurança.
	2	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira insuficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos, atendimento à comunidade.
	3	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos, atendimento à comunidade.
	4	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem muito bem, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos, atendimento à comunidade.
	5	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados, com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, atendem de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos, atendimento à comunidade.

(*) NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados. Para fins de autorização, considerar os laboratórios didáticos especializados implantados para o primeiro ano do curso, se CST's, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas. Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos. Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.12. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) (*)	1	Quando não há sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado.
	2	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é insuficiente para atendimento à demanda real.
	3	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é suficiente para atender à demanda real.
	4	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado atende muito bem à demanda real.
	5	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é excelente para atender à demanda real.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

ANEXO E – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM DIREITO (PRESENCIAL E A DISTÂNCIA)

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1. Contexto educacional	1	Quando o PPC ³⁶⁴ não contempla as demandas efetivas de natureza econômica e social ³⁶⁵ .
	2	Quando o PPC contempla, de maneira insuficiente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	3	Quando o PPC contempla, de maneira suficiente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	4	Quando o PPC contempla, muito bem, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	5	Quando o PPC contempla, de maneira excelente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2. Políticas institucionais ³⁶⁶ no âmbito do curso	1	Quando as políticas institucionais constantes do PDI ³⁶⁷ não estão previstas ³⁶⁸ /implantadas ³⁶⁹ , no âmbito do curso.
	2	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão previstas/implantadas de maneira insuficiente, no âmbito do curso.
	3	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão previstas/implantadas de maneira suficiente, no âmbito do curso.
	4	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão muito bem previstas/implantadas, no âmbito do curso.
	5	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão previstas/implantadas de maneira excelente, no âmbito do curso.

³⁶⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Projeto Pedagógico de Curso – PPC. É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais, com base nas DCN. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso”.

³⁶⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Natureza econômica e social da região. Características que definem as questões econômicas e sociais da região no País onde a IES/corso está sendo desenvolvido”.

³⁶⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Políticas Institucionais. Políticas desenvolvidas no âmbito institucional com o propósito de atender a missão proposta pela IES”.

³⁶⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho; à missão a que se propõe; às estratégias para atingir suas metas e objetivos; à sua estrutura organizacional e ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras (Decreto nº 5.773/2006)”.

³⁶⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Previsto(a). Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de autorização de curso”.

³⁶⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Implantado(a). Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso ou quando se trata de exigência de infraestrutura já disponível na autorização de curso”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3. Objetivos do curso	1	Quando os objetivos do curso não apresentam coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular ³⁷⁰ e contexto educacional.
	2	Quando os objetivos do curso apresentam insuficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	3	Quando os objetivos do curso apresentam suficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	4	Quando os objetivos do curso apresentam muito boa coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	5	Quando os objetivos do curso apresentam excelente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4. Perfil profissional do egresso	1	Quando o perfil profissional não expressa as competências ³⁷¹ do egresso.
	2	Quando o perfil profissional expressa, de maneira insuficiente, as competências do egresso.
	3	Quando o perfil profissional expressa, de maneira suficiente, as competências do egresso.
	4	Quando o perfil profissional expressa, muito bem, as competências do egresso.
	5	Quando o perfil profissional expressa, de maneira excelente, as competências do egresso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.5. Estrutura curricular	1	Quando a estrutura curricular prevista/implantada não contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade ³⁷² , interdisciplinaridade ³⁷³ , compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade ³⁷⁴ .

³⁷⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Estrutura curricular. Estrutura curricular é composta por vários elementos necessários para constituir a matriz e a proposta curricular do curso de graduação seguindo o Projeto Pedagógico do Curso tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais”.

³⁷¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Competências. Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações”.

³⁷² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Flexibilidade. Qualidade daquilo que é flexível representado em aptidão para trabalhos e estudos de natureza diversa envolvendo ações pedagógicas”.

³⁷³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Interdisciplinaridade. É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado”.

³⁷⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Mecanismos de familiarização com a modalidade EAD. O discente deverá ser informado sobre os processos acadêmicos previstos para a modalidade a distância, bem como dos mecanismos de comunicação e de interação que serão disponibilizados. Nesse sentido, são fundamentais as capacitações e formações específicas, ao longo do curso, para a familiarização em EAD. É importante considerar que a democratização da educação pressupõe igualdade de acesso e de condições da oferta dos cursos e a elaboração dos recursos didáticos deverá prever

	2	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira insuficiente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.
	3	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.
	4	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, muito bem, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.
	5	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com esta modalidade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6. Conteúdos curriculares	1	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados não possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas).
	2	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira insuficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas).
	3	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira suficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas).
	4	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, muito bem, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas).
	5	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira excelente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas).

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.7. Metodologia ³⁷⁵	1	Quando as atividades pedagógicas não apresentam coerência com a metodologia prevista/implantada.
	2	Quando as atividades pedagógicas apresentam insuficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	3	Quando as atividades pedagógicas apresentam suficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	4	Quando as atividades pedagógicas apresentam muito boa coerência com a metodologia prevista/implantada.
	5	Quando as atividades pedagógicas apresentam excelente coerência com a metodologia prevista/implantada.

as devidas adaptações para os alunos portadores de deficiências”.

³⁷⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Metodologia. Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada e rigorosa da ação desenvolvida no método de um processo de ensino ou de um trabalho de pesquisa”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.8. Estágio curricular supervisionado ³⁷⁶	1	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado não está regulamentado/institucionalizado.
	2	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	3	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	4	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	5	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.9. Atividades complementares	1	Quando as atividades complementares previstas/implantadas não estão regulamentadas/institucionalizadas.
	2	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	3	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	4	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão muito bem regulamentadas/institucionalizadas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	5	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC)	1	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado não está regulamentado/institucionalizado.
	2	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação ³⁷⁷ e coordenação.
	3	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação

³⁷⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Estágio Curricular Supervisionado. Período durante o qual um estudante exerce uma atividade temporária com vista à sua formação ou aperfeiçoamento profissional e que compõe a matriz curricular e é supervisionado por docentes do curso de graduação”.

³⁷⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Orientação de TCC. Acompanhamento dedicado aos estudantes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado pelos docentes do curso”.

		e coordenação.
	4	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação e coordenação.
	5	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, orientação e coordenação.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.11. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	1	Quando não há ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira insuficiente.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras) no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira suficiente.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão muito bem previstas/implantadas.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira excelente.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.12. Atividades de tutoria ³⁷⁸ (*)	1	Quando não há o desenvolvimento de atividades de tutoria (presencial e a distância).
	2	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira insuficiente, as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	3	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira suficiente, as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	4	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem muito bem as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	5	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira excelente, as demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.

(*) NSA³⁷⁹ para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

³⁷⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Tutoria a Distância. O tutor a distância atua a partir da instituição mediando o processo pedagógico junto a estudantes geograficamente distantes e referenciado aos polos de apoio presencial. São atribuições do tutor a distância: esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão pela Internet, pelo telefone, participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem. Tutoria Presencial. O tutor presencial atende os alunos nos polos, em horários preestabelecidos. São atribuições do Tutor presencial: auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis; participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam”.

³⁷⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “NSA – Não se aplica. Não se aplica ao curso ou indicador específico”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.13. Tecnologias de informação e comunicação – TIC ³⁸⁰ – no processo ensino-aprendizagem (*)	1	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem não permitem executar o projeto pedagógico do curso.
	2	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira insuficiente, o projeto pedagógico do curso.
	3	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira suficiente, o projeto pedagógico do curso.
	4	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, muito bem, o projeto pedagógico do curso.
	5	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TIC) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira excelente, o projeto pedagógico do curso.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.14. Material didático institucional (*)	1	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes não permite executar a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância.
	2	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes permite executar, de maneira insuficiente, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.
	3	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, permite executar, de maneira suficiente, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.
	4	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes permite executar, muito bem, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.
	5	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes permite executar, de maneira excelente, a formação definida no projeto pedagógico do curso a distância.

³⁸⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação. São recursos didáticos elaborados para Internet que atendam as especificidades da modalidade de EAD (dialogicidade, construção da autonomia e linguagem própria), em consonância com o projeto pedagógico do curso, e os materiais educacionais que atendam a abordagem interdisciplinar e contextualizada que favoreçam a integração dos conteúdos ofertados no âmbito do curso. Em sentido mais amplo, compreendem mídias, recursos e ferramentas desenvolvidos ao longo do tempo, e respectivos procedimentos e metodologias de utilização, que viabilizam a comunicação e veiculação de informação. Aplicadas ao ensino a distância, são os recursos que criam os meios necessários ao desenvolvimento da comunicação entre os sujeitos, basicamente envolvendo tutores, professores e estudantes. As TICs são constituídas por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (*softwares*), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros. Com a constante integração de mídias em aparelhos eletrônicos, as TIC também se configuram com a combinação dos elementos citados. Constituem-se importante pilar da educação a distância como modalidade educacional, pois a mediação didático-pedagógica nos processos acadêmicos ocorre, também, com a utilização de das tecnologias de informação e comunicação (TIC), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

		considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência e profundidade de abordagem do conteúdo específico.
--	--	---

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância. Para fins de autorização, considerar o material didático disponibilizado para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.15. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes ³⁸¹ (*)	1	Quando não há mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.
	2	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem, de maneira insuficiente, às propostas do curso.
	3	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem, de maneira suficiente, às propostas do curso.
	4	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem muito bem às propostas do curso.
	5	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem, de maneira excelente, às propostas do curso.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.16. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	1	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem não atendem à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	2	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira insuficiente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	3	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira suficiente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	4	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, muito bem, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	5	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira excelente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.17. Número de vagas	1	Quando o número de vagas previsto/implantado não corresponde à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.
	2	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira insuficiente, à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.

³⁸¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Mecanismo de interação entre Docentes, Tutores e Discentes. Compõem o conjunto de estruturas de tecnologia de informação e comunicação (TIC) e respectivos procedimentos e formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem (que são, basicamente, os docentes, tutores e discentes), no contexto da oferta do curso superior na modalidade a distância. Justificam-se uma vez que os sujeitos deverão estabelecer comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos. O PPC deve explicitar esses mecanismos de modo a possibilitar ao discente a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências. Não basta garantir as estruturas tecnológicas de (TIC), elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos”.

	3	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira suficiente, à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.
	4	Quando o número de vagas previsto/implantado atende muito bem à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.
	5	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira excelente, à dimensão do corpo docente e as condições de infraestrutura da IES.

Dimensão 2: Corpo Docente (e Tutorial – exclusivo para cursos a distância)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE ³⁸²	1	Quando o NDE não está previsto/implantado.
	2	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	3	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	4	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	5	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2. Caracterização (tempo de dedicação e permanência sem interrupção), composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	1	Quando o NDE não está previsto/implantado ou quando menos de 40% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Direito e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	2	Quando entre 40% e menos de 60% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Direito e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	3	Quando entre 60% e menos de 80% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Direito e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	4	Quando entre 80% e menos de 90% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Direito e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	5	Quando 90% ou mais dos professores que constituem o NDE previsto/implantado possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Direito e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

³⁸² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Núcleo Docente Estruturante – NDE. Conjunto de professores, composto por pelo menos cinco docentes do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução CONAES nº 1/2010)”.

2.3. Atuação do coordenador	1	Quando não há atuação do coordenador do curso.
	2	Quando a atuação do coordenador é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	3	Quando a atuação do coordenador é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	4	Quando a atuação do coordenador é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	5	Quando a atuação do coordenador é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4. Experiência do coordenador do curso em cursos a distância (*)	1	Quando o coordenador possui menos de 1 ano de experiência em cursos a distância.
	2	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 1 ano e menor que 2 anos.
	3	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 2 anos e menor que 3 anos.
	4	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 3 anos e menor que 4 anos.
	5	Quando o coordenador possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 4 anos.

(*) Indicador específico para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5. Experiência profissional ³⁸³ , de magistério superior ³⁸⁴ e de gestão acadêmica ³⁸⁵ do coordenador	1	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, menor que 1 ano.
	2	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 1 ano e menor que 4 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	3	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 4 anos e menor que 7 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	4	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 7 anos e menor que 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	5	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.6. Regime de trabalho ³⁸⁶ do	1	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador for menor que 10 horas.

³⁸³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Experiência Profissional. Conhecimento adquirido por práticas, estudos, observações e experimentações ao longo da vida profissional de um indivíduo/docente”.

³⁸⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Experiência no Magistério Superior. Conhecimento adquirido por práticas, estudos, observações e experimentações ao longo da vida profissional de um docente no magistério superior”.

³⁸⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Gestão Acadêmica. Organização no âmbito acadêmico da IES realizando funções de: estabelecer objetivos, planejar, analisar, conhecer e solucionar problemas, organizar e alocar recursos, tomar decisões, mensurar e avaliar”.

³⁸⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Docente Horista. Docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho. Docentes em Tempo Integral. O regime de trabalho docente

coordenador do curso (*)	2	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do curso for maior ou igual a 10 e menor que 15 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	3	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do curso for maior ou igual a 15 e menor que 20 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	4	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do curso for maior ou igual a 20 e menor que 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	5	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do curso for maior ou igual a 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.

(*) NSA para cursos a distância, obrigatório para cursos presenciais.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.7. Carga horária de coordenação ³⁸⁷ de curso (*)	1	Quando a carga horária prevista/implantada do coordenador não é de tempo parcial ou integral; ou a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 25, ou não é respeitado o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	2	Quando a carga horária prevista/implantada do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 20 e menor ou igual a 25, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	3	Quando a carga horária prevista/implantada do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 15 e menor ou igual a 20, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	4	Quando a carga horária prevista/implantada do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 10 e menor ou igual a 15, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	5	Quando a carga horária prevista/implantada do coordenador é de tempo parcial ou integral, sendo que a relação entre o número de vagas anuais previstas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é menor ou igual a 10, respeitando-se o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.8. Titulação ³⁸⁸	1	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em

em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (artigo 69, Decreto nº 5.773/2006). Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. Docentes em Tempo Parcial. Docentes contratados com 20 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservados pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos”.

³⁸⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Coordenação. Coordenação diz respeito à liderança de uma organização que compõe um sistema”.

³⁸⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Título de Doutor. Segundo nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, obtidos em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*,

do corpo docente ³⁸⁹ do curso (*)		programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ³⁹⁰ é menor que 50% ou quando, destes, o percentual de doutores é menor que 50%.
	2	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 50% e menor que 60% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.
	3	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 60% e menor que 70% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.
	4	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 70% e menor que 80% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.
	5	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 80% sendo que, destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.9. Regime de trabalho do corpo docente do curso (*)	1	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é menor que 50% ou destes menos de 50% em tempo integral.
	2	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 50% e menor que 60%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.
	3	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 60% e menor que 70%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.
	4	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 70% e menor que 80%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.
	5	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é igual ou maior que 80%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.10. Experiência profissional do corpo docente (*)	1	Quando um contingente menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de 5 anos ou quando a experiência profissional de qualquer contingente de docentes for menor do que 5 anos.

avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras. Título de Especialista (pós-graduação *lato sensu*). Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 1/2007). Título de Mestre. Primeiro nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional, obtidos em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, avaliado e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras”.

³⁸⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Docente. Para efeito de avaliação, considera-se docente do curso o profissional regularmente contratado pela instituição e que, no momento da visita de avaliação encontra-se vinculado em uma ou mais disciplinas do curso”.

³⁹⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “*Stricto sensu*. Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado”.

	2	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 50% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 50% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 70% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 70% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.11. Experiência de magistério superior do corpo docente (*)	1	Quando um contingente menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência de magistério superior de 5 anos ou quando a experiência de magistério superior de qualquer contingente de docentes for menor do que 5 anos.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 50% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 50% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 70% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 70% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.12. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente ³⁹¹	1	Quando o colegiado não está previsto/implantado.
	2	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	3	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	4	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	5	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.

³⁹¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Colegiado de curso ou equivalente. Órgão colegiado de curso é uma instância de tomada de decisões administrativas e acadêmica constituído de representação discentes e docentes”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.13. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica ³⁹² (*)	1	Quando pelo menos 80% dos docentes não têm nenhuma produção nos últimos 3 anos.
	2	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 1 e 4 produções, nos últimos 3 anos.
	3	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 5 e 8 produções, nos últimos 3 anos.
	4	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 9 e 12 produções, nos últimos 3 anos.
	5	Quando pelo menos 80% dos docentes têm mais de 12 produções, nos últimos 3 anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.14. Titulação e formação do corpo de tutores do curso (*)	1	Quando existem tutores não graduados.
	2	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados.
	3	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área.
	4	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área, sendo que, no mínimo, 30% têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>lato sensu</i> .
	5	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área, sendo que, no mínimo, 30% têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância. Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.15. Experiência do corpo de tutores em educação a distância (*)	1	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos possuem experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é menor que 40%.
	2	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 40% e menor que 50%.
	3	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possuem experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 50% e menor que 60%.
	4	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possuem experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 60% e menor que 70%.
	5	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos possuem experiência mínima de 3 (três) anos em cursos a distância é maior ou igual a 70%.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância. Para fins de autorização, considerar os tutores previstos para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.16. Relação docentes e tutores – presenciais e a distância por estudante (*)	1	Quando a relação do número de docentes mais tutores previstos/contratados pelo número de estudantes é maior que 60.
	2	Quando a relação do número de docentes mais tutores previstos/contratados pelo número de estudantes é maior que 50 e menor ou igual a 60.
	3	Quando a relação do número de docentes mais tutores

³⁹² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Produção científica, cultural, artística e tecnológica. Podem ser considerados como produção científica, cultural, artística e tecnológica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem Qualis e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência”.

		previstos/contratados pelo número de estudantes é maior que 40 e menor ou igual a 50.
	4	Quando a relação do número de docentes mais tutores previstos/contratados pelo número de estudantes é maior que 30 e menor ou igual a 40.
	5	Quando a relação do número de docentes mais tutores previstos/contratados pelo número de estudantes é menor ou igual a 30.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.17. Relação entre o número de docentes (equivalente 40h em dedicação à EAD) e o número de estudantes (*)	1	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 161 vagas/estudantes matriculados ou mais.
	2	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 151 a 160 vagas/estudantes matriculados.
	3	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 141 a 150 vagas/estudantes matriculados.
	4	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 131 a 140 vagas/estudantes matriculados.
	5	Quando a média entre o número de docentes previstos/efetivos do curso (equivalentes 40h) pelo número de estudantes é de 1 docente para 130 vagas/estudantes matriculados ou menos.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

Dimensão 3: Infraestrutura

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1. Gabinetes de trabalho ³⁹³ para professores tempo integral – TI (*)	1	Quando não existem gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral.
	2	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são muito bons considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) Para fins de autorização, considerar os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral dos dois primeiros anos.

³⁹³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Gabinete de Trabalho. Salas para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelos docentes, coordenadores e técnico-administrativos”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos ³⁹⁴	1	Quando não existe espaço específico para as atividades de coordenação do curso.
	2	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é insuficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	3	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	4	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é muito bom, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	5	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3. Sala de professores (*)	1	Quando não existe sala de professores implantada para os docentes do curso.
	2	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) NSA para IES que possui gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso. Para fins de autorização, considerar a sala de professores implantada para os docentes dos dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4. Salas de aula (*)	1	Quando as salas de aula implantadas no curso, não tem condição de funcionamento.
	2	Quando as salas de aula implantadas para o curso são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

³⁹⁴De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos. Espaço para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, para coordenação do curso e serviços acadêmicos realizado pelo coordenador”.

	3	Quando as salas de aula implantadas para o curso são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando as salas de aula implantadas para o curso são muito boas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando as salas de aula implantadas para o curso são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) Para fins de autorização, considerar as salas de aula implantadas para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática (*)	1	Quando não há meios de acesso à informática implantados para o curso.
	2	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira insuficiente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	3	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira suficiente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	4	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem, muito bem, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	5	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira excelente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.

(*) Para fins de autorização, considerar os laboratórios de informática implantados para os dois primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Bibliografia básica ³⁹⁵ (*)	1	Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para mais de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao

³⁹⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Bibliografia básica. Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros, de caráter básico”.

		patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular ³⁹⁶ .
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

(*) Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para os dois primeiros anos). Nos cursos que possuem acervo virtual³⁹⁷, a proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5, passando a figurar da seguinte maneira: 3 – 13 a 19 vagas anuais; 4 – de 6 a 13 vagas anuais; 5 – menos de 6 vagas anuais.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7. Bibliografia complementar ³⁹⁸ (*)	1	Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	2	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	3	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	4	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.

(*) Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para os dois

³⁹⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Unidade Curricular. Unidade curricular é a unidade de ensino com objetivos de formação próprios, correntemente designados por cadeiras ou disciplinas”.

³⁹⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Acervo virtual. Acervo virtual é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto, com acesso via Internet”.

³⁹⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Bibliografia complementar. Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros, de caráter complementar”.

primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.8. Periódicos especializados ³⁹⁹ (*)	1	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5 títulos de doutrina jurídica distribuídos entre as principais áreas do Direito, ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	2	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos de doutrina jurídica distribuídos entre as principais áreas do Direito, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	3	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos de doutrina jurídica distribuídos entre as principais áreas do Direito, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	4	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos de doutrina jurídica distribuídos entre as principais áreas do Direito, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	5	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos de doutrina jurídica distribuídos entre as principais áreas do Direito, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas dos dois primeiros anos do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.9. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas	1	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas não está previsto/implantado; ou não possui regulamento específico.
	2	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico, destinado a realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas com insuficiente atendimento às demandas do curso.
	3	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico, destinado a realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas com suficiente atendimento às demandas do curso.
	4	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico, destinado a realização de práticas jurídicas simuladas, visitas orientadas e atendem muito bem às demandas do curso.
	5	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico, destinado a realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas com excelente atendimento às demandas do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.10. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação	1	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas com atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais não está previsto/implantado.
	2	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais com insuficiente atendimento às demandas do

³⁹⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Periódicos especializados. Produções especializadas, ordenadas por índice, conforme regra específica”.

		curso.
	3	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais com suficiente atendimento às demandas do curso.
	4	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais atendem muito bem às demandas do curso.
	5	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais com excelente atendimento às demandas do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) (*)	1	Quando não há sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado.
	2	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é insuficiente para atendimento à demanda real.
	3	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é suficiente para atender à demanda real.
	4	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado atende muito bem à demanda real.
	5	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é excelente para atender à demanda real.

(*) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.

ANEXO F – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1. Contexto educacional	1	Quando o PPC ⁴⁰⁰ não contempla as demandas efetivas de natureza econômica e social ⁴⁰¹ .
	2	Quando o PPC contempla, de maneira insuficiente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	3	Quando o PPC contempla, de maneira suficiente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	4	Quando o PPC contempla, muito bem, as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	5	Quando o PPC contempla, de maneira excelente, as demandas efetivas de natureza econômica e social.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2. Políticas institucionais ⁴⁰² no âmbito do curso	1	Quando as políticas institucionais constantes do PDI ⁴⁰³ não estão previstas ⁴⁰⁴ /implantadas ⁴⁰⁵ , no âmbito do curso.
	2	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão previstas/implantadas de maneira insuficiente, no âmbito do curso.
	3	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão previstas/implantadas de maneira suficiente, no âmbito do curso.
	4	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão muito bem previstas/implantadas, no âmbito do curso.
	5	Quando as políticas institucionais constantes do PDI estão previstas/implantadas de maneira excelente, no âmbito do curso.

⁴⁰⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Projeto Pedagógico de Curso – PPC. É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais, com base nas DCN. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso”.

⁴⁰¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Natureza econômica e social da região. Características que definem as questões econômicas e sociais da região no País onde a IES/curso está sendo desenvolvido”.

⁴⁰² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Políticas Institucionais. Políticas desenvolvidas no âmbito institucional com o propósito de atender a missão proposta pela IES”.

⁴⁰³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho; à missão a que se propõe; às estratégias para atingir suas metas e objetivos; à sua estrutura organizacional e ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras (Decreto nº 5.773/2006)”.

⁴⁰⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Previsto(a). Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de autorização de curso”.

⁴⁰⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Implantado(a). Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso ou quando se trata de exigência de infraestrutura já disponível na autorização de curso”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3. Objetivos do curso	1	Quando os objetivos do curso não apresentam coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular ⁴⁰⁶ e contexto educacional.
	2	Quando os objetivos do curso apresentam insuficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	3	Quando os objetivos do curso apresentam suficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	4	Quando os objetivos do curso apresentam muito boa coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	5	Quando os objetivos do curso apresentam excelente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4. Perfil profissional do egresso	1	Quando o perfil profissional não expressa as competências ⁴⁰⁷ do egresso.
	2	Quando o perfil profissional expressa, de maneira insuficiente, as competências do egresso, indicando os compromissos institucionais em relação às necessidades sociais de saúde.
	3	Quando o perfil profissional expressa, de maneira suficiente, as competências do egresso, indicando os compromissos institucionais em relação às necessidades sociais de saúde.
	4	Quando o perfil profissional expressa, muito bem, as competências do egresso, indicando os compromissos institucionais em relação às necessidades sociais de saúde.
	5	Quando o perfil profissional expressa, de maneira excelente, as competências do egresso, indicando os compromissos institucionais em relação às necessidades sociais de saúde.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.5. Estrutura curricular	1	Quando a estrutura curricular prevista/implantada não contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade ⁴⁰⁸ , interdisciplinaridade ⁴⁰⁹ , compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática que possibilite uma abordagem científica, técnica, humanística e ética na relação médico-paciente, atividades extraclasse abrangendo todos os níveis de atenção.
	2	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de

⁴⁰⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Estrutura curricular. Estrutura curricular é composta por vários elementos necessários para constituir a matriz e a proposta curricular do curso de graduação seguindo o Projeto Pedagógico do Curso tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais”.

⁴⁰⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Competências. Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações”.

⁴⁰⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Flexibilidade. Qualidade daquilo que é flexível representado em aptidão para trabalhos e estudos de natureza diversa envolvendo ações pedagógicas”.

⁴⁰⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Interdisciplinaridade. É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado”.

		maneira insuficiente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática que possibilite uma abordagem científica, técnica, humanística e ética na relação médico-paciente, atividades extraclasse abrangendo todos os níveis de atenção.
	3	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira suficiente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática que possibilite uma abordagem científica, técnica, humanística e ética na relação médico-paciente, atividades extraclasse abrangendo todos os níveis de atenção.
	4	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, muito bem, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática que possibilite uma abordagem científica, técnica, humanística e ética na relação médico-paciente, atividades extraclasse abrangendo todos os níveis de atenção.
	5	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática que possibilite uma abordagem científica, técnica, humanística e ética na relação médico-paciente, atividades extraclasse abrangendo todos os níveis de atenção.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6. Conteúdos curriculares	1	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados não possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas), abordagem dos determinantes biológicos, ambientais e sociais da saúde e da doença e a promoção da saúde.
	2	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira insuficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas), abordagem dos determinantes biológicos, ambientais e sociais da saúde e da doença e a promoção da saúde.
	3	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira suficiente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas), abordagem dos determinantes biológicos, ambientais e sociais da saúde e da doença e a promoção da saúde.
	4	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, muito bem, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas), abordagem dos determinantes biológicos, ambientais e sociais da saúde e da doença e a promoção da saúde.
	5	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira excelente, o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização e adequação das cargas horárias (em horas), abordagem dos determinantes biológicos, ambientais e sociais da saúde e da doença e a promoção da saúde.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

1.7. Metodologia ⁴¹⁰	1	Quando as atividades pedagógicas não apresentam coerência com a metodologia prevista/implantada.
	2	Quando as atividades pedagógicas apresentam insuficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	3	Quando as atividades pedagógicas apresentam suficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	4	Quando as atividades pedagógicas apresentam muito boa coerência com a metodologia prevista/implantada.
	5	Quando as atividades pedagógicas apresentam excelente coerência com a metodologia prevista/implantada.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.8. Estágio curricular supervisionado ⁴¹¹	1	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado não está regulamentado/institucionalizado.
	2	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, espaços físicos adequados, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	3	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, espaços físicos adequados, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	4	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, espaços físicos adequados, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.
	5	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, espaços físicos adequados, previsão/existência de convênios, orientação, supervisão e coordenação.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.9. Atividades complementares	1	Quando as atividades complementares previstas/implantadas não estão regulamentadas/institucionalizadas.
	2	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	3	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/institucionalizadas de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	4	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão muito bem regulamentadas/institucionalizadas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	5	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão

⁴¹⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Metodologia. Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada e rigorosa da ação desenvolvida no método de um processo de ensino ou de um trabalho de pesquisa”.

⁴¹¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Estágio Curricular Supervisionado. Período durante o qual um estudante exerce uma atividade temporária com vista à sua formação ou aperfeiçoamento profissional e que compõe a matriz curricular e é supervisionado por docentes do curso de graduação”.

		regulamentadas/institucionalizadas de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
--	--	--

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.10. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	1	Quando não há ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira insuficiente.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras) no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira suficiente.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão muito bem previstas/implantadas.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira excelente.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.11. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	1	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados nos processos de ensino-aprendizagem previstos/implantados não atendem à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico – PPC.
	2	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados nos processos de ensino-aprendizagem previstos/implantados atendem, de maneira insuficiente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico – PPC.
	3	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados nos processos de ensino-aprendizagem previstos/implantados atendem, de maneira suficiente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico – PPC.
	4	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados nos processos de ensino-aprendizagem previstos/implantados atendem, muito bem, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico – PPC.
	5	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados nos processos de ensino-aprendizagem previstos/implantados atendem, de maneira excelente, à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico – PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.12. Número de vagas	1	Quando o número de vagas previsto/implantado não corresponde à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES ⁴¹² .
	2	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira insuficiente, à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospital, ambulatório e centro de saúde, com capacidade de absorção de um número de alunos equivalente a matrícula total prevista para o curso; a previsão de 5 ou mais leitos na(s) unidade(s) hospitalar(es) própria(s) ou

⁴¹² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Instituição de Educação Superior – IES. São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas), pós-graduação e extensão”.

		conveniada(s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso, resultando em um egresso treinado em urgência e emergência; atendimento primário e secundário capaz de diagnosticar e tratar as principais doenças e apto a referir casos que necessitem cuidados especializados.
	3	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira suficiente, à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospital, ambulatório e centro de saúde, com capacidade de absorção de um número de alunos equivalente a matrícula total prevista para o curso; a previsão de 5 ou mais leitos na(s) unidade(s) hospitalar(es) própria(s) ou conveniada(s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso, resultando em um egresso treinado em urgência e emergência; atendimento primário e secundário capaz de diagnosticar e tratar as principais doenças e apto a referir casos que necessitem cuidados especializados.
	4	Quando o número de vagas previsto/implantado atende muito bem à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospital, ambulatório e centro de saúde, com capacidade de absorção de um número de alunos equivalente a matrícula total prevista para o curso; a previsão de 5 ou mais leitos na(s) unidade(s) hospitalar(es) própria(s) ou conveniada(s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso, resultando em um egresso treinado em urgência e emergência; atendimento primário e secundário capaz de diagnosticar e tratar as principais doenças e apto a referir casos que necessitem cuidados especializados.
	5	Quando o número de vagas previsto/implantado corresponde de maneira excelente, à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospital, ambulatório e centro de saúde, com capacidade de absorção de um número de alunos equivalente a matrícula total prevista para o curso; a previsão de 5 ou mais leitos na(s) unidade(s) hospitalar(es) própria(s) ou conveniada(s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso, resultando em um egresso treinado em urgência e emergência; atendimento primário e secundário capaz de diagnosticar e tratar as principais doenças e apto a referir casos que necessitem cuidados especializados.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.13. Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS	1	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS, não está formalizada por meio de convênio.
	2	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS, formalizada por meio de convênio é insuficiente sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do curso de mais de 4, atendendo aos princípios éticos da relação médico/paciente.
	3	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS, formalizada por meio de convênio é suficiente sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do curso de no máximo 4, atendendo aos princípios éticos da relação médico/paciente.
	4	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS, formalizada por meio de convênio é muito boa sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do curso de no máximo 3, atendendo aos princípios éticos da relação médico/paciente.
	5	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS, formalizada por meio de convênio é excelente sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do

		curso de no máximo 2, atendendo aos princípios éticos da relação médico/paciente.
--	--	---

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.14. Ensino na área de saúde	1	Quando a IES oferece menos de 2 cursos de graduação na área de saúde ⁴¹³ reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).
	2	Quando a IES oferece pelo menos 2 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).
	3	Quando a IES oferece pelo menos 4 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, e que, no último ciclo avaliativo, alcançaram no mínimo conceito 4 no ENADE e no CPC (quando houver).
	4	Quando a IES oferece pelo menos 5 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).
	5	Quando a IES oferece pelo menos 6 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.15. Atividades práticas de ensino	1	Quando não estão previstas/implantadas atividades práticas de formação.
	2	Quando estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente, atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva e ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.
	3	Quando estão previstas/implantadas, de maneira suficiente, atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva e ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.
	4	Quando estão previstas/implantadas, muito bem, atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva e ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.
	5	Quando estão previstas/implantadas, de maneira excelente, atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva e ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.

⁴¹³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Cursos da área da saúde. Os cursos da área da saúde são: medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, nutrição, saúde coletiva, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional, educação física”.

Dimensão 2: Corpo Docente

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE ⁴¹⁴	1	Quando o NDE não está previsto/implantado.
	2	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	3	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	4	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.
	5	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global: a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2. Caracterização (tempo de dedicação e permanência sem interrupção), composição e titulação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	1	Quando o NDE não está previsto/implantado ou quando menos de 40% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado, composto por pelo menos 5 professores, possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Medicina e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	2	Quando entre 40% e menos de 60% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado, composto por pelo menos 5 professores, possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Medicina e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	3	Quando entre 60% e menos de 80% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado, composto por pelo menos 5 professores, possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Medicina e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	4	Quando entre 80% e menos de 90% dos professores que constituem o NDE previsto/implantado, composto por pelo menos 5 professores, possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Medicina e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.
	5	Quando 90% ou mais dos professores que constituem o NDE previsto/implantado, composto por pelo menos 5 professores, possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e, destes, 50% têm título de doutor, 60% têm graduação em Medicina e 40% atuam ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3. Atuação do coordenador	1	Quando não há atuação do coordenador do curso.
	2	Quando a atuação do coordenador é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	3	Quando a atuação do coordenador é suficiente considerando, em uma

⁴¹⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Núcleo Docente Estruturante – NDE. Conjunto de professores, composto por pelo menos cinco docentes do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (Resolução CONAES nº 1/2010)”.

		análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	4	Quando a atuação do coordenador é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.
	5	Quando a atuação do coordenador é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global: a gestão do curso, a relação com os docentes e discentes e a representatividade nos colegiados superiores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4. Experiência profissional ⁴¹⁵ , de magistério superior ⁴¹⁶ e de gestão acadêmica ⁴¹⁷ do coordenador	1	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, menor que 1 ano.
	2	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 1 ano e menor que 4 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	3	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 4 anos e menor que 7 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	4	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 7 anos e menor que 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.
	5	Quando o coordenador possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5. Regime de trabalho ⁴¹⁸ do coordenador do curso	1	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador for menor que 10 horas.
	2	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do curso for maior ou igual a 10 e menor que 15 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	3	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do curso for maior ou igual a 15 e menor que 20 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	4	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do curso for maior ou igual a 20 e menor que 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	5	Quando o regime de trabalho previsto/implantado para o coordenador do

⁴¹⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Experiência Profissional. Conhecimento adquirido por práticas, estudos, observações e experimentações ao longo da vida profissional de um indivíduo/docente”.

⁴¹⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Experiência no Magistério Superior. Conhecimento adquirido por práticas, estudos, observações e experimentações ao longo da vida profissional de um docente no magistério superior”.

⁴¹⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Gestão Acadêmica. Organização no âmbito acadêmico da IES realizando funções de: estabelecer objetivos, planejar, analisar, conhecer e solucionar problemas, organizar e alocar recursos, tomar decisões, mensurar e avaliar”.

⁴¹⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Docente Horista. Docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho. Docentes em Tempo Integral. O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (artigo 69, Decreto nº 5.773/2006). Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação. Docentes em Tempo Parcial. Docentes contratados com 20 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nelas reservados pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos”.

		curso for maior ou igual a 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
--	--	--

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.6. Titulação ⁴¹⁹ do corpo docente ⁴²⁰ do curso (*)	1	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ⁴²¹ é menor que 50% ou quando o percentual de doutores é menor que 50%.
	2	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 50% e menor que 60% sendo que destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.
	3	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 60% e menor que 70% sendo que destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.
	4	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 70% e menor que 80% sendo que destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.
	5	Quando o percentual dos docentes do curso que têm titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 80% sendo que destes, o percentual de doutores é maior ou igual a 50%.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.7. Regime de trabalho do corpo docente do curso (*)	1	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é menor que 50% ou destes menos de 50% em tempo integral.
	2	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 50% e menor que 60%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.
	3	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 60% e menor que 70%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.
	4	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 70% e menor que 80%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.
	5	Quando o corpo docente previsto/efetivo que possui regime de trabalho

⁴¹⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Título de Doutor. Segundo nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, obtidos em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras. Título de Especialista (pós-graduação *lato sensu*). Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 1/2007). Título de Mestre. Primeiro nível da pós-graduação *stricto sensu*. Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional, obtidos em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, avaliado e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras”.

⁴²⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Docente. Para efeito de avaliação, considera-se docente do curso o profissional regularmente contratado pela instituição e que, no momento da visita de avaliação encontra-se vinculado em uma ou mais disciplinas do curso”.

⁴²¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “*Stricto sensu*. Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado”.

		de tempo parcial ou integral é igual ou maior que 80%, sendo que destes 50% ou mais em tempo integral.
--	--	--

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.8. Experiência profissional do corpo docente (*)	1	Quando um contingente menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de 5 anos ou quando a experiência profissional de qualquer contingente de docentes for menor do que 5 anos.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 50% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 50% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 70% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 70% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 5 anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.9. Experiência de magistério superior do corpo docente (*)	1	Quando um contingente menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possuir experiência de magistério superior de 5 anos ou quando a experiência de magistério superior de qualquer contingente de docentes for menor do que 5 anos.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 50% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 50% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 70% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 70% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 5 anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.10. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente ⁴²²	1	Quando o colegiado não está previsto/implantado.
	2	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	3	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	4	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está muito

⁴²² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Colegiado de curso ou equivalente. Órgão colegiado de curso é uma instância de tomada de decisões administrativas e acadêmica constituído de representação discentes e docentes”.

		bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	5	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.11. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica ⁴²³ (*)	1	Quando pelo menos 80% dos docentes não têm nenhuma produção nos últimos 3 anos.
	2	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 1 e 4 produções, nos últimos 3 anos.
	3	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 5 e 8 produções, nos últimos 3 anos.
	4	Quando pelo menos 80% dos docentes têm entre 9 e 12 produções, nos últimos 3 anos.
	5	Quando pelo menos 80% dos docentes têm mais de 12 produções, nos últimos 3 anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para os três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.12. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica	1	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes se responsabilizam pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é menor que 25%.
	2	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes se responsabilizam pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 25% e menor que 50%, sendo que destes pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.
	3	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes se responsabilizam pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 50% e menor que 75%, sendo que destes pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.
	4	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes se responsabilizam pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 75% e menor que 90%, sendo que destes pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.
	5	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes se responsabilizam pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 90%, sendo que destes pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.13. Núcleo de	1	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente não está

⁴²³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Produção científica, cultural, artística e tecnológica. Podem ser considerados como produção científica, cultural, artística e tecnológica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem Qualis e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência”.

apoio pedagógico e experiência docente ⁴²⁴		previsto/implantado, ou quando menos de 6 das áreas do curso estão representadas no núcleo existente.
	2	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência docente, ou não cobre todas as áreas temáticas do curso ⁴²⁵ .
	3	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 3 (três) anos de experiência docente, cobrindo todas as áreas temáticas do curso.
	4	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência docente, cobrindo todas as áreas temáticas do curso.
	5	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 5 (cinco) anos de experiência docente, cobrindo todas as áreas temáticas do curso.

Dimensão 3: Infraestrutura

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1. Gabinetes de trabalho ⁴²⁶ para professores tempo integral – TI (*)	1	Quando não existem gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral.
	2	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são muito bons considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando os gabinetes de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) Para fins de autorização, considerar os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral dos três primeiros anos.

⁴²⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente. Núcleo composto por docentes do curso, por profissionais responsáveis por ações de capacitação pedagógica para os docentes e para preceptores fora do quadro (profissionais da rede local-regional de saúde)”.

⁴²⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Áreas temáticas do curso de medicina. Conjunto de conteúdos (grupos temáticos comuns) que compõem os diferentes campos do saber. As áreas temáticas do curso de medicina são: Celular e Molecular, Clínica Médica, Pediatria, Gineco-Obstetrícia, Clínica Cirúrgica, Saúde da Família, Medicina Social e Saúde Coletiva”.

⁴²⁶ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Gabinete de Trabalho. Salas para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelos docentes, coordenadores e técnico-administrativos”.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos ⁴²⁷	1	Quando não existe espaço específico para as atividades de coordenação do curso.
	2	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é insuficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	3	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é suficiente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	4	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é muito bom, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.
	5	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos professores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3. Sala de professores (*)	1	Quando não existe sala de professores implantada para os docentes do curso.
	2	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) NSA para IES que possui gabinetes de trabalho para 100% dos docentes do curso. Para fins de autorização, considerar a sala de professores implantada para os docentes dos três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4. Salas de aula (*)	1	Quando as salas de aula implantadas no curso, não tem condição de funcionamento.
	2	Quando as salas de aula implantadas para o curso são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

⁴²⁷ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos. Espaço para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, para coordenação do curso e serviços acadêmicos realizado pelo coordenador”.

	3	Quando as salas de aula implantadas para o curso são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando as salas de aula implantadas para o curso são muito boas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando as salas de aula implantadas para o curso são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

(*) Para fins de autorização, considerar as salas de aula implantadas para os três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática (*)	1	Quando não há meios de acesso à informática implantados para o curso.
	2	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira insuficiente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	3	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira suficiente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	4	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem, muito bem, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.
	5	Quando os laboratórios ou outros meios de acesso à informática, implantados para o curso atendem de maneira excelente considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número de usuários, velocidade de acesso à Internet, política de atualização de equipamentos e <i>softwares</i> , adequação do espaço físico.

(*) Para fins de autorização, considerar os laboratórios de informática implantados para os três primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Bibliografia básica ⁴²⁸ (*)	1	Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para mais de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao

⁴²⁸ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Bibliografia básica. Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros, de caráter básico”.

		patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular ⁴²⁹ .
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

(*) Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para os três primeiros anos). Nos cursos que possuem acervo virtual⁴³⁰, a proporção de alunos por exemplar físico dos livros que figurem no acervo eletrônico é acrescida em 30% nos critérios 3, 4 e 5, passando a figurar da seguinte maneira: 3 – 13 a 19 vagas anuais; 4 – de 6 a 13 vagas anuais; 5 – menos de 6 vagas anuais.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.7. Bibliografia complementar ⁴³¹ (*)	1	Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	2	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	3	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	4	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título, nas formas impressa, virtual ou multimídia.

(*) Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para os três

⁴²⁹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Unidade Curricular. Unidade curricular é a unidade de ensino com objetivos de formação próprios, correntemente designados por cadeiras ou disciplinas”.

⁴³⁰ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Acervo virtual. Acervo virtual é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto, com acesso via Internet”.

⁴³¹ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Bibliografia complementar. Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros, de caráter complementar”.

primeiros anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.8. Periódicos especializados ⁴³² (*)	1	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	2	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	3	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	4	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.
	5	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 (três) anos.

(*) Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas dos três primeiros anos do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.9. Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial ⁴³³	1	Quando a IES não conta com unidade(s) hospitalar(es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de dez anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos.
	2	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar(es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de dez anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições insuficientes de formação do estudante de medicina.
	3	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar(es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de dez anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições suficientes de formação do estudante

⁴³² De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Periódicos especializados. Produções especializadas, ordenadas por índice, conforme regra específica”.

⁴³³ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Unidade Hospitalar de Ensino. A Unidade Hospitalar de Ensino própria ou conveniada deverá estar garantida legalmente por período mínimo de dez anos, certificada como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (Portaria nº 2.400/2007), que seja centro de referência regional há pelo menos dois anos. (medicina)”. “Condições de formação do aluno em relação à Unidade Hospitalar de Ensino. As condições de formação do aluno em relação à Unidade Hospitalar de Ensino devem contemplar os seguintes aspectos: oferecimento de residência médica credenciada pela CNRM, pelo menos nas áreas de clínica médica, pediatria, cirurgia, ginecologia e obstetrícia, saúde coletiva e saúde da família; atendimento majoritário pelo SUS, nos diferentes níveis de complexidade na atenção à saúde; infraestrutura básica constituída por ambulatorios (pelo menos de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia e cirurgia), unidades de internação (pelo menos de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia e cirurgia), centro cirúrgico e obstétrico, unidades de urgência e emergência (clínica, cirúrgica e traumatológica), UTI neonatal, pediátrica e de adultos e instalações para o funcionamento do PSF; laboratórios de exames complementares (setor de imagens, laboratório clínico e de anatomia patológica), necessários nos diferentes níveis de complexidade; serviço de arquivo e documentação médica com acesso ao setor de atendimento resolutivo de alto nível para as urgências / emergências”.

		de medicina.
	4	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar(es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de dez anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições muito boas de formação do estudante de medicina.
	5	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar(es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de dez anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições excelentes de formação do estudante de medicina.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.10. Sistema de referência e contra referência	1	Quando não está previsto/implantado o funcionamento do sistema de referência e contra referência, que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, não permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário e ao de alta complexidade.
	2	Quando está previsto/implantado, de maneira insuficiente, o funcionamento do sistema de referência e contra referência, que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário e ao de alta complexidade.
	3	Quando está previsto/implantado, de maneira suficiente, o funcionamento do sistema de referência e contra referência, que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário e ao de alta complexidade.
	4	Quando está previsto/implantado, de maneira muito boa, o funcionamento do sistema de referência e contra referência, que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário e ao de alta complexidade.
	5	Quando está previsto/implantado, de maneira excelente, o funcionamento do sistema de referência e contra referência, que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário e ao de alta complexidade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.11. Biotérios	1	Quando não há biotério.
	2	Quando o biotério atende, de maneira insuficiente, às necessidades práticas do ensino.
	3	Quando o biotério atende, de maneira suficiente, às necessidades práticas do ensino.
	4	Quando o biotério atende muito bem às necessidades práticas do ensino.
	5	Quando o biotério atende, de maneira excelente, às necessidades práticas do ensino.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.12.	1	Quando o curso não dispõe de laboratórios específicos e

Laboratórios de ensino ⁴³⁴		multidisciplinares para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida.
	2	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/implantados insuficientes para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico, equipamentos e material de consumo, compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.
	3	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/implantados suficientes para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico, equipamentos e material de consumo, compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.
	4	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/implantados muito bons para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico, equipamentos e material de consumo, compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.
	5	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/implantados excelentes para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico, equipamentos e material de consumo, compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.13. Laboratórios de habilidades ⁴³⁵	1	Quando o curso não dispõe de laboratórios com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	2	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade insuficientes para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	3	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade suficientes para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	4	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade muito boas para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	5	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com

⁴³⁴ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Laboratórios de ensino. Laboratórios específicos e multidisciplinares para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória)”.

⁴³⁵ De acordo com o glossário, que integra o instrumento de avaliação, “Laboratórios de habilidades. Laboratórios equipados com diversos instrumentos em quantidade e diversidade para capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica”.

		equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade excelentes para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
--	--	--

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.14. Protocolos de experimentos	1	Quando não há protocolos dos experimentos, previstos/implantados.
	2	Quando os protocolos dos experimentos, previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são explicitados e desenvolvidos de maneira insuficiente para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nuremberg e Helsinki).
	3	Quando os protocolos dos experimentos, previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são explicitados e desenvolvidos de maneira suficiente para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nuremberg e Helsinki).
	4	Quando os protocolos dos experimentos, previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são muito bem explicitados e desenvolvidos para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nuremberg e Helsinki).
	5	Quando os protocolos dos experimentos, previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são explicitados e desenvolvidos de maneira excelente para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nuremberg e Helsinki).

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.15. Comitê de ética em pesquisa	1	Quando não existe o comitê de ética funcionando.
	2	Quando existe o comitê de ética funcionando de maneira insuficiente.
	3	Quando existe o comitê de ética funcionando de maneira suficiente e em processo de homologação pela CONEP.
	4	Quando existe o comitê de ética funcionando muito bem e homologado pela CONEP.
	5	Quando existe o comitê de ética funcionando de maneira excelente na IES e homologado pela CONEP.